



Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 1856

Terça-feira - 27 de Outubro de 2015

Florianópolis/SC

Sumário

Municípios

Água Doce.....	2	Flor do Sertão.....	184	Papanduva.....	313
Alto Bela Vista.....	7	Forquilha.....	186	Passos Maia.....	316
Antônio Carlos.....	9	Frei Rogério.....	187	Paulo Lopes.....	317
Arabutã.....	10	Garopaba.....	188	Penha.....	318
Arroio Trinta.....	15	Gaspar.....	191	Pinheiro Preto.....	322
Atalanta.....	17	Grão Pará.....	198	Pomerode.....	323
Balneário Piçarras.....	18	Guaraciaba.....	217	Porto Belo.....	325
Balneário Rincão.....	20	Guaramirim.....	218	Porto União.....	326
Barra Velha.....	21	Herval d'Oeste.....	220	Pouso Redondo.....	327
Bela Vista do Toldo.....	23	Ilhota.....	223	Presidente Castello Branco.....	328
Biguaçu.....	37	Imarui.....	224	Presidente Nereu.....	331
Blumenau.....	39	Imbituba.....	225	Rio do Sul.....	334
Bom Jesus do Oeste.....	45	Indaial.....	226	Salto Veloso.....	353
Bom Retiro.....	46	Ipumirim.....	235	São Bento do Sul.....	354
Botuvera.....	49	Irineópolis.....	242	São Carlos.....	357
Braço do Trombudo.....	50	Itá.....	243	São Cristóvão do Sul.....	359
Brunópolis.....	54	Itaiópolis.....	244	São Domingos.....	360
Brusque.....	55	Itapoá.....	245	São João do Oeste.....	364
Caçador.....	62	Ituporanga.....	247	São Joaquim.....	365
Campo Alegre.....	72	Jacinto Machado.....	249	São José.....	366
Campos Novos.....	78	Joaçaba.....	255	São Lourenço do Oeste.....	369
Canoinhas.....	81	Lages.....	260	São Miguel do Oeste.....	373
Capinzal.....	87	Laguna.....	261	São Pedro de Alcântara.....	377
Catanduvas.....	91	Lebon Regis.....	262	Schroeder.....	383
Caxambu do Sul.....	118	Leoberto Leal.....	266	Siderópolis.....	397
Chapadão do Lageado.....	119	Lindóia do Sul.....	294	Sombrio.....	402
Cocal do Sul.....	120	Luzerna.....	295	Sul Brasil.....	405
Concórdia.....	132	Mafra.....	297	Tigrinhos.....	407
Cordilheira Alta.....	165	Maravilha.....	298	Timbó.....	408
Coronel Freitas.....	166	Marema.....	299	Três Barras.....	413
Coronel Martins.....	167	Massaranduba.....	303	Treze Tílias.....	423
Correia Pinto.....	170	Meleiro.....	306	Tunápolis.....	426
Corupá.....	171	Modelo.....	307	Turvo.....	428
Curitibanos.....	175	Mondaí.....	308	União do Oeste.....	433
Dionísio Cerqueira.....	180	Navegantes.....	309	Videira.....	435
Ermo.....	181	Novo Horizonte.....	310	Xanxerê.....	444
Eral Velho.....	182	Ouro.....	311	Xavantina.....	447
Faxinal dos Guedes.....	183	Palhoça.....	312	Xaxim.....	448

Consórcios

ARIS.....	450
CIGA.....	450
CIS/AMOSC.....	453
CISAM.....	454
CPIMMOC.....	454
CIS/AMERIOS.....	455

Água Doce

PREFEITURA

CONTRATO Nº62/2015

CONTRATO DE COMPRA E VENDA Nº. 62/2015 DE 23/10/2015

Que entre si fazem o MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE -SC, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ 82.939.398/0001-90 com sede na Praça João Macagnan nº322, em Água Doce - SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. NOVELLI SGANZERLA, brasileiro, casado, portador do CPF n 160.789.509-91, doravante denominado CONTRATANTE, e de outro lado a empresa, THOME COMÉRCIO E DISTRIBUIÇÃO DE TINTAS LTDA, pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob N.º 11.289.348/0001-67, com sede na Rua XV de Novembro, 1762, Lj 01, Bairro Alto da XV, CEP 80.045-125 – Município de Curitiba – PR, neste ato representado pelo Sr. FAHDO THOME NETO, residente e domiciliado na Rodovia SC 302, 3100, Km 03, Caçador – SC, inscrito no CPF sob N.º 030.128.849-63, e portador da Carteira de Identidade N.º 6622029, de ora em diante denominada de Contratada, tem entre si as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

1.1 - A presente licitação tem por objeto a eventual aquisição de tinta para demarcação viária e micro esferas de vidro, para o período de até 12 meses, conforme necessidade, com base na Ata de Registro de Preço nº. 16/2015 conforme segue:

Item	Especificação	Qtde	Marca	Valor unit.	Total
01	Fornecimento de tinta para demarcação viária, amarela e base de solvente – balde de 18 litros – NBR 11862	10	DRATEC	175,6682	1.756,68
02	Fornecimento de tinta para demarcação viária, branca e base de solvente – balde de 18 litros – NBR 11862	45	DRATEC	175,6682	7.905,07
03	Fornecimento de micro esfera de vidro drop-on – saco de 25 kg	10	VIMASTER	80.4749	804,75
TOTAL					10.466,50

CLÁUSULA SEGUNDA: REGIME DE EXECUÇÃO

2.1 – Das condições de entrega – os materiais deverão ser entregues com base na descrição de cada item, conforme necessidade e solicitação prévia de cada secretaria. A contratada terá prazo de 7 dias entregar os materiais solicitados

CLÁUSULA TERCEIRA: DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

As despesas decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta do projeto atividade

17 – SECRETARIA DE URBANISMO

01 – DEPARTAMENTO DE URBANISMO

2.045 – Manutenção do Departamento de Trânsito

3.3.90.00.00.00.00.00 00.03.0011/193 – Aplicações Diretas

3.3.90.00.00.00.00.00 00.03.0010/194 – Aplicações Diretas

3.3.90.00.00.00.00.00 00.03.0012/195 – Aplicações Diretas

CLÁUSULA QUARTA: DOS RECURSOS FINANCEIROS

Os recursos financeiros são recursos orçamentários do orçamento municipal e recursos vinculados do orçamento municipal.

CLÁUSULA QUINTA: DO PREÇO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

5.1 – Os pagamentos serão de acordo com os materiais fornecidos, em até 10 dias após a entrega dos materiais e emissão da nota fiscal.

CLÁUSULA SEXTA: DO REAJUSTE

I - Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II, do artigo 65, da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada, que dispõe:

Art. 65. Os contratos regidos por esta Lei poderão ser alterados, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

(...);

II - por acordo das partes:

(...);

d) para restabelecer a relação que as parte pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da Administração para a justa remuneração da obra, serviço ou fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobreviverem fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.

(...).

II - Os preços somente serão revisados mediante ocorrência de fato que justifique a aplicação do artigo, inciso e alínea supra citado da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada, com o objetivo de restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro, devidamente comprovado e aceito pela Administração.

CLÁUSULA SÉTIMA: VIGÊNCIA

7.1 – Dos Prazos de Vigência – o presente contrato tem validade de 12 meses, com base na Ata de Registro de Preços nº. 16/2015.

7.2 – O município se reserva o direito de retirar apenas parte dos materiais licitados. Após final do prazo, os saldos restantes serão considerados, sem que caiba aos concorrentes, o direito a qualquer indenização ou reclamação de qualquer natureza.

CLÁUSULA OITAVA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

I - A CONTRATADA assumirá responsabilidade pela entrega do objeto, bem como por quaisquer danos decorrentes da entrega, causados à esta Municipalidade ou à terceiros.

II - A CONTRATADA obriga-se a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão do Contrato por não cumprimento do mesmo.

III – A CONTRATADA assumirá integralmente a responsabilidade quanto aos encargos trabalhistas e sociais decorrentes da execução dos serviços.

IV – Fornecer ao Município, sempre que solicitado quaisquer informações e/ou esclarecimentos sobre o objeto do presente contrato.

V – Formar o quadro de pessoal necessário à execução dos serviços contratados, sendo de sua responsabilidade as obrigações trabalhistas decorrentes da execução do presente contrato, inclusas as sociais, bem como todas as tributárias e acessórias decorrentes do cumprimento do contrato.

VI – Cumprir todas as demais obrigações constantes do Ato de Licitação que gerou o presente contrato.

CLÁUSULA NONA: DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

I – Fiscalizar e controlar a execução do objeto do presente contrato.

II – Transmitir por escrito, a execução e determinações sobre possíveis modificações.

III – Esclarecer as dúvidas que lhe forem apresentadas.

CLÁUSULA DÉCIMA: DAS PENALIDADES

10.1 - À Contratada que não cumprir com as obrigações assumidas ou com os preceitos legais poderá sofrer as seguintes penalidades, isolada e conjuntamente:

- a) Advertência;
- b) Multa de 10% sobre o valor do Contrato;
- c) Suspensão do direito de licitar junto ao Município por até dois (02) anos;
- d) Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes; A declaração de inidoneidade poderá abranger, além da empresa, seus diretores e responsáveis técnicos.
- e) Rescisão contratual sem que decorra do ato direito de qualquer natureza à Contratada.

10.2 – Ainda nos termos do artigo 7º da Lei 10.520, de 17 de julho de 2002, se a licitante, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e será descredenciado nos sistemas de cadastramento de fornecedores, pelo prazo de 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DA RESCISÃO

I – O presente contrato terá vigência por 12 meses, podendo ser rescindido por mútuo acordo ou por conveniência administrativa, mediante comunicação por escrito, recebendo a contratada somente o valor dos serviços já executados, não lhe sendo devido outro valor a título de indenização ou qualquer outro título presente ou futuro sob qualquer alegação ou fundamento.

II – Presume-se culpa da contratada a ocorrência das hipóteses descritas no artigo 78 da Lei 8.666/93 consolidada.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DA VINCULAÇÃO

Este contrato está vinculado ao Edital de Pregão para registro de preço nº. 48/2015 – Processo Licitatório nº. 65/2015 – Ata de Registro de Preço nº. 16/2015.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DOS RECURSOS

Nenhuma modificação poderá ser introduzida no objeto sem consentimento prévio do Município, mediante acordo escrito, obedecidos aos limites legais permitidos.

Quaisquer modificações entre as partes, com relação aos assuntos relacionados a este contrato, serão formalizadas por escrito, em duas vias, uma das quais visadas pelo destinatário, e que constituirá prova de sua efetiva entrega.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO

Para questões decorrentes da execução deste termo de contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Joaçaba, Estado de Santa Catarina, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente, juntamente com duas testemunhas, em duas vias de igual teor e forma sem emendas ou rasuras, para que produza seus jurídicos efeitos

Água Doce, SC, 23 de outubro de 2015

NOVELLI SGANZERLA	FAHDO THOME NETO
Prefeito Municipal	Thome Com. e Dist. de Tintas Ltda
Contratante	Contratada

TESTEMUNHAS:

Cristiano Savaris da Silva	Gláucia Regina Varaschin
CPF: 005.614.419-95	CPF: 006.597.239-21

Visto e Aprovado pela Assessoria Jurídica
SCHEILA MARA CORSO GIORDANI
OAB 27419

CONVOCAÇÃO

CONVOCAÇÃO

Novelli Sganzerla, Prefeito de Água Doce, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições.

Convoca o(a) Senhor(a) Anderson Paulo Pavelski, aprovado no Concurso Público 015/2014, no cargo de Motorista para apresentar-se em quinze dias úteis, contados a partir desta convocação, para assumir a vaga em caráter efetivo.
O não comparecimento no prazo assinalado implica na desistência tácita.

Água Doce, 26 de outubro de 2015
Novelli Sganzerla
Prefeito

Anderson Paulo Pavelski
Recebido em ____/____/____.

PORTARIA 287/2015

PORTARIA Nº 287/2015 de 26 de outubro de 2015

“CONCEDE ADICIONAL POR GRAU DE INSTRUÇÃO A FUNCIONÁRIA QUE MENCIONA. ”

Novelli Sganzerla, Prefeito de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto nos incisos VII e X do artigo 68 lei orgânica do Município e Lei complementar nº. 015/99. E lei complementar 058/2009 de 09/06/2009

Resolve:
Art 1º Conceder a funcionária, EVARISTA BERNADETE TRENTTO, funcionária pública municipal, ocupante do cargo efetivo de Assistente Administrativo, inscrita sob CPF nº 028.865.979-10 o adicional por grau de instrução no percentual de 12%, vez que a servidora efetiva está acessando o adicional referente ao Curso em nível de Pós-Graduação na área de atuação, conforme o artigo 112 da Lei 058/2009, conforme certificado em anexo.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01/10/2015, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Água Doce, 26 de outubro de 2015
Novelli Sganzerla Camila Raquel Macagnan
Prefeito Diretora do Dpto de Recursos Humanos

PORTARIA 288/2015

PORTARIA Nº 288/2015 de 26 de outubro de 2015

"CONCEDE ADICIONAL POR GRAU DE INSTRUÇÃO A FUNCIONÁRIO QUE MENCIONA. "

Novelli Sganzerla, Prefeito de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto nos incisos VII e X do artigo 68 lei orgânica do Município e Lei complementar nº. 015/99. E lei complementar 058/2009 de 09/06/2009

Resolve:

Art 1º Conceder ao funcionário, ELIAS VIECELLI, funcionário público municipal, ocupante do cargo efetivo de Técnico em Vigilância Sanitária, inscrito sob CPF nº 560.164.689-91 o adicional por grau de instrução no percentual de 12%, vez que o servidor efetivo está acessando o adicional referente ao Curso em nível de Pós-Graduação na área de atuação, conforme o artigo 112 da Lei 058/2009, conforme certificado em anexo.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01/10/2015, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Água Doce, 26 de outubro de 2015

Novelli Sganzerla

Prefeito

Camila Raquel Macagnan

Diretora do Dpto de Recursos Humanos

PORTARIA 289/2015

PORTARIA Nº 289/2015 de 26 de outubro de 2015

"CONCEDE FUNÇÃO DE MOTORISTA DO TRANSPORTE ESCOLAR AO FUNCIONÁRIO QUE MENCIONA. "

Novelli Sganzerla, Prefeito de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto nos incisos VII e X do artigo 68 lei orgânica do Município e Lei complementar nº. 015/99. E lei complementar 058/2009 de 09/06/2009

Resolve:

Art 1º Conceder ao funcionário, DANIEL LINS, funcionário público municipal, ocupante do cargo efetivo de Motorista, inscrito sob CPF nº 009.774.339-94 a Função de Motorista do Transporte Escolar, atendendo nos turnos matutino e vespertino no transporte dos alunos do ensino fundamental, conforme o anexo IV da Lei 058/2009, conforme solicitação do responsável em anexo.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01/10/2015, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Água Doce, 26 de outubro de 2015

Novelli Sganzerla

Prefeito

Camila Raquel Macagnan

Diretora do Dpto de Recursos Humanos

PORTARIA 290/2015

PORTARIA Nº 290/2015 de 26 de outubro de 2015

"CONCEDE LICENÇA MATERNIDADE A FUNCIONÁRIA QUE MENCIONA"

Novelli Sganzerla, Prefeito de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto nos incisos VII e X do artigo 68 lei orgânica do Município e Lei complementar nº. 015/99. E lei complementar 058/2009 de 09/06/2009

Resolve:

Artigo 1º Conceder licença maternidade de 120 dias a funcionária Angela Raquel Lucietti Rossa, inscrita sob CPF 894.734.349-87 a partir de 05/10/2015 a 01/02/2015, conforme certidão de nascimento em anexo.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 05/10/2015 revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Água Doce, 26 de outubro de 2015

Novelli Sganzerla

Prefeito

Camila Raquel Macagnan

Diretora do Dpto de Recursos Humanos

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 71/2015 - INEXIGIBILIDADE Nº 4/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE

PROCESSO LICITATÓRIO 71/2015

INEXIGIBILIDADE 4/2015

O MUNICÍPIO DE AGUA DOCE, com sua sede Administrativa situada à Praça João Macagnan 322, torna público, para conhecimento o PROCESSO LICITATÓRIO nº 71/2015, "INEXIGIBILIDADE nº 4/2015", destinado a contratação de serviços de locação, manutenção e suporte de aplicativo de controle de relógio ponto e de tratamento de ponto eletrônico para órgãos da administração pública municipal de Água Doce. Processo julgado em consonância com art. 25 Lei Federal n.º 8.666, de 31 de junho de 1.993 consolidada, e demais normas legais aplicáveis à espécie.

Água Doce, SC, 26 de outubro de 2015

NOVELLI SGANZERLA

Prefeito Municipal

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 72/2015 - CONCORRÊNCIA Nº. 3/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE

PROCESSO LICITATÓRIO 72/2015

CONCORRÊNCIA 3/2015

O MUNICÍPIO DE AGUA DOCE, com sua sede Administrativa situada à Praça João Macagnan 322, torna público, para conhecimento dos interessados, que se encontra aberto PROCESSO LICITATÓRIO nº 72/2015, na modalidade CONCORRÊNCIA PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA nº 3/2015", do tipo "MENOR PREÇO POR LOTE", em regime de empreitada por preço unitário, destinado a contratação de serviços de pavimentação em C.A.U.Q, paralelepípedos e construção de galeria de águas pluviais com recursos do FUNDAM, o qual será processado e julgado no dia 30 de novembro de 2015 às 14h00, em consonância com a Lei Federal n.º 8.666, de 31 de junho de 1.993 consolidada, e demais normas legais aplicáveis à espécie. Entrega dos envelopes até 30 de novembro de 2015 às 13h30.

Íntegra do edital disponível em: www.aguadoce.sc.gov.br.

Água Doce, SC, 26 de outubro de 2015
NOVELLI SGANZERLA
Prefeito Municipal

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 73/2015 - PREGÃO
PRESENCIAL Nº. 52/2015**

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE
PROCESSO LICITATÓRIO 73/2015
PREGÃO PRESENCIAL 52/2015

O MUNICÍPIO DE AGUA DOCE, com sua sede Administrativa situada à Praça João Macagnan 322, torna público, para conhecimento dos interessados, que se encontra aberto PROCESSO LICITATÓRIO nº 73/2015, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO nº 52/2015", do tipo "MENOR PREÇO POR ITEM", destinado a aquisição de combustíveis para veículos da Prefeitura de Água Doce, Secretarias Municipais e órgãos conveniados, o qual será processado e julgado no dia 12 de novembro às 13h30, em consonância com a Lei Federal n.º 8.666, de 31 de junho de 1.993 consolidada, e demais normas legais aplicáveis à espécie. Integra do edital disponível em: www.aguadoce.sc.gov.br

Água Doce, SC, 26 de outubro de 2015
NOVELLI SGANZERLA
Prefeito Municipal

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 74/2015 - PREGÃO
PRESENCIAL Nº. 53/2015**

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE
PROCESSO LICITATÓRIO 74/2015
PREGÃO PRESENCIAL 53/2015

O MUNICÍPIO DE AGUA DOCE, com sua sede Administrativa situada à Praça João Macagnan 322, torna público, para conhecimento dos interessados, que se encontra aberto PROCESSO LICITATÓRIO nº 74/2015, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº 53/2015", do tipo "MENOR PREÇO POR ITEM", destinado a aquisição de material impresso – calendários – para utilização em campanhas de trânsito, o qual será processado e julgado no dia 12 de novembro às 15h30, em consonância com a Lei Federal n.º 8.666, de 31 de junho de 1.993 consolidada, e demais normas legais aplicáveis à espécie. Integra do edital disponível em: www.aguadoce.sc.gov.br

Água Doce, SC, 26 de outubro de 2015
NOVELLI SGANZERLA
Prefeito Municipal

Alto Bela Vista

PREFEITURA

DECRETO Nº 2074, DE 23 DE OUTUBRO DE 2015.

DECRETA PONTO FACULTATIVO E TURNO ÚNICO

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, SC, usando das atribuições conferidas pelo Artigo 99, item VIII da Lei Orgânica;

Considerando o Dia do Servidor Público Municipal, instituído através da Lei Complementar nº 011/2005 que dispõe sobre o Estatuto Dos Servidores Públicos Municipais;

DECRETA:

Art. 1º Será considerado Ponto Facultativo do dia 28 de outubro de 2015; em Comemoração ao "Dia do Servidor Público" em todas as repartições Públicas Municipais, exceto educação.

Art. 2º - Será feito turno único no dia 30 de outubro de 2015, com atendimento normal das 7h às 9h30min e expediente interno das 9h30min às 13h em todas as repartições municipais.

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Alto Bela Vista (SC), em 23 de outubro de 2015.

CATIA TESSMANN REICHERT
Prefeita Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

FATIMA LORETE CLEIN DA SILVA
Responsável pelas Publicações

LEI MUNICIPAL Nº 676 DE 23 DE OUTUBRO DE 2015

DISPÕE SOBRE A CESSÃO DE DIREITO DE USO DE BENS MÓVEIS ÀS ASSOCIAÇÕES DE MORADORES BENEFICIÁRIAS QUE IDENTIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Catia Tessmann Reichert, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

Faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica autorizado o Poder Executivo Municipal a celebrar termo de cessão de direito de uso com as Associações de Moradores abaixo relacionadas, relativamente aos bens móveis adiante identificados.

§ 1º - Associação de Moradores de Linha das Palmeiras, entidade social, com personalidade jurídica, conforme registro no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica sob o nº 08.011.388/0001-38, com sede na localidade de Linha das Palmeiras, neste Município;

- Um Botijão Semex 20, marca SEMEX, registrado no patrimônio público municipal sob n.º 3203.

§ 2º - Associação de Moradores de Linha São João entidade social, com personalidade jurídica, conforme registro no Cadastro

Nacional da Pessoa Jurídica sob o nº 04.675.135/0001-08, com sede na localidade de Linha São João, neste Município;

- Um Botijão Semex 20, marca SEMEX, registrado no patrimônio público municipal sob n.º 3201.

§ 3º - Associação de Moradores das Propriedades Circunvizinhas a Sede, entidade social, com personalidade jurídica, conforme registro no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica sob o nº 05.160.372/0001-07, com sede na localidade de Linha Alto Bela Vista, neste Município;

a) Um Botijão Semex 20, marca SEMEX, registrado no patrimônio público municipal sob n.º 3200;

b) Uma Semeadora/Adubadora 02 Linhas-Max, espaçamento de 60 a 100 cm, capacidade máxima de 30 kg de sementes por linha capacidade de 220 kg de fertilizante, Marca MAX, Modelo PC 2123, número de série 2823, registrado no patrimônio público municipal sob n.º 3375.

§ 4º - Associação de Moradores de Linha Araraquara, entidade social, com personalidade jurídica, conforme registro no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica sob o nº 05.069.631/0001-80, com sede na localidade de Linha Araraquara, neste Município;

- Um Botijão Semex 20, marca SEMEX, registrado no patrimônio público municipal sob n.º 3202.

§ 5º - Associação de Moradores de Linha Nova Entre Rios, entidade social, com personalidade jurídica, conforme registro no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica sob o nº 05.069.702/0001-45, com sede na localidade de Linha Nova Entre Rios, neste Município;

- Um Botijão Semex 20, marca SEMEX, registrado no patrimônio público municipal sob n.º 3204.

Art. 2º O Termo de Cessão de Direito de Uso, além dos encargos previstos no artigo seguinte, estabelecerá as normas de utilização, manutenção, recuperação e reforma dos bens identificados no artigo Primeiro da presente, além da vigência e de outras condições da cessão.

Art. 3º Os encargos das entidades beneficiadas e identificadas no artigo anterior, serão de:

I – Utilizar os equipamentos, objetos desta cessão, exclusivamente no atendimento à demanda de serviços de inseminação artificial nas propriedades rurais dos agricultores pertencentes à área de abrangência de cada entidade;

II – Disponibilizar, às suas expensas, pessoal habilitado para o uso adequado e operação dos equipamentos cedidos;

III – Outros encargos que serão determinados no termo de cessão de direito de uso a ser celebrado com as entidades beneficiadas.

Parágrafo único. Na ocorrência de situações de emergência, presente a necessidade de o Município prestar atendimento emergencial às propriedades rurais em qualquer local do território municipal, fica estabelecido o encargo excepcional à entidade beneficiada, em disponibilizar, temporariamente, os equipamentos cedidos, para

utilização pelo Município, enquanto perdurar a situação.

Art. 4º Quando não cumpridos os encargos da entidade, o Município poderá retomar os equipamentos cedidos, mediante a rescisão do termo de cessão.

Art. 5º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita Municipal de Alto Bela Vista/SC, 23 de Outubro de 2015.

CATIA TESSMANN REICHERT

Prefeita Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

Fátima Lorete Clein da Silva
Responsável Pelas Publicações

Antônio Carlos

PREFEITURA

DECRETO Nº 95/2015

DECRETO Nº 000095/15 de 26 de Outubro de 2015

Abre crédito adicional -suplementar -originário do orçamento geral no Orçamento programa de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de ANTONIO CARLOS e autorização contida na Lei Municipal nº 001469/14 de 14 de Dezembro de 2014.

DE CRE TA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 52.000,00 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

11 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

11.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

11.01.10.301.0007.2.027-3.1.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas 50.000,00

11.01.10.301.0007.2.027-3.1.91.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas - Oper.Intra-Orçamentárias 2.000,00

Art 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Excesso de arrecadação 52.000,00

Art 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 26 de Outubro de 2015

ANTÔNIO PAULO REMOR

Prefeito Municipal

PRIMEIRO ADITIVO À ATA REGISTRO DE PREÇO Nº 109/2015

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Primeiro Termo Aditivo a Ata de Registro de Preço nº. 109/2015; Origem: Processo Licitatório: nº 058/2015 - Pregão Presencial nº 037/2015. Contratante: Prefeitura Municipal de Antônio Carlos/SC. Contratada: TRANSPORTE ÁVILA LTDA; Objeto o presente termo aditivo por objeto a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro da Ata de Registro de Preço nº 109/2015, que consiste no Registro de Preços para aquisição parcelada de Combustíveis (óleo diesel BS10) para abastecimento da frota de veículos e máquinas da Prefeitura e Fundo Municipal de Saúde de Antônio Carlos/SC. Valor: Diante da necessidade de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, fica alterado o valor do litro do óleo diesel BS10 para R\$ 2,95 (dois reais e noventa e cinco centavos). As demais cláusulas e condições permanecem inalteradas.

Antônio Carlos, 20 de outubro de 2015.

Antônio Paulo Remor

Prefeito Municipal

Arabutã

PREFEITURA

TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO DE TRABALHO TEMPORÁRIO Nº 53/2015

TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO DE TRABALHO TEMPORÁRIO Nº 53/2015

Fica rescindido a partir de 29 de outubro 2015 o contrato nº 53/2015 firmado entre o Senhor DAVID DLUGOVIT e o MUNICÍPIO DE ARABUTÃ, em 03 de julho de 2015, por término da vigência contratual.

Arabutã/SC, 26 de outubro de 2015.
JACKSON LUIZ PATZLAFF
Prefeito

ATA DE LICITAÇÃO - PL Nº. 70/2015

ATA 002

Processo Licitatório nº. 70/2015 – Pregão Presencial nº 038/2015
Objeto: Registro de preço de material de expediente/consumo, material de higiene e limpeza, mobiliário e equipamentos, para atender as necessidades das Unidades Administrativas do Município, conforme itens constantes no Formulário-Proposta, anexo I do Edital.

A Pregoeira e a Equipe de Apoio resolvem solicitar amostras dos itens abaixo relacionados com os nomes das respectivas empresas vencedoras, sendo que as mesmas deverão ser entregues até às 17h do dia 29 de outubro de 2015, na sede da Prefeitura de Arabutã.

a) ITEM 40, 43 - OBJETIVA COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA-ME.

b) ITEM 41, 61 - ROBERTO TESSARO & CIA LTDA – EPP.

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão, com a presente ata aprovada e assinada pela Pregoeira e pelos membros da Equipe de Apoio presentes ao final da sessão.

Arabutã, 26 de outubro de 2015.

Pregoeira - LEANDRA CHRISTINA COLDEBELLA

Equipe de Apoio: CARINE ALTMANN FEDRIZZI
DULCI DRIEMEIER
FELIPE PATZLAFF
DELSI DRIEMEIER

EXTRATOS CONTRATUAIS – PERÍODO DE 25/09/2015 A 23/10/2015.

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARABUTA e FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATOS CONTRATUAIS – PERÍODO DE 25/09/2015 A 23/10/2015.

Aditivo Nº : 56/2014 adt07 - Contrato Nº: 56/2014
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARABUTA
Contratada...: IACC PRE-MOLDADOS LTDA
Vigência : Início: 30/09/2015 Término: 31/12/2015
Licitação : Concorrência p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 1/2014
Objeto : Na Cláusula vigésima segunda - Dos prazos, do

contrato primitivamente celebrado entre as partes fica prorrogada a execução da obra, conforme comunicado da empresa anexo, devido ao clima chuvoso, que impediu o término da obra:

II - EXECUÇÃO DA OBRA: até 16 de outubro de 2015, acréscimo de 16 (dezesesseis) dias.

Aditivo Nº : 56/2014 adt8 - Contrato Nº: 56/2014

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARABUTA

Contratada...: IACC PRE-MOLDADOS LTDA

Vigência : Início: 16/10/2015 Término: 31/12/2015

Licitação : Concorrência p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 1/2014

Objeto : Na Cláusula vigésima segunda - Dos prazos, do contrato primitivamente celebrado entre as partes fica prorrogada a execução da obra, conforme comunicado da empresa anexo, devido ao clima chuvoso, que impediu o término da obra:

II - EXECUÇÃO DA OBRA: até 30 de novembro de 2015, acréscimo de 44 (quarenta e quatro) dias.

Contrato Nº.: 56/2015

Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ARABUTA

Contratada...: LAVADISKE AUTOMATIC LTDA - ME

Valor : 900,00 (novecentos reais)

Vigência : Início: 05/10/2015 Término: 31/12/2015

Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços

Recursos : Dotação: 09.01.2.074-3.3.90.01.0121(11)

Objeto : Contratação de empresa para prestação de serviço de lavanderia, compreendendo: coleta, lavagem, higienização, desinfecção, passagem, dobragem, embalagem de 100kg de roupas hospitalares (contaminadas) da Secretária Municipal de Saúde.

Aditivo Nº : 57/2014 adt06 - Contrato Nº: 57/2014

Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ARABUTA

Contratada...: CONSTRUTORA FOSCARINI LTDA - EPP

Valor : 9.199,28 (nove mil cento e noventa e nove reais e vinte e oito centavos)

Vigência : Início: 09/10/2015 Término: 21/10/2015

Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 1/2014

Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARABUTA

Recursos : Dotação: 09.01.1.063-4.4.90.01.0121(8)

Objeto : Do Objeto do contrato primitivamente celebrado entre as partes fica:

a) Acrescido o item "paredes de gesso cartonado" para fechar o vão do elevador, porque o mesmo não faz parte desta licitação e esse vão colocaria os usuários em risco;

b) Acrescido demolições na parte do beiral do prédio existente, que resultaram em alterações na cobertura e vedação nesse prédio;

c) Incluído o item "pintura" onde foi aplicado o gesso cartonado;

d) Incluído o item "calçada" no entorno da edificação para proteção das paredes e para condução do lixo até as lixeiras construídas na edificação nova;

e) Acrescido tubos e conexões, devido alteração no projeto de recondução das águas pluviais;

f) Incluído o item "pingadeiras de granito", sendo recortado o contrapiso para que as soleiras fiquem em nível ligeiramente inferior, permitindo assim, que a água escoe, com ressalto de 3cm para fora da perde e corte inferior (pingadeira)

g) Acrescido o item "saboneteiras e papeleiras" em todos os locais

onde há lavatórios, além dos banheiros.
Todas as alterações, inclusões e supressões estão em conformidade com a justificativa e planilha orçamentária elaborada pela da Engenharia Civil do Município, ambas anexas.

Contrato Nº.: 58/2015

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARABUTA
Contratada...: COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL SABOR DO SUL
Valor : 965,00 (novecentos e sessenta e cinco reais)
Vigência : Início: 15/10/2015 Término: 31/12/2015
Licitação : Outras Modalidades Nº.: 6/2015
Recursos : Dotação: 2.031.3.3.90.00.00.00.00.00 (46), 2.031.3.3.90.00.00.00.00.00 (47), 2.031.3.3.90.00.00.00.00.00 (48), 2.031.3.3.90.00.00.00.00.00 (49)
Objeto : Este contrato tem por objeto: Chamada pública é a aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, para o atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE.

Contrato Nº.: 59/2015

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARABUTA
Contratada...: COOPERATIVA DE PRODUCAO E CONSUMO AGROINDUSTRIAL F
Valor : 4.665,00 (quatro mil seiscentos e sessenta e cinco reais)
Vigência : Início: 15/10/2015 Término: 31/12/2015
Licitação : Outras Modalidades Nº.: 6/2015
Recursos : Dotação: 2.031.3.3.90.00.00.00.00.00 (46), 2.031.3.3.90.00.00.00.00.00 (47), 2.031.3.3.90.00.00.00.00.00 (48), 2.031.3.3.90.00.00.00.00.00 (49)
Objeto : Este contrato tem por objeto: Chamada pública é a aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, para o atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE.

EXTRATOS DE ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS – PERÍODO DE 25/09/2015 A 23/10/2015.

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARABUTA e FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATOS DE ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS – PERÍODO DE 25/09/2015 A 23/10/2015.

Aditivo Nº : Ata 11/2015 adt7 - Contrato Nº: Ata 11/2015

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARABUTA
Contratada...: WALENDOWSKY DISTRIBUIDORA DE COMBUSTÍVEIS LTDA.
Vigência : Início: 05/10/2015 Término: 05/01/2016
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 75/2014
Objeto : O presente termo aditivo tem por objeto o reajuste:

- a) Item 02 - óleo diesel comum no percentual de 2,634%, passando para R\$ 2,571 ao litro.
- b) Item 03 - óleo diesel S10 no percentual de 2,461%, passando para R\$ 2,747 ao litro.

Aditivo Nº : Ata 30/2015 adt2 - Contrato Nº: Ata 030/2015

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARABUTA
Contratada...: AUTO POSTO AURORA LTDA
Vigência : Início: 16/10/2015 Término: 30/01/2016
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 1/2015
Objeto : O presente termo aditivo da ata de registro de

preços tem por objeto:

- a) Reajuste de 2,92% no item 01 - gasolina comum, passando ao preço de R\$ 3,372 ao litro;
- Parágrafo único - O reajuste acima retroage os efeitos a partir da data de 15 de outubro de 2015.

Contrato Nº.: Ata 89/2015

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARABUTA
Contratada...: NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME
Valor : 2.647,40 (dois mil seiscentos e quarenta e sete reais e quarenta centavos)
Vigência : Início: 29/09/2015 Término: 29/09/2016
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 33/2015
Objeto : Registro de preço de materiais de limpeza, higiene, gêneros alimentícios, copa e cozinha para atender às necessidades das Unidades Administrativas do Município, conforme itens do anexo I.

Contrato Nº.: Ata 90/2015

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARABUTA
Contratada...: SCS COMERCIO LTDA ME
Valor : 275,50 (duzentos e setenta e cinco reais e cinquenta centavos)
Vigência : Início: 29/09/2015 Término: 29/09/2016
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 33/2015
Objeto : Registro de preço de materiais de limpeza, higiene, gêneros alimentícios, copa e cozinha para atender às necessidades das Unidades Administrativas do Município, conforme itens do anexo I.

Contrato Nº.: Ata 91/2015

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARABUTA
Contratada...: TEREZINHA DE OLIVEIRA LUZ - ME
Valor : 1.831,32 (um mil oitocentos e trinta e um reais e trinta e dois centavos)
Vigência : Início: 29/09/2015 Término: 29/09/2016
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 33/2015
Objeto : Registro de preço de materiais de limpeza, higiene, gêneros alimentícios, copa e cozinha para atender às necessidades das Unidades Administrativas do Município, conforme itens do anexo I.

Contrato Nº.: Ata 86/2015

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARABUTA
Contratada...: OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME
Valor : 3.284,45 (três mil duzentos e oitenta e quatro reais e quarenta e cinco centavos)
Vigência : Início: 29/09/2015 Término: 29/09/2016
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 33/2015
Objeto : Registro de preço de materiais de limpeza, higiene, gêneros alimentícios, copa e cozinha para atender às necessidades das Unidades Administrativas do Município, conforme itens do anexo I.

Contrato Nº.: Ata 87/2015

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARABUTA
Contratada...: AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA

Valor : 3.803,56 (três mil oitocentos e três reais e cinquenta e seis centavos)
Vigência : Início: 29/09/2015 Término: 29/09/2016
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 33/2015
Objeto : Registro de preço de materiais de limpeza, higiene, gêneros alimentícios, copa e cozinha para atender às necessidades das Unidades Administrativas do Município, conforme itens do anexo I.

Contrato Nº.: Ata 88/2015
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARABUTA
Contratada...: ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP
Valor : 1.155,20 (um mil cento e cinquenta e cinco reais e vinte centavos)
Vigência : Início: 29/09/2015 Término: 29/09/2016
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 33/2015
Objeto : Registro de preço de materiais de limpeza, higiene, gêneros alimentícios, copa e cozinha para atender às necessidades das Unidades Administrativas do Município, conforme itens do anexo I.

Contrato Nº.: Ata 92/2015
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARABUTA
Contratada...: AMBIFLORA-EMPREENDEIMENTOS FLORESTAIS E AMBIENTAIS Valor : 7.700,00 (sete mil e setecentos reais)
Vigência : Início: 30/09/2015 Término: 30/09/2016
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 36/2015
Objeto : Registro de preços de mudas de erva-mate e eucalipto, conforme identificação constante do Formulário-Proposta em anexo.

Contrato Nº.: Ata 93/2015
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARABUTA
Contratada...: VIVEIRO FLORESTAL SANTO ANTONIO LTDA - ME
Valor : 56.950,00 (cinquenta e seis mil novecentos e cinquenta reais)
Vigência : Início: 30/09/2015 Término: 30/09/2016
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 36/2015
Objeto : Registro de preços de mudas de erva-mate e eucalipto, conforme identificação constante do Formulário-Proposta em anexo.

Contrato Nº.: Ata 94/2015
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARABUTA
Contratada...: EMPRESA GRAFICA CRUZEIRO LTDA - EPP
Valor : 5.184,00 (cinco mil cento e oitenta e quatro reais)
Vigência : Início: 15/10/2015 Término: 15/10/2016
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 37/2015
Objeto : Registro de preço de serviços gráficos, para atender as necessidades das Unidades Administrativas do Município, conforme itens do anexo I.

PORTARIA Nº. 366/2015

PORTARIA Nº. 366/2015

CONCEDE LICENÇA A SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Jackson Luiz Patzlaff, Prefeito de Arabutã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei;

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER, à servidora DAIANE ALBIERO DEUNER, inscrita no CPF-MF sob nº 034.928.909-38, ocupante do cargo de Provisão em Comissão de Gerente da Saúde, licença maternidade conforme art.104 da Lei Complementar nº159/2014 a partir de 21 de outubro de 2015.

Art.2º Os efeitos desta portaria retroagem a data de 21 de outubro de 2015.

Art.3º Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito de Arabutã/SC, 26 de outubro de 2015.

JACKSON LUIZ PATZLAFF

Prefeito

Registrado e publicado em data supra.

Greici Fernanda Sonntag

Responsável pela publicação.

HOMOLOGAÇÃO - PL 71/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE ARABUTÁ CNPJ: 95.995.221/0001-53 RUA LAURO MULLER,210 - CENTRO C.E.P.: 89740-000 - Arabutã - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 39/2015 - PR
	Processo Administrativo: 71/2015 Processo de Licitação: 71/2015 Data do Processo: 02/10/2015

Folha: 1/2

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito, JACKSON LUIZ PATZLAFF, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 71/2015
 b) Licitação Nr.: 39/2015-PR
 c) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
 d) Data Homologação: 27/10/2015
 e) Data da Adjudicação: 27/10/2015 Sequência: 0
 f) Objeto da Licitação Registro de preços de equipamentos de proteção e segurança para os servidores públicos municipais, conforme itens do anexo I.

g) Fornecedores e Itens Vencedores:

(em Reais R\$)					
	Unid.	Qtidade	Descto (%)	Preço Unitário	Total do Item
<u>MASTERSUL EQUIPAMENTOS DE SEGURANCA LTDA - EPP (8966)</u>					
2 Avental impermeável - Marca: PLASTCOR	UN	18,00	0,0000	10,50	189,00
8 Creme para mãos para proteção - Marca: HENLAU	UN	10,00	0,0000	11,30	113,00
9 Creme protetor/bloqueador - Marca: ALG	UN	100,00	0,0000	21,00	2.100,00
10 Luva de segurança, confeccionada em vaqueta, com reforço na - Marca: PROBEM	PAR	30,00	0,0000	15,40	462,00
18 Respirador pff2 (VO - Marca: PROSAFETY	UN	25,00	0,0000	3,15	78,75
Total do Fornecedor:					2.942,75
<u>OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME (8163)</u>					
3 Botas de PVC injetado - Marca: ZUQUIBRAS	PAR	7,00	0,0000	25,50	178,50
4 Botina de segurança em couro, na cor preta, com elástico nas - Marca: ARTEFLEX	UN	25,00	0,0000	62,50	1.562,50
5 Capa de chuva - Marca: PREVEMAX	UN	10,00	0,0000	14,00	140,00
13 Óculos de proteção - Marca: DANNY	UN	20,00	0,0000	5,80	116,00
14 Óculos de proteção de sol - Marca: DANNY	UN	20,00	0,0000	5,95	119,00
17 Respirador PFF1 - Marca: TAYCO	UN	20,00	0,0000	1,75	35,00
20 Luvas de borracha nitrílica, com forro flocado de algodão, c - Marca: DANNY	PAR	100,00	0,0000	5,95	595,00
21 Bota de segurança cano longo tipo impermeável, confeccionada - Marca: PREVEMAX	PAR	10,00	0,0000	36,20	362,00
Total do Fornecedor:					3.108,00
Total Geral:					6.050,75

Arabutã, 27 de Outubro de 2015.

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARABUTÁ**

CNPJ: 95.995.221/0001-53
RUA LAURO MULLER, 210 - CENTRO
C.E.P.: 89740-000 - Arabutã - SC

**PREGÃO PRESENCIAL
Nr.: 39/2015 - PR**

Processo Administrativo: 71/2015
Processo de Licitação: 71/2015
Data do Processo: 02/10/2015

Folha: 2/2

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Arabutã, 27 de Outubro de 2015.

Arroio Trinta

PREFEITURA

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 01/2015

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 01/2015.

Pelo presente instrumento particular de Aditivo, de um lado o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO ALTO VALE DO RIO DO PEIXE CISAMARP, Associação Pública com personalidade jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 11.023.771/0001-10, com sede à Rua Manoel Roque, 99, Alvorada, Videira S/C, neste ato representado por seu Presidente, Sr. GILBERTO AMARO COMAZZETTO e o MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA-SC, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 82.826.462/0001-27, com sede administrativa na Rua XV de Novembro, 26, CEP 89590-000, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. ALCIDIR FELCHILCHER, considerando a concordância e o interesse das partes, resolvem, de comum acordo, alterar o Contrato Administrativo nº 01/2015, conforme as Cláusulas a seguir especificadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA

O Parágrafo Primeiro da Cláusula quarta – DOS VALORES E FORMAS DE REPASSE, do Contrato Administrativo nº 01/2015 passa a ter a seguinte redação:

“ DOS VALORES E FORMAS DE REPASSE

Cláusula quarta – (...)

Parágrafo único - A cota anual máxima prevista do município é de R\$48.000,00 (Quarenta e oito mil reais), podendo ser utilizada fracionando-se o valor anual nos meses do ano conforme for conveniente ao município.

(...)”.

CLÁUSULA SEGUNDA

O presente aditivo terá vigência a partir do dia 22 de setembro de 2015.

CLÁUSULA TERCEIRA

Para todos os fins de direito, excetuada a modificação constante da condição acima aditada, ficam ratificadas todas as demais disposições do Contrato Administrativo 0001/2015 firmado entre as partes.

E, por estarem justos e acertados, assinam o presente em três (03) vias de igual teor.

Videira-SC, 22 de setembro de 2015.

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO ALTO VALE DO RIO DO PEIXE CISAMARP
AMARO GILBERTO COMAZZETTO

MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA
ALCIDIR FELCHILCHER

TESTEMUNHAS:

MICHEL JUNIOR SERIGHELLI
CPF SOB Nº 000.077.349-21

RONIVAN BRANDALISE
CPF SOB Nº 027.783.989-02

VISTO:
HUMBERTO DALPIZZOL
OAB/SC 15588
AUTORIZAÇÃO PARA CELEBRAR TERMO ADITIVO

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta- SC, portador do CPF sob nº 518.040.009-06 e CI sob nº 1.518.8051, residente e domiciliado na Rua XV de Novembro s/n, Centro de Arroio Trinta – SC, autorizo, através do presente, em conformidade com a Lei 8.666/93, a celebração de Termo Aditivo para aditar valores referente contrato nº 0001/2015, celebrado com a Empresa CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO ALTO VALE DO RIO DO PEIXE CISAMARP, num percentual de 25% (vinte e cinco por cento).

Arroio Trinta – SC, 22 de setembro de 2015.
ALCIDIR FELCHILCHER
PREFEITO MUNICIPAL

TERMO ADITIVO Nº 0001/2015 AO CONTRATO Nº 0001/2015
EXAMES CIS-AMARP
CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO ALTO VALE DO RIO DO PEIXE - CISAMARP

DECRETO Nº 1730

DECRETO Nº 1730, de 22 de outubro de 2015.

Declara situação de emergência nas áreas do Município afetadas por Tempestade Local/Convectiva - Chuvas Intensas (1.3.2.1.4), conforme IN/MI 01/2012.

O Senhor ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito do Município de Arroio Trinta, localizado no Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica Municipal e pelo Inciso VI do artigo 8º da Lei Federal no 12.608, de 10 de abril de 2012,

CONSIDERANDO:

I – Que a grande quantidade de chuva, causou a destruição parcial de uma ponte no dia 21/10/2015 as 04:00hs, deixando varias famílias da Comunidade da Linha Santo Antonio sem acesso;
II- Que em decorrência dos seguintes danos o fenômeno causou a destruição parcial de uma ponte que dá acesso a comunidade da Linha Santo Antonio;
V – Que o parecer do COMPDEC, relatando a ocorrência deste desastre é favorável à declaração de situação de emergência.

DECRETA:

Art. 1º. Fica declarada situação de emergência nas áreas do município contidas no Formulário de Informações do Desastre – FIDE e demais documentos anexos a este Decreto, em virtude do desastre classificado e codificado como Tempestade Local/Convectiva - Chuvas Intensas (1.3.2.1.4), conforme IN/MI nº 01/2012.

Art. 2º. Autoriza-se a mobilização de todos os órgãos municipais para atuarem sob a coordenação COMPDEC, nas ações de resposta ao desastre e reabilitação do cenário e reconstrução.

Art. 3º. Autoriza-se a convocação de voluntários para reforçar as ações de resposta ao desastre e realização de campanhas de

arrecadação de recursos junto à comunidade, com o objetivo de facilitar as ações de assistência à população afetada pelo desastre, sob a coordenação do COMPDEC.

Art. 4º. De acordo com o estabelecido nos incisos XI e XXV do artigo 5º da Constituição Federal, autoriza-se as autoridades administrativas e os agentes de defesa civil, diretamente responsáveis pelas ações de resposta aos desastres, em caso de risco iminente, a:

- I – penetrar nas casas, para prestar socorro ou para determinar a pronta evacuação;
- II – usar de propriedade particular, no caso de iminente perigo público, assegurada ao proprietário indenização ulterior, se houver dano.

Parágrafo único: Será responsabilizado o agente da defesa civil ou autoridade administrativa que se omitir de suas obrigações, relacionadas com a segurança global da população.

Art. 5º. De acordo com o estabelecido no Art. 5º do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, autoriza-se o início de processos de desapropriação, por utilidade pública, de propriedades particulares comprovadamente localizadas em áreas de risco intensificado de desastre.

§ 1º. No processo de desapropriação, deverão ser consideradas a depreciação e a desvalorização que ocorrem em propriedades localizadas em áreas inseguras.

§ 2º. Sempre que possível essas propriedades serão trocadas por outras situadas em áreas seguras, e o processo de desmontagem e de reconstrução das edificações, em locais seguros, será apoiado pela comunidade.

Art. 6º. Com base no Inciso IV do artigo 24 da Lei nº 8.666 de 21.06.1993, sem prejuízo das restrições da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/2000), ficam dispensados de licitação os contratos de aquisição de bens necessários às atividades de resposta ao desastre, de prestação de serviços e de obras relacionadas com a reabilitação dos cenários dos desastres, desde que possam ser concluídas no prazo máximo de cento e oitenta dias consecutivos e ininterruptos, contados a partir da caracterização do desastre, vedada a prorrogação dos contratos.

Art. 7º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 21/10/2015.

Arroio Trinta – SC, 22 de outubro de 2015.
Alcidir Felchilcher
Prefeito Municipal de Arroio Trinta/SC

PORTARIA Nº 296

PORTARIA Nº 296, de 21/10/2015.

Concede Férias a Servidor que Menciona.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 6º da Lei nº 1636/2013,

RESOLVE:

Artigo 1.º - Conceder férias a servidora municipal, ANA PAULA LAMONATTO, brasileira, casada, ocupante do cargo de CONSELHEIRO TUTELAR, relativas ao período aquisitivo de 06/10/2014 à 05/10/2015 e gozo das mesmas no período de 21/10/2015 a 19/11/2015, sendo que ao mesmo será pago 1/3(um terço) sobre as férias, conforme determina a Lei.

Artigo 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta – SC, 21 de outubro de 2015.
ALCIDIR FELCHILCHER
Prefeito Municipal

Atalanta

PREFEITURA

LEI Nº 1445/2015

LEI Nº 1445/2015

“Autoriza o Chefe do Poder Executivo a Ceder Parte do Imóvel de Propriedade do Município de Atalanta, por Contrato de Comodato, a Associação Amigos do Acampamento – Atalanta/SC e dá Outras Providências.”

O Prefeito do Município de Atalanta, Estado de Santa Catarina. Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a firmar contrato por comodato, com a Associação Amigos do Acampamento – Atalanta/SC, CNPJ 08.795.216/0001-00, de um área de 8.787,00 m² (Oito mil e setecentos e oitenta e sete metros quadrados), a ser desmembrado de um terreno rural, do Parque Municipal de Exposição Virgílio Scheller, situado na localidade de Vila Gropp, na cidade de Atalanta, desta Comarca, com as seguintes medidas e confrontações: ao NORTE, em uma linha irregular de 71,16 metros com o Rio Dona Luíza; ao SUL em uma linha de 30,42 metros com Parque Municipal de Exposição Virgílio Scheller; ao LESTE em uma linha de 326,80 metros com Parque Municipal de Exposição Virgílio Scheller e ao OESTE em duas linhas, sendo a primeira com 220,23 metros com terras de Pedro Adolfo Esser, e a segunda com 63,22 metros com terras de Nelson May, conforme Memorial Descritivo e Levantamento Planialtimétrico (Planta Baixa na Escala 1/1500).

Parágrafo Único - O imóvel descrito no caput deste artigo será cedido pelo prazo de 20 anos, podendo ser prolongado por igual período com o Município.

Art. 2º - A presente cessão de uso tem por objetivo fornecer espaço físico, que também poderá ser usado a título de construção de benfeitorias para funcionamento, bem como guarda do patrimônio da entidade.

Art. 3º - As benfeitorias edificadas no período contratual e existentes no final do contrato ficarão integralmente para o Município, sem qualquer tipo de indenização.

Parágrafo Único – As benfeitorias que trata o caput deste artigo não poderão ser transferidos pelos sócios ou pela Associação, assim como não poderão ser objeto de uso residencial.

Art. 4º - O Município poderá rescindir o presente contrato, mediante interesse público e, notificação mínima de cento e oitenta (180) dias, indenizando eventuais benfeitorias já construídas antes da referida indenização.

Art. 5º - A referida Associação perderá o direito a concessão presente, se deixar de ser “sem fins lucrativos”.

Art. 6º - A Associação não poderá sublocar ou ceder o imóvel a terceiros, sem autorização expressa do Poder Executivo Municipal.

Art. 7º - As despesas decorrentes da execução desta Lei, correrão por conta do orçamento vigente, suplementado quando e se necessário.

Art. 8º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do artigo 3º da Lei nº. 1095/2009 de 15.04.2009.

Art. 9º - Revoga-se a Lei nº 0968/2007 de 30 de maio de 2007 e demais disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Atalanta, 21 de outubro de 2015.

Tarcísio Polastri

Prefeito Municipal

Balneário Piçarras

PREFEITURA

1º ADITIVO AO CONTRATO 017/2015 FMC

PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO PIÇARRAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

Processo Administrativo nº 030/2015-PMBP

Pregão Presencial nº 016/2015-PMBP - SRP

Contrato nº 017/2015FMC

1º Termo de Aditivo

Objeto: Constitui objeto do presente Pregão Presencial o LICENCIAMENTO DE SOFTWARES DE GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL e serviços de informática, para atender demanda da Prefeitura Municipal.

Conforme solicitado, fica acrescido o valor de R\$ 6.476,00 (seis mil, quatrocentos e setenta e seis reais)

Balneário Piçarras(SC), 20 de outubro de 2015.

Leonel José Martins

Prefeito Municipal

2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 002/2015 IPRESP

PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO PIÇARRAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

Processo Administrativo nº 030/2015-PMBP

Pregão Presencial nº 016/2015-PMBP - SRP

Contrato nº 002/2015FMC

2º Termo de Aditivo

Objeto: Constitui objeto do presente Pregão Presencial o LICENCIAMENTO DE SOFTWARES DE GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL e serviços de informática, para atender demanda da Prefeitura Municipal.

Conforme solicitado, fica acrescido o valor de R\$ 10.172,00 (dez mil, cento e setenta e dois reais)

Balneário Piçarras(SC), 20 de outubro de 2015.

Leonel José Martins

Prefeito Municipal

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 005/2015- CMV PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2015- CMV ESCLARECIMENTO

MERCADORIA	ESPECIFICAÇÃO	QTD	UNID	PREÇO UNIT.	VALOR TOTAL
COMPUTADOR	PC WORK CORE I3, 4GB E 500GB, DVD, com monitor 20	3	UN	R\$:2.456,66	R\$:7.370,00
COMPUTADOR	COMPUTADOR DUAL CORE, 4GB, 500GB, com monitor 20 DVD	3	UN	R\$:2.159,00	R\$:6.477,00
NOTEBOOK	NOTEBOOK INTEL CORE I3 4GB TELA 17 HD LED LCD LEITOR E GRAVADOR DE DVD/CD WINDORES 7.0 CORE PRETA.	1	UN	R\$:2.260,06	R\$:6.782,00
ESTABILIZADOR	ESTABILIZADOR 300 va bivolt	2	UN	R\$:95,00	R\$:570,00

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 005/2015- CMV

PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2015- CMV

DO OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA PARA A SEDE DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE BALNEÁRIO PIÇARRAS, conforme especificações constantes do Anexo I – Termo de Referência, atendendo solicitações que encontram-se anexas ao Processo.

ESCLARECIMENTO

Tendo em vista que houve equívoco na elaboração do termo de referência quanto aos quantitativos, serve o presente para esclarecer:

onde se lê:

leia-se:

MERCADORIA	ESPECIFICAÇÃO	QTD	UNID	PREÇO UNIT.	VALOR TOTAL
COMPUTADOR	PC WORK CORE I3, 4GB E 500GB, DVD, com monitor 20	3	UN	R\$:2.456,60	R\$:7.369,80
NOTEBOOK	NOTEBOOK INTEL CORE I3 4GB TELA 17 HD LED LCD LEITOR E GRAVADOR DE DVD/CD WINDORES 7.0 CORE PRETA.	1	UN	R\$:2.260,06	R\$:2.260,06
ESTABILIZADOR	ESTABILIZADOR 300 va bivolt	3	UN	R\$:95,00	R\$:285,00

VALOR TOTAL: R\$ 9.914,86

Considerando que a abertura iria ocorrer na data 27 de outubro de 2015, fica prorrogada a abertura para o dia 29 de outubro de 2015 às 09:00hs, de modo que as empresas sejam devidamente cientificadas do esclarecimento.

Balneário Piçarras, 26 de outubro de 2015.

ROSANI CESÁRIO PEREIRA

PREGOEIRA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 078/2015-PMBP - PREGÃO PRESENCIAL Nº 039/2015-PMBP

MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO PIÇARRAS

Processo Licitatório nº 078/2015-PMBP - Pregão Presencial nº 039/2015-PMBP

A Prefeitura Municipal de Balneário Piçarras, através da Secretaria de Administração e Fazenda, nos termos da Lei Federal nº 10.520/2002 e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, demais legislações pertinentes, torna público que fará realizar Licitação na Modalidade Pregão Presencial para Registro de Preços, Tipo Menor Preço por Item, para Aquisição de veículos para o Município de Balneário Piçarras. Recebimento dos Envelopes até: 11/11/2015 às 14:00h. Data da Sessão Pública: 11/11/2015 às 14:00h, na Secretaria de Administração e Fazenda, sito à Avenida Emanuel Pinto, nº 1.655, Centro, Balneário Piçarras/SC. O Edital na íntegra encontra-se a disposição dos interessados na Secretaria de Administração e Fazenda, endereço acima citado, no horário das 8 às 12 e das 13:30 às 17:30h, ou no site www.picarras.sc.gov.br.

Balneário Piçarras(SC), 26 de outubro de 2015.

Leonel José Martins

Prefeito Municipal.

Balneário Rincão

PREFEITURA

AVISO DE CANCELAMENTO DE LICITAÇÃO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 068/PMBR/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

GOVERNO DO MUNICÍPIO DE BALNEARIO RINCÃO

AVISO DE CANCELAMENTO DE LICITAÇÃO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 068/PMBR/2015

O Município de Balneário Rincão torna público aos licitantes e interessados, que cancelou com fulcro no artigo 49 da Lei 8666/93, o EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 068/PMBR/2015, que tem como objeto a contratação de empresas do ramo pertinente para aquisição de Plantas para paisagismo do "Canteiro Central" da Avenida Leoberto Leal localizada no Centro do Município de Balneário Rincão/SC., por motivo de alteração do Projeto, em conformidade com a Lei 8.666/93 e alterações posteriores, de acordo com a solicitação da Secretaria Responsável.

Balneário Rincão/SC., 23 de Outubro de 2015.

DECIO GOMES GOES

PREFEITO MUNICIPAL DE BALNEARIO RINCÃO

Barra Velha

PREFEITURA

CONTRATO 018/2015 FMS

PREFEITURA DE BARRA VELHA
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Contratada: BIOTEXTIL INDÚSTRIA E COMERCIO LTDA

Licitação: Proc. Administrativo 021/2015 - Pregão Presencial nº 014/2015 - FMS

Objeto: Aquisição de material hospitalar para as Unidades Básicas de Saúde, Pronto Atendimento e Centro de Atenção Psicossocial (CAPS), conforme especificações constantes do Anexo I – Termo de Referência

Valor do Contrato: R\$ 28.960,00 (vinte oito mil seiscientos e noventa reais).

Data da assinatura: 16/10/2015

Data do vencimento: 31/12/2015

Barra Velha, 16 de outubro de 2015

ALEXANDRE DUARTE –
Pela Empresa Contratada

Claudemir Matias Francisco -
Prefeito

CONTRATO 019/2015 FMS

PREFEITURA DE BARRA VELHA
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Contratada: COINTER MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA

Licitação: Proc. Administrativo 021/2015 - Pregão Presencial nº 014/2015 - FMS

Objeto: Aquisição de material hospitalar para as Unidades Básicas de Saúde, Pronto Atendimento e Centro de Atenção Psicossocial (CAPS), conforme especificações constantes do Anexo I – Termo de Referência

Valor do Contrato: R\$ 402.812,94 (quatrocentos e dois mil oitocentos e doze reais e noventa e quatro centavos).

Data da assinatura: 16/10/2015

Data do vencimento: 31/12/2015

Barra Velha, 16 de outubro de 2015

EGÍDIO DAGIOS JUNIOR –
Pela Empresa Contratada

Claudemir Matias Francisco -
Prefeito

CONTRATO 020/2015 FMS

PREFEITURA DE BARRA VELHA
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Objeto: Aquisição de material hospitalar para as Unidades Básicas de Saúde, Pronto Atendimento e Centro de Atenção Psicossocial (CAPS), conforme especificações constantes do Anexo I – Termo de Referência

Valor do Contrato: R\$ 35.293,54 (trinta e cinco mil duzentos e noventa e três reais e cinquenta e quatro centavos).

Data da assinatura: 16/10/2015

Data do vencimento: 31/12/2015

Barra Velha, 16 de outubro de 2015

MARILEUSA APARECIDA STINGHEN –
Pela Empresa Contratada

Claudemir Matias Francisco -
Prefeito

CONTRATO 021/2015 FMS

PREFEITURA DE BARRA VELHA
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Contratada: VENEZA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES

Licitação: Proc. Administrativo 021/2015 - Pregão Presencial nº 014/2015 - FMS

Objeto: Aquisição de material hospitalar para as Unidades Básicas de Saúde, Pronto Atendimento e Centro de Atenção Psicossocial (CAPS), conforme especificações constantes do Anexo I – Termo de Referência

Valor do Contrato: R\$ 402.812,94 (quatrocentos e dois mil oitocentos e doze reais e noventa e quatro centavos).

Data da assinatura: 16/10/2015

Data do vencimento: 31/12/2015

Barra Velha, 16 de outubro de 2015

GERSON POSTAI –
Pela Empresa Contratada

Claudemir Matias Francisco -
Prefeito

CONTRATO 022/2015 FMS

PREFEITURA DE BARRA VELHA
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Objeto: Aquisição de material hospitalar para as Unidades Básicas de Saúde, Pronto Atendimento e Centro de Atenção Psicossocial (CAPS), conforme especificações constantes do Anexo I – Termo de Referência

Valor do Contrato: R\$ 2.538,45 (dois mil quinhentos e trinta e oito reais e quarenta e cinco centavos).

Data da assinatura: 16/10/2015

Data do vencimento: 31/12/2015

Barra Velha, 16 de outubro de 2015

FRANCINI RANIELI POSTAI –
Pela Empresa Contratada

Claudemir Matias Francisco -
Prefeito

CONTRATO 023/2015 FMS

PREFEITURA DE BARRA VELHA
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Objeto: Aquisição de material hospitalar para as Unidades Básicas de Saúde, Pronto Atendimento e Centro de Atenção Psicossocial (CAPS), conforme especificações constantes do Anexo I – Termo de Referência

Valor do Contrato: R\$ 2.538,45 (dois mil quinhentos e trinta e oito reais e quarenta e cinco centavos).

Data da assinatura: 16/10/2015

Data do vencimento: 31/12/2015

Barra Velha, 16 de outubro de 2015
FRANCINI RANIELI POSTAI –
Pela Empresa Contratada

Claudemir Matias Francisco -
Prefeito

CONTRATO 024/2015 FMS

PREFEITURA DE BARRA VELHA
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Objeto: Aquisição de material hospitalar para as Unidades Básicas de Saúde, Pronto Atendimento e Centro de Atenção Psicossocial (CAPS), conforme especificações constantes do Anexo I – Termo de Referência

Valor do Contrato: R\$ 33.467,39 (trinta e três mil quatrocentos e sessenta e sete reais e trinta e nove centavos).

Data da assinatura: 16/10/2015

Data do vencimento: 31/12/2015

Barra Velha, 16 de outubro de 2015
MARTA IRENE GESSELE –
Pela Empresa Contratada

Claudemir Matias Francisco -
Prefeito

CONTRATO 025/2015 FMS

PREFEITURA DE BARRA VELHA
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Objeto: Aquisição de material hospitalar para as Unidades Básicas de Saúde, Pronto Atendimento e Centro de Atenção Psicossocial (CAPS), conforme especificações constantes do Anexo I – Termo de Referência

Valor do Contrato: R\$ 5000,84 (cinco mil reais e oitenta e quatro centavos).

Data da assinatura: 16/10/2015

Data do vencimento: 31/12/2015

Barra Velha, 16 de outubro de 2015
PEDRO ANTÔNIO LAPINSCKI –
Pela Empresa Contratada

Claudemir Matias Francisco -
Prefeito

CONTRATO 027/2015 FMS

PREFEITURA DE BARRA VELHA
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Objeto: Aquisição de material hospitalar para as Unidades Básicas de Saúde, Pronto Atendimento e Centro de Atenção Psicossocial (CAPS), conforme especificações constantes do Anexo I – Termo de Referência

Valor do Contrato: R\$ 62.263,24 (sessenta e dois mil duzentos e sessenta e três reais e vinte e quatro centavos).

Data da assinatura: 16/10/2015

Data do vencimento: 31/12/2015

Barra Velha, 16 de outubro de 2015
JORGE HENRIQUE DA SILVA –
Pela Empresa Contratada

Claudemir Matias Francisco -
Prefeito

CONTRATO 028/2015 FMS

PREFEITURA DE BARRA VELHA
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Objeto: Aquisição de material hospitalar para as Unidades Básicas de Saúde, Pronto Atendimento e Centro de Atenção Psicossocial (CAPS), conforme especificações constantes do Anexo I – Termo de Referência

Valor do Contrato: R\$ 1.892,80 (mil oitocentos e noventa e dois reais e oitenta centavos).

Data da assinatura: 16/10/2015

Data do vencimento: 31/12/2015

Barra Velha, 16 de outubro de 2015
ADROALDO MACHADO
Pela Empresa Contratada

Claudemir Matias Francisco -
Prefeito

CONTRATO 029/2015 FMS

PREFEITURA DE BARRA VELHA
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Objeto: Aquisição de material hospitalar para as Unidades Básicas de Saúde, Pronto Atendimento e Centro de Atenção Psicossocial (CAPS), conforme especificações constantes do Anexo I – Termo de Referência

Valor do Contrato: R\$ 14,600,00 (quatorze mil e seiscentos reais).

Data da assinatura: 16/10/2015

Data do vencimento: 31/12/2015

Barra Velha, 16 de outubro de 2015
JOSÉ PAULO GESSER
Pela Empresa Contratada

Claudemir Matias Francisco -
Prefeito

Bela Vista do Toldo

PREFEITURA

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 001/2015

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 001/2015

MODALIDADE LOCAÇÃO DE SOFTWARES

Pelo presente instrumento que entre si celebram, de um lado o CAMARA DE VEREADORES DOMUNICIPIO DE BELA VISTA DO TOLDO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 02.317.211/0001-88, com sede sita à Rua Leopoldo Koch, 78, no município de Bela Vista do Toldo, SC, neste ato representado pelo presidente da câmara municipal, o Sr. Osni Cristiano Niedzielski, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade 3.118.121, inscrito no CPF 015.111.719-52, residente e domiciliado na localidade de Serra do Lucindo, Centro e no município de Bela Vista do Toldo, SC, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE e a empresa BETHA SISTEMAS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 00.456.856/0001-67, inscrição Estadual 253.086.027, com sede à Rua João Pessoa, 134, na cidade de Criciúma, Estado de Santa Catarina, neste ato representada pelo Sr. ERNESTO MUNIZ DE SOUZA JUNIOR, brasileiro, ADVOGADO, portador da cédula de identidade profissional nº 4109423 e inscrito no CPF sob nº 004.770.259-19, residente e domiciliado na rua Ararangua, 205, apto. 1004, centro de Criciúma/Sc., e DANIELA RAMOS DA SILVA, brasileira, advogada, portadora da cédula de identidade nº 4141785, e inscrita no CPF N.º 007.395.609-05, residente e domiciliada na Henrique LAGE, 54, centro de Criciúma/Sc, doravante denominada CONTRATADA, ajustam entre si o presente contrato de prestação de serviços, com fundamento na Lei Federal nº 8.666/93, suas alterações posteriores e demais normas jurídicas aplicáveis à espécie, as partes contratantes resolvem deliberadamente pactuar o presente contrato de locação de softwares e prestação de serviços correlatos, o que fazem mediante as cláusulas e condições abaixo estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

- Constitui objeto do presente contrato o Licenciamento do Direito de Uso de Aplicativos de Gestão Pública, para uso temporário e não exclusivo, conforme quantidades de usuários previstas no Edital, em favor da CONTRATANTE.
- Bem como, farão parte do objeto a prestação dos seguintes serviços correlatos:
- Serviços de migração dos dados existentes para funcionamento nos novos aplicativos, quando solicitado.
- Serviços de implantação, configuração e parametrização de acordo com procedimentos da CONTRATANTE.
- Treinamento inicial e acompanhamento para os servidores responsáveis pela operacionalização dos aplicativos.
- Suporte Técnico, após implantação dos aplicativos, quando solicitado.
- Serviços de manutenção legal e corretiva dos aplicativos implantados.
- Treinamento reforço para aplicativos implantados, quando solicitado;
- A manutenção legal, corretiva e evolutiva durante o período contratual, esta última definida de acordo com critérios de viabilidade técnica, conveniência e adequação mercadológica aferida exclusivamente pela CONTRATADA.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA

- O presente instrumento terá duração de 48 meses, contados a partir da data de assinatura do contrato, nos termos do inciso IV, artigo 57 da Lei nº 8.666/93. Podendo sofrer acréscimos ou supressões nos termos do art. 65, §1º, da Lei 8.666/93.
- Fluído o prazo de vigência, os aplicativos licenciados poderão ser automaticamente bloqueados para alterações na base de dados, sendo garantido à obtenção gratuita de cópia da base de dados produzida, em formato "txt".

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS VALORES E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- Pelo Licenciamento do Direito de uso dos aplicativos, objeto deste contrato, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA os valores disposto no Anexo I do presente contrato.
- O faturamento do licenciamento terá início a partir da cessão do direito de uso, através da liberação de chaves e senhas de acesso.
- Os serviços de implantação, conversão de dados e treinamento inicial serão pagos em parcela única em até 10 (dez) dias úteis contados do recebimento da respectiva nota fiscal, devidamente liquidada pelo setor competente.
- Em caso de atraso incidirão sobre o valor dos licenciamentos do Direito de Uso multa de 2% (dois por cento), mais juros de 0,030% ao dia.
- Os valores contratados serão corrigidos automaticamente, de acordo com a menor periodicidade permitida em lei, contados da data limite de apresentação das propostas de preços conforme § 1º, Art. 3º, da lei nº 10.192/2001, de acordo com o IGP-M acumulado no período.
- Em caso de atraso nos pagamentos será cabível correção monetária, durante o período de inadimplência, de acordo com o IGP-M acumulado no período.
- Os pagamentos obedecerão ao disposto no Edital de Licitação quanto a prazos e condições de pagamento, sendo que, em caso de eventuais omissões, fica estabelecido o pagamento de qualquer serviço contratado em até quinze dias após sua regular execução e liquidação, desde que emitida e recebida no órgão licitante a competente nota fiscal de prestação de serviços.

CLÁUSULA QUARTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E VINCULAÇÃO

- As despesas decorrentes do Licenciamento do Direito de uso dos aplicativos objeto do presente contrato correrão por conta da seguinte dotação orçamentária, repasse do percentual legal remetido pela Prefeitura Municipal de Bela Vista do Toldo/Sc.

Orçamento classificação 3..3.0.00.00.00.00.00, despesas correntes

• O Presente contrato está vinculado ao Processo Licitatório 001 n.º 01/2015, cujos termos desde logo constituem parte integrante da presente avença.

CLÁUSULA QUINTA - DA LICENÇA DE USO DOS APLICATIVOS

- A CONTRATADA é a desenvolvedora e/ou licenciadora dos aplicativos licenciados, concedendo a CONTRATANTE as licenças de uso temporárias e não exclusivas estabelecidas no presente contrato.
- A CONTRATADA deverá possuir irrestrito poder para modificar os códigos-fonte e executáveis durante a vigência contratual, em face de alterações de ordem legal federal ou estadual.
- Fica vedado a CONTRATANTE realizar a sublocação, empréstimo, arrendamento ou transferência dos aplicativos licenciados, assim como a engenharia reversa, a decompilação ou a decomposição do(s) referido(s) aplicativos(s).
- Quando em ambiente web, por exigência ou conveniência administrativa, os aplicativos deverão permanecer on-line por até 96% do tempo de cada mês civil.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- Caberá a CONTRATANTE:
- Efetuar os pagamentos decorrentes do Licenciamento do Direito de Uso dos aplicativos objeto deste contrato no primeiro dia útil do mês subsequente, e, nos demais casos, em até dez dias após a sua efetiva entrega.
- Facultar o acesso irrestrito dos técnicos da CONTRATADA às áreas de trabalho, registros, documentação e demais informações necessárias à fiel execução do presente contrato.
- Manter, na operacionalização dos aplicativos, apenas pessoal devidamente treinado pela CONTRATADA.
- Conceder à CONTRATADA acesso remoto às suas estruturas virtuais, ambiente de rede ou intranet.
- Manter padrão de clareza nas solicitações de alteração enviadas à CONTRATADA, indicando um responsável que acompanhará as tramitações desta pela internet, respondendo-as com brevidade.
- Assegurar a configuração adequada do computador e instalação dos aplicativos, manter backup adequado para satisfazer as necessidades de segurança e recuperação no caso de falha do computador, dando prioridade aos técnicos da CONTRATADA na utilização de qualquer recurso necessário à fiel execução do presente contrato.
- Responsabilizar-se pela completa e correta inserção de dados nos aplicativos.
- Parametrizar a aplicativo, em nível de usuário, inclusive no tocante às modificações de alíquotas de tributos, multas e contribuições, além de atualizar as fórmulas de cálculo dos aplicativos(s) quando necessário.
- Manter as bases de dados atualizadas de acordo com a versão de banco de dados adotada pela CONTRATADA, e desde que esta tenha concedido aviso de alteração com prazo mínimo de noventa dias.
- Promover o prévio cadastro de dúvidas ou erros constatados na página da internet da CONTRATADA, para somente depois de decorridos 60 (sessenta) minutos sem resposta requisitar suporte.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- Caberá a CONTRATADA:
- Quando contratados, conforme valores disposto no Anexo I, converter dados para uso pelos aplicativos, instalar os aplicativos objeto deste contrato, treinar os servidores indicados na sua utilização, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contados da emissão da Ordem de Serviço, bem como, prestar suporte apenas aos servidores devidamente treinados pela CONTRATADA no uso dos aplicativos e que tenham observado, em sua solicitação, a regra disposta na cláusula 6ª alínea "J" do presente contrato.
- Manter operacionais todas as funcionalidades descritas no Edital.
- Tratar como confidenciais informações e dados do CONTRATANTE, guardando total sigilo em face de terceiros.
- Manter, durante a execução do contrato, todas as condições de habilitação previstas no Edital e em compatibilidade com as obrigações assumidas.
- Avaliar, em prazo razoável, a viabilidade técnica e jurídica das solicitações de alteração específicas encaminhadas eletronicamente pelo CONTRATANTE, e repassar orçamento acompanhado de cronograma para execução dos serviços.
- Garantir o atendimento de técnico presencial, quando requisitado, em até quatro dias úteis contados da outorga de autorização expressa para execução de serviços de atendimento in loco.

CLÁUSULA OITAVA - DO TREINAMENTO DE IMPLANTAÇÃO

- O treinamento na operacionalização do aplicativo, quando contratado, poderá ser realizado nas dependências da CONTRATANTE, na sede CONTRATADA ou, ainda, via internet.
- A CONTRATANTE apresentará à CONTRATADA a relação de usuários a serem treinados mediante o pagamento da hora técnica respectiva, acrescida das despesas de deslocamento, alimentação e estadia do técnico palestrante quando o treinamento ocorrer das dependências da CONTRATANTE.
- O treinamento de implantação na sede da CONTRATANTE poderá incluir ou não o fornecimento oneroso de material didático.
- O treinamento via web será considerado prestado independentemente da ocorrência de problemas com o provedor de internet, com o fornecimento de energia ou com qualquer outro fator correlato de responsabilidade do CONTRATANTE, podendo ser novamente faturado quando refeito sem culpa da CONTRATADA.
- O treinamento de novos usuários, na sede da entidade ou via web, para a operação ou utilização dos aplicativos em função de substituição de pessoal, tendo em vista demissões, mudanças de cargos, etc., não será considerado como Treinamento de Implantação e deverá ser faturado a parte. Quando solicitado a CONTRATADA formalizará orçamento para prévia aprovação por parte da CONTRATANTE.

CLÁUSULA NONA – DA EVOLUÇÃO, MANUTENÇÃO E ALTERAÇÃO

- As melhorias/modificações nos aplicativos poderão ser legais, corretivas ou evolutivas.
- As melhorias/modificações evolutivas serão classificadas em específicas ou gerais, conforme sua iniciativa tenha partido da CONTRATANTE ou da CONTRATADA, respectivamente.
- As modificações evolutivas de caráter geral serão periodicamente disponibilizadas pela CONTRATADA, com seu custo incluído no preço mensal do licenciamento dos aplicativos.
- As modificações evolutivas específicas - incluindo aquelas necessárias à adequação dos aplicativos à legislação municipal - serão objeto de análise por parte da CONTRATADA, que declarará a sua viabilidade técnica e formalizará orçamento para prévia aprovação por parte da CONTRATANTE, desenvolvendo-as e disponibilizando no prazo que indicar.
- As modificações de natureza legal para atendimento da legislação federal ou estadual serão introduzidas nos aplicativos durante a vigência do contrato, sem qualquer ônus para a CONTRATANTE, e, caso não haja tempo hábil para implementá-las até o início das respectivas vigências, a CONTRATADA procurará indicar soluções alternativas para atender as determinações legais até a atualização dos aplicativos.
- As atualizações de cunho corretivo, originadas a partir da verificação de erros de processamento, serão fornecidas sem custo para a CONTRATANTE.
- As modificações/melhorias evolutivas ou de natureza legal serão introduzidas nos aplicativos originalmente licenciados e distribuídas toda vez que a CONTRATADA as concluir, cabendo à CONTRATANTE implantar cada nova versão no prazo de até 30 (trinta) dias de seu recebimento, findos os quais a CONTRATADA deixará de fornecer suporte à versão antiga.
- A ausência de disponibilização das modificações evolutivas relacionadas à legislação municipal não implicará em qualquer responsabilidade para a CONTRATADA.
- Eventuais conversões de dados decorrentes de mudanças de versões poderão ser cobradas pela CONTRATADA.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO SUPORTE TÉCNICO

- Eventuais conversões de dados decorrentes de mudanças de versões poderão ser cobradas pela CONTRATADA.
- O suporte técnico pós-implantação deverá ser sempre efetuado por técnico habilitado em favor de usuário devidamente treinado, e compreenderá:
 - Esclarecimento de dúvidas que possam surgir durante a operação e utilização dos aplicativos
 - Realização de quaisquer atividades técnicas relacionadas a erros derivados de falha dos usuários.
 - Auxiliar na recuperação da base de dados por problemas originados em erros de operação, queda de energia ou falha de equipamentos caso não haja backup de segurança.
 - Auxiliar o usuário, em caso de dúvidas, na elaboração de quaisquer atividades técnicas relacionadas à utilização dos aplicativos.
 - Desenvolver relatórios específicos.
- Este atendimento será realizado por qualquer meio de comunicação convencional ou eletrônico, e, em último caso, mediante visita in loco de técnico habilitado.
- O suporte, embora disponibilizado pela CONTRATADA, somente será prestado caso o interlocutor do CONTRATANTE que tenha cumprido com a etapa descrita na cláusula 6ª alínea "J" do presente contrato.
- Em nenhuma hipótese a CONTRATADA se responsabilizará por qualquer alteração ou modificação dos aplicativos realizada por pessoas não credenciadas.

CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA - DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

- A alteração de quaisquer das disposições estabelecidas neste contrato somente se reputará válida se tornadas conhecidas expressamente em Instrumento Aditivo, que ao presente se aderirá, passando a fazer parte dele.
- A alteração proveniente do reajuste contratual previsto no item 5 da Cláusula 3ª poderá ser executado por simples Apostilamento de acordo com o art. 65, §8º, da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA - DA RESCISÃO

- A inexecução total ou parcial do Contrato decorrente desta licitação ensejará sua rescisão administrativa, nas hipóteses previstas nos arts. 77 e 78 da Lei nº 8.666/93 e posteriores alterações, com as consequências previstas no art. 80 da referida Lei, sem que caiba à empresa contratada direito a qualquer indenização.
- A rescisão contratual poderá ser:
 - Determinada por ato unilateral da Administração, nos casos enunciados nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei 8.666/93;
 - Amigável, mediante autorização da autoridade competente, reduzida a termo no processo licitatório, desde que demonstrada conveniência para a Administração.

CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA – DAS PENALIDADES

- A recusa imotivada do adjudicatário em assinar o Instrumento Contratual no prazo assinalado neste edital sujeitá-lo-á à multa de 2% (dois por cento) sobre o valor total do contrato, contada a partir do primeiro dia após ter expirado o prazo que teria para assinar o contrato.
- Entende-se por valor total do contrato o montante dos preços totais finais oferecidos pela licitante após a etapa de lances, considerando os itens do objeto que lhe tenham sido adjudicados.
- A penalidade de multa, poderá ser aplicada, cumulativamente, com as demais penalidades dispostas na Lei nº 10.520/02, conforme o art. 7, do mesmo diploma legal.
- A Administração poderá deixar de aplicar as penalidades previstas nesta cláusula, se admitidas às justificativas apresentadas pela licitante vencedora, nos termos do que dispõe o artigo 43, parágrafo 6º c/c artigo 81, e artigo 87, "caput", da Lei nº 8.666/93.
- Sem prejuízo das penalidades de multa, ficam as licitantes que não cumprirem as cláusulas contratuais, sujeitas ainda:
 - Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a dois anos.

- Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultante e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

CLÁUSULA DÉCIMA-QUARTA - DO FORO

- As partes de comum e recíproco acordo, elegem o foro da comarca de Canoinhas/SC. Para dirimir qualquer dúvida, ação ou questão oriunda deste presente contrato.
- E por estarem justos e contratados, assinam o presente, por si e seus sucessores, em 02 (duas) vias iguais e rubricadas para todos os fins de direito, na presença de 02 (duas) testemunhas.

Bela Vista do Toldo, SC, 01 de setembro de 2015.

CONTRATANTE:

CAMARA MUNICIPAL DE BELA VISTA DO TOLDO
OSNI CRISTIANO NIEDZIELSKI
PRESIDENTE DA CAMARA

ASSESSOR JURÍDICO
MARLON PERUCI

CONTRATADO:

ERNESTO MUNIZ DE SOUZA JUNIOR

DANIELA RAMOS DA SILVA

BETHA SISTEMAS LTDA

Testemunhas:

SILVANA CHOPINSKI
CPF N. 089.502.769.09

CÉLIA S. DO PRADO
CPF N. 029.767.839.69

ANEXO I

1. LICENCIAMENTO DE USO DE APLICATIVOS

ITEM	QUANT.	UNID.	DESCRIÇÃO	USUÁRIOS	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
1.1	48	MÊS	Contabilidade pública	1	R\$ 285,00	13.680,00
1.2	48	MÊS	Compras e Licitações	1	R\$ 227,00	10.896,00
1.3	48	MÊS	Patrimônio	1	R\$ 151,00	7.248,00
1.4	48	MÊS	Folha de Pagamento	1	R\$ 285,00	13.680,00
1.5	48	MÊS	Portal da Transparência	1	R\$ 216,00	10.368,00
TOTAL R\$					R\$ 55.872,00	

2. SERVIÇOS TÉCNICOS

ITEM	QUANT.	UNID.	SERVIÇOS	PARC.	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
2.1	1	SERVIÇO	Serviços de Migração, Implantação e Treinamento para os usuários, caso necessite.	1	R\$ 7.200,00	R\$ 7.200,00
2.2	300	Hora	Assistência Técnica, Após implantação dos aplicativos, quando solicitado.	1	65,00	R\$ 19.500,00
2.3	5.000	KM	Deslocamento nos serviços de Suporte, quando exigida a presença do técnico in loco.	1	R\$ 0,65	R\$ 3.250,00
2.4	90	Diária	Estada e alimentação nos serviços de suporte, quando exigida a presença do técnico in loco.	1	R\$ 125,00	R\$ 11.250,00
TOTAL R\$						R\$ 41.200,00
VALOR GLOBAL R\$					R\$ 97.072,00	

LEI 1,128

LEI Nº 1.128/2015, DE 07 DE OUTUBRO DE 2015.

"AUTORIZA A ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS INSERVÍVEIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o art. 67, IV da Lei Orgânica do Município, faz saber a todos que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte:

LEI:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a alienar, mediante Leilão, os veículos e bens abaixo relacionados, de propriedade do Município de Bela Vista do Toldo – SC, no estado em que se encontram, considerados inservíveis para o serviço a que se destinam:

LOTE 01: 01(um) Automóvel VW/GOL 1.0 GIV, ano 2009, modelo 2010, Placas MFX 2137, RENAVAL 173406076, cor branca, Álcool/Gasolina, chassi 9BWAA05W4AP064328. LANCE INICIAL R\$ 5.500,00.

LOTE 02: 01(uma) MOTONIVELADORA KOMATSU 523 A, ano 1996, série 1203, cor amarela, Diesel. LANCE INICIAL R\$ 20.000,00.

LOTE 03: 01 (uma) PÁ CARREGADEIRA VOLVO L 70 C 700 80, ano 1998, Diesel, cor amarela. LANCE INICIAL R\$ 45.000,00.

LOTE 04: 01 (um) ÔNIBUS VW/COMIL PIA O, ano/modelo 2001, Placas MCH 3191, RENAVAL 775810444, cor azul, Diesel, chassi 9BWT52RX1R117288. LANCE INICIAL R\$ 25.000,00.

LOTE 05: 01 (uma) SUCATA MICRÔNIBUS IMP/ASIA HI TOPIC, ano/modelo 1996, Placas MAD 0019, RENAVAL 663752744, cor branca, Diesel, chassi KN2FAD2A1TC062592. LANCE INICIAL R\$ 100,00.

LOTE 06: 01 (uma) GRADE ARADORA, 14 discos. LANCE INICIAL R\$ 100,00.

LOTE 07: SUCATA DE INFORMÁTICA, contendo: 04 Estabilizadores, 02 Impressoras, 05 CPU's, 06 Monitores, 06 Teclados, 05 Mouses e 03 Caixas de som. LANCE INICIAL R\$ 90,00.

LOTE 08: SUCATAS DE ELETRÔNICOS, contendo: 36 Lâmpadas, 02 Ventilador de teto, 01 Aparelho de som, 01 Bebedouro, 02 Máquinas fotográficas, 01 Filmadora e 01 Microondas. LANCE INICIAL R\$ 80,00.

LOTE 09: MATERIAL ESCOLAR, contendo: 170 Cadeiras, 20 Cartões, 01 Mimeógrafo, 03 Porta, 01 Armário, 03 Vasos sanitários, 02 Pias de banheiro, 02 Janelas de ferro, 01 Multiprocessador, 01 Fogão industrial, 01 Estante e 01 Balcão. LANCE INICIAL R\$ 70,00.

LOTE 10: APROXIMADAMENTE 60 PNEUS: 20 Unidades de Micro, 20 Unidades de Carro, 20 Unidades de Caminhão. LANCE INICIAL R\$ 500,00.

Art. 2º. Os preços mínimos de venda de cada lote relacionado no art. 1º. foram fixados pela Comissão de Verificação e Avaliação, nomeada pela Portaria nº 370/2015.

Art. 3º. A alienação prevista no art. 1º desta Lei está em conformidade com as normas estabelecidas pela Lei de Responsabilidade Fiscal e, os valores obtidos com a venda serão depositados em conta específica e serão utilizados na aquisição de veículos novos ou outra autorização legalmente permitida.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo - SC, 07 de outubro de 2015.

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, em 07 de outubro de 2015.

MARIO CESAR CORRÊA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

LEI 1.122

LEI Nº 1.122/2015, DE 09 DE SETEMBRO DE 2015.

"RATIFICA A 1ª (PRIMEIRA) ALTERAÇÃO DO PROTOCOLO DE INTENÇÕES DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO CONTESTADO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o art. 67, IV da Lei Orgânica do Município, faz saber a todos que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte:

LEI:

Art. 1º. Fica ratificada, sem reservas, a 1ª (primeira) alteração do protocolo de intenções do Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Contestado subscrito pelos entes consorciados em assembleia geral ocorrida no dia 19 de fevereiro de 2015, nos termos dos documentos anexos, que são partes integrantes da presente lei.

Art. 2º. Servirá de cobertura para as despesas decorrentes desta Lei a seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 08.01- FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Projeto Atividade: 2.032: AÇÕES DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE

Elemento de Despesa: 3.3.93.00.00.00.00.0702 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo - SC, 09 de setembro de 2015.

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, em 09 de setembro de 2015.

MARIO CESAR CORRÊA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

LEI 1.123

LEI Nº 1.123/2015, DE 16 DE SETEMBRO DE 2015.

"DISPÕE SOBRE A INCLUSÃO NO PLANO PLURIANUAL DO MUNICÍPIO DE BELA VISTA DO TOLDO PARA O QUADRIÊNIO 2014 A 2017, DO PROJETO ATIVIDADE DE MANUTENÇÃO DO PROCON, VINCULADO A SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o art. 67, IV da Lei Orgânica do Município, faz saber a todos que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte:

LEI:

Art. 1º. Ficam incluídos no Plano Plurianual – PPA do Município de Bela Vista do Toldo para o quadriênio 2014 a 2017, observadas as disposições do art. 5º da Lei Municipal nº 992/2013 de 10 de outubro de 2013, o Projeto Atividade de Manutenção do Procon no âmbito da Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, cujas programações orçamentárias estão definidas no Anexo I desta Lei, estabelecendo objetivos, indicadores, fontes de recursos e respectivas ações, metas físicas e financeiras e outros atributos.

Art. 2º. Os anexos II, III, e IV do Plano Plurianual – PPA 2014 a 2017, constantes da Lei Municipal nº 992/2013 de 10 de outubro de 2013 ficam automaticamente alterados pela operacionalização das inclusões das programações orçamentárias referidas no art. 1º desta Lei.

Art. 3º. Ficam incluídas no Anexo – Metas e prioridades da Lei de Diretrizes Orçamentárias, os Programas e Ações definidos na forma do Anexo II desta Lei, que constarão dos Projetos e das Leis Orçamentárias Anuais.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo - SC, 16 de setembro de 2015.

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, em 16 de setembro de 2015.

MARIO CESAR CORRÊA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

LEI 1.124

LEI Nº 1.124/2015, DE 01 DE OUTUBRO DE 2015.

“AUTORIZA O EXECUTIVO MUNICIPAL A DESAPROPRIAR POR INTERESSE PÚBLICO, SEM ÔNUS FINANCEIRO PARA O MUNICÍPIO, O IMÓVEL PERTENCENTE AO SENHOR ANDERSON DE ASSIS KRAUSE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o art. 67, IV da Lei Orgânica do Município, faz saber a todos que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte:

LEI:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a desapropriar através de competente Decreto, por absoluto interesse público, a área de 1.346,00 m² (mil, trezentos e quarenta e seis metros quadrados), na Rua Sem Denominação, registrada no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Canoinhas – SC, sob a matrícula nº 36.970, de propriedade do Senhor Anderson de Assis Krause, situada no centro do município de Bela Vista do Toldo – SC.

Art. 2º. A desapropriação da área descrita no artigo anterior ocorrerá sem ônus financeiro para o município.

Art. 3º. Fica toda a infraestrutura já executada no trecho do artigo 1º, sem ônus financeiro ao município.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo - SC, 01 de outubro de 2015.

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, em 01 de outubro de 2015.

MARIO CESAR CORRÊA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

LEI 1.125

LEI Nº 1.125/2015, DE 01 DE OUTUBRO DE 2015.

“AUTORIZA O EXECUTIVO MUNICIPAL A DESAPROPRIAR POR INTERESSE PÚBLICO, SEM ÔNUS FINANCEIRO PARA O MUNICÍPIO, O IMÓVEL PERTENCENTE AO SENHOR EDERSON LUÍZ KRAUSE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o art. 67, IV da Lei Orgânica do Município, faz saber a todos que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte:

LEI:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a desapropriar através de competente Decreto, por absoluto interesse público, a área de 1.118,00 m² (mil, cento e dezoito metros quadrados), Rua Sem Denominação, registrada no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Canoinhas – SC, sob a matrícula nº 36.972, de propriedade do Senhor Ederson Luíz Krause, situada no centro do município de Bela Vista do Toldo – SC.

Art. 2º. A desapropriação da área descrita no artigo anterior ocorrerá sem ônus financeiro para o município.

Art. 3º. Fica toda a infraestrutura já executada no trecho do artigo 1º, sem ônus financeiro ao município.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo - SC, 01 de outubro de 2015.

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, em 01 de outubro de 2015.

MARIO CESAR CORRÊA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

LEI 1.126

LEI Nº 1.126/2015, DE 01 DE OUTUBRO DE 2015.

"AUTORIZA O EXECUTIVO MUNICIPAL A DESAPROPRIAR POR INTERESSE PÚBLICO, SEM ÔNUS FINANCEIRO PARA O MUNICÍPIO, O IMÓVEL PERTENCENTE A SENHORA MARIA VALDIRENE KRAUSE FRANCISCO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o art. 67, IV da Lei Orgânica do Município, faz saber a todos que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte:

LEI:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a desapropriar através de competente Decreto, por absoluto interesse público, a área de 1.344,00 m² (mil, trezentos e quarenta e quatro metros quadrados), Rua Sem Denominação, registrada no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Canoinhas – SC, sob a matrícula nº 36.971, de propriedade da Senhora Maria Valdirene Krause Francisco, situada no centro do município de Bela Vista do Toldo – SC.

Art. 2º. A desapropriação da área descrita no artigo anterior ocorrerá sem ônus financeiro para o município.

Art. 3º. Fica toda a infraestrutura já executada no trecho do artigo 1º, sem ônus financeiro ao município.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo - SC, 01 de outubro de 2015.

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, em 01 de outubro de 2015.

MARIO CESAR CORRÊA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

LEI 1.127

LEI Nº 1.127/2015, DE 01 DE OUTUBRO DE 2015.

"INSTITUI, NO MUNICÍPIO DE BELA VISTA DO TOLDO O INCENTIVO FINANCEIRO DO PROGRAMA NACIONAL DE MELHORIA DO ACESSO E DA QUALIDADE DE ATENÇÃO BÁSICA - PMAQ-AB, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o art. 67, IV da Lei Orgânica do Município, faz saber a todos que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte:

LEI:

Art. 1º. Fica autorizado o Poder Executivo instituir no Município de Bela Vista do Toldo o Incentivo Financeiro do PMAQ-AB, concedido de forma variável pelo Ministério da Saúde, no âmbito do Programa Nacional de Melhoria de Acesso e da Qualidade da Atenção Básica – PMAQ-AB, em prol da Equipe da Atenção Básica que obtiver classificação de desempenho certificada nos termos do art. 16 da Portaria 1.654/2011. Parágrafo Único: De acordo com esta Portaria, o PMAQ – AB tem por objetivo induzir a ampliação do acesso e a melhoria da qualidade da atenção básica, com garantia de um padrão de qualidade comparável nacional, regional e localmente, de maneira a permitir maior transparência e efetividade das ações governamentais direcionadas a atenção básica.

Art. 2º. Participarão do Programa os servidores lotados no Fundo Municipal de Saúde, que atuam na Equipe do Programa Estratégia Saúde da Família - ESF, Saúde Bucal, Núcleo de Apoio à Saúde da Família - NASF, Agentes Comunitários de Saúde, e profissionais da atenção básica que aderiram ao Termo de Compromisso do Programa de Melhoria do Acesso e da Qualidade da Atenção Básica – PMAQ-AB e que contribuíram na realização das propostas realizadas pelo programa.

Art. 3º. O processo de avaliação estará vinculado ao cumprimento das metas pactuadas pela respectiva equipe no Termo de Compromisso e terá periodicidade trimestral.

Art. 4º. O valor total do incentivo do Programa de Melhoria do Acesso e da Qualidade da Atenção Básica – PMAQ-AB, recebido do Ministério da Saúde, por meio do sistema oficial fundo-a-fundo, será utilizado da seguinte forma:

I – Do valor total, 55% (cinquenta e cinco por cento) será destinado as equipes conforme citado no art. 2º em forma de Gratificação de Incentivo as atividades realizadas conforme anexo I.

a) 27% (vinte e sete por cento) será distribuído para os profissionais de nível superior que compõe a equipe multidisciplinar que são: médicos da estratégia saúde da família (com exceção dos médicos do programa mais médicos conforme a legislação vigente), enfermeiro do ESF e atenção básica, odontólogo da atenção básica, nutricionista, psicóloga, farmacêutico, fonoaudióloga, fisioterapeuta e Coordenador do Núcleo de Educação Permanente em Saúde;

b) 15% (quinze por cento) para profissionais de nível técnico: técnicos de enfermagem da Estratégia de Saúde da Família, técnicos de enfermagem da atenção básica, técnico de higiene dental;

c) 13% (treze por cento) para os agentes comunitários de saúde e auxiliar de odontologia.

II – Os outros 45% (quarenta e cinco por cento) ficará para o Fundo Municipal de Saúde investir na estruturação e melhorias das Unidades Básicas de Saúde, na segurança e na melhoria das condições de trabalho dos servidores, cujas propostas poderão ser indicadas

formalmente à Dimensão Estratégia do Fundo Municipal de Saúde, pelos setores de apoio técnico da Prefeitura Municipal e pela Comissão de Monitoramento Permanente do Programa de Incentivo;

III – os valores a serem repassados serão aqueles transferidos pelo Ministério da Saúde, os quais sofrerão ajustes periódicos em função do cumprimento ou não das metas pactuadas.

Art. 5º. Os valores mensais acumulados desde o período da adesão ao PMAQ - AB, serão depositados em conta específica e os pagamentos dos incentivos acumulados no período correspondente serão efetuados em parcela única. Somente após o recebimento dos recursos do Ministério da Saúde e de acordo com o cumprimento das metas pactuadas no Termo de Compromisso e no anexo I.

Art. 6º. Será constituída a Comissão de Monitoramento Permanente do Programa de Incentivo, composta por servidores vinculados direta ou indiretamente ao Programa Estratégia Saúde da Família – ESF e Unidade Básica de Saúde, cujos membros serão designados por meio de Decreto do Executivo Municipal.

Art. 7º. A Comissão deverá ser representada por:

I – 01 (um) membro representante do Fundo Municipal de Saúde;

II – 02 (dois) profissionais de nível superior;

III – 02 (dois) profissionais de nível técnico;

IV – 02 (dois) agentes comunitários de saúde.

Art. 8º. A Comissão prevista no artigo anterior avaliará, mensalmente, os critérios estabelecidos no Anexo I.

Parágrafo Único: O não cumprimento dos parâmetros individuais acarretará o não recebimento da gratificação, sendo este valor repassado ao Fundo Municipal de Saúde para investir conforme inciso II do art. 4º.

Art. 9º. O incentivo PMAQ – AB é temporário, tem fins estritamente indenizatórios, não sendo incorporável ao salário em hipótese alguma, não podendo, portanto, ser utilizado como base de cálculo para outras vantagens, nem mesmo para fins previdenciários.

Parágrafo Único: Em nenhuma hipótese será pago o Incentivo de Desempenho PMAQ – AB com recursos do Tesouro Municipal.

Art. 10. A Gratificação do PMAQ-AB aos funcionários que participaram do PMAQ-AB dependerá do desempenho dos profissionais contratualizados e o desempenho individual de cada profissional.

Parágrafo Único: O não cumprimento pelo servidor dos parâmetros e baixa e regular avaliação pela comissão acarretará o não recebimento da gratificação.

Art. 11. Os profissionais terão direito ao recebimento do incentivo financeiro PMAQ-AB somente nos meses trabalhados, não fazendo jus ao pagamento do incentivo em período de gozo de licenças, atestados e faltas não justificadas pelo período superior a 03 (três) dias por mês, readaptação ou suspensão por qualquer motivo e transferências para unidades de saúde onde o PMAQ não funciona, sendo o valor correspondente incorporado ao percentual referente a estruturação e reestruturação de Unidades Básicas de Saúde e na melhoria da segurança e das condições de trabalho dos servidores.

Parágrafo Único: O pagamento do incentivo de desempenho do PMAQ – AB/MUNICIPAL, está condicionado ao repasse de recursos financeiros do PMAQ – AB do Ministério da Saúde para o Município de Bela Vista do Toldo, ficando a existência e manutenção do PMAQ-AB/MUNICIPAL condicionada a continuidade do repasse financeiro do PMAQ – AB.

Art. 12. Até o dia 10 (dez) do mês subsequente, a Comissão deverá elaborar e apresentar ao(a) Gestor(a) Municipal de Saúde a relação dos servidores beneficiados do PMAQ-AB, separada por Unidade Básica de Saúde.

§ 1º. O Setor de Recursos Humanos do Município deverá disponibilizar em tempo hábil as informações necessárias ao (a) Gestor(a) Municipal de Saúde, com a finalidade de elaborar a relação dos servidores contemplados no período correspondente.

§ 2º. No final de cada trimestre, o (a) Gestor (a) Municipal de Saúde providenciará a compilação das informações e as encaminhará ao Setor de Recursos Humanos do Município, para pagamento do Incentivo de Gratificação.

Art. 13. Para fazer frente às despesas decorrentes da execução desta Lei, o Governo Federal repassará os recursos financeiros fundo-a-fundo ao Município de Bela Vista do Toldo, podendo sofrer ajustes periódicos em função do cumprimento ou não das metas pactuadas e a alocação correspondente correrá por conta da Dotação Orçamentária do Orçamento Próprio do Fundo Municipal de Saúde – PAB Variável – Portaria nº 204/GM, de 29 de janeiro de 2007.

Art. 14. Não caberá recurso contra os resultados das avaliações realizadas pela Comissão do PMAQ-AB/Municipal.

Art. 15. As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão por conta de dotações específicas do orçamento vigente.

Art. 16. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo - SC, 01 de outubro de 2015.

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, em 01 de outubro de 2015.

MARIO CESAR CORRÊA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

ANEXO I
I – Médico

Metas	Cumprimento	Diretrizes de parâmetro/fonte de avaliação	Classificação do Parâmetro
Cumprimento de Carga Horária	40 horas semanais	Portaria GM Nº 2.488/2011 – Normatização da Política da Atenção Básica; Estratégia Saúde da Família (ESF); Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS), NASF e PSE	Individual Ponto eletrônico
Pontualidade	Capacidade de acatar e cumprir horários estabelecidos na UBS	Legislação Vigente Carga horária estabelecida na contratação	Individual Ponto eletrônico
Número de consultas médicas	Ministério da Saúde Diretrizes da atenção Básica	32 consultas/dia 640/mês 1920/trimestral	Relatório de Produção Diário Mensal Trimestral PMA2 – fichas E-SUS
Visita Domiciliar	Ministério da Saúde / Diretrizes Atenção Básica	1 visita/dia 20 visitas/mês	Relatório de produção Diário Mensal Trimestral PMA2 – fichas E-SUS
Reunião de Equipe	Numero de Reuniões realizadas	Reunião mensal com registro em livro ata	Comissão de Monitoramento Permanente do Programa
Telessaúde	Numero de teleconferências assistidas	01 conferência/mês Ata de participação com assinatura dos profissionais	Comissão de Monitoramento Permanente do Programa

II - Enfermeiro

Metas	Cumprimento	Diretrizes de parâmetro/fonte de avaliação	Classificação do Parâmetro
Cumprimento de Carga Horária	40 horas semanais	Portaria GM Nº 2.488/2011 – Normatização da Política da Atenção Básica; Estratégia Saúde da Família (ESF); Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS), NASF e PSE	Individual Ponto eletrônico
Pontualidade	Capacidade de acatar e cumprir horários estabelecidos na UBS	Legislação Vigente Carga horária estabelecida na contratação	Individual Ponto eletrônico
Total de procedimentos de Enfermagem	Mede demanda de atendimento e procedimentos realizados na UBS	12 atendimentos gestante e/ou triagem /mês 02 reuniões mês com ACS nos grupos: tabagismo, gestante, saúde na comunidade, PSE, saúde do homem, saúde mental, etc. Ata de reunião e lista de presença	Relatório de Produção Diário Mensal Trimestral Fichas E-SUS
Visita Domiciliar	Número de visitas realizadas na área de abrangência	Relatório do SIAB 30 visitas domiciliares/mês Enfermeiro do ESF 10 visitas domiciliares/mês (enfermeiro da atenção básica)	Relatório de Produção Diário Mensal Trimestral Fichas E-SUS
Reunião de Equipe	Número de Reuniões realizadas	2 reuniões/mês Ata de reunião	Comissão de Monitoramento Permanente do Programa
Telessaúde	Número de teleconferências assistidas	01 conferência/mês Ata de participação com assinatura dos profissionais	Comissão de Monitoramento Permanente do Programa

III – Técnico de Enfermagem

Metas	Cumprimento	Diretrizes de parâmetro/fonte de avaliação	Classificação do Parâmetro
Cumprimento de Carga Horária	40 horas semanais	Portaria GM Nº 2.488/2011 – Normatização da Política da Atenção Básica; Estratégia Saúde da Família (ESF); Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS), NASF e PSE	Individual Ponto eletrônico
Pontualidade	Capacidade de acatar e cumprir horários estabelecidos na UBS	Legislação Vigente Carga horária estabelecida na contratação	Individual Ponto eletrônico
Número de procedimentos de enfermagem	Demanda de atendimentos e procedimentos na UBS (Curativos, teste de glicemia, medicação injetável, triagem)	Demanda espontânea	Relatório de Produção Diário Mensal Trimestral Fichas E-SUS

Visita Domiciliar	Número de vistas realizadas na área de abrangência	60 visitas/mês Relatório SIAB	Relatório de Produção Diário Mensal Trimestral
Reunião de Equipe	Número de Reuniões realizadas	2 reuniões/mês Ata de reunião	Comissão de Monitoramento Permanente do Programa
Telessaúde	Número de teleconferências assistidas	01 conferência mês Ata de participação com assinatura dos profissionais	Comissão de Monitoramento Permanente do Programa

IV – Agente Comunitário de Saúde

Metas	Cumprimento	Diretrizes de parâmetro/fonte de avaliação	Classificação do Parâmetro
Cumprimento de Carga Horária	40 horas semanais	Portaria GM Nº 2.488/2011 – Normatização da Política da Atenção Básica; Estratégia Saúde da Família (ESF); Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS), NASF e PSE	Cartão Ponto e 100% das visitas
Pontualidade	Capacidade de acatar e cumprir horários estabelecidos na UBS e participação em reuniões	Legislação Vigente Carga horária estabelecida na contratação	Cartão Ponto e lista de presença
Atualização cadastral	Mede a demanda de cadastros atualizados	SIAB – E-SUS	Mensal Trimestral
Visita Domiciliar	Número de visitas realizadas no mês aos usuários cadastrados em área de abrangência	Relatório SSA2 do SIAB E-SUS 100% No caso de famílias que não se encontram no horário comercial, deve ser entregue à comissão, lista das famílias não visitadas e justificativa para não comprometer o repasse	Mensal Trimestral
Reunião de Equipe	Número de reuniões realizadas	2 reuniões/mês Ata de reunião	Comissão de Monitoramento Permanente do Programa
Telessaúde	Número de teleconferências assistidas	01 conferência/mês Ata de participação com assinatura dos profissionais Lista de presença	Comissão de Monitoramento Permanente do Programa
Palestras	Número de participação em palestras	01 palestras/mês	Comissão de Monitoramento Permanente do Programa

V – Odontólogo

Metas	Cumprimento	Diretrizes de parâmetro/fonte de avaliação	Classificação do Parâmetro
Cumprimento de Carga Horária	40 horas semanais	Portaria GM Nº 2.488/2011 – Normatização da Política da Atenção Básica; Estratégia Saúde da Família (ESF); Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS), NASF e PSE	Individual Ponto eletrônico
Pontualidade	Capacidade de acatar e cumprir horários estabelecidos na UBS	Legislação Vigente Carga horária estabelecida na contratação	Individual Ponto eletrônico
Número de consultas odontológicas	Mede a demanda de consultas odontológicas realizadas	PMA2 08 consultas manhã + Urgência/Emergência 06 consultas tarde + Programa de Flúor	Mensal Trimestral
Reunião de Equipe	Número de Reuniões realizadas	2 reuniões/mês Ata de reunião e/ou lista de presença	Comissão de Monitoramento Permanente do Programa
Telessaúde	Número de teleconferências assistidas	01 conferência/mês Ata de participação com assinatura dos profissionais e/ou lista de presença	Comissão de Monitoramento Permanente do Programa

VI – Técnico em Saúde Bucal

Metas	Cumprimento	Diretrizes de parâmetro/fonte de avaliação	Classificação do Parâmetro
Cumprimento de Carga Horária	40 horas semanais	Portaria GM Nº 2.488/2011 – Normatização da Política da Atenção Básica; Estratégia Saúde da Família (ESF); Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS), NASF e PSE	Individual Ponto eletrônico
Pontualidade	Capacidade de acatar e cumprir horários estabelecidos na UBS	Legislação Vigente Carga horária estabelecida na contratação	Individual Ponto eletrônico

Número de atendimento individual	Mede demanda de atendimentos realizados	08 consultas manhã + Urgência/Emergência 06 consultas tarde + Programa de Flúor	Relatório de Produção Mensal Trimestral
Reunião de Equipe	Número de Reuniões realizadas	2 reuniões/mês Ata de reunião	Comissão de Monitoramento Permanente do Programa
Telessaúde	Número de teleconferências assistidas	01 conferência/mês Ata de participação com assinatura dos profissionais e/ou Lista de presença	Comissão de Monitoramento Permanente do Programa
Palestras	Número de participação em palestras	02 palestras/mês	Comissão de Monitoramento Permanente do Programa

VII – Auxiliar de Dentista

Metas	Cumprimento	Diretrizes de parâmetro/fonte de avaliação	Classificação do Parâmetro
Cumprimento de Carga Horária	40 horas semanais	Portaria GM Nº 2.488/2011 – Normatização da Política da Atenção Básica; Estratégia Saúde da Família (ESF); Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS), NASF e PSE	Individual Ponto Eletrônico
Pontualidade	Capacidade de acatar e cumprir horários estabelecidos na UBS e participação em reuniões	Legislação Vigente Carga horária estabelecida na contratação	Individual Ponto Eletrônico
Reunião de Equipe	Número de reuniões realizadas	2 reuniões/mês Ata de reunião	Comissão de Monitoramento Permanente do Programa
Telessaúde	Número de teleconferências assistidas	01 conferência/mês Ata de participação com assinatura dos profissionais Lista de presença	Comissão de Monitoramento Permanente do Programa
Palestras	Numero de participação em palestras	02 palestras/mês	Comissão de Monitoramento Permanente do Programa

VIII – Farmacêutico

Metas	Cumprimento	Diretrizes de parâmetro/fonte de avaliação	Classificação do Parâmetro
Cumprimento de Carga Horária	40 horas semanais	Portaria GM Nº 2.488/2011 – Normatização da Política da Atenção Básica; Estratégia Saúde da Família (ESF); Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS), NASF e PSE	Individual Ponto eletrônico
Pontualidade	Capacidade de acatar e cumprir horários estabelecidos na UBS	Legislação Vigente Carga horária estabelecida na contratação	Individual Ponto eletrônico
Equipe multidisciplinar	Número de encontros realizados em grupo (saúde mental, tabagismo, PSE, reeducação alimentar)	02 grupos mês	Mensal Trimestral
Reunião de Equipe	Número de reuniões realizadas	1 reunião/mês Ata de reunião	Comissão de Monitoramento Permanente do Programa
Telessaúde	Número de teleconferências assistidas	01 conferência /mês Ata de participação com assinatura dos profissionais	Comissão de Monitoramento Permanente do Programa

VIII – Fonoaudióloga.

Metas	Cumprimento	Diretrizes de parâmetro/fonte de avaliação	Classificação do Parâmetro
Cumprimento de Carga Horária	30 horas semanais	Portaria GM Nº 2.488/2011 – Normatização da Política da Atenção Básica; Estratégia Saúde da Família (ESF); Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS), NASF e PSE	Individual Ponto eletrônico
Pontualidade	Capacidade de acatar e cumprir horários estabelecidos na UBS	Legislação Vigente Carga horária estabelecida na contratação	Individual Ponto eletrônico
Equipe multidisciplinar	Número de encontros realizados em grupo (saúde mental, tabagismo, PSE, reeducação alimentar)	02 grupos mês	Mensal Trimestral
Reunião de Equipe	Número de reuniões realizadas	1 reunião/mês Ata de reunião	Comissão de Monitoramento Permanente do Programa

Telessaúde	Número de teleconferências assistidas	01 conferência /mês Ata de participação com assinatura dos profissionais	Comissão de Monitoramento Permanente do Programa
------------	---------------------------------------	---	--

IX – Profissionais do NASF: Nutricionista e Fisioterapeuta.

Metas	Cumprimento	Diretrizes de parâmetro/fonte de avaliação	Classificação do Parâmetro
Cumprimento de Carga Horária	20 horas semanais	Portaria GM Nº 2.488/2011 – Normatização da Política da Atenção Básica; Estratégia Saúde da Família (ESF); Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS), NASF e PSE	Individual Ponto eletrônico
Pontualidade	Capacidade de acatar e cumprir horários estabelecidos na UBS	Legislação Vigente Carga horária estabelecida na contratação	Individual Ponto eletrônico
Equipe multidisciplinar	Número de encontros realizados em grupo (saúde mental, tabagismo, PSE, reeducação alimentar)	02 grupos/mês	Mensal Trimestral
Reunião de Equipe	Número de reuniões realizadas	1 reunião/mês Ata de reunião	Comissão de Monitoramento Permanente do Programa
Telessaúde	Número de teleconferências assistidas	01 conferência /mês Ata de participação com assinatura dos profissionais	Comissão de Monitoramento Permanente do Programa

X – Profissional do NASF: Psicóloga

Metas	Cumprimento	Diretrizes de parâmetro/fonte de avaliação	Classificação do Parâmetro
Cumprimento de Carga Horária	40 horas semanais	Portaria GM Nº 2.488/2011 – Normatização da Política da Atenção Básica; Estratégia Saúde da Família (ESF); Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS), NASF e PSE	Individual Ponto eletrônico
Pontualidade	Capacidade de acatar e cumprir horários estabelecidos na UBS	Legislação Vigente Carga horária estabelecida na contratação	Individual Ponto eletrônico
Equipe multidisciplinar	Número de encontros realizados em grupo (saúde mental, tabagismo, PSE, reeducação alimentar)	02 grupos/mês	Mensal Trimestral
Reunião de Equipe	Número de reuniões realizadas	1 reunião/mês Ata de reunião	Comissão de Monitoramento Permanente do Programa
Telessaúde	Número de teleconferências assistidas	01 conferência /mês Ata de participação com assinatura dos profissionais	Comissão de Monitoramento Permanente do Programa

XI– Responsável pela Educação Permanente em Saúde

Metas	Cumprimento	Diretrizes de parâmetro/fonte de avaliação	Classificação do Parâmetro
Cumprimento de Carga Horária	40 horas semanais	Portaria GM Nº 2.488/2011 – Normatização da Política da Atenção Básica; Estratégia Saúde da Família (ESF); Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS), NASF e PSE	Individual / Ponto eletrônico
Pontualidade	Capacidade de acatar e cumprir horários estabelecidos na UBS	Legislação Vigente Carga horária estabelecida na contratação	Individual / Ponto eletrônico
Equipe multidisciplinar	Promover reuniões de equipe	04 reuniões/mês	Mensal Trimestral
Educação Permanente em Saúde	Promover capacitações com profissionais de saúde	01 capacitação/mês Lista de Presença	Comissão de Monitoramento Permanente do Programa
Telessaúde	Número de teleconferências assistidas	01 conferência/mês Ata de participação com assinatura dos profissionais	Comissão de Monitoramento Permanente do Programa

LEI 1.129

LEI Nº 1.129/2015, DE 14 DE OUTUBRO DE 2015.

"DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o art. 67, IV da Lei Orgânica do Município, faz saber a todos que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte:

LEI:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir ao Orçamento Geral do Município de Bela Vista do Toldo – Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 886.019,68 (Oitocentos e oitenta e seis mil dezenove reais e sessenta e oito centavos), com a seguinte classificação institucional, funcional e programática:

ÓRGÃO	07.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS	R\$
Unidade Orçamentária	07.01	SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS	
85-15.452.0006-1.007	1.007	Pavimentação e Recuperação de Ruas e Estradas	
Dotação	4.4.90.00.00.00.00.00.0743	Aplicações Diretas	886.019,68
TOTAL GERAL	886.019,68		

Art. 2º. Para Suporte do Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo precedente, fica o Executivo Municipal autorizado a suplementar o valor de R\$ 886.019,68 (Oitocentos e oitenta e seis mil dezenove reais e sessenta e oito centavos), referente a Abertura de Crédito Adicional por conta de excesso de arrecadação referente ao Convênio SC/Rural SIE Transferência nº10082015.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo - SC, 14 de outubro de 2015.

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA
Prefeito Municipal

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, em 14 de outubro de 2015.

MARIO CESAR CORRÊA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda

LEI 1.130

LEI Nº 1.130/2015, DE 14 DE OUTUBRO DE 2015.

"DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o art. 67, IV da Lei Orgânica do Município, faz saber a todos que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte:

LEI:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir ao Orçamento Geral do Município de Bela Vista do Toldo – Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 436.577,74 (Quatrocentos e trinta e seis mil quinhentos e setenta e sete reais e setenta e quatro centavos), com a seguinte classificação institucional, funcional e programática:

ÓRGÃO	07.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS	R\$
Unidade Orçamentária	07.01	SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS	
85-15.452.0006-1.007	1.007	Pavimentação e Recuperação de Ruas e Estradas	
Dotação	4.4.90.00.00.00.00.00.0743	Aplicações Diretas	436.577,74
TOTAL GERAL	436.577,74		

Art. 2º. Para Suporte do Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo precedente, fica o Executivo Municipal autorizado a suplementar o valor de R\$ 436.577,74 (Quatrocentos e trinta e seis mil quinhentos e setenta e sete reais e setenta e quatro centavos), referente a Abertura de Crédito Adicional por conta de excesso de arrecadação referente ao Convênio nº2015TR001432 FUNDAM.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo - SC, 14 de outubro de 2015.

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA
Prefeito Municipal

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, em 14 de outubro de 2015.

MARIO CESAR CORRÊA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda

LEI 1.131

LEI Nº 1.131/2015, DE 14 DE OUTUBRO DE 2015.

"DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o art. 67, IV da Lei Orgânica do Município, faz saber a todos que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte:

LEI:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir ao Orçamento Geral do Município de Bela Vista do Toldo – Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 192.043,91 (Cento e noventa e dois mil quarenta e três reais e noventa e um centavos), com a seguinte classificação institucional, funcional e programática:

ÓRGÃO	07.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS	R\$
Unidade Orçamentária	07.01	SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS	
85-15.452.0006-1.007	1.007	Pavimentação e Recuperação de Ruas e Estradas	
Dotação	4.4.90.00.00.00.00.00.00.0743	Aplicações Diretas	192.043,91
TOTAL GERAL	192.043,91		

Art. 2º. Para Suporte do Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo precedente, fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a anular o valor de R\$ 192.043,91 (Cento e noventa e dois mil quarenta e três reais e noventa e um centavos), conforme especificado abaixo:

ÓRGÃO	13.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ECONOMICO	R\$
Unidade Orçamentária	13.01	SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ECONOMICO	
120-04.121.0007-2.026	2.026	Manutenção da Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Econômico	
Dotação	3.3.90.00.00.00.00.00.00.0700	Aplicações Diretas	192.043,91
TOTAL GERAL	192.043,91		

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo - SC, 14 de outubro de 2015.

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, em 14 de outubro de 2015.

MARIO CESAR CORRÊA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

Biguaçu

PREFEITURA

DECRETO Nº 187/2015

DECRETO Nº 187/2015 DE: 22 DE OUTUBRO DE 2015.
Abre crédito adicional suplementar na Lei Orçamentária para 2015.

RAMON WOLLINGER, Prefeito Municipal de Biguaçu, no uso das atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o artigo 32 da Lei Municipal nº 3514/2014,

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementado em R\$ 2.692,70 (Dois mil, seiscentos e noventa e dois reais setenta centavos) por conta do excesso de arrecadação nas fontes de recursos 0.1.81.000011 e 0.1.81.000006, na dotação abaixo:

7. SECRETRIA DE EDUCAÇÃO

CÓDIGO	AÇÃO/GRUPO DE DESPESA	VALOR
0701.12.361.0003.2022	Manutenção do Transporte Escolar – Ens. Fundamental	2.692,70
3.3.90.00/0.1.81.000011	Outras Despesas Correntes	2.304,49
3.3.90.00/0.1.81.000006	Outras Despesas Correntes	388,21

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 22 de outubro de 2015.

RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal

Reg.publ.n/data

Marivalde Inêz Kons
Escriturária

DECRETO Nº 188/2015

DECRETO Nº 188/2015 DE: 22 DE OUTUBRO DE 2015.
Faz remanejamento de dotações dentro da mesma categoria de programação de que trata o artigo 167, inciso VI, da Constituição Federal.

Ramon Wollinger, Prefeito Municipal de Biguaçu, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o parágrafo 3º do artigo 7º, da Lei Municipal nº 3514/2014 - Lei de Diretrizes Orçamentárias e o artigo 9º, da Lei Municipal nº 3530/2014 - Lei Orçamentária para 2015,

DECRETA:

Art. 1º Fica remanejado, dentro da mesma categoria de programação de que trata o artigo 167, inciso VI, da Constituição Federal, as dotações abaixo identificadas e constantes da Lei Orçamentária para 2015, Lei Municipal nº 3530/2014:

11. SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO

1101.08.243.0006.2056	Proteção Especial de Média Complexidade	12.265,26
	ANULA:	
3.1.90.00/0.3.37.000072	Pessoal e Encargos Sociais	12.265,26
	SUPLEMENTA:	
3.3.90.00/0.3.37.000072	Outras Despesas Correntes	12.265,26

1101.08.243.0006.2056	Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculo	695,00
	ANULA:	
3.1.90.00/0.1.37.000209	Pessoal e Encargos Sociais	695,00
	SUPLEMENTA:	
3.3.90.00/0.1.37.000209	Outras Despesas Correntes	695,00

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 22 de outubro de 2015.

RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal

Reg.publ.n/data

Marivalde Inêz Kons
Escriturária

DECRETO Nº 190/2015

DECRETO Nº 190/2015 DE: 26 DE OUTUBRO DE 2015.
PRORROGA A DATA FINAL PARA REQUERER A ADESÃO AO Programa Municipal de Recuperação de Créditos Fiscais - REFIS Municipal E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RAMON WOLLINGER, Prefeito Municipal de Biguaçu, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com art. 98, VII, da Lei Orgânica do Município de Biguaçu,

DECRETA:

Art. 1º - Nos termos do art. 4º da Lei Complementar nº 84/2015, fica prorrogada para 31/12/2015 (trinta e um de dezembro de dois mil e quinze) a data final para requerer a adesão ao REFIS Municipal.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 26 de outubro de 2015.

RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal

Reg.publ.n/data

Marivalde Inêz Kons
Escriturária

CÂMARA MUNICIPAL**EXTRATO DO CONTRATO N. 38/2015 - CONVITE N. 10/2015**

TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

CONVITE Nº 010/2015

Circunstanciado pela ata de julgamento apresentado pela Comissão de Licitação, da CÂMARA MUNICIPAL DE BIGUAÇU, datado de 09 de outubro de 2015, venho ADJUDICAR e HOMOLOGAR, ato contínuo, pelo presente termo, para que surta seus efeitos legais, nos termos da Lei Federal nº 8.666, de 21 de Junho de 1993, com redação dada pela Lei Federal nº 8.883 de 08 de Junho de 1994, o resultado da licitação na modalidade – CONVITE n. 010/2015, de acordo com o parecer daquela Comissão, que aponta como vencedora do certame a Empresa OI MÓVEL S/A– CNPJ n. 05.423.963/0001-11, destinada a prestação de serviços de telefonia móvel celular para atender a demanda desta Casa Legislativa, apresentando como valor Global do Contrato (anual): R\$ 4.790,40 (quatro mil, setecentos e noventa reais e quarenta centavos). Vigência do contrato: 12 (doze) meses, a contar da assinatura pelas partes, prorrogáveis por iguais períodos até o limite de 60 (sessenta) meses. Pelo que se lavrou o presente Termo.

Biguaçu/SC, 14 de outubro de 2015.

Salete Orlandina Cardoso

Presidente da Câmara Municipal de Biguaçu

EXTRATO DO CONTRATO N. 38/2015 – CONVITE n. 010/2015

Objeto: contratação de empresa especializada na prestação de serviços de telefonia móvel celular para atender a demanda desta Casa Legislativa.

Contratante: Câmara de Vereadores de Biguaçu (CNPJ n. 73.564.064/0001-99)

Contratado: OI MÓVEL S/A (CNPJ n. 05.423.963/0001-11)

Valor global estimado do contrato: R\$ 4.790,40 (quatro mil, setecentos e noventa reais e quarenta centavos) para o período de 12 (doze) meses, sendo R\$ 399,20 (trezentos e noventa e nove reais e vinte centavos) mensais.

Data da ratificação e homologação: 14/10/2015.

Data da Assinatura do contrato: 15/10/2015.

Vigência: 12 (doze) meses, a contar da assinatura do contrato pelas partes, podendo ser prorrogado por iguais períodos, até o limite de 60 (sessenta) meses, conforme prevê o art. 58, II, da Lei 8.666/93.

Biguaçu/SC, 26 de outubro de 2015.

Salete Orlandina Cardoso

Presidente

Blumenau

PREFEITURA

EXTRATO 3º TERMO ADITIVO AO CONVENIO Nº 046/2012

EXTRATO – 3º TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO Nº 046/2012

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A FINANCEIRA ALFA S.A.

OBJETO: Concessão de empréstimo, pelo CONVENIADO, sob garantia de consignação em folha de pagamento, aos servidores públicos municipais efetivos, aposentados e pensionistas pertencentes ao Quadro de Pessoal da Administração Direta do CONCEDENTE.

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 116, da Lei 8.666/93.

PRAZO: Prorroga de 10 de outubro de 2015 até 09 de outubro de 2016.

INCLUSÃO: Fica consignado que a operacionalização para a concessão de empréstimos consignados entre o Município e a Blucredi será efetuada através de troca de mensagem eletrônica (via internet) ou, subsidiariamente, mediante carta margem.

DATA: 16 de setembro de 2015.

EXTRATO TERMO DE REPASSE 2015/132

EXTRATO – TERMO DE REPASSE 2015/132

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DO BASQUETEBOL DE BLUMENAU - APAB

OBJETO: Despesas com o Projeto de Aquisição de equipamentos para o novo escritório da entidade.

FUNDAMENTO LEGAL: IN TCE/SC nº. 14/2012, Decreto nº. 10.234/2013 e alterações; Lei nº. 8.134/2015.

VALOR: Dez mil reais (R\$ 10.000,00), repassados em parcela única.

DATA: 26 de outubro de 2015.

HOMOLOGAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 143/2015

Homologação do pregão presencial n.º 143/2015 – Data da Homologação: 15 de outubro de 2015

Objeto: Aquisição de equipamentos médicos hospitalares e materiais odontológicos (nebulizador, balança, seladora de papel grau cirúrgico, botião, alavancas), conforme especificações constantes no edital. - Verba PAB Saúde Bucal - FMS/SEMUS.

Critério de Julgamento: MENOR PREÇO POR ITEM.

Empresas:

· QUALYMEDIC COMERCIO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA LTDA EPP. - VALOR TOTAL R\$ 9.045,00

· DENTÁRIA E DIST. HOSPITALAR PORTO ALEGRENSE LTDA. - VALOR TOTAL R\$ 2.379,00

Base Legal: Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, que regulamenta a modalidade Pregão, Decreto Municipal nº 7.732/04, Lei Complementar 123/06 alterada pela Lei Complementar 147/14, subsidiariamente a Lei nº 8.666/93 e alterações.

EXTRATO Nº 245/2015 - FURB

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 245/2015

PARTES: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

e P3 ENGENHARIA ELÉTRICA LTDA. – EPP

OBJETO: contratação de serviços de execução de pré diagnóstico energético de acordo com a chamada pública ppe celesc nº 001/2015.

FUNDAMENTO LEGAL: Dispensa de licitação nº. 172/2015 e Contrato nº. 110/2015, firmado em 15 de outubro de 2015.

PREÇO: 14.500,00 (quatorze mil e quinhentos reais), conforme constante dos autos do processo de Dispensa de Licitação nº. 172/2015.

PAGAMENTO: O pagamento será efetuado até o dia 10 de novembro de 2015, desde que o mesmo seja aprovado pelo Gestor designado pela CONTRATANTE e sigam acompanhados da respectiva Nota Fiscal Eletrônica (NF-e).

PRAZO DE VIGÊNCIA: O presente contrato terá vigência durante o período compreendido entre a data de sua assinatura e 30 de outubro de 2015.

DATA: 26/10/2015.

EXTRATO Nº 246/2015 - FURB

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 246/2015

PARTES: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

e a empresa

ATRATIVA SERVIÇOS GERAIS LTDA. – EPP.

ADITIVO DE ALTERAÇÃO CONTRATUAL

CONTRATO Nº. 025/2014- TERMO ADITIVO Nº. 008

OBJETO: Prestação de serviços de conservação e limpeza predial, compreendendo as áreas internas, nos Campi da FURB, com a utilização de materiais, utensílios e equipamentos necessários e próprios aos serviços.

FUNDAMENTO LEGAL: Concorrência nº. 141/2013 e Contrato Nº. 025/2014, de 05 de março de 2014.

ALTERAÇÕES: Altera parcialmente o Item 1.6, da Cláusula Primeira do Contrato nº. 025/2014, que passa a ter a seguinte redação a partir de 1º/10/2015

“CLÁUSULA PRIMEIRA:

[...] 1.6. A contar de 1º de outubro de 2015, dá-se ao presente contrato o valor R\$ 261.484,26 (duzentos e sessenta e um mil, quatrocentos e oitenta e quatro reais e vinte e seis centavos) conforme quadro abaixo:

Item	Período	Nº. de Postos	Preço Mensal Unit. (por posto, em R\$)	Preço Mensal Total do Item (Quantidade de Postos X Preço Unit. Mensal por Posto, em R\$)
01	Segunda à sexta-feira das 05h às 08h, das 09h às 14h e sábado das 05h às 09h (Campus I)	21	2.909,81	61.106,01
02	Segunda à sexta-feira das 05h às 08h, das 09h às 14h e sábado das 05h às 09h (Campus I)	00	2.909,81	Suprimido a contar de 1º/07/2015
03	Segunda à sexta-feira das 12hs às 16h, das 17h às 21hs e sábado das 09 às 13h (Campus I)	12	2.909,81	34.917,72
04	Suprimido a contar de 1º/04/2014	00	00	Suprimido a contar de 1º/04/2014
05	Domingo à quinta-feira das 22hs às 01hs e das 02hs às 05h30min e sextas-feiras das 22hs às 01hs e das 02hs às 05hs (Campus I)	08	3.383,77	27.070,16
06	Domingo à quinta-feira das 22hs às 01hs e das 02hs às 05h30min e sextas-feiras das 22hs às 01hs e das 02hs às 05hs (Campus I)	01	3.383,77	3.387,77
07	Segunda à sexta-feira das 05h às 08h, das 09h às 14h e sábado das 05h às 09h (Campus I)	01 (enc. nível I)	3.723,38	3.723,38
08	Domingo à quinta-feira das 22hs às 01hs e das 02hs às 05h30min e sextas-feiras das 22hs às 01hs e das 02hs às 05hs (Campus I)	01 (Líder de Grupo)	3.699,42	3.699,42
09	Segunda à sexta-feira das 05h às 08h, 09h às 14h e sábado das 05h às 09h (Campus II)	10	2.909,81	29.098,05
10	Segunda à sexta-feira das 12h às 16h, 17h às 21h e sábado das 09h às 13h (Campus II)	06	2.909,81	17.458,86
11	Segunda à sexta-feira das 07h às 11h30min, 12h30min às 16h48min (Campus II)	04	2.879,72	11.518,88
12	Segunda à sexta-feira das 05h às 08h, 09h às 14h e sábado das 05h às 09h (Campus III)	05	2.909,81	14.549,03
13	Segunda à sexta-feira das 05h às 08h, 09h às 14h e sábado das 05h às 09h (Campus III)	01	2.909,81	2.909,81
14	Segunda à sexta-feira das 12h às 16h, 17h às 21h e sábado das 09h às 13h (Campus III)	02	2.909,81	5.819,61
15	Segunda à sexta-feira das 12h às 16h, 17h às 21h e sábado das 09h às 13h (Campus III)	03	2.909,81	8.729,02
16	Segunda à sexta-feira das 05hs às 09hs, 10hs às 15hs (Campus III)	02	2.879,72	5.759,44
17	Segunda à sexta-feira das 07h às 11h30min, 12h30min às 16h48min (Campus V)	02	2.879,72	5.759,44
18	Segunda à quinta-feira das 05h às 09h, 10h às 15h e sextas-feiras das 05h às 09h e das 10h às 14h (Campus V)	02	2.879,72	5.759,44
19	Segunda à quinta-feira das 12h às 15h, 16h às 22h e sextas-feiras das 12h às 15h e das 16h às 21h (Campus V)	02	2.879,72	5.759,44
20	Segunda à sexta-feira das 07h às 11h30min, 12h30min às 16h48min (Campus V)	01	2.879,72	2.879,72
21	Segunda à sexta-feira das 09h às 12hs, 13hs às 18h48min (Campus V)	-	00	Suprimido a contar de 1º/07/2015

22	Segunda à sexta-feira das 07h às 11h30min, 12h30min às 16h48min (Campus V)	01 (Líder de grupo)	00	Suprimido a contar de 1º/10/2015
23	Segunda à quinta-feira das 05h às 09h, 10h às 15h e sextas-feiras das 05h às 09h e das 10h às 14h (NPJ)	01	2.879,72	2.879,72
24	Segunda à quinta-feira das 12h às 15h, 16h às 22h e sextas-feiras das 12h às 15h e das 16h às 21h (NPJ)	-	00	Suprimido a contar de 1º/07/2015
25	Segunda à sexta-feira das 05hs às 09hs, 10hs às 15hs (Campus III)	01	2.909,81	2.909,81
26	Segunda à sexta-feira das 13h às 18h, das 19h às 22h e sábado das 09h às 13h (Campus I)	01	2.909,81	2.909,81
27	Segunda à sexta-feira das 07h às 11h30min, 12h30min às 16h48min (Campus V)	01	2.879,72	2.879,72 (a contar de 1º/10/2015)
Preço Total Mensal (em R\$):				261.484,26

CLÁUSULA SEGUNDA:

Considerando que a alteração se dará a contar de 1º de outubro de 2015, o valor contratual impactará na supressão de 6 (seis) parcelas de R\$ 259,96 (duzentos e cinquenta e nove reais e noventa e seis centavos, perfazendo o montante de R\$ 1.559,76 (um mil, quinhentos e cinquenta e nove reais e setenta e seis centavos), equivalente a 0,0403502% (zero vírgula zero quatro zero três cinco zero dois por cento) do valor global inicialmente contratado.

CLÁUSULA TERCEIRA:

Que para o período de vigência do Termo Aditivo nº 06, fica o valor contratual suprimido em R\$ 536.480,61 (quinhentos e trinta e seis mil, quatrocentos e oitenta reais e sessenta e um centavos), equivalente a 14,24164% (quatorze vírgula dois quatro um seis quatro por cento) em relação ao valor inicialmente contratado, em decorrência dos acréscimos e supressões quantitativas do objeto, formalizadas através dos aditivos nº 02, 03, 04, 07 e 08.

CLÁUSULA QUARTA:

Para o período de vigência do aditivo nº 06, o valor global passa a ser R\$ 3.329,07, 64 (três milhões, trezentos e vinte e nove mil, setenta e quatro reais e sessenta e quatro centavos).

CLÁUSULA QUINTA:

Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições previstas no Contrato nº. 025/2014 e Termos Aditivos nos. 001 a 007 que não colidirem com este.

DATA: 26/10/2015.

EXTRATO Nº 247/2015 - FURB

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 247/2015

PARTES: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

e a empresa

Momento Engenharia Ambiental Ltda

ADITIVO DE PRORROGAÇÃO

CONTRATO Nº. 168/2014- TERMO ADITIVO Nº. 001

OBJETO: serviço de tratamento e disposição final de resíduos sólidos das classes de risco I, IIA E IIB, de acordo com a classificação de resíduos preconizada pela associação brasileira de normas técnicas – ABNT, na sua norma NBR 10.004.

FUNDAMENTO LEGAL: Dispensa de licitação nº. 134/2015 e Contrato Nº. 168/2014, de 21 de outubro de 2014.

ALTERAÇÕES: CLÁUSULA PRIMEIRA:

O prazo de vigência previsto na Cláusula Primeira do Contrato nº. 168/2014 fica prorrogado por mais 12 (doze meses), a contar de 21 de outubro de 2015 até 20 de outubro de 2016, o que resultará em um período total de contratação de 24 (vinte e quatro) meses.

CLÁUSULA SEGUNDA:

Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições previstas no Contrato nº. 168/2014 que não colidirem com este.

DATA: 26/10/2015.

EXTRATO Nº 248/2015 - FURB

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 248/2015

PARTES: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

e a empresa

Hewlett-Packard Brasil LTDA

ADITIVO DE PRORROGAÇÃO

CONTRATO Nº. 181/2013 - TERMO ADITIVO Nº. 002

OBJETO: Prestação de serviços de suporte técnico de hardwares da marca Hewlett-Packard, instalados na FURB.

FUNDAMENTO LEGAL: Inexigibilidade nº. 136/2013 e Contrato Nº. 181/2013, de 24 de setembro de 2013.

ALTERAÇÕES: CLÁUSULA PRIMEIRA:

O prazo de vigência previsto na Cláusula Primeira, Item 1.4. do Contrato nº. 181/2013 fica prorrogado por 12 (doze) meses, a contar da data de 1º de outubro de 2015 até 30 de setembro de 2016, o que resultará num período total contratado de 36 (trinta e seis) meses.

CLÁUSULA SEGUNDA:

Altera-se parcialmente a Cláusula Primeira, que passa a ter o seguinte texto em seu Item 1.2:

1.2. Pelo objeto contratado, a CONTRATANTE pagará o valor mensal de R\$ 5.573,63 (cinco mil, quinhentos e setenta e três reais e sessenta e três centavos), de acordo com a proposta K1859933 (Renovação) apresentada pela CONTRATADA e constante dos autos processuais.

Item	Código do Produto	Descrição	Nº. de Série	Qtde.
1	310587-201	DL380R03 X3.06/535-512 BRZL	C03HLJC12N	01
2	310587-201	DL380R03 X3.06/535-512 BRZL	C03JLJC12N	01
3	370596-201	DL380R04 X3.2/800-1M BRZL	BRC506101H	01
4	370596-201	DL380R04 X3.2/800-1M BRZL	BRC5061020	01
5	C9572CB	HP 1/8 Ultrium 230 Autoloader	MXA0504050	01
6	370596-201	DL380R04 X3.2/800-1M BRZL	BRC5061025	01
7	378739-201	DL380R04 X3.6/800-2M BRZL	BRC641N0AV	01
8	378739-201	DL380R04 X3.6/800-2M BRZL	BRC641N0B1	01
9	410785-001	HP DL320G4 P920 A80 US Svr	USM6220030	01
10	410785-001	HP DL320G4 P920 A80 US Svr	USM623019P	01
11	410785-001	HP DL320G4 P920 A80 US Svr	USM623019V	01
12	410785-001	HP DL320G4 P920 A80 US Svr	USM623019X	01
13	410785-001	HP DL320G4 P920 A80 US Svr	USM62301A0	01
14	410785-001	HP DL320G4 P920 A80 US Svr	USM62301A4	01
15	410785-001	HP DL320G4 P920 A80 US Svr	USM626033X	01
16	410785-001	HP DL320G4 P920 A80 US Svr	USM626035P	01
17	AF202A	HP 1/8 Ultrium 232 Tape Autoloader	MXA064102K	01
18	714647-S05	HP DL380p Gen8	BRC3102YP8	01
19	575996-201	HP S-BUY DL160G6	BRC012N043	01
20	411597-201	HP DL145G3	BRC719N0GG	01

CLÁUSULA TERCEIRA:

Permanecem inalteradas as demais que não conflitem com as cláusulas e condições previstas no Contrato nº. 181/2013.

DATA: 26/10/2015.

EXTRATO Nº 249/2015 - FURB

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 249/2015

PARTES: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

e a empresa

Garib Informática e Eletrônica LTDA. - ME

ADITIVO DE PRORROGAÇÃO

CONTRATO Nº. 160/2014- TERMO ADITIVO Nº. 002

OBJETO: contratação de empresa credenciada pela MICROSOFT CORPORATION para prestação de serviços de consultoria de licenciamento e fornecimento de licenças de uso de software através de contrato MICROSOFT OPEN VALUE SUBSCRIPTION EDUCATION SOLUTIONS (OVS-ES), contendo softwares, unidades de fte's (full time equivalence), com todas as mídias para instalação, manutenção, testes e

consultoria técnica.

FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Presencial nº 116/2014 e Contrato Nº. 181/2013, de 14 de outubro de 2015

ALTERAÇÕES: CLÁUSULA PRIMEIRA:

O prazo de vigência previsto na Cláusula Primeira do Contrato nº 160/2014, fica prorrogado por mais 12 (doze) meses, a contar de 1º de novembro de 2015 até 31 de outubro de 2016, o que resulta num período total de 24 (vinte e quatro) meses.

CLAUSULA SEGUNDA:

Fica a Cláusula Primeira parcialmente alterada, e passa a ter o seguinte texto em seu item 1.3:

Pelo objeto contratado, a CONTRATANTE pagará o preço total de US\$ 86.193,24 (oitenta e seis mil, cento e noventa e três dólares e vinte e quatro centavos de dólar), de acordo com proposta apresentada pela CONTRATADA para assinatura deste aditivo, que incluem as licenças e quantidades abaixo:

Quant. FTE's	Part Number	Descrição	Preço Unit US\$	Preço Total US\$
580	2UJ-00011	Dsktp Edu ALNG LicSAPk OLV E 1Y Acdmc Ent	78,47	45.512,60
200	6VC-01522	Windows Rmt Dsktp SrvcSAL ALNG LicSAPk OLV E 1Y Acdmc AP DvcCAL	12,08	2.416,00
373	2FJ-00005	Office Pro Plus Edu ALNG LicSAPk OLV E 1Y Acdmc Ent	33,76	12.592,48
14000	S2Y-00002	O365 Pro Plus Open Students ShrdSvr ALNG SubsVL OLV NL 1Mth Acdmc Stdnt w/Faculty	0,04	560,00
373	W06-01836	CoreCAL ALNG LicSAPk OLV E 1Y Acdmc Ent DvcCAL	17,60	6.564,80
123	P73-05566	Windows Svr Std ALNG LicSAPk OLV E 1Y Acdmc AP 2Proc	72,61	8.931,03
50	D87-06007	Visio Pro ALNG LicSAPk OLV E 1Y Acdmc Ent	7,94	397,00
50	H30-03429	Project Pro ALNG LicSAPk OLV E 1Y Acdmc Ent w1PrjctSvrCAL	9,15	457,50
1	H22-02365	Project Svr ALNG LicSAPk OLV E 1Y Acdmc AP	64,16	64,16
1	N9J-00773	Dyn CRM Svr ALNG LicSAPk OLV E 1Y Acdmc AP	463,73	463,73
15	ZFA-00772	Dyn CRM ProCAL ALNG LicSAPk OLV E 1Y Acdmc AP DvcCAL	84,17	1.262,55
4	P71-06905	Windows Svr DataCtr ALNG LicSAPk OLV E 1Y Acdmc AP 2Proc	417,85	1.671,40
3	76P-01359	SharePoint Svr ALNG LicSAPk OLV E 1Y Acdmc AP	745,84	2.237,52
1	77D-00161	Visual Studio Pro wMSDN ALNG LicSAPk OLV E 1Y Acdmc AP	90,20	90,20
1	MX3-00124	Visual Studio Enterprise wMSDN ALNG LicSAPk OLV E 1Y Acdmc AP	531,67	531,67
1	T9L-00068	System Ctr Std ALNG LicSAPk OLV E 1Y Acdmc AP 2Proc	121,58	121,58
50	TSC-01192	System Ctr DPM CltML ALNG LicSAPk OLV E 1Y Acdmc Ent PerOSE	3,28	164,00
50	26C-00576	System Ctr VMM CltML ALNG LicSAPk OLV E 1Y Acdmc AP PerOSE	3,63	181,50
4	7NQ-00050	SQL Svr Std Core ALNG LicSAPk OLV 2Lic E 1Y Acdmc AP CoreLic	493,38	1.973,52
			Total US\$	86.193,24

CLÁUSULA TERCEIRA:

Ratificando o exposto na cláusula segunda do referido contrato, o reajuste do valor contratado observará a variação do dólar estadunidense, pela taxa de câmbio oficial (denominada PTax) vigente no dia útil imediatamente anterior à data do efetivo faturamento

CLAUSULA QUARTA:

Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições previstas no Contrato de nº 160/2014 e aditivo nº 01.

DATA: 26/10/2015.

EXTRATO Nº 250/2015 - FURB

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 250/2015

PARTES: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

e a empresa

Delmo Leal da Silva EPP.

ADITIVO DE REVISÃO DE PREÇO

CONTRATO Nº. 120/2015- TERMO ADITIVO Nº. 001

OBJETO: serviços de alimentação para o evento FURB interação.

FUNDAMENTO LEGAL: Dispensa de Licitação nº. 120/2015 e Contrato Nº. 120/2015, de 20 de agosto de 2015.

ALTERAÇÕES: Altera parcialmente a Cláusula Primeira do Contrato nº. 120/2015, especialmente seu Item 1.3, que passa a ter a seguinte redação:

1.3. Pelo objeto contratado, a CONTRATANTE pagará o preço unitário de R\$ 5,40 (cinco reais e quarenta centavos) por ticket, para um número máximo de 1.500 (hum mil e quinhentos) tickets, perfazendo um preço global máximo de R\$ 8.100 (oito mil e cem reais).

Quantidade	Unidade	Especificação	Valor Dos Serviços (em R\$ por unidade)
1.500	Tickets	Serviços de alimentação que consiste na livre escolha de produtos disponibilizados nas cantinas existentes nos Campi (Campus I, II, III e V) da FURB até o limite de R\$ 5,00 (cinco reais) a serem pagos através de tickets distribuídos pela organização do evento FURB INTERAÇÃO 2015 que será realizado em 23/09/2015.	5,40

CLÁUSULA SEGUNDA:

Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições previstas no Contrato de nº. 120/2015, que não colidirem com o presente Termo Aditivo.

DATA: 26/10/2015.

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 002/15 - FUNDAÇÃO CULTURAL DE BLUMENAU

EDITAL DE CREDENCIAMENTO n. 002/2015

A Fundação Cultural de Blumenau torna pública a prorrogação das inscrições do Edital de Credenciamento n. 002/2015 até 09.11.15, relativo a profissionais para compor a Comissão Técnica Externa que analisarão os projetos culturais do Fundo Municipal de Apoio à Cultura (Edital 003/2015).

Bom Jesus do Oeste

PREFEITURA

TOMADA DE PREÇOS Nº 2336/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO OESTE

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 2336/2015

EDITAL DE TOMADA DE PREÇO Nº. 08/2015

O MUNICIPIO DE BOM JESUS DO OESTE, Estado de Santa Catarina, por seu

Prefeito Municipal Sr. Airton Antonio Reinehr, TORNA PÚBLICO, para o conhecimento dos interessados que às 08:00 horas do dia 11 de Novembro de 2015, na sede da Municipalidade, fará realizar Processo Licitatório, na modalidade de Tomada de Preço, tendo como objeto a contratação de empresa para serviço de conformação, cascalhamento e recuperação de estradas vicinais do Município.

O Processo será regido pelas Leis Federais nº 8.666/93, e suas alterações posteriores e em especial ao contido no Edital.

A íntegra do Edital e demais informações poderão ser obtidas em horário de expediente, junto à comissão de Licitações da Prefeitura Municipal, sita a AV. Nossa Senhora de Fátima, 120, na cidade de Bom Jesus do Oeste – SC, Fone 049 3363 0200, e-mail: compras@bomjesus-dooeste.sc.gov.br ou pelo site www.bomjesusdooeste.sc.gov.br.

Bom Jesus do Oeste – SC, aos 27 de Outubro de 2015.

Airton Antonio Reinehr

Prefeito Municipal

Bom Retiro

PREFEITURA

81.15 - DEC. TRANSFERE PONTO FACULTATIVO

Decreto n.º 81/15 de 26.10.2015.

Transfere Excepcionalmente em 2015 o Ponto Facultativo em Homenagem ao Dia do Servidor Público.

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, usando da competência privativa que lhe confere o item VIII do artigo 101 da Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1º Fica transferido excepcionalmente em 2015, o ponto facultativo do dia 28/10/2015 (quarta-feira) para o dia 30/10/2015 (sexta-feira), em homenagem ao dia do servidor público.

Art. 2º Excetuam-se das disposições deste decreto as atividades da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Bom Retiro, 26 de Outubro de 2015.

ALBINO GONÇALVES PADILHA

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado

Na Data Supra

DARIO CESAR DE LINS

Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

848.10.15 - P. FÉRIAS ANGELITA B. V. GODINHO

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 848/15 de 23.10.15

Concede Férias Regulamentares

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 68 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Bom Retiro – SC):

RESOLVE:

Conceder 30 (trinta) dias de férias regulamentares correspondente ao período de 2014 (Dois Mil e Quatorze) a 2015 (Dois Mil Quinze) a funcionária Angelita Bernadete Velho Godinho, ocupante do cargo de Servente - Padrão 1 – Nível 1, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte – Creche Irmã Paula, para gozá-las a contar de 23 de outubro com término no dia 22 de novembro de 2015.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
23 de outubro de 2015.

ALBINO GONÇALVES PADILHA

Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS

Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

849.10.15 - P. PRORROGA LIC. TRAT. SAUDE ELI AP. B. ALTHOFF

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 849/15 de 23.10.15

Prorroga Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro – SC):

RESOLVE:

Prorrogar a Licença de Tratamento de Saúde de acordo com o atestado médico apresentado até o dia 10 de novembro de 2015, a funcionária Eli Aparecida Borba Althoff, Ocupante do cargo de Chefe de Serviço - Padrão I – Nível 30, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
23 de outubro de 2015.

ALBINO GONÇALVES PADILHA

Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS

Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

850.10.15 - P. FÉRIAS VERA L. URBANO

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 850/15 de 26.10.15

Concede Férias Regulamentares

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 68 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Bom Retiro – SC):

RESOLVE:

Conceder 30 (trinta) dias de férias regulamentares correspondente ao período de 2014 (Dois Mil e Quatorze) a 2015 (Dois Mil Quinze) a funcionária Vera Lucia Urbano, ocupante do cargo de Servente - Padrão 1 – Nível 1, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte – Creche Irmã Paula, para gozá-las a contar de 26 de outubro com término no dia 24 de novembro de 2015.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
26 de outubro de 2015.

ALBINO GONÇALVES PADILHA

Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS

Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

851.10.15 - P. FÉRIAS IVONETE H. GARCIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 851/15 de 26.10.15

Concede Férias Regulamentares

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 68 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Bom Retiro – SC):

RESOLVE:

Conceder 30 (trinta) dias de férias regulamentares correspondente ao período de 2013 (Dois Mil e Treze) a 2014 (Dois Mil Quatorze) a funcionária Ivonete Hinckel Garcia, ocupante do cargo de Auxiliar de Enfermagem - Padrão 1 – Nível 3, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Saúde, para gozá-las a contar de 26 de outubro com término no dia 24 de novembro de 2015.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
26 de outubro de 2015.

ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

852.10.15 - P. LIC. TRAT. SAÚDE ELIZABETE O. ALVES

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 852/15 de 26.10.15

Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro – SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 01 (um) dia de licença para realizar tratamento de saúde no dia 26 de outubro de 2015, a funcionária Elizabete Oliveira Alves, Ocupante do cargo de Servente - Padrão I – Nível 01, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
26 de outubro de 2015.

ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

853.10.15 - P. LIC. TRAT. SAÚDE ELI T. P. HEMKMAIER

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 853/15 de 26.10.15

Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro – SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 01 (um) dia de licença para realizar tratamento de saúde no dia 23 de outubro de 2015, a funcionária Eli Terezinha Perroni Hemkemaier, ocupante do cargo de Servente – Padrão I – Nível 1, do Quadro de Pessoal do Município, com exercício na Secretaria Municipal do Bem Estar Social - CRAS.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
26 de outubro de 2015.

ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

854.10.15 - P. DES. PROF. ANDREIA M. HEINZ

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 854/15 de 26.10.15

Designa Professora Contratada em Caráter Temporário

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições e de conformidade como disposto no Artigo 2º Inciso IX da Lei 2019/10 de 04 de março de 2010 que Dispõe sobre a contratação de pessoal em caráter temporário, na forma do art. 37, IX da Constituição Federal, e dá outras providências;

RESOLVE:

Designa Andréia Maria Heinz, para atuar como Professor Educação Infantil 30 horas semanais no Centro de Educação Infantil Professor Alosir Moretti, no período de 26 de outubro com término no dia 18 de dezembro de 2015, em virtude de sua classificação em 6º lugar na Chamada Pública 03/2015, para Contratação de Professor ACT – Educação Infantil – Não Habilitado, percebendo os vencimentos iniciais do cargo de Professor I - 3 – Padrão I, Nível 22 do Quadro de Pessoal do Município.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
26 de outubro de 2015.

ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

855.10.15 - P. FÉRIAS NELSON A. DUTRA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 855/15 de 26.10.15
Concede Férias Regulamentares

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 68 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Bom Retiro – SC):

RESOLVE:

Conceder 30 (trinta) dias de férias regulamentares correspondente ao período de 2013 (Dois Mil e Treze) a 2014 (Dois Mil Quatorze) ao funcionário Nelson Aristiliano Dutra, ocupante do cargo de Carpinteiro – Padrão I – Nível 4, do Quadro de Pessoal do Município, com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, para gozá-las a contar de 26 de outubro com término no dia 24 de novembro de 2015.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
26 de outubro de 2015.
ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

Botuvera

PREFEITURA

DECRETO Nº 1.828/2015

DECRETO Nº 1.828/2015

“Declara situação anormal, caracterizada como Situação de Emergência a área do Município Afetada por Fortes Chuvas e Enchentes.”

JOSÉ LUIZ COLOMBI, Prefeito Municipal de Botuverá, no uso das atribuições legais conferidas pelo Art. 73 da Lei Orgânica do Município, pelo inciso VI do Art. 8º da Lei Federal nº 12.608, de 10 de abril de 2012, pela Lei Estadual nº 10.925, de 22 de setembro de 1998, pelo Decreto Estadual nº 3.924, de 11 de janeiro de 2006 e pela Resolução nº 3 do Conselho Nacional de Defesa Civil.

CONSIDERANDO QUE:

- A ocorrência das fortes chuvas que assolaram o Município nos dias 21 e 22 de Outubro de 2015;
- Em virtude destas chuvas ocorreu um elevado nível no Rio Itajaí Mirim e afluentes, ocasionando alagamentos no Município;
- Em virtude das fortes chuvas ocorreram deslizamentos e erosões fluviais em diversos pontos de encostas das estradas e de residências do município;
- Que as consequências deste desastre, resultaram danos e prejuízos, constantes do Formulário de Informações do Desastre (FIDE), anexo a este decreto;
- A recomendação da Comissão Municipal de Defesa Civil, que avaliou os efeitos do desastre e recomendou a decretação da situação de Emergência, em acordo com a Resolução nº 3 do Conselho Nacional de Defesa Civil – CONDEC;
- Concorrem como critérios agravantes da situação de anormalidade: o grau de vulnerabilidade do cenário e da população afetada frente ao desastre.

DECRETA:

Art. 1º Fica declarado a existência de Situação Anormal, provocada por desastre e caracterizada como Situação de Emergência.

Parágrafo único. Esta situação de anormalidade é válida apenas para as áreas deste Município, comprovadamente afetadas pelo desastre, conforme prova documental estabelecida pelo Formulário de Informações do Desastre (FIDE) e pelo Croqui da Área Afetada, anexos a este Decreto.

Art. 2º Confirma-se a mobilização do Sistema Nacional de Defesa Civil, no âmbito do Município, sob a coordenação da Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil COMPDEC e autoriza-se o desencadeamento do Plano Emergencial de Resposta aos Desastres, após adaptado à situação real desse desastre.

Art. 3º Autoriza-se a convocação de voluntários, para reforçar as ações de resposta aos desastres, e a realização de campanhas de arrecadação de recursos, junto à comunidade, com o objetivo de facilitar as ações de assistência à população afetada pelo desastre.

Parágrafo único. Essas atividades serão coordenadas pela Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil COMPDEC.

Art. 4º De acordo com o estabelecido no artigo 5º, XI, e XXV da Constituição Federal, ficam as autoridades administrativas e os agentes da Defesa Civil, diretamente responsáveis pelas ações de resposta ao desastre, em caso de risco eminente:

I – Penetrar nas casas, a qualquer hora do dia ou da noite, mesmo sem o consentimento do morador, para prestar socorro ou para determinar a pronta evacuação das mesmas;

II – Usar da propriedade, inclusive particular, em circunstâncias que possam provocar danos ou prejuízos ou comprometer a segurança de pessoas, instalações, serviços e outros bens públicos ou particulares, assegurando-se ao proprietário indenização ulterior, caso o uso da propriedade provoque danos à mesma.

Parágrafo único. Será responsabilizado o agente de Defesa Civil ou a autoridade administrativa que se omitir de suas obrigações, relacionadas com a segurança global da população.

Art. 5º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, vigendo pelo prazo de 90 (noventa) dias.

Parágrafo único. O prazo de validade deste Decreto poderá ser prorrogado até completar um máximo de 180 (cento e oitenta) dias.

Botuverá(SC), 22 de Outubro de 2015.

JOSÉ LUIZ COLOMBI

Prefeito Municipal

Braço do Trombudo

PREFEITURA

RESULTADO DE JULGAMENTO PREGÃO Nº 46/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAÇO DO TROMBUDO

RESULTADO DE JULGAMENTO PREGÃO Nº 46/2015

O pregoeiro oficial do Município de Braço torna público o resultado de julgamento do Pregão Eletrônico SRP nº 46/2015 e extrato da Ata de Registro de Preços. Processo licitatório 56/2015. Objeto: Registro de Preços para contratações de serviços de lavagem dos veículos e máquinas da frota do município de Braço do Trombudo. Após análise e julgamento das propostas, foi declarada vencedora do certame a empresa a seguir:

EMPRESA	CNPJ	LOTES	R\$ VALOR
KISLA DE SOUZA 62566130906	14.633.136/0001-43	1,2,3,4,5,6,7,8,9 e 10	26.820,00

tornando-se, dessa forma, divulgado o resultado de julgamento do supracitado pregão. Fica registrado em Ata. Vigência: 12 (doze) meses da data de assinatura. Alair Franz Hein - Pregoeira Oficial do Município de Braço do Trombudo. Em 26/10/2015.

RESULTADO DE JULGAMENTO PREGÃO Nº 47/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAÇO DO TROMBUDO

RESULTADO DE JULGAMENTO PREGÃO Nº 47/2015

O pregoeiro oficial do Município de Braço torna público o resultado de julgamento do Pregão Eletrônico SRP nº 47/2015 e extrato da Ata de Registro de Preços. Processo licitatório 57/2015. Objeto: Registro de Preços para aquisição de filtros para caminhões, máquinas, tratores agrícolas e veículos de porte pequeno da Secretaria de Obras Serviços Urbanos e Agropecuários do município de Braço do Trombudo. Após análise e julgamento das propostas, foi declarada vencedora do certame a empresa a seguir:

EMPRESA	CNPJ	LOTES	R\$ VALOR
FILTROSUL COMERCIO DE FILTRO E PEÇAS LTDA	01.031.105/0001-70	1,2,3,4,5,6,7,8,9,10,11,12,13,14,15, 16,17,18,19,20,21,22,23,24,25, 26,27,28,29,30,31,32,33,34,35 36,37,38,39,40,41,42,43,44,45 46,47,48,49,50,51,52,53,54,55, 56,57,58,59,60,61,62,63	14.378,70

tornando-se, dessa forma, divulgado o resultado de julgamento do supracitado pregão. Fica registrado em Ata. Vigência: 12 (doze) meses da data de assinatura. Alair Franz Hein - Pregoeira Oficial do Município de Braço do Trombudo. Em 26/10/2015.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº13/2015 PMBT

Página: 1/3

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 13/2015

Número do Registro de Preços: 13/2015 **Data do Registro: 27/04/2015** **Válido até: 27/04/2016**
Objeto da Compra: Aquisição de peças para manutenção da motoniveladora RG 140 B ano 2012 da Secretaria de Obras do Município de Braco do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descdo. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	jogo lâmina 13 furos goiva amarela (15961)	UND	RT TRATORES COM. DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA (8675)	Meisa	0	1,220,0000	1
2	parafuso de lâmina aço 5/8 x 2.1/4 (15962)	UND	RT TRATORES COM. DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA (8675)	Fey	0	4,0000	1
3	porca de lâmina 5/8" (15963)	UND	RT TRATORES COM. DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA (8675)	Fey	0	2,0000	1
4	vidro porta lateral esquerda (15964)	UND	RT TRATORES COM. DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA (8675)	Elenit	0	3,450,0000	1
5	jogo de guarnição vidro da porta (15965)	UND	RT TRATORES COM. DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA (8675)	Elenit	0	1,300,0000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 13/2015

Página: 2/3

Número do Registro de Preços: 13/2015		Data do Registro: 27/04/2015		Válido até: 27/04/2016			
Objeto da Compra: Aquisição de peças para manutenção da motoniveladora RG 140 B ano 2012 da Secretaria de Obras do Município de Braco do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
6	jogo de batente de porta (15966)	UND	RT TRATORES COM. DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA (8675)	Etenit	0	250.0000	1

Página: 3/3

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAÇO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 13/2015

Número do Registro de Preços: 13/2015 Data do Registro: 27/04/2015 Válido até: 27/04/2016

Objeto da Compra: Aquisição de peças para manutenção da motoniveladora RG 140 B ano 2012 da Secretaria de Obras do Município de Braço do Trombudo.

Item		Descrição	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descdo. (%)	Preço Unitário	Classif.
<p align="center">(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)</p> <p>REGISTRO DE PREÇOS Nº 13/2015</p> <p>PROCESSO Nº 19/2015</p> <p align="center">(8675) - RT TRATORES COM. DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA</p>								

Braço do Trombudo, 27 de Abril de 2015.

Brunópolis

PREFEITURA

DECRETO 70/2015

DECRETO MUNICIPAL Nº 070, DE 22 DE OUTUBRO DE 2015.
Abre Crédito Adicional Suplementar.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUNÓPOLIS, SC, no uso de suas atribuições e com fundamento no que dispõe a Lei Orgânica do Município, e com amparo no artigo 6º da Lei Municipal nº 823/2014...

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto crédito adicional suplementar à seguinte dotação no Orçamento vigente do Município:

Órgão/Unidade 03.01 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Op. Especial: 0.001 – Amortização da Dívida Contratada

Modalidade 4.6.90.00.00.00.01.0000 R\$ 5.200,00

Parágrafo único - Os recursos orçamentários para fazer face ao presente crédito adicional suplementar correrão à conta do provável excesso de arrecadação na fonte de recursos 0000 – Recursos Ordinários, conforme art. 43, §3º da Lei nº 4.320/64.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Brunópolis (SC)

Gabinete do Prefeito Municipal de Brunópolis/SC, em 22 de outubro de 2015.

Ademil Antonio da Rosa,

Prefeito Municipal.

José Thieres Alves Ribeiro

Secretário de Administração Planejamento e Fazenda

Registrado e Publicado no DOM.

Brusque

PREFEITURA

LEI Nº 3.930, DE 22 DE OUTUBRO DE 2015

LEI Nº 3.930, DE 22 DE OUTUBRO DE 2015.

1. Autoriza o Poder Executivo Municipal a indenizar os danos causados nas edificações de imóveis localizados no Município de Brusque, em virtude das obras do PAC – Macrodrenagem, conforme especifica, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE:

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a indenizar os danos causados nas edificações de imóveis localizadas no Município de Brusque, em virtude das obras do PAC – Macrodrenagem, conforme especifica, pelo valor total de R\$ 570.309,64 (quinhentos e setenta mil, trezentos e nove reais e sessenta e quatro centavos):

Proprietário	C.P.F.	Endereço	Valor (R\$)
1.Adolfo Radtke	416.597.329-72	Rua Luiz Boos, nº 226, bairro Santa Terezinha.	8.475,82
2.Altair Ristow	528.246.919-72	Rua Azambuja, nº 430, bairro Azambuja	40.079,02
3.Avacir Maçaneiro	294.219.429-49	Rua Osvaldo Nieburg, nº 234, bairro Santa Rita.	57.394,52
4.Carlos Alberto Grão Velloso	940.024.957-87	Rua George Boettger, nº 08, bairro Santa Terezinha.	4.055,71
5.Carmen Rodrigues	712.376.589-34	Rua São Pedro, nº 110, bairro São Luiz.	19.165,11
6.Cesar Brick	520.834.629-04	Rua São Leopoldo, s/nº, bairro São Luiz.	25.065,50
7.Catarina Correa do Nascimento	248.569.679-91	Rua George Boettger, nº 42, bairro Santa Terezinha.	12.731,51
8.Cristian Juliano Cardoso	747.037.229-68	Rua Ivandro Bruns, nº 303, bairro Nova Brasília.	73.897,89
9.Edir Oliveira	494.241.229-34	Rua Azambuja, nº 287, bairro Azambuja.	13.800,86
10.Edson Osimar Zambonetti	309.722.139-53	Rua Azambuja, nº 460, bairro Azambuja.	36.256,48
11.Eloi Francisco Gonçalves	248.762.839-15	Rua George Boettger, nº 88, bairro Santa Terezinha.	8.186,50
12.Fernando Cabral e Silva	987.008.129-00	Rua Pe. Antônio Eising, nº 206, bairro Paquetá.	7.520,18
13.Gilberto Radtke	549.909.049-15	Rua Luiz Boos, nº125, bairro Santa Terezinha.	36.238,19
14.Hilário Venturelli	072.787.809-34	Rua Florianópolis, nº 773, bairro Primeiro de Maio.	16.054,70
15. Ligia Ulber	712.589.149-72	Rua São Pedro, nº 111, bairro São Luiz.	34.565,58
16. Luiz Frederico Radtke	455.338.659-34	Rua Luiz Boos, nº 120, bairro Santa Terezinha.	10.960,82
17.Marcos de Mello	507.409.239-91	Rua Pe. Antônio Eising, nº 1666, bairro Paquetá.	30.352,95
18.Maria Aparecida Foss Bertoldi	376.103.339-72	Rua Luiz Boos, nº 109, bairro Santa Terezinha.	14.198,34
19.Olindio da Silveira	166.206.219-91	Rua Luiz Boos, nº 111, bairro Santa Terezinha.	7.073,57
20.Rogério Imhof	415.279.250-00	Rua Antônio Imhof, nº 62, bairro São Luiz.	66.406,40
21.Rubens Imhof	454.943.809-63	Rua Antônio Imhof, nº 60, bairro São Luiz.	6.052,83
22.Valtrudes Maria da Silva	887.136.369-87	Rua Azambuja, nº 536.	3.788,23
23.Vilson Valentim	139.412.679-49	Rua Luiz Boos, nº 115, bairro Santa Terezinha.	8.292,51
24.Vitória Inês Cosmo	867.780.569-91	Rua José Walendowsky, nº 01, bairro Limeira.	10.919,93
25.Wilson José Brick	055.170.959-68	Rua São Leopoldo, nº 97, bairro São Luiz.	18.776,49

Parágrafo único. O pagamento da indenização será realizado nos termos dos acordos celebrados, e demais documentos, que passam a fazer parte da presente lei.

Art. 2º As despesas decorrentes da presente lei correrão por conta de dotações do orçamento vigente.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 22 de outubro de 2015.

1. ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO

Prefeito Municipal

DANILO VISCONTI

Procurador Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

DECRETO Nº 7.681, DE 21 DE OUTUBRO DE 2015

DECRETO nº 7.681, DE 21 DE OUTUBRO DE 2015.

Substitui membro representante do Município de Brusque no Conselho Curador da Fundação Educacional de Brusque – FEBE.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso I do artigo 111 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica substituído Nildo José Lubke por Orlando Borchardt no Conselho Curador da Fundação Educacional de Brusque – FEBE, constituído por meio do Decreto 7.634/15, como membro representante do Município de Brusque.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 21 de outubro de 2015.

1. ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO

Prefeito Municipal

DANILO VISCONTI

Procurador Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 02/2015 - LOA 2016

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 02/2015

O Prefeito Municipal de Brusque, no uso de suas atribuições e nos termos do Parágrafo Único do art. 48 da Lei de Responsabilidade Fiscal – LC nº 101/2000, CONVOCA toda sociedade Brusquense a participar da Audiência Pública a ser realizada no dia 29 de outubro, às 16:30hs, no Salão Nobre da Prefeitura Municipal de Brusque, com o objetivo de discutir e definir as prioridades e metas da Administração Municipal para o exercício de 2016, extraídas do Plano Plurianual 2014/2017, a serem expressas na Lei Orçamentária Anual – LOA.

Brusque, 23 de outubro de 2015.

ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO

Prefeito Municipal

LEI Nº 3.918, DE 19 DE OUTUBRO DE 2015

LEI nº 3.918, DE 19 DE OUTUBRO DE 2015.

Dispõe sobre a sinalização de logradouros no âmbito do Município de Brusque e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE:

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º O Município de Brusque adotará placas indicativas nas vias de circulação municipal, com o objetivo de sinalizá-las.

Parágrafo único. Para efeitos desta lei serão considerados Logradouros os endereços postais de aeroporto, alameda, área, avenida, campo, chácara, colônia, condomínio, conjunto, distrito, esplanada, estação, estrada, favela, feira, jardim, ladeira, lago, lagoa, largo, loteamento, morro, núcleo, parque, passarela, pátio, praça, quadra, recanto, residencial, rodovia, rua, setor, sítio, travessa, trecho, trevo, vale, vereda, via, viaduto, viela e vila.

Art. 2º As placas indicativas deverão conter obrigatoriamente as seguintes indicações:

I - nome do Logradouro;

II - código de Endereçamento Postal (CEP);

III - bairro ou localidade geográfica no qual o logradouro está localizado.

Parágrafo único. Serão preferencialmente utilizados, para a finalidade prevista nesta Lei, os postes nas esquinas das vias públicas.

Art. 3º O Executivo regulamentará por Decreto a forma, o modelo e as características técnicas em que a sinalização será veiculada.

Art. 4º As disposições desta lei serão aplicadas às placas indicativas produzidas a partir da sua promulgação e vigência, ficando a cargo do Poder Executivo estabelecer cronograma de substituição gradual das atuais placas.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 19 de outubro de 2015.

ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO

Prefeito Municipal

DANILO VISCONTI

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

LEI Nº 3.919, DE 19 DE OUTUBRO DE 2015

LEI nº 3.919, DE 19 DE OUTUBRO DE 2015.

Altera a redação do art. 2º da Lei nº 1.846 de 17 de fevereiro de 1994, que denomina a via pública Rua Augusto Bento de Mello e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE:

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º O art. 2º da Lei nº 1.846 de 17 de fevereiro de 1994, passa vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º A artéria possui uma extensão total de 740,00 metros, compreendendo o trecho 1 com 222,00 metros e o trecho 2 com 518,00 metros, largura de pista no trecho 1 de 7,00 metros e no trecho 2 de 6,00 metros e passeios de 1,50 metro para ambos os lados”.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 19 de outubro de 2015.

ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO

Prefeito Municipal

DANILO VISCONTI

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

LEI Nº 3.920, DE 19 DE OUTUBRO DE 2015

LEI nº 3.920, DE 19 DE OUTUBRO DE 2015.

Denomina Via Pública.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE:

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica denominada RUA DILMA MARTINS DALAGNOLI, a via identificada como AZ-042, transversal da Rua Ricardo Knihs, bairro Azambuja, localizada a 30,00 metros do cruzamento das ruas Leonardo Alfien, Bulcão Viana e José Erbes.

Parágrafo único. A artéria denominada neste artigo possui uma extensão de 135,00 metros, tendo a pista largura de 4,00 metros e passeios de 1,00 metro para ambos os lados.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 19 de outubro de 2015.

ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO

Prefeito Municipal

DANILO VISCONTI

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

LEI Nº 3.921, DE 19 DE OUTUBRO DE 2015

LEI nº 3.921, DE 19 DE OUTUBRO DE 2015.

Denomina Via Pública.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE:

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica denominada RUA HERCILIO BARNI, a via identificada como SC-045, transversal da Rua Maximiliano Furbringer, bairro Souza Cruz, localizada a 75,00 metros – sentido bairro/centro – depois da rua Alberto Knop.

Parágrafo único. A artéria denominada neste artigo possui uma extensão de 415,00 metros, tendo a pista largura de 8,00 metros e passeios de 2,00 metros para ambos os lados.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 19 de outubro de 2015.

ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO

Prefeito Municipal

DANILO VISCONTI

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

LEI Nº 3.922, DE 20 DE OUTUBRO DE 2015

LEI nº 3.922, DE 20 DE OUTUBRO DE 2015.

Denomina Via Pública.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE:

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica denominada RUA EMILIO JESKE, a via identificada como AZ-005, transversal da rua Nova Trento, bairro Azambuja, localizada a 45,00 metros – sentido bairro/centro – antes da rua Arthur Morsch.

Parágrafo único. A artéria denominada neste artigo possui uma extensão de 70,00 metros, tendo a pista largura de 5,00 metros e passeios de 1,50 metro para ambos os lados.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 20 de outubro de 2015.

ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO

Prefeito Municipal

DANILO VISCONTI

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

LEI Nº 3.923, DE 20 DE OUTUBRO DE 2015

LEI nº 3.922, DE 20 DE OUTUBRO DE 2015.

Denomina Via Pública.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE:

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica denominada RUA EMILIO JESKE, a via identificada como AZ-005, transversal da rua Nova Trento, bairro Azambuja, localizada a 45,00 metros – sentido bairro/centro – antes da rua Arthur Morsch.

Parágrafo único. A artéria denominada neste artigo possui uma extensão de 70,00 metros, tendo a pista largura de 5,00 metros e passeios de 1,50 metro para ambos os lados.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 20 de outubro de 2015.

ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO

Prefeito Municipal

DANILO VISCONTI

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

LEI Nº 3.924, DE 20 DE OUTUBRO DE 2015

LEI nº 3.924, DE 20 DE OUTUBRO DE 2015.

Denomina Via Pública.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE:

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica denominada RUA DOS LAGOS, a via identificada como Rua "Sem Denominação Oficial", transversal da Rua Floriano Fischer, Bairro São Pedro, localizada a 320,00 metros da Rua São Pedro.

Parágrafo único. A artéria denominada neste artigo possui uma extensão de 70,00 metros, tendo a pista largura de 7,00 metros e passeios de 1,50 metro para ambos os lados.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 20 de outubro de 2015.

ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO

Prefeito Municipal

DANILO VISCONTI

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

LEI Nº 3.925, DE 20 DE OUTUBRO DE 2015

LEI nº 3.925, DE 20 DE OUTUBRO DE 2015.

Denomina Via Pública.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE:

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica denominada RUA LUIZ COMANDOLLI, a via identificada como Rua JM-004, transversal da Rua Emília Mathilde Furbringer, Bairro Jardim Maluche, localizada a 65,00 metros do cruzamento das ruas Emília Mathilde Furbringer x Henrique Furbringer.

Parágrafo único. A artéria denominada neste artigo possui uma extensão de 60,00 metros, tendo a pista largura de 6,00 metros e passeios de 1,50 metro para ambos os lados.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 20 de outubro de 2015.

ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO

Prefeito Municipal

DANILO VISCONTI

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

LEI Nº 3.926, DE 20 DE OUTUBRO DE 2015

LEI nº 3.926, DE 20 DE OUTUBRO DE 2015.

Denomina Via Pública.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE:

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica denominada RUA 05 DE JUNHO, a via identificada como Rua Sem Denominação Oficial, transversal da Rua Fernando Dallago, Bairro Limeira, localizada a 70 metros do cruzamento das ruas Fernando Dallago e Alberto Muller.

Parágrafo único. A artéria denominada neste artigo possui uma extensão de 80,00 metros, tendo a pista largura de 8,00 metros e passeios de 2,00 metros para ambos os lados.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 20 de outubro de 2015.

ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO

Prefeito Municipal

DANILO VISCONTI

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

LEI Nº 3.927, DE 20 DE OUTUBRO DE 2015.

LEI nº 3.927, DE 20 DE OUTUBRO DE 2015.

Institui a Semana de Conscientização, Prevenção e Combate à Verminose no Município de Brusque e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE:

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituída a Semana de Conscientização, Prevenção e Combate à Verminose na primeira semana de abril de cada ano.

Art. 2º A Semana de Conscientização, Prevenção e Combate à Verminose tem como objetivos:

I – promover a conscientização e orientar com regras básicas de cuidados de higiene domiciliar e pessoal para evitar a contaminação, através de profissionais qualificados;

II – viabilizar a integração de órgãos e entidades, públicos e privados em ações conjuntas em benefício da comunidade;

III – viabilizar aos acadêmicos de diversos cursos de graduação em nível superior a realização de trabalhos de campo junto à comunidade, em conjunto com os voluntários das instituições participantes;

IV – possibilitar através de órgãos competentes, exames clínicos a serem realizados junto à rede pública de saúde;

V – disponibilizar, durante a Semana, distribuição gratuita de vermífugos, mediante requisição médica; e

VI – elaborar e distribuir cartilhas didáticas para ficar à disposição da comunidade em geral, apontando as causas, os sintomas, os meios de prevenção à verminose e onde procurar tratamento.

Art. 3º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a realizar parcerias com universidades, associações e conselhos profissionais, além de entidades privadas, para o desenvolvimento das atividades da Semana de Conscientização, Prevenção e Combate à Verminose.

Art. 4º Esta lei poderá ser regulamentada pelo Poder Executivo Municipal.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 20 de outubro de 2015.

ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO

Prefeito Municipal

DANILO VISCONTI
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

LEI Nº 3.928, DE 20 DE OUTUBRO DE 2015

LEI nº 3.928, DE 20 DE OUTUBRO DE 2015.

Altera dispositivos da Lei nº 3.426/2011, que "dispõe sobre o bem-estar e controle populacional animal, posse responsável e outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE:

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º O artigo 7º e o parágrafo 3º do artigo 11 da Lei nº 3.426/2011, de 30 de setembro de 2011, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 7º Serão desenvolvidas no Município de Brusque campanhas de esterilização de animais, com preferência na castração das fêmeas, visando ao controle populacional de cães e gatos, de acordo com as normas a serem expedidas pela Secretaria Municipal de Saúde.

.....

Art. 11 (...)

§ 1º ...;

....;

§ 3º A campanha destina-se exclusivamente à esterilização de cães e gatos, com preferência a castração nos animais de sexo feminino, vedada a vinculação da campanha ao oferecimento de outros procedimentos veterinários que não forem previamente autorizados pelo Órgão Sanitário Competente."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação

Prefeitura Municipal de Brusque, em 20 de outubro de 2015.

ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO

Prefeito Municipal

DANILO VISCONTI
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

LEI Nº 3.929, DE 21 DE OUTUBRO DE 2015

LEI nº 3.929, DE 21 DE OUTUBRO DE 2015.

Dá nova redação ao art. 1º da Lei nº 1.811, de 8 de novembro de 1993, alterado pela Lei nº 2.909 de 20 de fevereiro de 2006.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE:

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º O artigo 1º da Lei nº 1.811, de 8 de novembro de 1993, alterado pela Lei nº 2.909 de 20 de fevereiro de 2006 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º
-
- Segunda-Feira de Carnaval;
-
-
..... ." (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 21 de outubro de 2015.

ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO

Prefeito Municipal

DANILO VISCONTI
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

LEI Nº 3.931, DE 23 DE OUTUBRO DE 2015

LEI nº 3.931, DE 23 DE OUTUBRO DE 2015.

Denomina Via Pública.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE:

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica denominada RUA EVILAZIO CIRILO, a via identificada como AC-009, transversal da rua Augusto Klapoth, bairro Águas Claras, localizada a 120,00 metros – sentido bairro/centro – antes da rua João Klann.

Parágrafo único. A artéria denominada neste artigo possui uma extensão de 185,00 metros, tendo a pista largura de 8,00 metros e passeios de 1,50 metro para ambos os lados.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 23 de outubro de 2015.

ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

DANILO VISCONTI
Procurador-Geral do Município

LEI Nº 3.932, DE 23 DE OUTUBRO DE 2015

LEI nº 3.932, DE 23 DE OUTUBRO DE 2015.

Denomina "TIRO DE GUERRA JOÃO ANTÔNIO SCHAEFER (DOUTOR NICA)" O TG 05-005 DE BRUSQUE".

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE:

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º O edifício sede do TG 05-005, localizado na Rua Felipe Schmidt, nº 455, bairro São Luiz, Brusque-SC, fica denominado "Tiro de Guerra João Antônio Schaefer (Doutor Nica)".

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 23 de outubro de 2015.
Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO

Prefeito Municipal

DANILO VISCONTI

Procurador-Geral do Município

PORTARIA Nº 10.351, DE 20 DE OUTUBRO DE 2015

PORTARIA nº 10.351, DE 20 DE OUTUBRO DE 2015.

Substitui servidores, membros da Comissão de Avaliação de Imóveis, designada por meio da Portaria nº 9.494, de 19 de janeiro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 111, inciso II da Lei Orgânica do município,

RESOLVE:

Art. 1º Substitui os servidores, abaixo nominados, na Comissão de Avaliação de Imóveis, designada pela Portaria nº 9.494, de 19 de janeiro de 2015:

I - Camila Coelho por Suzana Marcia Machado Mafra, Auxiliar Administrativo, lotada no Instituto Brusquense de Planejamento – IBPLAN;

II – Fabiana Janaína Vargas Fischer por José Germano Montibeller, Assistente de Administração, lotado no Instituto Brusquense de Planejamento – IBPLAN;

III – Felipe Carlos dos Rios por Alessandro André Moreira Simas, Fiscal de Tributos, lotado na Secretaria da Fazenda;

IV – Larissa Novaes Fernandes por Sergio Bernardo Junior, Subprocurador-Geral, lotado na Procuradoria Geral do Município.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 20 de outubro de 2015.

ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO

Prefeito Municipal

DANILO VISCONTI

Procurador-Geral do Município

PORTARIA Nº 10.352, DE 21 DE OUTUBRO DE 2015

PORTARIA nº 10.352, DE 21 DE OUTUBRO DE 2015.

Substitui membros representantes no Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais de Educação – FUNDEB, nomeados por meio da Portaria n.º 8.818/2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do artigo 111 da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Substituir os membros titular e suplente do Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais de Educação – FUNDEB, conforme segue:

(...)

d) Representantes dos Servidores Técnicos-administrativos das Escolas Públicas Municipais

Titular: Graciela Nunes Duarte Zirke

Suplente: Elisabetha Soares Clerice

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 21 de outubro de 2015.

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO

Prefeito Municipal

DANILO VISCONTI

Procurador-Geral do Município

PORTARIA Nº 10.354, DE 22 DE OUTUBRO DE 2015

PORTARIA nº 10.354, DE 22 DE OUTUBRO DE 2015.

Concede gratificação na forma que especifica.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 111, inciso II, alínea a da Lei Orgânica do Município,

Considerando o art. 87 da Lei Complementar Municipal nº 147, de 25 de setembro de 2009 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais), que permite a concessão de gratificação de representação ao servidor ocupante de cargo em comissão, em razão de maiores responsabilidades a ele incumbidas ou para fazer face às despesas individuais e extraordinárias decorrentes da representação social exigida pelo exercício de suas atribuições, no percentual de até 50% (cinquenta por cento) sobre o padrão de vencimento do cargo,

Considerando as disposições do Decreto Municipal nº 7.340, de 12 de novembro de 2013, que dispõe sobre a gratificação de representação e dá outras providências, no qual estabelece em seu artigo 4º obrigação cumulativa ao servidor que perceber a gratificação, de representar o órgão de lotação em diversos eventos oficiais, solenidades, reuniões, palestras e cursos; dedicar-se integralmente aos expedientes matutino e vespertino, podendo ainda ser convocado para desempenho de tarefas em dia não útil e em horário noturno; e efetuar trabalhos para cuja execução sejam necessários conhecimentos ou treinamento especializados, ou ambos, Considerando que de acordo com o § 1º do art. 24 da Lei Complementar Municipal nº 147, de 25 de setembro de 2009, o ocupante do cargo em comissão poderá ser convocado pela autoridade sempre que houver interesse da Administração, sem direito a

percepção de horas extras,
Considerando a participação dos diretores de escolas em várias palestras, reuniões, cursos e conferências, representando a Secretaria da Educação do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder aos servidores, ocupantes do cargo em comissão de Diretores de Escola, gratificação de representação no percentual de 20% (vinte por cento) sobre seus vencimentos, nos termos do art. 87 da Lei Complementar Municipal nº 147/09 regulamentado pelo Decreto Municipal nº 7.340/13.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de setembro de 2015.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 22 de outubro de 2015.

1. ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO

Prefeito Municipal

DANILO VISCONTI

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

PORTARIA Nº 10.355, DE 23 DE OUTUBRO DE 2015

PORTARIA Nº 10.355, DE 23 DE OUTUBRO DE 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 111, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município – LOM,

1. RESOLVE:

Art.1º Nomear no Quadro Permanente de Pessoal da Prefeitura Municipal de Brusque, nos termos da Lei Complementar n.147/09, o candidato habilitado em concurso público promovido por este município e realizado pela Fepese/UFSC, mediante o Edital nº 004/2013, de 19 de dezembro de 2013, homologado em 25 de abril de 2014, para provimento do cargo efetivo de ADVOGADO, conforme abaixo nominado:

ADVOGADO

MAIARA MENDES DE SOUZA SILVA Art.2º Fixar nos termos do art.16 e seguintes da Lei Complementar n.147/09, o prazo máximo de 30 (trinta) dias para posse.

Parágrafo único. A presente nomeação será tornada sem efeito se o candidato não tomar posse no prazo fixado no caput deste artigo.

Art.3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 23 de outubro de 2015.

ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO

Prefeito Municipal

DANILO VISCONTI

Procurador-Geral do Município

Caçador

PREFEITURA

DECRETO Nº 6.588

DECRETO Nº 6.588, de 22 de outubro de 2015.

Aprova remembramento e desmembramento de terreno urbano.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos da Lei Federal nº 6.766/79, Lei Estadual nº 6.063/82, Lei Complementar nº 128/2008 – Lei de Parcelamento do Solo Urbano e suas alterações,

DECRETA:

Art. 1º Fica aprovado o remembramento de duas áreas de terrenos urbanos, com as seguintes medidas e confrontações:

I - uma área com superfície de 78.886,11m² (setenta e oito mil, oitocentos e oitenta e seis metros e onze decímetros quadrados), devidamente matriculada sob o nº 29.385, do Registro de Imóveis desta Comarca, de propriedade de Dalton Luiz Dallazem, Aline Thome Dallazem, Viviane Dallazem, Fabio Roberto Dallazem, Adriana Mara Zaleski, Ivano João Bortolini e Ivone Maria Fornari Bortolini, tendo início no marco denominado '0=PP', georreferenciado no Sistema Geodésico Brasileiro, DATUM – SIRGAS2000, MC -51°W, coordenadas Plano Retangulares Relativas, Sistema UTM: E= 502715.292 m e N= 7037146.093 m dividindo-o com a Rodovia Engenheiro Lourenço Faoro; segue confrontando com Rodovia Engenheiro Lourenço Faoro com o azimute de 96°13'51" e a distância de 12.20 m até o marco '1' (E=502727.416 m e N=7037144.769 m); segue confrontando com Rodovia Engenheiro Lourenço Faoro com o azimute de 88°33'35" e a distância de 5.58 m até o marco '2' (E=502732.996 m e N=7037144.909 m); segue confrontando com Rodovia Engenheiro Lourenço Faoro com o azimute de 87°33'21" e a distância de 7.16 m até o marco '3' (E=502740.152 m e N=7037145.215 m); segue confrontando com Rodovia Engenheiro Lourenço Faoro com o azimute de 77°55'07" e a distância de 6.26 m até o marco '4' (E=502746.273 m e N=7037146.525 m); segue confrontando com Rodovia Engenheiro Lourenço Faoro com o azimute de 77°08'17" e a distância de 10.08 m até o marco '5' (E=502756.105 m e N=7037148.770 m); segue confrontando com Rodovia Engenheiro Lourenço Faoro com o azimute de 69°12'48" e a distância de 17.39 m até o marco '6' (E=502772.358 m e N=7037154.940 m); segue confrontando com Rodovia Engenheiro Lourenço Faoro com o azimute de 68°57'18" e a distância de 13.01 m até o marco '7' (E=502784.505 m e N=7037159.613 m); segue confrontando com Rodovia Engenheiro Lourenço Faoro com o azimute de 73°01'44" e a distância de 3.89 m até o marco '8' (E=502788.226 m e N=7037160.749 m); segue confrontando com Rodovia Engenheiro Lourenço Faoro com o azimute de 87°17'01" e a distância de 42.26 m até o marco '9' (E=502830.434 m e N=7037162.751 m); segue confrontando com imóvel constante da matrícula nº 29.387 com o azimute de 161°01'50" e a distância de 332.86 m até o marco '14' (E=502938.635 m e N=7036847.970 m); segue confrontando com imóvel constante da matrícula nº 22.269 com o azimute de 161°50'57" e a distância de 273.16 m até o marco '15' (E=503023.729 m e N=7036588.405 m); segue confrontando com imóvel constante da matrícula nº 9.789 com o azimute de 310°20'53" e a distância de 63.93 m até o marco '16' (E=502975.006 m e N=7036629.796 m); segue confrontando com imóveis constante da matrícula nº 9.789 e da matrícula nº 3.346 com o azimute de 313°48'31" e a distância de 377.41 m até o marco '17' (E=502702.646 m e N=7036891.058 m); segue confrontando com imóvel constante da matrícula nº 22.064 com o azimute de 2°50'19" e a distância de 255.35 m até o marco '0=PP' (E=502715.292 m e N=7037146.093 m); início de descrição,

fechando assim o perímetro do polígono acima descrito com uma área superficial de 78.886,11m².

II - uma área com superfície de 29.693,17m² (vinte e nove mil, seiscentos e noventa e três metros e dezessete decímetros quadrados), devidamente matriculada sob o nº 29.387, do Registro de Imóveis desta Comarca, de propriedade de Dalton Luiz Dallazem, Aline Thome Dallazem, Viviane Dallazem, Fabio Roberto Dallazem, Adriana Mara Zaleski, Ivano João Bortolini e Ivone Maria Fornari Bortolini, tendo início no marco denominado '9=PP', georreferenciado no Sistema Geodésico Brasileiro, DATUM - SAD69, MC-51°W, coordenadas Plano Retangulares Relativas, Sistema UTM: E= 502830.434 m e N= 7037162.751 m dividindo-o com Rodovia Engenheiro Lourenço Faoro; segue confrontando com Rodovia Engenheiro Lourenço Faoro com o azimute de 87°13'28" e a distância de 129.10 m até o marco '10' (E=502959.383 m e N=7037169.003 m); segue confrontando com imóvel constante da matrícula nº 22.269 com o azimute de 172°39'30" e a distância de 75.42 m até o marco '11' (E=502969.021 m e N=7037094.198 m); segue confrontando com imóvel constante da matrícula nº 22.269 com o azimute de 173°01'20" e a distância de 79.89 m até o marco '12' (E=502978.726 m e N=7037014.902 m); segue confrontando com imóvel constante da matrícula nº 22.269 com o azimute de 173°37'08" e a distância de 148.56 m até o marco '13' (E=502995.237 m e N=7036867.264 m); segue confrontando com imóvel constante da matrícula nº 22.269 com o azimute de 251°10'41" e a distância de 59.80 m até o marco '14' (E=502938.635 m e N=7036847.970 m); segue confrontando com imóvel constante da matrícula nº 29.385 com o azimute de 341°01'50" e a distância de 332.86 m até o marco '9=PP' (E=502830.434 m e N=7037162.751 m); início de descrição, fechando assim o perímetro do polígono acima descrito com uma área superficial de 29.693,17m².

Art. 2º A unificação dos terrenos urbanos mencionados no artigo anterior, resulta em uma área total com superfície de 108.579,28m² (cento e oito mil, quinhentos e setenta e nove metros e vinte e oito decímetros quadrados), de propriedade de Dalton Luiz Dallazem, Aline Thome Dallazem, Viviane Dallazem, Fabio Roberto Dallazem, Adriana Mara Zaleski, Ivano João Bortolini e Ivone Maria Fornari Bortolini, tendo início no marco denominado '0=PP', georreferenciado no Sistema Geodésico Brasileiro, DATUM - SAD69, MC-51°W, coordenadas Plano Retangulares Relativas, Sistema UTM: E= 502272.621 m e N= 7037146.093 m dividindo-o com Rodovia Engenheiro Lourenço Faoro - Rodovia SC-350; segue confrontando com Rodovia Engenheiro Lourenço Faoro - Rodovia SC-350 com o azimute de 96°13'51" e a distância de 12.20 m até o marco '1' (E=502284.746 m e N=7037144.769 m); segue confrontando com Rodovia Engenheiro Lourenço Faoro - Rodovia SC-350 com o azimute de 88°33'35" e a distância de 5.58 m até o marco '2' (E=502290.325 m e N=7037144.909 m); segue confrontando com Rodovia Engenheiro Lourenço Faoro - Rodovia SC-350 com o azimute de 87°33'21" e a distância de 7.16 m até o marco '3' (E=502297.482 m e N=7037145.215 m); segue confrontando com Rodovia Engenheiro Lourenço Faoro - Rodovia SC-350 com o azimute de 77°55'07" e a distância de 6.26 m até o marco '4' (E=502303.603 m e N=7037146.525 m); segue confrontando com Rodovia Engenheiro Lourenço Faoro - Rodovia SC-350 com o azimute de 77°08'17" e a distância de 10.08 m até o marco '5' (E=502313.434 m e N=7037148.770 m); segue confrontando com Rodovia Engenheiro Lourenço Faoro - Rodovia SC-350 com o azimute de 69°12'48" e a distância

de 17.39 m até o marco '6' (E=502329.688 m e N=7037154.940 m); segue confrontando com Rodovia Engenheiro Lourenço Faoro - Rodovia SC-350 com o azimute de 68°57'18" e a distância de 13.01 m até o marco '7' (E=502341.834 m e N=7037159.613 m); segue confrontando com Rodovia Engenheiro Lourenço Faoro - Rodovia SC-350 com o azimute de 73°01'44" e a distância de 3.89 m até o marco '8' (E=502345.556 m e N=7037160.749 m); segue confrontando com Rodovia Engenheiro Lourenço Faoro - Rodovia SC-350 com o azimute de 87°17'01" e a distância de 42.26 m até o marco '9' (E=502387.764 m e N=7037162.751 m); segue confrontando com Rodovia Engenheiro Lourenço Faoro - Rodovia SC-350 com o azimute de 87°13'28" e a distância de 129.10 m até o marco '10' (E=502516.712 m e N=7037169.003 m); segue confrontando com imóvel constante da matrícula nº 22.269 com o azimute de 172°39'30" e a distância de 75.42 m até o marco '11' (E=502526.350 m e N=7037094.199 m); segue confrontando com imóvel constante da matrícula nº 22.269 com o azimute de 173°01'20" e a distância de 79.89 m até o marco '12' (E=502536.056 m e N=7037014.902 m); segue confrontando com imóvel constante da matrícula nº 22.269 com o azimute de 173°37'08" e a distância de 148.56 m até o marco '13' (E=502552.567 m e N=7036867.264 m); segue confrontando com imóvel constante da matrícula nº 22.269 com o azimute de 251°10'41" e a distância de 59.80 m até o marco '14' (E=502495.965 m e N=7036847.970 m); segue confrontando com imóvel constante da matrícula nº 22.269 com o azimute de 161°50'57" e a distância de 273.16 m até o marco '15' (E=502581.058 m e N=7036588.405 m); segue confrontando com imóvel constante da matrícula nº 9.789 com o azimute de 310°20'53" e a distância de 63.93 m até o marco '16' (E=502532.336 m e N=7036629.796 m); segue confrontando com imóveis constantes das matrículas nº 9.789 e nº 3.346 com o azimute de 313°48'31" e a distância de 377.41 m até o marco '17' (E=502259.975 m e N=7036891.058 m); segue confrontando com imóvel constante da matrícula nº 22.064 com o azimute de 2°50'19" e a distância de 255.35 m até o marco '0=PP' (E=502272.621 m e N=7037146.093 m); início de descrição, fechando assim o perímetro do polígono acima descrito com uma área superficial de 108.579,28m².

Art. 3º Fica aprovado o desmembramento do terreno urbano com área total de 108.579,28m² (cento e oito mil, quinhentos e setenta e nove metros e vinte e oito decímetros quadrados), de propriedade de Dalton Luiz Dallazem, Aline Thome Dallazem, Viviane Dallazem, Fabio Roberto Dallazem, Adriana Mara Zaleski, Ivano João Bortolini e Ivone Maria Fornari Bortolini, ficando após o desmembramento constituído de 08 (oito) áreas, com as seguintes medidas e confrontações, tudo de conformidade com o mapa e o memorial descritivo, que ficam fazendo parte integrante do presente Decreto:

I – uma área com superfície de 16.286,96m² (dezesseis mil, duzentos e oitenta e seis metros e noventa e seis decímetros quadrados) destinada para Implantação de Equipamentos Comunitários, tendo início no marco denominado '0=PP', georreferenciado no Sistema Geodésico Brasileiro, DATUM - SAD69, MC-51°W, coordenadas Plano Retangulares Relativas, Sistema UTM: E= 502715.292 m e N= 7037146.092 m dividindo-o com Rodovia Engenheiro Lourenço Faoro - Rodovia SC-350; segue confrontando com Rodovia Engenheiro Lourenço Faoro - Rodovia SC-350 com o azimute de 96°13'51" e a distância de 12.20 m até o marco '1' (E=502727.417 m e N=7037144.768 m); segue confrontando com Rodovia Engenheiro Lourenço Faoro - Rodovia SC-350 com o azimute de 88°33'35" e a distância de 5.58 m até o marco '2' (E=502732.996 m e N=7037144.909 m); segue confrontando com Rodovia Engenheiro Lourenço Faoro - Rodovia SC-350 com o azimute de 87°33'21" e a distância de 7.16 m até o marco '3' (E=502740.153 m e N=7037145.214 m); segue confrontando com Rodovia Engenheiro Lourenço Faoro - Rodovia SC-350 com o azimute de 77°55'07" e a distância de 6.26 m até o marco '4' (E=502746.274 m e N=7037146.524 m); segue confrontando com Rodovia

Engenheiro Lourenço Faoro - Rodovia SC-350 com o azimute de 77°08'17" e a distância de 10.08 m até o marco '5' (E=502756.105 m e N=7037148.769 m); segue confrontando com Rodovia Engenheiro Lourenço Faoro - Rodovia SC-350 com o azimute de 69°12'48" e a distância de 12.33 m até o marco '6' (E=502767.630 m e N=7037153.144 m); segue confrontando com "Gleba F" deste projeto de Desmembramento com o azimute de 178°20'52" e a distância de 237.71 m até o marco '26' (E=502774.483 m e N=7036915.531 m); segue confrontando com "Gleba F" deste projeto de Desmembramento com o azimute de 223°48'27" e a distância de 67.39 m até o marco '24' (E=502727.833 m e N=7036866.897 m); segue confrontando com imóvel constante da matrícula nº 3.346 com o azimute de 313°48'31" e a distância de 34.90 m até o marco '25' (E=502702.646 m e N=7036891.058 m); segue confrontando com imóvel constante da matrícula nº 22.064 com o azimute de 2°50'19" e a distância de 255.35 m até o marco '0=PP' (E=502715.292 m e N=7037146.092 m); início de descrição, fechando assim o perímetro do polígono acima descrito com uma área superficial de 16.286,96m².

II – gleba A com superfície de 2.867,10m² (dois mil, oitocentos e sessenta e sete metros e dez decímetros quadrados), tendo início no marco denominado '9=PP', georreferenciado no Sistema Geodésico Brasileiro, DATUM - SAD69, MC-51°W, coordenadas Plano Retangulares Relativas, Sistema UTM: E= 502787.426 m e N= 7037160.504 m dividindo-o com Rodovia Engenheiro Lourenço Faoro - Rodovia SC-350; segue confrontando com Rodovia Engenheiro Lourenço Faoro - Rodovia SC-350 com o azimute de 73°01'44" e a distância de 0.84 m até o marco '10' (E=502788.227 m e N=7037160.748 m); segue confrontando com Rodovia Engenheiro Lourenço Faoro - Rodovia SC-350 com o azimute de 87°17'01" e a distância de 27.86 m até o marco '11' (E=502816.060 m e N=7037162.069 m); segue confrontando com "Gleba B" deste projeto de Desmembramento com o azimute de 178°20'52" e a distância de 100.02 m até o marco '28' (E=502818.943 m e N=7037062.093 m); segue confrontando com "Gleba F" deste projeto de Desmembramento com o azimute de 267°17'01" e a distância de 28.67 m até o marco '27' (E=502790.304 m e N=7037060.734 m); segue confrontando com "Gleba F" deste projeto de Desmembramento com o azimute de 358°20'52" e a distância de 99.81 m até o marco '9=PP' (E=502787.426 m e N=7037160.504 m); início de descrição, fechando assim o perímetro do polígono acima descrito com uma área superficial de 2.867,10m².

III – gleba B com superfície de 2.841,52m² (dois mil, oitocentos e quarenta e um metros e cinquenta e dois decímetros quadrados), tendo início no marco denominado '11=PP', georreferenciado no Sistema Geodésico Brasileiro, DATUM - SAD69, MC-51°W, coordenadas Plano Retangulares Relativas, Sistema UTM: E= 502816.060 m e N= 7037162.069 m dividindo-o com Rodovia Engenheiro Lourenço Faoro - Rodovia SC-350; segue confrontando com Rodovia Engenheiro Lourenço Faoro - Rodovia SC-350 com o azimute de 87°17'01" e a distância de 14.39 m até o marco '12' (E=502830.435 m e N=7037162.751 m); segue confrontando com Rodovia Engenheiro Lourenço Faoro - Rodovia SC-350 com o azimute de 87°13'28" e a distância de 14.02 m até o marco '13' (E=502844.442 m e N=7037163.430 m); segue confrontando com "Gleba C" deste projeto de Desmembramento com o azimute de 178°20'52" e a distância de 100.02 m até o marco '30' (E=502847.326 m e N=7037063.452 m); segue confrontando com "Gleba F" deste projeto de Desmembramento com o azimute de 267°13'28" e a distância de 12.17 m até o marco '29' (E=502835.171 m e N=7037062.863 m); segue confrontando com "Gleba F" deste projeto de Desmembramento com o azimute de 267°17'01" e a distância de 16.25 m até o marco '28' (E=502818.943 m e N=7037062.093 m); segue confrontando com "Gleba A" deste projeto de Desmembramento com o azimute de 358°20'52" e a distância de 100.02 m até o marco '11=PP' (E=502816.060 m e N=7037162.069 m); início de descrição,

fechando assim o perímetro do polígono acima descrito com uma área superficial de 2.841,52m².

IV – gleba C com superfície de 2.841,55m² (dois mil, oitocentos e quarenta e um metros e cinquenta e cinco decímetros quadrados), tendo início no marco denominado '13=PP', georreferenciado no Sistema Geodésico Brasileiro, DATUM - SAD69, MC-51°W, coordenadas Plano Retangulares Relativas, Sistema UTM: E= 502844.442 m e N= 7037163.430 m dividindo-o com Rodovia Engenheiro Lourenço Faoro - Rodovia SC-350; segue confrontando com Rodovia Engenheiro Lourenço Faoro - Rodovia SC-350 com o azimute de 87°13'28" e a distância de 28.42 m até o marco '14' (E=502872.824 m e N=7037164.806 m); segue confrontando com "Gleba D" deste projeto de Desmembramento com o azimute de 178°20'52" e a distância de 100.02 m até o marco '31' (E=502875.708 m e N=7037064.828 m); segue confrontando com "Gleba F" deste projeto de Desmembramento com o azimute de 267°13'28" e a distância de 28.42 m até o marco '30' (E=502847.326 m e N=7037063.452 m); segue confrontando com "Gleba B" deste projeto de Desmembramento com o azimute de 358°20'52" e a distância de 100.02 m até o marco '13=PP' (E=502844.442 m e N=7037163.430 m); início de descrição, fechando assim o perímetro do polígono acima descrito com uma área superficial de 2.841,55m².

V – gleba D com superfície de 2.841,55m² (dois mil, oitocentos e quarenta e um metros e cinquenta e cinco decímetros quadrados), tendo início no marco denominado '14=PP', georreferenciado no Sistema Geodésico Brasileiro, DATUM - SAD69, MC-51°W, coordenadas Plano Retangulares Relativas, Sistema UTM: E= 502872.824 m e N= 7037164.806 m dividindo-o com Rodovia Engenheiro Lourenço Faoro - Rodovia SC-350; segue confrontando com Rodovia Engenheiro Lourenço Faoro - Rodovia SC-350 com o azimute de 87°13'28" e a distância de 28.42 m até o marco '15' (E=502901.206 m e N=7037166.182 m); segue confrontando com "Gleba E" deste projeto de Desmembramento com o azimute de 178°20'52" e a distância de 100.02 m até o marco '32' (E=502904.090 m e N=7037066.204 m); segue confrontando com "Gleba F" deste projeto de Desmembramento com o azimute de 267°13'28" e a distância de 28.42 m até o marco '31' (E=502875.708 m e N=7037064.828 m); segue confrontando com "Gleba C" deste projeto de Desmembramento com o azimute de 358°20'52" e a distância de 100.02 m até o marco '14=PP' (E=502872.824 m e N=7037164.806 m); início de descrição, fechando assim o perímetro do polígono acima descrito com uma área superficial de 2.841,55m².

VI - gleba E com superfície de 2.841,55m² (dois mil, oitocentos e quarenta e um metros e cinquenta e cinco decímetros quadrados), tendo início no marco denominado '15=PP', georreferenciado no Sistema Geodésico Brasileiro, DATUM - SAD69, MC-51°W, coordenadas Plano Retangulares Relativas, Sistema UTM: E= 502901.206 m e N= 7037166.182 m dividindo-o com Rodovia Engenheiro Lourenço Faoro - Rodovia SC-350; segue confrontando com Rodovia Engenheiro Lourenço Faoro - Rodovia SC-350 com o azimute de 87°13'28" e a distância de 28.42 m até o marco '16' (E=502929.589 m e N=7037167.558 m); segue confrontando com "Gleba G" deste projeto de Desmembramento com o azimute de 178°20'52" e a distância de 100.02 m até o marco '33' (E=502932.472 m e N=7037067.580 m); segue confrontando com "Gleba F" deste projeto de Desmembramento com o azimute de 267°13'28" e a distância de 28.42 m até o marco '32' (E=502904.090 m e N=7037066.204 m); segue confrontando com "Gleba D" deste projeto de Desmembramento com o azimute de 358°20'52" e a distância de 100.02 m até o marco '15=PP' (E=502901.206 m e N=7037166.182 m); início de descrição, fechando assim o perímetro do polígono acima descrito com uma área superficial de 2.841,55m².

VII – gleba F com superfície de 61.207,05m² (sessenta e um mil, duzentos e sete metros e cinco centímetros quadrados), tendo início no marco denominado '6=PP', georreferenciado no Sistema Geodésico

Brasileiro, DATUM - SAD69, MC-51°W, coordenadas Plano Retangulares Relativas, Sistema UTM: E= 502767.630 m e N= 7037153.144 m dividindo-o com Rodovia Engenheiro Lourenço Faoro - Rodovia SC-350; segue confrontando com Rodovia Engenheiro Lourenço Faoro - Rodovia SC-350 com o azimute de 69°12'48" e a distância de 5.06 m até o marco '7' (E=502772.359 m e N=7037154.939 m); segue confrontando com Rodovia Engenheiro Lourenço Faoro - Rodovia SC-350 com o azimute de 68°57'18" e a distância de 13.01 m até o marco '8' (E=502784.505 m e N=7037159.613 m); segue confrontando com Rodovia Engenheiro Lourenço Faoro - Rodovia SC-350 com o azimute de 73°01'44" e a distância de 3.05 m até o marco '9' (E=502787.426 m e N=7037160.504 m); segue confrontando com "Gleba A" deste projeto de Desmembramento com o azimute de 178°20'52" e a distância de 99.81 m até o marco '27' (E=502790.304 m e N=7037060.734 m); segue confrontando com "Gleba A e B" deste projeto de Desmembramento com o azimute de 87°17'01" e a distância de 44.92 m até o marco '29' (E=502835.171 m e N=7037062.863 m); segue confrontando com "Gleba B, C, D, e E" deste projeto de Desmembramento com o azimute de 87°13'28" e a distância de 97.42 m até o marco '33' (E=502932.472 m e N=7037067.580 m); segue confrontando com "Gleba G" deste projeto de Desmembramento com o azimute de 178°20'52" e a distância de 76.12 m até o marco '34' (E=502934.667 m e N=7036991.492 m); segue confrontando com "Gleba G" deste projeto de Desmembramento com o azimute de 266°42'15" e a distância de 42.35 m até o marco '35' (E=502892.382 m e N=7036989.057 m); segue confrontando com "Gleba G" deste projeto de Desmembramento e com o imóvel constante da matrícula nº 22.269 com o azimute de 161°50'57" e a distância de 421.63 m até o marco '22' (E=503023.729 m e N=7036588.405 m); segue confrontando com imóvel constante da matrícula nº 9.789 com o azimute de 310°20'53" e a distância de 63.93 m até o marco '23' (E=502975.007 m e N=7036629.795 m); segue confrontando com imóveis constantes das matrículas nº 9.789 e nº 3.346 com o azimute de 313°48'31" e a distância de 342.51 m até o marco '24' (E=502727.833 m e N=7036866.897 m); segue confrontando com "Área Destinada para Implantação de Equipamento Comunitário" com o azimute de 43°48'27" e a distância de 67.39 m até o marco '26' (E=502774.483 m e N=7036915.531 m); segue confrontando com "Área Destinada para Implantação de Equipamento Comunitário" com o azimute de 358°20'52" e a distância de 237.71 m até o marco '6=PP' (E=502767.630 m e N=7037153.144 m); início de descrição, fechando assim o perímetro do polígono acima descrito com uma área superficial de 61.207,05m².

VIII – gleba G com superfície de 16.852,00m² (dezesseis mil, oitocentos e cinquenta e dois metros quadrados), tendo início no marco denominado '16=PP', georreferenciado no Sistema Geodésico Brasileiro, DATUM - SAD69, MC-51°W, coordenadas Plano Retangulares Relativas, Sistema UTM: E= 502929.589 m e N= 7037167.558 m dividindo-o com Rodovia Engenheiro Lourenço Faoro - Rodovia SC-350; segue confrontando com Rodovia Engenheiro Lourenço Faoro - Rodovia SC-350 com o azimute de 87°13'28" e a distância de 29.83 m até o marco '17' (E=502959.383 m e N=7037169.002 m); segue confrontando com imóvel constante da matrícula nº 22.269 com o azimute de 172°39'30" e a distância de 75.42 m até o marco '18' (E=502969.021 m e N=7037094.198 m); segue confrontando com imóvel constante da matrícula nº 22.269 com o azimute de 173°01'20" e a distância de 79.89 m até o marco '19' (E=502978.726 m e N=7037014.902 m); segue confrontando com imóvel constante da matrícula nº 22.269 com o azimute de 173°37'08" e a distância de 148.56 m até o marco '20' (E=502995.238 m e N=7036867.263 m); segue confrontando com imóvel constante da matrícula nº 22.269 com o azimute de 251°10'41" e a distância de 59.80 m até o marco '21' (E=502938.635 m e N=7036847.970 m); segue confrontando com "Gleba F" deste projeto de Desmembramento com o azimute de 341°50'57" e a distância de 148.48 m até o marco '35' (E=502892.382 m e N=7036989.057 m); segue confrontando com "Gleba F" deste projeto de Desmembramento com

o azimute de 86°42'15" e a distância de 42.35 m até o marco '34' (E=502934.667 m e N=7036991.492 m); segue confrontando com "Gleba F e E" deste projeto de Desmembramento com o azimute de 358°20'52" e a distância de 176.14 m até o marco '16=PP' (E=502929.589 m e N=7037167.558 m); início de descrição, fechando assim o perímetro do polígono acima descrito com uma área superficial de 16.852,00m².

Art. 4º Fica doada para Prefeitura Municipal de Caçador a área descrita no inciso I do art. 1º deste Decreto, com superfície de 16.286,96m² (dezesseis mil, duzentos e oitenta e seis metros e noventa e seis decímetros quadrados), destinada para Implantação de Equipamentos Comunitários, em atendimento ao art. 47, da Lei Complementar nº 128, de 12/05/2008.

Art. 5º A Prefeitura Municipal de Caçador, através de seus órgãos competentes, não se responsabiliza pela ocorrência de divergências entre as medidas e confrontações resultantes destes remembramentos e desmembramentos.

Art. 6º O cumprimento do previsto no art. 4º é pré-requisito para a transcrição do Remembramento e Desmembramento no Cartório de Registro de Imóveis, desta Comarca, onde, ambos deverão ocorrer no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, sob pena de caducidade da aprovação, nos termos do art. 14, da Lei Complementar nº 128, de 12/05/2008.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 22 de outubro de 2015.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

DECRETO Nº 6.591

DECRETO Nº 6.591, de 23 de outubro de 2015.

Revoga o Decreto nº 6.513/2015, que Declara de utilidade pública para fins de desapropriação, área de terreno urbano.

O Prefeito Municipal de Caçador, usando de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA :

Art. 1º Fica revogado o Decreto nº 6.513, de 20 de agosto de 2015, que declarou de utilidade pública para fins de desapropriação, uma área de terreno urbano, com superfície de 600,00m² (seiscentos metros quadrados), de propriedade de Eugenia Gomes Sidoli, situado na Rua Luiz Tortatto, nº 757, neste Município, haja vista não haver mais a necessidade de utilização do mesmo para passagem de tubulação.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 23 de outubro de 2015.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

DECRETO Nº 6.592

DECRETO Nº 6.592, de 23 de outubro de 2015.

Nomeia Comissão Especial.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando de suas atribuições legais e nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador,

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados os Servidores Públicos Municipais abaixo relacionados, para, sob a presidência do primeiro, comporem a Comissão Especial de Julgamento a que se refere o Processo Licitatório nº 99/2015, Concorrência nº 06/2015, cujo objeto é a contratação de empresa especializada na prestação de serviços técnicos profissionais de engenharia consultiva, relativos a assessoria e apoio na elaboração de estudos e projetos de obras de infraestrutura, plano de mobilidade urbana, obras civis, estudos ambientais e montagem de programas de financiamento internacional e consultoria especial:

I – Antonio Carlos Castilho;

II – Simone Maria Foscarini;

III – Rômulo Machado de Souza.

Parágrafo único. A Comissão reunir-se-á no dia 16/11/2015 às 14h10min.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 23 de outubro de 2015.

Gilberto Amaro Comazzetto
PREFEITO MUNICIPAL.

DECRETO Nº 6.594

DECRETO Nº 6.594, de 26 de outubro de 2015.

Suplementa dotação orçamentária no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, exercício de 2015, por conta do Superávit Financeiro do exercício anterior, em favor do Fundo Municipal de Saúde.

O Prefeito Municipal de Caçador, usando de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementada a dotação orçamentária abaixo descrita, no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, exercício de 2015, em favor do Fundo Municipal de Saúde, no valor de R\$ 2.404,32 (dois mil, quatrocentos e quatro reais e trinta e dois centavos):

04.01– FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.0008.1.025 – Bloco de Investimentos

4.4.90.00.00.3097 – Aplicações Diretas R\$ 2.404,32

Art. 2º Para atender a suplementação especificada no art. 1º, serão utilizados recursos provenientes do superávit financeiro do exercício anterior no valor de R\$ 2.404,32 (dois mil, quatrocentos e quatro reais e trinta e dois centavos), na fonte de Recurso 3097 – Convênios.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 26 de outubro de 2015.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

DECRETO Nº 6.595

DECRETO Nº 6.595, de 26 de outubro de 2015.

Nomeia Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, e tendo em vista o disposto na Lei nº 3.214, de 31 de março de 2015,

DECRETA :

Art. 1º Ficam nomeados os cidadãos abaixo relacionados, para comporem o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, pelo biênio 2015/2017, na forma que segue:

ENTIDADES GOVERNAMENTAIS

1) Secretaria Municipal de Assistência Social

Titular: Marizete Fátima Iaczinski

Suplente: Luciana Marques

2) Secretaria Municipal de Assistência Social

Titular: Arlete Torrezan

Suplente: Teresinha Aparecida Wames Coelho de Souza

3) Secretaria Municipal de Educação

Titular: Felizarda Francio

Suplente: Marinês de Almeida Musskopf

4) Secretaria Municipal de Saúde

Titular: Aires Roberta Brandalise

Suplente: Janaina Menegazzo

5) Fundação Municipal de Esportes

Titular: Lucianita Furlanetto

Suplente: Everton Luiz Corrêa

ENTIDADES NÃO GOVERNAMENTAIS

1) Associação de Pais e Amigos dos Surdos de Caçador – APAS

Titular: Jussara Jonbra Durek

Suplente: Sandra Maria Simões Figur

2) Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Caçador – APAE

Titular: Beatriz Coscodai

Suplente: Silmara Lourdes de Moraes

3) Associação Caçadoreense de Educação Infantil e Assistência Social – ACEIAS

Titular: Any Danielle Wolf

Suplente: Maria de Lourdes Roman Ross Ceratti

4) Bombeiros Voluntários de Caçador “Projeto Bombeiro Mirim”

Titular: Luciana Alves de Lima

Suplente: Jakson Alberto Mandelli

5) Associação Maria Rosa – AMAR

Titular: Neuzeli Aparecida da Silva

Suplente: Mirela Carla Urió

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Fica revogado o Decreto nº 5.737, de 26 de setembro de 2013 e suas alterações.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 26 de outubro de 2015.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 42, DE 20 DE OUTUBRO DE 2015

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 42, de 20 de outubro de 2015.

Convoca aprovado em Concurso Público para o preenchimento de cargo existente na Secretaria Municipal de Saúde de Caçador - SC, conforme o Edital PM 01/2012.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 222, de 17/08/2011, que dispõe sobre a criação de empregos públicos para execução dos Programas Estratégia Saúde da Família - ESF, Agentes Comunitários de Saúde - EACS, Programa Equipe Saúde Bucal, e dá outras providências

CONVOCA:

O cidadão, a seguir relacionado, aprovado em Concurso Público para o preenchimento do cargo existente na Secretaria Municipal de Saúde de Caçador, conforme o Edital PM 01/2012, para TOMAR POSSE NO SEU RESPECTIVO CARGO, de acordo com o Decreto nº 5.189, de 04 de abril de 2012, que homologou o resultado final do Concurso, prorrogado pelo Decreto nº 5.957, de 02 de abril de 2014, conforme sequência de classificação:

1) PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA

ANDRE LUIZ DAMBROSO

a) O Convocado deverá se apresentar junto ao Departamento de Pessoal, da Prefeitura Municipal de Caçador, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data de publicação deste Edital, sob pena de não o fazendo, perder o direito ao Processo Seletivo.

b) A contratação dar-se-á nas condições da legislação e regulamentos específicos.

c) Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 20 de outubro de 2015.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

A Secretaria da Fazenda do Município de Caçador, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 90 da Lei Orgânica do Município de Caçador,

CONSIDERANDO, que o contribuinte MARIA INEZ DA AZEMBUJA BUBA – está a sofrer processo de fiscalização para apuração de ISS a recolher, processo nº 9013/2015;

CONSIDERANDO, que a Notificação do processo acima mencionado, encaminhada por correspondência com aviso de recebimento ao endereço constante dos autos, retornou sem ter sido entregue por: “desconhecido”; bem como, o contato telefônico foi infrutífero;

CONSIDERANDO, que a Notificação acima referida inicia a atividade

fiscalizatória administrativa, visando garantir o contraditório e a ampla defesa;

NOTIFICA

A contribuinte MARIA INEZ DA AZAMBUJA BUBA CNPJ n. 05.150.218/0001-46 a apresentar, no prazo de 20 dias contados a partir da publicação deste edital, os documentos listados no Termo de Início de Fiscalização. E, para que chegue ao conhecimento do interessado, expedimos o presente edital, o qual será afixado junto ao mural da Prefeitura Municipal e publicado no Diário Oficial dos Municípios.

Caçador, 22 de Outubro de 2015.

GILBERTO NICOLAO HAUDSCH

Secretário da Fazenda

LEANDRO CHIARELLO DE SOUZA

Sec.Adj.Ass.Fazenda

PORTARIA Nº 26.047

PORTARIA Nº 26.047, de 05 de outubro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 90, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

CONCEDER à Servidora Pública Municipal abaixo relacionada, lotada na Secretaria Municipal da Administração, cargo de Auxiliar de Administração, férias regulamentares acrescidas do adicional de férias, especificando: código, período de aquisição, nome da servidora e período de fruição, conforme segue:

Código	Nome	Período Aquisitivo	Período Gozo
10639	Eliane Fatima Estanislowski	17/02/2013 a 16/02/2014	05/10/2015 a 14/10/2015

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,

em 05 de outubro de 2015.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO

PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 26.048

PORTARIA Nº 26.048, de 05 de outubro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 124, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

CONCEDER à Servidora Pública Municipal RUTH MACEDO MACIEL, Matrícula 1514, cargo de Servente, 44 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal da Educação, na EMEB Nossa Senhora da Salette, Licença Prêmio a que faz jus, especificando: período de aquisição e período de fruição, conforme segue:

Período de Aquisição	Período de Gozo
02/09/2008 a 02/09/2013	05/10/2015 a 03/12/2015

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,

em 05 de outubro de 2015.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO

PREFEITO MUNICIPAL.

Paulo Roberto Gonçalves

SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO.

PORTARIA Nº 26.049

PORTARIA Nº 26.049, de 06 de outubro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 124, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

CONCEDER à Servidora Pública Municipal MARIA SELOÍ SALAMONI GAZZI, Matrícula 4283, cargo de Professora do Ensino Fundamental I, 20 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal da Educação, na EMEB Tabajara, Licença Prêmio a que faz jus, especificando: período de aquisição e período de fruição, conforme segue:

Período de Aquisição	Período de Gozo
02/02/2004 a 02/02/2009	20/10/2015 a 18/12/2015

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,

em 06 de outubro de 2015.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO

PREFEITO MUNICIPAL.

Paulo Roberto Gonçalves

SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO.

PORTARIA Nº 26.082

PORTARIA nº 26.082, de 16 de outubro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 68 e art. 69, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

EFETUAR o desconto em folha de pagamento dos servidores abaixo relacionados, lotados junto a Secretaria Municipal da Educação, em razão de faltas justificadas no período de 13/09/2015 a 12/10/2015, especificando: código, nome dos servidores e quantidade de dias, conforme segue:

Código	Servidor (a)	Escola	Faltas
13691	Adriana Aparecida Weingartner	EMEB Morada do Sol	01 dia
13994	Adriana Oliveira de Souza	EMEB Irmão Venâncio José	01 dia
523	Adriana Valeria Ciciliato Azambuja	EMEB Pierina Santin Perret	10 dias
667	Agenir Ariatti	EMEB Vereda dos Trevos	03 dias
71	Airton Carlos Leite	SME	01 dia
13466	Aline Colla Hahn	EMEB Hilda Granemann de Souza	01 dia
13072	Amauri Joel Scapin	EMEB Alto Bonito - EMEB Alcides Tombini EMEB Profª Maria Luiza Martins Barbosa	05 dias
12945	Ana Caroline Coelho da Silva	EMEB Padre José Chamot	02 dias
13019	Ana Maria Proença Negretti	EMEB Profª Maria Luiza Martins Barbosa	½ dia
13848	Ana Paula Pereima	CMEI Irmão Thomaz	02 dias
13921	Analú Santin	EMEB Irmão Venâncio José	03 dias
10078	Andreia Dellai Andrioni	CMEI Sonho Encantado	01 dia
10026	Angeli Salete Marques	CMEI Santa Clara	01 dia
828	Bernadete Maria Ribeiro dos Santos	EMEB Hilda Granemann de Souza	02 dias
12955	Camila Maboni	EMEB Morada do Sol	½ dia
13856	Carla Tatiane Martins	EMEB Hilda Granemann de Souza	01 dia
4412	Carmem Lucia Alano de Souza Maia	CMEI Sininho	03 dias
783	Celso Viero	EMEB Profª Maria Luiza Martins Barbosa	01 dia
13656	Cimara Becegatto	EMEB Morada do Sol	02 dias
8953	Claudia Aparecida de Souza	EMEB Alto Bonito	01 dia
2946	Cleci Faganello	EMEB Morada do Sol	02 dias
6965 - 13133	Cloris de Fatima Casagrande	EMEB Esperança	03 dias
449	Crenilda S. Hude	EMEB Morada do Sol	½ dia
13007	Cristiane Aparecida Trindade da Silva	EMEB Hilda Granemann de Souza	03 dias
5021	Cristiane dos Santos Lima	EMEB Vereda dos Trevos	05 dias
4281	Cristiane Iracema de Lima	EMEB Hilda Granemann de Souza	01 dia
10530	Cristina de Castilho	CMEI Sonho Encantado	01 dia
13697	Daiane Xumadelo de Souza Leal	EMEB Profª Maria Luiza Martins Barbosa	01 dia
8636	Daniele Jociane Fortunato	EMEB Morada do Sol	04 dias
13063	Danieli Miranda	CMEI Santa Terezinha	½ dia
13082	Deise Teresinha Pacevicz Spazzini	CMEI Santa Terezinha	01 dia
1475	Denise Lourdes da Luz	EMEB Hilda Granemann de Souza	01 dia
6944 - 13151	Dilma Bueno de Oliveira Gomes	EMEB Profª Maria Luiza Martins Barbosa	01 dia
12914	Elaine de Britto	CMEI Santa Terezinha	03 dias
12907	Elaine Heller	CMEI Pierina Adami	01 dia
10989	Eliane Alves Pereira	CMEI Pierina Adami	04 dias
13806	Eliane Aparecida Alves	CMEI Santa Clara	½ dia
13654	Eliane de Souza Luz dos Santos	EMEB Morada do Sol	01 dia
13404	Eliz Regina de Lima	EMEB Hilda Granemann de Souza	01 dia
13662	Elisabete de Fatima Taborda Somensi	EMEB Pierina Santin Perret	05 dias
13703	Elisangela Cristina Kviatowski	EMEB Alto Bonito	02 dias
356	Elisete Ribeiro Lobas	EMEB Esperança	03 dias
3558	Elizangela Bartel Witte	CMEI Pierina Adami	01 dia
10520	Eliziane Aparecida Batochio Pegoraro	EMEB Pierina Santin Perret	08 dias
9874	Emanuelle Martins de Souza	CMEI Pierina Adami	01 dia
13670	Ermelinda Terezinha Garcia Carneiro	EMEB Hilda Granemann de Souza	04 dias
12895	Evelyn de Almeida Picolotto	EMEB Hilda Granemann de Souza	01 dia
13676	Fabiane da Silva	EMEB Ulysses Guimarães - EMEB Hilda G. de Souza	01 dia
13744	Fabio Carlesso	EMEB Esperança	01 dia
13650	Fatima Aparecida de Castilho	EMEB Henrique Julio Berger	03 dias
2017 - 3321	Fatima Hammes	EMEB Castelhanos	04 dias

13648	Francine de Matias	EMEB Henrique Julio Berger	½ dia
13497	Fransoize Freitas Pereira	EMEB Henrique Julio Berger	01 dia
13988	Gisele de Oliveira Moraes Veiga	EMEB Alto Bonito	03 dias
1088	Gisele Rossi Canalle Behr	EMEB Vereda dos Trevos - EMEB Hilda G.de Souza	01 dia
13094	Graziele Cristine Drehmer de Oliveira	EMEB Profª Maria Luiza Martins Barbosa	01 dia
421	Iria Janete Klabunde Monteiro	EMEB Alto Bonito	02 dias
13024	Ivania Aparecida Pereira	EMEB Hilda Granemann de Souza	01 dia
1190	Ivanir Aparecida Gonçalves	CMEI Pierina Adami	½ dia
13708	Jairo Ribeiro Pedroso	EMEB Hilda Granemann de Souza	05 dias
815	Jane Maristela dos Santos	EMEB Morada do Sol	01 dia e ½
13871	Jani Lais dos Santos	EMEB Morada do Sol	01 dia
1250	Janice Aparecida Perboni Schuppel	EMEB Tabajara	½ dia
681	Janio de Azambuja Viana	EMEB Tabajara	½ dia
13055	Jessica Fonseca da Silva	EMEB Vereda dos Trevos - EMEB Esperança	01 dia
3306	Joelma Ana Antunes	EMEB Hilda Granemann de Souza	03 dias
13628	Joice Porth	CMEI Sonho Encantado	04 dias
13710	Jorge Roberto Alves dos Santos	CMEI Sonho Encantado	½ dia
3429	Josefa Ferreira de Agostinho	EMEB Henrique Julio Berger	01 dia e ½
13154	Josely Terezinha dos Santos	CMEI Pierina Adami	01 dia
499	Josete Maria Lemos Estrowispy	EMEB Henrique Julio Berger	01 dia
4259 - 13102	Jucelaine Terezinha Pereira	CMEI Santa Clara	01 dia
10291	Jucelaine Tosatti	EMEB Alto Bonito	½ dia
13467	Jussara Fonseca	EMEB Esperança	02 dias
13897	Karina Padilha	CMEI Sonho Encantado	01 dia
1977	Karine Lia Basso	EMEB Castelhana	01 dia
10428	Karla Mary Bechert	CMEI Sonho Encantado	01 dia
10825	Kerolyn Cristina Coronado	CMEI Sininho	02 dias
10533	Laisa Tatiane Martins	EMEB Vereda dos Trevos - CMEI Sonho Encantado	05 dias
10523 - 13632	Layde Sebastiana de Souza	EMEB Hilda Granemann de Souza	01 dia
432	Lenira de Cacia Carneiro Ruppel	EMEB Morada do Sol	02 dias
13682	Ligia Maria Weingartner Godoi	EMEB Profª Maria Luiza Martins Barbosa	01 dia
12464	Lisete Granemann	EMEB Henrique Julio Berger	01 dia
9871	Luciane de Almeida	CMEI Pierina Adami	03 dias
13787	Luciane Faganello	EMEB Padre José Chamot	10 dias
13683	Maike Amancio Zeigler	EMEB Profª Maria Luiza Martins Barbosa	01 dia
3310	Marcia Alves Ribeiro	CMEI Pierina Adami	02 dias
13821	Marcia Francieli Ferreira	CMEI Sonho Encantado	01 dia e ½
2443	Marcia Regina Caregnato Colpini	EMEB Profª Maria Luiza Martins Barbosa	02 dias
1066	Marcos Adelmo dos Reis	EMEB Morada do Sol	01 dia
13714	Marcos Schaphauser	EMEB Hilda Granemann de Souza	01 dia
13638	Margara Cassol de Almeida	EMEB Tabajara	½ dia
3297	Mari Aparecida Ceolla Biella	SME	03 dias
13809	Maria Alice Alves Cardoso	EMEB Esperança	01 dia
12916	Maria Terezinha Milan da Silva	CMEI Pierina Adami	02 dias
9868	Marilda Aparecida de Oliveira	EMEB Vereda dos Trevos	06 dias
13173	Marilene Coradin Roso	EMEB Profª Maria Luiza Martins Barbosa	01 dia
13721	Marta Aparecida Goes	EMEB Ulysses Guimarães	01 dia
13672	Meri Terezinha Alves de Oliveira	EMEB Rodolfo Nickel	02 dias e ½
13916	Naiana Aparecida Lourenço de Mello	EMEB Padre José Chamot	05 dia
12987	Narciso Luiz Andrade	EMEB Ulysses Guimarães	01 dia
13678	Natalina dos Santos	EMEB Ulysses Guimarães - EMEB Henrique J. Berger	01 dia
8512	Neiva Terezinha Boscari Maffessoni	CMEI Pierina Adami	01 dia
93	Nelson Moreira Molinski Santos	EMEB Henrique Julio Berger	01 dia
1495	Nilce Fanta Fornari	EMEB Esperança	½ dia
8555	Nilda Cordeiro	CMEI Santa Terezinha	02 dias
13745	Nilva Maria Fernandes	EMEB Esperança	01 dia
3357	Nilza de Souza Carvalho	EMEB Henrique Julio Berger	01 dia
9872	Noeli Cavalheiro Werner	CMEI Pierina Adami	02 dias
14003	Paloma Macedo	EMEB Henrique Julio Berger	05 dias
1993	Parcival Antonio Pinzigher	SME	05 dias
12310	Patricia Cristina Lemos	EMEB Ulysses Guimarães	01 dia
13737	Patricia Villwock Ferreira de Andrade	EMEB Alcides Tombini - EMEB Nossa Senhora Salete	01 dia
14033	Paula Cristina Santore	CMEI Pierina Adami	01 dia
13673	Raquel Tavares da Silva	EMEB Hilda Granemann de Souza	02 dias

12977	Reni de Jesus da Cruz Ribas	EMEB Morada do Sol - EMEB Hilda G. de Souza	01 dia
13156	Rita de Cassia Grobe	EMEB Ulysses Guimarães	½ dia
13157	Rosecleia Spader	EMEB Profª Maria Luiza Martins Barbosa	02 dias
14000	Rosete Vebber da Silva Ferlin	EMEB Hilda Granemann de Souza	01 dia
3318	Rosimar Borges	CMEI Pierina Adami	01 dia
13644	Rubia Marlusa Gomes	EMEB Ulysses Guimarães	02 dias
11686	Sandra Tomazini Scolari Moraes	SME	03 dias
6955	Scheila Balbinotto	EMEB Hilda Granemann de Souza	01 dia
13645	Silvia Cristina Eichele	EMEB Esperança	03 dias
13945	Silvia Daiane Calixto	EMEB Hilda Granemann de Souza	01 dia
13266	Simone Fogaça Vieira Balzan	EMEB Morada do Sol	02 dias
13149	Solange Cristina Godoy Pontes	EMEB Hilda Granemann de Souza	02 dias
13920	Solange de Fatima Bittencourt Marques	EMEB Castelhanos	01 dia
672	Sueli Terezinha De Souza Prestes Leite	EMEB Vereda dos Trevos	01 dia
13265	Sulamita Reis dos Santos	EMEB Morada do Sol	01 dia
11915	Tania Elize Klabunde	EMEB Ulysses Guimarães	03 dias
12997	Tathiana dos Santos	EMEB Padre José Chamot	01 dia
13823	Tatiane da Silva Pessole	EMEB Morada do Sol	01 dia
9875	Terezinha Andrighetti Nava	CMEI Sonho Encantado	03 dias
13729	Vanessa de Fatima Rocha	EMEB Morada do Sol	01 dia
363	Venice de Carli Tosatti Castilho	EMEB Nossa Senhora Salete	02 dias e ½
13566	Vera Regina Kreling	EMEB Tabajara	02 dias
3631	Vilma de Oliveira	EMEB Ulysses Guimarães	02 dias

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 16 de outubro de 2015.
Gilberto Amaro Comazzetto
PREFEITO MUNICIPAL.

Paulo Roberto Gonçalves
SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO.

PORTARIA Nº 26.091

PORTARIA Nº 26.091, de 19 de outubro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 117, Parágrafo Único, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador e com redação da Lei Complementar nº 139, de 12/03/2009, com Mandado de Notificação em Mandado de Segurança – autos nº 0303680-16.2015.8.24.0012, da 2ª Vara Cível da Comarca de Caçador – SC,

RESOLVE:

ALTERAR A PORTARIA Nº 25.980, de 17 de setembro de 2015, que concedeu à Servidora Pública Municipal ROSÂNGELA RODRIGUES FERREIRA JERONYMO, Matrícula 3799, lotada na Secretaria Municipal da Saúde, cargo de Fonoaudiólogo, 35 horas semanais, licença remunerada à Adotante, no que se refere ao período da licença que passa a ser de 03 de setembro de 2015 a 29 de fevereiro de 2016.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 19 de outubro de 2015.
Gilberto Amaro Comazzetto
PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 26.094

PORTARIA Nº 26.094, de 19 de outubro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 124, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

CONCEDER à Servidora Pública Municipal LARISSA FLECK SAVARIS, Matrícula 1086, cargo Técnico em Processamento de Dados, 35 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal da Fazenda, Licença Prêmio a que faz jus, especificando: período de aquisição e período de fruição, conforme segue:

Período de Aquisição	Período de Gozo
01/02/2008 a 01/02/2013	03/11/2015 a 01/01/2016

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 19 de outubro de 2015.
GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 26.095

PORTARIA Nº 26.095, de 19 de outubro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 124, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

CONCEDER à Servidora Pública Municipal SANDRA APARECIDA SICKA RODRIGUES, Matrícula 7827, cargo Técnico em Contabilidade, 35 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal da Fazenda, Licença Prêmio a que faz jus, especificando: período de aquisição e período de fruição, conforme segue:

Período de Aquisição	Período de Gozo
10/09/2007 a 10/09/2012	03/11/2015 a 01/01/2016

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 19 de outubro de 2015.
GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

Campo Alegre

PREFEITURA

DECRETO Nº 9.373 DE 26 DE OUTUBRO DE 2015

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 9.373 DE 26 DE OUTUBRO DE 2015

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial a Lei Municipal Complementar nº 088 de 15 de Março de 2012, em seu Artigo 22; Decreta:

Art.1º) Nomear a Srª. ROSANE JOHANSON, Matrícula Funcional nº 000845, Registro no Sistema sob nº 955534, ao Cargo Público de Professor I, Função Professor de Educação Infantil e Anos Iniciais, Categoria Funcional: Atividades de Nível Superior, com provimento de caráter efetivo, Regime Estatutário, lotada na Secretaria Municipal de Educação, cujas atribuições e responsabilidades constam do Anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 088 de 15 de Março de 2012, que autorizou sua criação.

Art.2º) O padrão de vencimentos, de acordo com a Lei Complementar Municipal nº 088, é o Código P1 Nível 1, Referência A, no valor de R\$ 2.117,90 (Dois mil, cento e dezessete reais e noventa centavos) mensais, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Art.3º) A presente nomeação, dá-se em razão da classificação da Srª. ROSANE JOHANSON, aprovada em 27º lugar no Concurso Público Municipal nº 001/2012, homologado pelo Decreto nº 7.026 em data de 16 de Maio de 2012, prorrogado pelo Decreto nº 8.356 de 14 de Maio de 2014.

Art.4º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC., 26 de Outubro de 2015.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 27/10/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe do Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 9.374 DE 26 DE OUTUBRO DE 2015

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 9.374 DE 26 DE OUTUBRO DE 2015

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE ELEMENTO DE DESPESA DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 4.240 de 17 de Dezembro de 2014; Decreta:

Art.1º) Abre Crédito Suplementar no valor de R\$ 125,50 (cento e vinte e cinco reais e cinquenta centavos), no seguinte Elemento de Despesa de Dotação do Orçamento Vigente.

11.00 -	Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esportes e Lazer.	
11.03 -	Coordenadoria de Esporte e Lazer	
27.813.0084.2.134 -	Apoio a Entidades e Talentos Esportivos	
300000.00.896 -	Despesas Correntes	
330000.00.896 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.896 -	Aplicações Diretas	
339032.00.896 -	Material de Distribuição Gratuita	R\$ 125,50

Art.2º) O crédito a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrá por conta de Anulação Parcial de Elemento de Despesa da seguinte Dotação do Orçamento vigente.

11.00 -	Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esportes e Lazer.	
11.03 -	Coordenadoria de Esporte e Lazer	
27.813.0084.2.134 -	Apoio a Entidades e Talentos Esportivos	
300000.00.896 -	Despesas Correntes	
330000.00.896 -	Outras Despesas Correntes	

339000.00.896 -	Aplicações Diretas		
339039.00.896 -	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	R\$ 125,50	

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC., 26 de Outubro de 2015.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 27/10/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 9.375 DE 26 DE OUTUBRO DE 2015

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 9.375 DE 26 DE OUTUBRO DE 2015

DESIGNA SERVIDORES PARA COMPORER A COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DE PROFISSIONAIS DOS PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO MUNICIPAL EM ESTÁGIO PROBATÓRIO CAESPE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Art. 42 Parágrafo 1º e Alíneas "a" e "b" da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002;

DECRETA:

Art.1º) Ficam nomeados os Servidores Públicos Municipais abaixo relacionados para comporem a Comissão de Avaliação dos Profissionais do Poder Executivo Municipal e Legislativo – Estágio Probatório – CAESPE, para iniciarem seus trabalhos no corrente ano, previsto conforme Seção V, Art. 41 a 50, em especial o Art. 42, §1º Alíneas "a" e "b", da Lei Complementar Municipal nº 006, de 19 de Setembro de 2002.

BETINA MOREIRA DA SILVA – Matrícula Funcional nº 026;
JOSÉ CARLOS NENEVE CORDEIRO – Matrícula Funcional nº 000084;
JOSÉ LUIS SILVA – Matrícula Funcional nº 000034;
ROSANI APARECIDA DA SILVA – Matrícula Funcional nº000211;
MARLÍ AUGUSTIN – Matrícula Funcional nº 282.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC., 26 de Outubro de 2015.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 27/10/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PREGÃO 92/2015

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE - SC

AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 92/2015

MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

A licitação tem como objeto o Registro de preços para aquisição de material de higiene e limpeza para as Escolas e Centros municipais de Educação Infantil da Rede Municipal de Ensino para o ano letivo de 2016, conforme relação abaixo:

Item	Qtde	Unid	Descrição	Valor Unit. Estimado (R\$)	Valor Total Estimado (R\$)
01	350	Und.	Esponja De Limpeza Dupla Face, Tamanho Aprox. 110 X 75 Mm	R\$ 1,00	R\$ 350,00
02	150	Pct	Esponja De Lã De Aço Com 08 Unidades	R\$ 2,50	R\$ 375,00

03	15	Pct	Sabão Em Barra Com Glicerina, Com 05 Unidades -Composição Sabão Base, Carbonato De sódio, Glicerina, Trilon, Açúcar, Corante e Água	R\$ 8,50	R\$ 127,50
04	400	Pct	Sabão Em Pó Com Amaciante Composição Mínima: Tensoativo Aniônico Coadjuvantes, Branqueador Óptico, Corante, Enzimas, Agente, Fragrância E Água. Componente Ativo: Linear Alquil Benzeno, Sulfato De Sódio. Caixa Ou Pacote Contendo 1kg	R\$ 7,00	R\$ 2.800,00
05	800	Frs	Água Sanitária Com Cloro Ativo, 5 L	R\$ 7,50	R\$ 6.000,00
06	550	Frs	Desinfetante Líquido 2 Litros	R\$ 4,00	R\$ 2.200,00
07	50	frs	Cera Líquida Amarela 850 ML, Composição Mínima: Agente De Polímero, Emulsificantes, Polímeros Acrílico, Conservante, Agente De Controle De Ph, Atenuador De Espuma, Fragrância, Veículo E Corante	R\$ 4,00	R\$ 200,00
08	450	Lta	Cera Líquida Incolor Composição Cera Natural E Sintética, Tensoativo Não Aniônico, Polímero Acrílico, Resina Natural Alcalinizada, Perfume, Corante E Água, Para Pisos Paviflex, Frasco De 750ml	R\$ 4,00	R\$ 1.800,00
09	700	Frs	Saponáceo Cremoso 300 ML	R\$ 4,00	R\$ 2.800,00
10	300	Frs	Saponáceo Com Detergente 300 G (Em Po)	R\$ 2,00	R\$ 600,00
11	100	Frs	Desodorizador De Ar, Frasco Com 400ml	R\$ 8,00	R\$ 800,00
12	150	Und	Pano Para Louça (Pano De Prato), Tamanho Aproximado 70x45cm, 100% Algodão	R\$ 3,00	R\$ 450,00
13	850	Frs	Álcool Etilico Hidratado 01 Litro	R\$ 5,00	R\$ 4.250,00
14	350	Frd.	Papel Toalha Interfolhado, Branco, Tamanho 23x27, Fardo Com 5 Pacotes, Em Cada Pacote Contendo 1.250 Folhas.	R\$ 50,00	R\$ 17.500,00
15	80	Gl	Sabonete Líquido Gel Com Perfume Galão Com 05 Litros	R\$ 17,00	R\$ 1.360,00
16	300	Und.	Saco De Algodão Cru (Não Alvejado), Tamanho Mínimo De.50x60	R\$ 4,00	R\$ 1.200,00
17	30	Pct	Saco Para Lixo 100 Litros Com 100 Unidades – Espessura 0.10 Micras- Dimensões 80x 90cm	R\$ 70,00	R\$ 2.100,00
18	60	Par	Luva De Borracha Doméstica 100% Látex Natural, Tamanho P	R\$ 4,00	R\$ 240,00
19	60	Par	Luva De Borracha Doméstica 100% Látex Natural, Tamanho M	R\$ 4,00	R\$ 240,00
20	200	Par	Luva De Borracha Doméstica 100% Látex Natural, Tamanho G	R\$ 4,00	R\$ 800,00
21	480	Frs.	Lustra Móveis Perfumado Com No Mínimo 200ml	R\$ 3,00	R\$ 1.440,00
22	100	Pct	Pano Para Limpeza, Atoalhado, Com 3 Unidades, Tamanho Mínimo 30 X 35 Cm	R\$ 8,00	R\$ 800,00
23	1000	Frs	Detergente Líquido Com Glicerina - 500 ML, Neutro	R\$ 1,50	R\$ 1.500,00
24	50	Lata	Cera Em Pasta Amarela, Composição, Mínima, Agente De Polímero, Formador De Filme, Emulsificante, Plastificante, Solvente Ou Silicone E Corante, Lata Com 375 G	R\$ 9,00	R\$ 450,00
25	80	Rolo	Embalagem Para Freezer E Microondas, Para 5 Kg, C/ 100 Unid	R\$ 4,00	R\$ 320,00
26	100	Und.	Toalha Rosto, Grossa, Medindo Aproximadamente 70x45, 100% Algodão	R\$ 8,00	R\$ 800,00
27	20	Frs.	Shampoo Infantil, Para Todos Os Tipos De Cabelos, Que Não Cause Ardência Nos Olhos, Frasco Com 350 ML	R\$ 13,00	R\$ 260,00
28	100	Und.	Rodo De Espuma Para Aplicação De Cera, (Sem Borracha Só Espuma), Sem Cabo.	R\$ 6,00	R\$ 600,00
29	50	Und.	Vassoura De Piassava Sintética- 31cm X 0,4 X 21cm- Com Cabo Metálico	R\$ 15,00	R\$ 750,00
30	100	Und.	Vassoura De Palha De Arroz C/ Cabo	R\$ 17,00	R\$ 1.700,00
31	20	Und.	Vassoura De Pelo Sintético – 33cm X 0,09 X 14cm – s/ cabo Metálico	R\$ 10,00	R\$ 200,00
32	30	Und.	Rodo De Borracha 40 Cm s/ Cabo	R\$ 8,00	R\$ 240,00
33	50	Und.	Rodo De Borracha 60 Cm s/ Cabo	R\$ 16,00	R\$ 800,00
34	500	Frd	Papel Higiênico, Folhas Simples, Branco, Picotado, Fardo Com 64 Rolos De No Mínimo 10cm X 30m	R\$ 68,00	R\$ 34.000,00
35	10	Frd	Papel Higiênico Rolão Com 300m X 10cm Fardo Com 08 Rolos, Folha Simples Branca, Fabricado Com 100% Celulose Virgem	R\$ 55,00	R\$ 550,00
36	80	Unid	Esfregão Plano Esponja – Espuma Poliéster C/ Manta Abrasiva – 30cm X 0,045 X 0,33cm- C/ Cabo De Madeira	R\$ 27,00	R\$ 2.160,00
37	100	Unid	Refil esfregão Plano Esponja – espuma Poliéster c/ Manta Abrasiva- 30cm x 0,045 x 0,33cm	R\$ 17,00	R\$ 1.700,00
38	30	Unid	Balde plástico com capacidade de 8,5litros com alça de metal	R\$ 11,00	R\$ 330,00
39	30	Unid	Balde plástico com capacidade de 15 litros com alça de metal.	R\$ 16,00	R\$ 480,00
40	30	Unid	.Balde plástico com capacidade de 20 litros com alça de metal.	R\$ 21,00	R\$ 630,00
41	30	Unid	Bacia gigante com capacidade 30 litros, translúcida, feita de material atóxico adequado para uso alimentar. Medida aproximada de 520x225mm, com Diâmetro de 53cm e altura de 21cm.	R\$ 65,00	R\$ 1.950,00
42	20	Unid	Bacia com capacidade de 15 litros, translúcida, feita de material atóxico adequado para uso alimentar.	R\$ 40,00	R\$ 800,00
43	30	Unid	Bacia com capacidade de 8 litros, translúcida, feita de material atóxico adequado para uso alimentar. Dimensões 136x350mm	R\$ 25,00	R\$ 750,00
44	30	Unid	Lixeira plástica com capacidade de 11 litros, cor branca, com tampa. Dimensões 330X310mm. Capacidade 11 litros	R\$ 30,00	R\$ 900,00
45	10	Unid	Cesto(Lixeira) com capacidade de 100L plástico quadrado com tampa e pedal todo em plástico, haste do pedal em metal. Medidas 465mm (altura) x 405mm (largura) x 340mm (profundidade) Material: Polipropileno	R\$ 400,00	R\$ 4.000,00
46	05	Unid	Lixeira em plástico com pedal retangular, capacidade 25 litros Dimensão: 37 cm lado x 35 cm lado x 57 cm altura Material: Polipropileno Cor: Branca	R\$ 100,00	R\$ 500,00

47	20	Unid	Caixa Retangular com capacidade de 11 litros com tampa em plástico branco atóxico. Dimensões 39,2 x 28,4 x 13,6 cm	R\$ 55,00	R\$ 1.100,00
48	30	Unid	Pá para lixo de plástico com cabo longo como de vassoura	R\$ 10,00	R\$ 300,00
49	30	Unid	Pá para lixo de plástico com cabo	R\$ 3,50	R\$ 105,00
50	100	CX	Luvras descartáveis, levemente talcadas em látex, tam médio com 100 unidades	R\$ 20,00	R\$ 2.000,00
51	100	Pct	Toucas descartáveis tamanho 45 x 50cm confeccionado com elástico especial e todo o perímetro da touca 100% polipropileno com 100 unidades	R\$ 20,00	R\$ 2.000,00
52	10	Unid	Vassoura com extensão de 0,60 m para limpar áreas amplas. Com cabo inclinado. Tipo pêlo	R\$ 25,00	R\$ 250,00
53	10	Unid	Vassoura com extensão de 1,00 metro com cabo inclinado para limpar áreas amplas.	R\$ 35,00	R\$ 350,00
VALOR TOTAL ESTIMADO					R\$ 110.907,50

Critério julgamento: MENOR PREÇO POR ITEM

Serão observados os seguintes horários e datas para os procedimentos que seguem:

Recebimento das Propostas: das 0h do dia 27/10/2015, às 13h45min do dia 10/11/2015;

Início da Sessão de Disputa de Preços: às 14h do dia 10/11/2015 no endereço eletrônico www.cidadecompras.com.br, horário de Brasília - DF

As despesas oriundas de eventuais contratações correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias:

1. Entidade: 1 – Prefeitura Municipal de Campo Alegre; Órgão: 05.00 – Secretaria Municipal de Educação. Unidade: 05.02 – Serviço de Ensino Fundamental; Função: 12 – Educação; Subfunção: 361 – Ensino Fundamental; Programa: 10 – Ensino Fundamental; Projeto: 2.105 – Manutenção e Coordenação das Atividades do Ensino Fundamental; Elemento de Despesa: 3.3.90.30.00.00.00.00 – Material de consumo

2. Entidade: 1 – Prefeitura Municipal de Campo Alegre; Órgão: 05.00 – Secretaria Municipal de Educação. Unidade: 05.03 – Serviço de Educação Infantil; Função: 12 – Educação; Subfunção: 365 – Educação Infantil; Programa: 11 – Educação infantil; Projeto: 2.106 – Manutenção e Coordenação das Atividades a Educação Infantil; Elemento de Despesa: 3.3.90.30.00.00.00.00 – Material de consumo;

3. Entidade: 1 – Prefeitura Municipal de Campo Alegre; Órgão: 05.00 – Secretaria Municipal de Educação. Unidade: 05.06 – Serviço de Manutenção do Salário Educação; Função: 12 – Educação; Subfunção: 361 – Ensino Fundamental; Programa: 13 – Salário Educação; Projeto: 2.108 – Manter e Coordenar Atividades Específicas do Ensino Fundamental; Elemento de Despesa: 3.3.90.30.00.00.00.00 – Material de consumo;

4. Entidade: 1 – Prefeitura Municipal de Campo Alegre; Órgão: 05.00 – Secretaria Municipal de Educação. Unidade: 05.06 – Serviço de Manutenção do Salário Educação; Função: 12 – Educação; Subfunção: 365 – Salário Educação; Programa: 13 – Salário Educação; Projeto: 2.805 – Manter e Coordenar Atividades Específicas da Educação Infantil; Elemento de Despesa: 3.3.90.30.00.00.00.00 – Material de consumo;

Qualquer informação, alteração, anulação, revogação ou complemento ao edital será disponibilizado no site do Município (www.campoalegre.sc.gov.br), e é de total responsabilidade da empresa participante a verificação no mesmo.

Poderão participar da licitação pessoas jurídicas que atuam no ramo pertinente ao objeto licitado, observadas as condições constantes do edital.

O Edital completo poderá ser obtido pelo endereço eletrônico www.cidadecompras.com.br. Outras informações referentes ao edital, poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Campo Alegre, sito a Rua Cel. Bueno Franco, 292, em Campo Alegre - SC, através do telefone (47) 3632-2266, Setor de Licitações, site: <http://www.campoalegre.sc.gov.br> e acessando o endereço: <http://www.cidadecompras.com.br> para dirimir as dúvidas referentes ao sistema operacional.

Campo Alegre, 26 de outubro de 2015.

Lucilaine Mokfa Schwarz

Secretária Municipal de Administração

PREGÃO 94/2015

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE - SC

AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 94/2015

MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL

A licitação tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para eventual aquisição de Hidróxido de cálcio com no mínimo 95%, Ácido fluossilícico a 20%, Sulfato de alumínio granulado isento de ferro (saco 25kg), Cloro gás e Hipoclorito de sódio 10/12% para manutenção das atividades de tratamento de água da Secretaria de Saneamento Ambiental de Campo Alegre - SC, conforme tabela abaixo:

ITEM	QUANT	UNID	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO (R\$)	VALOR TOTAL ESTIMADO (R\$)
01	8.000	KG	Hidróxido de cálcio líquido com no mínimo 95% em suspensão para correção do pH da água, conforme padrões estabelecidos pela Portaria nº 2914/11 do Ministério da Saúde. Composição Físico-química: Teor de Ca(OH)2: 19% a 21% Teor de CaCO3: 0,50 % Máximo Teor de insolúveis em HCl (SiO2 +resíduos insolúveis): 0,05% Máximo Retido 200 Mesh /Insolúveis em água:0,50% Máximo Suspensão em 24 h: 95,00% (Mínimo) Densidade: 1,10 g/ml (Mínimo) Viscosidade copo Ford 04 mm: 17segundos (Máximo) Dioxinas e Furanos: Isentos Impurezas Metálicas, Metais pesados, Fluoretos, Radionuclídeos: Em conformidade com a ABNT NBR nº15784/2009 e Portaria do MS nº2914/2011. Aspecto: branco leitoso e inodoro. Descrição do produto: Produto químico para fins de correção da alcalinidade da água bruta e de pH da água filtrada do tratamento de água para abastecimento público, conforme norma ABNT NBR 15784:2009 (Produtos químicos utilizados no tratamento de água para consumo humano), ABNT NBR 14725:2012. (Produtos químicos - Informações sobre segurança, saúde e meio ambiente) e Portaria nº 2914/GM/MS, de 12 de dezembro de 2011 (Dispõe sobre os procedimentos de controle e de vigilância da qualidade da água para consumo humano e seu padrão de potabilidade).	1,90	15.200,00
02	6.000	KG	Ácido Fluossilícico a 20%, para fluoretação de água, conforme estabelece a Portaria nº 2914/11 do Ministério da Saúde. Kg 4.000 Especificações técnicas do produto: Composição química: Especificação Teor de H2SiF6: mínimo de 20%; Arsênio: máximo de 80,0 mg/kg; Cádmio: máximo de 10,0 mg/kg; Chumbo: máximo de 20,0 mg/ kg; Cromo: máximo de 30,0 mg/kg; Mercúrio: máximo de 80,0 mg/kg; Prata: máximo de 80,0 mg/kg; Selênio: máximo de 80,0 mg/kg; Características físicas: Especificação; Estado físico: líquido; Forma: levemente viscoso Cor: amarelo claro; Odor: penetrante; Densidade: Mínima de 1,17 g/cm³ Apresentar, em cada entrega, o Certificado de conformidade da composição Físico-Química do produto. Apresentar, a cada 06 meses, Laudo de análise nos valores máximos permitidos, em mg/Kg, dos seguintes elementos (toxicidade): Arsênio (Máximo de 80,0 mg/kg cada elemento), Cádmio (Máximo de 10,0 mg/kg), Chumbo (Máximo de 20,0 mg/kg), Cromo (Máximo de 30,0 mg/kg), Mercúrio (Máximo de 80,0 mg/kg), Prata (Máximo de 80,0 mg/kg) e Selênio (Máximo de 80,0 mg/kg)	2,50	15.000,00
03	5.000	KG	Sulfato de Alumínio Granulado, isento de ferro, em sacos de 25 kg. Para tratamento da água, conforme padrões estabelecidos pela Portaria nº 2914/11 do Ministério da Saúde. Especificações técnicas do produto: Composição química: Especificação Teor de AL2(SO4)3: mínimo de 50% Óxido de Alumínio – AL2O3:(% m/m): 7,5 – 8,3; Ferro Total Solúvel Fe2O3: (% m/m): Máximo 0,25; Basicidade livre (% m/m - Al2O3): Máximo 0,4; Acidez livre (% m/m - H2SO4): máximo 0,5; pH sol. 1% (m/v) a 25°C: 3,5 - 4,2; Antimônio (mg/kg): máximo de 2; Arsênio (mg/kg): máximo de 4; Cádmio (mg/kg): máximo de 2; Chumbo (mg/kg): máximo de 4; Cromo (mg/kg): máximo de 22; Mercúrio (mg/kg): máximo de 0,4; Selênio (mg/kg): máximo de 4; Fenol: ausente; Resíduo insolúvel em água: = 0,01 %	2,20	11.000,00
04	1.000	KG	Cloro gás, para desinfecção de água, conforme estabelece a Portaria nº 2914/11 do Ministério da Saúde. Kg 13.500. Especificações técnicas do produto: Composição química: Especificação: Cloro Ativo: > 99,5% v/v de CL2 Ferro: < 10 ppm de Fe; Resíduo não volátil: < 75 ppm de RNV; Umidade: < 50 ppm de H2	8,60	8.600,00
05	8.000	KG	Hipoclorito de Sódio 10/12%. Fórmula química: NaClO 2. Características Gerais Hipoclorito de sódio apresenta-se na forma líquida de cor amarela translúcida ou esverdeado, com forte odor de cloro. Determinação Especificação Concentração (Cloro Ativo) (%) Mín. 10,0 Densidade (g/cm3) 1,190 - 1,230 Aspecto Amarelo Chumbo (Pb) Isento Ferro (Fe) (ml/L) Máx. 3,0	1,90	15.200,00
VALOR TOTAL ESTIMADO				R\$ 65.00,00	

Critério julgamento: MENOR PREÇO UNITÁRIO.

Data, horário e local para início da realização da sessão pública do pregão: dia 10/11/2015, às 10 horas, no prédio da Prefeitura Municipal de Campo Alegre, sito a Rua Cel. Bueno Franco, 292, em Campo Alegre - SC.

Data, horário e local para a entrega dos envelopes com a documentação e propostas: até 09 horas e 45 minutos, do dia 10/11/2015, no protocolo da PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE, sito a Rua Cel. Bueno Franco, 292, em Campo Alegre - SC.

A despesa oriunda desta aquisição correrá por conta da seguinte dotação orçamentária:

Entidade	1	Prefeitura Municipal de Campo Alegre
Órgão	13.00	Secretaria Municipal de Saneamento Ambiental
Unidade	13.01	Serviço de Saneamento Ambiental
Função	17	Saneamento
Subfunção	512	Saneamento Básico Urbano
Programa	77	Águas de Campo Alegre
Projeto	2.124	Manutenção e Coordenação das Atividades da Secretaria
Elemento de Despesa	3.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo

Qualquer informação, alteração, anulação, revogação ou complemento ao edital será disponibilizado no site do Município (www.campoalegre.sc.gov.br), e é de total responsabilidade da empresa participante a verificação no mesmo.

Para obter cópia deste Edital e anexos, os interessados deverão acessar o site www.campoalegre.sc.gov.br, no ícone "Licitação" / "Pregão" / "Pregão 94/2015".

A entrega dos envelopes no Serviço de Protocolo do Município é de total responsabilidade da empresa licitante, excluindo a responsabilidade do Município em receber os envelopes via Correios ou por outro meio, assim como de controlar a tramitação dos documentos até o Serviço de Protocolo do Município.

Campo Alegre, 26 de outubro de 2015.

Lucilaine Mokfa Schwarz

Secretária Municipal de Administração

Campos Novos

PREFEITURA

DECRETO 7373/21015 - ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA NO ORÇAMENTO DO FMAS

DECRETO Nº 7.373/15 DE 22/10/2015

ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS NO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL - FMAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Lei nº 3.976/13 de 27/11/13 (Plano Plurianual), Lei nº 4.054 de 18/07/2014 (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e Lei nº 4.102 de 17/12/2014 (Lei Orçamentária Anual),

DECRETA:

Art. 1º. Ficam suplementados no orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS o valor de R\$3.573,20 (Três mil, quinhentos e setenta e três reais e vinte centavos) reais no projeto/atividade abaixo discriminado:

ÓRGÃO: 35 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
UNIDADE: 01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
PROJETO/ATIVIDADE: 2.048 – Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social
Elementos de despesa: 5- 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000 Aplicações DiretasR\$ 3.573,20

Art. 2º. Para a cobertura do crédito previsto no Art. 1º, ficam anulados os recursos provenientes do projeto/atividade abaixo discriminado:

ÓRGÃO: 35 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
UNIDADE: 01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
PROJETO/ATIVIDADE: 2.048 – Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social
Elementos de despesa: 22- 3.3.50.00.00.00.00.00.01.0000 Aplicações DiretasR\$ 3.573,20

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Campos Novos, em 22 de outubro de 2015.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

LEI 4220/2015 - AUTORIZA ABERTURA DE CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICIPIO

LEI Nº 4.220/2015 DE 22/10/2015

AUTORIZA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO.

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições previstas no Art. 100, inciso V da Lei Orgânica,
FAZ SABER A TODOS OS HABITANTES DESTE MUNICÍPIO QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU, E ELE SANCIONA A PRESENTE LEI:

Art. 1º. Fica aberto um crédito adicional suplementar no orçamento

do município, no valor de R\$ 976.000,00 (novecentos e setenta e seis mil reais) nos projetos/atividades abaixo discriminados:

ÓRGÃO: 01- GABINETE DO PREFEITO

UNIDADE: 01- GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

PROJETO ATIVIDADE: 2.000 – Manutenção do Gabinete do Prefeito Municipal

Elemento de despesa: 02- 3.1.90.00.00.00.00.00.01.0000.0000
00- aplicações diretas R\$ 90.000,00

ÓRGÃO: 03- SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO

UNIDADE: 04- DEP. DE TRIBUTAÇÃO, ARRECADAÇÃO E FISCALIZAÇÃO

PROJETO ATIVIDADE: 2.004 – Manutenção do Departamento de Tributação, Arrecadação e Fiscalização

Elemento de despesa: 15- 3.1.90.00.00.00.00.00.01.0000.0000
00- aplicações diretas R\$ 50.000,00

ÓRGÃO: 03- SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO

UNIDADE: 06- DEPARTAMENTO PESSOAL

PROJETO ATIVIDADE: 2.006- Manutenção do Departamento Pessoal

Elemento de despesa: 20- 3.1.90.00.00.00.00.00.01.0000.0000
00- aplicações diretasR\$ 16.000,00

ÓRGÃO: 03- SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO

UNIDADE: 08- DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PROJETO ATIVIDADE: 2.002- Manutenção da Secretaria de Administração

Elemento de despesa: 28- 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000.0000
00- aplicações diretas R\$ 30.000,00

ÓRGÃO: 05- SECRETARIA DO DESENV. SOCIAL, FAMÍLIA E TRABALHO

UNIDADE: 14- DEP. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DA FAMÍLIA GERÊNCIAS

PROJETO ATIVIDADE: 2.022- Manutenção Departamento de Assistência Social e da Família - Gerências

Elemento de despesa: 71- 3.1.90.00.00.00.00.00.01.0000.0000
00- aplicações diretas R\$ 620.000,00

ÓRGÃO: 06- SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

UNIDADE: 19- DEPARTAMENTO DA AGRICULTURA - GERÊNCIA

PROJETO ATIVIDADE: 2.028- Manutenção do Departamento da Agricultura – Gerência

Elemento de despesa: 85- 3.1.90.00.00.00.00.00.01.0000.0000
00- aplicações diretasR\$ 159.000,00

ÓRGÃO: 07- SECRETARIA DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO

UNIDADE: 21- DEPARTAMENTO DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO

PROJETO ATIVIDADE: 2.030- Manutenção do Departamento da Indústria e Comércio

Elemento de despesa: 90- 3.1.90.00.00.00.00.00.01.0000.0000
00- aplicações diretasR\$ 11.000,00

Art. 2º. Para a cobertura dos créditos previstos no Art. 1º, serão utilizados recursos provenientes das seguintes rubricas orçamentárias do orçamento do município:

ÓRGÃO: 02- SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL

UNIDADE: 02- DEPARTAMENTO DE ORGANIZAÇÃO E

COORDENAÇÃO GERAL

PROJETO ATIVIDADE: 2.001 – Manutenção do Departamento de Planejamento, Organização e Coordenação Geral
Elemento de despesa: 06- 3.1.90.00.00.00.00.00.01.0000.0000
00- aplicações diretasR\$ 96.000,00

ÓRGÃO: 03- SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO

UNIDADE: 05- DEP. CONTABILIDADE E PATRIMÔNIO DO MUNICÍPIO

PROJETO ATIVIDADE: 2.005 – Manutenção do Departamento de Contabilidade e Patrimônio do Município
Elemento de despesa: 17- 3.1.90.00.00.00.00.00.01.0000.0000
00- aplicações diretas R\$ 40.000,00

ÓRGÃO: 03- SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO

UNIDADE: 07- DEPARTAMENTO DE COMPRAS

PROJETO ATIVIDADE: 2.007 – Manutenção do Departamento de Compras
Elemento de despesa: 22- 3.1.90.00.00.00.00.00.01.0000.0000
00- aplicações diretas R\$ 80.000,00

ÓRGÃO: 05- SECRETARIA DO DESENV. SOCIAL, FAMÍLIA E TRABALHO

UNIDADE: 18- DEPARTAMENTO DE MANUTENÇÃO E APOIO ESTRUTURAL

PROJETO ATIVIDADE: 2.026 – Manutenção do Departamento de Manutenção e Apoio Estrutural
Elemento de despesa: 82- 3.1.90.00.00.00.00.00.01.0000.0000
00- aplicações diretas R\$ 29.000,00

ÓRGÃO: 07- SECRETARIA DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO

UNIDADE: 21- DEPARTAMENTO DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO

PROJETO ATIVIDADE: 2.032 – Realização de Eventos em Geral
Elemento de despesa: 93- 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000.0000
00- aplicações diretas R\$ 30.000,00

ÓRGÃO: 08- SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO

UNIDADE: 23- DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA

PROJETO ATIVIDADE: 2.033 – Manutenção do Departamento de Engenharia
Elemento de despesa: 99- 3.1.90.00.00.00.00.00.01.0000.0000
00- aplicações diretas R\$ 130.000,00

ÓRGÃO: 08- SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO

UNIDADE: 25- DEPARTAMENTO DE MANUTENÇÃO E APOIO OPERACIONAL

PROJETO ATIVIDADE: 1.059 – Construção de Praças, Jardins e Parques Infantis
Elemento de despesa: 113- 4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000.0000
000- aplicações diretas R\$ 420.000,00

ÓRGÃO: 08- SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO

UNIDADE: 25- DEPARTAMENTO DE MANUTENÇÃO E APOIO OPERACIONAL

PROJETO ATIVIDADE: 2.037- Manutenção do Departamento de Estradas e Rodagem
Elemento de despesa: 118- 3.1.90.00.00.00.00.00.01.0000.0000
000- aplicações diretasR\$ 151.000,00

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Campos Novos, 22 de Outubro de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

REPUBLICA DECRETO 7371/2015 - ABRE CREDITO ESPECIAL NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO

REPUBLICADO EM 22/10/2015

DECRETO Nº 7.371/15 DE 20/10/2015

ABRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Lei nº 3.976/13 de 27/11/13 (Plano Plurianual), Lei nº 4.054 de 18/07/2014 (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e Lei nº 4.102 de 17/12/2014 (Lei Orçamentária Anual),

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Adicional Especial no orçamento Geral Do Município no valor de R\$ 53.792,64 (Cinquenta e três mil, setecentos e noventa e dois reais e sessenta e quatro centavos) no projeto/atividade abaixo discriminado:

ÓRGÃO: 08 – SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO

UNIDADE: 25 – Dpto de Manutenção e Apoio Operacional

PROJETO/ATIVIDADE: 2.009 – Manutenção da Segurança Pública e Trânsito

Elementos de despesa: 114 - 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0056.00019–Aplicações Diretas R\$53.792,64

Art. 2º. Para a cobertura do crédito previsto no Art. 1º, serão utilizados recursos subtraídos do excesso de arrecadação.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Campos Novos, em 20 de outubro de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

SAMAE - CAMPOS NOVOS**EXT PP192015**

SAMAE-SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
CAMPOS NOVOS – SANTA CATARINA 49 35410844

AVISO LICITAÇÃO

O SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE de Campos Novos -SC leva ao conhecimento dos interessados que em conformidade com o que preceitua a Lei 10.520/2002, Decreto 5.411/2005 e subsidiariamente com a Lei 8.666/1993, fará realizar o procedimento licitatório abaixo:

1-LICITAÇÃO Nº 24/2015 – PREGÃO PRESENCIAL Nº19/2015, tipo MENOR PREÇO POR ITEM.

2-OBJETO:CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A CALIBRAÇÃO E MANUTENÇÃO PREVENTIVA (IN LOCO - LABORATÓRIO DA ETA DO SAMAE) EM EQUIPAMENTOS DAS MARCAS HACH, HANNA, DIGIMED, E POLICONTROL, DO SAMAE DE CAMPOS NOVOS-SC.

3-DATA/HORÁRIO DE ABERTURA:As 09:00hs do dia 10/11/2015, para recebimento e abertura de invólucros. O Edital encontra-se a disposição dos interessados no Departamento de Material e Transporte do SAMAE, sito a rua: Caetano Carlos, 466 – Centro em Campos Novos –SC, nos seguintes horários das 09:00 às 11:00 e das 14:00 às 17:00 horas e nos sites www.samaecn.com.br e www.camposnovos.sc.gov.br

Campos Novos, - SC, 26 de Outubro de 2015
JOEL FRANCISCO FAGUNDES
DIRETOR DO SAMAE

EXT TP042015

SAMAE-SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
CAMPOS NOVOS – SANTA CATARINA 49 35410844

AVISO LICITAÇÃO

O SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE de Campos Novos -SC leva ao conhecimento dos interessados que em conformidade com o que preceitua a Lei 8.666/93 alterada pela Lei 8.883/94 e Lei 9.648/98, fará realizar o procedimento licitatório abaixo:

1-LICITAÇÃO Nº 23/2015 – TOMADA DE PREÇO Nº04/2015, tipo MENOR PREÇO GLOBAL.

2-OBJETO:CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA (EMPRESA DE ENGENHARIA) PARA A CONSTRUÇÃO DE TODOS OS ELEMENTOS PERTINENTES AO PLENO FUNCIONAMENTO DA ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ESGOTO CONFORME DISCRIMINADO NA PLANILHA DE QUANTITATIVOS E MEMORIAL DESCRITIVO, INCLUINDO TODA A PARTE CIVIL, HIDRÁULICA, ELÉTRICA E MECÂNICA.

3-DATA/HORÁRIO DE ABERTURA: Às 14:00hs do dia 10/11/2015, para recebimento e abertura de invólucros. O Edital encontra-se a disposição dos interessados no Departamento de Material e Transporte do SAMAE, sito a rua: Caetano Carlos, 466 – Centro em Campos Novos –SC, nos seguintes horários das 09:00 às 11:00 e das 14:00 às 17:00 horas e nos sites www.samaecn.com.br e www.camposnovos.sc.gov.br

Campos Novos - SC, 26 de outubro de 2015
JOEL FRANCISCO FAGUNDES
DIRETOR DO SAMAE

Canoinhas

PREFEITURA

PORTARIA Nº. 947/2015

PORTARIA Nº. 947/2015

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e art. 110 da Lei n.º 2.305 de 03/07/1990,

CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

Art. 1º - Fica concedida Licença para Tratamento de Saúde a REGIANE ARTNER GEVIESKI, efetiva no cargo de Professor 2, junto à Secretaria Municipal de Educação, a partir de 16/10/2015, conforme comunicação interna nº 377/DP/2015, sendo que a partir do 16º dia do afastamento de suas atribuições competirá ao Instituto Nacional de Seguro Social – INSS a concessão do benefício de auxílio doença ao servidor.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 20 de outubro de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

HAMILTON WENDT
Secretário Municipal de Educação

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 20/10/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº. 949/2015

PORTARIA Nº. 949/2015

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município:

REVOGAR PORTARIA

Art. 1º - Fica revogado o artigo 4º da Portaria nº 915/2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 20 de outubro de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 20/10/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº. 950/2015

PORTARIA Nº. 950/2015

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, RESOLVE:

EXONERAR

Art. 1º - Fica exonerado OLIVAR KWITSCHAL, efetivo no cargo de Motorista, junto a Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 16/10/2015 por motivo de falecimento, conforme comunicação interna nº 378/DP/2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 20 de outubro de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

ANGELA CRISTINA DAMASO DA SILVEIRA
Secretária Municipal de Saúde Interina

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 20/10/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº. 951/2015

PORTARIA Nº 951/2015

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e art. 106 da Lei nº. 2.305 de 03/07/1990, RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA

Art. 1º - Ficam concedidos 30 (trinta) dias de Licença por motivo de doença em pessoa da família à servidora VERA LUCIA GERALDO, efetiva no cargo de Servente Feminino, junto à Secretaria Municipal de Educação, no período de 19/10/2015 a 17/11/2015, conforme requerimento.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 21 de outubro de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

HAMILTON WENDT
Secretário Municipal de Educação

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 21/10/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº. 952/2015

PORTARIA Nº. 952/2015

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e artigo 92 da Lei 2.305 de 03/07/90 e Lei nº. 4.398 de 24/03/2009, RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA GESTAÇÃO

Art. 1º - Fica concedida Licença Gestação a MARCELA ZANIOLO VOIGT, efetiva no cargo de Médico Clínico Geral, junto à Secretaria Municipal de Saúde, cuja licença será gozada no período de 14/10/2015 a 10/02/2016, conforme Atestado Médico incluso no requerimento.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 21 de outubro de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

ANGELA CRISTINA DAMASO DA SILVEIRA

Secretária Municipal de Saúde Interina

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 21/10/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº. 953/2015

PORTARIA Nº. 953/2015

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e artigo 92 da Lei 2.305 de 03/07/90 e Lei nº. 4.398 de 24/03/2009, RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA GESTAÇÃO

Art. 1º - Fica concedida Licença Gestação a ROSANGELA DE CAMARGO FERNANDES, efetiva no cargo de Monitor de Educação Infantil, junto à Secretaria Municipal de Educação, cuja licença será gozada no período de 13/10/2015 a 09/02/2015, conforme Atestado Médico incluso no requerimento.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 21 de outubro de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

HAMILTON WENDT

Secretário Municipal de Educação

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 21/10/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº. 954/2015

PORTARIA Nº. 954/2015

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e de acordo com a Lei Municipal nº 2.830/1997; CONSIDERANDO; a necessidade das alterações; RESOLVE: ALTERAR

Art. 1º - Fica alterado o local de trabalho, a partir de 23/10/2015, da profissional TEREZINHA SOUZA DE PAULA, efetiva no cargo de Servente, para atuar na EBM Presidente Castelo Branco, junto a Secretaria Municipal de Educação, conforme comunicação interna nº 440/SME/RH/2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 21 de outubro de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

HAMILTON WENDT

Secretário Municipal de Educação

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 21/10/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº. 955/2015

PORTARIA Nº. 955/2015

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei Municipal nº 3.869 de 24/08/2009; RESOLVE: CONSIDERANDO, que a autoridade que tiver ciência de irregularidades no serviço público é obrigado a promover a sua imediata apuração, mediante a instauração de sindicância ou processo disciplinar, consoante disposição do artigo 163 Lei Municipal 2.305/90, RESOLVE:

PRORROGAR PRAZO

Art.1º - Fica prorrogado por igual período, o prazo fixado pela Portaria nº 768/2015, visando à conclusão dos trabalhos da Comissão Sindicante nomeada pela referida portaria para emissão do parecer conclusivo, conforme ofício em anexo.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 22 de outubro de outubro de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 22/10/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº. 956/2015

PORTARIA Nº. 956/2015

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, bem como, da Lei nº 2.305 de 03/07/1990, de acordo com a Lei Municipal nº 5.556/2015 e de acordo com a Lei Municipal nº 5.574/2015:

CONSIDERANDO, que a autoridade que tiver ciência de irregularidades no serviço público é obrigada a promover a sua imediata apuração, mediante a instauração de sindicância ou processo disciplinar, consoante disposição do artigo 163 da Lei Municipal 2.305/90, RESOLVE:

INSTAURAR COMISSÃO DE SINDICÂNCIA

Art. 1º - Nos termos dos artigos 163 e seguintes da lei 2.305 de 03/07/1990, fica instaurada COMISSÃO DE SINDICÂNCIA, composta pelos servidores públicos municipais designados pela Portaria nº 530/2015, de acordo com a Lei nº 5.556/2015 e 5.574/2015, sendo eles:

1. NELSON VARELLA DE OLIVEIRA
2. FRANCIELI JOANA BIALESKI
3. ROSELI DOBROSHINSKEI

Art. 2º - A referida comissão deverá apurar os fatos, conforme descrito na Comunicação Interna Nº 116/SMDEICT/2015.

Art. 3º - A Comissão nomeada pela presente Portaria, nos termos do art. 135, incisos I, II e III do supra mencionado dispositivo legal, deverá emitir parecer conclusivo no prazo de 60 (sessenta) dias, prorrogáveis por igual período se as circunstâncias o exigirem.

Art. 4º - Ficam revogas as disposições em contrário.

Art. 5º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Canoinhas/SC, 23 de outubro de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 23/10/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº. 957/2015

PORTARIA Nº. 957/2015

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e conforme Leis Municipais nº. 2.307/1990; nº. 4.250/2007; e, nº. 5.055/2013 RESOLVE:

NOMEIA APROVADO PELO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL

Art. 1º – Fica nomeado para exercer o cargo de Agente Administrativo, junto à Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, para atuar no Departamento de Licitações, o profissional ADILSON FERNANDO RIBEIRO, aprovado em hábil e competente concurso público previsto no edital 001/2012, inscrito sob nº. 919, e convocado conforme Edital nº 068 de 16 de setembro de 2015, iniciando as suas atividades a partir de 26/10/2015, conforme comunicação interna nº 380/SMAFO/2015.

Art. 2º - A efetiva posse do aprovado será contada nos termos da Lei nº. 2.305 de 03/07/90.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 23 de outubro de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 23/10/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PUBLICAÇÃO DO EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº FMAS 16/2015

FUNDO MUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º FMAS 17/2015
EDITAL DE PREGÃO N.º FMAS 16/2015 (ELETRÔNICO)

O Fundo Municipal de Assistência Social de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 11.455.005/0001-25, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 11/11/2015, às 11h00min, licitação para AQUISIÇÃO DE 01 VEICULO NOVO, 0 KM, FLEX, EQUIPADO COM NO MÍNIMO AR CONDICIONADO E DIREÇÃO HIDRÁULICA OU ELÉTRICA, DESTINADO AO CREAS. Recebimento de propostas até as 10h00min do dia 11/11/2015. Informações (47) 3621-7705. Cópia do edital (acesso livre) e pregão (acesso identificado): www.licitacoes-e.com.br.

Luiz Alberto Rincoski Faria
Prefeito/Presidente do Fundo

PUBLICAÇÃO DO EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº FUNR 11/2015

MUNICÍPIO DE CANOINHAS
FUNREBOMPM DE CANOINHAS
PROCESSO N.º FUNR. 11/2015
PREGÃO N.º FUNR. 07/2015 (ELETRÔNICO)

O FUNREBOMPM de Canoinhas-SC, CNPJ 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 17/11/2015, às 10h00min, licitação para AQUISIÇÃO DE 01 VEICULO NOVO, ZERO QUILOMETRO, COM POTENCIA MÁXIMA DE NO MÍNIMO 72 CV, DESTINADO AO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE CANOINHAS. Recebimento de propostas até as 09h00min do dia 17/11/2015. Informações (47) 3621-7705. Cópia do edital (acesso livre) e pregão (acesso identificado): www.licitacoes-e.com.br.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito/ Presidente do Fundo

PUBLICAÇÃO DO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº PMC 126/2015

MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. PMC 205/2015
EDITAL DE PREGÃO Nº. PMC 126/2015 (PRESENCIAL)

O Município de Canoinhas/SC, CNPJ nº. 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 16/11/2015, às 10h05min, licitação para REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE BATERIAS (ACUMULADORES DE ELETRICIDADE), DESTINADAS

A FROTA DE VEÍCULOS, VANS, ONIBUS, AMBULANCIAS, CAMINHÕES E MÁQUINAS DA PREFEITURA, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS, CORPO DE BOMBEIROS, POLICIA MILITAR E CIVIL, PELO PERÍODO DE 12 MESES. Recebimento de propostas até as 10h00mim do dia 16/11/2015. Informações (47) 3621-7705. Cópia do edital no site www.pmc.sc.gov.br no link licitações.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

REPUBLICAÇÃO DO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº PMC 105/2015

MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. PMC 177/2015
EDITAL DE PREGÃO Nº. PMC 105/2015 (PRESENCIAL)
REPUBLICAÇÃO

O Município de Canoinhas/SC, CNPJ nº. 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 13/11/2015, às 11h05min, licitação para REGISTRO DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO PARCELADA DE HORAS DE SERVIÇO DE ROLO COMPACTADOR, MOTONIVELADORA E ESCAVADEIRA HIDRAULICA. Recebimento de propostas até as 11h00mim do dia 13/11/2015. Informações (47) 3621-7705. Cópia do edital no site www.pmc.sc.gov.br no link licitações.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

REPUBLICAÇÃO DO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº PMC 106/2015

MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. PMC 179/2015
EDITAL DE PREGÃO Nº. PMC 106/2015 (PRESENCIAL)
REPUBLICAÇÃO

O Município de Canoinhas/SC, CNPJ nº. 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 13/11/2015, às 09h05min, licitação para REGISTRO DE PREÇOS DE QUILOMETROS RODADOS PARA VIAGENS RODOVIÁRIAS DE MICROÔNIBUS, VAN E AUTOMÓVEL, DESTINADOS ÀS SECRETARIAS MUNICIPAIS, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, FUNDO RURAL, FUNDAÇÃO CULTURAL E FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES. Recebimento de propostas até as 09h00mim do dia 13/11/2015. Informações (47) 3621-7705. Cópia do edital no site www.pmc.sc.gov.br no link licitações.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

REPUBLICAÇÃO DO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº PMC 108/2015

MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. PMC 181/2015
EDITAL DE PREGÃO Nº. PMC 108/2015 (PRESENCIAL)
REPUBLICAÇÃO

O Município de Canoinhas/SC, CNPJ nº. 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 12/11/2015, às 11h30min, licitação para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O FORNECIMENTO DE PEÇAS E SERVIÇOS PARA REPAROS MECÂNICOS, NO CAMINHÃO FORD CARGO 3133 Nº 131, ANO 2012, PLACA MKC-7574. Recebimento de propostas até as 11h25mim do dia 12/11/2015. Informações (47) 3621-7705. Cópia do edital no site www.pmc.sc.gov.br no link licitações.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

REPUBLICAÇÃO DO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº PMC 115/2015

MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. PMC 189/2015
EDITAL DE PREGÃO Nº. PMC 115/2015 (PRESENCIAL)
REPUBLICAÇÃO

O Município de Canoinhas/SC, CNPJ nº. 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 12/11/2015, às 09h05min, licitação para REGISTRO DE PREÇOS DE CONserto, TROCA, BALANCEAMENTO, ALINHAMENTO, CAMBAGEM E GEOMETRIA DE PNEUS, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS E MÃO DE OBRA, DESTINADOS AS MÁQUINAS, CAMINHÕES E VEÍCULOS DESTA PREFEITURA, SECRETARIAS, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS. Recebimento de propostas até as 09h00mim do dia 12/11/2015. Informações (47) 3621-7705. Cópia do edital no site www.pmc.sc.gov.br no link licitações.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

PUBLICAÇÃO DO RESULTADO FINAL DO PREGÃO PRESENCIAL Nº FMS 20/2015

Página: 1/2

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CANOINHAS
 Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Processo / Ano: 32/2015			Processo Administrativo: 1 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			Total dos Itens Vencedores: 2.181,20		
Licitação.....: 20/2015 - PR								
Modalidade....: PREGÃO PRESENCIAL								
Objeto.....: AQUISIÇÃO DE LENTES E ARMAÇÕES PARA USO DE PACIENTES RESIDENTES NO MUNICÍPIO DE CANOINHAS, CONFORME PRESCRIÇÃO MÉDICA PELO SUS E PARECER SOCIAL FAVORÁVEL DA ASSISTENTE SOCIAL.								
Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 1	- 311044343 - ARMAÇÃO PARA ÓCULOS DE METAL, COM LENTES MULTICOFAIS - Unidade: UN							
8748	PRODUTOS OPTICOS WUNDERLICH LTDA-ME.	MAREMOTTO	1,000	0,0000	400,0000	400,00	Desclassif.	0
Item.....: 2	- 311044343 - ARMAÇÃO PARA ÓCULOS DE METAL, COM LENTES MULTICOFAIS - Unidade: UN							
8748	PRODUTOS OPTICOS WUNDERLICH LTDA-ME.	MAREMOTTO	1,000	0,0000	400,0000	400,00	Desclassif.	0
Item.....: 3	- 311044343 - ARMAÇÃO PARA ÓCULOS DE METAL, COM LENTES MULTICOFAIS - Unidade: UN							
8748	PRODUTOS OPTICOS WUNDERLICH LTDA-ME.	MAREMOTTO	1,000	0,0000	333,0000	333,00	Venceu	1 *****
Item.....: 4	- 311044345 - ARMAÇÃO PARA ÓCULOS DE METAL, COM LENTES BIFOCAIS - Unidade: UN							
8748	PRODUTOS OPTICOS WUNDERLICH LTDA-ME.	MAREMOTTO	1,000	0,0000	350,0000	350,00	Venceu	1 *****
Item.....: 5	- 311044345 - ARMAÇÃO PARA ÓCULOS DE METAL, COM LENTES BIFOCAIS - Unidade: UN							
8748	PRODUTOS OPTICOS WUNDERLICH LTDA-ME.	MAREMOTTO	1,000	0,0000	400,0000	400,00	Venceu	1 *****
Item.....: 6	- 311044343 - ARMAÇÃO PARA ÓCULOS DE METAL, COM LENTES MULTICOFAIS - Unidade: UN							
8748	PRODUTOS OPTICOS WUNDERLICH LTDA-ME.	MAREMOTTO	1,000	0,0000	400,0000	400,00	Venceu	1 *****
Item.....: 7	- 311044343 - ARMAÇÃO PARA ÓCULOS DE METAL, COM LENTES MULTICOFAIS - Unidade: UN							
8748	PRODUTOS OPTICOS WUNDERLICH LTDA-ME.	MAREMOTTO	1,000	0,0000	400,0000	400,00	Venceu	1 *****

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Processo / Ano:	32/2015	Processo Administrativo:	2.181,20
Licitação.....:	20/2015 - PR	1 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
Modalidade.....:	PREGÃO PRESENCIAL		
Objeto.....:	AQUISIÇÃO DE LENTES E ARMAÇÕES PARA USO DE PACIENTES RESIDENTES NO MUNICÍPIO DE CANOINHAS, CONFORME PRESCRIÇÃO MÉDICA PELO SUS E PARECER SOCIAL FAVORÁVEL DA ASSISTENTE SOCIAL.		

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
------------	--------------------	-------	------------	----------	----------------	-------------	----------	---------------

Item.....: 8	- 311044343	- ARMAÇÃO PARA ÓCULOS DE METAL, COM LENTES MULTICOFAIS	- Unidade: UN					
8748	PRODUTOS OPTICOS WUNDERLICH LTDA-ME.	MAREWOTTO	1,000	0,0000	298,2000	298,20	Venceu	1 *****

	Canoinhas, Em/...../.....
	PAULO CESAR SAFANELLI -	Pregoeiro(a)
	ROBERTA JOSIANE SCHAFSCHECK -	SUPLENTE
	MARCIANO FERNANDES CORREA -	EQUIPE DE APOIO
	CLAUDIO HENRIQUE MATHIAS -	EQUIPE DE APOIO - SUPLENTE
	DOUGLAS ANTONIO CONCEIÇÃO -	28.754/SC
	JOSE CARLOS HERBST -	CRC/SC 031639/O-0

Capinzal

PREFEITURA

ADITIVO 01 AO EDITAL 034/2015

ADITIVO I AO EDITAL Nº 034/ 2015

Dispõe sobre a alteração do quadro de vagas do processo de aumento de carga horária e remoção para servidores efetivos do quadro do Magistério público Municipal

0.1. O quadro de vagas constante do anexo I do Edital nº 034/2015, passa a vigorar com a seguinte redação:

ANEXO I

QUADRO DE VAGAS

ESCOLA MUNICIPAL BERNARDO MORO SOBRINHO	
CH	DISCIPLINA/ÁREA DE ATUAÇÃO
20h	Séries Iniciais
20h	Educação Infantil
20h	Língua Inglesa
40h	Informática

ESCOLA MUNICIPAL VIVER E CONHECER	
CH	DISCIPLINA/ÁREA DE ATUAÇÃO
10h	Física
30h	Língua Inglesa
40h	Informática
40h	Educação Física
30h	Educação Física

ESCOLA MUNICIPAL BELISÁRIO PENA	
CH	DISCIPLINA/ÁREA DE ATUAÇÃO
20h	Língua Inglesa
40h	Informática
40h	Educação Física

ESCOLA MUNICIPAL IVO SILVEIRA	
CH	DISCIPLINA/ÁREA DE ATUAÇÃO
20h	Ciências

CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL PINGUINHO DE GENTE	
CH	DISCIPLINA/ÁREA DE ATUAÇÃO
10h	Educação Física
30h	Artes

ESCOLA MUNICIPAL DR. VILSON PEDRO KLEINUBING	
CH	DISCIPLINA/ÁREA DE ATUAÇÃO
10h	Língua Portuguesa
30h	Geografia
30h	Ciências
40h	Educação Física

ESCOLA MUNICIPAL ERNESTO HACHMANN	
CH	DISCIPLINA/ÁREA DE ATUAÇÃO
20h	Séries Iniciais
20h	Séries Iniciais
20h	Língua Portuguesa
30h	Artes

CRECHE MUNICIPAL PRIMEIROS PASSOS	
CH	DISCIPLINA/ÁREA DE ATUAÇÃO
20h	Educação Infantil

CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL FADA MADRINHA	
---	--

CH	DISCIPLINA/ÁREA DE ATUAÇÃO
20h	Educação Infantil
20h	Educação Infantil

ESCOLA MUNICIPAL CARLOS JAIME DA ROCHA	
CH	DISCIPLINA/ÁREA DE ATUAÇÃO
20h	Séries Iniciais

Capinzal – SC, em 26 de outubro de 2015

ANDEVIR ISGANZELA

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado.

Decreto 139/2015

DECRETO Nº 139, DE 26 DE OUTUBRO DE 2015.

Estabelece horário especial de funcionamento nas Repartições Públicas Municipais, na forma que especifica.

Prefeito Municipal de Capinzal, SC, no uso de suas atribuições legais, usando da atribuição privativa que lhe confere o art. 58, V, da Lei Orgânica Municipal;

CONSIDERANDO que todos os municípios da Associação dos Municípios do Meio Oeste Catarinense – AMMOC e o Estado de Santa Catarina estabeleceram Ponto Facultativo nas Repartições Públicas no dia 30 de outubro de 2015 (sexta-feira), em comemoração alusiva ao dia do Servidor Público;

DECRETA:

Art. 1º Fica estabelecido Ponto Facultativo nas Repartições Públicas Municipais no dia 30 de outubro de 2015, em comemoração alusiva ao dia do Servidor Público.

Art. 2º Os serviços considerados essenciais, como Coleta de Lixo, Transporte Coletivo de Passageiros e outros serviços que vierem a se fazer necessários para suprir as necessidades de excepcional interesse público, permanecerão sendo praticados normalmente. Parágrafo único. O atendimento à saúde será prestado através do Sistema de Plantão 24 horas no Hospital Nossa Senhora das Dores durante todo o período do ponto facultativo.

Art. 3º Além dos serviços previstos no artigo 2º, não haverá ponto facultativo nas atividades relacionadas à Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, havendo aulas normais em todos os estabelecimentos de ensino municipal, tendo em vista a obediência ao calendário previamente estipulado.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revoga-se o Decreto nº 132, de 8 de outubro de 2015.

Capinzal, SC, em 26 de outubro de 2015.

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto na data supra.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAÚJO

Secretário Interino da Administração e Finanças

DECRETO Nº 136/2015

DECRETO Nº 136, DE 16 DE OUTUBRO DE 2015.

Autoriza a quebra da ordem cronológica de vencimento de faturas para priorizar o pagamento de diversos fornecedores na forma que especifica.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58, V, da Lei Orgânica Municipal, e;

CONSIDERANDO, que nos termos do artigo 5º, da Lei (federal) nº 8.666/93, cada Unidade da Administração nos pagamentos de suas obrigações, deve obediência à ordem cronológica das datas de suas exigibilidades;

CONSIDERANDO, que essa ordem só pode ser alterada quando presentes relevantes razões de interesse público e mediante prévia justificativa da autoridade competente, devidamente publicada;

CONSIDERANDO, a momentânea dificuldade de caixa, decorrente da queda da arrecadação nos últimos meses e a crescente demanda de obrigações assumidas;

CONSIDERANDO, que a redução do fluxo de caixa levou a um atraso superior a 30 dias no pagamento das obrigações assumidas;

CONSIDERANDO, que a Prefeitura já iniciou o processo de corte de despesas para restabelecer a normalidade nos pagamentos, nos termos do Decreto nº 109, de 26 de agosto de 2015;

CONSIDERANDO, que em virtude do não pagamento dos valores aos fornecedores e serviços essenciais tais como: serviços hospitalares, médicos, combustíveis, publicações, coleta do lixo, serviços da informática, convênios celebrados com a esfera Estadual e Federal (contrapartidas), convênios de repasses (APAE, ACAP), serviços emergenciais de manutenção da pavimentação asfáltica das vias públicas municipais (operação tapa buraco), despesas com passagens áreas de viagens emergenciais, e outros serviços imprescindíveis para a perfeita administração do Município, sendo necessária a imediata quitação para a continuidade dos serviços;

CONSIDERANDO a Lei nº 3.186, de 19 de agosto de 2015, que autoriza o Poder Executivo Municipal a efetuar o pagamento de despesas relativas ao exercício de 2014;

DECRETA:

Art. 1º Fica o Secretário Interino da Administração e Finanças, através do serviço de tesouraria, autorizado a quebrar a ordem cronológica de vencimentos das faturas já empenhadas para priorizar o pagamento, relativo ao fornecimento dos serviços essenciais e imprescindíveis para a continuidade dos serviços da Administração Pública Municipal e efetuar o pagamento de despesas relativas ao exercício de 2014.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal, SC, 16 de outubro de 2015.

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto na data supra.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAÚJO

Secretário Interino da Administração e Finanças

Decreto nº 138/2015

DECRETO Nº 138, DE 16 DE OUTUBRO DE 2015.

Abre crédito adicional suplementar no valor de R\$ 221.588,79 (duzentos e vinte e um mil, quinhentos e oitenta e oito reais e setenta e nove centavos).

PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, SC, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58, inciso V, da Lei Orgânica do Município e pelo art. 15 da Lei Municipal nº 3.157, de 15 de dezembro de 2014,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no orçamento da Prefeitura Municipal de Capinzal, um crédito adicional suplementar, no valor de R\$ 221.588,79 (duzentos e vinte e um mil, quinhentos e oitenta e oito reais e setenta e nove centavos), para reforço da dotação orçamentária, a seguir especificada:

0501.12.361.0065.2032	MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL	FTE	DR	R\$	0,00
31900000-244	Aplicações Diretas	3001	00	R\$	221.588,79
	Total	3001	00	R\$	221.588,79

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito aberto no art. 1º deste Decreto é indicada como fonte de recursos, na forma do disposto no inciso I, do § 1º, do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, o Superávit Financeiro apurado no Balanço Patrimonial do Exercício de 2014, da Prefeitura Municipal de Capinzal, na fonte 3001 "Receitas de Impostos e de Transferências de Impostos - Educação", o valor de R\$ 221.588,79 (duzentos e vinte e um mil, quinhentos e oitenta e oito reais e setenta e nove centavos), conforme quadro a seguir e demonstrativo em anexo.

Superávit Financeiro

IDENTIFICAÇÃO DAS FONTES	FTE	DR	R\$	0,00
Superávit Financeiro – “Rec de Impostos e de Transf de Impostos - Educação”	3001	00	R\$	221.588,79
Total	3001	00	R\$	221.588,79

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal, SC, 16 de outubro de 2015

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto na data supra.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAUJO

Secretário da Administração e Finanças – Interino

Decreto nº 140/2015

DECRETO Nº 140 DE 26 DE OUTUBRO DE 2015.

Abre crédito adicional suplementar no valor de R\$ 217.000,00 (duzentos e dezessete mil reais).

PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, SC, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58, inciso V, da Lei Orgânica do Município e pelo art. 15 da Lei Municipal nº 3.157, de 15 de dezembro de 2014,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no orçamento do SIMAE - Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Capinzal e Ouro, um crédito adicional suplementar, no valor de R\$ 217.000,00 (duzentos e dezessete mil reais), para reforço da dotação orçamentária, a seguir especificadas:

1301.17.512.0165.2092	MANUTENÇÃO E OPERAÇÃO TÉCNICA DO SISTEMA DE ÁGUA	FTE	DR		0,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações diretas	003			175.000,00
1301.17.512.0165.1086	CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE BENS DE NATUREZA INDUSTRIAL				
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	003			42.000,00
	Total				217.000,00

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito aberto no art. 1º deste Decreto é indicada como fonte de recursos, na forma do disposto no inciso I, do § 1º, do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, o Superávit Financeiro apurado no Balanço Patrimonial do Exercício de 2014, do Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto, no valor de R\$ 217.000,00 (duzentos e dezessete mil reais), conforme demonstrativo anexo e quadro a seguir.

Demonstrativo do Superavit Financeiro

IDENTIFICAÇÃO DAS FONTES	FTE	DR	R\$	0,00
Superavit Financeiro	0300	00	R\$	217.000,00
Total	0300	00	R\$	217.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal, SC, 26 de outubro de 2015.

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto na data supra.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAÚJO

Secretário Interino de Administração e Finanças

ANEXO 1 CONSOLIDADO ORÇAMENTO DE 2015

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE CAPINZAL
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2015

Página: 1/1
 Data: 26/10/2015

Demonstrativo da Receita e Despesa segundo as Categorias Econômicas (Anexo 1 da Lei nº 4.320/64) (Consolidado)

Receitas		Valor	Despesas	Valor	
RECEITAS CORRENTES		86.987.626,33	DESPESAS CORRENTES	61.619.362,17	
RECEITA TRIBUTÁRIA		7.214.610,14	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	33.263.364,73	
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES		991.920,00	JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA	310.000,00	
RECEITA PATRIMONIAL		742.789,11	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	28.045.997,44	
RECEITA AGROPECUÁRIA		191.077,43			
RECEITA INDUSTRIAL		682,82			
RECEITA DE SERVIÇOS		5.600.169,76			
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		68.389.360,62			
OUTRAS RECEITAS CORRENTES		3.857.016,45			
DEDUÇÕES DA RECEITA		-9.704.261,33			
DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE		-9.704.261,33			
Total		77.283.365,00	Superavit	15.664.002,83	
Superavit do orçamento corrente		15.664.002,83	Total	77.283.365,00	
RECEITAS DE CAPITAL		2.696.635,00	DESPESAS DE CAPITAL	18.335.637,83	
OPERAÇÕES DE CRÉDITO		1.500.000,00	INVESTIMENTOS	17.025.637,83	
ALIENAÇÃO DE BENS		134.235,00	AMORTIZACAO DA DIVIDA	1.310.000,00	
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL		1.062.400,00			
Deficit		15.639.002,83			
Total		18.335.637,83	Total	18.335.637,83	
Resumo					
RECEITAS CORRENTES	86.987.626,33	108,76 %	DESPESAS CORRENTES	61.619.362,17	77,04 %
RECEITAS DE CAPITAL	2.696.635,00	3,37 %	DESPESAS DE CAPITAL	18.335.637,83	22,93 %
DEDUÇÕES DA RECEITA	-9.704.261,33	-12,13 %	RESERVA DE CONTINGENCIA	25.000,00	0,03 %
Total	79.980.000,00	100,00 %	Total	79.980.000,00	100,00 %

ANDEVIR ISGANZELLA
 PREFEITO MUNICIPAL



Catanduvas

PREFEITURA

CONTRATO FESTA 21

TERMO DE CONTRATO FESTA DO CHIMARRÃO Nº 021
CONTRATANTE: 8ª FESTA DO CHIMARRÃO - MUNICÍPIO DE CATANDUVAS

CONTRATADO: TOPOMED ASSESSORIA AMBIENTAL

OBJETO: LOCAÇÃO de um estande interno, com área de 29,5 m (vinte e nove vírgula cinco metros quadrados) identificados como estande interno nº "06", parte integrante das edificações do Centro de Eventos Prefeito Sestílio Bortolon, local onde será realizada a 8ª Festa do Chimarrão.

VALOR: R\$2.000,00 (dois mil reais).

VIGÊNCIA: até 08 de novembro de 2015.

DATA DE ASSINATURA: 28 de junho de 2015.

MUNICÍPIO DE CATANDUVAS – SC

Aramis Heberle Junior - Presidente CCO 8ª Festa do Chimarrão

Gisa Aparecida Giacomini – Prefeita Municipal

CONTRATO FESTA 31

TERMO DE CONTRATO FESTA DO CHIMARRÃO Nº 031

CONTRATANTE: 8ª FESTA DO CHIMARRÃO - MUNICÍPIO DE CATANDUVAS

CONTRATADO: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA

OBJETO: LOCAÇÃO de um estande interno, com área de 29,5m²(-vinte e nove vírgula cinco metros quadrados) identificado como estande interno nº "16", parte integrante das edificações do Centro de Eventos Prefeito Sestílio Bortolon, local onde será realizada a 8ª Festa do Chimarrão.

VALOR: R\$2.500,00 (dois mil e quinhentos reais).

VIGÊNCIA: até 08 de novembro de 2015.

DATA DE ASSINATURA: 14 de agosto de 2015.

MUNICÍPIO DE CATANDUVAS – SC

Aramis Heberle Junior - Presidente CCO 8ª Festa do Chimarrão

Gisa Aparecida Giacomini – Prefeita Municipal

CONTRATO FESTA 41

TERMO DE CONTRATO FESTA DO CHIMARRÃO Nº 041

CONTRATANTE: 8ª FESTA DO CHIMARRÃO - MUNICÍPIO DE CATANDUVAS

CONTRATADO: BANCO DO EMPREENDEDOR

OBJETO: LOCAÇÃO de um estande interno, com área de 13,27m²(-treze vírgula vinte e sete metros quadrados) identificada como estande interno nº "29", parte integrante das edificações do Centro de Eventos Prefeito Sestílio Bortolon, local onde será realizada a 8ª Festa do Chimarrão.

VALOR: R\$2.000,00 (dois mil reais).

VIGÊNCIA: até 08 de novembro de 2015.

DATA DE ASSINATURA: 01 de setembro de 2015.

MUNICÍPIO DE CATANDUVAS – SC

Aramis Heberle Junior - Presidente CCO 8ª Festa do Chimarrão

Gisa Aparecida Giacomini – Prefeita Municipal

CONTRATO FESTA 42

TERMO DE CONTRATO FESTA DO CHIMARRÃO Nº 042

CONTRATANTE: 8ª FESTA DO CHIMARRÃO - MUNICÍPIO DE CATANDUVAS

CONTRATADO: ERVATEIRA REGINA LTDA EPP

OBJETO: LOCAÇÃO de um estande externo, denominado "BOX49" com 100m² (cem metros quadrados), parte externa das edificações do Centro de Eventos Prefeito Sestílio Bortolon, local onde será realizada a 8ª Festa do Chimarrão.

VALOR: O valor será de R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais), VIGÊNCIA: até 08 de novembro de 2015.

DATA DE ASSINATURA: 01 de setembro de 2015.

MUNICÍPIO DE CATANDUVAS – SC

Aramis Heberle Junior - Presidente CCO 8ª Festa do Chimarrão

Gisa Aparecida Giacomini – Prefeita Municipal

CONTRATO FESTA 43

TERMO DE CONTRATO FESTA DO CHIMARRÃO Nº 043

CONTRATANTE: 8ª FESTA DO CHIMARRÃO - MUNICÍPIO DE CATANDUVAS

CONTRATADO: ERVATEIRA CATANDUVAS LTDA EPP

OBJETO: LOCAÇÃO de um estande externo, denominado "BOX49" com 100m² (cem metros quadrados), parte externa das edificações do Centro de Eventos Prefeito Sestílio Bortolon, local onde será realizada a 8ª Festa do Chimarrão.

VALOR: O valor será de R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais), VIGÊNCIA: até 08 de novembro de 2015.

DATA DE ASSINATURA: 01 de setembro de 2015.

MUNICÍPIO DE CATANDUVAS – SC

Aramis Heberle Junior - Presidente CCO 8ª Festa do Chimarrão

Gisa Aparecida Giacomini – Prefeita Municipal

CONTRATO FESTA 44

TERMO DE CONTRATO FESTA DO CHIMARRÃO Nº 044

CONTRATANTE: 8ª FESTA DO CHIMARRÃO - MUNICÍPIO DE CATANDUVAS

CONTRATADO: VERA CRUZ AGROMATE LTDA

OBJETO: LOCAÇÃO de um estande externo, denominado "BOX49" com 100m² (cem metros quadrados), parte externa das edificações do Centro de Eventos Prefeito Sestílio Bortolon, local onde será realizada a 8ª Festa do Chimarrão.

VALOR: O valor será de R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais), VIGÊNCIA: até 08 de novembro de 2015.

DATA DE ASSINATURA: 01 de setembro de 2015.

MUNICÍPIO DE CATANDUVAS – SC

Aramis Heberle Junior - Presidente CCO 8ª Festa do Chimarrão

Gisa Aparecida Giacomini – Prefeita Municipal

CONTRATO FESTA 45

TERMO DE CONTRATO FESTA DO CHIMARRÃO Nº 045

CONTRATANTE: 8ª FESTA DO CHIMARRÃO - MUNICÍPIO DE CATANDUVAS

CONTRATADO: INDUSTRIAS JACUTINGA LTDA

OBJETO: LOCAÇÃO de um estande externo, denominado "BOX49" com 100m² (cem metros quadrados), parte externa das edificações do Centro de Eventos Prefeito Sestílio Bortolon, local onde será realizada a 8ª Festa do Chimarrão.

VALOR: O valor será de R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais),
VIGÊNCIA: até 08 de novembro de 2015.
DATA DE ASSINATURA: 01 de setembro de 2015.
MUNICÍPIO DE CATANDUVAS – SC
Aramis Heberle Junior - Presidente CCO 8ª Festa do Chimarrão
Gisa Aparecida Giacomini – Prefeita Municipal

CONTRATO FESTA 46

TERMO DE CONTRATO FESTA DO CHIMARRÃO Nº 046
CONTRATANTE: 8ª FESTA DO CHIMARRÃO - MUNICÍPIO DE CATANDUVAS
CONTRATADO: MATEVEL ERVA MATE VERDINHA LTDA
OBJETO: LOCAÇÃO de um estande externo, denominado "BOX49" com 100m² (cem metros quadrados), parte externa das edificações do Centro de Eventos Prefeito Sestílio Bortolon, local onde será realizada a 8ª Festa do Chimarrão.
VALOR: O valor será de R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais),
VIGÊNCIA: até 08 de novembro de 2015.
DATA DE ASSINATURA: 01 de setembro de 2015.
MUNICÍPIO DE CATANDUVAS – SC
Aramis Heberle Junior - Presidente CCO 8ª Festa do Chimarrão
Gisa Aparecida Giacomini – Prefeita Municipal

CONTRATO FESTA 48

TERMO DE CONTRATO FESTA DO CHIMARRÃO Nº 048
CONTRATANTE: 8ª FESTA DO CHIMARRÃO - MUNICÍPIO DE CATANDUVAS
CONTRATADO: SPERANDIO MOTORS COMERCIO DE VEÍCULOS LTDA
OBJETO: LOCAÇÃO de dois (02) estandes externos, denominados "BOX34 e BOX40" com 100m² (cem metros quadrados) cada, parte externa das edificações do Centro de Eventos Prefeito Sestílio Bortolon, local onde será realizada a 8ª Festa do Chimarrão.
VALOR: O valor será de R\$ 8.000,00 (oito mil reais),
VIGÊNCIA: até 08 de novembro de 2015.
DATA DE ASSINATURA: 10 de setembro de 2015.
MUNICÍPIO DE CATANDUVAS – SC
Aramis Heberle Junior - Presidente CCO 8ª Festa do Chimarrão
Gisa Aparecida Giacomini – Prefeita Municipal

CONTRATO FESTA 51

TERMO DE CONTRATO FESTA DO CHIMARRÃO Nº 051
CONTRATANTE: 8ª FESTA DO CHIMARRÃO - MUNICÍPIO DE CATANDUVAS
CONTRATADO: FABRICA DE CORTINAS JABORA LTDA ME
OBJETO: LOCAÇÃO de um (01) estande externo, denominado "BOX17" com 64m² (sessenta e quatro metros quadrados), parte externa das edificações do Centro de Eventos Prefeito Sestílio Bortolon, local onde será realizada a 8ª Festa do Chimarrão.
VALOR: O valor será de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais),
VIGÊNCIA: até 08 de novembro de 2015.
DATA DE ASSINATURA: 11 de setembro de 2015.
MUNICÍPIO DE CATANDUVAS – SC
Aramis Heberle Junior - Presidente CCO 8ª Festa do Chimarrão
Gisa Aparecida Giacomini – Prefeita Municipal

CONTRATO FESTA 53

TERMO DE CONTRATO FESTA DO CHIMARRÃO Nº 053
CONTRATANTE: 8ª FESTA DO CHIMARRÃO - MUNICÍPIO DE CATANDUVAS
CONTRATADO: VIDEAR CAMINHÕES LTDA
OBJETO: LOCAÇÃO de um (01) estande externo, denominado "BOX30" com 300m² (trezentos metros quadrados), parte externa das edificações do Centro de Eventos Prefeito Sestílio Bortolon,

local onde será realizada a 8ª Festa do Chimarrão.
VALOR: O valor será de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais),
VIGÊNCIA: até 08 de novembro de 2015.
DATA DE ASSINATURA: 15 de setembro de 2015.
MUNICÍPIO DE CATANDUVAS – SC
Aramis Heberle Junior - Presidente CCO 8ª Festa do Chimarrão
Gisa Aparecida Giacomini – Prefeita Municipal

CONTRATO FESTA 54

TERMO DE CONTRATO FESTA DO CHIMARRÃO Nº 054
CONTRATANTE: 8ª FESTA DO CHIMARRÃO - MUNICÍPIO DE CATANDUVAS
CONTRATADO: A. R. PNEUS LTDA EPP - DREBOR
OBJETO: LOCAÇÃO de um (01) estande externo, denominado "BOX30" com 300m² (trezentos metros quadrados), parte externa das edificações do Centro de Eventos Prefeito Sestílio Bortolon, local onde será realizada a 8ª Festa do Chimarrão.
VALOR: O valor será de R\$ 4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais),
VIGÊNCIA: até 08 de novembro de 2015.
DATA DE ASSINATURA: 15 de setembro de 2015.
MUNICÍPIO DE CATANDUVAS – SC
Aramis Heberle Junior - Presidente CCO 8ª Festa do Chimarrão
Gisa Aparecida Giacomini – Prefeita Municipal

CONTRATO FESTA 55

TERMO DE CONTRATO FESTA DO CHIMARRÃO Nº 055
CONTRATANTE: 8ª FESTA DO CHIMARRÃO - MUNICÍPIO DE CATANDUVAS
CONTRATADO: BIGGER CAMINHOS LTDA
OBJETO: LOCAÇÃO de um (01) estande externo, denominado "BOX33" com 300m² (trezentos metros quadrados), parte externa das edificações do Centro de Eventos Prefeito Sestílio Bortolon, local onde será realizada a 8ª Festa do Chimarrão.
VALOR: O valor será de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais),
VIGÊNCIA: até 08 de novembro de 2015.
DATA DE ASSINATURA: 16 de setembro de 2015.
MUNICÍPIO DE CATANDUVAS – SC
Aramis Heberle Junior - Presidente CCO 8ª Festa do Chimarrão
Gisa Aparecida Giacomini – Prefeita Municipal

CONTRATO FESTA 56

TERMO DE CONTRATO FESTA DO CHIMARRÃO Nº 056
CONTRATANTE: 8ª FESTA DO CHIMARRÃO - MUNICÍPIO DE CATANDUVAS
CONTRATADO: SECCHI SERVIÇOS DE TERRAPLANAGEM LTDA EPP
OBJETO: LOCAÇÃO de um (01) estande externo, denominado "BOX50" com 100m² (cem metros quadrados), parte externa das edificações do Centro de Eventos Prefeito Sestílio Bortolon, local onde será realizada a 8ª Festa do Chimarrão.
VALOR: O valor será de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais),
VIGÊNCIA: até 08 de novembro de 2015.
DATA DE ASSINATURA: 21 de setembro de 2015.
MUNICÍPIO DE CATANDUVAS – SC
Aramis Heberle Junior - Presidente CCO 8ª Festa do Chimarrão
Gisa Aparecida Giacomini – Prefeita Municipal

CONTRATO FESTA 57

TERMO DE CONTRATO FESTA DO CHIMARRÃO Nº 057
CONTRATANTE: 8ª FESTA DO CHIMARRÃO - MUNICÍPIO DE CATANDUVAS
CONTRATADO: DIVESUL – CONCESSIONÁRIO MERCEDES-BENZ / CONCÓRDIA LOGÍSTICA S.A
OBJETO: LOCAÇÃO de um (01) estande externo, denominado

"BOX28" com 300m² (trezentos metros quadrados), parte externa das edificações do Centro de Eventos Prefeito Sestílio Bortolon, local onde será realizada a 8ª Festa do Chimarrão.

VALOR: O valor será de R\$ 6.000,00 (seis mil reais),

VIGÊNCIA: até 08 de novembro de 2015.

DATA DE ASSINATURA: 21 de setembro de 2015.

MUNICÍPIO DE CATANDUVAS – SC

Aramis Heberle Junior - Presidente CCO 8ª Festa do Chimarrão

Gisa Aparecida Giacomini – Prefeita Municipal

CONTRATO FESTA 58

TERMO DE CONTRATO FESTA DO CHIMARRÃO Nº 058

CONTRATANTE: 8ª FESTA DO CHIMARRÃO - MUNICÍPIO DE CATANDUVAS

CONTRATADO: DICAVE GARTNER DIST CAT VEÍCULOS LTDA / VOLVO

OBJETO: LOCAÇÃO de um (1) estande externo, denominado "BOX09" com 160m² (cento e sessenta metros quadrados), parte externa das edificações do Centro de Eventos Prefeito Sestílio Bortolon, local onde será realizada a 8ª Festa do Chimarrão.

VALOR: O valor será de R\$6.000,00 (seis mil reais).

VIGÊNCIA: até 08 de novembro de 2015

DATA DE ASSINATURA: 25 de setembro de 2015.

MUNICÍPIO DE CATANDUVAS – SC

Aramis Heberle Junior - Presidente CCO 8ª Festa do Chimarrão

Gisa Aparecida Giacomini – Prefeita Municipal

CONTRATO FESTA 59

TERMO DE CONTRATO FESTA DO CHIMARRÃO Nº 059

CONTRATANTE: 8ª FESTA DO CHIMARRÃO - MUNICÍPIO DE CATANDUVAS

CONTRATADO: JOAÇABA AUTO LTDA

OBJETO: LOCAÇÃO de um (01) estande externo, denominado "BOX18" com 64m² (sessenta e quatro metros quadrados), parte externa das edificações do Centro de Eventos Prefeito Sestílio Bortolon, local onde será realizada a 8ª Festa do Chimarrão.

VALOR: O valor será de R\$ 2.000,00 (dois mil reais).

VIGÊNCIA: até 08 de novembro de 2015

DATA DE ASSINATURA: 29 de setembro de 2015.

MUNICÍPIO DE CATANDUVAS – SC

Aramis Heberle Junior - Presidente CCO 8ª Festa do Chimarrão

Gisa Aparecida Giacomini – Prefeita Municipal

CONTRATO FESTA 60

TERMO DE CONTRATO FESTA DO CHIMARRÃO Nº 060

CONTRATANTE: 8ª FESTA DO CHIMARRÃO - MUNICÍPIO DE CATANDUVAS

CONTRATADO: AUTOMATIC IND. E COM. DE EQUIPAMENTOS ELÉTRICOS LTDA

OBJETO: A autorização de uso precário e remunerado do espaço público destinado à publicidade privada da moldura "nº06" com 175cm x 111cm, totalizando 1,94m² (um vírgula noventa e quatro metros quadrados), destinado à colocação de BANNER, o qual deverá ser fornecido pela Outorgada Utente e às expensas desta confecção.

VALOR: O valor será de R\$ 700,00 (setecentos reais).

VIGÊNCIA: até 17 de julho de 2017.

DATA DE ASSINATURA: 29 de setembro de 2015.

MUNICÍPIO DE CATANDUVAS – SC

Aramis Heberle Junior - Presidente CCO 8ª Festa do Chimarrão

Gisa Aparecida Giacomini – Prefeita Municipal

DECRETO Nº 2.107 DE 22 DE OUTUBRO DE 2015

DECRETO Nº 2.107/15 DE 22 DE OUTUBRO DE 2015.

"AUTORIZA A SUPLEMENTAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS POR CONTA DO SUPERÁVIT FINANCEIRO APURADO NO EXERCÍCIO DE 2014 DE RECURSOS DE CONVÊNIO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, NO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL".

GISA APARECIDA GIACOMINI, Prefeita Municipal de Catanduvas -SC, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 103, VIII, da Lei Orgânica do Município, Lei Municipal nº 2.478/14 de 16 de Dezembro de 2014, em seu Artigo 4º Inciso II e Lei Federal nº 4.320/64, (Art. 7º, I e 43, § 1º, II e § 3º).

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Setor Contábil autorizado a proceder a SUPLEMENTAÇÃO, na importância de R\$ 54.964,80 (Cinquenta e quatro mil, novecentos e sessenta e quatro reais e oitenta centavos), nas seguintes Dotações Orçamentárias.

ÓRGÃO	30	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
UNID. ORÇ.	3001	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
	244	ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA
		Aquisição de Bens Móveis e Imóveis
	152	DESPESAS DE CAPITAL (4490) Rec. Conv. Assistência Social
		R\$ 49.964,80

Manutenção das Atividades do Fundo Municipal de Assistência Social			
152	OUT. DESPESAS CORRENTES(3390)Rec. Conv. Assistência Social	R\$	5.000,00

§ 1º - Os recursos mencionados no Artigo Primeiro, são oriundos de Arrecadação através de Recursos de Convênio do Acesso Suas e IGD/PBF, no exercício de 2014.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Catanduvas SC, 22 de outubro de 2015.

GISA APARECIDA GIACOMINI

Prefeita Municipal

Registrado e Publicado por esta Secretaria em 22/10/2015.

Município de Catanduvas - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVOS DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DE RECURSOS

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A AGOSTO 2015/MÊS AGOSTO

PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Mês (b)	SALDO A REALIZAR (c) = (a-b)	R\$ 1,00
RECEITAS			
RECITA DE CAPITAL			
ALIEAÇÃO DE ATIVOS			
ALIEAÇÃO DE BENS IMÓVEIS			
ALIEAÇÃO DE BENS MÓVEIS			
TOTAL			
58.575,00	97.922,94	-39.347,94	
1.065,00	8.022,94	-6.957,94	
57.510,00	89.900,00	-32.390,00	
58.575,00	97.922,94	-39.347,94	

DESPESAS (APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (e)	DESPESAS INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	PAGAMENTO DE RESTOS A PAGAR (f)	SALDO A PAGAR (g)=(de)
Despesas de Capital	226.507,49	169.216,83	169.216,83	169.216,83	0,00	0,00	57.290,66
Investimentos	226.507,49	169.216,83	169.216,83	169.216,83	0,00	0,00	57.290,66
TOTAL	226.507,49	169.216,83	169.216,83	169.216,83	0,00	0,00	57.290,66
SALDO FINANCEIRO A APLICAR	Em 2014 (h)	Em 2015 (i) = (b) - (e+f)					SALDO ATUAL (j) = (h+i)
	0,00						-71.293,89

FONTE:

Município de Catanduvas - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2015/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a)*100
RECETA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	2.715.856,50	2.715.856,50	1.574.633,34	57,98
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	883.950,00	883.950,00	401.211,62	45,39
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	266.250,00	266.250,00	146.896,43	55,17
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	1.065.000,00	1.065.000,00	698.129,90	65,55
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	351.450,00	351.450,00	205.714,72	58,53
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	3.301,50	3.301,50	8.497,31	257,38
Dívida Ativa dos Impostos	113.955,00	113.955,00	90.851,94	79,73
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	31.950,00	31.950,00	23.331,42	73,02
RECETA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	17.771.655,00	17.771.655,00	12.513.961,12	70,42
Cota-Parte FPM	6.709.500,00	6.709.500,00	5.427.159,30	80,89
Cota-Parte ITR	2.130,00	2.130,00	3.110,23	146,02
Cota-Parte IPVA	1.384.500,00	1.384.500,00	847.314,03	61,20
Cota-Parte ICMS	9.478.500,00	9.478.500,00	6.117.678,37	64,54
Cota-Parte IPI-Exportação	133.125,00	133.125,00	93.378,38	70,14
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	63.900,00	63.900,00	25.320,81	39,63
Desoneração ICMS (LC 87/96)	63.900,00	63.900,00	25.320,81	39,63
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II	20.487.511,50	20.487.511,50	14.088.594,46	68,77

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)*100
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS	1.482.480,00	1.482.480,00	845.008,75	57,00
Provenientes da União	1.482.480,00	1.482.480,00	845.008,75	57,00
TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS	1.065,00	1.065,00	6.083,75	571,24
RECETAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	282.225,00	282.225,00	119.280,36	42,26
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	1.765.770,00	1.765.770,00	970.372,86	54,95

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS CORRENTES	4.764.700,00	4.837.700,00	3.005.623,89	62,13	2.897.966,80	59,90
Pessoal e Encargos Sociais	3.221.625,00	3.221.625,00	1.997.994,77	62,02	1.997.994,77	62,02
Outras Despesas Correntes	1.543.075,00	1.616.075,00	1.007.629,12	62,35	899.972,03	55,69
DESPESAS DE CAPITAL	172.530,00	446.274,91	266.033,10	59,61	266.033,10	59,61
Investimentos	172.530,00	446.274,91	266.033,10	59,61	266.033,10	59,61

Continua 1/4

Continuação 2/4

Município de Catanduvas - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2015/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS DE CAPITAL						
Investimentos	172.530,00	446.274,91	266.033,10	59,61	266.033,10	59,61
	172.530,00	446.274,91	266.033,10	59,61	266.033,10	59,61
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)	4.937.230,00	5.283.974,91	3.271.656,99	61,92	3.163.999,90	59,88
DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (h)	% (h/v)*100	Até o Bimestre (i)	% (i/v)*100
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERSAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	481.385,00	587.597,42	860.567,25	26,30	860.567,25	27,20
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	381.270,00	407.482,42	845.008,75	25,83	845.008,75	26,71
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	100.115,00	180.115,00	15.558,50	0,48	15.558,50	0,49
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ¹	-	-	0,00	0,00	-	-
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS ²	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (V)	481.385,00	587.597,42	860.567,25	26,30	860.567,25	27,20
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV + V)	4.455.845,00	4.696.377,49	2.411.089,74	73,70	2.303.432,65	72,80
PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS						
(VII%) = (VI / IIIb x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15% 4 e 5						
VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [VI(i) - (15 x IIIb)/100]⁶						
						190.143,48

Continua 2/4

Continuação 3/4

Município de Catanduvas - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A AGOSTO 2015/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA						
INSCRITOS	CANCELADOS/ PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE		
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, §º E 2º						
RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS				SALDO FINAL(NÃO APLICADO)		
SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (j)					
0,00	0,00			0,00		
0,00	0,00			0,00		
CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26						
LIMITE NÃO CUMPRIDO				SALDO FINAL(NÃO APLICADO)		
SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (k)					
-	-			-		
DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)						
DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		
		Até Bimestre (l)	% (l/Total l)*100	Até Bimestre (m)	% (m/Total m)*100	
4.892.500,00	5.166.644,91	3.201.227,76	97,85	3.093.570,67	97,77	
44.730,00	117.330,00	70.429,23	2,15	70.429,23	2,23	
4.937.230,00	5.283.974,91	3.271.656,99	100,00	3.163.999,90	100,00	

FONTE:

1 Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.

2 O valor apresentado na interressão com a coluna "i" ou com a coluna "h+i"(último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".

3 O valor apresentado na interressão com a coluna "i" ou com a coluna "h+i"(último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".

4 Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012.

5 Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012.

6 No último bimestre, será utilizada a fórmula $[V(i+i) - (15 \times IIIb)/100]$

Continua 3/4

Continuação 4/4

Município de Catanduvas - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2015/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Município de Catanduvas - SC
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A AGOSTO 2015/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		Até o Bimestre		
RECEITAS				
Previsão Inicial		26.518.500,00		
Previsão Atualizada		26.518.500,00		
Receitas Realizadas		17.514.135,04		
Déficit Orçamentário		0,00		
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		1.375.923,55		
DESPESAS				
Dotação Inicial		26.518.500,00		
Créditos Adicionais		2.117.194,37		
Dotação Atualizada		28.635.694,37		
Despesas Empenhadas		17.810.092,93		
Despesas Liquidadas		16.798.794,33		
Despesas pagas		15.594.402,50		
Superavit Orçamentário		715.340,71		
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO		Até o Bimestre		
Despesas Empenhadas		17.810.092,93		
Despesas Liquidadas		16.798.794,33		
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL		Até o Bimestre		
Receita Corrente Líquida		25.708.772,52		
RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		Até o Bimestre		
Regime Próprio de Previdência dos Servidores				
Receitas Previdenciárias Realizadas (IV)		0,00		
Despesas Previdenciárias Liquidadas (V)		0,00		
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)		0,00		
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Nominal		0,00	-131.546,36	0,00
Resultado Primário		0,00	494.939,51	0,00
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento até o Bimestre	Pagamento até o Bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS EXECUTIVO	1.678.489,50	699,00	1.650.289,57	27.500,93
	1.678.489,50	699,00	1.650.289,57	27.500,93
TOTAL:	1.678.489,50	699,00	1.650.289,57	27.500,93
DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO		Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino		3.951.562,44	25%	28,18
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		2.869.700,10	60%	102,28
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL		Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado	
Receitas de Operações de Crédito		0,00	213.000,00	
Despesa de Capital Líquida		1.992.794,93	3.456.751,24	
PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	2015	2023	2033	2048
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores				
Receitas Previdenciárias (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/2

Município de Catanduvas - SC

Continuação 2/2

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2015/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS		Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos		97.922,94	-39.347,94
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos		169.216,83	57.290,66
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde	3.040.165,95	15,00	21,58
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP		Valor apurado no exercício corrente	
Total das despesas/RCL (%)		0,00	

FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- . a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
. b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

Município de Catanduvas - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2015/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	26.518.500,00	26.518.500,00	4.438.628,83	16,74	17.514.135,04	9.004.364,96
RECEITAS CORRENTES	25.080.815,00	25.080.815,00	4.418.986,20	17,62	17.128.326,05	7.952.488,95
RECEITA TRIBUTÁRIA	3.217.897,50	3.217.897,50	651.965,29	20,26	1.510.294,35	1.707.603,15
IMPOSTOS	2.566.650,00	2.566.650,00	592.590,12	23,09	1.232.012,48	1.334.637,52
TAXAS	597.997,50	597.997,50	49.692,04	8,31	263.957,46	334.040,04
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	53.250,00	53.250,00	9.683,13	18,18	14.324,41	38.925,59
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	543.150,00	543.150,00	125.261,93	23,06	455.194,06	87.955,94
CONTRIBUIÇÕES DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO	543.150,00	543.150,00	125.261,93	23,06	455.194,06	87.955,94
RECEITA PATRIMONIAL	163.051,50	163.051,50	70.693,33	43,36	214.367,84	-51.316,34
RECEITAS IMOBILIÁRIAS	47.925,00	47.925,00	20.609,18	43,00	21.088,10	26.836,90
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	115.126,50	115.126,50	50.084,15	43,50	193.279,74	-78.153,24
RECEITA AGROPECUÁRIA	1.065,00	1.065,00	0,00	0,00	0,00	1.065,00
RECEITA DA PRODUÇÃO VEGETAL	1.065,00	1.065,00	0,00	0,00	0,00	1.065,00
RECEITA DE SERVIÇOS	55.380,00	55.380,00	6.862,83	12,39	19.276,39	36.103,61
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	20.836.364,00	20.836.364,00	3.475.331,80	16,68	14.657.974,67	6.178.389,33
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	20.580.699,00	20.580.699,00	3.420.834,98	16,62	14.499.364,60	6.081.334,40
TRANSF. DE CONV.	255.665,00	255.665,00	54.496,82	21,32	158.610,07	97.054,93
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	263.907,00	263.907,00	88.871,02	33,68	271.218,74	-7.311,74
MULTAS E JUROS DE MORA	68.692,50	68.692,50	28.574,73	41,60	92.443,02	-23.750,52
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	23.749,50	23.749,50	9.690,99	40,81	38.288,35	-14.538,85
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	161.880,00	161.880,00	39.096,98	24,15	116.733,29	45.146,71
RECEITAS DIVERSAS	9.585,00	9.585,00	11.508,32	120,07	23.754,08	-14.169,08
RECEITAS DE CAPITAL	1.437.685,00	1.437.685,00	19.642,63	1,37	383.808,99	1.051.876,01
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	213.000,00	213.000,00	0,00	0,00	0,00	213.000,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	213.000,00	213.000,00	0,00	0,00	0,00	213.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS	58.575,00	58.575,00	0,00	0,00	97.922,94	-39.347,94
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	57.510,00	57.510,00	0,00	0,00	89.900,00	-32.390,00
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	1.065,00	1.065,00	0,00	0,00	8.022,94	-6.957,94
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	12.142,63	0,00	13.333,93	-13.333,93
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	1.166.110,00	1.166.110,00	7.500,00	0,64	274.552,12	891.557,88
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	1.166.110,00	1.166.110,00	7.500,00	0,64	274.552,12	891.557,88
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	26.518.500,00	26.518.500,00	4.438.628,83	16,74	17.514.135,04	9.004.364,96

Continua 1/3

Continuação 2/3

Município de Catanduvas - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2015/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)							
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	26.518.500,00	26.518.500,00	4.438.628,83	16,74	17.514.135,04	66,04	9.004.364,96
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	26.518.500,00	26.518.500,00	4.438.628,83	16,74	17.514.135,04	66,04	9.004.364,96
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)							
Superávit Financeiro	—	1.546.238,21	—	—	1.375.923,55	—	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	1.546.238,21	—	—	1.375.923,55	—	—
	—	0,00	—	—	0,00	—	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	26.518.500,00	28.635.694,37	3.763.676,79	17.810.092,93	10.825.601,44	4.304.254,13	16.798.794,33	11.836.900,04	15.594.402,50
DESPESAS CORRENTES	22.666.667,50	23.164.848,20	3.344.369,21	15.814.426,02	7.350.422,18	3.817.310,25	14.805.999,40	8.358.848,80	13.852.459,65
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	12.998.751,00	13.034.345,01	2.242.406,37	8.959.822,11	4.074.522,90	2.243.763,19	8.959.822,11	4.074.522,90	8.778.118,31
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	309.500,00	309.500,00	13.352,76	51.881,75	257.618,25	13.352,76	51.881,75	257.618,25	51.881,75
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	9.358.416,50	9.821.003,19	1.088.610,08	6.802.722,16	3.018.281,03	1.560.194,30	5.794.295,54	4.026.707,65	5.022.459,59
DESPESAS DE CAPITAL	3.830.532,50	5.449.546,17	419.307,58	1.995.666,91	3.453.879,26	486.943,88	1.992.794,93	3.456.751,24	1.741.942,85
INVESTIMENTOS	3.541.032,50	5.160.046,17	411.098,37	1.963.413,25	3.196.632,92	478.734,67	1.960.541,27	3.199.504,90	1.709.689,19
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	289.500,00	289.500,00	8.209,21	32.253,66	257.246,34	8.209,21	32.253,66	257.246,34	32.253,66
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	21.300,00	21.300,00	0,00	0,00	21.300,00	0,00	0,00	21.300,00	0,00
RESERVA DE CONTINGENCIA	21.300,00	21.300,00	0,00	0,00	21.300,00	0,00	0,00	21.300,00	0,00
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 2/3

Continuação 3/3

Município de Catanduvas - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2015/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)		
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	—	—	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	26.518.500,00	28.635.694,37	3.763.676,79	17.810.092,93	10.825.601,44	4.304.254,13	16.798.794,33	11.836.900,04	15.594.402,50
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	26.518.500,00	28.635.694,37	3.763.676,79	17.810.092,93	10.825.601,44	4.304.254,13	16.798.794,33	11.836.900,04	15.594.402,50
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	715.340,71	—	17.514.135,04
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	26.518.500,00	28.635.694,37	3.763.676,79	17.810.092,93	—	4.304.254,13	17.514.135,04	—	33.108.537,54

FONTE:

Município de Catanduvas - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2015/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO			DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO		DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO														
					No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	(c) = (a-b)	No Bimestre	Até o Bimestre (d)	(e) = (a-d)														
							(Total d)																		
PRERREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea “c”)	FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS	No Bimestre	Até o Bimestre (d)	SALDO (e) = (a-d)													

RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

R\$ 1,00

Continua 1/2

Município de Catanduvas - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A AGOSTO 2015/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	%(b/Total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	%(d/Total d)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)										
Gestão Ambiental	26.518.500,00	28.635.694,37	3.763.676,79	17.810.092,93	100,00	10.825.601,44	16.798.794,33	100,00	11.836.900,04	
Controle Ambiental	22.365,00	22.365,00	4.093,85	19.012,54	0,11	3.352,46	19.012,54	0,11	3.352,46	
	22.365,00	22.365,00	4.093,85	19.012,54	0,11	3.352,46	19.012,54	0,11	3.352,46	
Agricultura	642.195,00	642.195,00	87.379,35	247.280,80	1,39	394.914,20	145.422,03	0,87	496.772,97	
Extensão Rural	642.195,00	642.195,00	87.379,35	247.280,80	1,39	394.914,20	145.422,03	0,87	496.772,97	
Transporte	3.017.145,00	3.017.145,00	164.293,14	1.894.890,26	10,64	1.122.254,74	1.713.813,27	10,20	1.303.331,73	
Transporte Rodoviário	3.017.145,00	3.017.145,00	164.293,14	1.894.890,26	10,64	1.122.254,74	1.713.813,27	10,20	1.303.331,73	
Desporto e Lazer	153.360,00	153.360,00	14.027,47	83.555,08	0,47	69.804,92	79.254,27	0,47	74.105,73	
Desporto Comunitário	153.360,00	153.360,00	14.027,47	83.555,08	0,47	69.804,92	79.254,27	0,47	74.105,73	
Encargos Especiais	1.380.585,00	1.380.585,00	71.428,01	678.666,09	3,81	701.918,91	583.902,14	3,48	796.682,86	
Administração Geral	791.585,00	781.585,00	49.866,04	594.530,68	3,34	187.054,32	499.766,73	2,98	281.818,27	
Serviço da Dívida Interna	599.000,00	599.000,00	21.561,97	84.135,41	0,47	514.864,59	84.135,41	0,50	514.864,59	
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	21.300,00	21.300,00	0,00	0,00	0,00	21.300,00	0,00	0,00	21.300,00	
TOTAL (III) = (I + II)	26.518.500,00	28.635.694,37	3.763.676,79	17.810.092,93	100,00	10.825.601,44	16.798.794,33	100,00	11.836.900,04	

¹ Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

Município de Catanduvas - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO/2014 A AGOSTO/2015

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												PREVISÃO ATUALIZADA 2015
	Sep/2014	Out/2014	Nov/2014	Dez/2014	Jan/2015	Fev/2015	Mar/2015	Abr/2015	Mai/2015	Jun/2015	Jul/2015	Agos/2015	TOTAL (Últ. 12 Meses)
RECEITAS CORRENTES (I)	2.185.019,64	2.248.243,97	2.331.839,03	2.674.373,33	2.625.048,39	2.311.813,38	2.314.343,55	2.450.049,96	2.597.846,98	2.453.009,06	2.746.256,03	2.487.876,41	26.335.146,00
RECEITA TRIBUTÁRIA	187.099,50	186.473,62	148.874,78	299.887,26	137.829,07	84.812,83	134.145,98	152.019,20	173.390,85	176.153,98	570.095,77	310.505,59	3.217.887,50
I.P.T.U.	9.051,73	7.192,23	9.886,78	12.440,30	4.111,09	0,00	0,00	0,00	0,00	31,88	242.534,42	154.534,23	883.560,00
I.R.P.F.	31.328,35	31.328,78	0,00	131.238,75	1.408,03	793,36	1.202,59	0,00	1.252,85	0,00	199.653,29	1.404,60	351.460,00
I.S.S.	116.094,42	106.333,99	107.311,51	116.036,42	106.421,87	62.041,21	73.859,20	83.983,51	42.561,73	146.104,39	82.761,31	97.394,46	1.148.952,32
I.T.E.I.	23.230,11	14.357,43	27.587,46	28.319,22	10.440,65	11.410,00	25.141,29	18.407,29	33.087,29	14.145,03	11.145,97	23.118,81	240.389,65
Outras Receitas Tributárias	5.395,89	5.261,39	4.106,73	9.774,57	12.447,43	10.588,26	33.943,30	49.628,30	96.483,98	15.872,28	34.000,78	34.083,49	311.554,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	42.830,90	46.270,35	44.361,76	56.498,53	50.566,07	49.802,97	51.882,39	56.400,48	59.712,61	61.767,61	61.794,05	63.467,88	661.247,50
RECEITA PATRIMONIAL	22.920,29	23.946,86	22.307,30	22.371,65	20.142,59	21.255,45	28.670,04	25.797,73	25.022,25	22.785,45	54.000,89	16.892,94	543.150,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	163.051,50
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.065,00
RECEITA DE SERVIÇOS	5.747,20	7.586,76	2.705,88	1.136,27	397,28	742,16	3.890,62	419,84	6.776,42	185,24	5.644,59	1.217,84	55.380,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.827.649,46	1.894.389,16	2.103.000,79	2.263.862,54	2.393.558,40	2.137.273,58	1.973.896,30	2.177.777,31	2.276.217,23	2.167.444,24	2.011.906,88	2.026.891,59	24.390.865,00
Cota-Parte do FPM	393.082,84	371.503,84	481.732,86	750.906,07	799.114,21	815.740,81	594.147,34	641.242,44	788.548,34	686.117,85	598.046,76	594.198,55	6.709.500,00
Cota-Parte do ICMS	764.402,01	785.271,72	889.121,23	836.330,58	846.583,28	751.879,81	751.523,67	806.742,14	767.879,81	736.005,51	732.005,51	703.183,12	9.478.500,00
Cota-Parte do IPVA	94.530,47	86.532,08	100.689,36	41.112,51	51.912,50	81.204,49	114.456,52	130.570,44	118.877,69	101.327,62	142.605,11	106.319,69	1.394.500,00
Cota-Parte do ITR	1.456,47	9.709,57	2.164,37	112,82	0,00	224,43	433,74	265,03	49,85	193,57	421,08	1.381,55	2.130,00
Outras Transferências Correntes	255.001,83	397.347,85	289.916,70	245.174,87	304.745,45	134.012,52	167.888,57	210.947,04	219.888,77	260.552,67	282.085,44	281.316,43	2.678.540,00
Transferências da LC 61/1999	11.073,15	11.854,63	13.624,37	13.443,29	17.339,91	10.316,39	10.120,37	10.599,38	11.957,28	11.389,32	10.491,89	11.163,84	133.125,00
Transferências da LC 87/1996	3.148,81	3.148,81	3.148,81	6.297,62	0,00	0,00	0,00	12.650,41	3.165,10	3.165,10	3.165,10	3.165,10	63.900,00
Transferências do FUNDEB	304.947,38	318.610,06	332.651,09	330.454,78	370.883,05	343.891,85	335.290,09	362.809,43	366.146,39	347.895,36	333.094,06	345.776,14	3.940.500,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	98.773,59	18.175,00	10.559,52	30.556,78	26.554,98	18.126,39	17.906,22	38.435,40	56.725,62	24.671,94	42.813,60	48.101,07	263.307,00
DEDUÇÕES (II)	253.539,75	253.686,06	256.096,03	287.485,66	342.789,76	331.897,63	294.144,15	320.803,97	338.095,65	311.799,03	279.347,32	263.919,20	3.554.331,00
Dedução de Receita Para Formação do FUNDEB	253.539,75	253.686,06	256.096,03	287.485,66	342.789,76	331.897,63	294.144,15	320.803,97	338.095,65	311.799,03	279.347,32	263.919,20	3.554.331,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)	1.931.479,89	1.994.557,91	2.035.743,00	2.386.887,67	2.282.258,63	1.979.915,75	1.919.200,40	2.130.045,99	2.259.751,33	2.141.210,03	2.466.908,71	2.163.757,21	25.080.815,00
FONTE													

Município de Catanduvas - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2015/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - Anexo 4 (LRF, Art. 53, inciso II)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2014
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições dos Segurados	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS				
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)				
ADMINISTRAÇÃO				
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
PREVIDÊNCIA SOCIAL				
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/4

Município de Catanduvas - SC
 RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A AGOSTO 2015/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 2/4

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2014	Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2014
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS e o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIA) (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI)	0,00	0,00	-	-	0,00	0,00
APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR						
APORTES REALIZADOS						
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS						0,00
Plano Financeiro						0,00
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras						0,00
Recursos para Formação de Reserva						0,00
Outros Aportes para o RPPS						0,00
Plano Previdenciário						0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro						0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial						0,00
Outros Aportes para o RPPS						0,00
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS						
PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA						
Valor						0,00
BENS E DIREITOS DO RPPS						
			PERÍODO DE REFERÊNCIA			
			2015		2014	
Caixa						0,00
Bancos Conta Movimento			0,00			0,00
Investimentos			0,00			0,00
Outros Bens e Direitos			0,00			0,00

Continua 2/4

Município de Catanduvas - SC
 RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A AGOSTO 2015/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 3/4

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2014
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS CORRENTES (VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições Patronais	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XI) = (VIII + IX - X)	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	
			Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2014
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	-	-	-	-
ADMINISTRAÇÃO (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XII) = (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE:

Continua 3/4

Continuação 4/4

Município de Catanduvas - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A AGOSTO 2015/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Município de Catanduvas - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2015/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO – Anexo 5 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2014 (A)	Em 30 Jun 2015 (B)	Em 31 Ago 2015 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	749.081,54	735.032,21	728.214,03
DEDUÇÕES (II)	2.134.951,65	2.332.974,93	2.266.498,01
Disponibilidade de Caixa Bruta	3.812.649,64	3.569.151,74	3.497.657,41
Demais Haveres Financeiros	791,51	754,32	733,36
(-) Restos a Pagar Processados (Exceção Precatórios)	1.678.489,50	1.236.931,13	1.231.892,76
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	-1.385.870,11	-1.597.942,72	-1.538.283,98
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	749.081,54	735.032,21	728.214,03
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	-2.134.951,65	-2.332.974,93	-2.266.498,01

<u>RESULTADO NOMINAL</u>	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (C - B)	Jan a Ago 2015 (C - A)
VALOR	66.476,92	-131.546,36

<u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u>	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	0,00

<u>REGIME PREVIDENCIÁRIO</u>			
<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2014 (A)	Em 30 Jun 2015 (B)	Em 31 Ago 2015 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (VIII)	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)	0,00	0,00	0,00

FONTE:

Município de Catanduvas - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2015/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
		Até o Bimestre/ 2015	Até o Bimestre/ 2014
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	24.965.688,50	16.935.046,31	13.433.844,65
Receita Tributária	3.217.897,50	1.510.294,35	1.966.321,46
I.P.T.U.	883.950,00	181.284,65	722.098,78
I.S.S.	1.065.000,00	698.116,68	673.795,08
I.T.B.I.	266.250,00	146.896,43	129.198,14
I.R.R.F.	351.450,00	205.714,72	214.123,97
Outras Receitas Tributárias	651.247,50	278.281,87	227.105,49
Receita de Contribuição	543.150,00	455.194,06	281.277,58
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
Outras Contribuições	543.150,00	455.194,06	281.277,58
Receita Patrimonial Líquida	47.925,00	21.088,10	8.390,26
Receita Patrimonial	163.051,50	214.367,84	133.668,09
(-) Aplicações Financeiras	115.126,50	193.279,74	125.277,83
Transferências Correntes	20.836.364,00	14.657.974,67	10.985.916,00
F.P.M.	5.367.600,00	4.341.727,61	2.609.963,57
I.P.V.A	1.107.600,00	677.851,89	624.035,99
I.C.M.S.	7.582.800,00	4.894.143,36	4.007.189,22
Convênios	255.665,00	158.610,07	274.345,98
Outras Transferências Correntes	6.522.699,00	4.585.641,74	3.470.381,24
Demais Receitas Correntes	320.352,00	290.495,13	191.939,35
Dívida Ativa	161.880,00	116.733,29	51.908,65
Diversas Receitas Correntes	158.472,00	173.761,84	140.030,70
RECEITAS DE CAPITAL (II)	1.437.685,00	385.808,99	994.210,70
Operações de Crédito (III)	213.000,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	13.333,93	0,00
Alienação de Ativos (V)	58.575,00	97.922,94	155.400,00
Transferências de Capital	1.166.110,00	274.552,12	838.810,70
Convênios	1.166.110,00	274.552,12	838.810,70
Outras Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	1.166.110,00	274.552,12	838.810,70
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	26.131.798,50	17.209.598,43	14.272.655,35

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
		Até o Bimestre/ 2015	Até o Bimestre/ 2014	Até o Bimestre/ 2015	Até o Bimestre/ 2014
DESPESAS CORRENTES (VIII)	23.164.848,20	15.814.426,02	11.181.301,48	14.805.999,40	12.159.234,60
Pessoal e Encargos Sociais	13.034.345,01	8.959.822,11	7.158.522,45	8.959.822,11	7.171.227,38
Juros e Encargos da Dívida (IX)	309.500,00	51.881,75	42.159,19	51.881,75	42.159,19
Outras Despesas Correntes	9.821.003,19	6.802.722,16	3.980.619,84	5.794.295,54	4.945.848,03
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	22.855.348,20	15.762.544,27	11.139.142,29	14.754.117,65	12.117.075,41
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	5.449.546,17	1.995.666,91	1.487.036,55	1.992.794,93	1.510.649,30
Investimentos	5.160.046,17	1.963.413,25	1.436.496,21	1.960.541,27	1.460.108,96
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	289.500,00	32.253,66	50.540,34	32.253,66	50.540,34
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	5.160.046,17	1.963.413,25	1.436.496,21	1.960.541,27	1.460.108,96
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	21.300,00	-	-	-	-
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	28.036.694,37	17.725.957,52	12.575.638,50	16.714.658,92	13.577.184,37

Município de Catanduvas - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2015/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)	-1.904.895,87	-516.359,09	1.697.016,85	494.939,51	695.470,98
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	0,00	0,00
Superávit Financeiro	-	-	-	0,00	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	-	0,00	0,00

DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	0,00

Município de Catanduvas - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2015/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V)		RP NÃO PROCESSADOS										R\$ 1,00
PODER/ÓRGÃO		RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES					RP NÃO PROCESSADOS					Saldo Total (e+h)
		Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo (a)	Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo (b)
		Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2014				Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2014				
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)		-	1.678.489,50	1.650.289,57	699,00	27.500,93	-	0,00	-	-	-	27.500,93
EXECUTIVO		0,00	1.678.489,50	1.650.289,57	699,00	27.500,93	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	27.500,93
ADMINISTRAÇÃO DIRETA		0,00	1.678.489,50	1.650.289,57	699,00	27.500,93	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	27.500,93
ADMINISTRAÇÃO GERAL		0,00	174.673,76	162.416,53	0,00	12.257,23	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	12.257,23
EDUCAÇÃO CULTURAL E TURISMO		0,00	40.151,38	398.850,38	0,00	321,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	321,00
ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO		0,00	2.222,38	1.719,81	0,00	502,57	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	502,57
FUNDO DE REEQUIPAMENTO DOS BOMBEIROS-FI		0,00	828,34	329,34	0,00	499,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	499,00
FUNDO MUNICIPAL DA DEFESA CIVIL		0,00	2.799,40	2.799,40	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDO MUNICIPAL DA HAB. E INTERESSE SOCIAL		0,00	1.175,81	1.175,81	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		0,00	179.204,00	171.162,01	340,00	7.701,99	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.701,99
FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DE		0,00	112.883,81	112.883,81	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CATANDUVAS		0,00	274.936,22	271.044,80	0,00	3.891,42	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.891,42
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA-ESTRUTURA		0,00	529.614,40	526.927,66	359,00	2.327,72	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.327,72
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL (III) = (I + II):		0,00	1.678.489,50	1.650.289,57	699,00	27.500,93	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	27.500,93

FONTE:

MUNICÍPIO DE CATANDUVAS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2015/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	2.710.531,50	2.710.531,50	1.511.091,54	55,75
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	1.003.336,50	1.003.336,50	432.178,50	43,07
1.1.1- IPTU	883.950,00	883.950,00	401.211,62	45,39
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	2.236,50	2.236,50	3.515,88	157,20
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	96.915,00	96.915,00	72.948,69	75,27
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	20.235,00	20.235,00	12.147,96	60,03
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	-	0,00	(57.645,65)	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	266.250,00	266.250,00	146.896,43	55,17
1.2.1- ITBI	266.250,00	266.250,00	146.896,43	55,17
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	-	0,00	0,00	0,00
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	-	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	-	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	-	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	1.089.495,00	1.089.495,00	726.301,89	66,66
1.3.1- ISS	1.065.000,00	1.065.000,00	698.129,90	65,55
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	1.065,00	1.065,00	4.981,43	467,74
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	17.040,00	17.040,00	17.903,25	105,07
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	6.390,00	6.390,00	5.291,06	82,80
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	-	0,00	(3,75)	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	351.450,00	351.450,00	205.714,72	58,53
1.4.1- IRRF	351.450,00	351.450,00	205.714,72	58,53
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	-	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	-	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	-	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	-	0,00	0,00	0,00
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	17.771.655,00	17.771.655,00	12.513.961,12	70,42
2.1- Cota-Parte FPM	6.709.500,00	6.709.500,00	5.427.159,30	80,89
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	6.709.500,00	6.709.500,00	5.427.159,30	80,89
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	-	0,00	0,00	0,00
2.1.3- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea e	-	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	9.478.500,00	9.478.500,00	6.117.678,37	64,54
2.3- ICMS-Desoneração – L.C. nº87/1996	63.900,00	63.900,00	25.320,81	39,63
2.4- Cota-Parte IPH-Exportação	133.125,00	133.125,00	93.378,38	70,14
2.5- Cota-Parte ITR	2.130,00	2.130,00	3.110,23	146,02
2.6- Cota-Parte IPVA	1.384.500,00	1.384.500,00	847.314,03	61,20
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	-	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)	20.482.186,50	20.482.186,50	14.025.062,66	68,47
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO	-	0,00	0,00	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	-	171.465,00	112.349,66	65,52
5.1- Transferências do Salário-Educação	-	0,00	0,00	0,00
5.2- Transferências Diretas - PDDE	-	0,00	0,00	0,00
5.3- Transferências Diretas - PNAE	127.800,00	127.800,00	88.338,00	69,12
5.4- Transferências Diretas - PNATE	43.665,00	43.665,00	24.011,66	54,99
5.5- Outras Transferências do FNDE	-	0,00	0,00	0,00
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	-	0,00	0,00	0,00
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	207.675,00	207.675,00	135.651,68	65,32
6.1- Transferências de Convênios	207.675,00	207.675,00	135.651,68	65,32
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	-	0,00	0,00	0,00
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	106.500,00	106.500,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	981.930,00	981.930,00	744.069,93	75,78
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	1.467.570,00	1.467.570,00	992.071,27	67,60

FUNDEB

RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	3.554.331,00	3.554.331,00	2.502.790,71	70,42
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1.1)	1.341.900,00	1.341.900,00	1.085.431,69	80,89
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.2)	1.895.700,00	1.895.700,00	1.223.535,01	64,54
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.3)	12.780,00	12.780,00	5.064,16	39,63
10.4- Cota-Parte IPH-Exportação Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.4)	26.625,00	26.625,00	18.675,71	70,14
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadados Destinados ao FUNDEB – (20% de (1.5 + 2.5))	426,00	426,00	622,00	146,01
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.6)	276.900,00	276.900,00	169.462,14	61,20
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	3.940.500,00	3.940.500,00	2.805.671,37	71,20
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	3.940.500,00	3.940.500,00	2.805.671,37	71,20
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	-	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	-	0,00	0,00	0,00
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)	386.169,00	386.169,00	302.880,66	78,43
ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB				

MUNICÍPIO DE CATANDUVAS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Continuação 2/3

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2015/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	3.700.875,00	3.736.469,01	2.869.700,10	76,80	2.869.700,10	76,80
13.1- Com Educação Infantil	1.373.850,00	1.373.850,00	1.143.848,98	83,26	1.143.848,98	83,26
13.2- Com Ensino Fundamental	2.327.025,00	2.362.619,01	1.725.851,12	73,05	1.725.851,12	73,05
14- OUTRAS DESPESAS	298.200,00	298.200,00	66.704,89	22,37	66.704,89	22,37
14.1- Com Educação Infantil	63.900,00	63.900,00	41.254,48	64,56	41.254,48	64,56
14.2- Com Ensino Fundamental	234.300,00	234.300,00	25.450,41	10,86	25.450,41	10,86
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	3.999.075,00	4.034.669,01	2.936.404,99	72,78	2.936.404,99	72,78
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB					VALOR	
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB						-
16.1 - FUNDEB 60%						-
16.2 - FUNDEB 40%						-
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB						2.502.790,71
17.1 - FUNDEB 60%						1.501.674,43
17.2 - FUNDEB 40%						1.001.116,28
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)						2.502.790,71
INDICADORES DO FUNDEB						
19- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)						433.614,28
19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério ¹ (13 - (16.1 + 17.1)) / ((11) x 100) %						48,76
19.2 - Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / ((11) x 100) %						-33,30
19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 + 19.2)) %						84,55
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE					VALOR	
20 - RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2014 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS						35.594,01
21 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2015 ²						35.594,01
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB						
RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL		PREVISÃO ATUALIZADA (a)		RECEITAS REALIZADAS	
					Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3) ³	5.120.546,63		5.120.546,63		3.506.263,17	68,47
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	1.437.750,00	1.437.750,00	1.185.103,46	82,43	1.185.103,46	82,43
23.1- Creche	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2- Pré-escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24- ENSINO FUNDAMENTAL	4.460.220,00	4.419.814,01	3.181.004,79	71,97	3.069.339,64	69,44
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	2.561.325,00	2.596.919,01	1.751.301,53	67,44	1.751.301,53	67,44
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	1.898.895,00	1.822.895,00	1.429.703,26	78,43	1.318.038,11	72,30
25- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	5.897.970,00	5.857.564,01	4.366.108,25	74,54	4.254.443,10	72,63
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR	
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)						302.880,66
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO						0,00
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h)						-
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB						2.377.851,17
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS						0,00
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO						-
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 j)						-
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)						2.680.531,83
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) - (37))						1.573.911,27
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE ⁵ ((38) / (3) x 100) %						11,22
OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE						
OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	879.690,00	879.690,00	130.142,03	14,79	129.681,03	14,74
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	879.690,00	879.690,00	130.142,03	14,79	129.681,03	14,74
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	6.777.660,00	6.737.254,01	4.496.250,28	66,74	4.384.124,13	65,07

MUNICÍPIO DE CATANDUVAS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2015/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 3/3

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE	CANCELADO EM 2015 (i)
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00	0,00
46.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino	0,00	0,00
46.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00
FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS		VALOR
	FUNDEB (h)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014	0,00	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	2.805.671,37	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	0,00	0,00
49.1 Orçamento do Exercício	0,00	0,00
49.2 Restos a Pagar	0,00	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	0,00	0,00
51- (-) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL	2.805.671,37	0,00

FONTE:

¹ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.² Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."³ Caput do art. 212 da CF/1988⁴ Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício⁵ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.⁶ Nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento poderá ser feito com base na despesa empenhada ou na despesa liquidada.
No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.⁷ Essa coluna poderá ser apresentada somente no último bimestre.

Município de Catanduvás - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2015/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)			SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO¹ (I)	213.000,00	0,00			213.000,00
DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS (e)	DESPESAS LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	SALDO NÃO EXECUTADO (f)=(d-e)
DESPESAS DE CAPITAL	5.449.546,17	1.995.666,91	1.992.794,93	0,00	3.453.879,26
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes por Instituições Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II):	5.449.546,17	1.995.666,91	1.992.794,93	0,00	3.453.879,26
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)	-5.236.546,17	-1.995.666,91	-	-	-3.240.879,26

FONTE:

Caxambu do Sul

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO 51/2015

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL
AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Adm. Nº.: 51/2015 - Concorrência Nº.: 02/2015 - Tipo: Maior Oferta.

Objeto: CONCESSÃO DO SERVIÇO DE GUARDA, O DEPÓSITO E A VENDA DE VEÍCULOS, REMOVIDOS, APREENDIDOS E RETIRADOS DE CIRCULAÇÃO, BEM COMO SOBRE O SERVIÇO DE REMOÇÃO DE VEÍCULOS EM DECORRÊNCIA DE INFRAÇÃO À LEGISLAÇÃO DE TRÂNSITO NAS VIAS PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL-SC.

Entrega dos Envelopes: 13h55min do dia 30 de Novembro de 2015.

Abertura dos Envelopes: 14h00min do dia 30 de Novembro de 2015.

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horários: Rua Índio Conda, nº 55, nos dias úteis, de Segunda à Sexta, das 12:00hs às 18:00hs ou pelo fone (49) 3326-0101, e pelo site www.caxambudosul.sc.gov.br.

CAXAMBU DO SUL, 26 de Outubro de 2015.

VILMAR FOPPA
Prefeito Municipal

DECRETO 95/2015

DECRETO Nº. 95/2015

"DISPÕE SOBRE PONTO FACULTATIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

VILMAR FOPPA, Prefeito Municipal de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo, e de conformidade com o artigo 71, IV da Lei Orgânica do Município;

DECRETA:

Art. 1º - Fica instituído ponto facultativo nas Repartições Públicas Municipais, no dia 30 de outubro, sexta-feira, em decorrência do dia 28 de outubro, Dia do Servidor Público.

Art. 2º As Escolas de Ensino Fundamental e Centro de Educação Infantil funcionarão normalmente no dia do ponto facultativo.

Art. 3º - O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Caxambu do Sul, SC, 26 de outubro de 2015.

VILMAR FOPPA
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se

Chapadão do Lageado

PREFEITURA

Portaria 385/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO
PORTARIA N° 385/2015

- CONSIDERANDO, a apresentação do atestado médico de 05,
(cinco) dias, datado de 22.09.15;

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado - SC, e em conformidade com a Lei Complementar nº. 008 de 23.12.99,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença para tratamento de Saúde a Servidora Pública LIDIA TEREZINHA PALHANO DE SOUZA, ocupante do Cargo de Diretor nível II, na Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes, pelo período de 22.10.15 a 26.10.15, conforme Atestado Médico, sem prejuízo de sua remuneração.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos legais a partir de 22.10.2015.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 26 de outubro de 2015.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO
Prefeito Municipal

Cocal do Sul

PREFEITURA

EDITAL PROCESSO SELETIVO 04/2015 EDUCAÇÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE COCAL DO SUL/SC

PROCESSO SELETIVO EDITAL Nº04/2015

A PREFEITURA MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, junto à SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E CULTURA através da Comissão de Processo Seletivo ACT 2016 nomeada pelo Decreto nº 406/2015, de 19 de outubro de 2015, no uso de suas atribuições legais, TORNA PÚBLICO o Edital de abertura para realização de Processo Seletivo destinado a admissão em caráter temporário, por tempo determinado, de Professor de Educação Infantil e Professor de Ensino Fundamental (1º ao 5º Ano e do 6º ao 9º Ano) com atuação nas Unidades Escolares da Rede Municipal de Ensino, para o Ano Letivo de 2016, o qual se regerá de acordo com as normas estabelecidas neste Edital:

1. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 A PREFEITURA MUNICIPAL DE COCAL DO SUL se reserva o direito de admitir os candidatos classificados, de acordo com a necessidade e disponibilidade de vagas que surgirem durante o ano letivo de 2016, vigência deste Processo Seletivo.

1.2 O cronograma com as datas de cada fase do Processo Seletivo e os conteúdos programáticos de cada cargo estarão disponibilizados nos Anexos I e II, partes integrantes do presente Edital.

2. DAS VAGAS, CARGOS, CARGA HORÁRIA E REQUISITOS MÍNIMOS.

Poderão participar do Processo Seletivo, os profissionais interessados em prestar serviço que atendam os requisitos deste Edital da legislação vigente e alterações supervenientes, para os cargos/áreas abaixo relacionados:

ÁREA 1 – EDUCAÇÃO INFANTIL

Nº	Cargo	Total de Vagas	Carga Horária Semanal	Requisitos Mínimos para o Cargo
1	Professor Educação Infantil	CR*	20h/30h	Habilitado – Diploma e Histórico Escolar de Conclusão de Curso Superior de Licenciatura Pedagogia em Ed. Infantil ou Certificado de conclusão do Magistério. Não Habilitado – Certidão de frequência a partir da 4ª fase em Curso de Graduação em Licenciatura em Pedagogia - Ed.Infantil.

ÁREA 2 – ENSINO FUNDAMENTAL (1º AO 5º ANO)

Nº	Cargo	Total de Vagas	Carga Horária Semanal	Requisitos Mínimos para o Cargo
1	Professor Ensino Fundamental (1º ao 5º Ano)	CR*	20h	Habilitado – Diploma e Histórico Escolar de Conclusão de Curso Superior de Licenciatura Pedagogia em Anos Iniciais ou Certificado de conclusão do Magistério. Não Habilitado – Certidão de frequência a partir da 4ª fase em Curso de Graduação em Licenciatura em Pedagogia – Anos Iniciais.

ÁREA 3 – DISCIPLINAS ESPECÍFICAS

Nº	Cargo	Total de Vagas	Carga Horária Semanal	Requisitos Mínimos para o Cargo
1	Professor Artes	CR*	10h*	Habilitado – Diploma e Histórico Escolar de Conclusão de Curso Superior de Licenciatura em Artes. Não Habilitado – Certidão de frequência a partir da 4ª fase em Curso de Graduação em Licenciatura em Artes.
2	Professor Ciências (6º ao 9º ano)	CR*	10h*	Habilitado – Diploma e Histórico Escolar de Conclusão de Curso Superior de Licenciatura em Ciências Biológicas. Não Habilitado – Certidão de frequência a partir da 4ª fase em Curso de Graduação em Licenciatura em Ciências Biológicas.
3	Professor Educação Física	CR*	10h*	Habilitado – Diploma e Histórico Escolar de Conclusão de Curso Superior de Licenciatura em Educação Física. Não Habilitado – Certidão de frequência a partir da 4ª fase em Curso de Graduação em Licenciatura em Educação Física.
4	Professor Ensino Religioso (6º ao 9º ano)	CR*	10h*	Habilitado – Diploma e Histórico Escolar de Conclusão de Curso Superior de Licenciatura em Ciências da Religião, Filosofia, História ou Estudos Sociais. Não Habilitado – Certidão de frequência a partir da 4ª fase em Curso de Graduação em Licenciatura em Ciências da Religião, Filosofia ou História.

5	Professor Língua Portuguesa (6º ao 9º ano)	CR*	10h*	Habilitado – Diploma e Histórico Escolar de Conclusão de Curso Superior de Licenciatura em Letras - Português. Não Habilitado – Certidão de frequência a partir da 4ª fase em Curso de Graduação em Licenciatura em Letras - Português.
6	Professor Geografia (6º ao 9º ano)	CR*	10h*	Habilitado – Diploma e Histórico Escolar de Conclusão de Curso Superior de Licenciatura em Geografia. Não Habilitado – Certidão de frequência a partir da 4ª fase em Curso de Graduação em Licenciatura em Geografia.
7	Professor História (6º ao 9º ano)	CR*	10h*	Habilitado – Diploma e Histórico Escolar de Conclusão de Curso Superior de Licenciatura em História. Não Habilitado – Certidão de frequência a partir da 4ª fase em Curso de Graduação em Licenciatura em História.
8	Professor Inglês	CR*	10h*	Habilitado – Diploma e Histórico Escolar de Conclusão de Curso Superior de Licenciatura em Letras – Inglês. Não Habilitado – Certidão de frequência a partir da 4ª fase em Curso de Graduação em Licenciatura em Letras – Inglês.
9	Professor Informática	CR*	10h*	Habilitado – Diploma e histórico escolar de Conclusão de Curso Superior de Licenciatura em Informática, Ciência da Computação, Sistemas de Informação, Redes de Computadores, Manutenção de Computadores, Engenharia de Computação ou Tecnólogo em Informática. Não Habilitado – Certidão de frequência a partir da 4ª fase em Curso Superior de Licenciatura em Informática, Ciência da Computação, Sistemas de Informação, Redes de Computadores, Manutenção de Computadores, Engenharia de Computação ou Tecnólogo em Informática.
10	Professor Matemática (6º ao 9º ano)	CR*	10h*	Habilitado – Diploma e Histórico Escolar de Conclusão de Curso Superior de Licenciatura em Matemática. Não Habilitado – Certidão de frequência a partir da 4ª fase em Curso de Graduação em Licenciatura em Matemática.

ÁREA 4 – educação especial

Nº	Cargo	Total de Vagas	Carga Horária Semanal	Requisitos Mínimos para o Cargo
1	Professor Educação Especial	CR*	20h	Habilitado – Diploma e Histórico Escolar de Licenciatura em Pedagogia em Educação Especial. Não Habilitado – Certidão de frequência a partir da 4ª fase em Curso de Graduação em Licenciatura em Pedagogia em Educação Especial.

*CR = Cadastro de Reserva para o ano letivo 2016.

*10h = Carga horária mínima para contratação. A carga horária estabelecida poderá ser de 10h, 20h, 30h ou 40h semanais, conforme vagas.

NOTA 01: As atribuições dos cargos são as constantes na Lei Municipal nº 1.221, de 18/09/2014 e leis correspondentes.

NOTA 02: Para vaga de Professor de Educação Especial de aluno com deficiência visual, será chamado o professor que apresentar no mínimo 60h de cursos presenciais em Sistema Braille, obedecendo à ordem de classificação.

3. DAS INSCRIÇÕES

O candidato poderá fazer a opção de inscrição para até 02 (duas) áreas, conforme os requisitos mínimos.

3.1 PRÉ-INSCRIÇÃO ONLINE

3.1.1 A pré-inscrição on-line do candidato somente será efetuada via internet, no período de 30/10/2015 a 12/11/2015.

3.1.2 Para realizar a sua pré-inscrição o candidato deverá seguir os seguintes passos:

a) Acessar o endereço eletrônico: www.processosseletivos.com.br/cocaldosul;

b) Ler atentamente o edital, preencher o Formulário de Pré-inscrição on-line, IMPRIMIR o comprovante, e seguir os passos constantes no ÍTEM 3.2 deste edital.

3.1.3 O candidato inscrito que possuir deficiência deverá mencionar a sua condição no Formulário de Pré-inscrição on-line.

3.1.4 O candidato poderá obter informações técnicas referentes à utilização do portal das inscrições e preenchimento do formulário de pré-inscrição, através do e-mail: suporte@processosseletivos.com.br.

3.1.5 O candidato poderá inscrever-se simultaneamente em duas áreas:

a) Educação Infantil;

b) Ensino Fundamental do 1º ao 5º ano;

c) Ensino Fundamental - Áreas Específicas;

d) Educação Especial.

3.1.6 As informações prestadas no Formulário de Pré-inscrição serão de inteira responsabilidade do candidato. Reserva-se à comissão

técnica do processo seletivo, o direito de não homologar a inscrição do candidato que não preencher o respectivo documento de forma completa e correta, bem como fornecer dados inverídicos ou falsos.

3.2 VALIDAÇÃO DA INSCRIÇÃO:

3.2.1 O candidato, para validar a sua inscrição no presente Processo Seletivo, após preenchimento do formulário de pré-inscrição on-line, deverá comparecer no período de 12, 13 e 16/11/2015, das 8h às 12h e das 13h às 16h, na Secretaria de Educação, Esporte e Cultura de Cocal do Sul, munido dos seguintes documentos:

- a) Formulário de Pré-inscrição impresso;
- b) CPF e Carteira de Identidade (original e cópia);
- c) Documentos para comprovação de cursos de aperfeiçoamento (original e cópia);
- d) Documentos para comprovação de tempo de serviço (original e cópia);
- e) Comprovante de habilitação profissional ou de escolaridade exigida para o cargo pleiteado (original e cópia);
- f) O Candidato que apresentar certidão de colação de grau deverá, obrigatoriamente, no dia da admissão, apresentar o diploma de conclusão do curso (original e cópia).
- g) Laudo médico, para os candidatos que possuem deficiência.
- h) Não haverá validação de inscrição condicional ou extemporânea nem validação da inscrição por correspondência.

3.2.2 O candidato inscrito que possuir deficiência deverá entregar no ato da validação da inscrição o laudo médico atestando a espécie e o grau ou nível de deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença – CID, bem como a provável causa da deficiência, atestando a aptidão para o cargo que está sendo pretendido.

3.2.3 O candidato portador de deficiência deverá solicitar a prova especial, se for o caso, preenchendo o requerimento do Anexo III, parte integrante deste Edital.

3.2.4 No momento da validação, será emitido o comprovante de inscrição onde o candidato deverá assinar concordando incondicionalmente com todos os termos descritos na sua inscrição.

3.3 CONSIDERAÇÕES SOBRE AS INSCRIÇÕES

3.3.1 É de inteira responsabilidade do candidato a conferência e confirmação dos dados de inscrição, bem como a responsabilidade por qualquer erro ou omissão no preenchimento do formulário de inscrição on-line, razão pela qual deve ser atenciosamente conferida antes da confirmação, pois não será permitido pedido de retificação após o encerramento do prazo das validações das inscrições.

3.3.2 As inscrições pela Internet devem ser feitas com antecedência, evitando o possível congestionamento de comunicação do site www.processosseletivos.com.br/cocaldosul nos últimos dias de pré-inscrição on-line.

3.3.3 A empresa organizadora do certame e a Prefeitura Municipal de COCAL DO SUL/SC não se responsabilizam por qualquer problema na inscrição via internet motivada por falhas de comunicação, falta de energia elétrica, congestionamento das linhas de comunicação, bem como outros fatores de ordem técnica que impossibilitem a conexão ou a transferência de dados.

3.4 PUBLICAÇÃO DAS INSCRIÇÕES

3.4.1 As inscrições que preencherem todas as condições deste edital serão deferidas e publicadas pela autoridade competente no dia 20/11/2015, até as 23h59min. A publicação será realizada no site www.processosseletivos.com.br/cocaldosul, onde estarão indicados o nome do candidato, o cargo pretendido e o número de sua inscrição.

3.4.2 No mesmo local será publicada a relação das inscrições indeferidas.

4 REQUISITOS BÁSICOS PARA ADMISSÃO NO CARGO

4.1 Ter nacionalidade brasileira ou equivalente.

4.2 Estar no gozo de direitos políticos.

4.3 Estar em dia com as obrigações eleitorais.

4.4 Possuir quitação das obrigações militares, para os candidatos do sexo masculino.

4.5 Possuir o nível de escolaridade exigido para o exercício do cargo de acordo com o estabelecido no ITEM II do presente Edital.

4.6 Contar com, no mínimo, 18 (dezoito) anos completos até a data da posse.

4.7 Ter aptidão física e mental para o exercício das atribuições do cargo.

4.8 Firmar declaração de não possuir acúmulo de remuneração pública, exceto aquelas previstas em Lei.

4.9 Apresentar Declaração de não ter sofrido no exercício da função pública nenhuma penalidade disciplinar, caso tenha trabalhado no ano de 2015 em órgão público. Esta declaração deve ser expedida pelo próprio órgão contratante.

4.10 Não ter sido contratado por meio de processo seletivo, cujo contrato tenha sido rescindido por justa causa.

5 DAS ETAPAS DO PROCESSO SELETIVO

O Processo Seletivo constará de 02 (duas) etapas consistentes de:

a. Prova Escrita, de conhecimentos gerais e de conhecimentos específicos de caráter classificatório (ressalvada a ausência do candidato à prova ou zerá-la, casos em que será eliminado do processo seletivo);

b. Prova de Títulos (escolaridade, cursos de aperfeiçoamento ou atualização e tempo de serviço), de caráter classificatório.

5.1 PROVA ESCRITA

5.1.1 A prova escrita será de caráter classificatório que avaliará a aptidão funcional dos candidatos para o desempenho das funções a serem executadas no exercício do cargo pretendido.

5.1.2 As provas escritas serão organizadas conforme exigências do cargo pretendido:

5.1.2.1 Provas para todos os cargos:

a) A Prova Escrita será composta com 20 (vinte) questões objetivas para o cargo de interesse do candidato, sendo 05 (cinco) questões gerais de língua portuguesa e interpretação de texto, 10 (dez) questões de conhecimentos Gerais da Educação e 05 (cinco) questões de conhecimentos específicos do cargo pretendido. Cada uma delas com 05 (cinco) alternativas, das quais, somente 01 (uma) deverá ser assinalada como correta.

b) Os candidatos inscritos em apenas 01 (um) cargo receberão um cartão resposta com 20 (vinte) questões, e os candidatos inscritos em 02 (dois) cargos receberão um cartão resposta com 25 (vinte e cinco) questões. Ambos sendo 05 (cinco) questões específicas para cada cargo

pretendido. As questões de conhecimentos gerais da área da educação e de português servirão para todos os cargos.

c) O caderno de avaliações será composto por questões de todas as Áreas/Disciplinas/Cargos onde o candidato, através do cartão resposta poderá identificar quais questões deverá responder e assinalar;

d) As questões que o candidato deverá responder estarão explicitamente indicadas no cartão resposta através da identificação de sua disciplina/cargo e numeração de questões conforme caderno de avaliações.

5.1.3 As questões das provas versarão sobre os conteúdos programáticos constantes no Anexo II deste Edital.

5.1.4 O peso de cada questão é de 0,5 pontos.

5.1.5 A nota da prova escrita (NPE) será calculada com o emprego da seguinte fórmula: $NPE = (NA \times 0,5)$ onde (NPE= Nota da Prova Escrita, e NA= Número de Acertos).

5.1.6 Cada Candidato inscrito no certame terá direito a apenas 01 (um) cartão de respostas, não sendo permitida, em hipótese alguma, a troca de seu cartão assinado por outro.

5.1.7 O candidato deverá transpor os resultados das questões para grade de respostas, cujo preenchimento é de sua inteira responsabilidade.

5.1.8 Questões rasuradas ou com mais de uma alternativa marcada, na grade de respostas, serão consideradas como marcadas incorretamente pelo candidato.

5.1.9 Para fins de correção da prova, somente será considerada a grade de respostas, sendo que os cadernos de prova não serão considerados, sob quaisquer hipóteses.

5.2 PROVA DE TÍTULOS

5.2.1 Da avaliação do nível de escolaridade

A avaliação do nível de escolaridade será feita através de certificados ou diplomas de licenciatura na área a que concorre, curso de pós-graduação, mestrado ou doutorado na área da educação, considerando apenas o título de maior pontuação, de acordo com a tabela de pontos abaixo:

Cargo: Professor

Título	Comproventes Exigidos	Valor unitário	Quantidade Máxima	Pontuação Máxima
Doutorado	Diploma devidamente registrado.	6,00	1	6,00
Mestrado	Diploma devidamente registrado.	4,00	1	4,00
Especialização	Diploma devidamente registrado.	3,00	1	3,00
Licenciatura na Área	Diploma devidamente registrado ou provisoriamente para os formandos, certidão de colação de grau.	2,00	1	2,00

5.2.1.1 Serão aceitos cursos de pós-graduação (Especialização, Mestrado ou Doutorado) na área da Educação, sendo que será considerado apenas um certificado por candidato (original e cópia). Apresentar também original e cópia do histórico, quando este não estiver expresso no verso do certificado.

5.2.2 Da avaliação dos cursos de aperfeiçoamento ou atualização.

A avaliação dos cursos de aperfeiçoamento ou atualização na área da educação será feita através de cursos de aperfeiçoamento ou atualização frequentados, ministrados e concluídos no período de 01/01/2014 a 16/10/2015, obedecida a tabela de pontos abaixo:

Número de Horas	Pontuação	Comproventes Exigidos
80 horas	1,0 ponto	Diplomas, certificados ou declarações devidamente expedidas por instituição credenciada pelo MEC, CEE ou CME, contendo a assinatura do responsável, carga horária, conteúdo programático e período de realização.

5.2.3 Da avaliação do tempo de serviço.

5.2.3.1 A avaliação do tempo de serviço será feita através de atestado de tempo de serviço no magistério da rede pública ou particular de Santa Catarina e de outros estados, e obterá a pontuação de 0,01 (zero vírgula zero um) pontos para cada mês completo de tempo de serviço, limitando-se a 25 (vinte e cinco) anos, totalizando o máximo de 3,0 (três) pontos.

5.2.3.2 No cálculo de pontos por tempo de serviço comportar-se-á como um mês a fração igual ou superior a 15 dias.

5.2.3.3 Para receber a pontuação relativa ao tempo de serviço no magistério, o candidato deverá comprovar através de:

I. Para exercício de atividade em instituição privada ou instituição pública que adote o Regime Celetista para o quadro funcional será necessária a comprovação através de: Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) contendo as páginas: identificação do trabalhador, registro do empregador que informe o período (com início e fim, se for o caso) e qualquer outra página que ajude na avaliação, por exemplo, quando há mudança na razão social da empresa;

II. Para exercício de atividade em instituição pública que adote o regime estatutário será necessária a comprovação do tempo de serviço que informe o período, com início e fim, emitida pelos seguintes órgãos:

a. Unidade Escolar, quando se tratar de magistério público estadual;

b. Secretaria de Educação do Município, quando se tratar de tempo de serviço municipal (Setor de Pessoal da Prefeitura Municipal);

c. Secretaria da Educação do Estado de origem, quando se tratar de magistério público de outros Estados;

d. Setor de Recursos Humanos do Órgão Federal ou de Unidade Escolar, quando se tratar de magistério público federal e particular, respectivamente;

5.2.3.4 Para efeito de pontuação relativa ao título de tempo de serviço no magistério o atestado/certidão emitido deverá conter o nome do órgão por extenso, não se aceitando abreviaturas.

5.2.3.5 Para efeito de pontuação relativa ao título de tempo de serviço no magistério não será considerada sobreposição de tempo nos documentos apresentados, mesmo que em instituições diferentes.

5.2.3.6 Não será computado para efeito de pontuação ao título de tempo de serviço no magistério, o tempo de serviço que excede a 25 anos de trabalho.

5.2.3.7 Para os candidatos já aposentados, não será considerado o tempo de serviço trabalhado até a data de sua aposentadoria, apenas será considerado o tempo exercido no magistério após a data da mesma.

5.2.3.8 Não será computado também, o tempo de estágio, de monitoria e de bolsa de estudo, nem o tempo de trabalho voluntário exercido na condição de estudante.

5.2.3.9 O tempo de serviço será considerado até a data de 30/09/2015.

6 DA REALIZAÇÃO DA PROVA

6.1 A prova escrita será realizada no dia 28/11/2015, na Escola de Educação Básica Demétrio Bettiol, situada na Rua Frederico Zanette, nº 33, bairro Brasília, na cidade de Cocal do Sul/SC.

6.2 Os portões do prédio onde será realizada a prova escrita serão fechados, impreterivelmente, às 14h30min. O candidato que chegar após o horário estabelecido terá sua entrada vedada e será automaticamente eliminado do Processo Seletivo.

6.3 A prova terá duração máxima conforme itens abaixo:

a) Para os candidatos inscritos em apenas 01 (um) cargo a prova terá duração máxima de 2 horas, com início às 15h:00min e término às 17h:00min;

b) Para os candidatos inscritos em 02 (dois) cargos a prova terá duração máxima de 2h:30min com início às 15h:00min e término às 17h:30min;.

6.4 Para fins de acesso à sala de realização da prova, será exigido o Documento de Identidade Original com Foto (Obrigatoriamente) e o Comprovante de inscrição (Facultativamente).

6.5 Para realização da prova, somente será permitido ao candidato o uso de caneta esferográfica de tinta azul ou preta.

6.6 As provas terão um prazo mínimo de realização de 30 (trinta) minutos.

6.7 O candidato que, durante a realização da prova escrita, for encontrado e confirmado de posse de qualquer tipo de relógio, telefone celular, pager, beep, calculadora ou quaisquer outros componentes ou equipamentos eletrônicos, em funcionamento ou não, terá sua prova anulada e, com isso, será automaticamente eliminado do Processo Seletivo.

6.8 Durante a realização das provas será vedado, também, o uso de carteiras, bolsas, bonés, chapéus e similares, livros, revistas, apostilas, resumos, dicionários, cadernos, etc.

6.9 Caso o candidato esteja impossibilitado de apresentar, no dia de realização da prova escrita, documento de identidade original, por motivo de perda, roubo ou furto, deverá apresentar boletim de ocorrência expedido por órgão policial, há no máximo 30 (trinta) dias anteriores em relação ao dia da realização da Prova.

6.10 O candidato apenas estará segurado da realização da prova mediante a apresentação do comprovante de validação de inscrição em caso de não constatação de seu nome nas listas de distribuição de locais de prova fixados na entrada do prédio onde serão realizadas as provas.

6.11 Será de inteira responsabilidade do candidato o preenchimento correto do cartão de respostas, que será o único documento válido para efeito de correção da prova.

6.12 Não serão computadas as questões não assinaladas, assinaladas a lápis ou caneta de cor diferente da preta ou azul, assim como as questões que contenham mais de uma resposta, emenda ou rasura, ainda que legíveis.

6.13 Em hipótese nenhuma haverá substituição do cartão de respostas em caso de erro, rasura ou preenchimento incorreto do candidato conforme instruções contidas no mesmo.

6.14 Em caso de existirem tipos de cadernos de provas diferentes (para cargos diversos), estes serão identificados na lista de presença de cada candidato e o cartão de respostas será devidamente identificado com o número do caderno de prova ou outra forma que auxilie o candidato na identificação das questões correspondentes a sua área/cargo pretendido.

6.15 Em hipótese nenhuma haverá segunda chamada para realização da prova, seja qual for o motivo alegado pelo candidato, implicando a ausência na sua eliminação do Processo Seletivo.

6.16 Os 03 (três) últimos candidatos permanecerão no local até a conclusão do último, para, após, assinarem o termo de recolhimento dos cartões resposta juntamente com os fiscais (de sala e coordenador).

6.17 Por razões de ordem técnica e de segurança, a entidade responsável pela elaboração das provas, se reserva ao direito de não fornecer exemplares dos Cadernos de Provas a candidatos ou a outras instituições, mesmo após o encerramento do certame, estando à disposição dos candidatos uma cópia para download no mesmo endereço das inscrições em até 24 horas úteis após aplicação da prova.

6.18 A lactante que necessitar amamentar durante a realização da prova, poderá fazê-lo em sala reservada, desde que o requeira no momento da inscrição, por meio do preenchimento do ANEXO IV desde edital, para adoção das providências necessárias.

6.19 Não haverá compensação do tempo de amamentação em favor da candidata.

6.20 A criança deverá ser acompanhada de adulto responsável por sua guarda (familiar ou terceiro indicado pela candidata) e permanecer em ambiente reservado.

6.21 A lactante deverá apresentar-se, no respectivo horário para o qual foi convocada, com o acompanhante e a criança.

6.22 Não será disponibilizado pela equipe técnica do Processo Seletivo responsável para a guarda da criança, acarretando à candidata a impossibilidade de realização da prova.

6.23 Nos horários previstos para amamentação, a candidata lactante poderá ausentar-se temporariamente da sala de prova, acompanhada de uma fiscal.

6.24 Na sala reservada para amamentação ficará somente a candidata lactante, a criança e uma fiscal, sendo vedada a permanência de babás ou quaisquer outras pessoas que tenham grau de parentesco ou de amizade com a candidata.

6.25 Constatando-se, durante a realização da prova, qualquer erro ou equívoco relacionado à edição ou impressão das provas, os organizadores tomarão a providência cabível, podendo inclusive determinar a anulação da questão ou questões afetadas.

6.26 Caberá à entidade organizadora do certame, juntamente com a Comissão, decidir sobre ocorrências verificadas durante a realização das provas.

6.27 A Comissão poderá, justificadamente, alterar as normas previstas no ITEM6 e seus desdobramentos, desde que com a finalidade de preservar o bom andamento do Certame.

7 DA CLASSIFICAÇÃO

7.1 Os candidatos considerados aprovados serão ordenados e classificados pela área/cargo e pela habilitação mínima exigida em listagem, de acordo com a sua inscrição no Processo Seletivo, seguindo a ordem decrescente de pontuação final, expressa em 03 (três) algarismos,

de acordo com a seguinte fórmula:

$PONTUAÇÃO\ FINAL = (NOTA\ DA\ PROVA\ ESCRITA) \times 7 + (PONTOS\ DA\ PROVA\ DE\ TÍTULOS + HORAS\ DE\ CURSO + TEMPO\ DE\ SERVIÇO) \times 3$

7.2 No caso de empate na classificação terá preferência para a nomeação, sucessivamente, o candidato que:

- a) Obter maior pontuação na prova escrita;
- b) Obter a maior pontuação na soma da prova de Títulos, Horas de Curso e Tempo de Serviço;
- c) Obter o maior Título;
- d) Obter a maior idade;
- e) Persistindo o empate prevalecerá o maior número de dependentes.

7.3 As provas obedecerão aos critérios especificados pelo Anexo I e conteúdos programáticos constantes do Anexo II deste Edital.

7.4 A chamada dos candidatos selecionados será efetuada, mediante a existência de vagas, obedecendo à seguinte ordem:

1º Classificação dos habilitados;

2º Classificação dos não-habilitados.

7.5 A publicação da classificação final do processo seletivo será divulgada no site www.processosseletivos.com.br/cocaldosul e no site oficial da Prefeitura Municipal de Cocal do Sul, no dia 15/12/2015.

8 DOS RECURSOS

8.1 O candidato poderá interpor recurso nos seguintes casos e prazos:

- a) Com relação à homologação das inscrições, no prazo de 02 (dois) dias, a contar do primeiro dia útil subsequente ao da publicação do edital de homologação das inscrições;
- b) Com relação à prova escrita (questões objetivas) no prazo de 02 (dois) dias úteis a contar do primeiro dia útil subsequente à realização da prova.

c) Com relação à classificação parcial no prazo de 02 (dois) dias úteis a contar do primeiro dia útil subsequente à publicação dos resultados.

8.2 O recurso deverá ser individual, por questão, com a indicação daquilo que o candidato se julga prejudicado, devidamente fundamentado, comprovando as alegações com citação das fontes de pesquisa, páginas de livros, nome dos autores, bibliografia específica, etc., juntando cópia dos comprovantes, devendo o mesmo ser dirigido e protocolado na Secretaria de Educação, Esporte e Cultura nos prazos estabelecidos no cronograma do Anexo I.

8.3 Após o julgamento dos recursos interpostos, os pontos correspondentes às questões porventura anuladas, serão atribuídos a todos os candidatos, indistintamente, que não os obtiveram na correção inicial. Se resultar em alteração do gabarito, as provas de todos os candidatos serão corrigidas novamente, conforme essa alteração e seu resultado final divulgado de acordo com esse novo gabarito.

8.4 Os pedidos de revisão de provas e notas somente serão aceitos se feitos pelos próprios candidatos, em até 02 (dois) dias úteis a contar a partir do primeiro dia útil seguinte ao da publicação dos classificados no Processo Seletivo, com respeito somente às suas próprias provas, ficando vedados, a qualquer tempo e condição, pedidos de revisão de provas e notas de terceiros.

8.5 No pedido de Revisão de correção de provas, será apresentado apenas uma vez ao candidato o Caderno de Provas com respectivo Gabarito, ficando impedido de fazer qualquer alteração ou cópia.

9 DOS CANDIDATOS COM DEFICIÊNCIA

9.1 Às pessoas com deficiência são asseguradas o direito de inscrição no Processo Seletivo, Modalidade - Emprego Público de que trata este Edital, nos termos do Decreto Federal nº. 3.298/99.

9.2 São reservados 5% das vagas abertas por este edital, para cada cargo, às pessoas com deficiência de conformidade com o inciso VIII do art. 37 da Constituição Federal e Decreto Federal nº. 3.298/99, e suas alterações, Decreto Federal nº. 5.296/2004 e suas alterações e na Lei Federal nº. 7.853/1989, caso não houver candidato inscrito ou aprovado as vagas reservadas serão disponibilizadas para os demais candidatos aprovados.

9.3 Os candidatos com deficiência poderão disputar cargos cujas atividades sejam compatíveis com a sua deficiência, em igualdade de condições com os demais candidatos no que se refere ao conteúdo das provas, à avaliação, aos critérios de aprovação, ao horário e local de aplicação das provas e à pontuação mínima exigida.

9.4 Caso o candidato inscrito como pessoa com deficiência não se enquadre nas categorias definidas no Art. 4, incisos I a V, do Decreto Federal nº. 3.298/99, a homologação de sua inscrição se dará na listagem geral de candidatos e não na listagem específica para pessoas com deficiência.

9.5 Na avaliação médica, anterior a nomeação, caso o candidato com deficiência seja considerado inapto para o cargo, será nomeado o candidato imediatamente posterior.

9.6 O candidato com deficiência ou aquele que necessitar de tratamento diferenciado no dia da prova objetiva deverá especificá-lo no formulário de inscrição, e complementado pelo preenchimento do ANEXO III desde edital, indicando as condições diferenciadas de que necessita para a realização da prova.

9.7 A não solicitação de recursos especiais, tempestivamente, implica a sua não concessão no dia da realização das provas.

9.8 O candidato com deficiência que, no ato da inscrição não declarar esta condição ou não atender as condições de deficiência determinadas neste Processo Seletivo, terá sua inscrição solicitação de recursos especiais não concedida, passando a concorrer unicamente como candidato sem deficiência e não poderá impetrar recurso em favor de sua situação.

9.9 A realização das provas por estes candidatos, em condições especiais, ficará condicionada à possibilidade de fazê-las de forma que não importe quebra de sigilo ou não enseje seu favorecimento.

9.10 As pessoas com deficiência participarão da seleção em igualdade de condições com os demais candidatos no que se refere ao conteúdo das provas, à avaliação, aos critérios de aprovação, ao horário e local de aplicação das provas e à pontuação mínima exigida.

10 DA DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS

10.1 Fica delegada competência à PS CONCURSOS para:

- a) Elaborar e responder pelo edital, juntamente com a Comissão do Processo Seletivo e da Secretaria da Educação;
- b) Organizar programas e inscrições no portal da internet;
- c) Deferir e indeferir as inscrições e apreciar recursos previstos neste Edital;
- d) Disponibilizar a Emissão Eletrônica dos documentos de pré-inscrições e inscrição através de sistemas automatizados e on-line;
- e) Elaborar, aplicar, julgar, corrigir e avaliar a prova escrita;

f) Apurar e responder os recursos das inscrições, da prova escrita e resultados publicados, com auxílio e suporte da Comissão do Processo Seletivo nº 04/2015.

10.2 Fica atribuído à Comissão do Processo Seletivo, nomeada através de Decreto exclusivamente para acompanhar o certame, e à Secretaria de Educação as seguintes responsabilidades:

- a) Auxiliar na elaboração do edital fornecendo dados técnicos reais e legais;
- b) Conferir, aprovar e publicar o edital;
- c) Prestar informações sobre o Processo Seletivo;
- d) Acompanhar a realização das provas;
- e) Validar as informações prestadas pelo candidato, relativamente às pré-inscrições;
- f) Entregar toda a documentação referente as validações de inscrições e recursos a PS Concursos após o término de cada fase.

11 DA ESCOLHA DE VAGAS

11.1 A escolha de vagas obedecerá rigorosamente à classificação, de acordo com o horário, data e local a serem divulgados pela Secretaria de Educação, Esporte e Cultura.

11.2 A escolha de vagas deverá ser efetuada pelo próprio candidato(a), não podendo ser efetuada por outro(a).

11.3 O candidato deverá escolher a vaga existente na sua totalidade de carga horária, não podendo a mesma ser dividida.

11.4 O candidato que não se apresentar no dia e horário determinado para a escolha da vaga, bem como aquele presente que não aceitar nenhuma das vagas oferecidas, continuará na ordem de classificação, entretanto, deverá aguardar o término da lista de candidatos para uma nova chamada.

11.5 O candidato que escolheu a vaga e não assumiu no tempo estipulado pela Secretaria de Educação (24 horas) será considerado desistente do processo seletivo.

11.6 Depois de efetivada a escolha de vagas, não será permitido ao(à) candidato(a) fazer a troca de período (matutino/vespertino) ou segmento (Ed. Infantil/Anos Iniciais/Anos Finais/Educação Especial), salvo nos casos de interesse e necessidade da Secretaria de Educação.

11.7 O profissional contratado ficará vinculado a Secretaria de Educação, Esporte e Cultura, onde poderá ocorrer mudança de local de trabalho e alteração de jornada de trabalho, sempre que necessário.

11.8 O candidato que optou pela inscrição em dois segmentos, deverá no momento da escolha optar por um.

11.9 Será de responsabilidade do(a) candidato(a) a sua não localização (mudança do número do telefone, não receber recados, não informar o DDD quando diferente de 48, etc.) passando então, para o final da listagem.

11.10 A não localização do(a) candidato(a) por telefone (até 3 tentativas) no momento da chamada via telefone (telefone desligado, fora da área, mudança de número) implicará no preenchimento da vaga pelo(a) candidato(a) seguinte que for localizado, ficando assim aguardando uma nova vaga.

11.11 O(a) candidato(a) contratado(a) que desistir da vaga deverá comparecer na Secretaria de Educação, Esporte e Cultura para preencher um comunicado de desistência, não podendo ocupar, neste processo seletivo, nenhuma outra vaga.

11.12 O(a) candidato(a) que escolheu vaga e não assumiu na data determinada ou não entregou os documentos no prazo estabelecido neste edital, será considerado(a) desistente e eliminado(a) do processo seletivo.

11.13 O contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo, a pedido do contratado ou por conveniência administrativa, a juízo da Administração Pública Municipal, bem como nos casos de substituições pelo retorno do titular ou por problema de ordem pedagógica ou administrativa constatada falta funcional, verificada a ausência de idoneidade moral, assiduidade, disciplina, eficiência e/ou aptidão para o exercício da função, comprovada através de, no mínimo, três advertências por escrito.

11.14 Após contratação temporária, a desistência da vaga não dará direito à nova escolha no ano letivo.

12 CONVOCAÇÃO PARA EXAMES MÉDICOS E ENTREGA DE DOCUMENTOS

12.1 Os candidatos aprovados e classificados no Certame serão convocados e encaminhados para o exame médico e para a comprovação dos requisitos exigidos no ITEM 4 do presente Edital, obedecendo-se rigorosamente a ordem da classificação.

12.2 Os exames médicos admissionais deverão emitir parecer de APTO ou NÃO APTO para o exercício do cargo, sendo este de caráter eliminatório.

12.3 A critério do médico avaliador responsável pelo parecer referido no ITEM 12.2, poderão ser requisitados exames e avaliações complementares.

12.4 O candidato convocado deverá apresentar à Secretaria de Educação, Esporte e Cultura de Cocal do Sul/SC, situada na Rua Paulino Búrigo, Centro, em Cocal do Sul/SC, a documentação necessária à sua admissão, composta por:

- a. Originais e Cópias do RG, CPF, Título de Eleitor;
- b. Original e Cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social (página de identificação e registro no PIS/PASEP);
- c. 02 (duas) fotos 3x4 (recentes);
- d. Original e cópia da Certidão de Nascimento ou Casamento para os candidatos de estado civil casado;
- e. Original e cópia da Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos, se houver;
- f. Original e cópia da Carteira de Vacinação dos filhos menores de 14 anos, se houver;
- g. Original e cópia do Certificado de Reservista para candidatos do sexo masculino até os 45 (quarenta e cinco) anos de idade;
- h. Prova de quitação das obrigações eleitorais;
- i. Original e cópia de comprovante de residência assim sendo considerado: Conta de luz, IPTU, água ou telefone fixo, em nome do candidato, cônjuge ou de ascendente ou descendente direto;
- j. Comprovação da escolaridade exigida neste edital;
- k. Declaração de que não exerce outro cargo, função ou emprego na Administração Federal, Estadual/Distrital e/ou Municipal, salvo os acumuláveis previstos na Constituição Federal/88, artigo 37, inciso XVI, alíneas a,b,c;
- l. Declaração de não ter sofrido, no exercício de função pública, as penalidades previstas no art. 137 e seu parágrafo único da Lei nº 8.112/1990;
- m. Atestado de médico declarando aptidão para exercer o respectivo cargo público;

13 DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1 A inscrição do candidato implicará o conhecimento e a tácita aceitação das condições estabelecidas neste Edital, bem como em

eventuais aditamentos e instruções específicas para a realização do Certame, acerca das quais não poderá alegar desconhecimento.

13.2 Os candidatos que não atenderem aos requisitos exigidos neste Edital serão automaticamente eliminados do Processo Seletivo em qualquer de suas fases.

13.3 Será excluído do certame o candidato que:

- Faltar a qualquer uma das fases do certame;
- Não pontuar na prova objetiva;
- Portar-se de maneira inadequada nos locais de realização das provas, de modo a prejudicar o andamento normal do Processo Seletivo;
- For surpreendido, durante a realização das provas, em comunicação com outro candidato;
- For apanhado em flagrante tentativa de burla, fraude ou falsificação na realização da prova, sem prejuízo do indiciamento cabível;
- Deixar de apresentar qualquer documento comprobatório dos requisitos exigidos neste Edital.

13.4 O presente edital objetiva o preenchimento de cargos, sob a égide do regime jurídico estatutário dos servidores públicos municipais de Cocal do Sul/SC e serão contratados pelo regime jurídico administrativo especial disposto na Lei Municipal 1.275, de 30/09/2015, vinculados ao Regime Geral da Previdência Social.

13.5 Se aprovado e convocado o candidato, por ocasião da contratação, deverá apresentar todos os documentos exigidos pelo presente Edital bem como outros que lhe forem solicitados, no prazo de 5 dias, acarretando, o descumprimento deste requisito, na perda do direito à vaga e consequentemente não contratação.

13.6 A aprovação no Processo Seletivo não gera direito à contratação, a qual se dará, a exclusivo critério da Secretaria Municipal de Educação, dentro do prazo de validade do certame em conformidade com a necessidade atual e futura da mesma.

13.7 A candidata que esteja em gozo de licença maternidade, terá assegurada sua vaga, respeitada a ordem de classificação, devendo ser nomeada assim que cessado o benefício.

13.8 O ato de inscrição implica na aceitação destas e demais condições do presente Edital e do Regulamento do Processo Seletivo e, em caso de classificação e contratação, a observância do regime jurídico nele indicado.

13.9 É de inteira e exclusiva responsabilidade do candidato o acompanhamento das publicações, editais, avisos e comunicados referentes ao Processo Seletivo. Não serão prestadas por telefone informações relativas ao resultado do Processo Seletivo.

13.10 O candidato deverá manter atualizado seu endereço e contato telefônico, no portal das inscrições, até a publicação da classificação final do Processo Seletivo, e junto a Secretaria de Educação, Esporte e Cultura de Cocal do Sul/SC, após a homologação do resultado do Processo Seletivo.

13.11 Os casos omissos serão resolvidos pela organizadora do CERTAME e pela Comissão do Processo Seletivo.

13.12 O presente Edital estará disponibilizado no site www.processosseletivos.com.br/cocaldosul, no site www.cocaldosul.sc.gov.br e no mural da Secretaria de Educação, Esporte e Cultura e Prefeitura Municipal de Cocal do Sul.

13.13 A seleção de que trata este edital terá validade para o ano letivo de 2016.

13.14 Faz parte deste edital o Anexo I – Do Cronograma e Do Regulamento para as provas do Processo Seletivo.

13.15 Faz parte deste edital o Anexo II – Dos Conteúdos Programáticos.

13.16 Faz parte deste edital o Anexo III – Do Requerimento do candidato com deficiência.

13.17 Faz parte deste edital o Anexo IV – Do Requerimento a candidata lactante.

13.18 Faz parte deste edital o Anexo V – Do formulário para recurso

13.19 Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

13.20 Revogam-se as disposições em contrário.

COCAL DO SUL/SC, em 23 de outubro de 2015.

CIRLENE GONÇALVES SCARPATO

Secretária de Educação, Esporte e Cultura

Fica homologado o presente EDITAL DE PROCESSO SELETIVO N.º 04/2015, a data, o local e o horário da prova.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE COCAL DO SUL/SC

PROCESSO SELETIVO EDITAL Nº 04/2015

ANEXO I

CRONOGRAMA DO PROCESSO

Cronograma	Data
Publicação do Edital de Abertura	23/10/2015
Período de pré-Inscrições Online	30/10/2015 a 12/11/2015
Período de validação das inscrições	12, 13 e 16/11/2015 (8h às 12h e 13h às 16h)
Divulgação preliminar das inscrições deferidas e indeferidas	17/11/2015 (até as 23h59min)
Prazo para apresentação dos Recursos contra o indeferimento das inscrições	18 a 19/11/2015 (8h às 12h e 13h às 16h)
Divulgação Definitiva das Inscrições	20/11/2015
Realização das Provas Escritas e Divulgação do Gabarito Oficial	28/11/2015
Prazo para Recursos referentes à Prova Escrita	30/11 a 01/12/2015 (em horário de expediente)

Divulgação do resultado preliminar e notas das provas (Classificação Parcial)	09/12/2015 (até as 23h59min)
Prazo para Recursos referentes ao resultado e/ou notas das provas	10 a 11/12/2015 (8h às 12h e 13h às 16h)
Homologação e Divulgação da Classificação Final do Processo Seletivo	15/12/2015 (até as 23h59min)

REGULAMENTO PARA AS PROVAS DO PROCESSO SELETIVO

Os portões do prédio onde será realizada a prova escrita serão fechados, impreterivelmente, às 14h30min. O candidato que chegar após o horário estabelecido, terá sua entrada vedada e será automaticamente eliminado do Processo Seletivo.

A prova terá duração máxima conforme itens abaixo:

a) Para os candidatos inscritos em apenas 01 (um) cargo a prova terá duração máxima de 2 horas, com início às 15h:00min e término às 17h:00min;

b) Para os candidatos inscritos em 02 (dois) cargos a prova terá duração máxima de 2h:30min com início às 15h:00min e término às 17h:30min;

As provas terão um prazo mínimo de realização de 30 (trinta) minutos.

Não será admitida a entrada de candidatos após o fechamento dos portões do prédio, ou que não estiver munido do Documento Original com Foto.

O candidato apenas estará segurado da realização da prova mediante a apresentação do comprovante de validação de inscrição em caso de não constatação de seu nome nas listas de distribuição de locais de prova fixados na entrada do prédio onde serão realizadas as provas. Os envelopes das provas serão abertos por 02 (dois) candidatos, que comprovarão os respectivos lacres e assinarão, juntamente com 01 (um) fiscal de sala e 01 (um) fiscal coordenador, um termo de abertura dos envelopes.

Durante a prova não poderá ser feita qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquinas calculadoras, celulares ou quaisquer tipos de aparelhos ou anotações.

Não será permitido qualquer tipo de comunicação do candidato com outros candidatos ou com o exterior do recinto, sob pena da eliminação do Processo Seletivo do(s) Candidato(s) envolvido(s). Aparelhos de telefonia celular, bip e/ou similares deverão ser desligados.

O candidato poderá sair da sala somente em caso especial e acompanhado de um fiscal.

É expressamente proibido fumar nos locais das provas.

Todas as respostas da prova escrita deverão ser transpostas para a grade de respostas, não podendo ficar nenhuma questão sem resposta. Após a conclusão e entrega da prova, os candidatos não poderão permanecer nos corredores e dependências do local da aplicação das provas.

Os 03 (três) últimos candidatos permanecerão na sala até a conclusão do último, para, após, assinarem o termo de recolhimento dos cartões resposta juntamente com os fiscais (de sala e coordenador).

Os cartões de respostas, juntamente com a lista de presença e termos referentes aos pacotes lacrados e entrega de cartões resposta deverão ser entregues pelos Fiscais ao Coordenador da equipe de aplicação do Processo Seletivo, acompanhados dos três últimos candidatos.

COCAL DO SUL/SC, em 23 de outubro de 2015.

CIRLENE GONÇALVES SCARPATO

Secretária de Educação, Esporte e Cultura

Fica homologado o ANEXO I do presente EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº. 04/2015, Do Cronograma e Do Regulamento para as provas do Processo Seletivo.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE COCAL DO SUL/SC

PROCESSO SELETIVO EDITAL Nº 04/2015

ANEXO II

CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS PARA OS CARGOS DA PROVA ESCRITA

1. CONHECIMENTOS GERAIS

Para todos os cargos

Função social da escola, Currículo, Projeto Político Pedagógico; Concepções de Ensino-Aprendizagem; Concepção histórico cultural (Vygotsky e Wallon); Inclusão digital; Teorias do conhecimento (Paulo Freire); Educação Inclusiva; Planejamento e avaliação; Legislação da educação básica; Estatuto da Criança e do Adolescente; Atualidades. LDB – Lei de Diretrizes e Bases. Plano Nacional de Educação. Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica.

2. LINGUA PORTUGUESA

Para todos os cargos

Compreensão e interpretação de textos. Características dos diversos gêneros textuais. Tipologia textual (sequências narrativa, descritiva, argumentativa, expositiva, injuntiva e dialogal). Elementos de coesão e coerência textual. Funções da linguagem, Ortografia oficial. Acentuação gráfica. Emprego do sinal indicativo de crase. Pontuação. Emprego e descrição das classes de palavras. Sintaxe da oração e do período. (ênfase em concordância e regência). Significação das palavras e inferência lexical através do contexto. Fonética e Fonologia Fonema e Letra Ortografia. Recursos sonoros Vícios de linguagem Lexicologia Polissemia Sinônimos e antônimos Homônimos e parônimos; Morfologia Estrutura as palavras Formação das palavras Neologismos e Estrangeirismos.

3. CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

3.1.1 - Educação Infantil

Concepção de Infância; concepções de atendimento à infância; Função Social da Educação Infantil; Referenciais Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, Eixos Norteadores da Educação Infantil e o Papel do Professor; Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica (Educação Infantil).

3.1.2 - Anos Iniciais do Ensino Fundamental

Alfabetização na perspectiva do letramento; Alfabetização como processo de apropriação das diferentes linguagens: apropriação inicial da leitura e da escrita Oralidade e escrita; Perfil do Professor Alfabetizador; Letramento e a diversidade de Gêneros discursivos; Ideia de representação, funções sociais da escrita; Texto: unidade da língua, tipologia textual, produção e reestruturação de textos, análise linguística; Direitos de aprendizagem da Língua Portuguesa; Sequência didática (Schneuwly, Dolz e colaboradores). Elaboração de conceitos matemáticos: Campos Numéricos - Números Naturais, Números Racionais, Análise Combinatória; Campos Geométricos - Geometria Espacial, Geometria Plana, Sistema de Medidas; Estatística - Gráficos estatísticos; Direitos de aprendizagem da Matemática; Elaboração de conceitos das Ciências Naturais: meio biótico e abiótico, recursos tecnológicos, interdependências, saúde; Elaboração de conceitos das Ciências humanas e sociais: tempo, tempo cronológico e histórico, temporalidade, espaço, relações e interações, cotidiano, memória e identidade/grupo, paisagem, localização, orientação, representação; Parâmetros Curriculares Nacionais das Séries Iniciais.

3.1.3 – Educação Especial:

Atendimento Educacional Especializado; História da Educação Especial e Inclusiva no Brasil; Legislação e normas; Planos nacionais de educação; Procedimentos didáticos especiais Adequações curriculares; conceitos de deficiências; condutas típicas e altas habilidades; tecnologias assistivas; Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva; Atribuições do segundo professor de turma; Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica: Diretrizes operacionais para o atendimento educacional especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial.

3.1.4 – Educação Física:

1. Origem e evolução da Educação Física, Educação Física na Concepção Histórico Cultural, Educação Física Crítico Superadora; Educação do corpo e do movimento humano; 2. Conceitos essenciais da Educação Física Escolar: Corporeidade/Movimento: dança; jogos; ginástica, Esporte e Lutas e Qualidade de vida. 3. Parâmetros curriculares nacionais: Educação Física.

3.1.5-Artes:

1. Conhecimentos artísticos, estéticos e culturais produzidos historicamente e em produção pela humanidade; 2. Conceitos de som, forma, cor, gesto, movimento, espaço e tempo nas linguagens artísticas: musical, visual, cênica, articulados aos processos de contextualização, produção artística e leitura de imagens e de obras de arte. 3. Parâmetros curriculares nacionais: Arte.

3.1.6 - Língua Portuguesa.

1. Compreensão de textos contemporâneos. 2. Identificação das características de composição e de função social de diferentes gêneros de texto. 3. O sistema ortográfico do português – emprego de letras. 4. Acentuação gráfica de acordo com o atual Acordo Ortográfico. 5. Sintaxe de concordância e de regência nominal e verbal; o fenômeno da crase. 6. Reconhecimento do uso significativo dos diferentes recursos gramaticais no texto escrito (níveis: morfológico, sintático, semântico e textual/discursivo). 6.1 Formação de palavras – significado e sentido de morfemas. 6.2 Emprego das diferentes classes gramaticais na construção de sentido do texto escrito. 6.3 Flexão verbal – valor semântico de tempos, modos e vozes verbais, locuções verbais, tempos compostos e formas nominais do verbo. 6.4 Elipse. 6.5 Colocação de termos na oração. 6.6 Relações de sentido entre orações e segmentos de texto – conectores que conferem coerência e coesão ao texto. 6.7 Emprego dos sinais de pontuação. 7. Conotação e denotação – figuras de linguagem. 8. Parâmetros Curriculares Nacionais Língua Portuguesa.

3.1.7 – Inglês

1. Métodos e abordagens de ensino da língua inglesa e sua relação com os Parâmetros Curriculares Nacionais – língua estrangeira. 2. Compreensão de textos: estratégias de leitura; conceito de gênero textual e de tipo de texto; leitura e gêneros textuais; identificação dos mecanismos que conferem coesão e coerência ao texto; relação texto-contexto. 3. Léxico gramática: verbos: tempo, modo e voz; auxiliares modais; 'phrasalverbs'; substantivos, pronomes, artigos, adjetivos possessivos e numerais. Advérbios e preposições expressando tempo, modo e lugar; subordinação e coordenação. 4. Discurso: discurso direto, relatado, direto livre e relatado livre e sua função comunicativa no texto. 5. Inglês escrito e falado, inclusive nas novas tecnologias de comunicação. 6. Parâmetros curriculares nacionais: Inglês.

3.1.8 - Matemática

1. Operações com números reais: Resolução de problemas envolvendo as operações de adição, subtração, multiplicação, divisão e potenciação. 2. Múltiplos e Divisores. 3. Proporcionalidade: Razão e proporção; Divisão proporcional. Regra de três simples. Porcentagem. 4. Medidas de comprimento, área, capacidade, volume, massa e tempo. 5. Princípio Multiplicativo. 6. Cálculo Algébrico: Resolução de situações problemas envolvendo equações e sistemas do 1º grau. 7. Volumes dos principais sólidos geométricos. 8. Conservação, redução e ampliação de perímetros e áreas das principais figuras planas usando malhas quadriculadas. Cálculo de áreas e perímetros. 9. Figuras tridimensionais e suas respectivas planificações. 10. Arestas, vértices e faces de um sólido geométrico. Parâmetros Curriculares Nacionais de Matemática.

3.1.9 - Geografia

1. A Educação Geográfica e o Ensino Fundamental. 2. Os processos da dinâmica natural (geológicos, geomorfológicos, climáticos, hidrológicos, botânicos e pedológicos) e as formas espaciais resultantes. 3. Aproveitamento econômico, gestão e uso dos recursos naturais, problemas ambientais resultantes e as iniciativas para a conservação do meio-ambiente. 4. Fundamentos da cartografia: convenções, escalas e projeções cartográficas, formas de representação do relevo, fusos horários e o caráter ideológico das representações cartográficas; 5. Distribuição espacial da população, dinâmicas do crescimento demográfico, estrutura populacional, teorias demográficas, movimentos populacionais, desigualdades socioeconômicas, étnicas e de gênero. 6. Fontes de energia e as questões econômicas e ambientais correlatas. 7. O processo de mundialização da economia capitalista, a Revolução Técnico-científica, o pós-fordismo, e a importância das redes técnicas para a organização do espaço. 8. Meio ambiente urbano, critérios de definição de aglomerado urbano, processos de metropolização/

desmetropolização e formas espaciais correlatas, rede urbana e hierarquia urbana, a organização interna da cidade capitalista. 9. O comércio internacional e a integração do Brasil à economia mundial. 10. Características básicas da organização do Estado territorial brasileiro, as políticas públicas regionais, regionalizações, unidades regionais, identidades regionais brasileiras, divisão territorial do trabalho no Brasil. 11. Geografia regional do mundo. 12. Parâmetros Curriculares Nacionais de Geografia.

3.1.10 - História

1. Transformações e permanências: Tempo do indivíduo e o tempo social; tempo cronológico e tempo histórico, características dos sistemas sociais e culturais, registro de tempo ao longo da história. 2. Diferenças socioculturais que caracterizam os espaços sociais (escola, a localidade, a cidade, o país e o mundo), reconhecimento, valorização e respeito aos direitos humanos e à diversidade cultural como fundamentos da vida social. 3. Formação histórica brasileira: o estudo e a análise de situações históricas - o período da colonização, processo de independência, período monárquico, a República, desenvolvimento e consolidação da democracia, inserção no mundo globalizado - reconhecimento e valorização da diversidade, responsáveis pela construção das identidades individual e coletiva. 4. Influências da História nas formas de convivência e organização social do tempo presente e do passado. 5. As relações sociais de trabalho ao longo da história: impactos da tecnologia nas transformações dos processos de trabalho, relações entre trabalho e cidadania, trabalho urbano e trabalho rural. 6. Parâmetros Curriculares Nacionais de História.

3.1.11 - Ciências

1. Educação em ciências: conteúdo e metodologia. Questões sócio-científicas e as implicações éticas. Alfabetização científica. 2. Origem da vida. Principais teorias do processo evolutivo. 3. Seres vivos. Origem das espécies. Biodiversidade. Caracterização geral dos filos. Funções vitais. Sistemas de classificação. 4. Biologia celular. Principais diferenças entre procariotas e eucariotas. Processos bioenergéticos: fundamentos, respiração e fotossíntese, biossíntese de proteínas. Reprodução celular: mitose e meiose. Desenvolvimento embrionário. Reprodução humana. 5. Genética. Fundamentos de citogenética. Código genético. Caracterização geral das biotecnologias e seus impactos sociais. Organismos geneticamente modificados. 6. Ecologia. Conceitos fundamentais. Relações tróficas entre os seres vivos. O ecossistema e seus componentes. Os principais biomas. Educação ambiental: princípios gerais. Ocupação histórica do meio ambiente pelo homem. Poluição e desequilíbrios ecológicos. 7. Ser humano e Saúde. Educação para a promoção da saúde. Conceitos de saúde. Sistemas do corpo humano. Sexualidade. Doenças transmissíveis, meio ambiente e qualidade de vida. Implicações no contexto atual. 8. Universo, Sistema Solar e Planeta Terra. Teoria do Big Bang. Energia e suas transformações. Sol como fonte básica de energia. Elementos da natureza: ar, água e solo. Ciclos biogeoquímicos e a vida na Terra. Importância e propriedades da água. 9. Matéria. Teoria atômica-molecular: evolução do conceito de átomo. Estados físicos da matéria. Mudanças de estado. Aspectos macroscópicos: substâncias simples e compostas; misturas homogêneas e heterogêneas. Processos físicos de fracionamento das misturas. Soluções. Funções químicas inorgânicas: conceitos, classificações e nomenclaturas de óxidos, ácidos, hidróxidos e sais. 10. Vida: Movimentos e Fenômenos. Transformações mecânicas, térmicas e eletromagnéticas. Fenômenos ondulatórios: acústicos e ópticos. 11. Parâmetros Curriculares Nacionais de Ciências.

3.1.12 - Ensino Religioso

1. Ensino Religioso nos ciclos. 2. O Ensino Religioso nas leis de ensino a partir da concepção religiosa; 3. currículo: pressupostos; objetivos; interdisciplinaridade; concepção; correlação da disciplina na área de conhecimento da educação religiosa; metodologia e didática; avaliação. 4. Ética. 5. Respeito mútuo. 6. Justiça. 7. Solidariedade. 8. Diálogo. 9. Desenvolvimento moral. 10. Caracterização histórica das tradições das grandes religiões (hinduísmo, budismo, judaísmo, cristianismo e islamismo) nos seguintes registros: crenças, livros sagrados, lugares sagrados e de oração, gestos e ritos, festas religiosas, fundadores, organização institucional, valores éticos, símbolos sagrados. 11. Bíblia Sagrada. 12. Parâmetros Curriculares Nacionais de Ensino Religioso;

3.1.13 - Informática

1. Fundamentos da Informática; 2. Organização e Arquitetura de computadores; 3. Infraestrutura de informática; 4. Redes de computadores; 5. Linguagens de programação; 6. Sistemas operacionais; 7. Hardware; 8. Software; 9. Banco de dados. 10. Softwares de edição de texto e apresentação; 11. Fundamentos da tecnologia educacional; 12. Mídias computacionais; 13. Uso de tecnologias no processo ensino/aprendizagem; 14. Comunicação eletrônica; 15. Educação à distância. 16. Parâmetros curriculares nacionais: Informática.

COCAL DO SUL/SC, em 23 de outubro de 2015.

CIRLENE GONÇALVES SCARPATO

Secretária de Educação, Esporte e Cultura

Fica homologado o ANEXO I do presente EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº. 04/2015, conteúdos programáticos.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE COCAL DO SUL/SC

PROCESSO SELETIVO EDITAL Nº 04/2015

ANEXO III

PARA USO DE CANDIDATOS COM DEFICIÊNCIA E SOLICITAÇÃO DE CUIDADOS ESPECIAIS NA PROVA ESCRITA

R E Q U E R I M E N T O

Nome: _____ Nº.deInscrição: _____ RG: _____
,CPF: _____, Candidato(a) Inscrito(a) para a Cargo de: _____, Código
_____, Residente: _____, nº _____, Bairro: _____

_____, Fone: (____) _____, Pessoa com deficiência _____, requer a Vossa Senhoria condições especiais (*) para realização da prova objetiva do Processo Seletivo da SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E CULTURA DE COCAL DO SUL/SC, conforme Edital nº04/2015, de 16 de outubro de 2015, anexando para tanto, Laudo Médico, bem como, fotocópia do documento de identidade. Necessito do(s) seguinte(s) recurso(s):

COCAL DO SUL/SC, _____ de _____ de 2015.

Assinatura

(*) Anexar documento apresentando as condições diferenciadas de que necessita para realização da prova e/ou justificativa acompanhada de parecer emitido por especialista da sua área de deficiência.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE COCAL DO SUL/SC

PROCESSO SELETIVO EDITAL Nº 04/2015

ANEXO IV
PARA USO DE CANDIDATA LACTANTE

R E Q U E R I M E N T O

Nome: _____ Nº. de Inscrição: _____ RG: _____
_____, CPF: _____, Candidata Inscrita para a Cargo de: _____
_____, Código _____, Residente: _____, nº _____, Bairro: _____
_____, Fone: (____) _____, Informa que deseja retirar-se, temporariamente, da sala em que estiver realizando a prova objetiva, para amamentar seu filho(a): _____, criança que permanecerá, no período da prova, sob os cuidados de _____, conforme previsto no Edital de Processo Seletivo nº04/2015 da Secretaria de Educação, Esporte e Cultura.

COCAL DO SUL/SC, _____ de _____ de 2015.

Assinatura

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE COCAL DO SUL/SC

PROCESSO SELETIVO EDITAL Nº 04/2015

ANEXO V
FORMULÁRIO PARA RECURSO

Nome: _____
Nº. de Inscrição: _____ RG: _____, CPF: _____,
Endereço: _____ Fone: (____) _____,
Cargo: _____

Questionamento:

Embasamento:

Data: ____/____/____

Assinatura

Concórdia

PREFEITURA

DECRETO Nº 878/2015

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 878/2015, DE 28 DE SETEMBRO DE 2015.

Prorroga prazo da licença para acompanhar cônjuge, concedida à servidora MARCIA MARTINI LINO.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 113 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações e no § 2º do art. 58 da Lei Complementar nº 602, de 29 de novembro de 2011 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica prorrogado, por 2 (dois) anos, o prazo da licença para acompanhar cônjuge, sem remuneração, concedida pelo Decreto nº 972/2013, de 28 de novembro de 2013, à servidora MARCIA MARTINI LINO, ocupante dos cargos de Professor, códigos 10.12, na forma abaixo:

a) matrícula 72400-00, a partir de 1º de dezembro de 2015;

b) matrícula 72400-01, a partir de 1º de outubro de 2015.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA Secretária Municipal de Administração	SAMIRA ABU EL HAJE FURLAN Secretária Municipal de Educação
--	---

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 28 de setembro de 2015.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON

Diretora Administrativa

DECRETO Nº 879/2015

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 879/2015, DE 28 DE SETEMBRO DE 2015.

Nomeia ROSELI PECHINI DE SIQUEIRA RODIGHERI no cargo de Controladora da Divisão de Logística.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto na Lei Complementar nº 212, de 12 de dezembro de 2001 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada a senhora ROSELI PECHINI DE SIQUEIRA RODIGHERI, para exercer o cargo de Controladora da Divisão de Logística – Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo, do Quadro de Pessoal do Poder Executivo – Cargos de Provimento em Comissão, percebendo vencimentos próprios do cargo, nível 6, acrescidos da gratificação de 20% (vinte por cento), a partir de 1º de outubro de 2015.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA Secretária Municipal de Administração	CLÉLIO IVO DAL PIAZ Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo
--	--

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 28 de setembro de 2015.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON

Diretora Administrativa

DECRETO Nº 880/2015

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 880/2015, DE 28 DE SETEMBRO DE 2015.

Concede gozo de licença-prêmio à servidora ALEXANDRA GODIN.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 116 e seguintes da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de outubro de 2015, à servidora ALEXANDRA GODIN, ocupante do cargo de Professor, código 10.12, matrícula 102822-00, o gozo de 1 (um) mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, com a remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio – período aquisitivo de 10 de abril de 2007 a 9 de abril de 2012.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de AdministraçãoSAMIRA ABU EL HAJE FURLAN
Secretária Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 28 de setembro de 2015.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON

Diretora Administrativa

DECRETO Nº 881/2015

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 881/2015, DE 28 DE SETEMBRO DE 2015.

Concede licença-prêmio, convertida em pecúnia, à servidora SO-LANGE INES GERHARDT.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 120 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de outubro de 2015, à servidora SOLANGE INES GERHARDT, ocupante do cargo de Técnico em Enfermagem, 1 (um) mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, convertido em pecúnia, equivalente à remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio – período aquisitivo de 3 de abril de 2006 a 2 de abril de 2011.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

ALESSANDRO VERNIZE

Secretário Municipal de Saúde

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 28 de setembro de 2015.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON

Diretora Administrativa

DECRETO Nº 882/2015

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 882/2015, DE 29 DE SETEMBRO DE 2015.

Altera dispositivos do Decreto nº 0645/2001, de 4 de dezembro de 2001 e alteração, que constituem e designam comissão especial.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI.

DECRETA:

Art. 1º O Decreto nº 0645/2001, de 4 de dezembro de 2001 e alteração, que constituem e designam comissão especial, de caráter consultivo e propositivo, com a finalidade de contribuir para a implantação e implementação do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI, terá dispositivos alterados na forma deste Decreto:

Art. 2º O art. 1º terá os seguintes dispositivos alterados:

I – O caput passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Constituir comissão especial, de caráter consultivo e propositivo, com a finalidade de contribuir para a Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil no Município, com as seguintes competências:” (NR)

II – fica acrescido inciso IX, com a seguinte redação:

“IX – viabilizar a elaboração do Plano Municipal de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil.” (NR)

Art. 3º Fica acrescido art. 2º-A, com a seguinte redação:

“Art. 2º-A. A comissão será constituída por 12 (doze) membros efetivos e respectivos suplentes, com representação das instituições governamentais e não governamentais, nomeados por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal, da seguinte forma:

I – Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Cidadania e Habitação;

II – Secretaria Municipal de Educação;

III – Secretaria Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente;

IV – Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo;

V – Conselho Tutelar dos Direitos da Criança e do Adolescente;

VI – Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

VII – Conselho Municipal de Assistência Social;

VIII – Poder Judiciário;

IX – União Municipal das Associações de Moradores de Concórdia;

X – Gerência de Educação da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional de Concórdia;

XI – Delegacia de Proteção à Criança, Adolescente, Mulher e Idoso;

XII – Câmara dos Dirigentes Lojistas.

§ 1º A Comissão elegerá, dentro seus membros, pelo quórum mínimo de 2/3 (dois terços), seu coordenador e secretário, na data da posse.

§ 2º Os representantes das entidades não governamentais terão mandato de 2 (dois anos).

§ 3º Os membros da Comissão não receberão remuneração pela sua participação, requerendo disponibilidade para efetivo desempenho de suas funções em razão do interesse público e da prioridade absoluta assegurada aos direitos da criança e do adolescente.

§ 4º A Comissão poderá, no Regimento Interno, prever ressarcimento das despesas de transporte e alimentação ou pagamento de diárias aos seus membros.

§ 5º Consideram-se justificadas as ausências ao serviço, determinadas pelo comparecimento do representante na Comissão as sessões e participação em diligências.

§ 6º A organização estrutural e funcionamento da Comissão serão estabelecidos em Regimento Interno, aprovado por ato do Chefe do Poder Executivo.” (NR)

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI Prefeito Municipal	BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA Secretária Municipal de Administração
------------------------------------	--

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 29 de setembro de 2015.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON

Diretora Administrativa

DECRETO Nº 883/2015

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 883/2015, DE 30 DE SETEMBRO DE 2015.

Concede licença-prêmio, convertida em pecúnia, à servidora MIRIAM DENISE WENTZ VORTMANN.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 120 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de outubro de 2015, à servidora MIRIAM DENISE WENTZ VORTMANN, ocupante do cargo de Agente de Alimentação e Nutrição, 1 (um) mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, convertido em pecúnia, equivalente à remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio – período aquisitivo de 3 de novembro de 2009 a 2 de novembro de 2014.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

SAMIRA ABU EL HAJE FURLAN
Secretária Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 30 de setembro de 2015.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON
Diretora Administrativa

DECRETO Nº 884/2015

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 884/2015, DE 30 DE SETEMBRO DE 2015.

Nomeia LOURDES CADORIN no cargo de Agente de Controle Interno.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 9º, I, da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada, por concurso, regime estatutário, LOURDES CADORIN, no cargo de Agente de Controle Interno, Grupo Ocupacional Funcional – GF, faixa de vencimento I, 35 (trinta e cinco) horas semanais, do Quadro Permanente de Cargos do Poder Executivo, a partir de 5 de outubro de 2015.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 30 de setembro de 2015.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON
Diretora Administrativa

DECRETO Nº 885/2015

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 885/2015, DE 30 DE SETEMBRO DE 2015.

Nomeia ROSELEI FATIMA BOTH FUNEZ no cargo de Técnico em Enfermagem.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 9º, I, da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada, por concurso, regime estatutário, ROSELEI FATIMA BOTH FUNEZ, no cargo de Técnico em Enfermagem, Grupo Ocupacional Técnico – GT, faixa de vencimento I, 35 (trinta e cinco) horas semanais, do Quadro Permanente de Cargos do Poder Executivo, a partir de 5 de outubro de 2015.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

ALESSANDRO VERNIZE
Secretário Municipal de Saúde

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 30 de setembro de 2015.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON
Diretora Administrativa

DECRETO Nº 886/2015

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 886/2015, DE 30 DE SETEMBRO DE 2015.

Nomeia LEANDRO CARLOS DA SILVA no cargo de Operador de Equipamentos.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 9º, I, da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado, por concurso, regime estatutário, LEANDRO CARLOS DA SILVA, no cargo de Operador de Equipamentos – Escavadeira Hidráulica, Grupo Ocupacional Operacional – GO, faixa de vencimento I, 40 (quarenta) horas semanais, do Quadro Permanente de Cargos do Poder Executivo, a partir de 5 de outubro de 2015.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

ANTONIO COLUSSI
Secretário Municipal de Transportes

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 30 de setembro de 2015.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON

Diretora Administrativa

DECRETO Nº 887/2015

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 887/2015, DE 1º DE OUTUBRO DE 2015.

Exonera, a pedido, o servidor NORMELIO ANITO SARTORI.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto nos arts. 41, I e 42 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerado, a pedido, o servidor NORMELIO ANITO SARTORI, do cargo de provimento efetivo de Servente Braçal, a partir de 1º de outubro de 2015.

Art. 2º Fica declarada a vacância do cargo referido no art. 1º deste Decreto.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 1º de outubro de 2015.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON

Diretora Administrativa

DECRETO Nº 888/2015

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 888/2015, DE 2 DE OUTUBRO DE 2015.

Dispõe sobre o horário de atendimento da Junta de Serviço Militar de Concórdia.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, e considerando o OFÍCIO nº 009 – 16ª Del SM/16ªCSM, da 16ª Delegacia de Serviço Militar.

DECRETA:

Art. 1º O atendimento da Junta de Serviço Militar de Concórdia será em turno único, das 12 às 18 horas, de segunda a sexta-feira, a partir do dia 5 de outubro de 2015.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 2 de outubro de 2015.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON

Diretora Administrativa

DECRETO Nº 889/2015

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 889/2015, DE 5 DE OUTUBRO DE 2015.

Designa membros para integrar o Conselho de Administração do Fundo Municipal de Assistência ao Servidor – FUMAS.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto na Lei Complementar nº 163, de 26 de julho de 1999 e alterações e no Decreto nº 4.177, de 5 de novembro de 1999.

DECRETA:

Art. 1º Ficam designadas, para integrar o Conselho de Administração do Fundo Municipal de Assistência ao Servidor – FUMAS, pelo período de 2 (dois) anos, a partir de 5 de outubro de 2015, as pessoas abaixo relacionadas:

I – membros natos:

a) presidente: BEATRIZ FATIMA CORDEIRO DA SILVA ROSA – Secretária Municipal de Administração;

b) membros:

1. JOAQUIM PEDRO DE BARROS BICCA NETO SEGUNDO – Secretário Municipal de Finanças;

2. ALESSANDRO VERNIZE – Secretário Municipal de Saúde;

II – representantes dos servidores municipais:

a) efetivos:

1. ANA LUCIA DA SILVA FREIXIELA HERNANDEZ;

2. LIONI INES BENDER;

3. EDSON FABRICIO;

b) suplentes:

1. LIANE AIDE TESSMANN;

2. CIMELIA MARIA HUBER ROESSEL;

3. MARLON DE LAI DENEGA;

III – representantes do Poder Legislativo:

a) efetivo: MARCO ANTONIO TAGLIARI;

b) suplente: GRAZIELA MÜLLER.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 5 de outubro de 2015.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON

Diretora Administrativa

DECRETO Nº 890/2015

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 890/2015, DE 5 DE OUTUBRO DE 2015.

Constitui e designa Comissão Especial.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, e considerando as manifestações da Assessoria Jurídica do Município, de 7 de agosto de 2015 e 23 de setembro de 2015.

DECRETA:

Art. 1º Fica constituída Comissão Especial, com o fim específico de efetuar a avaliação dos bens constantes no Anexo Único deste Decreto.

Art. 2º Ficam designados, para integrar referida Comissão, os seguintes servidores:

I – presidente: ELIANE REGINA SUZIN;

II – membros:

a) CLEUCIR SULENTA;

b) JOSE ALBERTO MAZOCCO;

c) ONEIDE FRÜHAUF ZUQUI.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI Prefeito Municipal	BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA Secretária Municipal de Administração
------------------------------------	--

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 5 de outubro de 2015.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON

Diretora Administrativa

ANEXO ÚNICO**BENS PERTENCENTES A FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA A SEREM DOADOS**

Nº de Ordem	Nº do Registro	Descrição do Bem	Quantidade
1	19, 327, 369, 720, 965, 967, 973, 979 a 984, 987 e 990	máquina para escrever	15
2	107, 966, 968, 970 e 977	calculadora	5
3	126	açucareiro	1
4	128	cesta para pão	1
5	129	fruteira	1
6	130	moedor de condimentos	1
7	150, 191	cuia para mate	2
8	156, 158, 164, 209, 393, 403, 828 e 829	ferro de passar roupa	8
9	157, 160 e 457	lâmpada à querosene	3
10	179	máquina manual para plantar milho	1
11	191	cuia	1
12	197	batedor de bife	1
13	203 e 913	xícara	67
14	217 a 219, 621 e 645	rádio-receptor	5
15	248	carteira escolar	1
16	256	frigideira	1
17	275 e 972	eletrola	2
18	294 e 537	escala métrica	3

Nº de Ordem	Nº do Registro	Descrição do Bem	Quantidade
19	368	quadro	1
20	392, 580 e 937	chaleira	3
21	417	copo	2
22	437	bandeja	1
23	451 e 453	máquina de somar mecânica	2
24	482	banco de madeira	1
25	490, 517, 975 e 1019	aparelho de televisão	4
26	546	suporte para ferro de passar	1
27	578 e 969	toca-discos	4
28	586	guarda-chuva	1
29	609, 974 e 991	máquina registradora	3
30	640	bolsa feminina	1
31	655	guilhotina para papéis	1
32	671	castiçal	1
33	723	copiadora	1
34	726	agendas	2
35	731	gravador	3
36	731	rádio	1
37	731	secador de cabelo	1
38	790	amplificador de fotografias	1
39	801	máquina de escrever, elétrica	1
40	816	projektor de imagens	1
41	819	plantador de grãos	1
42	830 e 831	panela de ferro	2
43	840	manopla de torneira de pipa	1
44	841	peça em ferro fundido	1
45	851	ferramenta de marcenaria	1
46	893	pé de abajur	1
47	896	panela cozadeira de ovos	1
48	963	rádio em plástico	1
49	964 e 985	rádio	2
50	976	mimeógrafo	2
51	986	perfuradora para encadernação	1
52	988	impressora	1
53	989	computador	1
54	992	aparelho de scanner	1
55	996	caneco	6
56	997	bacia	1
57	1001	balança com pé na cor verde	1
58	1017	instrumento rústico para fechar garrafas	1
59	1018	moedor de pimenta, em madeira	1
60	1033	cadeira de consultório médico	3
61	1034	suporte para bacia	1

Nº de Ordem	Nº do Registro	Descrição do Bem	Quantidade
62	1053	cabide para roupas	1
63	1155	reprodução fotográfica	1
64	1214	placa comemorativa	1
65	1215	placa com brasão	1
66	-	disco de vinil	762
67	-	álbum de acetato, com 10 (dez) discos cada	30
68	-	disco de acetato	157
69	-	escrivania em compensado, com gavetas	4
70	-	cômoda em MDF	1
71	-	cadeira em madeira, com assento em plástico trançado	4
72	-	cadeira em aço inoxidável, estofada em tecido	3
73	-	aparelho de televisão	1
74	-	quadro	103
75	-	armário de aço e vidro	4
76	201, 285 e 298	máquina de costura manual	3

DECRETO Nº 891/2015

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 891/2015, DE 5 DE OUTUBRO DE 2015.

Designa a servidora TABARA PASQUALOTTO para responder pelo cargo de Encarregada da Seção Legislativa; dá outras providências.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 48 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica designada a servidora TABARA PASQUALOTTO, ocupante do cargo de Técnico Legislativo, para responder pelo cargo de Encarregada da Seção Legislativa, no período de 5 a 18 de outubro de 2015, em face do afastamento do titular, em gozo de férias, percebendo, nesse ínterim, vencimentos próprios do cargo, nível 4, acrescidos da gratificação de 40% (quarenta por cento).

Art. 2º Em face do disposto no art. 1º deste Decreto, fica suspensa, no mesmo período, a gratificação concedida à referida servidora, pelo Decreto nº 87/2014, de 29 de janeiro de 2014.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 5 de outubro de 2015.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON

Diretora Administrativa

DECRETO Nº 892/2015

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 892/2015, DE 5 DE OUTUBRO DE 2015.

Designa MARCIA INES LORENZETT, para integrar o Conselho Tutelar dos Direitos da Criança e do Adolescente.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto no art. 16, da Lei Complementar nº 593, de 21 de setembro de 2011 e alterações, e considerando o Of. 106/2015 do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA.

DECRETA:

Art. 1º Fica designada a senhora MARCIA INES LORENZETT, para integrar o Conselho Tutelar dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Concórdia, na qualidade de Conselheira Efetiva, no período de 2 de outubro a 17 de novembro de 2015, em face do afastamento da conselheira tutelar, senhora Marli da Silva, em auxílio doença, nomeada pelo Decreto nº 365/2014, de 2 de maio de 2014.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA Secretária Municipal de Administração	LAURI GARBOSSA Secretário Municipal de Desenvolvimento Social, Cidadania e Habitação
--	---

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 5 de outubro de 2015.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON

Diretora Administrativa

DECRETO Nº 893/2015

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 893/2015, DE 6 DE OUTUBRO DE 2015.

Dispõe sobre o desligamento da servidora LOURDES SCHMIDT.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 41, V, da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica desligada, do Quadro Permanente de Cargos do Poder Executivo, a servidora LOURDES SCHMIDT, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, regime estatutário, em face da concessão do benefício de Aposentadoria por Tempo de Contribuição, pelo Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Concórdia – IPRECON.

Art. 2º Fica declarada a vacância do cargo referido no art. 1º deste Decreto.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 5 de outubro de 2015.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 6 de outubro de 2015.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON

Diretora Administrativa

DECRETO Nº 894/2015

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 894/2015, DE 7 DE OUTUBRO DE 2015.

Altera dispositivos do inciso II do art. 2º do Decreto nº 390/2014, de 13 de maio de 2014, que constitui e designa comissão coordenadora.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto na Portaria nº 828, de 14 de dezembro de 2011, do Ministério da Fazenda.

DECRETA:

Art. 1º O inciso II do art. 2º do Decreto nº 390/2014, de 13 de maio de 2014, que constitui e designa comissão coordenadora, terá dispositivos alterados, na forma abaixo:

I – as alíneas “a” e “g” passam a vigorar com a seguinte redação:

“a) ADEMIR RAMOS CUCHI;” (NR)

“g) GILNEI ANTONIO JUNG;” (NR)

II – fica acrescida alínea “h”, com a seguinte redação:

“h) MARLON DE LAI DENEGA.” (NR)

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI Prefeito Municipal	BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA Secretária Municipal de Administração
------------------------------------	--

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 7 de outubro de 2015.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON

Diretora Administrativa

DECRETO Nº 895/2015

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 895/2015, DE 8 DE OUTUBRO DE 2015.

Dispõe sobre a instalação do Governo Municipal em Barra do Tigre.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI.

DECRETA:

Art. 1º Fica instalado, no dia 8 de outubro de 2015, o Governo Municipal em Barra do Tigre, com a finalidade de aproximar o atendimento, propiciar a participação da comunidade nas decisões e prestar contas das ações da Administração.

Art. 2º A instalação referida no art. 1º deste Decreto será no Centro Comunitário de Barra do Tigre, Concórdia, SC.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

NEURI ANTONIO SANTHIER
Vice-Prefeito Municipal

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 8 de outubro de 2015.

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

DECRETO Nº 896/2015

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 896/2015, DE 8 DE OUTUBRO DE 2015.

Concede licença-prêmio, convertida em pecúnia, à servidora VANIA ANGELINA BIESUS.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 120 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de outubro de 2015, à servidora VANIA ANGELINA BIESUS, ocupante do cargo de Professor, código 10.12, matrícula 93203-01, 1 (um) mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, convertido em pecúnia, equivalente à remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio – período aquisitivo de 1º de setembro de 2010 a 31 de agosto de 2015.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

SAMIRA ABU EL HAJE FURLAN
Secretária Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 8 de outubro de 2015.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON
Diretora Administrativa

DECRETO Nº 897/2015

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 897/2015, DE 8 DE OUTUBRO DE 2015.

Concede gozo de licença-prêmio ao servidor VALDIR PEREIRA.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 116 e seguintes da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de novembro de 2015, ao servidor VALDIR PEREIRA, ocupante do cargo de Agente Operacional, o gozo de 1 (um) mês de licença, a título de prêmio por assiduidade,

com a remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio – período aquisitivo de 2 de janeiro de 2000 a 1º de janeiro de 2005.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

ALESSANDRO VERNIZE
Secretário Municipal de Saúde

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 8 de outubro de 2015.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON
Diretora Administrativa

DECRETO Nº 898/2015

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 898/2015, DE 8 DE OUTUBRO DE 2015.

Constitui e designa comissão especial; dá outras providências.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI.

DECRETA:

Art. 1º Fica constituída comissão especial com a incumbência de coordenar e desenvolver todas as fases dos Processos Seletivos e dos Processos de Remoção e Cedência da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Ficam designadas, para integrar referida comissão, as seguintes servidoras:

I – presidente: FLAVIA ROSANE CAMILLO TIBOLLA;

II – membros:

a) DIOLAINÉ SUZIN CAMARGO;

b) FLAVIA PERUZZO SCHWABENLAND;

c) VANESSA FRIZON.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Fica revogado o Decreto nº 868/2013, de 26 de setembro de 2013.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI Prefeito Municipal	BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA Secretária Municipal de Administração
Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 8 de outubro de 2015. MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON Diretora Administrativa	SAMIRA ABU EL HAJE FURLAN Secretária Municipal de Educação

DECRETO Nº 899/2015

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 899/2015, DE 8 DE OUTUBRO DE 2015.

Dá nova redação ao caput do art. 1º do Decreto nº 198/2015, de 23 de fevereiro de 2015 e alterações, que constituem e designam comissão especial.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações e no Decreto nº 3.546, de 19 de setembro de 1994.

DECRETA:

Art. 1º O caput do art. 1º do Decreto nº 198/2015, de 23 de fevereiro de 2015 e alterações, que constituem e designam comissão especial, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Fica constituída comissão especial com a incumbência de receber bens adquiridos pelo Município e proceder à avaliação dos bens móveis integrantes do Patrimônio Municipal.” (NR)

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 8 de outubro de 2015.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON

Diretora Administrativa

DECRETO Nº 900/2015

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 900/2015, DE 8 DE OUTUBRO DE 2015.

Dá nova redação ao inciso II do art. 2º do Decreto nº 780/2015, de 26 de agosto de 2015, que constitui e designa Comissão Eleitoral.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto na Lei Complementar nº 164, de 27 de julho de 1999 e alterações e no Decreto nº 4.149, de 31 de agosto de 1999 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º O inciso II do art. 2º do Decreto nº 780/2015, de 26 de agosto de 2015, que constitui e designa Comissão Eleitoral com a finalidade de coordenar e conduzir todos os procedimentos necessários à execução da eleição dos membros dos Conselhos Administrativo e Fiscal do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Concórdia – IPRECON, passa a vigorar com a seguinte redação

“Art. 2º (...)

II – LILIAN DE MATTOS;” (NR)

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 8 de outubro de 2015.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON

Diretora Administrativa

DECRETO Nº 901/2015

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 901/2015, DE 8 DE OUTUBRO DE 2015.

Dispõe sobre a ampliação de vagas disponibilizadas no Edital de Concurso Público nº 3/2013.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto no Decreto nº 4.351, de 5 de outubro de 2001 e alterações, e considerando:

- a necessidade de provimento de vagas surgidas durante a vigência do Edital de Concurso Público nº 3/2013, de 14 de agosto de 2013;

- o disposto no inciso IV do art. 37 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988;

- o Parecer nº 176/2002, da Assessoria Jurídica da Municipalidade.

DECRETA:

Art. 1º Para fins de aproveitamento dos aprovados no Concurso Público, objeto do Edital nº 3/2013, fica ampliado o número de vagas disponibilizadas para os cargos de:

I – Psicólogo: 4 (quatro) vagas;

II – Técnico em Enfermagem: 10 (dez) vagas.

Parágrafo único. Os candidatos aprovados serão investidos nos cargos por ato próprio do Prefeito Municipal, à vista das necessidades da Administração.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI
Prefeito MunicipalBEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 8 de outubro de 2015.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON

Diretora Administrativa

DECRETO Nº 902/2015

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 902/2015, DE 8 DE OUTUBRO DE 2015.

Designa membros para integrar o Conselho Municipal de Defesa do Consumidor – COMDECON.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto na Lei Complementar nº 621, de 16 de fevereiro de 2012 e no Decreto nº 4.514, de 8 de outubro de 2002 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Ficam designadas, pelo período de 2 (dois) anos, a partir de 8 de outubro de 2015, para integrar o Conselho Municipal de

Defesa do Consumidor – COMDECON, as pessoas abaixo relacionadas, com os respectivos órgãos e entidades que representam:

I – membro nato: Chefe do Departamento Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor – PROCON: IVONICE MARIA RODRIGUES DA SILVA SCHIOCHETT;

II – representantes do Poder Executivo Municipal:

a) efetivo: OTAVIO MARQUES DE MELLO;

b) suplente: NEUSA APARECIDA DAHMER;

III – representantes da Associação Empresarial de Concórdia – ACIC:

a) efetivo: RENATO GARIBOTTI;

b) suplente: JULIANO ZANDONAI;

IV – representantes da Câmara de Dirigentes Lojistas de Concórdia – CDL:

a) efetivo: EDUARDO SILVEIRA BOITA;

b) suplente: OSCAR TOMAZZONI;

V – representantes da União Municipal das Associações de Moradores de Concórdia – UMAMC:

a) efetivo: ANDRE LUIS MEIRELLES;

b) suplente: MARCOS PAULO GAZZONI;

VI – representantes dos Serviços Municipais de Vigilância Sanitária e Epidemiológica:

a) efetivo: AIRTON COLDEBELLA;

b) suplente: ALAN CASSIO BORSUK;

VII – representantes da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB – Subseção de Concórdia:

a) efetivo: LEONARDO DE FRANCESCHI DE OLIVEIRA;

b) suplente: AFONSO HENRIQUE NIEMEYER AGNOLIN;

VIII – representantes da Organização Municipal das Associações Rurais de Concórdia – OMARC:

a) efetivo: CIRIO SCHIAVINI;

b) suplente: JATIR MARTINI;

IX – representantes do Sindicato dos Empregados no Comércio e em Empresas de Serviços Contábeis de Concórdia – SECESCC:

a) efetivo: LUIZ CARLOS SEGALA;

b) suplente: JANETE PECCINI;

X – representantes da entidade Águas do Oeste Catarinense Convention & Visitors Bureau:

a) efetivo: AGENOR FRIGO;

b) suplente: PAULO RENATO CAMILLO;

XI – representantes da associação "Organização da Sociedade Civil

de Interesse Público – OSCIP Queimados Vivo":

a) efetivo: DIRLEI FATIMA KLEIN;

b) suplente: ADEMILSON BARREIROS DA SILVA;

XII – representantes do Poder Legislativo Municipal:

a) efetivo: MARCIANO CORADI;

b) suplente: HELENA FURLANETTO DREYER.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 8 de outubro de 2015.
MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON
Diretora Administrativa

DECRETO Nº 903/2015

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 903/2015, DE 9 DE OUTUBRO DE 2015.

Designa membros para integrar o Conselho Municipal de Desenvolvimento Agropecuário – COMDEAGRO.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto na Lei Complementar nº 129, de 24 de abril de 1997 e alterações e no Decreto nº 4.708, de 3 de novembro de 2003.

DECRETA:

Art. 1º Ficam designados membros para integrar o Conselho Municipal de Desenvolvimento Agropecuário – COMDEAGRO, a partir de 10 de outubro de 2015, pelo período de 2 (dois) anos, com os respectivos órgãos ou entidades que representam:

I – Secretaria Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente:

a) titulares:

1. LEONIR GRIGOLLO;

2. CESAR PELLIZZARO;

b) suplentes:

1. MARTA DAHMER SORDI;

2. JOSE VALDORI DA ROCHA CAMPOS;

II – Secretaria Municipal de Saúde:

a) titular: LIONI INES BENDER;

b) suplente: PATRICIA DA SILVA MECCA BARBOSA;

III – Secretaria Municipal de Educação:

a) titular: MARILENE CARMEN BONISSONI DO PRADO;

b) suplente: SIRLEI MICHELOTTI;

IV – Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina S.A. – EPAGRI:

a) titular: MARCIO ANGELO TITON;

b) suplente: MAURI PEIXE;

V – Centro Nacional de Pesquisa de Suínos e Aves – CNPSA/ Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA:

a) titular: JOÃO DIONISIO HENN;

b) suplente: EVANDRO CARLOS BARROS;

VI – Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina – CIDASC:

a) titular: ADEMILSON BARREIROS DA SILVA;

b) suplente: JOSE CLAUDIO BORGES;

VII – Fundação Municipal de Defesa do Meio Ambiente – FUMDEMA:

a) titular: LUCAS PEREIRA;

b) suplente: EDNO GONÇALVES;

VIII – Núcleo de Médicos Veterinários do Alto Uruguai Catarinense:

a) titular: LAUREN VENTURA;

b) suplente: FLAVIO DE CARLI;

IX – Núcleo dos Engenheiros Agrônomos do Alto Uruguai Catarinense – NAUC:

a) titular: SOLANO ANDREIS;

b) suplente: ALBERTO FONTOURA;

X – Associação Catarinense de Criadores de Suínos – ACCS:

a) titular: JEAN CARLO IMMIG RITTER;

b) suplente: LOSIVANIO LUIZ DE LORENZI;

XI – Associação Catarinense de Criadores de Bovinos – ACCB:

a) titular: LEONARDO RESMIN;

b) suplente: FERNANDO RESMINI;

XII – Associação Regional dos Técnicos Agrícolas de Nível Médio do Alto Uruguai Catarinense – Núcleo de Concórdia:

a) titular: LIRIO MATTEI;

b) suplente: RENATO DALLA COSTA;

XIII – Associação Regional dos Apicultores de Concórdia – ARAPI:

a) titular: JULIANO PRAVATO;

b) suplente: GILBERTO PRADO;

XIV – BRF S.A.:

a) titular: JUNIOR BRUSTOLIN;

b) suplente: ADRIANO PAULO DE SOUZA;

XV – Cooperativa de Produção e Consumo Concórdia Ltda. – CO-PÉRDIA:

a) titular: JEAN ANTONIETTI;

b) suplente: SAMARA ROMANI;

XVI – Associação dos Produtores de Hortifrutigranjeiros de Concórdia – APROHODIA:

a) titular: MOACIR HORN;

b) suplente: EVANDRO MACAGNAN;

XVII – Sindicato dos Trabalhadores na Agricultura Familiar do Alto Uruguai Catarinense – SINTRAF:

a) titular: CATIANA PIFFER;

b) suplente: ALACI PEDRO WAMMS;

XVIII – Sindicato Rural de Concórdia:

a) titular: ANSELMO LODEA;

b) suplente: DARCI PEDRO LONGO;

XIX – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – Campus Concórdia:

a) titular: IVONEI SCHUMANN;

b) suplente: FABIANO DEOLA;

XX – Organização Municipal das Associações Rurais de Concórdia – OMARC:

a) titular: PAULO CESAR PUNTEL;

b) suplente: JANDIR GRANDO;

XXI – Associação dos Produtores Agroecológicos:

a) titular: ADEMIO WEIRICH;

b) suplente: ZIGMAR LAPPE;

XXII – Cooperativa de Produção Agroindustrial Familiar de Concórdia – COPAFAC:

a) titular: ANDRE LUSSA LODI;

b) suplente: RONEI DALAGRAVE;

XXIII – Fundação Universidade do Contestado – FUNC:

a) titular: RENATO ARTIFON;

b) suplente: ARI DAL VESCO;

XXIV – representantes dos produtores líderes rurais:

a) titulares:

1. ADILSON LORENZETTI;
2. ANACLETO CASAGRANDE;
3. CARLOS BARBIERI;
4. CLADEMIR MACHADO;
5. CLAUDETE RESMINI;
6. CLOVIS SPERANDIO;
7. EDI PILONI;
8. ELVIO GUAREZI;
9. EROTIDES ROMANI;
10. ITAIR WEBER;
11. JAIR DA SILVA;
12. JAIR KOPPE;
13. JOÃO RUDIMAR BASSO;
14. LADI GRIGOLLO;
15. LEANDRO BASSANI;
16. LEONARDO RESMIN;
17. LEONELO PARAVISI;
18. MARIA LECI BASSO;
19. MILTON ERTTEL;
20. NEIVOR AGUSTINI;
21. OMAR TROJAN;
- b) suplentes:
 1. AIRTON ANATER;
 2. ALVADIR SIGNOR;
 3. BATISTA RESMINI;
 4. CLARICE STAGGEMEIER;
 5. ELISETE BEDIN;
 6. GENESIO KLEIN;
 7. GILBERTO PERCISI;
 8. HELIO MARCOS CESCO;
 9. INES CAVALLI;
 10. JOÃO JACOB VERGUTZ;
 11. KELVIN CHILANTTI;
 12. LAURI SANDRI;
 13. LUIS DILDA;

14. NADIOMAR SGARBOSSA;
15. RAINOLDO VON MÜHLEN;
16. RENATO MÜLLER;
17. ROBERTO DALLA ROSA;
18. ROBERTO DONATTI;
19. SERGIO VENDRAME;
20. VALDIR PERETTI;
21. ZULEIDE ZANELLA.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 9 de outubro de 2015.
MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON
Diretora Administrativa

DECRETO Nº 904/2015

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 904/2015, DE 13 DE OUTUBRO DE 2015.

Concede Promoção por Desempenho à servidora ARLENE MARIA
PIGATTO.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do
Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 33 e seguintes da Lei
Complementar nº 602, de 29 de novembro de 2011 e alterações,
e considerando a avaliação efetuada pela comissão especialmente
designada.

DECRETA :

Art. 1º Fica concedida à servidora ARLENE MARIA PIGATTO, ocu-
pante do cargo de Professor, código 10.12, matrícula 41033-02,
integrante do Quadro de Pessoal do Magistério Público Municipal,
Promoção por Desempenho, correspondente a 7% (sete por cento)
do vencimento-base, relativo ao período aquisitivo de 2 de feverei-
ro de 2012 a 1º de fevereiro de 2015.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com
efeitos pecuniários retroativos a 1º de agosto de 2015.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

SAMIRA ABU EL HAJE FURLAN
Secretária Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 13 de outubro de 2015.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON
Diretora Administrativa

DECRETO Nº 905/2015

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 905/2015, DE 13 DE OUTUBRO DE 2015.

Designa a servidora NEUSA TEREZINHA SCHMIDT GUGEL para responder, pelo cargo de Diretora-Geral da Fundação Municipal de Esportes – FMEC; dá outras providências.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 48 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações, na Lei nº 2.289, de 20 de janeiro de 1989 e no Estatuto da Fundação Municipal de Esportes – FMEC, aprovado pelo Decreto nº 2.382, de 4 de abril de 1989.

DECRETA:

Art. 1º Fica designada a servidora NEUSA TEREZINHA SCHMIDT GUGEL, ocupante do cargo de Chefe de Departamento, para responder pelo cargo de Diretora-Geral da Fundação Municipal de Esportes – FMEC, no período de 16 a 30 de outubro de 2015, em face do afastamento do titular, percebendo, nesse ínterim, vencimentos próprios do cargo, nível 2, acrescidos da gratificação de 80% (oitenta por cento).

Art. 2º A Diretora-Geral designada exercerá, no período referido no art. 1º, as funções e atribuições de Superintendente da FMEC.

Art. 3º Em face do disposto no art. 1º deste Decreto, a movimentação das contas bancárias da FMEC, junto ao BB/BESC, será efetuada pela Ordenadora de Despesas/Diretora-Geral/Superintendente designada da FMEC, senhora NEUSA TEREZINHA SCHMIDT GUGEL, período de 16 a 30 de outubro de 2015, na forma estabelecida nos Decretos nºs. 676/2012, de 24 de agosto de 2012 e 95/2013, de 7 de janeiro de 2013.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI Prefeito Municipal	BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA Secretária Municipal de Administração
------------------------------------	--

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 13 de outubro de 2015.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON
Diretora Administrativa

DECRETO Nº 906/2015

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 906/2015, DE 13 DE OUTUBRO DE 2015.

Designa a servidora ANALU SLONGO para responder pelo cargo de Assessora de Comunicação Social.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 48 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica designada a servidora ANALU SLONGO, ocupante do cargo de Diretora de Divulgação, para responder pelo cargo de Assessora de Comunicação Social, no período de 13 a 20 de outubro

de 2015, em face do afastamento do titular, percebendo, nesse ínterim, vencimentos próprios do cargo, nível 1, acrescidos da gratificação de 80% (oitenta por cento).

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 13 de outubro de 2015.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON

Diretora Administrativa

DECRETO Nº 907/2015

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 907/2015, DE 13 DE OUTUBRO DE 2015.

Nomeia o servidor JOSE ANTONIO SARETTA para responder pelo cargo de Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 48 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado o servidor JOSE ANTONIO SARETTA, ocupante do cargo de Diretor de Indústria, Comércio e Turismo, para responder pelo cargo de Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo, no período de 13 a 20 de outubro de 2015, em razão do afastamento do titular, percebendo, nesse ínterim, subsídio previsto na legislação vigente.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 13 de outubro de 2015.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON

Diretora Administrativa

DECRETO Nº 908/2015

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 908/2015, DE 13 DE OUTUBRO DE 2015.

Concede promoção vertical a servidores.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 28 e seguintes da Lei Complementar nº 572, de 29 de novembro de 2010 e alterações e considerando a avaliação efetuada pela Comissão do Plano de Cargos, Carreiras e Salários – CPCCS, designada pelo Decreto nº 90/2015, de 29 de janeiro de 2015.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedida aos servidores de provimento estável do Quadro Permanente de Cargos do Poder Executivo, abaixo relacionados, promoção vertical, para a Faixa de Vencimento II:

Nº DE ORDEM	NOME DO SERVIDOR	CARGO
1	Anderson Dal Pra Dal Vesco	Técnico Legislativo
2	Arcildo de Borba	Agente de Serviços Gerais
3	Camila Cristina Marinho Vieira Nogueira	Técnico Legislativo

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos pecuniários retroativos a 1º de outubro de 2015.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI Prefeito Municipal	BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA Secretária Municipal de Administração
------------------------------------	--

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 13 de outubro de 2015.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON
Diretora Administrativa

DECRETO Nº 909/2015

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 909/2015, DE 13 DE OUTUBRO DE 2015.

Concede licença-prêmio, convertida em pecúnia, ao servidor ALDAIR DA SILVA.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 120 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de outubro de 2015, ao servidor ALDAIR DA SILVA, ocupante do cargo de Operador de Equipamentos, 1 (um) mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, convertido em pecúnia, equivalente à remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio – período aquisitivo de 8 de agosto de 2010 a 7 de agosto de 2015.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

ANTONIO COLUSSI
Secretário Municipal de Transportes

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 13 de outubro de 2015.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON
Diretora Administrativa

DECRETO Nº 910/2015

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 910/2015, DE 13 DE OUTUBRO DE 2015.

Concede licença-prêmio, convertida em pecúnia, à servidora ROSA ANGELA BALDISSERA.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 120 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de outubro de 2015, à servidora ROSA ANGELA BALDISSERA, ocupante do cargo de Professor, código 10.12, matrícula 87890-01, 1 (um) mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, convertido em pecúnia, equivalente à remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio – período aquisitivo de 17 de fevereiro de 2008 a 16 de fevereiro de 2013.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

SAMIRA ABU EL HAJE FURLAN
Secretária Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 13 de outubro de 2015.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON
Diretora Administrativa

DECRETO Nº 911/2015

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 911/2015, DE 13 DE OUTUBRO DE 2015.

Concede gozo de licença-prêmio à servidora JUCILEIA CADORIN RUBINI.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 116 e seguintes da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, a partir de 27 de outubro de 2015, à servidora JUCILEIA CADORIN RUBINI, ocupante do cargo de Professor, código 10.12, matrícula 102199-00, o gozo de 2 (dois) meses de licença, a título de prêmio por assiduidade, com a remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio – período aquisitivo de 1º de fevereiro de 2006 a 31 de janeiro de 2011.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

SAMIRA ABU EL HAJE FURLAN
Secretária Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 13 de outubro de 2015.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON

Diretora Administrativa

DECRETO Nº 912/2015

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 912/2015, DE 13 DE OUTUBRO DE 2015.

Concede Promoção Horizontal a servidores.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 20 e seguintes da Lei Complementar nº 572, de 29 de novembro de 2010 e alterações e no Decreto nº 5.705, de 14 de maio de 2012 e alteração, e considerando as avaliações efetuadas pelas comissões especialmente designadas.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedida aos servidores de provimento efetivo do Quadro de Cargos do Poder Executivo, abaixo relacionados, Promoção Horizontal, para a Faixa de Vencimento B:

I – LILIAN PILONI SAMPIETRO, ocupante do cargo de Orientador de Informática, com efeitos retroativos a 3 de fevereiro de 2015;

II – REGIANE MEYER, ocupante do cargo de Auxiliar de Creche, com efeitos retroativos a 13 de junho de 2015;

III – VANIA POZZO ROSSATTO, ocupante do cargo de Auxiliar de Creche, com efeitos retroativos a 1º de abril de 2015.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 13 de outubro de 2015.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON

Diretora Administrativa

DECRETO Nº 913/2015

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 913/2015, DE 14 DE OUTUBRO DE 2015.

Decreta ponto facultativo nas repartições públicas municipais.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto no art. 327 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica transferido de 28 de outubro de 2015 para o dia 30 de outubro de 2015, o ponto facultativo relativo ao Dia do Servidor Público, nas repartições públicas do Município de Concórdia, com exceção dos serviços considerados essenciais, prestados:

I – pelo Abrigo Provisório Anjo Gabriel;

II – pelos Agentes da Autoridade de Trânsito;

III – pelo Terminal Rodoviário Municipal Prefeito Neudy Primo Mas-solini;

IV – pela Vigilância Sanitária, conforme escala do setor.

Parágrafo único. O atendimento das Unidades Educacionais será de acordo com calendário próprio, aprovado pela Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI	BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Prefeito Municipal	Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 14 de outubro de 2015.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON

Diretora Administrativa

DECRETO Nº 914/2015

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 914/2015, DE 14 DE OUTUBRO DE 2015.

Concede licença remunerada para cursar mestrado à servidora NATALIA SILVEIRA LIMA.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 58 da Lei Complementar nº 602, de 29 de novembro de 2011 e alterações e no Decreto nº 5.678, de 25 de janeiro de 2012.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedida, a partir de 3 de novembro de 2015, à servidora NATALIA SILVEIRA LIMA, ocupante do cargo de Professor, código 10.12, matrícula 54461-01, licença remunerada para cursar mestrado, pelo período de 2 (dois) anos.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

SAMIRA ABU EL HAJE FURLAN

Secretária Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 14 de outubro de 2015.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON

Diretora Administrativa

DECRETO Nº 915/2015

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 915/2015, DE 14 DE OUTUBRO DE 2015.

Dá nova redação ao inciso I do art. 4º do Decreto nº 790/2015, de 31 de agosto de 2015, que nomeia Comissão Coordenadora e Executora e designa Equipe Multidisciplinar do Concurso Público objeto do Edital nº 1/2015, de 31 de agosto de 2015.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica

do Município, art. 63, VI, c/c o disposto na Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações, no Regulamento Geral para Concurso Público, aprovado pelo Decreto nº 4.351, de 5 de outubro de 2001 e alterações, na Instrução Normativa nº 7, de 21 de março de 1996, do Tribunal Superior do Trabalho e no Contrato nº 230/2015, de 3 de agosto de 2015.

DECRETA:

Art. 1º O inciso I do art. 4º do Decreto nº 790/2015, de 31 de agosto de 2015, que nomeia Comissão Coordenadora e Executora e designa Equipe Multidisciplinar do Concurso Público objeto do Edital nº 1/2015, de 31 de agosto de 2015, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 4º (...)

I – MARIA LUIZA MARCON, Médica da Municipalidade;” (NR)

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI Prefeito Municipal	BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA Secretária Municipal de Administração
------------------------------------	--

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 14 de outubro de 2015.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON

Diretora Administrativa

DECRETO Nº 916/2015

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 916/2015, DE 14 DE OUTUBRO DE 2015.

Concede gratificação pelo exercício de função de direção à servidora ROSIMERI DALLAGNOL DAL BELLO.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto nos arts. 74 e 75 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações e na Lei nº 4.252, de 13 de dezembro de 2010 e alteração.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedida à servidora ROSIMERI DALLAGNOL DAL BELLO, ocupante do cargo de Auxiliar de Creche, gratificação pelo exercício de função de direção, equivalente a 50% (cinquenta por cento) sobre o vencimento, pelo desempenho da coordenação do Centro Municipal de Educação Infantil – CMEI Dr. Zoé Silveira D’Avila, com dedicação exclusiva, no período de 16 a 30 de outubro de 2015, em face do afastamento da titular, em gozo de férias.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA Secretária Municipal de Administração	SAMIRA ABU EL HAJE FURLAN Secretária Municipal de Educação
--	---

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 14 de outubro de 2015.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON

Diretoria Administrativa

DECRETO Nº 917/2015

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 917/2015, DE 14 DE OUTUBRO DE 2015.

Dá nova redação à alínea “c” do inciso I do art. 2º do Decreto nº 771/2015, de 21 de agosto de 2015, que constitui e designa comissão especial.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI.

DECRETA:

Art. 1º A alínea “c” do inciso I do art. 2º do Decreto nº 771/2015, de 21 de agosto de 2015, que constitui e designa comissão especial, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º (...)

c) Fundação Municipal de Defesa do Meio Ambiente: EDNO GONÇALVES;” (NR)

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA Secretária Municipal de Administração	ALESSANDRO VERNIZE Secretário Municipal de Saúde
--	---

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 14 de outubro de 2015.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON

Diretora Administrativa

DECRETO Nº 918/2015

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 918/2015, DE 14 DE OUTUBRO DE 2015.

Constitui e designa comissão especial.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI.

DECRETA:

Art. 1º Fica constituída comissão especial com a incumbência de avaliar a compatibilidade dos veículos com as exigências previstas no edital do processo licitatório que versa sobre a exploração de serviço de táxi no Município de Concórdia.

Art. 2º Ficam designados, para integrar referida comissão, os seguintes servidores:

I – CESAR JOSE MACHADO;

II – MARCOS ANTONIO MIOR;

III – VANDERLEI FERRI;

IV – SANDRO MARTINI.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA Secretária Municipal de Administração	MAURÍ MARAN Secretário Municipal de Urbanismo e Obras
--	--

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 14 de outubro de 2015.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON

Diretora Administrativa

DECRETO Nº 919/2015

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 919/2015, DE 14 DE OUTUBRO DE 2015.

Constitui e designa Equipe Multidisciplinar.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto no art. 119 da Lei Federal nº 13.146, de 6 de julho de 2015.

DECRETA:

Art. 1º Fica constituída Equipe Multidisciplinar, com a finalidade de promover a avaliação dos requerimentos das pessoas portadoras de deficiência, candidatas às vagas disponíveis no Processo Licitatório que versa sobre a exploração de serviço de táxi no Município de Concórdia, bem como verificar a compatibilidade ou não da deficiência de que são portadoras com o exercício da atividade.

Art. 2º Ficam designados, para integrar referida comissão, os seguintes servidores:

I – ANDRE ROBERTO MENEGAT, Médico da Municipalidade;

II – LETICIA FARINA PUNTEL, Enfermeira da Municipalidade;

III – MAIKEL ROQUE FAVARON, Motorista da Municipalidade.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA Secretária Municipal de Administração	MAURÍ MARAN Secretário Municipal de Urbanismo e Obras
--	--

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 14 de outubro de 2015.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON

Diretora Administrativa

DECRETO Nº 920/2015

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 920/2015, DE 14 DE OUTUBRO DE 2015.

Concede gozo de licença-prêmio à servidora ELISANDRA ERIG CRUZ.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 116 e seguintes da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de novembro de 2015, à servidora ELISANDRA ERIG CRUZ, ocupante do cargo de Técnico em

Enfermagem, o gozo de 1 (um) mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, com a remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio – período aquisitivo de 2 de janeiro de 2007 a 1º de janeiro de 2012.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

ALESSANDRO VERNIZE
Secretário Municipal de Saúde

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 14 de outubro de 2015.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON

Diretora Administrativa

DECRETO Nº 921/2015

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 921/2015, DE 14 DE OUTUBRO DE 2015.

Concede gozo de licença-prêmio ao servidor FABIANO SANTA HELENA.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 116 e seguintes da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de novembro de 2015, ao servidor FABIANO SANTA HELENA, ocupante do cargo de Professor, código 10.12, matrícula 33480-04, o gozo de 1 (um) mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, com a remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio – período aquisitivo de 5 de abril de 2005 a 4 de abril de 2010.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

SAMIRA ABU EL HAJE FURLAN
Secretária Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 14 de outubro de 2015.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON

Diretora Administrativa

DECRETO Nº 922/2015

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 922/2015, DE 16 DE OUTUBRO DE 2015.

Concede gozo de licença-prêmio à servidora DELCI SANTIN ALBUQUERQUE.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 116 e seguintes da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de novembro de 2015, à servidora DELCI SANTIN ALBUQUERQUE, ocupante do cargo de Técnico em Enfermagem, o gozo de 1 (um) mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, com a remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio – período aquisitivo de 16 de abril de 2005 a 15 de abril de 2010.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

ALESSANDRO VERNIZE

Secretário Municipal de Saúde

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 16 de outubro de 2015.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON

Diretora Administrativa

DECRETO Nº 923/2015

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 923/2015, DE 16 DE OUTUBRO DE 2015.

Concede gozo de licença-prêmio à servidora DEJANIRA PERONDI ZAIONS.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 116 e seguintes da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de novembro de 2015, à servidora DEJANIRA PERONDI ZAIONS, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, o gozo de 1 (um) mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, com a remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio – período aquisitivo de 10 de março de 2000 a 9 de março de 2015.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

SAMIRA ABU EL HAJE FURLAN

Secretária Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 16 de outubro de 2015.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON

Diretora Administrativa

DECRETO Nº 924/2015

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 924/2015, DE 19 DE OUTUBRO DE 2015.

Concede gozo de licença-prêmio à servidora INES JUSTINA SLONGO SCALCO.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 116 e seguintes da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de novembro de 2015, à servidora INES JUSTINA SLONGO SCALCO, ocupante do cargo de Agente de Alimentação e Nutrição, o gozo de 1 (um) mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, com a remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio – período aquisitivo de 13 de maio de 2006 a 12 de maio de 2011.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

LAURI GARBOSA

Secretário Municipal de Desenvolvimento Social, Cidadania e Habitação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 19 de outubro de 2015.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON

Diretora Administrativa

DECRETO Nº 925/2015

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 925/2015, DE 19 DE OUTUBRO DE 2015.

Concede gozo de licença-prêmio à servidora LIAMARA SALETE GRANDI CECCHI.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 116 e seguintes da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de novembro de 2015, à servidora LIAMARA SALETE GRANDI CECCHI, ocupante do cargo de Escrevente, o gozo de 1 (um) mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, com a remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio – período aquisitivo de 2 de janeiro de 2010 a 1º de janeiro de 2015.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 19 de outubro de 2015.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON
Diretora Administrativa

DECRETO Nº 926/2015

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 926/2015, DE 19 DE OUTUBRO DE 2015.

Averba tempo de contribuição, nos assentamentos funcionais da servidora ROSANGELA LUNGE.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 40, § 10, d a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988; art. 4º da Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998; na Lei Federal nº 9.796, de 5 de maio de 1999 e alterações e no art. 35 da Lei Complementar nº 164, de 27 de julho de 1999 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Ficam averbados, nos assentamentos funcionais da servidora ROSANGELA LUNGE, ocupante dos cargos de Professor, códigos 10.13, na forma abaixo, conforme Certidão de Tempo de Contribuição expedida pelo Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, em 27 de junho de 2013:

I – 2.259 dias, ou seja: 6 (seis) anos, 2 (dois) meses e 9 (nove) dias, de tempo de contribuição, relativos à matrícula 60569-00;

II – 674 dias, ou seja: 1 (um) ano, 10 (dez) meses e 9 (nove) dias, de tempo de contribuição, relativos à matrícula 60569-01.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 19 de outubro de 2015.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON
Diretora Administrativa

DECRETO Nº 927/2015

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 927/2015, DE 19 DE OUTUBRO DE 2015.

Averba tempo de contribuição, nos assentamentos funcionais do servidor ELSIO JOSE LUCHETTA.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 40, § 10, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988; art. 4º da Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998; na Lei Federal nº 9.796, de 5 de maio de 1999 e alterações e no art. 35 da Lei Complementar nº 164, de 27 de julho de 1999 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Ficam averbados 9.680 dias, ou seja: 26 (vinte e seis) anos,

6 (seis) meses e 10 (dez) dias de tempo de contribuição, nos assentamentos funcionais do servidor ELSIO JOSE LUCHETTA, ocupante do cargo de Motorista, conforme Certidão de Tempo de Contribuição expedida pelo Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, em 16 de abril de 2015.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 19 de outubro de 2015.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON
Diretora Administrativa

DECRETO Nº 928/2015

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 928/2015, DE 19 DE OUTUBRO DE 2015.

Concede abono de permanência ao servidor ELSIO JOSE LUCHETTA.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 26, § 3º, da Lei Complementar nº 164, de 27 de julho de 1999 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido ao servidor ELSIO JOSE LUCHETTA, ocupante do cargo de Motorista, abono de permanência, equivalente ao valor da sua contribuição previdenciária, até a data da concessão da aposentadoria.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 13 de outubro de 2015.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 19 de outubro de 2015.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON
Diretora Administrativa

DECRETO Nº 929/2015

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 929/2015, DE 19 DE OUTUBRO DE 2015.

Dá nova redação à alínea “b” do inciso II do art. 2º do Decreto nº 898/2015, de 8 de outubro de 2015, que constitui e designa comissão especial; dá outras providências.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI.

DECRETA:

Art. 1º A alínea “b” do inciso II do art. 2º do Decreto nº 898/2015, de 8 de outubro de 2015, que constitui e designa comissão especial,

passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º (...)

b) NATALIA SILVEIRA LIMA;” (NR)

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogados os Decretos nºs. 927/2013, de 7 de novembro de 2013; 748/2014, de 8 de outubro de 2014 e 49/2015, de 19 de janeiro de 2015.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 19 de outubro de 2015.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON

Diretora Administrativa

DECRETO Nº 930/2015

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 930/2015, DE 19 DE OUTUBRO DE 2015.

Concede licença-prêmio, convertida em pecúnia, à servidora INES SALETE KLEIN.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 120 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de novembro de 2015, à servidora INES SALETE KLEIN, ocupante do cargo de Agente Administrativo, 1 (um) mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, convertido em pecúnia, equivalente à remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio – período aquisitivo de 6 de outubro de 2010 a 5 de outubro de 2015.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 19 de outubro de 2015.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON

Diretora Administrativa

DECRETO Nº 931/2015

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 931/2015, DE 19 DE OUTUBRO DE 2015.

Concede licença-prêmio, convertida em pecúnia, ao servidor VALDEMAR BITTENCOURT.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 120 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de novembro de 2015, ao servidor VALDEMAR BITTENCOURT, ocupante do cargo de Servente Braçal, 1 (um) mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, convertido em pecúnia, equivalente à remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio – período aquisitivo de 1º de fevereiro de 2010 a 31 de janeiro de 2015.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

MAURÍ MARAN

Secretário Municipal de Urbanismo e Obras

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 19 de outubro de 2015.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON

Diretora Administrativa

DECRETO Nº 932/2015

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 932/2015, DE 22 DE OUTUBRO DE 2015.

Revoga a gratificação, pelo exercício da função de assessoramento, concedida à servidora MADALENA MODOLON FERRI.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX.

DECRETA:

Art. 1º Fica revogada, a partir de 3 de novembro de 2015, a gratificação pelo exercício da função de assessoramento, concedida à servidora MADALENA MODOLON FERRI, ocupante dos cargos de Professor, códigos 10.12, matrículas 17388-01 e 17388-08, pelo Decreto nº 226/2015, de 27 de fevereiro de 2015.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 22 de outubro de 2015.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON

Diretora Administrativa

DECRETO Nº 6016

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 6.016, DE 14 DE OUTUBRO DE 2015.

Abre crédito suplementar.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto no art. 9º da Lei nº 4.722, de 18 de dezembro de 2014.

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementada, com o excesso de arrecadação verificado até a presente data, a dotação constante no elemento do seguinte projeto/atividade do orçamento vigente:

Órgão 12 ENCARGOS GERAIS

Unidade Orçamentária 12.01 Encargos Gerais

Projeto/Atividade 28.0846.0058.2043 Ações de Outros Encargos Especiais

Elemento 3.3.20.00.00.00.00.00 Transferências à União – Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 01.390002 Outras Transferências Decorrentes de Compensação

Financeira – Hídricos R\$ 13.600,00

TOTAL SUPLEMENTADO R\$ 13.600,00.

Art. 2º Ficam suplementadas, com recursos do superávit financeiro verificado no exercício de 2014, as dotações constantes nos elementos dos seguintes projetos/atividades do orçamento vigente:

Órgão 06 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Unidade Orçamentária 06.02 Ensino Fundamental

Projeto/Atividade 12.0306.0019.2014 Ações da Merenda Escolar – SEMED

Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes – Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 03.000001 Recursos Ordinários – PMC – Superávit do

Exercício Anterior R\$ 10.000,00

Unidade Orçamentária 06.04 Educação Infantil

Projeto/Atividade 12.365.0021.2019 Ações da Merenda para os CMEIS – SEMED

Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes – Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 03.000001 Recursos Ordinários – PMC – Superávit do

Exercício Anterior R\$ 10.000,00

TOTAL SUPLEMENTADO R\$ 20.000,00.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

JOAQUIM PEDRO B. BICCA NETO SEGUNDO

Secretário Municipal de Finanças

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 14 de outubro de 2015

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON

Diretora Administrativa

DECRETO Nº 6017

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 6.017, DE 19 DE OUTUBRO DE 2015.

Dispõe sobre a localização dos pontos de estacionamento de táxis no Município de Concórdia e estabelece o número de vagas; dá outras providências.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto na Lei Complementar nº 663, de 6 de janeiro de 2014 e alteração e nos Decretos nºs. 2.040, de 14 de dezembro de 1983 e 2.234, de 1º de dezembro de 1986.

DECRETA:

Art. 1º Fica determinada a localização dos pontos de estacionamento de táxis no Município de Concórdia, com os respectivos números de

vagas, na forma abaixo:

Nº do Ponto	Localização	Nº de vagas para veículo adaptado	Nº de vagas
1	Travessa Dionísio Alberto Boff, em frente à edificação nº 71 – Terminal Rodoviário Municipal Prefeito Neudy Primo Massolini, Centro	-	9
2	Rua Dr. Maruri, em frente à edificação nº 911 – Escola de Educação Básica Deodoro, Centro	-	3
3	Rua do Comércio, em frente à edificação nº 128, Centro	-	1
4	Rua Getúlio Vargas, em frente à edificação nº 56, Centro	-	1
5	Rua Atalípio Magarinos, ao lado da edificação nº 45, Centro	-	2
6	Rua Prefeito Domingos Machado de Lima, ao lado da edificação nº 400, Centro	-	2
7	Rua Senador Atílio Francisco Xavier Fontana, em frente à edificação nº 86, Centro	-	3
8	Rua Marechal Deodoro, em frente à edificação nº 906 – Hospital São Francisco, Centro	1	6
9	Rua Marechal Deodoro, em frente à edificação nº 615, Centro	-	4
10	Rua 29 de Julho, ao lado da edificação nº 467, Centro	-	1
11	Rua Oreste Farina, em frente à edificação nº 50, Centro	-	2
12	Rua Marechal Deodoro, em frente à edificação nº 1.680, Centro	-	4
13	Rua 29 de Julho, em frente à edificação nº 59, Centro	-	1
14	Rua 29 de Julho, em frente à edificação nº 766, Bairro Nazaré	-	1
15	Rua Alexandre Lorenzet, em frente à edificação nº 319 – Unidade de Pronto Atendimento – UPA Concórdia, Bairro Parque de Exposições	-	2
16	Rua Adílio Hilário Mützenberg, em frente à edificação nº 729, Bairro Guilherme Reich	-	1
17	Rua dos Metais, em frente à edificação nº 233 – Escola Básica Municipal Natureza, Bairro Natureza	-	1
18	Rua Bolívia, em frente à edificação nº 8, Bairro das Nações	-	1
19	Travessa Condor, em frente à edificação nº 50, Vila Jacob Biezu	-	1
20	Rua Rio Grande do Sul, em frente à edificação nº 381 – Centro Municipal de Educação Infantil Primeiros Passos, Bairro dos Estados	-	1
21	Rua Rosa Chiossi, em frente à edificação nº 140, Bairro São Cristóvão	-	1
22	Rua São Zacarias, em frente à edificação nº 57, Bairro Santa Rita	-	1
23	Rua Valentino Simonato, em frente à edificação nº 220, Bairro Santa Cruz	-	1
24	Rua 29 de Julho, em frente à edificação nº 4.560, Bairro Sintrial	-	1
25	Rua João Suzin Marini, em frente à edificação nº 925, Bairro Nossa Senhora da Salette	-	1
26	Acesso Fioravante Angelo Massolini, em frente ao Centro Comunitário, Bairro São Paulo	-	1
27	Rua Mário Dalfovo, em frente à edificação nº 122, Bairro Vista Alegre	-	1
28	Rua Santa Ana, em frente à edificação nº 703, Distrito de Santo Antônio	-	1
29	Distrito de Engenho Velho, em frente ao Posto de Saúde	-	1
30	Distrito de Presidente Kennedy, em frente ao Posto de Saúde	-	1
31	Rua Pedro Balbinot, em frente à edificação nº 106, Distrito de Tamanduá	-	1
32	Rua Heleodoro de Moraes Branco, em frente à edificação nº 515, Distrito de Planalto	-	1
33	Comunidade de Cachimbo, em frente à Escola Básica Municipal Frei Cipriano Chardon	-	1

Art. 2º Os atos relativos aos serviços de táxis, expedidos anteriormente à publicação deste Decreto, ficam ajustados em conformidade com este ato.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Em face do disposto neste ato, ficam revogados os Decretos nºs. 397/2004, de 3 de junho de 2004; 595/2004, de 3 de novembro de 2004 e 71/2012, de 25 de janeiro de 2012.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

MAURÍ MARAN

Secretário Municipal de Urbanismo e Obras

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 19 de outubro de 2015.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON

Diretora Administrativa

EXTRATO 1º TA CONTRATO Nº 379/2014 -PMC

Contrato Nº : 379/2014

Aditivo Nº : 1TA Ctr 379/2014/2015

Tipo Aditivo : Prorrogação

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : TRANSPORTES MENEGAT LTDA ME

Licitação : Inexigibilidade 56/2014

Objeto : Fornecimento de passes para idosos do interior do município, conforme Termo de Concessão de Exploração 9/2014 e 10/2014.

Vigência : Início: 20/10/2015 Término: 24/10/2016

Assinatura : 20/10/2015

Valor R\$: 0,00 (Zero)

Dotação : 140 - 09.001.2033.333903999000000.01000001

EXTRATO 2º TA CONTRATO Nº 378/2014 -PMC

Contrato Nº : 378/2014

Aditivo Nº : 2TA Ctr 378/2014/2015

Tipo Aditivo : Prorrogação

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : TRANSPORTES 29 DE JULHO LTDA ME

Licitação : Inexigibilidade 56/2014

Objeto : Fornecimento de passes para idosos do interior do município, conforme Termo de Concessão de Exploração 9/2014 e 10/2014.

Vigência : Início: 20/10/2015 Término: 24/10/2016

Assinatura : 20/10/2015

Valor R\$: 0,00 (Zero)

Dotação : 140 - 09.001.2033.333903999000000.01000001

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 47/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA - SC

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 47/2015

O Secretário Municipal de Agricultura Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente torna público que ratificou o ato do Senhor CÉSAR PELLIZZARO, Diretor de Desenvolvimento Rural, que declarou Dispensável a Licitação, nos termos do inciso II, do artigo 24 da Lei Federal nº 8.666/1993 e posteriores alterações, homologada em 22 de outubro de 2015, materiais e mão de obra para adequação do sistema elétrico das novas instalações da SEMADRA, a favor da empresa: SOLAR MATERIAIS ELETRICOS LTDA EPP, no valor total de R\$ 1.946,60 (um mil e novecentos e quarenta e seis reais com sessenta centavos).

LEONIR GRIGOLLO

Secretário Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Rural E Meio Ambiente

EXTRATO DO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO PÚBLICO Nº 13/2015

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Secretaria Municipal de Administração

EXTRATO DO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO PÚBLICO Nº 13/2015

Objeto: Processo Seletivo de Prova e Títulos, objetivando a formação de cadastro de reserva para a contratação de professores, em caráter temporário, para atuação na Educação Infantil, Ensino

Fundamental (1º ao 9º ano), para as Escolas Básicas, Grupos Escolares, Escolas do Campo e Centros Municipais de Educação Infantil – CMEIs, da Rede Municipal de Ensino, no ano letivo de 2016, considerando o disposto na Lei nº 3.684, de 11 de novembro de 2005 e alterações e na Lei Complementar nº 602, de 29 de novembro de 2011 e alterações.

Das inscrições: As inscrições estarão abertas no período de 4 de novembro a 3 de dezembro de 2015, somente via internet, pelo site www.amauc.org.br.

Das áreas/disciplinas disponíveis:

HABILITAÇÃO	Disciplinas /modalidades de Inscrição	Disciplinas /modalidades de Atuação
Arte ou Educação Artística	Arte	Arte, Artesanato e demais modalidades culturais que forem ofertadas
Ciências ou Ciências Biológicas	Ciências	Ciências, Horta e Educação Ambiental e Desenvolvimento Sustentável
Ciências	Matemática	Matemática
Matemática	Matemática	Matemática
Geografia	Geografia	Geografia
História	História	História
Letras Língua Espanhola	Língua Espanhola	Língua Espanhola
Letras Língua Italiana	Língua Italiana	Língua Italiana
Letras – Português ou Letras – Português com habilitação em Língua Estrangeira	Língua Portuguesa	Língua Portuguesa
Arte, Letras Português, Pedagogia	Literatura Dramatizada	Literatura Dramatizada
Ensino Religioso ou Ciências Sociais	Ensino Religioso	Ensino Religioso
Educação Física	Educação Física	Educação Física, Xadrez, Esportes Coletivos, Judô, Tênis, Tênis de Campo, Futsal, Dança e demais modalidades esportivas/culturais que forem ofertadas (Educação Infantil e Ensino Fundamental)
Pedagogia	Educação Infantil (Pré-Escolar e CMEIs)	Educação Infantil em Pré-Escolar e CMEIs
Pedagogia	Anos Iniciais (1º ao 5º ano)	Anos Iniciais em Grupos Escolares, Escolas Básicas e Escolas do campo
Educação Especial, Pedagogia	Educação Especial	Educação Especial (Professor Auxiliar)
Licenciatura em Informática ou demais Licenciaturas	Laboratório de Informática	Laboratório de Informática
Pedagogia	Laboratório Pedagógico I (Anos Iniciais)	Laboratório Pedagógico I
Todas as Licenciaturas	Laboratório Pedagógico II (Anos Finais)	Laboratório Pedagógico II

A íntegra do presente Edital está publicada no mural interno do Centro Administrativo Municipal, no mural da Câmara Municipal de Vereadores e no site www.concordia.sc.gov.br e www.amauc.org.br.

Concórdia, SC, 26 de outubro de 2015.
BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

EXTRATO DO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO PÚBLICO Nº 13/2015

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Secretaria Municipal de Administração

EXTRATO DO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO PÚBLICO Nº 13/2015

Objeto: Processo Seletivo de Prova e Títulos, objetivando a formação de cadastro de reserva para a contratação de professores, em caráter temporário, para atuação na Educação Infantil, Ensino Fundamental (1º ao 9º ano), para as Escolas Básicas, Grupos Escolares, Escolas do Campo e Centros Municipais de Educação Infantil – CMEIs, da Rede Municipal de Ensino, no ano letivo de 2016, considerando o disposto na Lei nº 3.684, de 11 de novembro de 2005 e alterações e na Lei Complementar nº 602, de 29 de novembro de 2011 e alterações.

Das inscrições: As inscrições estarão abertas no período de 4 de novembro a 3 de dezembro de 2015, somente via internet, pelo site www.amauc.org.br.

Das áreas/disciplinas disponíveis:

HABILITAÇÃO	Disciplinas /modalidades de Inscrição	Disciplinas /modalidades de Atuação
Arte ou Educação Artística	Arte	Arte, Artesanato e demais modalidades culturais que forem ofertadas
Ciências ou Ciências Biológicas	Ciências	Ciências, Horta e Educação Ambiental e Desenvolvimento Sustentável
Ciências	Matemática	Matemática
Matemática	Matemática	Matemática
Geografia	Geografia	Geografia
História	História	História
Letras Língua Espanhola	Língua Espanhola	Língua Espanhola
Letras Língua Italiana	Língua Italiana	Língua Italiana
Letras – Português ou Letras – Português com habilitação em Língua Estrangeira	Língua Portuguesa	Língua Portuguesa
Arte, Letras Portuguesas, Pedagogia	Literatura Dramatizada	Literatura Dramatizada
Ensino Religioso ou Ciências Sociais	Ensino Religioso	Ensino Religioso
Educação Física	Educação Física	Educação Física, Xadrez, Esportes Coletivos, Judô, Tênis, Tênis de Campo, Futsal, Dança e demais modalidades esportivas/culturais que forem ofertadas (Educação Infantil e Ensino Fundamental)
Pedagogia	Educação Infantil (Pré-Escolar e CMEIs)	Educação Infantil em Pré-Escolar e CMEIs
Pedagogia	Anos Iniciais (1º ao 5º ano)	Anos Iniciais em Grupos Escolares, Escolas Básicas e Escolas do campo
Educação Especial, Pedagogia	Educação Especial	Educação Especial (Professor Auxiliar)

HABILITAÇÃO	Disciplinas /modalidades de Inscrição	Disciplinas /modalidades de Atuação
Licenciatura em Informática ou demais Licenciaturas	Laboratório de Informática	Laboratório de Informática
Pedagogia	Laboratório Pedagógico I (Anos Iniciais)	Laboratório Pedagógico I
Todas as Licenciaturas	Laboratório Pedagógico II (Anos Finais)	Laboratório Pedagógico II

A íntegra do presente Edital está publicada no mural interno do Centro Administrativo Municipal, no mural da Câmara Municipal de Vereadores e nos sites www.concordia.sc.gov.br e www.amauc.org.br.

Concórdia, SC, 26 de outubro de 2015.

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

LEI ORDINARIA Nº 4800

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

LEI Nº 4.800, DE 6 DE OUTUBRO DE 2015.

Denomina vias públicas do Loteamento Vivan, do Bairro Arvoredo.

O Prefeito do Município de Concórdia.

Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º As vias públicas localizadas no Loteamento Vivan, no Bairro Arvoredo, passam a ter as seguintes denominações:

I – Rua Claus Brinckmann à Rua A;
II – Rua Claudino Pinto de Moraes à Rua B;
III – Rua Sylvio Zoletti à Rua C;
IV – Rua Jandyr Favassa à Rua D;
V – Rua Ricieri Piazzon à Rua E;
VI – Rua Nevio Bonassi à Rua F;
VII – Rua Natale Cisotto à Rua G;
VIII – Rua Walter de Mattos à Rua H;
IX – Rua João Furlanetto à Rua I;
X – Rua Arival Martins à Rua J;
XI – Rua Carmen Fantuz à Rua M.

Art. 2º A Rua L do Loteamento Vivan, continuidade da Rua Arminho Muller do Loteamento Balsan, passa a denominar-se de Rua Arminho Muller.

Art. 3º A Rua K do Loteamento Vivan, continuidade da Rua João Bertussi do Loteamento Bertussi, passa a denominar-se de Rua João Bertussi.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

MAURÍ MARAN
Secretário Municipal de Urbanismo e Obras

Publicada nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 6 de outubro de 2015.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON
Diretora Administrativa

LEI ORDINARIA Nº 4801

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

LEI Nº 4.801, DE 13 DE OUTUBRO DE 2015.

Dá nova redação ao art. 1º da Lei nº 3.558, de 19 de maio de 2004 e alterações, que instituem o Troféu Migrante.

O Prefeito do Município de Concórdia.

Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º O art. 1º da Lei nº 3.558, de 19 de maio de 2004 e alterações, que instituem o Troféu Migrante, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Fica instituído, no Município de Concórdia, o Troféu Migrante, a ser conferido anualmente aos primeiros colocados:

I – em Movimento Econômico do Município, de cada segmento de produção, a saber:

- a) indústria;
- b) comércio;
- c) microempresa ou optante do simples nacional;
- d) prestadores de serviço sujeitos ao pagamento do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN;
- e) agroindústria;
- f) prestadores de serviço sujeitos ao pagamento do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS;
- g) produtor rural;

II – sobre o faturamento bruto e número de empregados, a saber:

- a) empresas da construção civil;
- b) empresas de transporte de cargas.

§ 1º Para efeito de Movimento Econômico, considera-se o valor adicionado ao da respectiva empresa, computado pela Secretaria da Fazenda do Estado de Santa Catarina, para fins de fixação do índice de retorno do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS ao Município de Concórdia.

§ 2º Somente poderão ser agraciadas com o troféu, empresas sediadas no Município de Concórdia.

§ 3º A outorga do troféu será homologada pelo Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico – CMDE.

§ 4º Mesmo sendo destacada em mais de uma atividade, uma mesma empresa ou produtor rural não poderá receber mais de um troféu.

§ 5º Para fins de classificação dos prestadores de serviço sujeitos ao pagamento do ISSQN, considera-se o somatório dos valores dos recolhimentos do referido tributo efetuados pelas empresas

no exercício imediatamente anterior ao da concessão do prêmio.

§ 6º Para a viabilização do objeto da presente Lei, o Município poderá firmar parcerias e/ou convênios com entidades, mediante aporte de recursos financeiros.” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI Prefeito Municipal	BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA Secretária Municipal de Administração
------------------------------------	--

JOAQUIM PEDRO B. BICCA NETO SEGUNDO Secretário Municipal de Finanças	JOSÉ ANTONIO SARETTA Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo, em exercício
--	---

Publicada nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 13 de outubro de 2015.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON
Diretora Administrativa

LEI ORDINARIA Nº 4803

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

LEI Nº 4.803, DE 13 DE OUTUBRO DE 2015.

Autoriza o Município desafetar e compensar áreas de terras.

O Prefeito do Município de Concórdia.

Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a promover a desafetação das áreas de terras abaixo descritas, perfazendo um total de 8.084,43m², de propriedade do Município de Concórdia, parte integrante do imóvel caracterizado como: partes dos lotes rurais nºs. 468, 469 e 470, do 8º Bloco da Colônia Concórdia, propriedade Rio do Engano, individuado como área de utilização pública, denominada área remanescente, com área total de 13.839,41m², situado na Rua Pinheirais, Loteamento Floresta, Bairro Petrópolis, nesta cidade, registrado no 1º Ofício do Registro de Imóveis, sob nº 17.074, livro nº 2 – “AAT”, fls. 01:

I – área de terras de 1.409,84m², onde encontra-se edificado o Posto de Saúde Dr. Ângelo Vieira, com as seguintes confrontações: ao norte, na extensão de 6,49m, com área destinada a concessão de uso; ao nordeste, na extensão de 64,98m, com área remanescente; ao sul, em linhas descontínuas, na extensão de 29,80m, seguindo em 11,23m, com a Rua das Erveiras; ao sudoeste, na extensão de 13,06m, em curva, com a Rua das Erveiras; ao oeste, na extensão de 41,10m, com a Rua Jaboticabal;

II – área de terras de 3.597,34m², onde encontra-se edificado o Grupo Escolar Municipal Petrópolis, com as seguintes confrontações: ao norte, em linhas descontínuas, na extensão de 16,41m, 13,27m, 3,63m 9,48m, com área destinada a concessão de uso; ao nordeste, em linhas descontínuas, na extensão de 50,60m, com a Rua Pinheirais, seguindo na extensão de 34,62m, com área destinada a concessão de uso; ao sudeste, na extensão, em curva, de 4,52m, com a Rua das Erveiras; ao sul, na extensão de 26,62m, com a Rua das Erveiras; ao sudoeste, em linhas descontínuas, na extensão de 41,66m, com área remanescente, seguindo na extensão de 38,93m, com área remanescente; ao oeste, em linhas descontínuas, na extensão de 5,00m, com área remanescente, seguindo na extensão de 16,00m, com área remanescente; ao noroeste, na extensão de 24,86m, com área destinada a concessão de uso.

III – área de terras de 3.077,25m², necessária para edificação de Centro Municipal de Educação Infantil – CMEI, com as seguintes confrontações: ao norte, em linhas descontínuas, na extensão de 27,37m, com os lotes nºs. 282, 281 e 280, seguindo na extensão de 37,41m, com terreno pertencente a Mitra Diocesana de Joaçaba; ao nordeste, em linhas descontínuas, na extensão de 19,05m, com terreno pertencente a Mitra Diocesana de Joaçaba, seguindo na extensão de 12,49m, com a Rua Pinheirais; ao sudeste, em linhas descontínuas, na extensão de 16,79m, com área destinada a concessão de uso, seguindo na extensão de 10,22m, com área destinada a concessão de uso; ao sul, em linhas descontínuas, na extensão de 18,64m, com área destinada a concessão de uso, seguindo a extensão de 40,00m, com área destinada a concessão de uso; ao sudoeste, na extensão de 7,08m, com área destinada a concessão de uso; ao oeste, na extensão de 62,43m, com os lotes nºs. 274, 275, 276, 277 e 278.

Art. 2º Para compensação da desafetação de que trata o art. 1º desta Lei, fica o Poder Executivo autorizado a destinar as áreas públicas abaixo descritas, de sua propriedade, para áreas verdes:

I – área de terras de 3.474,79m², caracterizada como: partes dos lotes rurais nºs. 468, 469 e 470, do 8º Bloco da Colônia Concórdia, Propriedade Rio do Engano, individuado como área de utilização pública, sem benfeitorias, situado no Loteamento Floresta, neste Município, abrangendo parte da quadra 14, do Loteamento, registrada no 1º Ofício do Registro de Imóveis, sob nº 13.975, livro nº 2-“AAG”, fls. 01;

II – área de terras de 2.056,80m², caracterizada como: partes dos lotes rurais nºs. 468, 469 e 470, do 8º Bloco da Colônia Concórdia, Propriedade Rio do Engano, individuado como área de utilização pública, sem benfeitorias, situado no Loteamento Floresta, neste Município, abrangendo parte da quadra 15, do Loteamento, registrada no 1º Ofício do Registro de Imóveis, sob nº 13.976, livro nº 2-“AAG”, fls. 01;

III – área de terras de 3.806,81m², caracterizada como: partes dos lotes rurais nºs. 468, 469 e 470, do 8º Bloco da Colônia Concórdia, Propriedade Rio do Engano, individuado como área de utilização pública (9º), sem benfeitorias, situado no Loteamento Floresta, neste Município, registrada no 1º Ofício do Registro de Imóveis, sob nº 20.329, livro nº 2-“BH”, fls. 01.

Art. 3º Fica o Poder Executivo autorizado a efetuar os atos necessários para a consecução do objetivo desta Lei.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

MAURÍ MARAN
Secretário Municipal de Urbanismo e Obras

Publicada nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 13 de outubro de 2015.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON
Diretora Administrativa

PORTARIA Nº 177/2015

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

PORTARIA Nº 177/2015, DE 1º DE OUTUBRO DE 2015.

A Secretária de Administração do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 847/2013, de 13 de setembro de 2013, c/c o disposto no art. 25 e seguintes da Lei Complementar nº 602, de 29 de novembro de 2011 e alterações.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder, a partir de 1º de outubro de 2015, aos servidores abaixo relacionados, integrantes do Quadro de Pessoal do Magistério Público Municipal, Promoção por Titulação, sobre o respectivo vencimento-base, correspondente à nova habilitação, na área específica de atuação:

I – FATIMA TERESINHA DE OLIVEIRA JANKE, ocupante do cargo de Professor, código 10.12, matrícula 66176-01, no percentual de 12% (doze por cento), correspondente à habilitação em pós-graduação;

II – FATIMA TERESINHA DE OLIVEIRA JANKE, ocupante do cargo de Professor, código 10.12, matrícula 66176-03, no percentual de 12% (doze por cento), correspondente à habilitação em pós-graduação;

III – FERNANDA FUHR, ocupante do cargo de Professor, código 10.12, matrícula 97195-07, no percentual de 12% (doze por cento), correspondente à habilitação em pós-graduação;

IV – SERGIO ROBERTO COMASSETTO, ocupante do cargo de Professor, código 10.12, matrícula 103390-00, no percentual de 12% (doze por cento), correspondente à habilitação em pós-graduação;

V – SERGIO ROBERTO COMASSETTO, ocupante do cargo de Professor, código 10.12, matrícula 103390-01, no percentual de 12% (doze por cento), correspondente à habilitação em pós-graduação;

VI – SONIA TERESINHA BIASUS, ocupante do cargo de Professor, código 10.12, matrícula 95010-02, no percentual de 12% (doze por cento), correspondente à habilitação em pós-graduação;

VII – SONIA TERESINHA BIASUS, ocupante do cargo de Professor, código 10.12, matrícula 95010-02, no percentual de 20% (vinte por cento), correspondente à habilitação em mestrado.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 178/2015

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

PORTARIA Nº 178/2015, DE 5 DE OUTUBRO DE 2015.

A Secretária de Administração do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 847/2013, de 13 de setembro de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Revogar a Portaria nº 48/2014, de 5 de março de 2014, que dispõe sobre a cedência do servidor CLADIMIR SONDA, ocupante do cargo de Operador de Equipamentos, à Fundação Municipal de Defesa do Meio Ambiente – FUMDEMA.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 1º de outubro de 2015.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 179/2015

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

PORTARIA Nº 179/2015, DE 5 DE OUTUBRO DE 2015.

A Secretária de Administração do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 847/2013, de 13 de setembro de 2013, e considerando:

- o Adendo nº 11/2015 ao Laudo Técnico de Condições Ambientais do Trabalho – LTCAT da Secretaria Municipal de Transportes – SEMUT;

- a CI DRH 647/2015, de 2 de outubro de 2015, emitida pela Diretoria de Recursos Humanos.

RESOLVE:

Art. 1º Suspende, pelo período de 90 (noventa) dias, o Adicional de Periculosidade concedido à servidora VANILDE VARELA, ocupante do cargo de Servente Braçal.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 3 de setembro de 2015.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 180/2015

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

PORTARIA Nº 180/2015, DE 7 DE OUTUBRO DE 2015.

A Secretária de Administração do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 847/2013, de 13 de setembro de 2013, c/c o disposto na Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações, art. 177 e seguintes e no Decreto nº 3.516, de 6 de julho de 1994, e considerando:

- as informações contidas no processo protocolizado na Secretaria Municipal de Administração sob nº 18535/2015, em 25 de setembro de 2015, acerca da suspensão do direito de dirigir do servidor WILLIAN CEZAR NESPOLO, conforme decisão penal, incorrendo, em tese, no desatendimento ao disposto na Lei Complementar nº 90/1994;

- o Parecer da Assessoria Jurídica do Município, no sentido de instauração de Processo Administrativo Disciplinar;

- que, se comprovada a culpabilidade do servidor, o mesmo poderá sujeitar-se à penalidade prevista no art. 168, XVI, da Lei Complementar nº 90/1994.

RESOLVE:

Art. 1º Instaurar Processo Administrativo Disciplinar a fim de apurar a veracidade dos fatos envolvendo o servidor WILLIAN CEZAR NESPOLO, ocupante do cargo de Operador de Equipamentos, Grupo Ocupacional Operacional – GO.

Art. 2º Designar os servidores abaixo relacionados para proceder à tomada de depoimentos e demais providências que julgarem

oportunas, em face do presente Processo Administrativo Disciplinar:

I – presidente: LENIR GENILSE MOLOSSI COMIN, servidora estável, ocupante do cargo de Oficial Administrativo, Grupo Ocupacional Especialista – GE;

II – secretário: ANDERSON DAL PRA DAL VESCO, servidor estável, ocupante do cargo de Técnico Legislativo;

III – vogal: VANUSA SALETE CAMARGO, servidora estável, ocupante do cargo de Tesoureiro.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 181/2015

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

PORTARIA Nº 181/2015, DE 8 DE OUTUBRO DE 2015.

A Secretária de Administração do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 847/2013, de 13 de setembro de 2013, c/c o disposto na Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações, art. 177 e seguintes e no Decreto nº 3.516, de 6 de julho de 1994, e considerando:

- as informações contidas no processo protocolizado na Secretaria Municipal de Administração sob nº 16917/2015, em 8 de setembro de 2015, do qual se extrai que o servidor GERSON GILBERTO SCHNEIDER teria, em tese, em seu ambiente de trabalho, mantido conduta desidiosa, em detrimento da dignidade da função pública, incorrendo em incontinência pública, aliada ao fato de que é vedada a embriaguez no serviço;

- que o servidor infringiu, em tese, o disposto nos arts. 151, IX e XI e 152, VIII, XIII e XIV, da Lei Complementar nº 90/1994 e alterações;

- o Parecer da Assessoria Jurídica do Município, no sentido de instauração de Processo Administrativo Disciplinar;

- que, se comprovada a culpabilidade do servidor, o mesmo poderá sujeitar-se à penalidade prevista no art. 168, VI e XIV, da Lei Complementar nº 90/1994.

RESOLVE:

Art. 1º Instaurar Processo Administrativo Disciplinar a fim de apurar a veracidade dos fatos envolvendo o servidor GERSON GILBERTO SCHNEIDER, ocupante do cargo de Mestre de Obras, Grupo Ocupacional Base – GB.

Art. 2º Designar os servidores abaixo relacionados para proceder à tomada de depoimentos e demais providências que julgarem oportunas, em face do presente Processo Administrativo Disciplinar:

I – presidente: LENIR GENILSE MOLOSSI COMIN, servidora estável, ocupante do cargo de Oficial Administrativo, Grupo Ocupacional Especialista – GE;

II – secretário: ANDERSON DANIEL MÜLLER, servidor estável, ocupante do cargo de Agente Administrativo;

III – vogal: SANDRO COLOMBO, servidor estável, ocupante do cargo de Fiscal de Tributos.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 182/2015

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

PORTARIA Nº 182/2015, DE 8 DE OUTUBRO DE 2015.

A Secretária de Administração do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 847/2013, de 13 de setembro de 2013, c/c o disposto no art. 105 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações, e considerando a justificativa apresentada pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Cidadania e Habitação, na C.I SEDES 657/2015, protocolizada em 7 de outubro de 2015.

RESOLVE:

Art. 1º Convocar a servidora TANIA DENISE ROMANI, ocupante do cargo de Pedagogo, em gozo de férias, para o exercício de suas funções, por absoluta necessidade do serviço, no período de 8 a 14 de outubro de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 183/2015

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

PORTARIA Nº 183/2015, DE 8 DE OUTUBRO DE 2015.

A Secretária de Administração do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 847/2013, de 13 de setembro de 2013, c/c o disposto no art. 41 e seguintes da Lei Complementar nº 602, de 29 de novembro de 2011 e alterações e considerando as avaliações efetuadas pela comissão especialmente designada.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder aos servidores abaixo relacionados, Promoção por Aperfeiçoamento ou Capacitação, correspondente a 1% (um por cento) do respectivo vencimento-base:

Nº DE ORDEM	MATRÍCULA	NOME DO SERVIDOR	CARGO/CÓDIGO
1	942928-00	Adriano Favero Bedin	Professor, código 10.12
2	41149-11	Eliane Franchini	Professor, código 10.12
3	41149-07	Eliane Franchini	Professor, código 10.12
4	94978-06	Ivete Cechin	Professor, código 10.12
5	4146-00	Marcia De Bona Lazzari	Professor, código 10.13
6	106003-00	Marcia Paulina Freisleben Burget	Professor, código 10.12
7	92347-01	Maria Eva Climaco Varela Freitag	Professor, código 10.12
8	91448-00	Rose Mari Zanfonato	Especialista em Educação, código 11.12

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos pecuniários retroativos a 1º de outubro de 2015.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 184/2015

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

PORTARIA Nº 184/2015, DE 13 DE OUTUBRO DE 2015.

A Secretária de Administração do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 847/2013, de 13 de setembro de 2013, c/c o disposto nas Leis Complementares nºs. 90, de 27 de junho de 1994 e alterações e 257, de 9 de dezembro de 2002, e considerando:

- os Adendos nºs. 9 a 22/2015, ao Laudo Técnico de Condições Ambientais do Trabalho – LTCAT da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Cidadania e Habitação;

- a CI DRH 673/2015, de 8 de outubro de 2015, emitida pela Diretoria de Recursos Humanos.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder aos servidores abaixo relacionados, Adicional de Insalubridade, grau médio, correspondente a 20% (vinte por cento) sobre o salário mínimo:

I – AGENOR NEOTTI, ocupante do cargo de Operador de Equipamentos;

II – ANGELA GOSENHEIMER KROMBAUER, ocupante do cargo de Psicólogo;

III – ARI DOS SANTOS, ocupante do cargo de Operador de Equipamentos;

IV – CLAIR SALETE POLETO, ocupante do cargo de Pedagogo;

V – DANIEL BRUSCO, ocupante do cargo de Motorista;

VI – DANIELLE TIETZMANN HENTZ, ocupante do cargo de Psicólogo;

VII – EDIANE MARI BIASI, ocupante do cargo de Assistente Social;

VIII – ELSIO JOSE LUCHETTA, ocupante do cargo de Motorista;

IX – GIANE MARTELLO, ocupante do cargo de Pedagogo;

X – GILSON LUIZ DEL POSSO, ocupante do cargo de Motorista;

XI – JOSE LUIS FANTIN, ocupante do cargo de Motorista;

XII – KELLI SALES SCARIOT HELLER, ocupante do cargo de Assistente Social;

XIII – LEONARDO VARGAS OLIVA NETTO, ocupante do cargo de Motorista;

XIV – SERGIO ANGELO RAINERI, ocupante do cargo de Motorista.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos pecuniários retroativos a 1º de outubro de 2015.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 185/2015

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

PORTARIA Nº 185/2015, DE 13 DE OUTUBRO DE 2015.

A Secretária de Administração do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 847/2013, de 13 de setembro de 2013, c/c o disposto no art. 105 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações, e considerando a justificativa apresentada pela Secretaria Municipal de Educação, na CI SEMED 1409, protocolizada em 7 de outubro de 2015.

RESOLVE:

Art. 1º Convocar a servidora JESSICA DAYANA DOBROVOLSKI BLANCK, ocupante do cargo de Auxiliar de Creche, em gozo de férias, para o exercício de suas funções, por absoluta necessidade do serviço, no período de 15 a 29 de outubro de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 186/2015

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

PORTARIA Nº 186/2015, DE 13 DE OUTUBRO DE 2015.

A Secretária de Administração do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 847/2013, de 13 de setembro de 2013, c/c o disposto nas Leis Complementares nºs. 90, de 27 de junho de 1994 e alterações e 257, de 9 de dezembro de 2002, e considerando:

- o Adendo nº 26/2015 ao Laudo Técnico de Condições Ambientais do Trabalho – LTCAT da Secretaria Municipal de Urbanismo e Obras – SEMURB;

- a CI DRH 672/2015, de 8 de outubro de 2015, emitida pela Diretoria de Recursos Humanos.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder à servidora PATRICIA KIRCH DZEWIELEWSKI MAGNANI CAMPOS, ocupante do cargo de Fiscal de Obras e Posturas, Adicional de Periculosidade, correspondente a 30% (trinta por cento) do vencimento (salário base).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos pecuniários retroativos a 1º de outubro de 2015.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 187/2015

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

PORTARIA Nº 187/2015, DE 13 DE OUTUBRO DE 2015.

A Secretária de Administração do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 847/2013, de 13 de setembro de 2013, c/c o disposto nas Leis Complementares nºs. 90, de 27 de junho de 1994 e alterações e 257, de 9 de dezembro de 2002, e considerando:

- o Adendo nº 57/2015, ao Laudo Técnico de Condições Ambientais do Trabalho – LTCAT da Secretaria Municipal de Saúde;

- a CI DRH 677/2015, de 9 de outubro de 2015, emitida pela Diretoria de Recursos Humanos.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder, a partir de 13 de outubro de 2015, ao servidor DANIEL MORAES DOS SANTOS, ocupante do cargo de Motorista Socorrista, Adicional de Insalubridade, grau médio, correspondente a 20% (vinte por cento) sobre o salário mínimo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 188/2015

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

PORTARIA Nº 188/2015, DE 15 DE OUTUBRO DE 2015.

A Secretária de Administração do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 847/2013, de 13 de setembro de 2013, c/c o disposto no art. 105 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações, e considerando as justificativas apresentadas.

RESOLVE:

Art. 1º Convocar os servidores abaixo relacionados, em gozo de férias, para o exercício de suas funções, por absoluta necessidade do serviço:

I – ALDO ADRIANO SCHNEIDER, ocupante do cargo de Médico, matrícula 59218-05, no período de 15 a 29 de outubro de 2015;

II – CRISTHIELE KUHN VENDRUSCOLO, ocupante do cargo de Arquiteto, a partir de 16 de outubro de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 189/2015

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

PORTARIA Nº 189/2015, DE 15 DE OUTUBRO DE 2015.

A Secretária de Administração do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 847/2013, de 13 de setembro de 2013, c/c o disposto na Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações, art. 177 e seguintes e no Decreto nº 3.516, de 6 de julho de 1994, e considerando:

- o processo protocolizado na Secretaria Municipal de Administração sob nº 16855/2015, em 4 de setembro de 2015, do qual se extrai que o servidor ELIANDRO LUIS KOPSEL, teria em tese, deixado de cumprir os procedimentos necessários para o exercício de sua função;

- o Parecer da Assessoria Jurídica, de 17 de setembro de 2015, no sentido de instauração de Sindicância;

- que, se comprovada a responsabilidade do servidor, o mesmo poderá sujeitar-se ao ressarcimento do erário público municipal, com relação aos valores despendidos para tratamento da senhora Glória Filomena de Souza Borges Daneluz, nos termos do art. 59 c/c o disposto no art. 160, ambos da Lei Complementar nº 90/1994.

RESOLVE:

Art. 1º Instaurar Sindicância a fim de apurar eventual responsabilidade de ressarcimento ao erário por parte do servidor ELIANDRO LUIS KOPSEL, ocupante do cargo de Motorista, Grupo Ocupacional Operacional – GO, com relação às despesas no tratamento da senhora Glória Filomena de Souza Borges Daneluz.

Art. 2º Designar os servidores abaixo relacionados para proceder à tomada de depoimentos e demais providências que julgarem oportunas, em face da presente Sindicância:

I – presidente: LENIR GENILSE MOLOSSI COMIN, ocupante do cargo de Oficial Administrativo, Grupo Ocupacional Especialista – GE;

II – secretário: ROBINSON FERNANDO SGARBOZZA, ocupante do cargo de Agente Administrativo;

III – vogais:

a) ROMARA RITA POZZA COLOMBO, ocupante do cargo de Auxiliar de Administração;

b) WALI SCHOENELL ASEN, ocupante do cargo de Escriturário.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 190/2015

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

PORTARIA Nº 190/2015, DE 15 DE OUTUBRO DE 2015.

A Secretária de Administração do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 847/2013, de 13 de setembro de 2013, c/c o disposto no art. 25 e seguintes da Lei Complementar nº 602, de 29 de novembro de 2011 e alterações.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder à servidora IEDA SALETE PAGLIOCHI, ocupante dos cargos de Professor, código 10.12, matrícula 91880-01 e código 10.13, matrícula 91880-00, integrante do Quadro Permanente de Cargos do Magistério Público Municipal, Promoção por Titulação, no percentual de 20% (vinte por cento), correspondente à habilitação em mestrado, na área específica de atuação, sobre o vencimento-base.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos pecuniários retroativos a 1º de outubro de 2015.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 191/2015

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

PORTARIA Nº 191/2015, DE 19 DE OUTUBRO DE 2015.

A Secretária de Administração do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 847/2013, de 13 de setembro de 2013, c/c o disposto na Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações, art. 177 e seguintes e no Decreto nº 3.516, de 6 de julho de 1994, e considerando:

- as informações contidas no processo protocolizado na Secretaria Municipal de Administração sob nº 18364/2015, em 24 de setembro de 2015, do qual se extrai que o servidor IGOR AUGUSTO BOLOGNEST, em tese, não estaria exercendo com zelo e dedicação as atribuições do cargo, inclusive tendo atitudes que ofendem o dever de tratar com urbanidade as pessoas;

- que o servidor infringiu, em tese, o disposto nos arts. 151, I e XI e 152, XIII, da Lei Complementar nº 90/1994;

- o Parecer da Assessoria Jurídica do Município, no sentido de instauração de Processo Administrativo Disciplinar;

- que, se comprovada a culpabilidade do servidor, o mesmo poderá sujeitar-se à penalidade prevista no art. 168, XIV, da Lei Complementar nº 90/1994.

RESOLVE:

Art. 1º Instaurar Processo Administrativo Disciplinar a fim de apurar a veracidade dos fatos envolvendo o servidor IGOR AUGUSTO BOLOGNEST, ocupante do cargo de Técnico Desportivo, Grupo Ocupacional Especialista – GE.

Art. 2º Designar os servidores abaixo relacionados para proceder à tomada de depoimentos e demais providências que julgarem oportunas, em face do presente Processo Administrativo Disciplinar:

I – presidente: LENIR GENILSE MOLOSSI COMIN, servidora estável, ocupante do cargo de Oficial Administrativo, Grupo Ocupacional Especialista – GE;

II – secretário: LEÃO MARCOS AMPESSAN, servidor estável, ocupante do cargo de Fiscal de Tributos;

III – vogal: MARGARETE MÜLLER, servidora estável, ocupante do cargo de Assistente Social.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 192/2015

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

PORTARIA Nº 192/2015, DE 19 DE OUTUBRO DE 2015.

A Secretária de Administração do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 847/2013, de 13 de setembro de 2013, c/c o disposto na Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações, art. 177 e seguintes e no Decreto nº 3.516, de 6 de julho de 1994, e considerando:

- o processo protocolizado na Secretaria Municipal de Administração sob nº 16346/2015, em 28 de agosto de 2015, do qual se extrai que o servidor ROGERIO PAULO DA SILVA, teria, em tese, no exercício de suas funções, conduzido veículo do Município acima da velocidade permitida, bem como teria sido visto utilizando veículo da repartição em serviços particulares;

- que o servidor infringiu, em tese, o disposto nos arts. 151, I e III, e 152, XV, da Lei Complementar nº 90/1994 e alterações;

- o Parecer nº 1218/2015, da Assessoria Jurídica, no sentido de instauração de Processo Administrativo Disciplinar;

- que, se comprovada a culpabilidade do servidor, o mesmo poderá sujeitar-se à penalidade prevista no art. 168, XIV, da Lei Complementar nº 90/1994.

RESOLVE:

Art. 1º Instaurar Processo Administrativo Disciplinar a fim de apurar a veracidade dos fatos envolvendo o servidor ROGERIO PAULO DA SILVA, ocupante do cargo de Motorista, Grupo Ocupacional Operacional – GO.

Art. 2º Designar os servidores abaixo relacionados para proceder à tomada de depoimentos e demais providências que julgarem oportunas, em face do presente Processo Administrativo Disciplinar:

I – presidente: LENIR GENILSE MOLOSSI COMIN, servidora estável, ocupante do cargo de Oficial Administrativo, Grupo Ocupacional Especialista – GE;

II – secretário: FERNANDO SVILLEN, servidor estável, ocupante do cargo de Agente Administrativo;

III – vogal: FLAVIA PERUZZO SCHWABENLAND, servidora estável, ocupante do cargo de Especialista em Educação.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO Nº 72/2015

Termo nº 4/2015

Processo nº 2120/2015

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO Nº 72/2015

Aos 6 dias do mês de outubro de 2015, o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, senhor JOÃO GIRARDI, doravante denominado MUNICÍPIO e a ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO BAIRRO ARVOREDO, inscrita no CNPJ sob nº 01.331.178/0001-88, com sede na Rua Guamirín, Bairro Arvoredo, Concórdia, SC, neste ato representada pela sua Presidenta, senhora Sandra Salete Schirmann Brandalise, inscrita no CPF sob nº 655.893.439-68, residente e domiciliada nesta cidade, CONVENIENTE, ajustam celebrar o presente Termo Aditivo ao Convênio nº 72/2015, firmado em 21 de julho de 2015, sujeitando-se, no que couber, às normas da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações, bem como das cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA:

Fica alterada a expressão: “60 (sessenta) dias” para: “90 (noventa) dias”, constante no inciso X da Cláusula Quarta – Das Obrigações da Conveniente.

CLÁUSULA SEGUNDA:

Ratificadas as demais cláusulas e condições do Termo que a esta dá causa.

E, por estarem justos e acertados, firmam o presente instrumento em 3 (três) vias de igual forma e teor, perante as testemunhas abaixo.

Concórdia, SC, 6 de outubro de 2015.

JOÃO GIRARDI Prefeito Municipal	SANDRA SALETE SCHIRMANN BRANDALISE Presidenta da Associação de Moradores do Bairro Arvoredo
------------------------------------	--

Testemunhas:

1. Nome: CPF:	2. Nome: CPF:
---------------------	---------------------

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO GRATUITO Nº 12/2013

Termo nº 3/2015

Processo nº 12934/2013

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO GRATUITO Nº 12/2013

Aos 8 dias do mês de outubro de 2015, o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, senhor JOÃO GIRARDI, doravante denominado MUNICÍPIO e a ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DE BARRA DO TIGRE, inscrita no CNPJ sob nº 01.487.220/0001-54, com sede em Barra do Tigre, Concórdia, SC, neste ato representada pelo seu Presidente, o senhor LAURI SANDRI, inscrito no CPF sob nº 385.734.319-20, residente e domiciliado neste Município, doravante denominada AUTORIZADA, resolvem celebrar o presente Termo Aditivo ao Termo de Autorização de Uso Gratuito nº 12/2013, de 19 de agosto de 2013, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA:

Fica acrescido inciso VII à Cláusula Primeira – Do Objeto, do Termo que a este dá causa, com a seguinte redação:

“VII – 1 (uma) retroescavadeira, marca Caterpillar, código patrimonial 58.749.” (NR)

CLÁUSULA SEGUNDA:

Ratificadas as demais cláusulas do Termo ora aditado.

E, por estarem justos e acertados, firmam o presente instrumento em 3 (três) vias de igual forma e teor, perante as testemunhas abaixo.

Concórdia, SC, 8 de outubro de 2015.

JOÃO GIRARDI Prefeito Municipal	LAURI SANDRI Presidente da Associação de Moradores de Barra do Tigre
------------------------------------	---

Testemunhas:

1. Nome: CPF:	2. Nome: CPF:
---------------------	---------------------

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO GRATUITO Nº 35/2013

Termo nº 2/2015

Processo nº 20936/2013

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO GRATUITO Nº 35/2013

Aos 28 dias do mês de setembro de 2015, o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, senhor JOÃO GIRARDI, doravante denominado MUNICÍPIO e a ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DE PLANALTO, inscrita no CNPJ sob nº 01.647.800/0001-61, com sede no Distrito de Planalto, Concórdia, SC, neste ato representada pelo seu Presidente, senhor LEANDRO BASSANI, inscrito no CPF sob nº 020.435.629-67, residente e domiciliado neste Município, doravante denominada AUTORIZADA, resolvem celebrar o presente Termo Aditivo ao Termo de Autorização de Uso Gratuito nº 35/2013, de 19 de novembro de 2013, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA:

Fica acrescido inciso VI e VII à Cláusula Primeira – Do Objeto, do Termo que a este dá causa, com a seguinte redação:

“VI – 1 (um) caminhão basculante, marca volvo, modelo VM 330, 6x4, ano 2014/2015, código patrimonial 59.391;

VII – 1 (uma) retroescavadeira, marca Radon, modelo RD 406 advanced, ano 2014, código patrimonial 58.753.” (NR)

CLÁUSULA SEGUNDA:

Fica acrescido Parágrafo único à Cláusula Segunda – Das Obrigações da Autorizada:

“Parágrafo único. Os equipamentos serão entregues à AUTORIZADA e devolvidos ao MUNICÍPIO mediante relatório de cadastro dos bens, emitido pela Seção de Patrimônio e Declaração emitida pela comissão designada para viabilizar os procedimentos contábeis patrimoniais.” (NR)

CLÁUSULA TERCEIRA:

Ratificadas as demais cláusulas do Termo ora aditado.

E, por estarem justos e acertados, firmam o presente instrumento em 3 (três) vias de igual forma e teor, perante as testemunhas abaixo.

Concórdia, SC, 28 de setembro de 2015.

JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

LEANDRO BASSANI
Presidente da Associação de Moradores de Planalto

Testemunhas:

1.	2.
Nome:	Nome
CPF:	CPF:

Cordilheira Alta

PREFEITURA

DECRETO N. 509/2015

DECRETO Nº 509/2015, DE 26 DE OUTUBRO DE 2015

“DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS À CONSELHEIRA TUTELAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e demais legislações aplicáveis:

DECRETA

Art. 1º Conceder à Sra. ANA PAULA RIGON POSSER SACHET, conselheira Tutelar, lotada na Secretaria municipal de Saúde e Assistência Social, 10 (dez) dias de férias relativas ao período aquisitivo de 08/07/2014 a 07/07/2015, que serão gozadas a partir de 09/11/2015.

Art. 2º A importância referente ao adicional de 1/3 de férias será paga no mês de outubro de 2015.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 26 de outubro de 2015.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO

Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

ANA PAULA RIGON POSSER SACHET

Ciente em: ____/____/2015

DECRETO N. 510/2015

DECRETO Nº 510/2015, DE 26 DE OUTUBRO DE 2015

“CONCEDE LICENÇA À SERVIDORA MUNICIPAL, PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e o Decreto Nº 209/2014,

DECRETA

Art. 1º Conceder 01 (um) dia de licença para tratamento de saúde à servidora Municipal, Sra. ADRIANA MARTINI ocupante do cargo de Professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação, de acordo com o atestado anexo.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para dia 23/10/2015.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 26 de outubro de 2015.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO

Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

Coronel Freitas

PREFEITURA

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 62/2015

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FREITAS

DISPENSA DE LICITAÇÃO

Dispensa de Licitação Nº 62/2015

Contratado: PLANACEL TERRAPLENAGEM CORONEL LTDA

Valor total: R\$ 74.200,00 (Setenta e quatro mil e duzentos reais)

Vigência: 31/12/2015

Objeto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE HORAS MÁQUINAS DE CAMINHÃO CAÇAMBA, ESCAVADEIRA HIDRÁULICA E RETROESCAVADEIRA

Fundamento Legal: Art. 24 da Lei 8.666/93 - É dispensável a licitação:

IV - nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para os bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos e ininterruptos, contados da ocorrência da emergência ou calamidade, vedada a prorrogação dos respectivos contratos.

Coronel Freitas (SC), 23 De OUTUBRO de 2015

CESAR L. MARTINELLI

Vice Prefeito Municipal

Permanecem em vigor e, sem alteração as demais cláusulas do Edital de Chamamento Público nº 04/2015.

Coronel Freitas-SC, 26 de outubro de 2015

Cesar Luis Martinelli

Vice - Prefeito Municipal

PUBLICAÇÃO DE CONTRATOS Nº 118 E 119/2015

MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS

CONTRATO DE LOCAÇÃO Nº 118/2015

Contratado: JOSÉ ANTONIO KUNZLER

Objeto: LOCAÇÃO DE UMA CASA DE MADEIRA MEDINDO 7M X 10M (STE METROS DE LARGURA POR DEZ METROS DE COMPRIMENTO) TOTALIZANDO 70M², LOCALIZADA NA RUA JOSÉ MARCOS MAZETTO, LOTE 01 DA QUADRA B, LOTEAMENTO ANGELO PELIZZA, CIDADE DE CORONEL FREITAS.

Valor: R\$ 400,00 (Quatrocentos reais) mensal

Vigência: 31/12/2015

MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 119/2015

Contratado: PLANACEL TERRAPLENAGEM CORONEL LTDA EPP

Objeto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE HORAS MÁQUINAS DE CAMINHÃO CAÇAMBA, ESCAVADEIRA HIDRÁULICA E RETROESCAVADEIRA

Valor: R\$ 74.200,00 (setenta e quatro mil e duzentos reais)

Vigência: 31/12/2015

PUBLICAÇÃO ADENDO Nº 01 AO EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº 04/2015

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 04/2015

Objeto: Seleção de 05 (cinco) Indústrias interessadas em instalar-se no barracão industrial deste município, localizado na Rua Ângelo Pelizza, nº 137, Bairro Grambel, nos termos da Lei Municipal nº 1.932, de 10 de maio de 2013, observadas as condições e exigências dispostas neste edital

ADENDO Nº 01 AO EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº 04/2015

1. DA RETIFICAÇÃO:

O edital de chamada pública nº 04/2015 no seu primeiro parágrafo passa a vigorar com a seguinte redação:

"1.1 - O Município de Coronel Freitas, com sede na Av. Santa Catarina, nº 1022, Centro, através do Vice-Prefeito Municipal, Sr. Cesar Luis Martinelli, torna público que realizará a seleção de empresas Industriais e prestadoras de serviços no ramo industrial, interessadas em instalar-se em um box (10 x 20m total de 200 m²) no barracão industrial (total de cinco), tendo como incentivo e critérios o que consta na Lei Municipal nº 1.932 de 10 de Maio de 2013, observadas as disposições a seguir:

DISPONIBILIZAÇÃO DO EDITAL: O PRESENTE EDITAL SERÁ DISPONIBILIZADO NO SÍTIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FREITAS www.coronelfreitas.sc.gov.br." (NR)

2- DA NOVA DATA E HORÁRIO DE ABERTURA

Em consequência das alterações efetuadas, fica alterada a data para protocolo de 27/10/2015 até o dia 27/11/2015 em horário de expediente – 07h às 13h, e a ABERTURA DOS ENVELOPES para dia 30/11/2015 as 10h00min na Sala de Reuniões da Prefeitura Municipal.

3 – DAS DEMAIS CLÁUSULAS DO EDITAL



Coronel Martins

PREFEITURA

DECRETO Nº. 187 DE 05 DE OUTUBRO DE 2015.

DECRETO Nº. 187 DE 05 DE OUTUBRO DE 2015.

POSTERGA COMEMORAÇÃO DO DIA DO SERVIDOR PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Dirceu Favretto, Prefeito do Município de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município;

DECRETA:

Art. 1º A comemoração do dia do Servidor Público Municipal fica postergada para o dia 30 de outubro de 2015, no qual não haverá expediente nas seguintes Repartições Públicas Municipais:

- Gabinete do Prefeito;
- Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças;
- Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Públicos;
- Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico;
- Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente;
- Biblioteca Pública Municipal e Telecentro;
- Posto de Atendimento dos Correios de Coronel Martins;
- Secretaria Municipal de Educação;
- Secretaria de Cultura, Esporte e Lazer;
- Secretaria Municipal de Assistência Social.

Parágrafo único. A Secretaria Municipal de Saúde deverá promover no dia previsto no caput deste artigo, o atendimento em regime de plantão/sobreaviso.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins – SC,
em 05 de outubro de 2015.

DIRCEU FAVRETTO
Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

MARCOS CEZAR POZZER
Chefe de Gabinete

ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO Nº. 060/2015 DE CONTRATO DE 08 DE OUTUBRO DE 2015.

ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO Nº. 060/2015 DE CONTRATO DE 08 DE OUTUBRO DE 2015.

MÊS/ANO: ABRIL/2015. NÚMERO CONTRATO:027/2015

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 30/04/2015

Celebram o PRIMEIRO TERMO ADITIVO ao Contrato nº 027/2015, firmado em 30 de Abril de 2015, de conformidade com as cláusulas e condições abaixo estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA- DO PRAZO

O prazo de vigência do Contrato que antecedeu a este Termo Aditivo fica prorrogado para até 09 de abril de 2016.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA RATIFICAÇÃO

Ficam ratificadas e inalteradas as demais Cláusulas e condições

estabelecidas no Contrato-Mãe, que antecedeu a este Termo Aditivo.

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Dr. Julcemar Comachio OAB/SC n. 18.445

TIPO PESSOA (1/2): 2 CNPJ: 22.156.195/0001-04

CONTRATADA: DIONARA MARI DA FONTOURA BONFANTE ME.

ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO Nº. 061/2015 DE CONTRATO DE 08 DE OUTUBRO DE 2015.

ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO Nº. 061/2015 DE CONTRATO DE 08 DE OUTUBRO DE 2015.

MÊS/ANO: ABRIL/2015. NÚMERO CONTRATO:026/2015

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 30/04/2015

Celebram o PRIMEIRO TERMO ADITIVO ao Contrato nº 026/2015, firmado em 30 de Abril de 2015, de conformidade com as cláusulas e condições abaixo estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA- DO PRAZO

O prazo de vigência do Contrato que antecedeu a este Termo Aditivo fica prorrogado para até 09 de abril de 2016.

CLÁUSULA SEGUNDA- DA RATIFICAÇÃO

Ficam ratificadas e inalteradas as demais Cláusulas e condições estabelecidas no Contrato-Mãe, que antecedeu a este Termo Aditivo.

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Dr. Julcemar Comachio OAB/SC n. 18.445

TIPO PESSOA (1/2): 2 CNPJ: 22.156.195/0001-04

CONTRATADA: DIONARA MARI DA FONTOURA BONFANTE ME.

ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO Nº. 062/2015 DE CONTRATO DE 14 DE OUTUBRO DE 2015.

ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO Nº. 062/2015 DE CONTRATO DE 14 DE OUTUBRO DE 2015.

MÊS/ANO: JULHO/2015. NÚMERO CONTRATO:012/2015

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 09/07/2015

Celebram o PRIMEIRO TERMO ADITIVO ao Contrato nº 012/2015, firmado em 09 de julho de 2015, oriundo do Processo Licitatório nº 04/2014, Pregão Presencial nº 04/2014, de conformidade com as cláusulas e condições abaixo estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA- DO PRAZO

O prazo de vigência do Contrato que antecedeu a este Termo Aditivo fica prorrogado para até 31 de dezembro de 2015.

CLÁUSULA SEGUNDA- DA RATIFICAÇÃO

Ficam ratificadas e inalteradas as demais Cláusulas e condições

estabelecidas no Contrato-Mãe, que antecedeu a este Termo Aditivo.

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Dr. Julcemar Comachio OAB/SC n. 18.445

TIPO PESSOA (1/2): 2 CNPJ: 08.985.825/0001-14
CONTRATADA: DIDÁTICA LIVRARIA E BRINQUEDOS LTDA - ME

ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO Nº. 063/2015 DE CONTRATO DE 14 DE OUTUBRO DE 2015.

ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO Nº. 063/2015 DE CONTRATO DE 14 DE OUTUBRO DE 2015.

MÊS/ANO: MAIO/2015. NÚMERO CONTRATO: 028/2015

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 05/05/2015

Celebram o SEGUNDO TERMO ADITIVO ao Contrato nº 028/2015, firmado em 05 de maio de 2015, originário do Edital do Processo Licitatório PREFE n. 013/2015, Tomada de Preços n. 003/2015.

CLÁUSULA PRIMEIRA- DA VIGÊNCIA

O prazo de vigência do Contrato nº 028/2015, firmado em 05 de maio de 2015, que antecedeu a este Termo Aditivo fica prorrogado até 31 de dezembro de 2015.

CLÁUSULA SEGUNDA- DA RATIFICAÇÃO

Ficam rerratificadas e inalteradas as demais Cláusulas e condições estabelecidas do Contrato-Mãe, que antecedeu a este Termo Aditivo.

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Dr. Julcemar Comachio OAB/SC n. 18.445

TIPO PESSOA(1/2): 2 CNPJ: 00.849.426/0001-14
CONTRATADA: OBJETIVA CONCURSOS LTDA.

APOSTILAMENTO N. 05/2015

APOSTILAMENTO N. 05/2015

Licitação: Pregão Presencial n. 023/2014 – Processo Licitatório n. 045/2014

Objeto: Combustíveis

Contratado: Posto Pedra Branca Ltda (CNPJ n. 79.304.937/0001-00)

Contrato: Ata de Registro de Preço 006/2014 de 18 de Dezembro de 2014.

Fato: Aumento do preço do litro da gasolina comum, do diesel S-10 e do diesel comum pelas refinarias e distribuidoras de combustíveis e repassado ao consumidor final.

Fundamentação: disposições do § 8º do artigo 65 da Lei Federal n. 8.666, de 21 de junho de 1993, consolidada. Princípio do Equilíbrio Econômico-Financeiro do Contrato.

Objeto	Valor original (R\$)	Reajuste	Novo valor (R\$)
Gasolina comum	3,43	5,2%	3,60
Diesel S-10	2,89	3,00%	2,97

Diesel comum	2,74	4,00%	2,84
--------------	------	-------	------

Coronel Martins-SC, em 09 de outubro de 2015.
DIRCEU FAVRETTO
Prefeito Municipal
CONTRATANTE

POSTO PEDRA BRANCA LTDA
Leonir Favretto
CONTRATADA

De Acordo:

JULCEMAR COMACHIO
Assessor Jurídico
OAB/SC nº 18.445

PORTARIA Nº. 173 DE 26 DE OUTUBRO DE 2015.

PORTARIA Nº. 173 DE 26 DE OUTUBRO DE 2015.
CONCEDE LICENÇA PRÊMIO POR ASSIDUIDADE A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 113 da Lei Complementar nº. 040, de 29/04/2014, e pela Lei Orgânica do Município.

Considerando o princípio administrativo da moralidade pública, e da legalidade, resolve;

CONCEDER:

Art. 1º Licença Prêmio por Assiduidade a Servidora abaixo relacionada, no período e referências que especifica.

01- Pelo período de 30 (trinta) dias, com gozo a partir do dia 04 de novembro a 03 de dezembro de 2015.

Nome Cargo Referências
Salette Biazin Auxiliar de Serviços Gerais 02/2003 á 02/2006

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins – SC,
em 26 de Outubro de 2015.
DIRCEU FAVRETTO
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada em data supra.

MARCOS CEZAR POZZER
Chefe de Gabinete

PREGÃO PRESENCIAL Nº 023/2014 PRIMEIRO TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 006/2014

PREGÃO PRESENCIAL Nº 023/2014

PRIMEIRO TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 006/2014

PREGÃO PRESENCIAL Nº 023/2014

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 045/2014

REGISTRO DE PREÇOS Nº 005/2014

O Município de Coronel Martins- SC, com sede junto a Prefeitura Municipal de Coronel Martins, na Rua Porto Alegre, 47 – CEP: 89.837-000 – Coronel Martins – SC, Centro, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. DIRCEU FAVRETTO, portador do CPF nº 743.633.529-49 e a empresa Posto Pedra Branca Ltda, inscrita no CNPJ nº 79.304.937/0001-00, nesta Ata representada pelo Senhor LEONIR FAVRETTO, portador do CPF nº 625.009.029-00;

CONSIDERANDO o disposto no art. 15, § 3º, inciso III, da Lei nº 8.666/93, consolidada;

CONSIDERANDO ainda a possibilidade de ampliação do objeto contratual até o limite de 25%, conforme disposições do artigo § 1º do artigo 65, da Lei Federal n. 8.666/93, consolidada;

Celebram o PRIMEIRO TERMO ADITIVO a Ata de Registro de Preços nº 006 de 18 de dezembro de 2014, conforme condições abaixo estabelecidas:

CLÁUSULA I

Fica ampliada em 25% a quantidade dos itens abaixo especificados, objeto da Ata de Registro de Preços nº 006/2014, firmada em 18 de dezembro de 2014, conforme quantitativos e valores que seguem os seguintes valores unitários e totais:

Item	Descrição	Marca	Quant.	Unid.	Preço Unit.	Preço Total
01	Óleo Diesel	Mazp	23.750	LT	2,84	67.450,00
02	Gasolina Comum	Mazp	8.750	LT	3,60	31.500,00
03	Óleo Diesel Especial S-10	Mazp	17.500	LT	2,97	51.975,00
	Total					150.925,00

Cláusula Segunda – Da validade da Ata

2.1 - O presente Termo Aditivo a Ata de Registro de Preços terá validade a partir de sua assinatura e perdurará até 31 de dezembro de 2015.

2.2 - Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, a Administração Municipal de CORONEL MARTINS não será obrigada a firmar as contratações que dela poderão advir, facultando-se-lhe a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao (s) beneficiário (s) do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

2.3 - A Ata poderá sofrer alterações de acordo com as condições estabelecidas no art. 65 da Lei 8.666/93.

Cláusula Terceira – Da Rerratificação

3.1 - Ficam inalteradas e rerratificadas as demais cláusulas e disposições da Ata Registro de Preços nº 006/2014 de 18 de dezembro de 2014.

Cláusula Quarta – Do Foro

4.1 - Fica eleito o Foro da Comarca de São Domingos – SC, para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.

E por estarem acordes as partes firmam o presente instrumento na melhor forma de direito para que surta os legais efeitos.

Coronel Martins– SC, 09 de Outubro de 2015.

LEONIR FAVRETTO

CPF: 625.009.029-00

DIRCEU FAVRETTO

Prefeito Municipal

Visto:

Dr. Julcemar Comachio

OAB/SC n. 18.445

Correia Pinto

PREFEITURA

DISPENSA DE LICITAÇÃO - PROCESSO 43/2015 PMCP

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO

DISPENSA DE LICITAÇÃO - PROCESSO N. 43/2015

O Município de Correia Pinto, através da Secretaria de Administração e da Comissão Permanente de Licitação, nos termos do artigo 24, IV da Lei 8.666/93, declara a DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A REALIZAÇÃO, ELABORAÇÃO, APLICAÇÃO E JULGAMENTO DE TESTE SELETIVO PARA A SELEÇÃO DE PROFISSIONAIS EM DIVERSAS ÁREAS DE ATUAÇÃO DO MUNICÍPIO. O valor será de 25.792,00 (vinte e cinco mil, setecentos e noventa e dois reais). A empresa contratada é O Barriga Verde, CNPJ 08.072.361/0001-55. A presente declaração encontra-se justificada conforme parecer jurídico e processo de Dispensa de Licitação.

Correia Pinto, 27 de outubro de 2015.

VÂNIO FORSTER

Prefeito Municipal

Corupá

PREFEITURA

DECRETO Nº. 945/2015



Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ

Avenida Getúlio Vargas, 443 – Fone (0**47) 3375-6500 – 89.278-000 – Corupá – SC

www.corupa.sc.gov.br - administra@corupa.sc.gov.br

DECRETO Nº. 945/2015

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com a Lei Municipal Nº 2.194/2015 de 22 de outubro de 2015,

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir por Decreto, Créditos Adicionais Suplementares até o limite do valor de R\$ 1.482.000,00 (um milhão e quatrocentos e oitenta e dois mil reais), que obedecerá a seguinte classificação:

Código	DR	Classificação	Valor R\$
02.000		Gabinete do Prefeito	
02.001		Gabinete do Prefeito	
004.122.0006.2002		Manutenção do Gabinete do Prefeito	
3.1.90.00.00.00.00	0.1.00.00	Aplicações Diretas (Cód. Desp. 1)	84.000,00
03.000		Secretaria de Administração e Fazenda	
03.001		Divisão de Administração e Fazenda	
004.122.0009.2003		Man. Ativ. Div. De Pessoal, Adm. E Compras	
3.1.90.00.00.00.00	0.1.00.00	Aplicações Diretas (Cód. Desp. 8)	200.000,00
03.000		Secretaria de Administração e Fazenda	
03.001		Divisão de Administração e Fazenda	
004.122.0009.2008		Man. Div. De Desenv. Mun. E Planejamento	
3.1.90.00.00.00.00	0.1.00.00	Aplicações Diretas (Cód. Desp.11)	95.000,00
04.000		Secretaria de Desenv. Rural e Meio Ambiente	
04.001		Divisão de Desenvolvimento Rural	
020.606.0063.2005		Manutenção da Divisão de Agricultura	
3.1.90.00.00.00.00	0.1.00.00	Aplicações Diretas (Cód. Desp. 89)	37.000,00
06.000		Secretaria Municipal de Saúde	
06.001		Fundo Municipal de Saúde	
010.301.0080.2009		Manutenção da Divisão de Saúde	
3.3.90.00.00.00.00	0.1.02.00	Aplicações Diretas (Cód. Desp. 119)	217.000,00
06.000		Secretaria Municipal de Saúde	
06.001		Fundo Municipal de Saúde	
010.301.0081.1010		Bloco de Atenção Básica	
3.1.90.00.00.00.00	0.1.02.00	Aplicações Diretas (Cód. Desp. 129)	50.000,00

“CAPITAL CATARINENSE DA BANANA”



Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ

Avenida Getúlio Vargas, 443 – Fone (0**47) 3375-6500 – 89.278-000 – Corupá – SC

www.corupa.sc.gov.br - administra@corupa.sc.gov.br

06.000		Secretaria Municipal de Saúde	
06.001		Fundo Municipal de Saúde	
010.301.1005.2044		Saúde da Família-PSF	
3.1.90.00.00.00.00	0.1.02.00	Aplicações Diretas (Cód. Desp. 171)	250.000,00
06.000		Secretaria Municipal de Saúde	
06.001		Fundo Municipal de Saúde	
010.304.0081.2010		Vigilância em Saúde - VS	
3.1.90.00.00.00.00	0.1.02.00	Aplicações Diretas (Cód. Desp. 135)	20.000,00
08.000		Secretaria Municipal Educação e Cultura	
08.001		Divisão de Educação	
012.365.0047.2019		Manutenção do Ensino Infantil	
3.1.90.00.00.00.00	0.1.01.00	Aplicações Diretas (Cód. Desp.67)	330.000,00
09.000		Secretaria de Assistência Social, Trabalho e Habitação	
09.001		Manutenção da Assistência Social	
008.244.0064.2011		Manutenção do Dep. De Assistência Social	
3.1.90.00.00.00.00	0.1.00.00	Aplicações Diretas (Cód. Desp. 94)	167.000,00
3.3.90.00.00.00.00	0.1.00.00	Aplicações Diretas (Cód. Desp. 96)	32.000,00
TOTAL			1.482.000,00

Art. 2º - Para atender as necessidades financeiras contidas no artigo anterior, serão utilizados recursos oriundos da anulação das seguintes dotações orçamentárias consignadas no Orçamento do Município a saber:

Código	DR	Classificação	Valor R\$
03.000		Secretaria de Administração e Fazenda	
03.001		Divisão de Administração e Fazenda	
004.122.0009.1007		Modernização Trib. e Constr.Nova Prefeitura	
3.3.90.00.00.00.00	0.1.00.00	Aplicações Diretas (Cód. Desp.4)	30.000,00
4.4.90.00.00.00.00	0.1.00.00	Aplicações Diretas (Cód. Desp.6)	20.000,00
06.000		Secretaria Municipal de Saúde	
06.001		Fundo Municipal de Saúde	
010.303.0081.1009		Bloco de Assistência Farmacêutica Básica	
3.3.90.00.00.00.00	0.1.02.00	Aplicações Diretas (Cód. Desp. 127)	70.000,00
07.000		Secretaria Municipal de Infraestrutura	
07.002		Divisão de Serviços Públicos	
006.182.0040.2035		Manutenção da Defesa Civil	
3.3.90.00.00.00.00	0.1.00.00	Aplicações Diretas (Cód. Desp. 44)	17.000,00
4.4.90.00.00.00.00	0.1.00.00	Aplicações Diretas (Cód. Desp. 45)	5.000,00
08.000		Secretaria Municipal Educação e Cultura	
08.001		Divisão de Educação	
012.365.0047.1004		Constr., Ampl. E Melhoria das Unid. De Ensino	

“CAPITAL CATARINENSE DA BANANA”



Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ

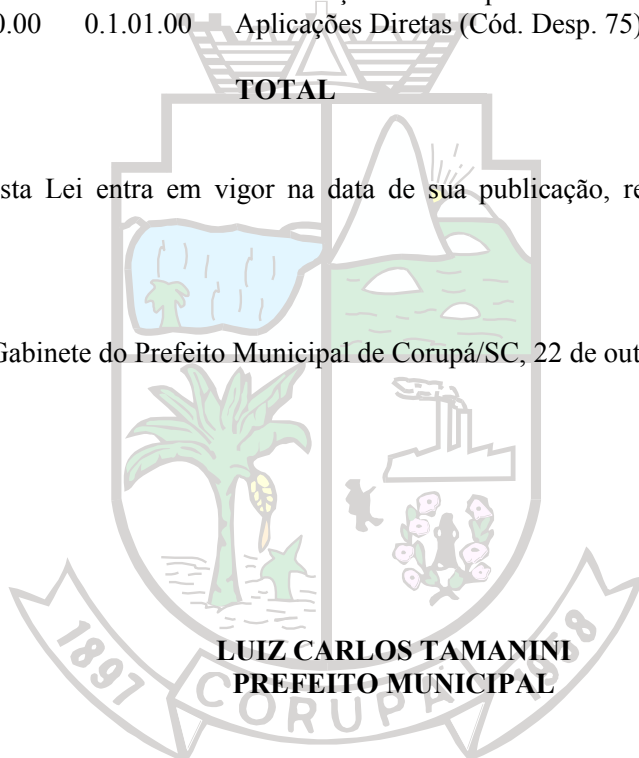
Avenida Getúlio Vargas, 443 – Fone (0**47) 3375-6500 – 89.278-000 – Corupá – SC

www.corupa.sc.gov.br - administra@corupa.sc.gov.br

4.4.90.00.00.00.00		Infantil	
		Aplicações Diretas (Cód. Desp. 47)	40.000,00
08.000		Secretaria Municipal de Educação e Cultura	
08.001		Divisão de Educação	
012.361.0047.2018		Manutenção do Ensino Fundamental	
3.1.90.00.00.00.00	0.1.01.00	Aplicações Diretas (Cód. Desp.57)	400.000,00
3.3.90.00.00.00.00	0.1.01.00	Aplicações Diretas (Cód. Desp. 61)	500.000,00
08.000		Secretaria Municipal Educação e Cultura	
08.001		Divisão de Educação	
012.361.0047.2020		Manutenção do Transporte Escolar	
3.3.90.00.00.00.00	0.1.01.00	Aplicações Diretas (Cód. Desp. 75)	400.000,00
TOTAL			1.482.000,00

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá/SC, 22 de outubro de 2015.



LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

Sancionada, Registrada e Publicada a presente Lei, nesta Secretaria de Administração e Fazenda aos vinte e dois dias do mês de outubro de 2015.

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

“CAPITAL CATARINENSE DA BANANA”

CÂMARA MUNICIPAL**1º TERMO ADITIVO EXTRATO CONTRATO Nº 005/2015**

MUNICÍPIO DE CORUPÁ

ESTADO DE SANTA CATARINA

CÂMARA DE VEREADORES DE CORUPÁ

EXTRATO 1º TERMO ADITIVO DE CONTRATO 005/15

Processo Licitatório nº 007/15

Dispensa de licitação nº 009/15

CONTRATANTE: CÂMARA DE VEREADORES DE CORUPÁ, inscrito no CNPJ sob o n.º 83.539.684/0001-21, com sede na rua Padre Vicente Schmitz, 45 - Centro, Corupá - SC.

CONTRATADA: TELEFÔNICA BRASIL S.A., com sede na Av. Eng. Luiz Carlos Berrini, n.º 1376 na cidade de São Paulo (SP), CNPJ sob n.º 02.558.157/0001-62

OBJETO: acréscimo de 01 (hum) acesso móvel com sim card referente a prestação de Serviço Móvel Pessoal – SMP com serviço de voz

Data da assinatura: 13/05/15

Data da Vigência: 12/05/16

Curitibanos

PREFEITURA

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 199/2015

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 199/2015

O Município de Curitibanos, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço por item, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para a AQUISIÇÃO EVENTUAL DE CARGA E BOTIJÃO DE GÁS P 13 E P 45 PARA MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, EDUCAÇÃO, HABITAÇÃO, CULTURA, ASSISTÊNCIA SOCIAL, DEFESA CIVIL, IPESMUC, FIA, PREFEITURA E SUAS RESPECTIVAS SECRETARIAS E DEMAIS UNIDADES, PELO PERÍODO DE 1 ANO, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 15:30 horas do dia 30/11/2015, no Protocolo Central da Prefeitura, sito a rua Cel. Vidal Ramos, 860. A partir das 16:00 horas do dia 30/11/2015, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas.

O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitibanos no horário de expediente e na pagina da Prefeitura www.curitibanos.sc.gov.br.

Curitibanos, 23 de Outubro de 2015.

José Antonio Guidi
Prefeito Municipal

Diego Sebem Wordell
Pregoeiro

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 200/2015

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 200/2015

O Município de Curitibanos, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço por item, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para a AQUISIÇÃO EVENTUAL DE BATERIAS PARA MANUTENÇÃO DOS VEÍCULOS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, EDUCAÇÃO, HABITAÇÃO, CULTURA, ASSISTÊNCIA SOCIAL, DEFESA CIVIL, IPESMUC, FIA, PREFEITURA E SUAS RESPECTIVAS SECRETARIAS E DEMAIS UNIDADES, PELO PERÍODO DE 1 ANO, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 13:30 horas do dia 27/11/2015, no Protocolo Central da Prefeitura, sito a rua Cel. Vidal Ramos, 860. A partir das 14:00 horas do dia 27/11/2015, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas.

O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitibanos no horário de

expediente e na pagina da Prefeitura www.curitibanos.sc.gov.br.

Curitibanos, 26 de Outubro de 2015.

José Antonio Guidi
Prefeito Municipal

Diego Sebem Wordell
Pregoeiro

EXTRATO CONTRATUAL CONTRATO Nº.: 732/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 732/2015

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

Contratada...: BUDNY INDUSTRIA E COMERCIO EIRELI

Valor : 123.750,00 (cento e vinte e três mil setecentos e cinquenta reais)

Vigência : Início: 26/10/2015 Término: 26/10/2016

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 187/2015

Recursos : Dotação:

Objeto : AQUISIÇÃO DE TRATOR, PARA USO DA SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO RURAL, CONFORME CONTRATO DE REPASSE N. 815247/2014 MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO AGRARIO/SINCOV N. 815247/2014 E A PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS, COM AS ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS CONSTANTES NO ANEXO I DESTE EDITAL.

TERMO DE ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO 187/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 187/2015 - PR
CNPJ: 83.754.044/0001-34 Rua Coronel Vidal Ramos, 860 C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC	Processo Administrativo: 187/2015 Processo de Licitação: 187/2015 Data do Processo: 05/10/2015
	Folha: 1/1

TERMO DE ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Pregoeiro(a) Municipal, Sr(a) DIEGO SEBEM WORDELL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, após analisado o resultado do Pregão acima especificado, resolve:

01 - ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 187/2015
b) Licitação Nr.: 187/2015-PR
c) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
d) Data da Adjudicação: 26/10/2015 Sequência: 0
e) Objeto da Licitação AQUISIÇÃO DE TRATOR, PARA USO DA SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO RURAL, CONFORME CONTRATO DE REPASSE N. 815247/2014 MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO AGRARIO/SINCOV N. 815247/2014 E A PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS, COM AS ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS CONSTANTES NO ANEXO I DESTE EDITAL.

f) Fornecedores e Itens Adjudicados:	Qtde de Itens	Média Descto (%)	(em Reais R\$)
			Total dos Itens
- 337747 - BUDNY INDUSTRIA E COMERCIO EIRELI	1	0,0000	123.750,00
	1		123.750,00

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Dotação(ões): 1.030.4.4.90.00.00.00.00 (51), 1.030.4.4.90.00.00.00.00 (110)

Curitiba, 26 de Outubro de 2015.

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO 187/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 187/2015 - PR
CNPJ: 83.754.044/0001-34 Rua Coronel Vidal Ramos, 860 C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC	Processo Administrativo: 187/2015 Processo de Licitação: 187/2015 Data do Processo: 05/10/2015
	Folha: 1/1

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito Municipal, JOSÉ ANTÔNIO GUIDI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 187/2015
b) Licitação Nr.: 187/2015-PR
c) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
d) Data Homologação: 26/10/2015
e) Objeto da Licitação: AQUISIÇÃO DE TRATOR, PARA USO DA SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO RURAL, CONFORME CONTRATO DE REPASSE N. 815247/2014 MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO AGRARIO/SINCOV N. 815247/2014 E A PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS, COM AS ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS CONSTANTES NO ANEXO I DESTE EDITAL.

			(em Reais R\$)
f) Fornecedores e Itens declarados Vencedores (cfe. cotação):	<u>Qtde de Itens</u>	<u>Média Descto. (%)</u>	<u>Total dos Itens</u>
- 337747 - BUDNY INDUSTRIA E COMERCIO EIRELI	<u>1</u>	0,0000	<u>123.750,00</u>
	1		123.750,00

Curitiba, 26 de Outubro de 2015.

JOSÉ ANTÔNIO GUIDI
PREFEITO MUNICIPAL

CÂMARA MUNICIPAL**PREGÃO 8/2015**

MINUTA DO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 08/2015

O Poder Legislativo do Município de Curitiba/SC, por intermédio de seu Pregoeiro torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço por Lote, regida pelas Leis Federais 10.520/02 e 8.666/93, dentre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para aquisição de computadores, notebooks, impressoras e componentes de informática para uso dos vereadores e servidores do Poder Legislativo municipal, nos termos e condições constantes do Termo de Referência - Anexo I deste Edital. Os interessados em participar do certame deverão entregar os envelopes contendo Proposta de Preços e Documentação de Habilitação até as 14:00 horas do dia 12/11/2015, no Protocolo Central da Câmara Municipal de Vereadores de Curitiba/SC, sito a Rua Archias Ganz, 288, Centro, Curitiba/SC.

Edital disponível no site <http://www.camaracuritiba.sc.gov.br>, link Agenda.

http://e-gov.betha.com.br/transparencia/01015-001/con_licitacoes.faces

<http://camara.fecam.org.br/curitiba/agenda/index/detalhes-item/codMapaItem/33619/codItem/29067/codAgenda/276>

Quaisquer pedidos de esclarecimentos em relação a eventuais dúvidas de interpretação do presente Instrumento Convocatório deverão ser dirigidos, por escrito, à Comissão Permanente de Licitação da Câmara de Vereadores do Município de Curitiba/SC, até o dia 12/11/2015, das 13h às 19h, sito a Rua Archias Ganz, nº 288, Centro, Curitiba/SC, CEP 89520-000, ou por intermédio do endereço eletrônico contabilidade@camaracuritiba.sc.gov.br.

A partir das 14:30 horas do dia 12/11/2015, será realizada sessão pública do Pregão Presencial, no setor de Licitações e Contratos, sito a Rua Archias Ganz, 288, Centro, Curitiba/SC.

Curitiba, 26 de outubro de 2015.

Arcílio Alves
Presidente

Ronaldo Spricigo
Pregoeiro

ATA 7_2015 PREGÃO PRESENCIAL 7_2015

<p>ESTADO DE SANTA CATARINA CAMARA MUNICIPAL DE CURITIBANOS</p> <p>CNPJ: 78.493.632/0001-21 RUA ARCHIAS GANZ, 288 C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC</p>	<p>PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 7/2015 - PR</p> <p>Processo Administrativo: 7/2015 Processo de Licitação: 7/2015 Data do Processo: 21/09/2015</p>
	Folha: 1/1

ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Número da ATA: 7/2015 (Sequência: 1)

OBJETO DA LICITAÇÃO:

AQUIÇÃO DE COMPUTADORES, NOTEBOOKS, IMPRESSORAS E COMPONENTES DE INFORMÁTICA, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO ANEXO I DESTE EDITAL.

NENHUMA EMPRESA APRESENTOU PROPOSTA, RESTANDO O PROCESSO DESERTO.

Curitiba, 5 de Outubro de 2015

COMISSÃO:

RONALDO SPRICIGO	- - Pregoeiro(a)
JOCIMAR AFONSO COELHO	- - MEMBRO
ELLEN CRISTINA MOLIM	- - MEMBRO

Dionísio Cerqueira

PREFEITURA

CONVOCAÇÃO TESTE SELETIVO 002/2015

Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira CNPJ 83.026.773/0001-74

Rua Santos Dumond - CEP 89950-000 - Fone (49) 3644-6700 / 3644-6708

Site: www.dionisiocerqueira.sc.gov.br | e-mail: rh@dionisiocerqueira.sc.gov.br

CONVOCAÇÃO

ALTAIR CARDOSO RITTES, Prefeito Municipal de Dionísio Cerqueira (SC), em exercício, no uso de suas atribuições, e nos termos dispostivos da Lei Orgânica Municipal 3665/2006 e da Lei e da Lei Complementar 4.252/2013, em conformidade com a classificação e homologação do resultado do Teste Seletivo, Edital de 02/2015 convoca os candidata abaixo relacionada para ocupar o cargo, no prazo de 30 (trinta) dias, para sua devida contratação.

TÉCNICO EM ENFERMAGEM

Deise Rodrigues
Maritania Dalbosco
Roseli Aparecida dos Santos
Marcos Paulo da Silva

Dionísio Cerqueira - SC, 16 de outubro de 2015.

ALTAIR CARDOSO RITTES
PREFEITO MUNICIPAL

LICITAÇÕES 2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA
AVISO DE LICITAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira torna público que se encontra aberta a licitação Pregão n. 107/2015. Objeto: Aquisição materiais elétricos para manutenção da rede de energia elétrica do Município. Entrega da documentação e propostas até as 08:00 horas do dia 09/11/2015 no Depto. de Compras e Licitações. Maiores informações junto ao Depto. de Compras e Licitações deste Município, sito a Rua Santos Dumont, N.413. Dionísio Cerqueira, 26/10/2015.

Altair Rittes – Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA
AVISO DE LICITAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira torna público que se encontra aberta a licitação Pregão n. 108/2015. Objeto: Aquisição gêneros alimentícios para os alunos da rede Municipal de Ensino. Entrega da documentação e propostas até as 10:30 horas do dia 09/11/2015 no Depto. de Compras e Licitações. Maiores informações junto ao Depto. de Compras e Licitações deste Município, sito a Rua Santos Dumont, N.413. Dionísio Cerqueira, 26/10/2015.

Altair Rittes – Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE
AVISO DE LICITAÇÃO

O Fundo Municipal Da Saúde de Dionísio Cerqueira torna público que se encontra aberto a licitação Pregão n. 057/2015. Objeto:

Aquisição de balanças, colchonetes, fitas antropométrica e bolas suíças para o Fundo Municipal da Saúde Entrega da documentação e propostas até as 08:00 horas do dia 10/11/2015 no Depto. de Compras e Licitações. Maiores informações junto ao Depto. de Compras e Licitações deste Município, sito a Rua Santos Dumont, N.413.

Dionísio Cerqueira, 26/10/2015.

João Stahl – Gestor do FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE
AVISO DE LICITAÇÃO

O Fundo Municipal Da Saúde de Dionísio Cerqueira torna público que se encontra aberto a licitação Pregão n. 058/2015. Objeto: Aquisição de suprimentos de informática e películas para janelas dos postos de saúde do Município. Entrega da documentação e propostas até as 08:00 horas do dia 11/11/2015 no Depto. de Compras e Licitações. Maiores informações junto ao Depto. de Compras e Licitações deste Município, sito a Rua Santos Dumont, N.413.

Dionísio Cerqueira, 26/10/2015.

João Stahl – Gestor do FMS

RESULTADOS LICITAÇÕES 2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE

O Fundo Municipal da Saúde de Dionísio Cerqueira comunica aos interessados o resultado da licitação- Processo 052/2015 Modalidade: Pregão nº 052/2015, Objeto Aquisição de medicamentos para o Fundo Municipal de Saúde Vencedores: Ágil Distribuidora de Medicamentos Ltda.-ME - Valor R\$ 6.311,66 – Damedí – Dambrós Com de Medicamentos Ltda. – Valor R\$ 3.989,88 – Odontomedi Produtos Odontológicos e Hospit.alares Ltda. – Valor R\$ 1.144,00. Dionísio Cerqueira - 26/10/2015

João C. Stahl – Gestor do FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA
LICITAÇÃO REVOGADA

A Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira comunica aos interessados que o Licitação nº 100/2015, Objeto Aquisição de fita de TNT, papel seda, tela aramada e juta colorida para atividades pedagógicas da Secretaria de Educação Origem: Pregão 100/2015 PMDC. Foi revogada em virtude da empresa participante não ter regularizado a documentação dentro do prazo previsto na lei nº 147/2014 – Benefícios da Micro empresa.

Dionísio Cerqueira 26/10/2015

Altair Rittes – Prefeito Municipal.

Ermo

PREFEITURA

DECRETO N.º 052, DE 23 DE OUTUBRO DE 2015.

DECRETO N.º 052, de 23 de outubro de 2015.

Suplementa Dotação Orçamentária e dá outras providências.

ALDOIR CADORIN, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Art. 22, da Lei nº 371, de 18/11/2014 (LDO);

DECRETA:

Art. 1º. Fica suplementada a dotação orçamentária do Orçamento Vigente da Camara Municipal de Ermo no valor de R\$ 9.500,00 (nove mil e quinhentos reais), a saber:

01.01 – CAMARA MUNICIPAL DE ERMO

01.031.0001.2.001 – Manutenção da Camara de Vereadores

3.3.90.00.00.00.00.0080(2) – Aplicações Diretas R\$ 9.500,00

Art. 2º. A suplementação de que trata o Art.1º, correrá por conta da anulação do item orçamentário abaixo especificado:

01.01 – CAMARA MUNICIPAL DE ERMO

01.031.0001.2.001 – Manutenção da Camara de Vereadores

4.4.90.00.00.00.00.0080(3) – Aplicações Diretas R\$ 9.500,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 23 de outubro de 2015.

ALDOIR CADORIN

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

ELIAS NAGEL

Secretário de Administração e Finanças

Registre-se e Publique-se.

ELIAS NAGEL

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 122, DE 23 DE OUTUBRO DE 2015.

PORTARIA Nº 122, de 23 de Outubro de 2015.

Dispõe sobre a Exoneração de Servidor Ocupante de Cargo em Comissão, que especifica.

ALDOIR CADORIN, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes confere o Art. 62, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Art. 1º, § 1º, da Lei Nº 003, de 03 de janeiro de 1997;

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, a Servidora JANICE LEANDRO DA SILVA, do cargo em Comissão de Chefe de Divisão Vigilância Sanitária, Nível DASU-1, nomeada pela Portaria nº 100, de 06 de Agosto de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 23 de Outubro de 2015.

ALDOIR CADORIN

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

ELIAS NAGEL

Secretário de Administração e Finanças

DECRETO Nº. 051 DE 23 DE OUTUBRO DE 2015.

DECRETO Nº. 051 de 23 de outubro de 2015.

Determina Ponto Facultativo nas Repartições Públicas Municipais e dá outras providências.

ALDOIR CADORIN, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no Art. 62, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, combinado com a legislação vigente;

DECRETA:

Art. 1º Ponto facultativo nas repartições públicas municipais no dia 30 de outubro de 2015 (sexta-feira), em virtude do Dia do Servidor Público (28/10).

Art. 2º Os serviços públicos considerados essenciais permanecerão em funcionamento, cabendo a cada Secretaria viabilizar escala de trabalho de seus servidores, para que os serviços não sejam prejudicados.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 23 de outubro de 2015.

ALDOIR CADORIN

Prefeito Municipal

Erval Velho

PREFEITURA

EXTRATO DE EDITAL DE PREGÃO 028/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ERVAL VELHO
PODER EXECUTIVO

Processo Licitatório n° 048/2015

Edital de Pregão n° 028/2015

Objeto: Contratação de serviços especializados para elaboração, organização e aplicação de Processo Seletivo.

Data e horário: a abertura dos envelopes de "proposta comercial" e "documentação de habilitação" será às 09h00min do dia 10/11/2015.

Local: setor de Compras e Licitações, situado na Prefeitura Municipal de Erval Velho, Rua Nereu Ramos, 204, Centro, Erval Velho/SC, CEP 89613-000 mesmo local onde pode ser lido e obtido o Edital na íntegra, das 8h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min. Maiores informações podem ser obtidas no telefone (049) 3542-1222 email: compras@ervalvelho.sc.gov.br ou no endereço citado.

Walter Kleber Kucher Junior
Prefeito Municipal.

Faxinal dos Guedes

PREFEITURA

EDITAL_1 EMPRESA CURSO INFORMÁTICA

Estado de Santa Catarina
Município de Faxinal dos Guedes

AVISO DE LICITAÇÃO PARA ME. EPP

Processo licitatório nº: 0066/2015
Modalidade: Pregão Presencial nº: 0036/2015
Objeto: Contratação de empresa com profissional disponível para prestar curso de informática, para os alunos da rede municipal de ensino, no contra turno escolar, durante o ano letivo de 2016.
Data do Recebimento: 17/11/2015 às 09h00min
Data da abertura: 17/11/2015 às 09h15min
Edital: Completo e demais esclarecimentos, de segunda a Sexta feira em horário comercial no depto de Compras e Licitações do Município de Faxinal dos Guedes, Avenida Rio Grande do Sul, 458 – Centro – fone (49) 3436 – 4300.
Amparo legal: Lei nº 8.666/93, suas alterações.

Faxinal dos Guedes, SC, em 26 de outubro de 2015.
ODYMAR OLIVO BOMBASSARO
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA

EDITAL_1 EMPRESA CURSO MÚSICA

Estado de Santa Catarina
Município de Faxinal dos Guedes

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo licitatório nº: 0067/2015
Modalidade: Pregão Presencial nº: 0037/2015
Objeto: Contratação de empresa com profissional disponível para prestar curso de violão, viola, acordeom, teclado e flauta doce, para os alunos da rede municipal de ensino, no contra turno escolar, durante o ano letivo de 2016.
Data do Recebimento: 17/11/2015 às 10h00min
Data da abertura: 17/11/2015 às 10h15min
Edital: Completo e demais esclarecimentos, de segunda a Sexta feira em horário comercial no depto de Compras e Licitações do Município de Faxinal dos Guedes, Avenida Rio Grande do Sul, 458 – Centro – fone (49) 3436 – 4300.
Amparo legal: Lei nº 8.666/93, suas alterações.

Faxinal dos Guedes, SC, em 26 de outubro de 2015.
ODYMAR OLIVO BOMBASSARO
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA

EDITAL_1 EMPRESA SELETIVO

Estado de Santa Catarina
Município de Faxinal dos Guedes

AVISO DE LICITAÇÃO PARA ME. EPP

Processo licitatório nº: 0065/2015
Modalidade: Pregão Presencial nº: 0035/2015
Objeto: Contratação de empresa para a realização de processo seletivo e chamada pública para a contratação de professores para atuar no ano letivo de 2016.
Data do Recebimento: 16/11/2015 às 09h00min
Data da abertura: 16/11/2015 às 09h15min
Edital: Completo e demais esclarecimentos, de segunda a Sexta feira em horário comercial no depto de Compras e Licitações do Município de Faxinal dos Guedes, Avenida Rio Grande do Sul, 458 – Centro – fone (49) 3436 – 4300.
Amparo legal: Lei nº 8.666/93, suas alterações.

Faxinal dos Guedes, SC, em 26 de outubro de 2015.
ODYMAR OLIVO BOMBASSARO
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA

TERMO ADITIVO 1 NEIVA BUSS WERNER

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES

EXTRATO DE ADITIVO DE CONTRATO

CONTRATANTE: Município de Faxinal dos Guedes
CONTRATADA: Neiva Buss Werner - Me.
Objeto: Contratação de empresa especializada visando a realização de concursos públicos e processos seletivos para provimento de cargos efetivos e temporários para o município de Faxinal dos Guedes.
Número do Contrato: 0012/2015
Quinto Termo Aditivo: Aditiva valor
Amparo Legal: O Instrumento Contratual é Originário do Processo Licitatório nº 0015/2015 na Modalidade Carta Convite N.º 0004/2015 do Município de Faxinal dos Guedes, e, com base na Lei nº 8.666/93, suas alterações e demais normas vigentes.

Faxinal dos Guedes, SC, em 26 de outubro de 2015.
DERLY JOSÉ TAFFAREL
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

Flor do Sertão

PREFEITURA

DECRETO Nº 107/2015

DECRETO Nº. 107/2015

DECRETA PONTO FACULTATIVO NO MUNICÍPIO DE FLOR DO SERTÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROGÉRIO PERIN, Prefeito Municipal de Flor do Sertão, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais;

DECRETA:

Art. 1º Fica determinado PONTO FACULTATIVO nas repartições públicas do Município de Flor do Sertão, no dia 30 de Outubro de 2015, Sexta-Feira, em comemoração ao dia do Servidor Público, comemorado anualmente no dia 28 de Outubro.

Art. 2º Este decreto se estende também aos Conselheiros Tutelares do Município, que deverão trabalhar em forma de plantão nesse período.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 26 dias do mês de Outubro de 2015.

ROGERIO PERIN
Prefeito Municipal

LEANDRO NEUHAUS
Secretário de Administração

DECRETO Nº. 105

DECRETO N.º 0105/2015

SUPLEMENTA VERBAS DO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROGÉRIO PERIN, Prefeito Municipal de Flor do Sertão, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei Municipal n.º 0623/2014.

DECRETA:

ART. 1º- Fica pelo presente Decreto suplementado na Secretaria de Educação, Cultura Esporte e Lazer, a importância de R\$ 2.000,00 (cinco mil reais) na dotação orçamentária seguinte:

05.00 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER	
05.01 – Departamento de Educação	
12.361 – Ensino Fundamental	
12.361.0010 – Educar para o Futuro	
12.361.0010.2.020 – Manutenção do Programa Salário Educação	
4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas	2.000,00
Fonte: 0136– Salário Educação	
Desdobramento: Sem desdobramento	
TOTAL DA FONTE	2.000,00

ART. 2º - Os recursos para cobertura do crédito suplementar de que trata o artigo 1º são provenientes da anulação de dotações orçamentárias do orçamento vigente, conforme a seguir:

05.00 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER	
05.01 – Departamento de Educação	
12.361 – Ensino Fundamental	
12.361.0010 – Educar para o Futuro	
12.361.0010.2.020 – Manutenção do Programa Salário Educação	
3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas	2.000,00
Fonte: 0136– Salário Educação	
Desdobramento: Sem desdobramento	
TOTAL DA FONTE	2.000,00

ART. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

ART. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, aos vinte dias do mês de outubro de 2015.

ROGÉRIO PERIN
Prefeito Municipal

Registrado e publicado
Em data supra.

LEANDRO NEUHAUS
Secretário de Administração

DECRETO Nº. 106

DECRETO N.º 0106/2015

SUPLEMENTA VERBAS DO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROGÉRIO PERIN, Prefeito Municipal de Flor do Sertão, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei Municipal n.º 0623/2014.

DECRETA:

ART. 1º- Fica pelo presente Decreto suplementado na Secretaria de Educação, Cultura Esporte e Lazer, a importância de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) na dotação orçamentária seguinte:

05.00 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER	
05.01 – Departamento de Educação	
12.361 – Ensino Fundamental	
12.361.0010 – Educar para o Futuro	
12.361.0010.2.020 – Manutenção do Programa Salário Educação	
4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas	2.000,00
Fonte: 0136– Salário Educação	
Desdobramento: Sem desdobramento	
TOTAL DA FONTE	2.000,00

ART. 2º - Os recursos para cobertura do crédito suplementar de que trata o artigo 1º são provenientes da anulação de dotações orçamentárias do orçamento vigente, conforme a seguir:

05.00 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER	
05.01 – Departamento de Educação	
12.361 – Ensino Fundamental	
12.361.0010 – Educar para o Futuro	
12.361.0010.2.020 – Manutenção do Programa Salário Educação	
3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas	2.000,00
Fonte: 0136– Salário Educação	
Desdobramento: Sem desdobramento	
TOTAL DA FONTE	2.000,00

ART. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

ART. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, aos vinte e três dias do mês de outubro de 2015.

ROGÉRIO PERIN
Prefeito Municipal

Registrado e publicado
Em data supra.

LEANDRO NEUHAUS
Secretário de Administração

RESOLUÇÃO Nº 07/2015 CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE FLOR DO SERTÃO
CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

RESOLUÇÃO Nº 07/2015/CMDCA

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE do município de Flor do Sertão – SC, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 625/2014 de 26 de novembro de 2014;

Considerando a deliberação da plenária ordinária realizada em 21/10/2015;

Considerando o disposto na Ata nº 159/2015;

RESOLVE:

Art. 1º - Pactuar pela aprovação do Plano Político Pedagógico do Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora de Flor do Sertão – SC.

Art. 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Flor do Sertão, 21 de outubro de 2015.
Adriano Pereira
Presidente do CMDCA

RESOLUÇÃO Nº 10/2015 CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Estado de Santa Catarina
Município de FLOR DO SERTÃO
CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Resolução nº 10/2015/CMAS

O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CMAS) do município de Flor do Sertão – SC, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 617/2014 de 11 de setembro de 2014:

Considerando a reunião plenária realizada no dia 21 de outubro de 2015;

Considerando o disposto na Ata nº 147/2015;

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar o Plano Político Pedagógico do Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora de Flor do Sertão - SC.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Flor do Sertão, 21 de outubro de 2015.
Sirlane Maria Palinski
Presidente do CMAS

Forquilha

PREFEITURA

DECRETO Nº. 157, DE 14 DE OUTUBRO DE 2015.

DECRETO Nº. 157, DE 14 DE OUTUBRO DE 2015.

DETERMINA PONTO FACULTATIVO NAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS MUNICIPAIS NO DIA 28 DE OUTUBRO DE 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHINHA/SC, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 51, incisos I, XXII e XXIII da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO que no dia 28 de outubro é comemorado o "Dia do Servidor Público", nos termos do art. 177 da Lei nº 487, de 02 de dezembro de 1998, que dispõe sobre o estatuto e regime jurídico dos servidores públicos do município de Forquilha;

DECRETA:

Art. 1º Fica determinado ponto facultativo nas repartições públicas municipais no dia 28 de outubro de 2015, quarta-feira, referente as comemorações alusivas ao "Dia do Servidor Público".

Art. 2º Os serviços públicos municipais ficarão suspensos na data referida no artigo primeiro.

Parágrafo único. Os serviços públicos considerados essenciais, o Pronto Atendimento Municipal, as escolas municipais e os centros de educação infantil permanecerão em funcionamento regular, cabendo a cada Secretaria viabilizar escala de trabalho para que os serviços públicos não sejam prejudicados.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 14 de outubro de 2015.

VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

Publicado e registrado em 14 de outubro de 2015.

ADEMIR BRANDIELI PEDRO
Secretário de Administração e Finanças

EXTRATO DE CONTRATO Nº 87/PMF/2015

EXTRATO DO TERMO ADITIVO PMF Nº 87/2015

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMF Nº. 80/2015
CONTRATANTE – MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO – TECNICON CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA. ME
DO OBJETO – Contratação de empresa especializada para realização dos serviços de ampliação, reforma e adaptação da Escola de Educação Básica Professor Jakob Arns com área de 998,12 m², localizada na Rua das Extremosas, Saturno, Município de Forquilha/SC.

DO VALOR – Fica acrescido o valor de R\$ 27.634,74 (vinte e sete mil seiscentos e trinta e quatro reais e setenta e quatro centavos) conforme dispõe artigo 65, parágrafo 1º da lei nº. 8.666/93 e suas alterações, devido à necessidade de adaptações da obra, conforme solicitação.

DO FUNDAMENTO LEGAL – Art. 65 da Lei nº 8.666/93.

DATA DA ASSINATURA – 15 de outubro de 2015.

VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

Frei Rogério

PREFEITURA

DECRETO Nº 758/2015 ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR ATRAVÉS DE RECURSO DE CONVÊNIO NO ORÇAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE FREI ROGÉRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DECRETO Nº 758/2015, 23 DE OUTUBRO DE 2015.

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR ATRAVÉS DE RECURSO DE CONVÊNIO NO ORÇAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE FREI ROGÉRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

OSNY BATISTA ALBERTON, Prefeito Municipal de Frei Rogério, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 87, inciso V da lei orgânica do município de Frei Rogério e no art.13, § 4º, art.15 da lei nº 806/2014 de 27 de novembro 2014. DECRETA:

Art. 1º - Abre Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 732.528,89 (setecentos e trinta e dois mil, quinhentos e vinte e oito reais e oitenta e nove centavos), com a seguinte classificação orçamentária no orçamento vigente:

Órgão:	02	PODER EXECUTIVO	
Unidade:	06	SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	
Proj./Ativ.	1.054	ABERTURAS DE RUAS, PAVIMENTAÇÃO URBANA E ESTRADAS VICINAIS.	
104	3.3.90.00.00.00.00.0.0631	Aplicações Diretas	R\$ 732.528,89
	TOTAL		R\$ 732.528,89

Art. 2º - Utilizar-se-á como fonte para suplementação da dotação orçamentária especificada no artigo primeiro deste decreto, o Convênio nº 863/2015 no valor de R\$ 732.528,89 (setecentos e trinta e dois mil, quinhentos e vinte e oito reais e oitenta e nove centavos), celebrado com Estado de Santa Catarina e o Município de Frei Rogério objetivando a aquisição de pedra brita para conservação e manutenção de estradas vicinais conforme plano de trabalho.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Frei Rogério, SC, 23 de outubro de 2015.

OSNY BATISTA ALBERTON

Prefeito Municipal

Garopaba

PREFEITURA

EXTRATO DO CONVENIO 005/2015

EXTRATO DO CONVENIO 005/2015

CONVÊNIO: 005/2015

CONCEDENTE: Prefeitura Municipal de Garopaba

CNPJ: 82.836.057/0001-90

CONVENIENTE: Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE.

CNPJ: 79.679.940/0001-09

OBJETO: Repassar os recursos oriundos de doação da empresa Eletrosul Centrais Elétricas S.A., para execução do Projeto Horta agro-Ecológica;

VALOR INICIAL: R\$ 12.500,00

VIGÊNCIA: 14/10/2015 a 31/12/2015

AMPARO LEGAL: Lei Municipal 1.918 de 07 de outubro de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 27/10/2015, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMÓTEO PACHECO

Secretário de Administração

DECRETO Nº 210/2015

DECRETO N.º 210, DE 26 DE OUTUBRO DE 2015.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO LIMITE DE R\$ 7.948,00 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei n.º 1.850 de 19/11/2014 e demais legislação vigente,

DECRETA,

Art. 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no limite de R\$ 7.948,00 (sete mil, novecentos e quarenta e oito reais) no Orçamento vigente:

17.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	7.948,00
10301252.076 - Manutenção da Média e Alta Complexidade	6.248,00
3.3.90.0.2.14.000061 - Aplicações Diretas	6.248,00
10301252.078 - Manutenção da Vigilância em Saúde	1.700,00
4.4.90.0.2.14.000069 - Aplicações Diretas	1.700,00

Art. 2º. Os recursos para atenderem ao artigo 1º, num limite de R\$ 7.948,00 (sete mil, novecentos e quarenta e oito reais), correrão por conta do excesso de arrecadação.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 26 de outubro de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 27/10/2015, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMÓTEO PACHECO

Secretário de Administração

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 64/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE GAROPABA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 64/2015

PMG/FMS

Ata nº. 64/2015; Processo nº.121/2015; Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE. Contratada: BLESSED COMERCIO DE IMOVEIS LTDA; C J LEAL LTDA EPP; MARGEM COMERCIO DE MATERIAIS HIDRAULICOS LTDA; Objeto: Registro de preço para aquisição de materiais de construção, elétricos, hidráulicos e ferramentas diversas para a Prefeitura e Fundo Municipal de Saúde de Garopaba.; Valor: R\$ 119.310,00; Data da Assinatura: 23/10/2015.

DECRETO Nº 209/2015

DECRETO N.º 209, DE 26 DE OUTUBRO DE 2015.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO LIMITE DE R\$ 35.000,00 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei n.º 1.850 de 19/11/2014 e demais legislação vigente,

DECRETA,

Art. 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no limite de R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais) no Orçamento vigente:

17.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	35.000,00
10301252.075 - Manutenção da Atenção Básica	15.000,00
3.3.90.0.1.02.000000 - Aplicações Diretas	15.000,00
10301252.076 - Manutenção da Média e Alta Complexidade	20.000,00
3.3.90.0.2.14.000061 - Aplicações Diretas	20.000,00

Art. 2º. Os recursos para atenderem ao artigo 1º, num limite de R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais), correrão por conta da anulação parcial das seguintes dotações do orçamento vigente:

17.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	35.000,00
10301252.075 - Manutenção da Atenção Básica	15.000,00
3.3.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	15.000,00
10301252.076 - Manutenção da Média e Alta Complexidade	20.000,00
4.4.90.0.2.14.000061 - Aplicações Diretas	20.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 26 de outubro de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 65/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE GAROPABA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 65/2015

PMG/FMS

Ata nº. 65/2015; Processo nº.115/2015; Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE. Contratada: ALBGRAF FORMULARIOS CONTINUOS LTDA; GABRIEL LUCAS RICHARTZ EPP; GRAFICA ALTE DEFINIÇÃO LTDA; MARIA DAGA MEI; Objeto: Registro de preço para aquisição parcelada, conforme a necessidade, de materiais gráficos para uso das secretarias administradas pela Prefeitura e Fundo Municipal de Saúde de Garopaba.; Valor: R\$ 117.738,00; Data da Assinatura: 26/10/2015.

HOMOLOGAÇÃO DE RESULTADO FINAL PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 011/2015

HOMOLOGAÇÃO DE RESULTADO FINAL

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N.º 011/2015

FICAM HOMOLOGADO o Resultado Final do Processo Seletivo, Edital n.º 011/2015, para os seguintes cargos:

CARGO: Psicólogo NASF

POSIÇÃO	NOME CANDIDATO
001	Lucia Raquel Sieben de Oliveira
002	Patricia Schneider da Silva
003	Daniela Bernardo João
004	Gianna Cavalli Renner
005	Mariana Medeiros
006	Flora Curia Gomes
007	Guilherme Velasco de Oliveira
008	Juliana Catarina Kras Maffra
009	Fábio Borges
010	Milene Rodrigues (DESCCLASSIFICADA)
011	Elisa Regina M. Carvalho da Rosa (DESCCLASSIFICADA)

CARGO: Enfermeiro

POSIÇÃO	NOME CANDIDATO
001	Renan Elizeu Hilário
002	Tânia Regina Almeida de Oliveira
003	Anelise Silva Alves da Fonseca
004	Vanessa Marcia R. Tabaczinski
005	Priscila Gonçalves Bernardi
006	Elis Margreth Eliseu Hilário
007	Paula Elias de Souza
008	Maria Teresa Bertoncini Mendes

CARGO: Bioquímico

POSIÇÃO	NOME CANDIDATO
001	Fernanda Espíndola
002	Kerlin Quintiliano

Garopaba, 26 de outubro de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicada a presente Homologação no DOM/SC em 27/10/2015, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

PORTARIA N.º 921/2015.

PORTARIA N.º 921, DE 26 DE OUTUBRO DE 2015.

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR, DESIGNA COMISSÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente, e

CONSIDERANDO que, conforme disposto no artigo n.º 169, da Lei Municipal n.º 1000/2005, "a autoridade que tiver ciência de irregularidade no serviço público é obrigada a promover a sua apuração imediata, mediante sindicância ou processo administrativo disciplinar que apure o ilícito administrativo cometido, assegurada ao acusado ampla defesa";

CONSIDERANDO o Ofício ADM n.º. 369/2015 e o Ofício GAB n.º. 302/2015 que se reportam a questões administrativas ocorridas em 04/10/2015, e que a Secretaria de Administração, na pessoa da servidora Cleide de Aguiar Pereira Rivoire, solicitou instauração de Processo Administrativo Disciplinar nos termos do artigo n.º 176, da Lei Municipal n.º 1000/2005;

CONSIDERANDO que, Conforme disposto no artigo n.º 153, da Lei Municipal n.º 1000/2005, "constitui infração disciplinar toda a ação ou omissão do servidor que possa comprometer a dignidade e o decoro da função pública, ferir a disciplina e a hierarquia, prejudicar a eficiência dos serviços públicos ou causar prejuízo de qualquer natureza à Administração Municipal";

CONSIDERANDO que, a Constituição Federal, no art. 5º, assegura a todos o direito à ampla defesa e ao contraditório; e

CONSIDERANDO que, conforme disposto no artigo n.º 176, da Lei Municipal n.º 1000/2005, "o processo disciplinar é o instrumento destinado a apurar responsabilidade de servidor por infração praticada no exercício de suas atribuições; ou que tenha relação com as atribuições, do cargo em que se encontre investido";

RESOLVE:

Art. 1º. Nos termos do artigo n.º 176, da Lei Municipal n.º 1000/2005, DETERMINAR A ABERTURA DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR, a fim de apurar a responsabilidade dos fatos relatados através do Ofício n.º. 302/2015.

Art. 2º. DESIGNAR para comporem Comissão, os servidores LUCIANA MACHADO TEIXEIRA, ROZELI ALEXANDRINO E GABRIEL MATOS BERTE, para sob a presidência da primeira, conduzirem o Processo Administrativo, de que trata a presente Portaria.

Art. 3º. O prazo para a conclusão do processo será de 60 (sessenta) dias, contados da data de publicação do presente ato.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 5º. Publique-se e cientifiquem-se os servidores cujos nomes figuram nesta Portaria.

Garopaba, 26 de outubro de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 27/10/2015, de acordo com a Lei Municipal n.º. 1.326 de 10/08/2009.

Gaspar

PREFEITURA

DECRETO Nº 6.605, DE 23 DE OUTUBRO DE 2015.

DECRETO Nº 6.605, DE 23 DE OUTUBRO DE 2015.

EXONERA O SERVIDOR MUNICIPAL julio cezar durgo sothe, CONFORME DECISÃO NO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO DE AVALIAÇÃO PERIÓDICA DE DESEMPENHO EM estágio probatório.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o artigo 72, da Lei Orgânica do Município, e tendo em vista a decisão exarada nos autos do Procedimento Administrativo de Avaliação Periódica de Desempenho em Estágio Probatório,

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerado o servidor municipal julio cezar durgo sothe, lotado na Fundação Municipal de Esportes, ocupante do cargo em provimento efetivo de Agente de Serviços Gerais, com 40 (quarenta) horas semanais, nomeado através do Decreto Municipal nº 6.203/2015, com base no artigo 22 da Lei nº 1.305/91, observando os critérios de avaliação previstos nos decretos nº 4.104/2010 e 197/2003, bem como na Lei nº 1357/1992, por não ter obtido aprovação no procedimento de avaliação periódica de desempenho em estágio probatório, não possuindo aptidão para o pleno exercício de suas atribuições.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 23 de outubro de 2015.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

SAMAE - GASPAR

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS ORIUNDA DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 40/2015 - SAMAE

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 16/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 40/2015

Aos vinte e seis dias do mês de outubro do ano de 2015, no Departamento de Compras, localizado no Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial - Registro de Preços nº. 40/2015, na Ata de Julgamento de Preços homologada em 26/10/2015, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s), nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s), atendendo as condições previstas no Edital de Licitação e seus Anexos, e em conformidade com as disposições a seguir.

1. DO OBJETO

1.1 A presente Ata tem por objeto o registro de preços visando a aquisição de materiais de expediente, conforme especificações constantes no Anexo V do Edital de Pregão Presencial nº. 40/2015.

1.2 As licitantes registradas para os itens cotados estão detalhadas no anexo desta Ata.

1.3 Este instrumento não obriga o SAMAE a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a aquisição do objeto, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do Artigo 15, Parágrafo 4º. da Lei nº. 8.666/93.

1.4 Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a recomposição no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento.

1.4.1 Os preços registrados que sofrerem recomposição não ultrapassarão os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

1.4.2 O aumento decorrente de recomposição dos preços unitários em razão de desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato somente poderá ser dado se a sua ocorrência era imprevisível no momento da contratação, nos termos do Artigo 65, Inciso II, Alínea "d" da Lei nº. 8.666/93 e, se houver a efetiva comprovação do aumento pela empresa registrada (requerimento, planilha de custos e documentação de suporte).

1.5 Caso o preço registrado se torne superior à média dos preços de mercado, o SAMAE solicitará ao fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo na forma do item 1.4.1.

2. DOCUMENTOS INTEGRANTES

2.1 Para todos os efeitos legais, para melhor caracterização do objeto, bem como, para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram esta Ata, como se nela estivesse transcrita, os seguintes documentos:

- a) Edital de Pregão Presencial nº. 40/2015 e seus anexos;
- b) Proposta da(s) Licitante(s).

3. VIGÊNCIA

3.1 A presente Ata vigorará a partir de sua assinatura pelo período de 12 (doze) meses.

4. DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO

4.1 Após efetuada sua solicitação, os objetos licitados deverão ser entregues no prazo máximo de até 05 (cinco) dias, em horário de expediente, nas condições estipuladas no presente Edital e seus Anexos, no seguinte local: Local: Na sede do SAMAE, sito na Rua: Barão do Rio Branco nº. 500 - Bairro: Centro, Gaspar/SC.

4.2 No ato da entrega dos materiais a proponente deverá apresentar Nota Fiscal/Fatura correspondente às quantias solicitadas, que será submetida à aprovação do órgão responsável pelo recebimento.

4.3 Fica aqui estabelecido que os materiais serão recebidos:

a) provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade do material com a especificação;

b) definitivamente, após a verificação da qualidade e quantidade do material e a consequente aceitação.

4.3.1 Nos casos de aquisição de materiais/equipamentos de grande vulto, o recebimento far-se-á mediante termo circunstanciado e, nos demais, mediante recibo.

3.4 Os materiais que forem recusados, por estarem em desconformidade com o que foi exigido no Edital, deverão ser substituídos no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, contados da data de notificação apresentada à fornecedora, sem qualquer ônus para o SAMAE.

3.5 Se a substituição dos materiais cotados não for realizada no prazo estipulado, a fornecedora estará sujeita às sanções previstas neste Edital, na Ata de Registro de Preços, Na minuta do Contrato e na Lei.

3.6 O recebimento dos materiais mesmo que definitivo, não exclui a responsabilidade da empresa pela sua qualidade e características, cabendo-lhe sanar quaisquer irregularidades detectadas quando da utilização dos mesmos.

5. DA FORMA DE PAGAMENTO E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1 O pagamento será efetuado em até 15 (quinze) dias, contados a partir do recebimento dos materiais, mediante a apresentação da Nota Fiscal/fatura devidamente atestada pela Diretora de Compras e/ou Almoxarife e, observado o cumprimento integral das disposições contidas neste Edital; através de depósito na conta corrente da licitante vencedora.

5.2 Para fazer jus ao pagamento, a empresa deverá apresentar, juntamente com o documento de cobrança, prova de regularidade perante o Instituto Nacional do Seguro Social – INSS e perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, observada a natureza jurídica da licitante.

5.3 Nenhum pagamento será efetuado à empresa, enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

5.4 Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

5.5 No caso de eventuais atrasos de pagamento das faturas, por culpa da Administração, o valor será atualizado monetariamente nos termos do Artigo 117 da Constituição Estadual de SC, acrescido de juros de mora de 6% (seis por cento) ao ano, pro rata die.

5.6 As despesas decorrentes da aquisição dos objetos

desta licitação correrão à conta dos recursos especificados no orçamento do SAMAE e nos demais órgãos e entidades usuárias, existentes nas dotações na data dos respectivos empenhos.

18/2015 00013.00026.00017.00512.00025.2.200110.3.3.3.9.0.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas

6. RESPONSABILIDADES

6.1 A fornecedora responde por todos os danos e prejuízos que, na execução das contratações, venha, direta ou indiretamente, a provocar ou causar para o SAMAE ou à terceiros, independentemente da fiscalização exercida pelo SAMAE.

6.2 A empresa fornecedora é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução desta ata, nos termos do Artigo 71 da Lei nº. 8.666/93.

6.3 As contribuições sociais e os danos contra terceiros são de responsabilidade da CONTRATADA.

6.4 A empresa fornecedora é responsável também pela qualidade dos produtos fornecidos, cabendo-lhe verificar o atendimento das especificações, não se admitindo, em nenhuma hipótese, a alegação de que terceiros quaisquer, tenham comprometido os mesmos, fora dos padrões exigidos.

6.5 A empresa registrada autoriza o SAMAE a descontar o valor correspondente aos referidos danos ou prejuízos diretamente das faturas pertinentes aos pagamentos que lhe forem devidos, independentemente de qualquer procedimento judicial, assegurada a prévia defesa.

7. OBRIGAÇÕES DAS EMPRESAS FORNECEDORAS

7.1 Constituem obrigações das empresas fornecedoras:

a) providenciar, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, o saneamento de qualquer irregularidade, defeito ou falha constatada no fornecimento do objeto, sem qualquer ônus para o SAMAE; manter, durante a vigência da Ata, todas as exigências contidas no Edital de Licitação;

b) corrigir, reparar, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto em que se verificar vícios, defeitos ou incorreções, ou, ainda, que estarem em desacordo com as especificações exigidas.

7.1.1 A não substituição dos materiais no prazo estipulado, poderá acarretar a suspensão dos pagamentos, bem como na aplicação das sanções previstas no Edital, nesta ata e na Lei.

8. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR

8.1 O SAMAE poderá cancelar o Registro de Preços da(s) Empresa(s) nos casos a seguir especificados:

a) quando descumprir as exigências do edital ou da respectiva ata;

b) quando a empresa der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços;

c) quando não aceitar baixar o preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

d) quando não comparecer ou deixar de fornecer, no prazo estabelecido, os materiais decorrentes da Ata de

Registro de Preços e o SAMAE não aceitar a sua justificativa;
e) em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial dos serviços;
f) perder qualquer condição de habilitação e qualificação técnica exigida no processo licitatório;
g) por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pelo SAMAE.

8.2 Em qualquer das hipóteses acima, concluído o processo, o SAMAE fará o devido apostilamento na Ata de Registro de Preços e informará aos demais fornecedores a nova ordem de registro.

9. PENALIDADES

9.1 Às proponentes que ensejarem o retardamento da execução do certame, não mantiverem a proposta, deixarem de entregar, ou apresentarem documentação falsa exigida no Edital, comportarem-se de modo inidôneo ou cometerem fraude fiscal, poderão ser aplicadas, conforme o caso, as seguintes sanções, sem prejuízo da reparação dos danos causados ao SAMAE pelo infrator:

- a) advertência e anotação restritiva no Cadastro de Fornecedores;
- b) multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor da proposta apresentada pela proponente;
- c) impedimento de licitar e contratar com a União, Estados, DF e Municípios pelo prazo de até 5 (cinco) anos consecutivos.

9.2 Será aplicada a multa de 2% (dois por cento) sobre o valor total da proposta apresentada em caso de não-regularização da documentação pertinente à habilitação fiscal (no caso de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte), no prazo previsto no parágrafo 1º do art. 43 da LC 123/2006.

10. DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. Elegem as partes contratantes o Foro desta cidade de Gaspar, para dirimir todas e quaisquer controvérsias oriundas desta Ata, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Gaspar (SC), em 26 de outubro de 2015.

COMISSÃO:

ANA PAULA BECKER LUCHTENBERG – Pregoeira

MARLENE CAMPOS DA SILVA – Equipe de Apoio

IVONETE MAIS DOS SANTOS – Equipe de Apoio

EMPRESAS

RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI ME (21.304.312/0001-69)

BOZZANO E BOZZANO LTDA. (85.323.392/0001-82)

ELMO PAPELARIA LTDA. (03.999.762/0001-31)

Modalidade Abertura Recurso Objeto

: Pregão Presencial Nº 40 / 2015

: 26/10/2015 às 0900 h

:

: Registro de Preços para aquisição de materiais de expediente.

Avaliação Tipo

: Item a Item

: Menor Preço

Vencedor(es) Fornecedor Endereço Cidade

E-mail

: RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI ME

: AMSTERDAM, 891

: BLUMENAU (SC) 89070-490

: ricarl@ricarl.com.br

CNPJ

Insc. Est. Telefone Fax

: 21.304.312/0001-69

: 257549854

: (47) 3327-1253

: (47) 3237-5550

Item	Descrição	Qtdade	Pr. Unitário	Pr. Total
2	CANETA MARCADORA PARA RETROPROJETOR PONTA 2,0MM PRETA	40,00	3,4300	137,20
3	FITA ADESIVA PVC TRANSPARENTE 48MM X 45M - Alta aderência.	5,00	3,8500	19,25
4	Grampeador de Metal Tamanho Pequeno Para grampos 26/6. Capacidade mínima de 125 grampos no reservatório e grampeamento de até 40 folhas de papel sulfite 75g/m².	5,00	17,2000	86,00
6	Pasta AZ Lombo Largo Medidas: 35 x 28 x 8,5cm. Com grampo prendedor interno inoxidável de ALTA PRESSÃO com braço, presilha plástica para as folhas e proteção plástica para etiqueta identificadora no lombo externo.	10,00	8,3000	83,00
10	CADERNO PEQUENO CAPA DURA - Com no mínimo 96 folhas pautadas, medida: largura 140mm; altura 202mm..	20,00	3,3000	66,00
11	PASTA SUSPENSÃO EM PAPEL KRAFT - medida aproximada de 25,5 x 32,0 cm (frente/verso), com sustentação plástica de alta resistência para arquivamento, orifício de rebite em alumínio em três perfurações (centro e extremidade), com visor e etiqueta.	250,00	1,7500	437,50
12	APONTADOR COM RESERVATÓRIO PLASTICO COM RESÍDUOS 4X3, 5X2CM	15,00	1,6900	25,35
13	LÁPIS BORRACHA Ideal para apagar marcações de grafite ou de caneta esferográfica. Produto atóxico.	10,00	2,8500	28,50
15	COLA EM BASTÃO- REISNA SINTÉTICA, GLICERINA, ÁGUA E CONSERVANTES. PRODUTO ATÓXICO. EMB. C/ NO MÍNIMO 18 GRAMAS	25,00	3,2200	80,50
16	CADERNO UNIVERSITÁRIO ESPIRAL CAPA DURA 01 Matéria Com, no mínimo, 96 folhas pautadas. Medidas aproximadas: Largura: 23 cm x Altura: 28 cm x Profundidade: 2 cm.	7,00	7,4900	52,43
18	ESTILETE LÂMINA ESTREITA- 10 mm Com sistema de segurança de quebra de lâmina. (trava de segurança); corpo em plástico ou em resina e lâmina de metal (aço carbono) com tratamento antiferrugem e anticorrosivo.	10,00	1,9200	19,20
19	PASTA AZ LOMBO ESTREITO Com grampo prendedor interno inoxidável de ALTA PRESSÃO com braço, presilha plástica para as folhas e proteção plástica para etiqueta identificadora no lombo externo.	7,00	9,6000	67,20
21	COLA BRANCA LAVÁVEL 110G - A base de PVA, não tóxica.	10,00	2,4000	24,00
25	PASTA PLÁSTICA - Com abas e elástico, resistente; - C/Dorso de 40mm - Medidas: 335x245x40mm, espessura 0,50	10,00	3,2900	32,90
28	PLÁSTICO AUTO ADESIVO TRANSPARENTE - Com 25 metros de comprimento e 37cm (aproximado) de largura; - ALTA ADERÊNCIA, tipo "contact".	3,00	57,0000	171,00
30	Lápis de Grafite Redondo Preto nº 02	70,00	1,2200	85,40
31	PAPEL SULFITE 75G/M2 A4 COLORIDO COM 500 FOLHAS NA COR AZUL CLARO.	30,00	24,8000	744,00
32	Grampo/Trilho Plástico Preto 80mm para 200 folhas 75gr. Embalagem com 50 unidades.	3,00	11,0800	33,24
35	Papel Liso A4 180g/m² Embalagem contendo 50 folhas.	4,00	11,9000	47,60
37	Carregador de Pilhas AA/AAA Kit: Embalagem com carregador + 4 pilhas recarregáveis. Voltagem universal de 100V-240V Capacidade para carregar 2 ou 4 pilhas AA/AAA. Desliga automaticamente após recarga. Garantia de 1 ano.	5,00	52,9000	264,50
38	Fita Crepe 16mm x 50m	5,00	4,0000	20,00
39	Caderno Capa Dura Grande 100 Folhas Capa/ Contracapa: Papelão 700grs. Revestido Papel: 90 grs. Plastificado. Folhas internas: papel off set 56grs. Formato: 205mm x 300mm	2,00	6,9000	13,80
42	ARQUIVO MORTO - Em papelão, com vincos para montagem, tipo caixa, com timbre externo para identificação; - Medida interna mínima (cx. montada): 37cm de altura x 25,50cm de profundidade.	60,00	2,7000	162,00

Modalidade Abertura Recurso Objeto

: Pregão Presencial Nº 40 / 2015

: 26/10/2015 às 0900 h

: Registro de Preços para aquisição de materiais de expediente.

Avaliação Tipo

: Item a Item

: Menor Preço

Vencedor(es) Fornecedor Endereço Cidade

E-mail

: RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI ME

: AMSTERDAM, 891

: BLUMENAU (SC) 89070-490

: ricarl@ricarl.com.br

CNPJ

Insc. Est. Telefone Fax

: 21.304.312/0001-69

: 257549854

: (47) 3327-1253

: (47) 3237-5550

Item Descrição Qtdade Pr. Unitário Pr. Total

44 Pilha Recarregável AA Capacidade da bateria 2.300 mAh

Tipo de bateria Níquel hidreto metálico AA Tensão da bateria 1,2 V

45 PILHA RECARREGAVEL AAA

Capacidade (mAh) 01000 mAh

Voltagem (volts) 01,2V

Total

100,00 7,6900 769,00

120,00 5,7100 685,20

4.154,77

Modalidade Abertura Recurso Objeto

: Pregão Presencial N° 40 / 2015

: 26/10/2015 às 0900 h

:

: Registro de Preços para aquisição de materiais de expediente.

Avaliação Tipo

: Item a Item

: Menor Preço

Vencedor(es) Fornecedor Endereço Cidade

E-mail

: ELMO PAPELARIA LTDA.

: PREF. JOSE KEHRIG, 5501

: SANTO AMARO DA IMPERATRIZ (SC) 88140-000

: elmopapelarias@gmail.com

CNPJ

Insc. Est. Telefone Fax

: 03.999.762/0001-31

:

: (48) 3245-6275

:

Item	Descrição	Qtdade	Pr. Unitário	Pr. Total
5	PAPEL SULFITE 75G/M2 A4 BRANCO - 210 x 297mm; - Embalagem contendo 500 folhas.	500,00	15,8500	7.925,00
20	CALCULADORA DE MESA BÁSICA COM 12 DÍGITOS Características do Produto Calculado- ra eletrônica	30,00	12,3500	370,50
	legibilidade: Display grande			
	12 dígitos			

	2 fontes de energia: bateria e solar			
	Auto- desliga			
	inclinação do visor.			
	Dimensões			
	149 x 120 x 50 mm			
24	PAPEL PARDO TIPO KRAFT 440g/m² 120 cm de largura com 30 kg. Gramatura 80.	2,00	149,4500	298,90
43	Cinta Elástica para Processos Confeccionada em tecido elástico, 45cm de circunferência e 4cm de largura.	100,00	4,3500	435,00
Total				9.029,40

Modalidade Abertura Recurso Objeto

: Pregão Presencial N° 40 / 2015

: 26/10/2015 às 0900 h

: Registro de Preços para aquisição de materiais de expediente.

Avaliação Tipo

: Item a Item

: Menor Preço

Vencedor(es) Fornecedor Endereço Cidade

E-mail

: BOZZANO E BOZZANO LTDA - ME

: MANCIO COSTA, 98

: BLUMENAU (SC) 89020-030

: eniobozzano@hotmail.com

CNPJ

Insc. Est. Telefone Fax

: 85.323.392/0001-82

:

: (47) 3340-4074

:

Item	Descrição	Qtidade	Pr. Unitário	Pr. Total
1	Caneta Esferográfica Escrita Média na Cor Azul Corpo em acrílico transparente, para verificar a quantidade de carga. Escrever macio e secar rapidamente. Esfera de tungstênio (resistente). Tampa e plug na cor da tinta. Orifício no corpo ou plug, para ventilação. Recarga feita pela frente do corpo.	200,00	1,0500	210,00
9	PINCEL ATÔMICO PONTA LARGA COM ESCRITA COLORIDA - Ponta chanfrada, com duas possibilidades de largura do traço; - Tipo 1100 - P. - cores: Azul, Preto e vermelho.	15,00	3,1500	47,25
14	RECAVO AUTO ADESIVO REMOVÍVEL COLORIDO - Medindo: 38 x 50mm, contendo 04 blocos de 100 folhas cada; - Tipo "Post-it" e "Anoto & Cole".	50,00	5,0800	254,00
17	COLA INSTANTÂNEA frasco de 5g Adesivo instantâneo universal, frasco rígido com bico para aplicação mais precisa, ideal para áreas pequenas e difíceis de serem alcançadas, pode ser usada em couro, porcelana, metal, borracha, madeira, plástico etc.	25,00	8,6300	215,75
22	PEN DRIVE 16GB Capacidades 16 GB Interface: USB 2.0 Sistema Operacional Compatível com Windows XP, Windows Vista, Windows 7 e Windows O Temperatura de Operação: 32° a 140°C Temperatura de Armazenamento: -4° a 185°C	20,00	34,3500	687,00
23	CD-R (GRAVÁVEL) CAPACIDADE: 700 MB - 80 MINUTOS; COMPATÍVEL COM LEITORES DE ALTA ROTAÇÃO.	40,00	1,5800	63,20
26	DVD-R (GRAVÁVEL) CAPACIDADE: 4.7 GB; VIRGEM; COMPATÍVEL COM LEITORES DE ALTA ROTAÇÃO.	20,00	2,3900	47,80
27	CANETA DESTACA TEXTO - Tinta à base de água, fluorescente; - Corpo, tampa e fundo em polipropileno, filtro em poliéster e ponta em polietileno;	70,00	1,9000	133,00

	- Ponta chanfrada, com duas possibilidades de largura do traço;			
	- Aplicável em documentos originais, cópias, sobre esferográficas, impressos e fax;			
	- Longevidade aproximada: 2.500cm ² ;			
	- Conteúdo de 2.50g.			
33	Pilha Alcalina AA 1,5V	90,00	3,3300	299,70
34	Pilha "AAA" Alcalina 1,5V	90,00	3,0400	273,60
36	GUILHOTINA ALAVANCA A3 Lâmina de corte em aço inoxidável.	1,00	159,0000	159,00
	Protetor de lâmina pré-montado e desmontável, para garantir segurança do utilizador.			
	Base metálica com pés anti-deslizantes.			
	Guias de corte com formatos DIN, fotografias e medidas em cm, polegadas e raios para corte em ângulo.			
	Barra compressora de papel.			
	Capacidade de corte: 10 folhas			
	Dimensão: 65 x 690 x 215mm			
40	ORGANIZADOR DE MESA Conjunto Triplo: Porta caneta/ clips/lembrete	5,00	17,7500	88,75
	Fabricado em poliestireno, e uma peça única.			
	Espessura de parede de 3mm.			
	Acompanha papel branco para anotações de gramatura 75g.			
	Dimensões: 232 x 79 x 90mm			
41	PRANCHETA DE OFICIO COM PRENDEDOR DE METAL Dimensão: 33 x 23cm	12,00	7,5800	90,96
	Base: MDF			
Total				2.570,01

Grão Pará

PREFEITURA

EDITAL DE LEILÃO 03-2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO-PARÁ
ESTADO DE SANTA CATARINA

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 67/2015

EDITAL DE LEILÃO Nº 03/2015-LE

A Comissão de Leiloeiros torna público para o conhecimento dos interessados que fará realizar no dia 13/11/2015, a partir das 13:30h, nas dependências da Secretaria Municipal dos Transportes e Obras, situada na Rua Orleans, s/n, Centro, Grão-Pará, LEILÃO visando à ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS, integrantes do Patrimônio da Prefeitura Municipal de Grão-Pará. A íntegra do presente Edital e demais informações complementares poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal, no horário de expediente, compreendido das 12h30min às 18h30min, pelo telefone (48) 3652-1177 (R-23) ou pelo e-mail licitacoes@graopara.sc.gov.br. Grão-Pará/SC, 22 de outubro de 2015.. JOSELI VENIT O PICKLER SCHMIDT Presidente da Comissão de Leiloeiros DIONE HEINZEN Secretário da Comissão de Leiloeiros ROSILDA PERIN BÖGER Membro da Comissão de Leiloeiros JISELI KONSMembro da Comissão de Leiloeiros

QUEBRA DE ORDEM CRONOLÓGICA

JUSTIFICATIVA À QUEBRA

DA ORDEM CRONOLÓGICA DE PAGAMENTOS

Nos termos do Artigo 5º da Lei nº 8.666/93, considerando que Transporte e Comércio de Pneus Oenning Ltda EPP condicionou a prestação de serviços de mão de obra mecânica, balanceamento, alinhamento e montagem de pneus do veículo do Gabinete, exclusivamente, ao preço de à vista, com desconto, conforme consta da Nota Fiscal nº 000704 e respectivo Empenho de nº 3919/15; considerando que esse desconto contempla o interesse da Administração e o interesse público primário, justifica-se o pagamento desse débito fora da ordem cronológica, consoante adiante descrito:

Fornecedor: Transporte e Comércio de Pneus Oenning Ltda EPP

Empenho: 3919/15

Valor: R\$ 438,00

Registre-se e Publique-se. Logo após, efetue-se o pagamento.

Grão-Pará/SC, 26 de outubro de 2015.

AMILTON ASCARI

Prefeito Municipal

ANEXOS DO RGF - 1º QUADRIMESTRE DE 2015

MUNICÍPIO DE GRÃO PARÁ - SC - PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO PARÁ
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO/2014 A ABRIL/2015

RGF – ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	8.662.523,71	0,00
Pessoal Ativo	8.538.371,66	0,00
Pessoal Inativo e Pensionista	124.152,05	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	47.677,25	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	47.677,25	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	8.614.846,46	0,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	16.662.235,11	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a + III b)	8.614.846,46	51,70
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	8.997.606,96	54,00
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	8.547.726,61	51,30
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	8.097.846,26	48,60

FONTE:

GRÃO PARÁ, 26/10/2015

AMILTON ASCARI
Prefeito Municipal

VILSON PONCIANO
Técnico Contábil CRC-SC 12.498/O-8

DIONE HEINZEN
Secretário da Administração e Fazenda

EDMAR KEMPER NANDI
Controlador Geral

MUNICÍPIO DE GRÃO PARÁ - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2015

RGF – ANEXO 2 (LRF, art. 55, inciso I, alínea 'b')

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA CONSOLIDADA</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	1.568.447,97	1.343.419,06	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	1.457.438,60	1.263.643,73	0,00	0,00
Interna	1.457.438,60	1.263.643,73	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00	0,00	0,00
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (Inclusive) - Vencidos e não P.	111.009,37	79.775,33	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)	—	—	—	—
Disponibilidade de Caixa Bruta	1.691.308,95	1.432.995,20	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	10.619,14	16.524,94	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exoeto Precatórios)	2.427.243,39	2.369.773,04	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)	1.568.447,97	1.343.419,06	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	16.165.344,34	16.662.235,11	0,00	0,00
% da DC sobre a RCL [(I) / RCL]	9,70%	8,06%		
% da DCL sobre a RCL [(III) / RCL]	9,70%	8,06%		0,00%
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 120%	19.398.413,21	19.994.682,13	0,00	0,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - 108%	17.458.571,89	17.995.213,92	0,00	0,00

<u>DETALHAMENTO DA DÍVIDA CONTRATUAL</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONTRATUAL (IV = V + VI + VII + VIII)	1.457.438,60	1.263.643,73	0,00	0,00
DÍVIDA DE PPP (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
PARCELAMENTO DE DÍVIDAS (VI)	819.714,83	800.518,76	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	819.714,83	800.518,76	0,00	0,00
Previdenciárias	790.590,99	774.304,21	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	29.123,84	26.214,55	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00	0,00	0,00
Com Instituição Não Financeira	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA COM INSTITUIÇÃO FINANCEIRA (VII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00	0,00	0,00
DEMAIS DÍVIDAS CONTRATUAIS (VIII)	637.723,77	463.124,97	0,00	0,00

<u>OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00	0,00
PRECATÓRIOS POSTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00	0,00
INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	725.315,30	920.252,90	0,00	0,00
DEPÓSITOS	190.382,66	206.333,27	0,00	0,00
RP NÃO-PROCESSADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	706,16	1.804.588,45	0,00	0,00

FONTE:

Continua 1/2

MUNICÍPIO DE GRÃO PARÁ - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2015

Continuação 2/2

OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	0,00	0,00	0,00	0,00
REGIME PREVIDENCIÁRIO				
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Passivo Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas - Inclusive precatórios vencidos e não pagos	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a pagar processados (exceto precatórios)	0,00	0,00	0,00	0,00
OBRIGAÇÕES NÃO INTEGRANTES DA DC	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (VI) = (IV - V)	0,00	0,00	0,00	0,00

1. Se o saldo apurado for negativo, ou seja, se o total do Ativo Disponível mais os Haveres Financeiros for menor que Restos a Pagar Processados, não deverá ser informado nessa linha, mas sim na linha da "Insuficiência Financeira", das Obrigações não integrantes da Dívida Consolidada - DC. Assim quando o cálculo de DEDUÇÕES (II) for negativo, colocar um "-" (traço) nessa linha.

GRÃO PARÁ, 26/10/2015

AMILTON ASCARI
Prefeito Municipal

VILSON PONCIANO
Técnico Contábil CRC-SC 12.498/O-8

DIONE HEINZEN
Secretário da Administração e Fazenda

EDMAR KEMPER NANDI
Controlador Geral

FONTE:

MUNICÍPIO DE GRÃO PARÁ - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL DE 2015

RGF – Anexo 3 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º)

R\$ 1,00

GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
EXTERNAS (I)				
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
INTERNAS (II)				
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	16.166.241,67	16.662.235,11	0,00	0,00
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL	0,00	0,00		
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 22%	3.556.573,17	3.665.691,72	0,00	0,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 19,8%	3.200.915,85	3.299.122,55	0,00	0,00

CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
EXTERNAS (V)				
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
INTERNAS (VI)				
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS VII = (V + VI)	0,00	0,00	0,00	0,00

MEDIDAS CORRETIVAS:

FONTE:

GRÃO PARÁ, 26/10/2015

AMILTON ASCARI
Prefeito Municipal

VILSON PONCIANO
Técnico Contábil CRC-SC 12.498/O-8

DIONE HEINZEN
Secretário da Administração e Fazenda

EDMAR KEMPER NANDI
Controlador Geral

MUNICÍPIO DE GRÃO PARÁ - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2015/QUADRIMESTRE JANEIRO - ABRIL

RGF – ANEXO 4 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c")

R\$ 1,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR REALIZADO	
	No Quadrimestre de referência	Até o Quadrimestre de referência (a)
SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (I)	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Abertura de Crédito	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Derivadas de PPP	0,00	0,00
Demais Aquisições Financiadas	0,00	0,00
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Abertura de Crédito	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	0,00	0,00
NÃO SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (II)	0,00	0,00
Parcelamentos de Dívidas	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	0,00	0,00
Previdenciárias	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00
Melhoria da Administração de Receitas e da Gestão Fiscal, Financeira e Patrimonial	0,00	0,00
Programa de Iluminação Pública - RELUZ	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito Não Sujeitas ao Limite	0,00	0,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	16.662.235,11	—
OPERAÇÕES VEDADAS DO PERÍODO DE REFERÊNCIA (III)	0,00	0,00
DE PERÍODOS ANTERIORES AO DE REFERÊNCIA	0,00	0,00
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (IV) = (Ia + III)	0,00	0,00
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS E INTERNAS	2.665.957,62	16,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 14,4%	2.399.361,86	14,40
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	1.166.356,46	7,00
TOTAL CONSIDERADO PARA CONTRATAÇÃO DE NOVAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO (V) = (IV + IIa)	0,00	0,00

FONTE:

GRÃO PARÁ, 26/10/2015

AMILTON ASCARI
Prefeito Municipal

VILSON PONCIANO
Técnico Contábil CRC-SC 12.498/O-8

DIONE HEINZEN
Secretário da Administração e Fazenda

EDMAR KEMPER NANDI
Controlador Geral

MUNICÍPIO DE GRÃO PARÁ - SC - PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO PARÁ
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Até o 1º Quadrimestre de 2015

L.R.F., Artigo 48 - Anexo 6

R\$ 1,00

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	VALOR ATÉ O BIMESTRE	
Receita Corrente Líquida	16.662.235,11	
DESPESAS COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP	8.614.846,46	51,70
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>	8.997.606,96	54,00
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%>	8.547.726,61	51,30
DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida	1.343.419,06	8,06
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	19.994.682,13	120,00
GARANTIA DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias Concedidas	0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	3.665.691,72	22,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Externas e Internas	0,00	0,00
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas	2.665.957,62	16,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	1.166.356,46	7,00
RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Total	1.804.588,45	(1.219.594,95)

FONTE:

ANEXOS DO RGF - 2º QUADRIMESTRE DE 2015

MUNICÍPIO DE GRÃO PARÁ - SC - PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO PARÁ
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO/2014 A AGOSTO/2015

RGF – ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	8.741.395,35	0,00
Pessoal Ativo	8.610.333,90	0,00
Pessoal Inativo e Pensionista	127.661,45	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	3.400,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	64.884,58	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	64.884,58	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	8.676.510,77	0,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	16.774.084,60	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a + III b)	8.676.510,77	51,73
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	9.058.005,68	54,00
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	8.605.105,40	51,30
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	8.152.205,12	48,60

FONTE:

GRÃO PARÁ, 26/10/2015

AMILTON ASCARI
Prefeito Municipal

VILSON PONCIANO
Técnico Contábil CRC-SC 12.498/O-8

DIONE HEINZEN
Secretário da Administração e Fazenda

EDMAR KEMPER NANDI
Controlador Geral

MUNICÍPIO DE GRÃO PARÁ - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2015

RGF – ANEXO 2 (LRF, art. 55, inciso I, alínea 'b')

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA CONSOLIDADA</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	1.568.447,97	1.343.419,06	1.075.487,38	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	1.457.438,60	1.263.643,73	1.068.277,97	0,00
Interna	1.457.438,60	1.263.643,73	1.068.277,97	0,00
Externa	0,00	0,00	0,00	0,00
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (Inclusive) - Vencidos e não P.	111.009,37	79.775,33	7.209,41	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)	—	—	—	—
Disponibilidade de Caixa Bruta	1.691.308,95	1.432.995,20	1.263.044,09	0,00
Demais Haveres Financeiros	10.619,14	16.524,94	13.175,97	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exoeto Precatórios)	2.427.243,39	2.369.773,04	2.791.949,97	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)	1.568.447,97	1.343.419,06	1.075.487,38	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	16.165.344,34	16.662.235,11	16.774.084,60	0,00
% da DC sobre a RCL [(I) / RCL]	9,70%	8,06%	6,41%	
% da DCL sobre a RCL [(III) / RCL]	9,70%	8,06%	6,41%	0,00%
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 120%	19.398.413,21	19.994.682,13	20.128.901,52	0,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - 108%	17.458.571,89	17.995.213,92	18.116.011,37	0,00

<u>DETALHAMENTO DA DÍVIDA CONTRATUAL</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONTRATUAL (IV = V + VI + VII + VIII)	1.457.438,60	1.263.643,73	1.068.277,97	0,00
DÍVIDA DE PPP (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
PARCELAMENTO DE DÍVIDAS (VI)	819.714,83	800.518,76	780.570,50	0,00
De Tributos	0,00	0,00	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	819.714,83	800.518,76	780.570,50	0,00
Previdenciárias	790.590,99	774.304,21	757.232,21	0,00
Demais Contribuições Sociais	29.123,84	26.214,55	23.338,29	0,00
Do FGTS	0,00	0,00	0,00	0,00
Com Instituição Não Financeira	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA COM INSTITUIÇÃO FINANCEIRA (VII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00	0,00	0,00
DEMAIS DÍVIDAS CONTRATUAIS (VIII)	637.723,77	463.124,97	287.707,47	0,00

<u>OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00	0,00
PRECATÓRIOS POSTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00	0,00
INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	725.315,30	920.252,90	1.515.729,91	0,00
DEPÓSITOS	190.382,66	206.333,27	154.150,69	0,00
RP NÃO-PROCESSADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	706,16	1.804.588,45	1.806.476,45	0,00

FONTE:

Continua 1/2

MUNICÍPIO DE GRÃO PARÁ - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2015

Continuação 2/2

OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	0,00	0,00	0,00	0,00
REGIME PREVIDENCIÁRIO				
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Passivo Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas - Inclusive precatórios vencidos e não pagos	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a pagar processados (exceto precatórios)	0,00	0,00	0,00	0,00
OBRIGAÇÕES NÃO INTEGRANTES DA DC	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (VI) = (IV - V)	0,00	0,00	0,00	0,00

1. Se o saldo apurado for negativo, ou seja, se o total do Ativo Disponível mais os Haveres Financeiros for menor que Restos a Pagar Processados, não deverá ser informado nessa linha, mas sim na linha da "Insuficiência Financeira", das Obrigações não integrantes da Dívida Consolidada - DC. Assim quando o cálculo de DEDUÇÕES (II) for negativo, colocar um "-" (traço) nessa linha.

GRÃO PARÁ, 26/10/2015

AMILTON ASCARI
Prefeito Municipal

VILSON PONCIANO
Técnico Contábil CRC-SC 12.498/O-8

DIONE HEINZEN
Secretário da Administração e Fazenda

EDMAR KEMPER NANDI
Controlador Geral

FONTE:

MUNICÍPIO DE GRÃO PARÁ - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO DE 2015

RGF – Anexo 3 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º)

R\$ 1,00

GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
EXTERNAS (I)				
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
INTERNAS (II)				
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	16.166.241,67	16.662.235,11	16.774.084,60	0,00
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL	0,00	0,00	0,00	
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 22%	3.556.573,17	3.665.691,72	3.690.298,61	0,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 19,8%	3.200.915,85	3.299.122,55	3.321.268,75	0,00

CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
EXTERNAS (V)				
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
INTERNAS (VI)				
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS VII = (V + VI)	0,00	0,00	0,00	0,00

MEDIDAS CORRETIVAS:

FONTE:

GRÃO PARÁ, 26/10/2015

AMILTON ASCARI
Prefeito Municipal

VILSON PONCIANO
Técnico Contábil CRC-SC 12.498/O-8

DIONE HEINZEN
Secretário da Administração e Fazenda

EDMAR KEMPER NANDI
Controlador Geral

MUNICÍPIO DE GRÃO PARÁ - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2015/QUADRIMESTRE MAIO - AGOSTO

RGF – ANEXO 4 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c")

R\$ 1,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR REALIZADO	
	No Quadrimestre de referência	Até o Quadrimestre de referência (a)
SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (I)	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Abertura de Crédito	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Derivadas de PPP	0,00	0,00
Demais Aquisições Financiadas	0,00	0,00
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Abertura de Crédito	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	0,00	0,00
NÃO SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (II)	0,00	0,00
Parcelamentos de Dívidas	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	0,00	0,00
Previdenciárias	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00
Melhoria da Administração de Receitas e da Gestão Fiscal, Financeira e Patrimonial	0,00	0,00
Programa de Iluminação Pública - RELUZ	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito Não Sujeitas ao Limite	0,00	0,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	16.774.084,60	—
OPERAÇÕES VEDADAS DO PERÍODO DE REFERÊNCIA (III)	0,00	0,00
DE PERÍODOS ANTERIORES AO DE REFERÊNCIA	0,00	0,00
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (IV) = (Ia + III)	0,00	0,00
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS E INTERNAS	2.683.853,54	16,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 14,4%	2.415.468,18	14,40
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	1.174.185,92	7,00
TOTAL CONSIDERADO PARA CONTRATAÇÃO DE NOVAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO (V) = (IV + IIa)	0,00	0,00

FONTE:

GRÃO PARÁ, 26/10/2015

AMILTON ASCARI
Prefeito Municipal

VILSON PONCIANO
Técnico Contábil CRC-SC 12.498/O-8

DIONE HEINZEN
Secretário da Administração e Fazenda

EDMAR KEMPER NANDI
Controlador Geral

MUNICÍPIO DE GRÃO PARÁ - SC - PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO PARÁ
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Até o 2º Quadrimestre de 2015

L.R.F., Artigo 48 - Anexo 6

R\$ 1,00

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	VALOR ATÉ O BIMESTRE	
Receita Corrente Líquida	16.774.084,60	
DESPESAS COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP	8.676.510,77	51,73
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>	9.058.005,68	54,00
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%>	8.605.105,40	51,30
DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida	1.075.487,38	6,41
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	20.128.901,52	120,00
GARANTIA DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias Concedidas	0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	3.690.298,61	22,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Externas e Internas	0,00	0,00
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas	2.683.853,54	16,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	1.174.185,92	7,00
RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Total	1.806.476,45	(1.693.397,96)

FONTE:

DECRETO DF 066/2015 - ORÇAMENTO**PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO PARÁ
ESTADO DE SANTA CATARINA**

Secretaria Municipal de Administração e Fazenda

DECRETO Nº 000066/15 de 26 de Outubro de 2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE GRÃO PARÁ no exercício das atribuições que lhe foram conferidas pela a Lei Orgânica do Município de GRÃO PARÁ e autorização contida na Lei Municipal nº 001981/14 de 16 de Dezembro de 2014.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

06 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA**06.01 - DEPARTAMENTO DA EDUCAÇÃO E CULTURA**

(061)3.1.90.00.00.00.00.2.013-0019 - Aplicacoes Diretas	5.000,00
(064)3.3.90.00.00.00.00.2.013-0019 - Aplicacoes Diretas	2.000,00
(075)3.3.90.00.00.00.00.2.014-0019 - Aplicacoes Diretas	2.000,00
(083)3.3.90.00.00.00.00.2.015-0001 - Aplicacoes Diretas	1.000,00
(112)3.3.90.00.00.00.00.2.022-0001 - Aplicacoes Diretas	500,00

15 - FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS**15.02 - DEPARTAMENTO DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA**

(179)3.3.90.00.00.00.00.2.032-0000 - Aplicacoes Diretas	1.000,00
(182)3.1.90.00.00.00.00.2.044-0000 - Aplicacoes Diretas	6.000,00

Total Suplementação: 17.500,00

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

06 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA**06.01 - DEPARTAMENTO DA EDUCAÇÃO E CULTURA**

(060)3.1.90.00.00.00.00.2.013-0018 - Aplicacoes Diretas	7.000,00
(072)3.1.90.00.00.00.00.2.014-0019 - Aplicacoes Diretas	2.000,00
(079)3.1.90.00.00.00.00.2.015-0001 - Aplicacoes Diretas	1.000,00
(108)3.1.90.00.00.00.00.2.022-0001 - Aplicacoes Diretas	500,00

15 - FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS**15.02 - DEPARTAMENTO DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA**

(178)3.1.90.00.00.00.00.2.032-0000 - Aplicacoes Diretas	1.000,00
---	----------

**PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO PARÁ
ESTADO DE SANTA CATARINA**

Secretaria Municipal de Administração e Fazenda

DECRETO Nº 000066/15 de 26 de Outubro de 2015

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

15 - FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS**15.02 - DEPARTAMENTO DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA**

(183)3.3.90.00.00.00.00.2.044-0000 - Aplicacoes Diretas

6.000,00

Total Anulação:**17.500,00**

Art. 3º - Este DECRETO entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 26 de Outubro de 2015.

AMILTON ASCARI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria aos 26 de Outubro de 2015.

DIONE HEINZEN
Secretário Municipal de Administração e Fazenda

**PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO PARÁ
ESTADO DE SANTA CATARINA**

Secretaria Municipal de Administração e Fazenda

DECRETO Nº 000066/15 de 26 de Outubro de 2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE GRÃO PARÁ no exercício das atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica do Município de GRÃO PARÁ e autorização contida na Lei Municipal nº 001981/14 de 16 de Dezembro de 2014,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

06 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA	
06.01 - DEPARTAMENTO DA EDUCAÇÃO E CULTURA	
(061)3.1.90.00.00.00.00.2.013-0019 - Aplicacoes Diretas	5.000,00
(064)3.3.90.00.00.00.00.2.013-0019 - Aplicacoes Diretas	2.000,00
(075)3.3.90.00.00.00.00.2.014-0019 - Aplicacoes Diretas	2.000,00
(083)3.3.90.00.00.00.00.2.015-0001 - Aplicacoes Diretas	1.000,00
(112)3.3.90.00.00.00.00.2.022-0001 - Aplicacoes Diretas	500,00
15 - FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS	
15.02 - DEPARTAMENTO DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	
(179)3.3.90.00.00.00.00.2.032-0000 - Aplicacoes Diretas	1.000,00
(182)3.1.90.00.00.00.00.2.044-0000 - Aplicacoes Diretas	6.000,00
Total Suplementação:	17.500,00

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

06 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA	
06.01 - DEPARTAMENTO DA EDUCAÇÃO E CULTURA	
(060)3.1.90.00.00.00.00.2.013-0018 - Aplicacoes Diretas	7.000,00
(072)3.1.90.00.00.00.00.2.014-0019 - Aplicacoes Diretas	2.000,00
(079)3.1.90.00.00.00.00.2.015-0001 - Aplicacoes Diretas	1.000,00
(108)3.1.90.00.00.00.00.2.022-0001 - Aplicacoes Diretas	500,00
15 - FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS	
15.02 - DEPARTAMENTO DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	
(178)3.1.90.00.00.00.00.2.032-0000 - Aplicacoes Diretas	1.000,00

**PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO PARÁ
ESTADO DE SANTA CATARINA**

Secretaria Municipal de Administração e Fazenda

DECRETO Nº 000066/15 de 26 de Outubro de 2015

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

15 - FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS**15.02 - DEPARTAMENTO DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA**

(183)3.3.90.00.00.00.00.2.044-0000 - Aplicacoes Diretas

6.000,00

Total Anulação:**17.500,00**

Art. 3º - Este DECRETO entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 26 de Outubro de 2015.

AMILTON ASCARI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria aos 26 de Outubro de 2015.

DIONE HEINZEN
Secretário Municipal de Administração e Fazenda

PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO PARÁ
ESTADO DE SANTA CATARINA

Secretaria Municipal de Administração e Fazenda

DECRETO Nº 000066/15 de 26 de Outubro de 2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE GRÃO PARÁ no exercício das atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica do Município de GRÃO PARÁ e autorização contida na Lei Municipal nº 001981/14 de 16 de Dezembro de 2014,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

06 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA	
06.01 - DEPARTAMENTO DA EDUCAÇÃO E CULTURA	
(061)3.1.90.00.00.00.00.2.013-0019 - Aplicacoes Diretas	5.000,00
(064)3.3.90.00.00.00.00.2.013-0019 - Aplicacoes Diretas	2.000,00
(075)3.3.90.00.00.00.00.2.014-0019 - Aplicacoes Diretas	2.000,00
(083)3.3.90.00.00.00.00.2.015-0001 - Aplicacoes Diretas	1.000,00
(112)3.3.90.00.00.00.00.2.022-0001 - Aplicacoes Diretas	500,00
15 - FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS	
15.02 - DEPARTAMENTO DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	
(179)3.3.90.00.00.00.00.2.032-0000 - Aplicacoes Diretas	1.000,00
(182)3.1.90.00.00.00.00.2.044-0000 - Aplicacoes Diretas	6.000,00
Total Suplementação:	17.500,00

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

06 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA	
06.01 - DEPARTAMENTO DA EDUCAÇÃO E CULTURA	
(060)3.1.90.00.00.00.00.2.013-0018 - Aplicacoes Diretas	7.000,00
(072)3.1.90.00.00.00.00.2.014-0019 - Aplicacoes Diretas	2.000,00
(079)3.1.90.00.00.00.00.2.015-0001 - Aplicacoes Diretas	1.000,00
(108)3.1.90.00.00.00.00.2.022-0001 - Aplicacoes Diretas	500,00
15 - FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS	
15.02 - DEPARTAMENTO DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	
(178)3.1.90.00.00.00.00.2.032-0000 - Aplicacoes Diretas	1.000,00

**PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO PARÁ
ESTADO DE SANTA CATARINA**

Secretaria Municipal de Administração e Fazenda

DECRETO Nº 000066/15 de 26 de Outubro de 2015

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

15 - FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS**15.02 - DEPARTAMENTO DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA**

(183)3.3.90.00.00.00.00.2.044-0000 - Aplicacoes Diretas

6.000,00

Total Anulação:**17.500,00**

Art. 3º - Este DECRETO entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 26 de Outubro de 2015.

AMILTON ASCARI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria aos 26 de Outubro de 2015.

DIONE HEINZEN
Secretário Municipal de Administração e Fazenda

Guaraciaba

PREFEITURA

MINUTA EDITAL DE PREGÃO 82.15 AQUISIÇÃO DE MATERIAL PEDAGÓGICO

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA-SC, EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº82/2015.

O Município de Guaraciaba, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, e Lei Federal 10.520 de 17/07/02 promove Processo Licitatório nº 108/15, Edital de Pregão Presencial Nº 82/15, Objeto: Aquisição de Material Pedagógico; recebimento de propostas até às 09:00 horas do dia 10/11/15; a abertura do Edital será às 09:00 horas do dia 10/11/15, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, sita na Rua Ademar de Barros 85, Guaraciaba – SC, maiores informações, pelo telefone: 0xx49-36452000, no Depto de Compras, das 07:00h às 13:00h e no site www.guaraciaba.sc.gov.br

Guaraciaba em 26 de outubro de 2015.

Roque Luiz Meneghini,
Prefeito Municipal

Guaramirim

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 138/2015 - PMG

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

AVISO DE LICITAÇÃO

Edital: Pregão Presencial 138/2015

Processo Licitatório: 138/2015

Tipo: Menor Preço - Por Item

Objeto: AQUISIÇÃO DE CARRO ZERO KM PARA O GABINETE DO PREFEITO.

Entrega dos Envelopes: 11/11/2015 às 09h00min

Abertura dos Envelopes: 11/11/2015 às 09h00min

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua 28 de Agosto, 2042, na segunda, das 08:00h às 12:00h e das 13:00h às 16:00h e de terça a sexta-feira, das 07h às 13h, pelo site www.guaramirim.sc.gov.br ou pelo fone (47) 3373-0247.

Guaramirim (SC), 26 de outubro de 2015.

LAURO FROHLICH
PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO 2 ADITIVO 27 2013

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
SECRETARIA DE ADMINISTRACAO/SETOR DE LICITAÇÕES
EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO CONTRATO 27/2013- PMG
Processo de Licitação: 57/2013.
Modalidade: Tomada de Preços.
Tipo: Menor Preço Global.

Objeto: Contratação de empresa no ramo de informática para implantação, locação, treinamento, atualização e manutenção com acompanhamento e suporte técnico de sistema de gerenciamento escolar.

Contratante: Prefeitura Municipal de Guaramirim (SC), inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, n.º 2.042, Município de Guaramirim, Estado de Santa Catarina.

Contratada: Controller Tecnologia e sistemas de informação Ltda, inscrita no CNPJ sob o nº 04.072.953/0001-16, estabelecida na Rua Major Navarro Lins, n.º 692, Anita Garibaldi, Joinville – SC.

Resumo do aditivo:

- Fica prorrogado o prazo de vigência do contrato por mais 12 (doze) meses, de acordo com a Cláusula Sexta do Contrato Original e artigo 57, IV da Lei 8.666/93, compreendendo o período de 01 de agosto de 2015 a 01 de agosto de 2016.
- Ao valor global do contrato, incidirá o reajuste, valor percentual correspondente a 8,7607 %, com base no índice nacional de preços ao consumidor – INPC, o valor anual do contrato passará para R\$ 18.271,24 (dezoito mil duzentos e setenta e um reais e vinte e quatro centavos).

Data da Assinatura: 28/07/2015 Vigência 01/08/2016.

GUARAMIRIM (SC), 28/07/2015.
LAURO FROHLICH
PREFEITO MUNICIPAL

**JUSTIFICATIVA QUEBRA DE ORDEM CRONOLÓGICA
Nº. 02/SME**

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Justificativa de Quebra da Ordem Cronológica de Pagamentos nº. 02/SME

Em conformidade com o artigo 5º da Lei nº 8.666/93 e artigo 4º do Decreto Municipal nº 558/2015, fica justificada a quebra da ordem cronológica de pagamentos por se tratar de despesas inadiáveis e imprescindíveis ao prosseguimento das ações governamentais, em especial para o cumprimento da execução do Programa da Alimentação Escolar, no fornecimento de Gêneros Alimentícios, por ser esta única medida capaz de evitar lesão ao interesse público, a saber:

Fornecedor	NF	Emissão	Valor R\$	Vencimento
COMERCIAL STORINNY LTDA ME	5753	01/09/15	R\$ 5.076,47	01/10/15
COMERCIAL STORINNY LTDA ME	5754	01/09/15	R\$ 1.714,98	01/10/15
COMERCIAL STORINNY LTDA ME	5866	18/09/15	R\$ 4.428,94	18/10/15
COOPERATIVA DE PRODUÇÃO AGRÍCOLA FAMILIAR	2711	28/09/15	R\$ 4.066,64	28/10/15
COOPERATIVA DE PRODUÇÃO AGRÍCOLA FAMILIAR	2696	21/09/15	R\$ 5.139,64	21/10/15
COOPERATIVA DE PRODUÇÃO AGRÍCOLA FAMILIAR	2644	01/09/15	R\$ 2.477,51	01/10/15
COOPERATIVA DE PRODUÇÃO AGRÍCOLA FAMILIAR	2683	14/09/15	R\$ 1.024,99	14/10/15
FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELI EPP	22	01/09/15	R\$ 50,56	01/10/15
FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELI EPP	42	18/09/15	R\$ 74,14	18/10/15
L E COMÉRCIO ATACADISTA LTDA ME	4350	01/09/15	R\$ 483,08	01/10/15
L E COMÉRCIO ATACADISTA LTDA ME	4387	18/09/15	R\$ 2.243,79	18/10/15
L E COMÉRCIO ATACADISTA LTDA ME	4388	18/09/15	R\$ 2.677,47	18/10/15
SUPERMERCADO FRONTAL LTDA EPP	18402	18/09/15	R\$ 8.988,59	18/10/15
SUPERMERCADO FRONTAL LTDA EPP	18401	18/09/15	R\$ 7.348,17	18/10/15

Guaramirim, 26 de outubro de 2015.

Cláudia Roberta Chiodini

Secretária Municipal da Educação

PORTARIA Nº. 641/2015

PORTARIA Nº. 641/2015

Concede licença maternidade para Greice Frohlich.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições,
em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder licença maternidade para Greice Frohlich, Auxiliar de Creche, vinculada à Secretaria de Educação, a partir de 01 de outubro de 2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 23 de outubro de 2015.

Lauro Fröhlich

Prefeito

Denilson Weiss

Secretário de Administração e Finanças

Herval d'Oeste

PREFEITURA

PORTARIA Nº 1170/2015

PORTARIA Nº 1170/2015

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONVOCAR PARA RETORNO IMEDIATO AO TRABALHO, para fins de superior interesse público, interrompendo o gozo de férias a partir do dia 26 de outubro de 2015, da servidora MARIA DE FÁTIMA BAZEI MELERE (Matr. 3719) ocupante do Cargo de Provimento em Comissão de Gerente de Programas Sociais, Nível – DAS-2, 40 horas semanais, Anexo V da Lei Complementar Nº. 280/2011, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, conforme o disposto nos art. 94 e 97 da Lei Complementar Nº 281/2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 26 de Outubro de 2015.
Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1171/2015

PORTARIA Nº 1171/2015

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER Férias Regulamentares, à Servidora BERNADETE S. B. GUNGERMANN (Matr. 548) ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Auxiliar de Serviços de Saúde, Nível – 8, Referência "G", 40 horas semanais, Anexo V da Lei Complementar Nº. 280/2011, referente ao período aquisitivo compreendido entre 01 de novembro de 2013 e 31 de outubro de 2015, para serem gozadas a contar de 26 de outubro de 2014 a 24 de novembro de 2015, de conformidade com o que preceitua o art. 94 da Lei Complementar Nº. 281 de 19 de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 26 de Outubro de 2015.
Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1172/2015

PORTARIA Nº 1172/2015

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER Férias Regulamentares, ao Servidor ODAIR TREVISOL (Matr. 334) ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Agente Administrativo, Nível – 9, Referência "H", 40 horas semanais, Anexo V da Lei Complementar Nº. 280/2011, referente ao período aquisitivo compreendido entre 01 de novembro de 2013 e 31 de outubro de 2015, para serem gozadas a contar de 26 de outubro de 2014 a 24 de novembro de 2015, de conformidade com o que preceitua o art. 94 da Lei Complementar Nº. 281 de 19 de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 26 de Outubro de 2015.
Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1173/2015

PORTARIA Nº 1173/2015

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

NOMEAR a Senhora JOCELI DA SILVA GORSS DE OLIVEIRA (Matr. 4181), a partir de 26 de outubro de 2015, aprovada e classificada em 158º lugar através do Concurso Público 001/2012, de conformidade com o Decreto Nº 3.039/2012 de 24 de maio de 2012, para ocupar o Cargo de Provimento Efetivo de Agente de Serviços Gerais, Nível – 3, Referência "A", 40 horas semanais, Anexo V da LC Nº. 280/2011, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, de conformidade com a Lei Complementar Nº. 281/2011. Sendo que seu contrato será regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval d'Oeste, assegurada pelo Regime Próprio de Previdência Social (IPREVI).

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 26 de Outubro de 2015.
Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1174/2015

PORTARIA Nº 1174/2015

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER 24 (vinte e quatro) dias de Licença Prêmio, à servidora ANA CLAUDETE SAGGIN (Matr. 820), ocupante do Cargo de Provisamento Efetivo de Agente de Serviços Gerais, Nível – 3, Referência "E", 40 horas semanais, Anexo V da LC Nº 280/2011, nos termos do artigo 103, da Lei Complementar Nº. 281/2011, referente ao período aquisitivo de 19 de agosto de 2013 a 18 de agosto de 2015, para serem gozadas a contar de 26 de outubro de 2015 a 18 de novembro de 2015.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 26 de Outubro de 2015.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1175/2015

PORTARIA Nº 1175/2015

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER 04 (quatro) dias de Licença Prêmio, à servidora MARLENE MARIA DE OLIVEIRA (Matr. 490), ocupante do Cargo de Provisamento Efetivo de Professor, Nível – 8, Referência "B", 40 horas semanais, Anexo XI da LC Nº 316/2013, nos termos do artigo 104, parágrafo único da Lei Complementar Nº. 281/2011, referente ao período aquisitivo de 01 de janeiro de 2011 a 18 de agosto de 2011, para serem gozadas a contar de 26 de outubro de 2015 a 29 de outubro de 2015.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 26 de Outubro de 2015.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1176/2015

PORTARIA Nº 1176/2015

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER 12 (doze) dias de Licença Prêmio, à servidora RENATA PARENTI (Matr. 1569), ocupante do Cargo de Provisamento Efetivo de Professor, Nível – 7, Referência "B", Anexo XI da LC Nº. 316/2013, 40 horas semanais, nos termos do artigo 103, da Lei

Complementar Nº. 281/2011, referente ao período aquisitivo de 19 de agosto de 2013 a 18 de agosto de 2014, para serem gozadas a contar de 26 de outubro de 2015 a 06 de novembro de 2015.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 26 de Outubro de 2015.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1177/2015

PORTARIA Nº 1177/2015

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Prorrogar os efeitos da Portaria Nº 248/2015, da Servidora NEUSA DE FÁTIMA GERVÁSIO (Matr. 3879), a qual exerce a função de Professor, Nível – 2, Referência "A", 40 horas semanais, turnos matutino e vespertino, Educação Infantil, passando a atuar junto ao CMEI Tio Zezinho, em substituição à servidora Renata Parenti, a partir de 26 de outubro de 2015 até o retorno desta servidora, limitado ao término do ano letivo de 2015, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar nº 291/2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 26 de Outubro de 2015.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1178/2015

PORTARIA Nº 1178/2015

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

DESIGNAR, o servidor ITACIR BRANDALISE (Matr. 2891), ocupante do Cargo de Provisamento em Comissão de Diretor Operacional, Nível – DAS-1, Anexo V da LC Nº 280/2011, para responder pela função de Fiscal de Contratos pactuados pela Administração Pública de Herval d'Oeste, quando estes forem submetidos à Secretaria Municipal de Obras, Urbanismo e Serviços Públicos, em específico à Iluminação Pública, de acordo com a Instrução Normativa CCI Nº 001/2015.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 26 de Outubro de 2015.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PREGÃO PRESENCIAL Nº 032/2015

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 062/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 032/2015

UNIDADE GESTORA: PREFEITURA MUNICIPAL

TIPO: MENOR PREÇO UNITÁRIO

OBJETO

Registro de Preços para a eventual aquisição de material de higiene e limpeza para uso das diversas secretarias municipais pelo período de 12 meses.

ENTREGA DOS ENVELOPES

Até às 13h00min do dia 09/11/2015.

LOCAL DA REALIZAÇÃO DA SESSÃO PÚBLICA

Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste, situada na Rua Nereu Ramos, nº 389, Centro, na cidade de Herval d'Oeste (SC), Sala de Reuniões do Setor de Compras e Licitações.

LOCAL DA REALIZAÇÃO DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO:

Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste, situada na Rua Nereu Ramos, nº 389, Centro, na cidade de Herval d'Oeste (SC), Sala de Reuniões do Setor de Compras e Licitações.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Lei Federal n.º 8.666/93, de 21 de junho de 1993, Lei federal nº. 10.520 de 17 de julho de 2002, e Lei Complementar nº. 123, de 14 de dezembro de 2006,

EDITAL NA ÍNTEGRA

O Edital na íntegra está à disposição dos interessados no Setor de Compras e Licitações, situado na Rua Nereu Ramos, nº 389, Centro, na cidade de Herval d'Oeste (SC), ao custo de R\$ 16,80 (dezesesseis reais e oitenta centavos), ou no site www.hervaldoeste.sc.gov.br, sem custo adicional. Outras informações pelo fone (49) 3554 0922.

Herval d'Oeste, 26 de outubro de 2015.

NELSON GUINDANI

PREFEITO

Ilhota

PREFEITURA

LEI 1801 2015

LEI N° 1801, de 22 de outubro de 2015.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO.

Daniel Christian Bosi, Prefeito Municipal de Ilhota(SC) , no uso de suas atribuições legais, faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - Ficam abertos os créditos adicionais suplementares no valor de R\$ 23.000,00(vinte e três mil reais):

PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHOTA
ÓRGÃO 07 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
UNIDADE 07.01 – Departamento de Estrada e Rodagem - DMER
Manutenção e Funcionamento da Secretaria de Transportes.
Convenio de Transito Militar 3.3.90.00.00.00.00.0.1.0000.
Aplicações Diretas(1054) R\$ 23.000,00.

Art. 2º - O recurso necessário a execução do disposto no artigo anterior é proveniente do excesso de arrecadação no orçamento vigente, de acordo com o art. 43, § 1º, da Lei Federal nº. 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHOTA, em 22 de outubro de 2015.
DANIEL CHRISTIAN BOSI
Prefeito Municipal

Imarui**PREFEITURA****DECRETO Nº. 116, DE 26 DE OUTUBRO DE 2015.**

DECRETO Nº. 116 DE 26 DE OUTUBRO DE 2015.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLENTER, EXERCÍCIO 2015, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MANOEL VIANA DE SOUSA, Prefeito de Imaruí, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Imaruí,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar, exercício 2015 na importância de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais), conforme segue:

ÓRGÃO – 06	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS			
UNIDADE – 06.01	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS			
PROJ/ATIV. – 2.013	MANUTENÇÃO DOS ENCARGOS GERAIS			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.3.90.00.00.00.00.00	29	1.000	Aplicações Diretas	40.000,00
Total Suplementação			40.000,00	

Art. 2º Para atendimento da suplementação de que trata o art. 1º deste Decreto serão utilizados recursos provenientes da anulação da seguinte dotação orçamentária:

ÓRGÃO – 06	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS			
UNIDADE – 06.01	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS			
PROJ/ATIV. – 2.013	MANUTENÇÃO DOS ENCARGOS GERAIS			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.2.90.00.00.00.00.00	28	1.000	Aplicações Diretas	40.000,00
Total Suplementação			40.000,00	

Art. 3º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a retificar os anexos do Plano Plurianual, 2014-2017 e da Lei de Diretrizes Orçamentárias, 2015.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imaruí, 26 de outubro de 2015.

MANOEL VIANA DE SOUSA

Prefeito Municipal

Publicado no Diário oficial dos Municípios – DOM.

DECRETO Nº. 117, DE 26 DE OUTUBRO DE 2015.

DECRETO Nº. 117, DE 26 DE OUTUBRO DE 2015.

DECRETA PONTO FACULTATIVO NAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS MUNICIPAIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MANOEL VIANA DE SOUSA, Prefeito Municipal de Imaruí, no uso de suas atribuições legais, nos termos do Art. 61, inciso VI da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º. Ficam transferidas para o dia 30 de outubro de 2015 - sexta-feira, as comemorações alusivas ao Dia do Servidor Público, decretando-se ponto facultativo.

Parágrafo único - Não será facultativo o ponto nas repartições, cujos serviços são considerados essenciais, e não podem, por sua natureza, serem suspensos, mesmo que temporariamente.

Art. 2º Na data mencionada caput no art. 1º não haverá expediente nas Repartições Públicas do Município de Imaruí, excetuando-se as unidades escolares e a Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Urbanos.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Imaruí, SC, 26 de outubro de 2015.

MANOEL VIANA DE SOUSA

Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

Imbituba

PREFEITURA

EDITAL SEAGP Nº 156/2015

EDITAL SEAGP Nº 156/2015

CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS NO CONCURSO PUBLICO Nº 02/2011.

O Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais e por determinação do Chefe do Poder Executivo, considerando a realização do Concurso Público nº 002/2011, divulgado através do Edital nº 002/2011, de 28 de outubro de 2011, bem como, o resultado do mesmo divulgado através do EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO Nº 02/2011, de 08 de Fevereiro de 2012, que homologou os resultados do referido Concurso.

RESOLVE:

Convocar, para aceite das vagas e contratações, os candidatos ao final relacionados (Anexo I deste Edital), aprovados no Concurso Público nº 002/2011, para comparecer a Gerencia de Gestão de Pessoas da Secretaria Municipal de Administração e Gestão Pública – GGP/SEAGP, situado na Rua Ernani Cotrin, nº 601, Centro, Imbituba, SC, no período de 27 de Outubro a 26 de Novembro de 2015, no horário das 13h às 19h, para assinatura do Edital de Convocação Individual e encaminhamento para a avaliação médica pré-admissional.

O não comparecimento do(s) candidato(s) ora convocado(s) no período, horário e local indicados no presente instrumento convocatório acarretará sua automática e definitiva eliminação do processo, com a consequente perda da vaga em questão, independentemente dos argumentos que apresentar, perdendo, por conseguinte, todos os direitos oriundos de sua aprovação no referido Concurso Público.

Fica definido o prazo de até 30 (trinta) dias a partir da assinatura do Edital de Convocação Individual, para apresentação dos documentos necessários ao processo pré admissional.

Ficam os candidatos, inclusive os portadores de deficiência, convocados para a avaliação médica pré-admissional a ser realizada pela Comissão Municipal de Médicos Peritos, para emissão de Atestado de Saúde Ocupacional, no prazo de até 30 (trinta) dias após a assinatura do Edital de Convocação Individual.

O exame médico é eliminatório, sendo excluído do certame o candidato que não apresentar aptidão física e/ou mental para o exercício do emprego público.

O candidato, convocado por este Edital, caso não apresente ao GGP/SEAGP a documentação exigida no prazo estabelecido perderá automaticamente a vaga, convocando-se o candidato com classificação imediatamente posterior.

Imbituba, 26 de outubro de 2015.

Andreza Barcelos Carvalho
Gerente de Gestão de Pessoas

EDITAL SEAGP Nº 156/2015

Anexo I

CANDIDATOS CONVOCADOS

Técnico em enfermagem
Jadna Teixeira Gomes

PUBLICAÇÃO DE EXTRATO ERRATA DE PREGÃO PRESENCIAL 58/2015(PMI)

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

PROCESSO Nº 103/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 58/2015

ERRATA

Onde se lê “Pregão Presencial, do tipo maior oferta.”, referente ao comunicado de abertura do Pregão, publicado no Diário Oficial dos Municípios, Edição do dia 26 de outubro de 2015, ler-se-á “Pregão Presencial, do tipo menor preço mensal”.

Imbituba, 27 de outubro de 2015.

Dilson Petrassem Junior
Pregoeiro Oficial

Indaial

PREFEITURA

DECRETO Nº 1593/15

. DECRETO Nº 1593/15
. De 14 de outubro de 2015

Declara de Utilidade Pública para fins de oficialização de via pública bairro Encano do Norte.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial, no uso das atribuições legais que lhe conferem o artigo 92, incisos VII e VIII da Lei Orgânica do Município e demais dispositivos legais em vigor,

DECRETA:

Art. 1º - Fica Declarada de Utilidade Pública, de acordo com o Decreto-Lei nº 3.365 de 21/06/41 e alterações, para fins de desapropriação e domínio municipal, a seguinte área:

“Área de terras, sem benfeitorias, situada no bairro Encano do Norte, esquina entre a Rua Soledade e Bento Gonçalves, com área de 319,69m², de forma triangular, medindo pela frente em 60,40m com a Rua Bento Gonçalves, fundos em 65,46m em terras remanescente de Ivone Dias e Anselmo Dias, e, pelo lado direito em 13,50m na testada da rua Bento Gonçalves.”

Art. 2º - A área de terras ora desapropriada com base no artigo 5º do Decreto-Lei nº 3.365, combinado com a Lei 6.602/78 e 9785/99, destina-se ao alargamento e regularização da Rua Bento Gonçalves, bairro Encano do Norte.

Art. 3º - A desapropriação objeto do presente Decreto se dá por via amigável, sem ônus para o Município, ficando sob a responsabilidade dos doadores Ivone Dias e Anselmo Dias, todas as despesas com desmembramento e retificação de área e as demais despesas junto ao Registro de Imóveis.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 14 de outubro de 2015.
SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS
Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

PAULO ROBERTO LEDRA JOÃO VICENTE SCHROEDER
Secretário de Planejamento e Habitação Chefe de Gabinete

DECRETO Nº 1596/15

. DECRETO Nº 1596/15
. De 14 de outubro de 2015

Declara de Utilidade Pública para fins de oficialização de via pública bairro Carijós

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial, no uso das atribuições legais que lhe conferem o artigo 92, incisos VII e VIII da Lei Orgânica do Município e demais dispositivos legais em vigor,

DECRETA:

Art. 1º - Fica Declarada de Utilidade Pública, de acordo com o Decreto-Lei nº 3.365 de 21/06/41 e alterações, para fins de desapropriação e domínio municipal, a seguinte área:

“Área de terras, sem benfeitorias, situada na Rua 15 de Março, bairro Carijós, com área de 389,90m², sem benfeitorias, medindo e confrontando o dito terreno pela frente em 4,00m com o final da Rua 15 de Março; fundos em 6,20m em terras de Renata Kopsch (M 16.323), lado direito em 87,00m em terras de Reinwald Kopsch (M21615) e pelo lado esquerdo em três linhas, sendo a primeira com 71,60m, partindo da frente em direção aos fundos; a segunda defletida À esquerda em 2,00m e a terceira com 16,00m em direção aos fundos, todas com terras de Renato Kopsch (M-16.323).”

Art. 2º - A área de terras ora desapropriada com base no artigo 5º do Decreto-Lei nº 3.365, combinado com a Lei 6.602/78 e 9785/99, destina-se ao prolongamento e regularização da Rua 15 de Março, bairro Carijós.

Art. 3º - A desapropriação objeto do presente Decreto se dá por via amigável, sem ônus para o Município, ficando sob a responsabilidade dos doadores Renata Kopsch, inscrita no CPF sob o nº 194.167.509-30, todas as despesas com desmembramento e/ou retificação de área e as demais despesas junto ao Registro de Imóveis, bem como as despesas para a implantação da infraestrutura necessária para o arruamento em questão.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 14 de outubro de 2015.
SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS
Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

PAULO ROBERTO LEDRA
Secretário de Planejamento e Habitação

JOÃO VICENTE SCHROEDER
Chefe de Gabinete

DECRETO Nº 1599/15

. DECRETO Nº 1599/15
. De 15 de outubro de 2015

Declara área de risco que menciona e dá outras providências.
SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município, e considerando Parecer Técnico 19/15, exarado pela Coordenadoria da Defesa Civil de Indaial,

DECRETA,

Art.1º - Fica declarada "área de risco", o imóvel localizado a Rua Sete de Setembro, nº 229, bairro Carijós, matriculado junto ao registro de imóveis sob o nº 5913.

Art.2º - Fica determinado aos setores competentes do Município, para juntamente com a Defesa Civil, tomar as providências cabíveis para notificar o proprietário, para que no prazo de até 30 (trinta) desocupe o imóvel e proceda a sua demolição.

Parágrafo Único – Caso o proprietário não efetue a demolição do imóvel no prazo determinado, o Município irá efetua-lá.

Art.3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 15 de outubro de 2015.
SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS
Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

JOÃO VICENTE SCHROEDER
Chefe de Gabinete

DECRETO Nº 1600/15

. DECRETO Nº 1600/15
. De 16 de outubro de 2015

Designa servidor responsável CDAs – Certidão Dívida Ativa – Revoga Decreto nº 1017/14.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o disposto no artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município, Lei Complementar Municipal nº 153 e demais dispositivos legais em vigor,

DECRETA,

Art. 1º - Ficam designados para gerenciar a emissão e controle das Certidões de Dívida Ativa do Município (CDAs), emitidas para fins de Protestos Extrajudiciais, nos termos da Lei Complementar Municipal 153/14, os seguintes servidores:

- Rodolfo Schirmer - Matrícula 251178 - Titular
- Moacir Hoffmann - Matrícula 272860 - Suplente

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente o Decreto 1017/14.

Município de Indaial, em 16 de outubro de 2015.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS
Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

JOÃO VICENTE SCHROEDER
Chefe de Gabinete

DECRETO Nº 1603/15

. DECRETO Nº 1603/15
. De 19 de outubro de 2015

Prorroga prazo Processo Administrativo Disciplinar – Decreto 1536/15 – Teresinha Mandel Zimlich

SERGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, previstas no artigo 92, inciso VIII, XI e XII da Lei Orgânica do Município e demais dispositivos legais em vigor, e considerando Ofício Comissão Processo Administrativo Disciplinar n. 0079/2015 e o artigo 118 da Lei Complementar 105/10,

DECRETA:

Art. 1º - Fica prorrogado o prazo para conclusão do Processo Administrativo Disciplinar instaurado pelo Decreto 1536/15, para apurar condutas e responsabilidades da servidora Teresinha Mandel Zimlich, por mais 30 (trinta) dias.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial em 19 de outubro de 2015.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS
Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

JOÃO VICENTE SCHROEDER
Chefe de Gabinete

DECRETO Nº 1604/15

. DECRETO Nº 1604/15
. De 19 de outubro de 2015

Prorroga prazo Processo Administrativo Disciplinar – Decreto 1518/15 – Elpídio Marcos

SERGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, previstas no artigo 92, inciso VIII, XI e XII da Lei Orgânica do Município e demais dispositivos legais em vigor, e considerando Ofício Comissão Processo Administrativo Disciplinar n. 0077/2015 e o artigo 118 da Lei Complementar 105/10,

DECRETA:

Art. 1º - Fica prorrogado o prazo para conclusão do Processo Administrativo Disciplinar instaurado pelo Decreto 1518/15, para apurar condutas e responsabilidades do servidor Elpídio Marcos, por mais 30(trinta) dias.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial em 19 de outubro de 2015.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS
Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

JOÃO VICENTE SCHROEDER
Chefe de Gabinete

DECRETO Nº 1605/15

. DECRETO Nº 1605/15
. De 20 de outubro de 2015

Designa Procuradora Bárbara Roedel Berri para a Unidade de Conciliação – UC.

SERGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII e XI da Lei Orgânica do Município, Lei Complementar 79/07, alterada pela Lei Complementar 169/15 e demais dispositivos legais em vigor,

DECRETA:

Art. 1º - Fica designada a servidora Bárbara Roedel Berri, ocupante do cargo de Procuradora – matrícula nº 490229.0, Coordenadora da Unidade de Conciliação – UC, instituída pela Lei Complementar 169/15.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 20 de outubro de 2015.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS
Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

SILMARA FRUET
Procuradora Geral do Município

MARCIO ANTÔNIO FERRARI
Secretário de Administração e Finanças

DECRETO Nº 1606/15

. DECRETO Nº 1606/15
. De 20 de outubro de 2015

Coloca servidores a disposição da Unidade de Conciliação – UC / Rodolfo Schimer e Moacir Hoffmann

SERGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII e XI da Lei Orgânica do Município, Lei Complementar 79/07, alterada pela Lei Complementar 169/15 e demais dispositivos legais em vigor,
DECRETA:

Art. 1º - Coloca os servidores abaixo designados a disposição da Unidade de Conciliação - UC , instituída pela Lei Complementar 169/15, para compor a UC, auxiliando nos Pré-Executivos e Executivos Fiscais Judiciais:

· Moacir Hoffmann - Matrícula 272860
· Rodolfo Schirmer - Matrícula 251178

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 20 de outubro de 2015.
SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS
Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

SILMARA FRUET
Procuradora Geral do Município

MARCIO ANTÔNIO FERRARI
Secretário de Administração e Finanças

DECRETO Nº 1607/15

. DECRETO Nº 1607/15
. De 20 de outubro de 2015

Designa Pedro Tradapalli Filho oficial ad hoc da Unidade de Conciliação – UC.

SERGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII e XI da Lei Orgânica do Município, Lei Complementar 79/07, alterada pela Lei Complementar 169/15 e demais dispositivos legais em vigor,
DECRETA:

Art. 1º - Fica designado o servidor Pedro Tridapalli Filho, ocupante do cargo Auxiliar Administrativo - matrícula nº 28371-0, oficial ad hoc da Unidade de Conciliação – UC, instituída pela Lei Complementar 169/15.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 20 de outubro de 2015.
SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS
Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

SILMARA FRUET
Procuradora Geral do Município

MARCIO ANTÔNIO FERRARI
Secretário de Administração e Finanças

DECRETO Nº 1610/15

. DECRETO Nº 1610/15
. De 21 de outubro de 2015

Homologa Edital de Remoção Servidores Efetivos da Secretaria Municipal de Educação

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município, Lei Complementar 105/10 e Lei Complementar 113/11 e demais dispositivos legais em vigor,

DECRETA,

Art. 1º - Fica homologado o Edital de Remoção SED 001/2015, dos servidores efetivos lotados na Secretaria de Educação do Município de Indaial, conforme Anexo I, parte integrante deste Decreto.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Prefeitura do Município de Indaial, em 21 de outubro de 2015.
SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS
Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

JOÃO VICENTE SCHROEDER
Chefe de Gabinete

EDITAL DE REMOÇÃO SED 001/2015

Dispõe sobre o processo de Remoção dos Servidores Efetivos lotados na Secretaria de Educação do Município de Indaial.

O Município de Indaial, através da Secretaria de Educação, em conformidade com a Lei Complementar Municipal Nº 113/2011, torna público as inscrições e apresenta critérios para Remoção dos Servidores Efetivos, lotados junto à Secretaria de Educação de Indaial.

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES:

1.1 Processo de remoção é a movimentação dos profissionais da educação de uma para outra instituição educacional na rede municipal de ensino, sem que se modifique sua situação funcional.

1.2 Serão disponibilizadas para remoção vagas decorrentes de aposentadoria, falecimento, exoneração e da ampliação do número de turmas. Os claros de lotação que surgirem na data da escolha de vagas, devido à movimentação dos servidores, serão disponibilizados imediatamente no decorrer do concurso de remoção.

1.3 A remoção por escolha de vagas excedentes antecederá a remoção por permuta.

1.4 O profissional inscrito que não conseguir a remoção almejada permanecerá com a lotação original.

2. INSCRIÇÕES PARA REMOÇÃO:

2.1 Os servidores do Quadro Efetivo da Secretaria de Educação de Indaial (Orientadores Educacionais, Supervisores Escolares, Pedagogos, Professores, Secretários Escolares, Auxiliares de Creche e Agentes Educacionais) interessados na remoção, deverão efetuar sua inscrição de 3 a 12 de novembro de 2015, na Escola ou na Unidade de Educação Infantil onde trabalham, apresentando o requerimento padrão devidamente preenchido e assinado.

3. DOS CRITÉRIOS DE CLASSIFICAÇÃO DOS PROFISSIONAIS:

CRITÉRIO	PONTUAÇÃO	DESEMPATE
1-Tempo de Serviço	1 ponto por mês de efetivo exercício na Secretaria de Educação, considerando-se a fração de 15 (quinze) dias ou mais, como 1 (um) mês. O tempo de serviço será contado até 31 de outubro de 2015.	2 - Maior Escolaridade 3 - Maior Idade

4. DA PUBLICAÇÃO DA CLASSIFICAÇÃO DOS INSCRITOS:

4.1- A classificação dos profissionais inscritos será exposta no dia 16 de novembro de 2015 na Secretaria de Educação de Indaial e no site www.indaial.sc.gov.br

5. DO RECURSO:

5.1 - O candidato poderá recorrer do resultado da classificação, através de requerimento devidamente fundamentado protocolado na Secretaria de Educação nos dias 17 e 18 de novembro 2015.

6. DA ESCOLHA DE VAGAS:

6.1 Para a escolha das vagas será respeitada a classificação homologada no dia 20 de novembro de 2015.

6.2 O funcionário que não comparecer no horário marcado para a escolha de vagas perderá a vez para os subsequentes da lista de classificação, até o momento em que se fizer presente.

6.3 Os efeitos legais da Escolha de Vagas para Remoção entrarão em vigência a partir do início do ano letivo de 2016.

7. CRONOGRAMA PARA ESCOLHA DE VAGAS:

7.1 – Conforme cronograma de escolha, os funcionários inscritos para remoção chegarão mais tarde ou sairão mais cedo da Instituição Educacional, de modo a ausentar-se apenas no horário agendado para escolha de vaga.

CARGO	DATA	HORÁRIO
Professores de Educação Infantil	30/11/2015	8h
Professores dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental	30/11/2015	10horas
Supervisoras Escolares, Orientadores Educacionais e Pedagogos	30/11/2015	13horas
Secretários Escolares	30/11/2015	13h30min
Agentes Educacionais	30/11/2015	14h
Auxiliares de Creche	30/11/2015	14h30min
Professores de Disciplinas Específicas	Ensino Religioso	1/12/2015
	Professores de Informática Pedagógica	1/12/2015
	Artes	1/12/2015
	Inglês	1/12/2015
	História	1/12/2015
	Ciências	1/12/2015
	Geografia	1/12/2015
	Português	1/12/2015
	Educação Física	1/12/2015
	Matemática	1/12/2015

8. DA REMOÇÃO POR PERMUTA:

8.1–Na remoção por permuta, prevista no parágrafo 3º do artigo 104 da Lei Complementar Municipal Nº 113/2011, serão observadas as seguintes condições:

§ Requerimentos em duas vias contendo local, turno(s), turma(s) ou aulas dadas na disciplina de lotação atual e da lotação por permuta de ambos os interessados, a ser entregue na Secretaria de Educação até o dia 4 de dezembro de 2015;

§ A carga horária a ser permutada poderá ser fracionada (10, 20, 30 ou 40 das 40 horas semanais, por exemplo), porém, não será permitido ao professor vincular um mesmo turno de trabalho com mais de uma pessoa;

§ O processo de permuta não será desfeito no decorrer do ano letivo, nem automaticamente ao final do ano letivo, pois a permuta caracteriza troca de lotação a pedido do professor;

§ Análise e deferimento da Secretaria de Educação;

9. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

9.1- A inscrição do servidor no concurso de remoção implicará o conhecimento e a aceitação tácita das disposições estabelecidas neste Edital, em relação às quais não poderá alegar desconhecimento.

Giovane Huebes Nicolletti
SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO

Indaial, 19 de outubro de 2015.

REQUERIMENTO PARA REMOÇÃO 2015

Ilma. Secretária de Educação de Indaial - SC

_____, servidor (a) público municipal, data de nascimento ____/____/_____, ocupante do cargo efetivo de _____, lotado na _____, vem mui respeitosamente requerer Inscrição para Remoção de Profissionais Efetivos da Secretaria Municipal de Educação, em conformidade com o artigo 104 da Lei Complementar Municipal Nº113/2011 e de acordo com as condições e critérios expressos no Edital de Remoção SED 001/2015:

Nestes termos, pede deferimento.

Indaial, _____ de _____ de 2015.

Assinatura do (a) servidor(a)
PONTUAÇÃO (Campo de preenchimento da SED)

CRITÉRIO	MESES	PONTUAÇÃO
Tempo de Serviço		

REQUERIMENTO PARA PERMUTA 2015

Ilma. Secretária de Educação de Indaial - SC

_____, ocupante do cargo efetivo de _____, carga horária _____ semanais, com lotação no turno matutino na Unidade Escolar _____ e no turno vespertino na Unidade Escolar _____, solicito remoção por permuta com o (a) professor(a) _____, lotado(a) no turno matutino na Unidade Escolar _____ e no turno vespertino na Unidade Escolar _____, conforme parágrafo 3º do artigo 104 da Lei Complementar Municipal Nº 113/2011.

Estou ciente de que, conforme o item 8 do Edital de Remoção 001/2015, na remoção por permuta serão observadas as seguintes condições: § Requerimentos de ambos os interessados em duas vias contendo local, turno(s), turma(s) ou aulas dadas na disciplina de lotação atual e da lotação por permuta, a ser entregue na Secretaria de Educação até o dia 4 de dezembro de 2015.

§ A carga horária a ser permutada poderá ser fracionada (10, 20, 30 ou 40 das 40 horas semanais, por exemplo), porém, não será permitido ao professor vincular um mesmo turno de trabalho com mais de uma pessoa;

§ Análise e deferimento da Secretaria de Educação.

Nestes termos, peço deferimento.

Indaial, _____ de _____ de 2015.

Assinatura do Requerente

DECRETO Nº 1611/15

. DECRETO Nº 1611/15

. De 22 de outubro de 2015

Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento de 2015 no FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE INDAIAL, provenientes de Excesso de Arrecadação.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial, nos uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município e demais dispositivos legais em vigor e, considerando a Lei 4734/12

DECRETA

Art. 1º - Fica aberto no orçamento vigente do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE INDAIAL, Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 15.900,39 (quinze mil, novecentos reais e trinta e nove centavos) destinado a atender as despesas abaixo discriminadas:

Dotações Suplementadas	
Código	Descrição
30	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
30.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
30.001.0010	SAUDE
30.001.0010.0302	ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL
30.001.0010.0302.0030	FUNDO DE SAÚDE
30.001.0010.0302.0030.2445	MANUT.CONVÊNIOS/CONTRATOS SERV.ESPECIAL EM SAÚDE
3339000000000000	APLICACOES DIRETAS
01381706	MAC GP.
Valor: (14.400,39)	

Dotações Suplementadas	
Código	Descrição
30	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
30.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
30.001.0010	SAUDE
30.001.0010.0301	ATENÇÃO BÁSICA
30.001.0010.0301.0030	FUNDO DE SAÚDE
30.001.0010.0301.0030.2441	MANUT.AÇÕES DEPTº DE SAÚDE
3339000000000000	APLICACOES DIRETAS
01381706	MAC GP.
Valor: (1.500,00)	

Art. 2º - As despesas decorrentes do artigo anterior serão cobertas com recursos provenientes de Excesso de Arrecadação apurado no Exercício Financeiro de 2015.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 30 de abril de 2013.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS

Prefeito

(Publicado na Forma da Lei em 30 de abril de 2013)

JOÃO VICENTE SCHROEDER

Chefe de Gabinete

DECRETO Nº 1612/15

. DECRETO Nº 1612/15

. De 23 de outubro de 2015

Declara área de risco que menciona e dá outras providências.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município, e considerando Parecer Técnico 18/15, exarado pela Coordenadoria da Defesa Civil de Indaial,

DECRETA,

Art.1º - Fica declarada "área de risco", o imóvel localizado a Rua Sete de Setembro, nº 219, bairro Carijós, tendo a Inscrição Imobiliária Municipal nº 01.04.002.1145.

Art.2º - Fica determinado aos setores competentes do Município, para juntamente com a Defesa Civil, tomar as providências cabíveis para que no prazo de até 30 (trinta) seja o imóvel desocupado e se proceda a sua demolição.

Art.3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 15 de outubro de 2015.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

JOÃO VICENTE SCHROEDER

Chefe de Gabinete

DECRETO Nº 1614/15

. DECRETO Nº 1614/15

. De 26 de outubro de 2015

Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento de 2015 no MUNICIPIO DE INDIAIAL, provenientes de Superávit Financeiro.

SERGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município e demais dispositivos legais em vigor e, considerando a Lei 5.115/14

DECRETA,

Art. 1º - Fica aberto no orçamento vigente do MUNICIPIO DE INDIAIAL, Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 3.574,00 (três mil e quinhentos e setenta e quatro reais) destinados a atender as despesas abaixo discriminadas:

Dotação	Vínculo	Valor
02.001.0004.0122.0002.1021.3449000000000000	03890000	3.574,00

Art. 2º - As despesas decorrentes do artigo anterior serão cobertas com recursos provenientes de Superávit Financeiro apurado no Exercício Financeiro de 2014.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 26 de outubro de 2015.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

JOÃO VICENTE SCHROEDER

Chefe de Gabinete

DECRETO Nº 1615/15

. DECRETO Nº 1615/15

. De 26 de outubro de 2015

Anula e Suplementa no Orçamento da Prefeitura Municipal de Indaial.

SERGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município e considerando a Lei 5.115/14,

DECRETA,

Art. 1º - Fica o Executivo autorizado a anular no valor de R\$ 70.000,00 (Setenta mil reais) da Dotação Orçamentária abaixo discriminada:

Dotação	Vínculo	Valor
05.001.0012.0365.0005.2102.3319100000000000	01010000	70.000,00

Art. 2º - Para atender o dispositivo no artigo 1º, fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a Suplementar, no Orçamento do MUNICIPIO DE INDIAIAL a seguinte dotação:

Dotação	Vínculo	Valor
05.001.0012.0365.0005.2102.3339000000000000	01010000	70.000,00

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial em 26 de outubro de 2015.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

JOÃO VICENTE SCHROEDER

Chefe de Gabinete

DECRETO Nº 1616/15

. DECRETO Nº 1616/15

. De 26 de outubro de 2015

Cancelamento de restos a pagar Fundo Municipal de Saúde.

SERGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município e demais dispositivos legais em vigor:

DECRETA:

Art. 1º - Ficam canceladas as despesas empenhadas pelo Fundo Municipal de Saúde, não realizadas e/ou não pagas dentro do exercício de 2014, inscritas em restos a pagar, conforme segue:

Nº EMPENHO GLOBAL	CREDOR	VALOR R\$	MOTIVO
1061-0/2014	Empreiteira de M.O. EMC Ltda EPP	6.801,74	Despesa não realizada por terem sido apresentados vários Aditivos de supressão na realização de Reformas das Unidades de Saúde Dr. Nilo de Freitas, Renato Ferreira de Mello e Irineu Kienen

Art. 2º - Após o cancelamento da Inscrição em Restos a Pagar, o pagamento que vier a ser reclamado poderá ser atendido através da sua re-inscrição como despesas de exercício anterior.

Art. 3º - Prescreve em cinco anos da sua inscrição, o direito de reclamar os Restos a Pagar cancelados, nos termos do Decreto Federal nº 20.910/32.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Indaial, em 26 de outubro de 2015.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

JOÃO VICENTE SCHROEDER

Chefe de Gabinete

DECRETO Nº 1617/15

. DECRETO Nº 1617/15

. De 26 de outubro de 2015

Cancelamento de restos a pagar Município.

SERGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município e demais dispositivos legais em vigor:

DECRETA:

Art. 1º - Ficam canceladas as despesas empenhadas pelo Município, não realizadas e/ou não pagas dentro do exercício de 2014, inscritas em restos a pagar, conforme segue:

Nº EMPENHO	ESPÉCIE	CREDOR	VALOR EMPENHADO	VALOR A CANCELAR	MOTIVO
8803/000/2009	GLOBAL	MOMENTO CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA	R\$ 96.533,80	R\$ 96.533,80	saldo não utilizado.
10172/000/2009	GLOBAL	CONFER CONSTRUTORA FERNANDES LTDA	R\$ 123.892,01	R\$ 9.038,46	saldo não utilizado.
6477/000/2014	GLOBAL	HABITARK ENGENHARIA LTDA EPP	R\$ 96.392,74	R\$ 2.608,19	saldo não utilizado.

Art. 2º - Após o cancelamento da Inscrição em Restos a Pagar, o pagamento que vier a ser reclamado poderá ser atendido através da sua re-inscrição como despesas de exercício anterior.

Art. 3º - Prescreve em cinco anos da sua inscrição, o direito de reclamar os Restos a Pagar cancelados, nos termos do Decreto Federal nº 20.910/32.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Indaial, em 26 de outubro de 2015.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS
Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

JOÃO VICENTE SCHROEDER
Chefe de Gabinete

DECRETO Nº 1618/15

. DECRETO Nº 1618/15

. De 26 de outubro de 2015

AUTORIZA A UTILIZAÇÃO TEMPORÁRIA DE VEÍCULO CAMINHÃO HIDROJATO PLACA MHP-6226 e equipe PELO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL/SC, EM SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA CONFORME DECRETO Nº 4958/2015 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIA.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município e demais dispositivos legais em vigor, e

Considerando requerimento do Município de Rio do Sul/SC, através do Ofício 078/2015GP, datado de 26 de outubro de 2015, tendo em vista a declaração de situação de emergência através do Decreto nº 4958/2015, para empréstimo temporário de um veículo caminhão hidrotrato e equipe para operá-lo, visando auxiliar na desobstrução de tubulações de drenagem, limpeza e restabelecimento do Município;

Considerando que o Município de Rio do Sul/SC não dispõe de veículos deste porte suficientes para fazer frente à situação de emergência em que se encontra;

Considerando orientação do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina frente à situação de emergência e calamidade pública;

Considerando as chuvas que ocasionaram enchentes e inundações no mês de outubro de 2015 e que atingiram principalmente o Alto Vale do Itajaí e de forma acentuada e grave a área urbana do Município de Rio do Sul/SC;

Considerando que não haverá prejuízo nos trabalhos da Secretaria de Saneamento e Meio Ambiente de Indaial/SC, durante o período de cedência do veículo caminhão hidrotrato e dos servidores para operá-lo.

DECRETA:

Art. 1º. Autoriza a utilização temporária do veículo Caminhão Hidrotrato de propriedade do Município de Indaial/SC, placa MHP-6226, Renavan 215403576, pelo Município de Rio do Sul/SC, em situação de emergência declarada pelo Decreto nº 4958/2015, de 23 de outubro de 2015.

Art. 2º. Autoriza os servidores Claudinei dos Santos Rufino, Marcionei da Rosa e Orivaldo Kunzer, que operam o veículo descrito no artigo anterior, a prestar serviços temporariamente ao Município de Rio do Sul/SC que se encontra em situação de emergência, visando a correta operação do veículo caminhão hidrotrato, no período de 27 a 30 de outubro de 2015, sem prejuízo de sua remuneração, sendo considerado este período de efetivo exercício de sua função pública.

Art. 3º. A cedência do veículo caminhão hidrotrato e dos servidores acima descritos ao Município de Rio do Sul/SC, justifica-se pela situação de emergência declarada através do Decreto nº 4958/2015 e demais motivos acima expostos, pelo período de 4 (quatro) dias, de 27 a 30 de outubro de 2015.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial (SC), 26 de outubro de 2015.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS
Prefeito

Publique-se na forma da Lei.

JOÃO VICENTE SCHROEDER
Chefe de Gabinete

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 184 ERRATA

MUNICÍPIO DE INDAIAL

ERRATA DE EDITAL

Processo Licitatório nº 184/2015

Pregão Presencial nº 072/2015-10430

Objeto: Contratação de seguros para frota de veículos, caminhões e tratores da prefeitura.

Entrega dos envelopes: 29/10/2015 as 08:15h.

Abertura das propostas: 29/10/2015 as 08:30h

Local: Avenida Getúlio Vargas, 126, Setor de Licitações.

Local para obtenção do Edital: o mesmo.

Maiores informações: (47) 3317 8856 ou 3317 8904

licitador@indaial.sc.gov.br – licitadora@indaial.sc.gov.br

www.indaial.sc.gov.br

Sérgio Almir dos Santos

Prefeito Municipal

Ipumirim

PREFEITURA

EXTRATO DA ATA DE REG. DE PREÇOS DO PL 57, PP 27-EQUIP. DE INFORMÁTICA/PM

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 27/2015

PROCESSO DE LICITAÇÃO 57/2015

O Município de Ipumirim, faz saber que está registrando preços nos termos do inciso II do art. 15 da Lei 8.666/93, em conformidade com as propostas classificadas no PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 27/2015, do PROCESSO Nº 57/2015, homologado aos 23 de outubro de 2015, cujo objeto é: aquisição de equipamentos de informática, destinado as atividades da Secretaria Municipal de Educação e demais órgãos da Administração Publica, para os itens constantes na atas abaixo elencadas, com características e condições de execução individualizadas no Memorial Descritivo constante no Anexo III do edital de licitação retrocitado.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 2015.57.8740
de 26 de outubro de 2015

FORNECEDOR: CONCÓRDIA SISTEMA LTDA, situada na RUA DOMINGOS MACHADO DE LIMA, Nº 776, BAIRRO: CENTRO, CEP: 89.700-000, município de CONCÓRDIA-SC, inscrita no CNPJ sob n. 05.055.328/0001-29 e no Cadastro de Contribuintes Estaduais n.254.388.809, representado pelo Senhor JEAN CARLO PERIN ZUCCHI, CPF:061.080.219-42.

Item	Descrição	Ref.	Qtde	Marca	Valor Unitário	Valor Total
4	Notebook tela 15.6 com as seguintes itens ou superiores - Processador Intel® Core™ i5-3230M Processor (3M Cachê, 2.6 GHz) - Sistema Operacional Windows® 7 Professional (64-bit) Original com etiqueta de autenticidade. - Memória 6GB Dual-Channel DDR3 1600MHz SDRAM - Mobile Intel® HM77 Express Chipset ou Intel® HM76 Express Chipset - Wireless Network 802.11b/g/n Wi-Fi - Disco rígido de 1 TB 5400 rpm 2.5 SATA - Network 10/100/1000 Gigabit Ethernet LAN (RJ-45 port) - Display 15.6 (1366×768 pixels) HD Active Matrix TFT Color LCD - Intel® HD 4000 DDR3 SDRAM Compartilhado - Optical Drive 8x DVD-Super Multi Double-Layer Drive - Portas Externas 3 USB 2.0, 1 HDMI, 1 VGA 1 RJ45 - Headphone/Speaker/Line-Out - Multi-gesture Touchpad - Leitor de cartão Multi-in-1 Digital Media Card Reader (Memory Stick, Memory Stick Pro, Multi Media Card, Secure Digital, xD-Picture Card) - High-Definition Audio com Auto falantes embutidos - Webcam Crystal Eye HD Webcam (1280 x 720) e microfone embutidos - Bateria 6-Celulas Lithium Ion (4400 mAh) - Garantia mínima de 2 (dois) anos - Modelo de referencia Acer Aspire E1-571-598P.	UN	25,00	ACER E1-571/598P	2.605,00	65.125,00
Valor Total Registrado					R\$ 65.125,00	

As ata retrocitada possui vigência de 12 (doze) meses.

REPUBLIÇÃO DECRETO N.º 2171 DE 20 DE OUTUBRO DE 2015

REAJUSTA TABELA PRÓPRIA PARA A REMUNERAÇÃO DE SERVIÇOS REALIZADOS COM EQUIPAMENTOS DO MUNICÍPIO DE IPUMIRIM E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, que lhe são conferidas por lei e de conformidade com o que preceitua o art. 3º, da Lei Municipal 1744 de 18 de setembro de 2014.

DECRETA

Art. 1º. Ficam reajustados os valores da tabela própria para remuneração de serviços realizados com máquinas e equipamentos do Município de Ipumirim, constantes no anexo I da presente decreto;

Art. 2º. O índice utilizado para o reajuste foi INPC acumulado nos últimos 12 meses, correspondente a 9,9038%, conforme discriminado no anexo II;

Art. 3º. Os valores serão arredondados com o objetivo de facilitar o cálculo;

Art. 4º. O presente decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ipumirim-SC, 20 de outubro de 2015

VALDIR ZANELLA

Prefeito Municipal

ANEXO I

EQUIPAMENTO	UNIDADE DE MEDIDA	VALOR UNITÁRIO	VALOR ARREDONDADO
RetroEscavadeira	Hora Máquina (HM)	R\$ 54,95	R\$ 55,00
Trator de Esteira	Hora Máquina (HM)	R\$ 87,92	R\$ 88,00
Pá Carregadeira	Hora Máquina (HM)	R\$ 71,43	R\$ 71,50
Moto Niveladora	Hora Máquina (HM)	R\$ 87,92	R\$ 88,00
Caminhão	Quilômetro (Km)	R\$ 1,42	R\$ 1,45
Trator de Pneus	Hora Máquina (HM)	R\$ 32,97	R\$ 33,00
Silagem	Hora Máquina (HM)	R\$ 54,95	R\$ 55,00
Rolo Compactador manual	Hora Máquina (HM)	R\$ 32,97	R\$ 33,00
Rolo Compactador motorizado	Hora Máquina (HM)	R\$ 43,96	R\$ 44,00
Escavadeira Hidráulica	Hora Máquina (HM)	R\$ 87,92304	R\$ 88,00
Mini Carregadeira	Hora Máquina (HM)	R\$ 43,96	R\$ 44,00

Ipumirim-SC, 20 de outubro de 2015

VALDIR ZANELLA

Prefeito Municipal

ANEXO II

Mês/ano	Índice do mês (em %)	Índice acumulado no ano (em %)	Índice acumulado nos últimos 12 meses (em %)	Número índice acumulado a partir de Jan/93
Set/2015	0,51	8,2395	9,9038	1.167,5323
Ago/2015	0,25	7,6902	9,8820	1.161,6081
Jul/2015	0,58	7,4217	9,8052	1.158,7113
Jun/2015	0,77	6,8022	9,3140	1.152,0295
Mai/2015	0,99	5,9861	8,7607	1.143,2267
Abr/2015	0,71	4,9472	8,3407	1.132,0197
Mar/2015	1,51	4,2073	8,4160	1.124,0390
Fev/2015	1,16	2,6572	7,6791	1.107,3185
Jan/2015	1,48	1,4800	7,1256	1.094,6209
Dez/2014	0,62	6,2283	6,2283	1.078,6568

Nov/2014	0,53	5,5737	6,3338	1.072,0103
Out/2014	0,38	5,0171	6,3444	1.066,3586
Set/2014	0,49	4,6196	6,5881	1.062,3218

Ipumirim-SC, 20 de outubro de 2015
VALDIR ZANELLA
Prefeito Municipal

ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DO PL 57, PP 27-2015/PM

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM CNPJ: 82.814.575/0001-02 AV. DOM PEDRO II, 230 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 27/2015 - PR
	Processo Administrativo: Processo de Licitação: 57/2015 Data do Processo: 28/09/2015

Folha: 1/2

OBJETO DA LICITAÇÃO:

aquisição de equipamentos de informática, destinado as atividades da Secretaria Municipal de Educação e demais órgãos da Administração Pública.

ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DE PROPOSTAS Nr. 38/2015 (Sequência: 2)

Ao(s) 15 de Outubro de 2015, às 09:00 horas, na sede da(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pela(o) Decreto nº 1644/2009, para julgamento das propostas de preço das proponentes habilitadas para fornecimento e/ou execução dos itens descritos no Processo Licitatório nº 57/2015, Licitação nº 27/2015 - PR, na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL.

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das propostas para estudo e análise de preço e outros fatores previstos no edital. Logo após julgadas as propostas, a comissão emitiu o parecer discriminando o(s) vencedor(es), conforme segue abaixo:

Parecer da Comissão: Aos quinze dias do mês de outubro de 2015, às nove horas, o Pregoeiro Laudecir Francio e a servidora Jucilene Goldoni Caliani, membros da Equipe de Apoio, designados pelo Decreto nº 1644/2009, deram abertura ao julgamento dos envelopes de Proposta Comercial e Documentação de Habilitação, referentes à Licitação em epígrafe. Apresentaram-se para participar do certame as empresas: ATUAL INFORMÁTICA E ASSISTÊNCIA TÉCNICA LTDA, MB CATARINENSE LTDA ME, FULLTECH EQUIPAMENTOS LTDA - ME e CONCÓRDIA SISTEMAS LTDA. Aberta a sessão pública pelo Pregoeiro, o mesmo solicitou que os representantes apresentassem a documentação comprobatória de posse de poderes para representar suas empresas e ofertarem lances verbais, nos termos do item 3.4 e seus subitens, do Edital. Assim o fez, o Srº GIOVANI FRANKEN, sócio gerente da empresa ATUAL INFORMÁTICA E ASSISTÊNCIA TÉCNICA LTDA, o Srº ROBSON LUIS GARBIN procurador da empresa FULLTECH EQUIPAMENTOS LTDA - ME, o Srº FÁBIO MARLON MACHADO representante credenciado da empresa MB CATARINENSE LTDA ME, e o Srº JEAN CARLO PERIN ZUCCHI procurador da empresa CONCÓRDIA SISTEMAS LTDA. Indagados pelo Pregoeiro sobre a opção de Microempresa, todas as empresas acima citadas apresentaram a declaração como optantes de Microempresas. Na sequência, foi observado a apresentação da declaração de cumprimento do disposto no inciso VII do art. 4º da Lei 10.520/2002, ou seja, apresentar declaração verbal ou escrita de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação, assim sendo as empresas apresentaram a declaração na forma escrita. Ato contínuo foi aberto o envelope nº 1 - Proposta Comercial os quais foram rubricados pelo Pregoeiro, a equipe de apoio e os representantes legais das licitantes. Na análise da proposta constatou-se que as empresas apresentaram as propostas conforme exigências do presente Edital, estando habilitadas para as fases seguintes do certame. Por conseguinte, o Pregoeiro deu início à fase dos lances verbais, os quais estão registrados em planilhas anexo ao presente auto. Ato contínuo procedeu-se à abertura do Envelope nº 2 - Documentação de habilitação da licitante vencedora, sendo que os documentos neles contidos foram conferidos e rubricados pelo Pregoeiro, a equipe de apoio e os representantes legais das licitantes. Na análise da documentação, constatou-se que a empresa apresentou a documentação conforme o presente Edital. Após análise criteriosa da documentação do presente certame, pelos participantes presentes, as partes não manifestaram qualquer objeção, inclusive quanto ao interesse de recorrer, renunciando de forma expressa este último. Deixada a palavra livre, ninguém mais fez uso da mesma, nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão, com a presente Ata aprovada e assinada pelo Pregoeiro, a equipe de apoio e os representantes legais das empresas presente ao final da sessão.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM

CNPJ: 82.814.575/0001-02
 AV. DOM PEDRO II, 230
 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC

PREGÃO PRESENCIAL
Nr.: 27/2015 - PR

Processo Administrativo:
 Processo de Licitação: 57/2015
 Data do Processo: 28/09/2015

Folha: 2/2

Participante: 8740 - CONCÓRDIA SISTEMA LTDA

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
4	<p>Notebook tela 15.6 com as seguintes itens ou superiores</p> <ul style="list-style-type: none"> - Processador Intel® Core™ i5-3230M Processor (3M Cache, 2.6 GHz) - Sistema Operacional Windows® 7 Professional (64-bit) Original com etiqueta de autenticidade. - Memória 6GB Dual-Channel DDR3 1600MHz SDRAM - Mobile Intel® HM77 Express Chipset ou Intel® HM76 Express Chipset - Wireless Network 802.11b/g/n Wi-Fi - Disco rígido de 1 TB 5400 rpm 2.5 SATA - Network 10/100/1000 Gigabit Ethernet LAN (RJ-45 port) - Display 15.6 (1366×768 pixels) HD Active Matrix TFT Color LCD - Intel® HD 4000 DDR3 SDRAM Compartilhado - Optical Drive 8x DVD-Super Multi Double-Layer Drive - Portas Externas 3 USB 2.0, 1 HDMI, 1 VGA 1 RJ45 - Headphone/Speaker/Line-Out - Multi-gesture Touchpad - Leitor de cartão Multi-in-1 Digital Media Card Reader (Memory Stick, Memory Stick Pro, Multi Media Card, Secure Digital, xD-Picture Card) - High-Definition Audio com Auto falantes embutidos - Webcam Crystal Eye HD Webcam (1280 x 720) e microfone embutidos - Bateria 6-Celulas Lithium Ion (4400 mAh) - Garantia mínima de 2 (dois) anos <p>- Modelo de referencia Acer Aspire E1-571-598P.</p>	UN	25,00	ACER E1-571/598P	0,0000	2.605,00	65.125,00

Total do Participante —————> 65.125,00

Total Geral —————> 65.125,00

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião de julgamento, da qual foi assinada a presente ata pela Comissão de Licitação e pelos representantes das proponentes.

Ipumirim, 15 de Outubro de 2015

COMISSÃO:

LAUDECIRO FRANCO - - Pregoeiro(a)

JUCILENE GOLDONI CALIARI - - Equipe de Apoio

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DO PL 57, PP 27-2015/PM

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM CNPJ: 82.814.575/0001-02 AV. DOM PEDRO II, 230 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 27/2015 - PR
	Processo Administrativo: Processo de Licitação: 57/2015 Data do Processo: 28/09/2015

Folha: 1/2

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito Municipal, VALDIR ZANELLA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 57/2015
- b) Licitação Nr.: 27/2015-PR
- c) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
- d) Data Homologação: 23/10/2015
- e) Objeto da Licitação: aquisição de equipamentos de informática, destinado as atividades da Secretaria Municipal de Educação e demais órgãos da Administração Pública.

(em Reais R\$)

f) Fornecedores e Itens declarados Vencedores (cfe. cotação) Unid. Quantidade Descdo (%) Preço Unitário Total do Item

Ipumirim, 23 de Outubro de 2015.

VALDIR ZANELLA
PREFEITO MUNICIPAL

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM

CNPJ: 82.814.575/0001-02
 AV. DOM PEDRO II, 230
 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC

PREGÃO PRESENCIAL
Nr.: 27/2015 - PR

Processo Administrativo:
 Processo de Licitação: 57/2015
 Data do Processo: 28/09/2015

Folha: 2/2

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

CONCÓRDIA SISTEMALTD A (8740)

4 Notebook tela 15.6 com as seguintes itens ou superiores UN 25,00 0,0000 2.605,00 65.125,00

- Processador Intel® Core™ i5-3230M Processor (3M Cache, 2,6 GHz)
- Sistema Operacional Windows® 7 Professional (64-bit) Original com etiqueta de autenticidade.
- Memória 6GB Dual-Channel DDR3 1600MHz SDRAM
- Mobile Intel® HM77 Express Chipset ou Intel® HM76 Express Chipset
- Wireless Network 802.11b/g/n Wi-Fi
- Disco rígido de 1 TB 5400 rpm 2.5 SATA
- Network: 10/100/1000 Gigabit Ethernet LAN (RJ-45 port)
- Display 15.6 (1366x768 pixels) HD Active Matrix TFT Color LCD
- Intel® HD 4000 DDR3 SDRAM Compartilhado
- Optical Drive 8x DVD-Super Multi Double-Layer Drive
- Portas Externas 3 USB 2.0, 1 HDMI, 1 VGA 1 RJ45
- Headphone/Speaker/Line-Out
- Multi-gesture Touchpad
- Leitor de cartão Multi-in-1 Digital Media Card Reader (Memory Stick, Memory Stick Pro, Multi Media Card, Secure Digital, xD-Picture Card)
- High-Definition Audio com Auto falantes embutidos
- Webcam Crystal Eye HD Webcam (1280 x 720) e microfone embutidos
- Bateria 6-Cellulas Lithium Ion (4400 mAh)
- Garantia mínima de 2 (dois) anos
- Modelo de referencia Acer Aspire E1-571-598P, - Marca: ACER E1-571/598P

Total do Fornecedor: 65.125,00

Total Geral: 65.125,00

Ipumirim, 23 de Outubro de 2015.

 VALDIR ZANELLA
 PREFEITO MUNICIPAL

Irineópolis

PREFEITURA

EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 54/2015 - PM

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 54/2015
CREDENCIAMENTO Nº 04/2015

O Município de Irineópolis, torna público para conhecimento dos interessados que realizará no período de 29/10/2015 a 28/10/2020, Processo Licitatório na Modalidade Credenciamento, de acordo com a Lei nº 8.666/93, visando "CREDENCIAMENTO DE EMPRESAS PARA A EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE PAVIMENTAÇÃO DAS VIAS PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE IRINEÓPOLIS/SC, POR SISTEMA DE MUTIRÃO, DE ACORDO COM A LEI MUNICIPAL N.º 1.803/2014, SEM CRITÉRIOS DE EXCLUSIVIDADE, COMPREENDENDO TODAS AS ATIVIDADES, AO LONGO DO PERÍODO DO CREDENCIAMENTO PARA O SEGUINTE TIPO DE PAVIMENTAÇÃO: BLOCOS DE CONCRETO SEXTAVADO, ASSENTADO SOB COLCHÃO DE AREIA, BOCA DE LOBO, MEIO FIO E TUBOS". O edital de Licitação encontra-se a disposição dos interessados, no Departamento de Licitações, no horário das 08:30 às 11:30 e das 13:00 às 15:00, sita a Rua Paraná, nº 200, Centro, Irineópolis SC, Fone 47 3625-1111 e 3625-1144, no site www.irineopolis.sc.gov.br.

Irineópolis, 26 de outubro de 2015.
JULIANO POZZI PEREIRA
Prefeito Municipal

EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 53/2015 - DECLARAÇÃO DE DISPENSA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 05/2015
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 04/2015
DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Irineópolis, através do presidente da Comissão Permanente de Licitações, declara que o Exmo. Sr. Prefeito Municipal, nos termos do artigo 24, caput e inciso II, da Lei nº. 8.666/93, declarou a dispensa de licitação, para ELABORAÇÃO DO PLANO DE GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS, EM ATENDIMENTO AS DIRETRIZES NACIONAIS PARA O SANEAMENTO BÁSICO, CONFORME LEI Nº 11.445/2007.

A presente declaração encontra-se plenamente fundamentada, consoante se denota da justificativa elaborada pela Comissão de Licitações, bem como em razão dos documentos que instruíram o processo, sendo que em relação ao preço, o mesmo está de acordo com o praticado no mercado.

Nos termos do art. 109, da Lei nº. 8.666/93, fica aberto o prazo de 05 (cinco) dias úteis para a apresentação de recurso, representação ou impugnação.

Irineópolis (SC), 22 de outubro de 2015.
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 53/2015 - DESPACHO PREFEITO MUNICIPAL

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS
PROCESSO LICITATÓRIO N.º 53/2015
DISPENSA N.º 04/2015
DESPACHO DO PREFEITO MUNICIPAL

Objeto: ELABORAÇÃO DO PLANO DE GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS, EM ATENDIMENTO AS DIRETRIZES NACIONAIS PARA O SANEAMENTO BÁSICO, CONFORME LEI Nº 11.445/2007.

Aprovo a justificativa da Comissão Permanente de Licitações, constante do processo administrativo em epígrafe, para nos termos do artigo 24, caput e inciso II da Lei nº. 8.666/93, declarar a Dispensa de licitação para ELABORAÇÃO DO PLANO DE GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS, EM ATENDIMENTO AS DIRETRIZES NACIONAIS PARA O SANEAMENTO BÁSICO, CONFORME LEI Nº 11.445/2007. O processo em epígrafe encontra respaldo legal no artigo supra citado.

Conforme consta dos autos, o preço se apresenta compatível com o praticado pelo mercado.

Cumpra-se.

Irineópolis, 22 de outubro de 2015
Juliano Pozzi Pereira
Prefeito Municipal

EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 53/2015 - JUSTIFICATIVA DE DISPENSA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS
PROCESSO LICITATÓRIO N.º 53/2015
DISPENSA N.º 04/2015

JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Caracterização da Situação: contratação da empresa Majoa Consultoria em Gestão Pública Ltda ME, para elaboração do plano de gerenciamento de resíduos sólidos urbanos, em atendimento as diretrizes nacionais para o saneamento básico, conforme LEI Nº 11.445/2007. Razão da Escolha: visar atender as diretrizes nacionais da Lei nº 11.445/2007 através da elaboração do Plano Municipal de Gerenciamento de Resíduos Sólidos.

FUNDAMENTO LEGAL: Amparado no artigo 24, inciso II da Lei Federal nº 8.666/93, consolidada, justifica-se o presente certame através de dispensa de licitação com fulcro no artigo 24 "caput", "para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez". Assim, a contratação encontra respaldo legal no art. 24, caput e inc. II da Lei n.º 8.666/93. DO PREÇO E SUA JUSTIFICATIVA: O valor a ser pago a empresa contratada é de R\$ 12.000,00 (doze mil reais) no total, pagos em até 06 (seis) parcelas no valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) cada. A presente dispensa encontra respaldo no art. 24, II, da Lei 8.666/93. É a justificativa que submetemos à apreciação de Vossa Excelência.

DOTAÇÕES ORÇAMENTARIAS: A dotação a ser utilizada para contabilização da respectiva despesa é: Projeto Atividade – 2018 – Manutenção do Transporte Rodoviário – 3.3.90.00.00.00.00.0100 – Aplicações Diretas.

É a justificativa que submetemos à apreciação de Vossa Excelência. Irineópolis, 22 de outubro de 2015.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Itá

PREFEITURA

AVISO DE PROCESSO LICITATÓRIO Nº 055/2015, PREGÃO PRESENCIAL Nº 037/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ITÁ

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 055/2015

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 037/2015

A Prefeita Municipal de Itá - SC, torna público que fará realizar licitação, na modalidade Pregão Presencial, no dia 11 de novembro de 2015, para contratação de serviço de transporte escolar de alunos do ensino infantil, fundamental e médio da rede de ensino municipal para o ano letivo 2015, Linha 02. As propostas serão recebidas até as 08h30min do dia 11 de novembro de 2015 e abertas às 08h30min nesta mesma data. O edital encontra-se disponível no site "www.ita.sc.gov.br" as demais informações poderão ser obtidas diariamente na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda e pelo telefone (49) 3458-9508. Itá - SC, 26 de outubro de 2015.

LEIDE MARA BENDER

Prefeita Municipal

Itaiópolis

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - PR Nº 40/2015

Processo Licitatório nº 56/2015 – Pregão Presencial nº 40/2015 – Objeto: Registro de Preços para aquisição de pneus novos, para os veículos das Secretarias de Educação e, Viação e Obras Públicas. LOCAL/DATA E HORÁRIO PARA ENTREGA DOS ENVELOPES: Avenida Getúlio Vargas, 308, 3º Piso, Centro, Itaiópolis – SC, no Departamento de Compras e Licitações, junto a Prefeitura Municipal, no dia 11 de novembro de 2015, até as 09h20min. ABERTURA DOS ENVELOPES: no dia 11 de novembro de 2015, as 09h30min. O Edital estará à disposição dos interessados, no endereço acima mencionado ou pelo Site www.itaioptis.sc.gov.br. Itaiópolis, 22 de outubro de 2015. José Heraldo Schritke
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO – PR Nº 36/2015

Processo Licitatório nº 51/2015 – Pregão Presencial nº 36/2015 – Objeto: contratação de Instituição Financeira, Oficial ou Privada, para prestação de serviços bancários, com exclusividade, para o pagamento de salários dos servidores da Administração Direta e Indireta, Fundos e Fundação, do Município de Itaiópolis e operações de empréstimos consignados (sem exclusividade) em folha de pagamento dos servidores. CONTRATO nº 120/2015. CONTRATADA: Caixa Econômica Federal. Valor a ser pago para o Contratante: R\$ 532.000,00. PRAZO: 60 meses, a contar da assinatura e publicação do Contrato. Itaiópolis, 26/10/2015. José Heraldo Schritke Prefeito Municipal.

Itapoá

PREFEITURA

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 43/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ
EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 43/2015

Contratante: Município de Itapoá/SC.

Contratada: METROMED COMÉRCIO DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA, com sede à Estrada Boa Esperança, nº 1918, Bairro: Fundo Canoas, na cidade de Rio do Sul/SC, CEP: 89.163-920, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 83.157.032/0001-22, e Inscrição Estadual nº 252.244.710, representada neste ato por procurador, o Sr. SANDRO FÁBIO GIRARDI, portador do CNPF/MF nº 806.811.159-04, e do CI.RG nº 7R/2.495.315 SSP/SC.

Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº 48/2015 - REGISTRO DE PREÇOS Nº 20/2015 - PROCESSO Nº 76/2015.

Objeto: Aquisição de material de procedimento para uso nas Unidades Básicas de Saúde (PSF), Pronto Atendimento 24hrs e Centro de Reabilitação, conforme especificações constantes no Edital e seus Anexos.

VALOR R\$: 15.876,50 (quinze mil oitocentos e setenta e seis reais e cinquenta centavos).

DATA DA ASSINATURA: 22/10/2015.

PRAZO DE VIGÊNCIA: A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 01 (um) ano, a partir da sua publicação.

BASE LEGAL: Lei 8.666/93, alterada pela Lei 8.883/94.

Itapoá, 26 de outubro de 2015.

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 44/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ
EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 44/2015

Contratante: Município de Itapoá/SC.

Contratada: ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA, com sede à Estrada Boa Esperança, nº 2320, Bairro: Fundo Canoas, na cidade de Rio do Sul/SC, CEP: 89.163-554, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.802.002/0001-02, e Inscrição Estadual nº 253.148.995, representada neste ato por procurador, o Sr. MAICON CORDOVA PEREIRA, portador do CNPF/MF nº 015.886.939-70, e do CI.RG nº 3.242.195 SSP/SC.

Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº 48/2015 - REGISTRO DE PREÇOS Nº 20/2015 - PROCESSO Nº 76/2015.

Objeto: Aquisição de material de procedimento para uso nas Unidades Básicas de Saúde (PSF), Pronto Atendimento 24hrs e Centro de Reabilitação, conforme especificações constantes no Edital e seus Anexos.

VALOR R\$: 748,00 (setecentos e quarenta e oito reais).

DATA DA ASSINATURA: 22/10/2015.

PRAZO DE VIGÊNCIA: A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 01 (um) ano, a partir da sua publicação.

BASE LEGAL: Lei 8.666/93, alterada pela Lei 8.883/94.

Itapoá, 26 de outubro de 2015.

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 45/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ
EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 45/2015

Contratante: Município de Itapoá/SC.

Contratada: PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, com sede à Rua Colibri, nº 425, Bairro: Salto Weissbach, na cidade de Blumenau/SC, CEP: 89.032-235, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.505.236/0001-40, e Inscrição Estadual nº 253.962.625, representada neste ato por sócia, a Sra. MARILEUSA APARECIDA STINGHEN, portadora do CNPF/MF nº 633.595.539-34, e do CI.RG nº 7/R-1 897.105 SSP/SC.

Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº 48/2015 - REGISTRO DE PREÇOS Nº 20/2015 - PROCESSO Nº 76/2015.

Objeto: Aquisição de material de procedimento para uso nas Unidades Básicas de Saúde (PSF), Pronto Atendimento 24hrs e Centro de Reabilitação, conforme especificações constantes no Edital e seus Anexos.

VALOR R\$: 37.174,85 (trinta e sete mil cento e setenta e quatro reais e oitenta e cinco centavos).

DATA DA ASSINATURA: 22/10/2015.

PRAZO DE VIGÊNCIA: A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 01 (um) ano, a partir da sua publicação.

BASE LEGAL: Lei 8.666/93, alterada pela Lei 8.883/94.

Itapoá, 26 de outubro de 2015.

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 46/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ
EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 46/2015

Contratante: Município de Itapoá/SC.

Contratada: PLASMEDIC COMÉRCIO DE MATERIAIS PARA USO MÉDICO E LABORATORIAL EIRELI, com sede à Avenida Maurício Cardoso, nº 706, Centro, na cidade de Erechim/RS, CEP: 99.700-450, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.200.303/0001-22, e Inscrição Estadual nº 039/0140279, representada neste ato por sócio administrador, o Sr. NÉDIO JUSTINO MASSOCHIN JUNIOR, portador do CNPF/MF nº 010.448.960-00, e do CI.RG nº 4092420878 SSP/RS.

Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº 48/2015 - REGISTRO DE PREÇOS Nº 20/2015 - PROCESSO Nº 76/2015.

Objeto: Aquisição de material de procedimento para uso nas Unidades Básicas de Saúde (PSF), Pronto Atendimento 24hrs e Centro de Reabilitação, conforme especificações constantes no Edital e seus Anexos.

VALOR R\$: 12.133,50 (doze mil cento e trinta e três reais e cinquenta centavos).

DATA DA ASSINATURA: 22/10/2015.

PRAZO DE VIGÊNCIA: A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 01 (um) ano, a partir da sua publicação.

BASE LEGAL: Lei 8.666/93, alterada pela Lei 8.883/94.

Itapoá, 26 de outubro de 2015.

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 47/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 47/2015

Contratante: Município de Itapoá/SC.

Contratada: EFETIVE PRODUTOS MÉDICOS HOSPITALARES LTDA, com sede à Rua das Carmelitas, nº 634, Vila Hauer, na cidade de Curitiba/PR, CEP: 81.610-070, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 11.101.480/0001-01, e Inscrição Estadual nº 90492848-85, representada neste ato por procurador, o Sr. CLÁUDIO JOSÉ DOS SANTOS, portador do CNPF/MF nº 035.501.499-80, e do CI.RG nº 8.300.579-3 SSP/PR.

Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº 48/2015 - REGISTRO DE PREÇOS Nº 20/2015 - PROCESSO Nº 76/2015.

Objeto: Aquisição de material de procedimento para uso nas Unidades Básicas de Saúde (PSF), Pronto Atendimento 24hrs e Centro de Reabilitação, conforme especificações constantes no Edital e seus Anexos.

VALOR R\$: 40.045,20 (quarenta mil quarenta e cinco reais e vinte centavos).

DATA DA ASSINATURA: 22/10/2015.

PRAZO DE VIGÊNCIA: A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 01 (um) ano, a partir da sua publicação.

BASE LEGAL: Lei 8.666/93, alterada pela Lei 8.883/94.

Itapoá, 26 de outubro de 2015.

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: TERMO DE CONVOCAÇÃO 002/2015 DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL Nº 045/2015

TERMO DE CONVOCAÇÃO 002/2015 DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO

EDITAL Nº 045/2015

Alessandra Silveira Oliveira, no uso de suas atribuições legais CONVOCA as candidatas Gabriela Inês Kummer Rezende da Silva e Silvana Leoni Ogg para comparecerem ao Departamento de Recursos Humanos, na sede da Prefeitura, no prazo de 05 (cinco) dias contados da publicação, a fim de manifestar interesse pela nomeação mediante a apresentação dos documentos abaixo relacionados:

1. Cédula de Identidade (RG);
2. Cadastro de Pessoa Física (CPF);
3. Título de Eleitor;
4. Certidão de Quitação Eleitoral (internet);
5. Certidão de nascimento ou casamento;
6. Carteira de Trabalho com Inscrição de Pis/Pasep;
7. Uma foto ¾ recente;
8. Comprovante de residência;
9. Comprovante de Escolaridade exigido no edital para o cargo;
10. Certidão de Antecedentes Criminais (emitido pelo Fórum de Itapoá/SC);
11. Certidão de Nascimento dos Filhos;
12. Certidão de Regularização do CPF (internet);
13. Declaração negativa de acumulação de cargo público ou de acumulação pela constituição. (prefeitura fornece);
14. Declaração de bens e ou IRRF (prefeitura fornece);
15. Declaração de não ter sofrido processo disciplinar (prefeitura fornece);
16. Declaração de dependentes para Imposto de Renda (Prefeitura fornece);
17. Tipagem sanguínea;
18. Laudo médico;
19. Nº Conta corrente na Caixa Econômica Federal Itapoá.

Itapoá, 26 de Outubro de 2015

Alessandra Silveira Oliveira

Secretária da Assistência Social Itapoá

Ituporanga

PREFEITURA

DECRETO Nº 459, de 21 de outubro de 2015.

DECRETO Nº 459, de 21 de outubro de 2015.

Declara SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA nas áreas do município afetadas por CHUVAS INTENSAS – 1.3.2.1.4.

O Senhor ARNO ALEX ZIMMERMANN FILHO, Prefeito do Município de Ituporanga, localizado no Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica do Município de Ituporanga de 30 de março de 1990, e pelo Inciso VI do artigo 8º da Lei Federal nº. 12.608 de 10 de abril de 2012,

CONSIDERANDO:

I – Que a ocorrência de chuvas intensas, ocorridas no dia 21 de outubro de 2015, a partir de 4h30min provocaram inundação com conseqüentes danos em Bairros da Área Urbana e localidades de Área Rural com danos severos para agricultura, pecuária e piscicultura, provocando ainda deslizamentos de solo em Área Urbana e Rural, conforme FIDE (Formulário de Informações do Desastre);
II – Que em decorrência dos danos, houve desabrigados, desalojados e feridos, além de danos materiais consistentes em danos à obras de infraestrutura pública e perdas significativas na agricultura, pecuária e piscicultura.

III – Que o parecer da Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil – COMPDEC, relatando a ocorrência deste desastre é favorável à declaração de Situação de Emergência.

DECRETA:

Art. 1º. Fica declarada Situação de Emergência nas áreas do município contidas no Formulário de Informações do Desastre – FIDE e demais documentos anexos a este Decreto, em virtude do desastre classificado e codificado como CHUVAS INTENSAS - COBRADE – 1.3.2.1.4, conforme IN/MI nº 01/2012, de 30 de agosto de 2012.

Art. 2º. Autoriza-se a mobilização de todos os órgãos municipais para atuarem sob a coordenação da Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil – COMPDEC, nas ações de Resposta ao Desastre, reabilitação do cenário e reconstrução.

Art. 3º. Autoriza-se a convocação de voluntários para reforçar as ações de resposta ao desastre, e a realização de campanhas de arrecadação de recursos junto à comunidade, com o objetivo de facilitar as ações de assistência à população afetada pelo desastre, sob a coordenação da Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil – COMPDEC.

Art. 4º. De acordo com o estabelecido nos incisos XI e XXV do artigo 5º da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, autoriza-se as autoridades administrativas e os agentes de defesa civil, diretamente responsáveis pelas ações de resposta ao desastre, em caso de risco iminente a:

I - penetrar nas casas, para prestar socorro ou para determinar a pronta evacuação;

II - usar de propriedade particular, no caso de iminente perigo, assegurada ao proprietário indenização ulterior, se houver dano.

Parágrafo único: Será responsabilizado o agente da defesa civil ou autoridade administrativa que se omitir de suas obrigações, relacionadas com a segurança global da população.

Art. 5º. De acordo com o estabelecido no artigo 5º do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, autoriza-se o início a processos de desapropriação, por utilidade pública, de propriedades particulares comprovadamente localizadas em áreas de risco intensificado de desastre.

§ 1º. No processo de desapropriação, deverão ser consideradas a depreciação e a desvalorização que ocorrem em propriedades

localizadas em áreas inseguras.

§ 2º. Sempre que possível essas propriedades serão trocadas por outras situadas em áreas seguras, e o processo de desmontagem e de reconstrução das edificações, em locais seguros, será apoiado pela comunidade.

Art. 6º. Com base no Inciso IV do artigo 24 da Lei nº. 8.666 de 21/06/1993, sem prejuízo das restrições da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/2000), ficam dispensados de licitação os contratos de aquisição de bens necessários às atividades de resposta ao desastre, de prestação de serviços e de obras relacionadas com a reabilitação dos cenários do desastre, desde que possam ser concluídas no prazo máximo de cento e oitenta dias consecutivos e ininterruptos, contados a partir da caracterização do desastre, vedada a prorrogação dos contratos.

Art. 7º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, devendo vigor pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito aos vinte e um dias do mês de outubro de 2015.

ARNO ALEX ZIMMERMANN FILHO

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 460, DE 21 DE OUTUBRO DE 2015

DECRETO N.460, DE 21 DE OUTURO DE 2015

O Senhor ARNO ALEX ZIMMERMANN FILHO, Prefeito do Município de Ituporanga, localizado no Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica do Município de Ituporanga de 30 de março de 1990;

CONSIDERANDO que o Município de Ituporanga decretou situação de emergência em razão das chuvas e das enchentes que assolam o seu território.

CONSIDERANDO que estradas de interior e vias de circulação urbana não pavimentadas foram danificadas pelas chuvas e por deslizamentos de terra, dificultando e impedindo a circulação de veículos, produção agrícola, insumos, transporte escolar e outros.

CONSIDERANDO a necessidade de obras para adequar a situação dessas vias e restabelecer a circulação no âmbito do Município.

CONSIDERANDO que o Código de Minas (Decreto-Lei n. 322/1967) estabelece a possibilidade de o Município extrair produtos minerais sem observância de formalidades legais:

Art. 2º. Os regimes de aproveitamento das substâncias minerais, para efeito deste Código, são

I - regime de concessão, quando depender de portaria de concessão do Ministro de Estado de Minas e Energia

II - regime de autorização, quando depender de expedição de alvará de autorização do Diretor-Geral do Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM;

III - regime de licenciamento, quando depender de licença expedida em obediência a regulamentos administrativos locais e de registro da licença no Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM

IV - regime de permissão de lavra garimpeira, quando depender de portaria de permissão do Diretor-Geral do Departamento Nacional

de Produção Mineral - DNPM;
V - regime de monopolização, quando, em virtude de lei especial, depender de execução direta ou indireta do Governo Federal
Parágrafo único. O disposto neste artigo não se aplica aos órgãos da administração direta e autárquica da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, sendo-lhes permitida a extração de substâncias minerais de emprego imediato na construção civil, definidas em Portaria do Ministério de Minas e Energia, para uso exclusivo em obras públicas por eles executadas diretamente, respeitados os direitos minerários em vigor nas áreas onde devam ser executadas as obras e vedada a comercialização.

CONSIDERANDO os precedentes jurisprudenciais autorizando a dispensa de licença para extração de minerais, com vistas à realização de obras em estradas municipais:

PROCESSO PENAL. CRIME CONTRA O MEIO AMBIENTE E ORDEM ECONÔMICA. PREFEITO MUNICIPAL. EXTRAÇÃO DE MINERAIS SEM AUTORIZAÇÃO. UTILIZAÇÃO PARA OBRAS EM ESTRADAS MUNICIPAIS. ATIPICIDADE DA CONDUTA. PRECEDENTES. REJEIÇÃO DA DENÚNCIA. 2. Consoante a jurisprudência da 4ª Seção desta Corte, a Lei nº 9.827/99, acrescentando o parágrafo único ao artigo 2º do Decreto-Lei nº 227/67, descriminalizou (em relação aos municípios) a conduta de extrair minerais sem autorização legal, desde que empregados em obras públicas. 3. In casu, o saibro foi extraído para ser utilizado na conservação de estradas municipais, o que exclui a tipicidade da conduta (TRF-4 - INQ: 952 RS 2006.04.00.000952-2, Relator: ÉLCIO PINHEIRO DE CASTRO, Data de Julgamento: 18/06/2007, QUARTA SEÇÃO, Data de Publicação: D.E. 22/06/2007)

NOTÍCIA CRIME. PROCESSO PENAL. CRIME CONTRA O MEIO AMBIENTE E ORDEM ECONÔMICA. LEIS N.º 9.605/98 E 8.176/91. PREFEITO MUNICIPAL. EXTRAÇÃO DE CASCALHO SEM AUTORIZAÇÃO. UTILIZAÇÃO PARA OBRAS EM ESTRADAS MUNICIPAIS. ATIPICIDADE DA CONDUTA. PRECEDENTES. REJEIÇÃO DA DENÚNCIA. É pacífica a jurisprudência desta Corte no sentido de que a conduta de extração de cascalho pela municipalidade, para emprego em obras públicas por ela executadas, é atípica. Descriminalização da conduta operada pela Lei nº 9.827, de 27 de outubro de 1999, que acrescentou o parágrafo único ao artigo 2º do Decreto-Lei nº 227/67. Denúncia rejeitada (TRF-4 - NOTCRI: 46402 RS 2005.04.01.046402-3, Relator: MARIA DE FÁTIMA FREITAS LABARRÈRE, Data de Julgamento: 26/10/2006, QUARTA SEÇÃO, Data de Publicação: DJ 01/11/2006 PÁGINA: 477).

RECURSO ESPECIAL Nº 1.022.247 - RS (2008/0009751-0) RELATOR : MINISTRO NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO RECORRENTE : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL RECORRIDO : LAIR GRANDO RECORRIDO : ADEMIR JOSE PECCIN RECORRIDO : MUNICÍPIO DE DOIS LAJEADOS ADVOGADO : GILMAR MARINA (...) 2. Consoante a jurisprudência da 4a. Seção desta Corte, a Lei 9.827/99, acrescentando o parágrafo único ao artigo 2o. do Decreto-Lei 227/67, descriminalizou (em relação aos municípios) a conduta de extrair minerais sem autorização legal, desde que empregados em obras públicas. 3. In casu, o saibro foi extraído para ser utilizado na conservação de estradas municipais, o que exclui a tipicidade da conduta (fls. 187). (...) Não comete o crime do art. 55, da Lei nº 9.605/98 o Prefeito que, ainda que sem autorização, concessão ou licença, extrai substância mineral, desde que o material tenha emprego imediato em obra pública executada diretamente pelo Município, nos termos do parágrafo único do art. 2º, do Decreto-lei nº 227/67, com redação dada pela Lei nº 9.827/99. (STJ - REsp: 1022247, Relator: Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, Data de Publicação: DJ 17/11/2010).

CONSIDERANDO que o cascalho utilizado no Município de Ituporanga é extraído, dentre outros locais, do Rio Perimbó e do Rio Batalha, conforme licenças ambientais da FATMA arquivadas no

Departamento de Meio Ambiente (Processo n. 0001/ITU e LAO n. 09180110/2015).

CONSIDERANDO a existência de pedreiras no Município de Ituporanga, nas quais podem ser retiradas pedras para suprir a necessidade de adequação das vias de circulação referidas.

RESOLVE

Art. 1º. Determinar aos Secretários Municipais de Urbanismo e de Infraestrutura que adotem providências cabíveis com o objetivo de extrair cascalho e pedras nos locais em que estiverem disponíveis, ainda que sem licença para o empreendimento, a fim de readequar as estradas de interior e as vias de circulação afetadas.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA, 21 DE OUTUBRO DE 2015.

ARNO ALEX ZIMMERMANN FILHO
Prefeito de Ituporanga

DECRETO Nº 461, DE 21 DE OUTUBRO DE 2015

DECRETO N. 461, DE 21 DE OUTUBRO DE 2015

O Senhor ARNO ALEX ZIMMERMANN FILHO, Prefeito do Município de Ituporanga, localizado no Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica do Município de Ituporanga de 30 de março de 1990;

CONSIDERANDO que o Município de Ituporanga decretou situação de emergência em razão das chuvas e das enchentes que assolam o seu território;

CONSIDERANDO que em decorrência disso famílias ficaram desalojadas de suas casas e foram colocadas em abrigos provisórios, além de ocorrerem danos materiais em propriedades particulares e públicas.

CONSIDERANDO que vias de circulação foram danificadas pelas chuvas e por deslizamentos de terra, dificultando e impedindo o curso de veículos e pessoas;

DECRETA:

Art. 1º. A suspensão das aulas nas Escolas da Rede Municipal do Município de Ituporanga Santa Catarina entre os dias 21, 22 e 23 de outubro de 2015.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRE-SE.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA, 21 de outubro de 2015.

ARNO ALEX ZIMMERMANN FILHO
Prefeito Municipal

Jacinto Machado

PREFEITURA

DECRETO Nº. 093 DE 05 DE OUTUBRO DE 2015.

DECRETO Nº. 093 DE 05 DE OUTUBRO DE 2015.

EDITA O CALENDÁRIO DOS FERIADOS E PONTOS FACULTATIVOS DO PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE 1º DE JANEIRO A 31 DE DEZEMBRO DE 2015, PARA OS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA, AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES PÚBLICAS DO PODER EXECUTIVO.

ADELOR EMERICH, Prefeito Municipal em Exercício de Jacinto Machado, no uso de suas atribuições e de acordo com o disposto no art. 139, e parágrafo único, da Lei Complementar no. 243, de 30 de janeiro de 2003, na Lei Federal no. 9.093, de 12 de setembro de 1995, na Lei Estadual no. 12.906, de 22 de janeiro de 2004 que alterou a Lei Estadual no. 10.306, de 26 de dezembro de 1996, Lei Municipal no. 166, de 17 de dezembro 1997, e alterado pela Lei Municipal no. 339, de 28 de maio de 2002.

DECRETA:

Ar. 1º - Fica editado o calendário dos feriados e pontos facultativos do período compreendido entre os dias 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2015, para órgãos e entidades da administração direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo Municipal sem prejuízo da prestação dos serviços considerados essenciais:

- I. 1º de janeiro, quinta-feira, Confraternização Universal (feriado nacional);
- II. 02 de janeiro, sexta-feira (ponto facultativo);
- III. 16 de fevereiro, segunda-feira, Carnaval (ponto facultativo);
- IV. 17 de fevereiro, terça-feira, Carnaval (ponto facultativo);
- V. 02 de abril, quinta-feira (ponto facultativo);
- VI. 03 de abril, sexta-feira, Paixão de Cristo (feriado nacional);
- VII. 20 de abril, segunda-feira (ponto facultativo);
- VIII. 21 de abril, terça-feira, Tiradentes (feriado nacional);
- IX. 01 de maio, sexta-feira, Dia Mundial do Trabalho (feriado nacional);
- X. 04 de junho, quinta-feira, Corpus Christi (ponto facultativo);
- XI. 05 de junho, sexta-feira (ponto facultativo);
- XII. 23 de julho, quinta-feira, Emancipação Política do Município (feriado municipal);
- XIII. 07 de setembro, segunda-feira, Independência do Brasil (feriado nacional);
- XIV. 01 de outubro, quinta-feira, Dia de Santa Terezinha, Padroeira do Município (feriado municipal);
- XV. 02 de outubro, sexta-feira (ponto facultativo);
- XVI. 12 de outubro, segunda-feira, Nossa Senhora Aparecida (feriado nacional);
- XVII. 30 de outubro, sexta-feira (ponto facultativo em virtude do Dia do Servidor Público, comemorado anualmente no dia 28 de outubro).
- XVIII. 02 de novembro, segunda-feira, Finados (feriado nacional);
- XIX. 15 de novembro, domingo, Proclamação da República (feriado nacional);
- XX. 24 de dezembro, quinta-feira, véspera de natal (ponto facultativo);
- XXI. 25 de dezembro, sexta-feira, Natal (feriado nacional);
- XXII. 31 de dezembro, quinta-feira, véspera de ano novo (ponto facultativo);

Art. 2º - O atendimento dos serviços públicos essenciais nas datas mencionadas no artigo anterior deverá ser garantido pelos órgãos da Administração Municipal, por intermédio de Servidores designados para serviço e/ou plantão.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se o Decreto nº 083 de 10 de setembro de 2015.

Jacinto Machado – (SC), 05 de outubro de 2015.

ANTONIO JOÃO DE FÁVERI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicado e registrado o presente Decreto nesta Secretaria, na data supra:

AUGUSTINHA OLISETE MOLGARO POSSAMAI DELLA
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS
EM EXERCÍCIO.

DECRETO Nº. 092, DE 05 DE OUTUBRO DE 2015.

DECRETO Nº. 092, DE 05 DE OUTUBRO DE 2015.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE JACINTO MACHADO POR CONTA DO SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ANTONIO JOÃO DE FÁVERI, Prefeito Municipal de Jacinto Machado, no uso de suas atribuições previstas na Lei Orgânica Municipal, combinado com o disposto no Artigo 11º, IV, da Lei Municipal nº. 760 de 17 de Dezembro de 2014.

DECRETA:

Art. 1º Fica autorizado à abertura de Crédito Adicional Suplementar ao Orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social de Jacinto Machado do exercício de 2015, na importância de R\$ 5.000,00 (Cinco mil reais), por conta do Superávit Financeiro do Exercício de 2014, na dotação orçamentária abaixo discriminada:

Órgão 11: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Unidade 01: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Atividade 2.065: Manutenção do CRAS
Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.0303.56(27) – Aplicações Diretas R\$ 5.000,00
TOTAL R\$ 5.000,00

Art. 2º - Os recursos para suprir o Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo anterior, correrão por conta do superávit financeiro do exercício de 2014, por conta de Transferências de recursos Bolsa família do Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS), no valor de R\$ 5.000,00 (Cinco mil reais), depositados na Agência 2192-X- Banco do Brasil e conta corrente n.º 14.920-9, no município de Jacinto Machado/SC.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Jacinto Machado – (SC), 05 de outubro de 2015.

ANTONIO JOÃO DE FÁVERI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicado e registrado o presente Decreto nesta Secretaria, na data supra:

AUGUSTINHA OLISETE MOLGARO POSSAMAI DELLA
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS
EM EXERCÍCIO.

DECRETO Nº. 094, DE 05 DE OUTUBRO DE 2015.
DECRETO Nº. 094, DE 05 DE OUTUBRO DE 2015.

ESTABELECE HORÁRIO ESPECIAL NAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS
DO MUNICÍPIO DE JACINTO MACHADO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ANTONIO JOÃO DE FÁVERI, Prefeito Municipal de Jacinto Machado, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o artigo 7º, inciso XIV, da Constituição Federal, combinado com o Art. 18, da Lei nº. 245, de 20.03.2000, e posteriores alterações,

DECRETA:

Art. 1º - Fica estabelecido HORÁRIO ESPECIAL, a ser cumprido nas repartições Públicas do Município de Jacinto Machado, da Administração Direta e Indireta, a partir de 03 de novembro de 2015.

§ Único - O horário estabelecido no "caput" deste artigo, será cumprido em turno único e sem interrupção, das 07:00 às 13:00 horas, de 2ª à 6ª feira.

Art. 2º - Os serviços de limpeza pública, água, saúde, educação e outros serviços entendidos como de natureza essenciais e inadiáveis serão atendidos na forma e nos horários exigidos, sob a orientação e a responsabilidade do Secretário ou do Diretor da respectiva pasta.

Art. 3º - Considerando que a jornada de trabalho normal é de 08 (oito) horas diárias ou 44 (quarenta e quatro) horas semanais, havendo a necessidade, os servidores (as) enquadrados no horário estabelecido, poderão ser convocados para o trabalho em horário integral, sem que lhes sejam atribuído pagamento de horas extras.

Art. 4º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Jacinto Machado – (SC), 05 de outubro de 2015.
ANTONIO JOÃO DE FÁVERI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicado e registrado o presente Decreto nesta Secretaria, na data supra:

AUGUSTINHA OLISETE MOLGARO POSSAMAI DELLA
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS
EM EXERCÍCIO.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 04
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

A Administração Municipal de Jacinto Machado, atendendo a determinação contida na Lei Federal nº. 9.452, de 20 de Março de 1997, NOTIFICA os Partidos Políticos, os Sindicatos de Trabalhadores e Entidades Empresariais com sede no Município de Jacinto Machado- SC, que recebeu Recursos Federais conforme abaixo especificado:

· TERMO DE COMPROMISSO PAR Nº 201404715/2014; Processo nº 23400010347201467 firmado entre o Ministério da Educação – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação e o Município de Jacinto Machado – SC.

Objeto do Convênio: Aquisição de Ônibus Rural Escolar.

Origem dos Recursos: Ministério da Educação – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

Data do Repasse da 2ª Parcela: 23/10/2015.

· Valor da 2ª Parcela: R\$ 244.500,00(Duzentos e Quarenta e Quatro Mil e Quinhentos Reais).

Jacinto Machado/SC, 26 de Outubro de 2015.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 118/2015/PMJM

	ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 118/2015/PMJM	
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO Contratada: CONSTRUTORA OLIVEIRA POSSAMAI DELLA LTDA EPP Valor Global: R\$ 54.850,35 (cinquenta e quatro mil oitocentos e cinquenta reais e trinta e cinco centavos). Vigência: Início: 16/10/2015 Término: 31/12/2015 Licitação: Convite p/ Obras e Serv. Engenharia Nº 043/2015/PMJM Dotação: 1.017.4490.00 - 80 - 56/2015 - CONSTRUÇÃO DE EQUIPAMENTOS ESPORTIVOS E LAZER Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE COBERTURA METÁLICA DA ARQUIBANCADA DO COMPLEXO ESPORTIVO, LOCALIZADA NO CENTRO DO MUNICÍPIO DE JACINTO MACHADO/SC. Conforme Memorial Descritivo, Projetos, Planilha Orçamentária, Cronograma Físico-Financeiro e demais Especificações Técnicas em anexo ao Edital.	
Jacinto Machado – SC, 16 de Outubro de 2015. ANTONIO JOÃO DE FÁVERI Prefeito Municipal	

LEI Nº. 791 DE 30 DE SETEMBRO DE 2015.

LEI Nº. 791 DE 30 DE SETEMBRO DE 2015.

INSTITUI ESTACIONAMENTO TEMPORÁRIO E ROTATIVO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES DEFRENTE FARMÁCIAS, DROGARIAS E CORREIOS, NAS CONDIÇÕES QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O PREFEITO MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1º Fica instituído estacionamento temporário e rotativo de veículos automotores defrente as Farmácias, Drogarias e Correios no município de Jacinto Machado.

§ 1º O estacionamento de que trata esta lei, destina-se ao uso exclusivo de usuários, em atendimento, na respectiva Farmácia, Drogaria ou Correios.

§ 2º Fica limitado a 15 (quinze) minutos o tempo máximo permitido para estacionamento nos locais definidos por esta lei.

§ 3º Durante o tempo em que estiver estacionado, o veículo deverá manter acionada sua sinalização de emergência.

Art. 2º Para os fins desta lei, os estacionamentos terão 5 (cinco) metros de extensão e deverão ser providos de sinalização vertical e horizontal.

Art. 3º Ficam excluídos do pagamento da remuneração, para vagas delimitadas dentro do sistema de estacionamento rotativo pago (caso se instituído) identificado com as respectivas placas de sinalização os veículos estacionados em frente às Farmácias e Drogarias e Correios.

Paragrafo Único: Para as operações de carga e descarga de bens e mercadorias na agência dos correios, os serviços serão realizados pela transportadora nos dias úteis (segunda a sexta-feira), das 10h15min às 11h15min e das 12h30min às 13h30, mediante colocação de placa de sinalização defrente agência, com isenção de pagamento do estacionamento.

Art. 4º Fica o Poder Executivo autorizado a regulamentar a presente lei, caso seja necessário.

Art. 5º As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão à conta de verba própria consignada no orçamento municipal.

Art. 6º Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Jacinto Machado (SC), 30 de setembro de 2015.

ANTONIO JOÃO DE FÁVERI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e registrada a presente Lei nesta Secretaria na data supra:

MÁRCIO LUIZ ABATTI
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS

LEI Nº. 792 DE 20 DE OUTUBRO DE 2015.

LEI Nº. 792 DE 20 DE OUTUBRO DE 2015.

INSTITUI O PROGRAMA MUNICIPAL DE RECUPERAÇÃO FISCAL – REFIS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1º. Fica instituído, no Município de Jacinto Machado, o Programa de Recuperação Fiscal - REFIS, destinado a promover a regularização de créditos do Município, decorrentes de débitos de contribuintes pessoas jurídicas e físicas, relativos a tributos municipais definidos no Código Tributário Municipal (Lei nº 35 de 30 de dezembro de 1991) juros e multas acessórias, e demais obrigações não tributárias de competência municipal, em razão de fatos geradores ocorridos até 31 de dezembro de 2014, constituídos ou não, inscritos ou não em dívida ativa, ajuizados ou a ajuizar, com exigibilidade suspensa ou não, inclusive os decorrentes de falta de recolhimento de valores retidos, podendo ser parcelados em até 12 (doze) prestações mensais e sucessivas.

Art. 2º. O ingresso no REFIS dar-se-á por opção do contribuinte, que fará jus ao regime especial de consolidação e parcelamento dos débitos fiscais referidos no artigo anterior, nos termos e condições previstas nesta lei.

§ 1º - O ingresso no REFIS implica inclusão da totalidade dos débitos relativos aos tributos mencionados no art. 1º, de responsabilidade do optante, inclusive os não constituídos, que serão denunciados espontaneamente, mediante confissão.

§ 2º - A opção pelo Programa deverá ser formalizada em até 90 (noventa) dias, contados da data de publicação desta lei, mediante requerimento do contribuinte para adesão ao REFIS.

§ 3º - O prazo tratado no parágrafo segundo poderá ser prorrogado por igual período, por Decreto do Executivo, justificada a oportunidade e a conveniência do ato.

§ 4º - O valor dos débitos a serem consolidados será determinado com os acréscimos relativos à multa de mora ou de ofício, encargo legal, aos juros de mora e a correção monetária, com base na legislação vigente.

§ 5º - Para fins desta lei, os acréscimos a que se refere o parágrafo anterior serão deduzidos, à exceção da correção monetária, conforme tabela abaixo:

Forma de Pagamento	Redução de Juros e multa
01 parcela	100%
Até 05 parcelas	80%
Até 12 parcelas	60%

Art. 3º. O débito consolidado na forma desta Lei, aplicados os benefícios de que trata o seu artigo 2º, § 5º, sujeitar-se-á a correção monetária pela variação da UFM, da seguinte forma:

I - O valor de cada uma das parcelas com vencimento dentro do mesmo exercício da data da adesão ao REFIS será acrescido da variação do índice da UFM, vigente na data daquela adesão.

II - O valor de cada uma das parcelas subsequentes será atualizado monetariamente pela variação do índice da UFM, vigente no mês de janeiro do exercício de seus respectivos vencimentos.

III - O contribuinte poderá incluir no REFIS eventuais saldos de parcelamento em andamento, sendo que os benefícios a que faz jus, serão calculados sobre o saldo devedor original dos tributos, sem qualquer benefício concedido pelo anterior parcelamento, abatidos os valores pagos, aplicando-se ao resultado os dispositivos desta Lei.

IV - Poderão também ser incluídos no REFIS os débitos não pagos referentes à Lei nº 501/2007 (Lei nº 501, de 04 de outubro de 2007), sem a incidência dos benefícios nela expressos, desde que o contribuinte não opte pela regularização constante do art. 9º da presente lei.

Parágrafo Único - Não incidirá a variação da UFM, conforme previsto nos incisos I e II, aos contribuintes que aderirem ao REFIS com opção de parcelamento em até 12 (doze) vezes, desde que pagas às parcelas dentro de seus respectivos vencimentos.

Art. 4º. O débito objeto do parcelamento será consolidado no mês do pedido e será dividido em até 12 (doze) prestações, sendo que o número de parcelas para cada parcelamento limitar-se-á ainda:

I - em relação às pessoas jurídicas inscritas no Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - Simples Nacional, instituído pela Lei Complementar nº 123/2006, ao valor mínimo de R\$ 100,00 (cem reais) para cada parcela;

II - ao valor mínimo de R\$ 200,00 (duzentos reais), por parcela mensal, no caso de pessoas jurídicas que não se adequarem no inciso I supra; e

III - ao valor mínimo de R\$ 35,00 (trinta e cinco reais), por parcela mensal, no caso de pessoas físicas.

Parágrafo Único - Aquele que paralisar e reiniciar suas atividades, sob a mesma ou outra razão social, assume a obrigação com base na nova atividade.

Art. 5º. A opção pelo REFIS exclui qualquer outra forma de parcelamento de débitos relativos aos impostos de que trata esta lei.

Art. 6º. A opção pelo Programa sujeita o optante a:

I - Confissão irrevogável e irretratável da totalidade dos débitos incluídos;

II - A aceitação plena e irretratável de todas as condições estabelecidas para ingresso e permanência no Programa;

III - Pagamento regular das prestações do débito consolidado, bem assim dos tributos decorrentes de fatos geradores ocorridos posteriormente a 01 de janeiro de 2015;

IV - Para obter os benefícios do REFIS, deve o contribuinte confessar o débito e desistir, renunciando expressa e irrevogavelmente, de todas as ações incidentes ou recursos judiciais ou processos administrativos e seus recursos, que tenham por objeto ou finalidade, mediata ou imediata, discutir ou impugnar lançamentos ou débitos incluídos no programa ora substituído, devendo, outrossim, renunciar ao direito sobre que se fundam os correspondentes pleitos;

V - As execuções fiscais já ajuizadas serão suspensas após a adesão ao REFIS;

VI - Ficam dispensados os pagamentos de honorários advocatícios quando cabíveis, desde que o contribuinte cumpra totalmente o compromisso assumido na adesão ao REFIS;

VII - O Município de Jacinto Machado verificará nos casos de já haver lançamento fiscal, se houve lançamento de algum período atingido pela decadência ou pela prescrição, bem como eventual inobservância aos princípios constitucionais da ampla defesa, contraditório, anterioridade e legalidade tributárias, desde que previamente argüido em procedimento administrativo fiscal, em curso ou já encerrado, devendo o contribuinte aderir ao REFIS com valores líquidos.

Art. 7º. A homologação da opção será efetuada pela Secretaria de Administração, Planejamento e Finanças, e não ocorrendo manifestação contrária, considerar-se-á tacitamente homologada.

Parágrafo Único - A homologação da opção pelo REFIS não será condicionada a apresentação de qualquer tipo de garantia ou arrolamento, salvo a prévia existência de penhora em processo de execução fiscal, a qual deverá permanecer até a integral quitação do débito consolidado.

Art. 8º. O contribuinte será excluído do Programa nas seguintes hipóteses:

I - Deixar de atender qualquer uma das exigências do Art. 6º;

II - Ficar inadimplente por três meses consecutivos ou seis meses alternados, do parcelamento ou de débitos decorrentes de fatos geradores futuros.

§ 1º - A exclusão do Programa implicará na exigibilidade imediata da totalidade dos débitos ainda não pagos, restabelecendo-se a este montante seu valor originário, com os acréscimos legais na forma da legislação aplicável.

§ 2º - A exclusão do Programa produzirá efeitos a partir do mês subsequente àquele em que o contribuinte for cientificado da decisão administrativa.

§ 3º - A exclusão do Programa implicará o imediato prosseguimento dos processos de execução fiscal suspensos por conta da adesão.

Art. 9º. Os contribuintes que aderiram ao parcelamento previsto na Lei nº 501/2007, caso possuam prestações vencidas e não pagas poderão permanecer no programa e nas mesmas condições acordadas, desde que efetuem, obrigatoriamente, o pagamento dos valores referentes a débitos não incluídos no parcelamento e vencidos a partir da data da assinatura do termo de adesão ao REFIS.

§ 1º Além da obrigação prevista no caput deste artigo, os contribuintes optantes do parcelamento previsto na Lei 501/2007 que possuam parcelas em atraso deverão regularizar seus débitos, a fim de permanecerem no programa nas mesmas condições acordadas, desde que, alternativamente:

a) pague as parcelas em atraso, à vista, com a incidência de cláusula penal no percentual de 1% (um por cento) sobre cada uma das parcelas, prosseguindo no pagamento das demais parcelas vencidas, nas mesmas condições do REFIS, ou

b) reparcelar a totalidade do débito, nas mesmas condições do REFIS, com a incidência de cláusula penal no percentual de 1% (um por cento) para cada parcela em atraso, aplicando-se o somatório do percentual sobre o saldo devedor total.

Art. 10º. Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 11º. Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Jacinto Machado (SC), 20 de outubro de 2015.

ANTONIO JOÃO DE FÁVERI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e registrada a presente Lei nesta Secretaria na data supra:

AUGUSTINHA OLISETE MOLGARO POSSAMAI DELLA
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS
EM EXERCÍCIO

RETIFICAÇÃO DA PORTARIA Nº. 050 DE 10 DE FEVEREIRO DE 2015, PUBLICADA NO DOM/SC – EDIÇÃO Nº 1702, PÁG. 645, EM 13 DE MARÇO DE 2015.

RETIFICAÇÃO DA PORTARIA Nº. 050 DE 10 DE FEVEREIRO DE 2015, PUBLICADA NO DOM/SC – EDIÇÃO Nº 1702, PÁG. 645, EM 13 DE MARÇO DE 2015.

Onde se lê:

PORTARIA Nº. 050 DE 10 DE FEVEREIRO DE 2015.
NOMEIA CARGO PERMANENTE.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com os incisos VIII e X do artigo 60, da Lei Orgânica Municipal, inciso VII, do artigo 4º, inciso I, do artigo 11 e artigo 12, da Lei nº. 245, de 20 de março de 2000, combinado com a Lei nº. 251, de 26 de julho de 2000, com o artigo 18 da Lei nº. 470, de 01 de setembro de 2006, combinado com a Lei nº. 726, de 22 de maio de 2014 e Lei nº. 727, de 22 de

maio de 2014.

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear SIMONE MATEUS RÉUS, CPF nº. 072.333.239-84, no cargo de AUXILIAR DE ENSINO, nível MAG-AT - 1 A, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotada junto a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, aprovada no Concurso Público nº 001/2014, de 03 de novembro de 2014, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Jacinto Machado – (SC), 10 de fevereiro de 2015.

ANTONIO JOÃO DE FÁVERI

PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e registrada a presente Portaria nesta Secretaria na data supra:

MARCIO LUIZ ABATTI

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS

Leia-se:

PORTARIA Nº. 050 DE 10 DE FEVEREIRO DE 2015.

NOMEIA CARGO PERMANENTE.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com os incisos VIII e X do artigo 60, da Lei Orgânica Municipal, inciso VII, do artigo 4º, inciso I, do artigo 11 e artigo 12, da Lei nº. 245, de 20 de março de 2000, combinado com a Lei nº. 251, de 26 de julho de 2000, com o artigo 18 da Lei nº. 470, de 01 de setembro de 2006, combinado com a Lei nº. 726, de 22 de maio de 2014 e Lei nº. 727, de 22 de maio de 2014.

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear SIMONE MATEUS RÉUS VIEIRA, CPF nº. 072.333.239-84, no cargo de AUXILIAR DE ENSINO, nível MAG-AT - 1 A, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotada junto a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, aprovada no Concurso Público nº 001/2014, de 03 de novembro de 2014, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Jacinto Machado – (SC), 10 de fevereiro de 2015.

ANTONIO JOÃO DE FÁVERI

PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e registrada a presente Portaria nesta Secretaria na data supra:

MARCIO LUIZ ABATTI

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS

RETIFICAÇÃO DA PORTARIA Nº. 053 DE 10 DE FEVEREIRO DE 2015, PUBLICADA NO DOM/SC – EDIÇÃO Nº 1702, PÁG. 646, EM 13 DE MARÇO DE 2015.

RETIFICAÇÃO DA PORTARIA Nº. 053 DE 10 DE FEVEREIRO DE 2015, PUBLICADA NO DOM/SC – EDIÇÃO Nº 1702, PÁG. 646, EM 13 DE MARÇO DE 2015.

Onde se lê:

PORTARIA Nº. 053 DE 10 DE FEVEREIRO DE 2015.

NOMEIA CARGO PERMANENTE.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com os incisos VIII e X do artigo 60, da Lei Orgânica Municipal, inciso VII, do artigo 4º, inciso I, do artigo 11 e artigo 12, da Lei nº. 245, de 20 de março de 2000, combinado com a Lei nº. 251, de 26 de julho de 2000, com o artigo 18 da Lei nº. 470, de 01 de setembro de 2006, combinado com a Lei nº. 726, de 22 de maio de 2014 e Lei nº. 727, de 22 de maio de 2014.

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear FABIANA BORGES MARTINS GABRIEL, CPF nº. 047.945.929-06, no cargo de AUXILIAR DE ENSINO, nível MAG-AT - 1 A, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotada junto a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, aprovada no Concurso Público nº 001/2014, de 03 de novembro de 2014, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Jacinto Machado – (SC), 10 de fevereiro de 2015.

ANTONIO JOÃO DE FÁVERI

PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e registrada a presente Portaria nesta Secretaria na data supra:

MARCIO LUIZ ABATTI

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS

Leia-se:

PORTARIA Nº. 053 DE 10 DE FEVEREIRO DE 2015.

NOMEIA CARGO PERMANENTE.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com os incisos VIII e X do artigo 60, da Lei Orgânica Municipal, inciso VII, do artigo 4º, inciso I, do artigo 11 e artigo 12, da Lei nº. 245, de 20 de março de 2000, combinado com a Lei nº. 251, de 26 de julho de 2000, com o artigo 18 da Lei nº. 470, de 01 de setembro de 2006, combinado com a Lei nº. 726, de 22 de maio de 2014 e Lei nº. 727, de 22 de maio de 2014.

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear FABIANE BORGES MARTINS GABRIEL, CPF nº. 047.945.929-06, no cargo de AUXILIAR DE ENSINO, nível MAG-AT - 1 A, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotada junto a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, aprovada no Concurso Público nº 001/2014, de 03 de novembro de 2014, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Jacinto Machado – (SC), 10 de fevereiro de 2015.
ANTONIO JOÃO DE FÁVERI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e registrada a presente Portaria nesta Secretaria na data supra:

MARCIO LUIZ ABATTI
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS

RETIFICAÇÃO DA PORTARIA Nº. 055 DE 10 DE FEVEREIRO DE 2015, PUBLICADA NO DOM/SC – EDIÇÃO Nº 1702, PÁG. 646, EM 13 DE MARÇO DE 2015.

RETIFICAÇÃO DA PORTARIA Nº. 055 DE 10 DE FEVEREIRO DE 2015, PUBLICADA NO DOM/SC – EDIÇÃO Nº 1702, PÁG. 646, EM 13 DE MARÇO DE 2015.

Onde se lê:

PORTARIA Nº. 055 DE 10 DE FEVEREIRO DE 2015.
NOMEIA CARGO PERMANENTE.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com os incisos VIII e X do artigo 60, da Lei Orgânica Municipal, inciso VII, do artigo 4º, inciso I, do artigo 11 e artigo 12, da Lei nº. 245, de 20 de março de 2000, combinado com a Lei nº. 251, de 26 de julho de 2000, com o artigo 18 da Lei nº. 470, de 01 de setembro de 2006, combinado com a Lei nº. 726, de 22 de maio de 2014 e Lei nº. 727, de 22 de maio de 2014.

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear PRICILA DE FAVERI CANDIOTTO, CPF nº. 045.992.119-31, no cargo de AUXILIAR DE ENSINO, nível MAG-AT - 1 A, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotada junto a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, aprovada no Concurso Público nº 001/2014, de 03 de novembro de 2014, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Jacinto Machado – (SC), 10 de fevereiro de 2015.
ANTONIO JOÃO DE FÁVERI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e registrada a presente Portaria nesta Secretaria na data supra:

MARCIO LUIZ ABATTI
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS

Leia-se:

PORTARIA Nº. 055 DE 10 DE FEVEREIRO DE 2015.
NOMEIA CARGO PERMANENTE.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com os incisos VIII e X do artigo 60, da Lei Orgânica Municipal, inciso VII, do artigo 4º, inciso I, do artigo 11 e artigo 12, da Lei nº. 245, de 20 de março de 2000, combinado com a Lei nº. 251, de 26 de julho de 2000, com o artigo 18 da Lei nº. 470, de 01 de setembro de 2006,

combinado com a Lei nº. 726, de 22 de maio de 2014 e Lei nº. 727, de 22 de maio de 2014.

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear PRICILA DE FAVERI CANDIOTTO DE MELO, CPF nº. 045.992.119-31, no cargo de AUXILIAR DE ENSINO, nível MAG-AT - 1 A, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotada junto a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, aprovada no Concurso Público nº 001/2014, de 03 de novembro de 2014, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Jacinto Machado – (SC), 10 de fevereiro de 2015.
ANTONIO JOÃO DE FÁVERI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e registrada a presente Portaria nesta Secretaria na data supra:

MARCIO LUIZ ABATTI
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS

Joaçaba

PREFEITURA

ERRATA AO DECRETO Nº 4.843 DE 23 DE OUTUBRO DE 2015.

ERRATA AO DECRETO Nº 4.845 de 23 de OUTUBRO de 2015.

No Decreto nº 4.845/2015, que dispõe sobre a composição do CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO,

Onde lê-se:

MUNICIPAL DOS DIREITOS DE EDUCAÇÃO:

Leia-se:

CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

JOAÇABA (SC), em 26 de outubro de 2015.

MARCOS WEISS

Prefeito em exercício

ERRATA AO DECRETO Nº 4.845 DE 23 DE OUTUBRO DE 2015.

ERRATA AO DECRETO Nº 4.845 de 23 de OUTUBRO de 2015.

No Decreto nº 4.845/2015, que dispõe sobre a composição do CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO,

Onde lê-se:

MUNICIPAL DOS DIREITOS DE EDUCAÇÃO:

Leia-se:

CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

JOAÇABA (SC), em 26 de outubro de 2015.

MARCOS WEISS

Prefeito em exercício

PAUTA DA SESSÃO Nº 076/2015 - CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO FINANCEIRA

CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES

PAUTA DA SESSÃO Nº 076/2015

O CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES, nomeado pelo Decreto nº 4.565 de 02 de maio de 2014, alterado pelos Decretos nº 4.629 de 05 de setembro de 2014 e nº 4.838 de 09 de outubro de 2015 torna público que de acordo com o artigo 10 de seu Regimento Interno, realizará Sessão Ordinária no dia 09 de novembro de 2015, segunda-feira, com início às 08h30min, nas dependências da Sala de Reuniões da Prefeitura de Joaçaba (SC), a fim de deliberar dos seguintes assuntos:

1. Leitura, discussão e aprovação da Ata de nº 92 de 10 de agosto de 2015;
2. Leitura, discussão e votação do Processo nº 139.159/2015 em nome de ASSOCIAÇÃO ATLÉTICA FREI BRUNO, conforme relatório do Conselheiro DIRCEU ANTONIO BAZZO;
3. Encerramento da Sessão e convocação da seguinte.

JOAÇABA(SC), em 26 de outubro de 2015.

Graciela Glasenapp

Secretária do CMC

RESOLUÇÃO Nº 04, DE 28 DE SETEMBRO DE 2015 - CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

RESOLUÇÃO Nº 04, de 28 de setembro de 2015

Aprova as Diretrizes Curriculares do Sistema Público Municipal de Joaçaba.

O PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA-SC, no uso de suas atribuições, de acordo com o art. 3º do Regimento Interno deste Conselho, e o deliberado na Reunião Ordinária do dia 28 de setembro de 2015, pelo Parecer nº 04/2015,

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar as Diretrizes Curriculares do Sistema Público Municipal de Joaçaba.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba-SC, 28 de setembro de 2015.

Ricardo Marcelo de Menezes

Presidente do Conselho Municipal de Educação

SIMAE - SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JOAÇABA**BALANCETE FINANCEIRO SETEMBRO DE 2015**

SANTA CATARINA
SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO
 Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica - Despesa Liquidada

Betha Sistemas
 Exercício de 2015
 Período: Setembro
 Página: 1

RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	R\$	TÍTULOS	R\$
ORÇAMENTÁRIAS	1.448.481,20	ORÇAMENTÁRIAS	1.106.860,23
RECEITA PATRIMONIAL	104.855,63	DESPESAS EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	1.032.733,80
RECEITA DE SERVIÇOS	1.310.037,17	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	358.524,57
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	16.036,92	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	488.984,09
RECEITA DE SERVIÇOS	17.547,64	INVESTIMENTOS	185.225,14
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	3,84	DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	74.126,43
		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	74.126,43
EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	1.277.096,98	EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	1.298.720,07
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	163.124,09	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	164.078,36
CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	1.113.972,89	CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	1.110.746,68
		RP NÃO PROCESSADOS PAGOS	23.895,03
SALDOS ANTERIORES	9.328.631,11	SALDOS ATUAIS	9.648.628,99
APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	9.274.726,64	APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	9.549.561,21
BANCO C/ MOVIMENTO	50.879,33	BANCO C/ MOVIMENTO	96.021,58
POUPANÇA	3.025,14	POUPANÇA	3.046,20
TOTAL	12.054.209,29	TOTAL	12.054.209,29

JOACABA, 13/10/2015

ELISABET MARIA ZANELA SARTORI
 Diretora Presidente

CESAR AUGUSTO MACIEL RIBEIRO
 Contador CRC SC 039259/O-8

HOMOLOGAÇÃO PR 0040/2015 - SIMAE

ESTADO DE SANTA CATARINA SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO CNPJ: 84.591.890/0001-43 Rua Tiradentes, 123 C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 40/2015 - PR
	Processo Administrativo: 55/2015 Processo de Licitação: 55/2015 Data do Processo: 23/09/2015

Folha: 1/3

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Diretor Presidente, Aluir Flemming, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 55/2015
- b) Licitação Nr.: 40/2015-PR
- c) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
- d) Data Homologação: 26/10/2015
- e) Data da Adjudicação: Sequência: 0
- f) Objeto da Licitação AQUISIÇÃO DE VEICULOS PARA ÁREA TÉCNICA ÁGUA DO SIMAE.

g) Fornecedores e Itens Vencedores:

	Unid.	Qtidade	Descto (%)	Preço Unitário	Total do Item
(em Reais R\$)					

Aluir Flemming - Diretor Presidente

ESTADO DE SANTA CATARINA SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO CNPJ: 84.591.890/0001-43 Rua Tiradentes, 123 C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 40/2015 - PR Processo Administrativo: 55/2015 Processo de Licitação: 55/2015 Data do Processo: 23/09/2015
Folha: 2/3	

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

AUTOSHOW COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA (7922)

1 VEICULO ZERO QUILOMETRO, FABRICAÇÃO NACIONAL; TIPO MINI FURGÃO (DEVENDO O COMPARTIMENTO DE CARGA FICAR ISOLADO DA CABINE DO VEICULO) OU UTILITARIO ADAPTADO (RETIRADO A TAMPA TRASEIRA DE ABERTURA HORIZONTAL, A QUAL DEVERA SER FORNECIDA JUNTAMENTE COM O VEICULO, INSTALAR UMA CAPOTA EM FIBRA DE VIDRO A QUAL TERA ACESSO AO COMPARTIMENTO DE CARGA POR MEIO DE PORTAS EM NUMERO DE DUAS COM ABERTURA VERTICAL, FECHAMENTO AO CENTRO COM TRAVA/FECHADURA PARA CHAVEAMENTO DAS PORTAS), CABINE PARA DOIS PASSAGEIROS INCLUINDO O MOTORISTA, COR BRANCA ANO/MODELO MINIMO 2015/2015, MOTOR BICOMBUSTIVEL MINIMO 1350CC, POTENCIA MINIMA DE 85CV, TORQUE MINIMO DE 12 KG.F.M, ENTRE EIXOS MINIMO DE 2700MM, CAPACIDADE MINIMA DE CARGA 650 KG, VOLUME DE CARGA DE 2900 LITROS, COMPARTIMENTO DE CARGA COM COMPRIMENTO MINIMO 1650MM E LARGURA MINIMA DE 1280MM, ALTURA LIVRE MINIMA DO COMPARTIMENTO DE CARGA DE 1335MM, LARGURA MAXIMA INCLUINDO ESPELHOS RETROVISORES DE 1950MM, TRAÇÃO DIANTEIRA, CAMBIO MANUAL COM NO MINIMO 6 MARCHAS SENDO 5 A FRENTE E UMA A RE, DIREÇÃO HIDRAULICA, AR QUENTE, VIDROS ELETRICOS, TRAVAS ELETRICAS, AIR BAG DUPLO, RETROVISORES EXTERNOS COM REGULAGEM INTERNA, SISTEMA DE FREIOS HIDRAULICO A PEDAL E ABS, FREIOS TRASEIROS A TAMBOR E DIANTEIROS A DISCO VENTILADO, RODAS EM AÇO 14" E PNEUS RADIAIS SEM CAMARA 175/70 R14, RODA COM PNEU SOBRESSALENTE, PROTETOR DE CARTER DO MOTOR E DA CAIXA DE CAMBIO (EXCETO PARA OS MODELOS ONDE A POSIÇÃO DESTES COMPONENTES ESTEJAM PROTEGIDOS PELO EIXO DIANTEIRO DE VEICULO), TANQUE DE COMBUSTIVEL CAPACIDADE MINIMA DE 55 LITROS, HODOMETRO TOTAL E PARCIAL DIGITAL, CONTAGIROS, FIXAÇÃO DE CARGA POR GANCHOS, PROTETOR DE CAÇAMBA, JOGO DE TAPETES, CARPETE NO ASSOALHO INTERNO DA CABINE, BANCOS INDIVIDUAIS, BAGAGEIRO EXTERNO SOBRE O FURGÃO OU A CAPOTA EM FIBRA DE VIDRO (TIPO PORTA ESCADA), BEM COMO TODOS OS EQUIPAMENTOS NORMAIS DE PRODUÇÃO PERTINENTES AO MODELO E DEMAIS EQUIPAMENTOS EXIGIDOS PELO CONSELHO NACIONAL DE TRANSITO. - Marca: AUTOSHOW CHEVROLET	PÇ	1,00	0,0000	47.700,00	47.700,00
---	----	------	--------	-----------	-----------

Total do Fornecedor: 47.700,00

Aluir Flemming - Diretor Presidente

ESTADO DE SANTA CATARINA SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO CNPJ: 84.591.890/0001-43 Rua Tiradentes, 123 C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 40/2015 - PR Processo Administrativo: 55/2015 Processo de Licitação: 55/2015 Data do Processo: 23/09/2015
Folha: 3/3	

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

JOACABA AUTO LTDA. (6331)

2 VEICULO ZERO QUILOMETRO, FABRICAÇÃO NACIONAL; TIPO UTILITARIO CABINE SIMPLES, TRANSPORTE MINIMO DOIS PASSAGEIROS INCLUINDO O MOTORISTA, COR BRANCA ANO/MODELO MINIMO 2015/2015, MOTOR BICOMBUSTIVEL MINIMO 1590CC, POTENCIA MINIMA DE 101CV, TORQUE MINIMO DE 15 KGF.M, CAPACIDADE MINIMA DE CARGA 650 KG, PESO BRUTO TOTAL MAXIMO 1200 KG, ALTURA MAXIMA 1650 MM, LARGURA MAXIMA 1750 MM, COMPRIMENTO MINIMO 4400 MM, TRAÇÃO DIANTEIRA, CAMBIO MANUAL COM NO MINIMO 6 MARCHAS SENDO 5 A FRENTE E UMA A RE, DIREÇÃO HIDRAULICA, AR QUENTE, VIDROS ELETRICOS, TRAVAS ELETRICAS, CINTO DE SEGURANÇA COM REGULAGEM DE ALTURA, BANCO COM APOIO DE CABEÇA, AIR BAG DUPLO, RETROVISORES EXTERNOS COM REGULAGEM INTERNA, SISTEMA DE FREIOS HIDRAULICO A PEDAL E ABS E EBD, FREIOS TRASEIROS A TAMBOR E DIANTEIROS A DISCO VENTILADO, RODAS EM AÇO 14" E PNEUS 175/70 R14. RADIAIS SEM CAMARA COM CALOTAS, RODA COM PNEU SOBRESSALENTE, PROTETOR DE CARTER DO MOTOR E DA CAIXA DE CAMBIO (EXCETO PARA OS MODELOS ONDE A POSIÇÃO DESTES COMPONENTES ESTEJAM PROTEGIDOS PELO EIXO DIANTEIRO DE VEICULO), TANQUE DE COMBUSTIVEL CAPACIDADE MINIMA DE 53 LITROS. HODOMETRO TOTAL E PARCIAL DIGITAL, CONTAGIROS, CAÇAMBA COM REVESTIMENTO COMPOSITO COM LATERAL RETA, FIXAÇÃO DE CARGA POR GANCHOS, LONA MARITIMA, PROTETOR DE TETO TIPO SANTO ANTONIO, JOGO DE TAPETES, CARPETE NO ASSOALHO INTERNO, PROTETOR DE CAÇAMBA, BANCOS INDIVIDUAIS, BEM COMO TODOS OS EQUIPAMENTOS NORMAIS DE PRODUÇÃO PERTINENTES AO MODELO E DEMAIS EQUIPAMENTOS EXIGIDOS PELO CONSELHO NACIONAL DE TRANSITO. - Marca: JOAUTO VOLKSWAGEM	PÇ	1,00	0,0000	43.750,00	43.750,00
Total do Fornecedor: 43.750,00					
Total Geral: 91.450,00					

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Dotação(ões): 2.061.4.4.90.00.00.00.00 (34) Saldo: 137.769,40

Aluir Flemming - Diretor Presidente

Lages

PREFEITURA

RERRATIFICAÇÃO PP 21-2015 FMAS RERRATIFICAÇÃO

ASSUNTO: EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 21/2015 FMAS
OBJETO:AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA O CREAS
DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

O Município de Lages, presente a supremacia do interesse público, com fulcro nos termos dispostos no § 4º do art. 21 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, torna notório aos interessados as alterações que se fazem necessárias no Edital em comento, conforme segue abaixo:

- No lote 03, no valor total estimado máximo do lote, leia-se: R\$ 13.603,50

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Lages, 26 de outubro de 2015.
Pedro Marcos Ortiz
Secretário de Administração

PP 129-2015 PML AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PP 129-2015 PML
Objeto: Aquisição de Materiais Elétricos para Iluminação de Ruas, Praças e Equipamentos do Natal Felicidade 2015.
Tipo: Menor Preço Global
Abertura: 12/11/2015 às 17:00
Valor Estimado: R\$ 363.324,80

A retirada obter-se-á no Executivo de Licitações e Contratos, ao custo de R\$ 10,00 cada ou pelo www.lages.sc.gov.br sem ônus.
Maiores informações pelo telefone (49) 3221-1169.

Lages, 26 de outubro de 2015.
Pedro Marcos Ortiz
Secretário de Administração

REVOGAÇÃO TP 32-2015 PML REVOGAÇÃO

ASSUNTO:EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS 32/2015 PML
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSTRUÇÃO DE QUADRA COBERTA COM VESTIÁRIO NA EMEB EMILIA FURTADO RAMOS.

O Município de Lages, fundamentado no parecer exarado pela Procuradoria Geral do Município e na justificativa apresentada pela Secretaria de Educação, priorizando a supremacia do interesse público, com fulcro nos termos dispostos no art. 49 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, torno público aos interessados a REVOGAÇÃO do Processo Licitatório em comento.
Atenciosamente,

Lages, 26 de outubro de 2015.
Pedro Marcos Ortiz
Secretário de Administração

TERMO DE CONVÊNIO Nº 064/2015 EXTRATO DE CONTRATO

O MUNICÍPIO DE LAGES/SC
Torna público:
TERMO DE CONVÊNIO N.º 064/2015

Os signatários deste instrumento, de um lado o MUNICÍPIO DE LAGES, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, representado neste ato por seu Prefeito Municipal, Sr. ANTÔNIO ARCANJO DUARTE, e de outro lado FUNDAÇÃO DAS ESCOLAS UNIDAS DO PLANALTO CATARINENSE - UNIPLAC, inscrita no CNPJ sob n.º 84.953.579/0001-05, com sede à Av. Castelo Branco, nº 170, Bairro Universitário, na cidade de Lages, Estado de Santa Catarina, representada neste ato pelo (a) Sr. (a) ELUSA DE FÁTIMA CAMARGO DE OLIVEIRA MACHADO, CPF nº 613.901.439-53, Diretora Executiva, tem justo e acertado o presente Termo de Convênio mediante as cláusulas e condições seguintes:

OBJETO: consiste no repasse que será concedido pelo Município para auxílio financeiro para a formação de lideranças e gestores sociais – CRAS I Popular, CRAS II Penha e CRAS IV Bela Vista.

VALOR: R\$ 7.900,00 (sete mil e novecentos reais) em 03 (três) parcelas mensais, sendo uma parcela de R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais), mais duas parcelas de R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais).

VIGÊNCIA: 09/2015 A 11/15.

Lages, SC, 26 de outubro de 2015.

Laguna

PREFEITURA

DECRETO Nº 4.518/15

DECRETO Nº 4.518 DE 26 DE OUTUBRO DE 2015.

"DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DA FUNDAÇÃO IRMÃ VERA".

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA/SC., Sr. Everaldo dos Santos, no uso de suas atribuições legais, com base no art. 68 da Lei Orgânica do Município e, na Lei nº 1.855/15,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar, no orçamento vigente da Fundação Irmã Vera, readequando a dotação orçamentária no valor de R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais), na seguinte classificação:

Órgão: 17 – Fundação Irmã Vera
Unidade: 01 - Fundação Irmã Vera
Função: 2.500 - Manutenção da Gestão Administrativa Superior da Fundação Irmã Vera
Elemento da Despesa: 11 – 3.3.90.48.00.00.00.00.00.01 – Outros Auxílios Financeiros a Pessoas Físicas R\$ 250.000,00.

Art. 2º Para atender a abertura do crédito adicional suplementar de que trata o artigo 1º deste Decreto, fica utilizado recurso das dotações orçamentárias abaixo identificadas:

Órgão: 09 – Poder Executivo
Unidade: 06 – Secretaria de Educação e Esporte
Projeto/Atividade: 1.096 – Construção de Pista de Skate
Elemento da Despesa: 424 – 4.4.90.51.00.00.00.00.00.01 – Obras e InstalaçõesR\$ 50.000,00

Órgão: 09 – Poder Executivo
Unidade: 06 – Secretaria de Educação e Esporte
Projeto/Atividade: 1.097 – Construção do Canil Municipal
Elemento da Despesa: 426 – 4.4.90.51.00.00.00.00.00.01 – Obras e Instalações R\$ 200.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

EVERALDO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

LEI Nº 1.855/15

LEI Nº 1.855 DE 26 DE OUTUBRO DE 2015.

"DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DA FUNDAÇÃO IRMÃ VERA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA/SC., Sr. Everaldo dos Santos, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir um crédito adicional suplementar, no orçamento vigente da Fundação Irmã Vera,

readequando a dotação orçamentária no valor de R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais), na seguinte classificação:

Órgão: 17 – Fundação Irmã Vera
Unidade: 01 - Fundação Irmã Vera
Função: 2.500 - Manutenção da Gestão Administrativa Superior da Fundação Irmã Vera
Elemento da Despesa: 11 – 3.3.90.48.00.00.00.00.00.01 – Outros Auxílios Financeiros a Pessoas Físicas R\$ 250.000,00.

Art. 2º Para atender a abertura do crédito adicional suplementar de que trata o artigo 1º desta Lei, fica autorizada a utilização de recursos das dotações orçamentárias abaixo identificadas:

Órgão: 09 – Poder Executivo
Unidade: 06 – Secretaria de Educação e Esporte
Projeto/Atividade: 1.096 – Construção de Pista de Skate
Elemento da Despesa: 424 – 4.4.90.51.00.00.00.00.00.01 – Obras e InstalaçõesR\$ 50.000,00

Órgão: 09 – Poder Executivo
Unidade: 06 – Secretaria de Educação e Esporte
Projeto/Atividade: 1.097 – Construção do Canil Municipal
Elemento da Despesa: 426 – 4.4.90.51.00.00.00.00.00.01 – Obras e Instalações R\$ 200.000,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

EVERALDO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

SUSPENSÃO PREGÃO 021/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA

EDITAL PREGÃO PRESENCIAL 021/2015 – PML
AVISO DE SUSPENSÃO
COMUNICADO

O MUNICÍPIO DE LAGUNA informa que o Pregão Presencial 021/2015 para a aquisição de placas de sinalização de trânsito está suspenso.

Laguna, 26 de outubro de 2015.
Waldir José de Souza
Pregoeiro

Lebon Regis

PREFEITURA

DECRETO Nº 088/2015

DECRETO Nº 088/2015, de 20 de outubro de 2015.

“Dispõe sobre a Comissão Municipal de Revisão do Plano de Carreira dos Servidores do Magistério Público Municipal.”

O PREFEITO MUNICIPAL DE LEBON RÉGIS, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são atribuídas pelo Artigo 104 da Lei Orgânica Municipal, DECRETA:

Art. 1º. Fica nomeada a Comissão Municipal de Revisão do Plano de Carreira dos Servidores do Magistério Público Municipal, que passa a ter a seguinte composição:

· Representante da Secretaria Municipal de Educação:

Titular: Marcos Antonio Ferreira
Suplente: Eny Tramontina Coffferri

· Representante do Conselho Municipal de Educação:

Sirlei Granemann de Oliveira

· Representando o Conselho Municipal do FUNDEB:

Roseli Aparecida Lima

· Representando a Prefeitura Municipal/Setor de Contabilidade:

Sério Inhaia

· Representando a Câmara de Vereadores:

Titular: Maurício Passos Pinheiro
Suplente: Pedro Adelmir do Prado

· Representando os Professores da C.M.E.I Prof Walmor Carlin do Prado:

Maira Zuleica Maciel de Souza

· Representando os Professores da C.M.E.I Primeiros Passos:

Elenice Ribeiro da Silva

· Representando os Professores da C.M.E.I Comecinho de Vida:

Gilvane Aparecida do Prado

· Representante dos Professores da E.M Princesa Isabel:

Janete Terezinha de Mello

· Representante da E.M Santa Isabel:

Vera Lucia S. Nogueira

· Representante dos Professores da E.m Santa Catarina:

Sandra Iara Vidal

· Representando os Professores da E.M Rio do Meio:

Neuza de Fátima Dias

· Representando os Professores da E.M Linha Vitória:

Geovane Maciel

· Representando os Professores da E.M Núcleo Rio Doce

Leocir Geovani Peretti

· Representando os Professores da E.M Nossa Sra. De Lourdes

Jean Carlos Silveira

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se

Lebon Régis, 20 de outubro de 2015.
Ludovino Labas
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no Diário Oficial dos Municípios.

Cleuza Maria Redolfi Tomacheuski
Secretária de Administração e Finanças

DECRETO Nº 090/2015

DECRETO Nº 090/2015, de 16 de outubro de 2015.

DECLARA EM SITUAÇÃO ANORMAL CARACTERIZADA COMO SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA, A ÁREA DO MUNICÍPIO AFETADA POR GRANIZO.

Ludovino Labas, Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso das atribuições legais conferidas pelo artigo 104, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município, pelo Art. 7 do Decreto Federal no 7.257, de 4 de agosto de 2010, pela Lei Estadual nº 10.925, de 22 de setembro de 1998, pelo Decreto Estadual nº 3.924, de 11 de janeiro de 2006 e pela Resolução no 3 do Conselho Nacional de Defesa Civil.

CONSIDERANDO QUE:

- A ocorrência de granizo, acompanhado de vento forte, ocorrida no dia 15 de Outubro de 2015, atingindo o Município.

- Como consequência desse desastre, resultaram os danos e prejuízos constantes do formulário de avaliação de danos.

- a recomendação da Coordenadoria Municipal de Defesa Civil, que avaliou e quantificou o desastre em acordo com a Resolução nº 3 do Conselho Nacional de Defesa Civil – CONDEC;

- concorrem como critérios agravantes da situação de anormalidade: o grau de vulnerabilidade do cenário e da população afetada.

DECRETA:

Art. 1º Fica declarada a existência de situação anormal provocada por desastre natural e caracterizada como Situação de Emergência.

Parágrafo único. Esta situação de anormalidade é válida apenas para as áreas deste Município, comprovadamente afetadas pelo desastre, conforme prova documental estabelecida pelo Formulário de Avaliação de Danos e pelo Croqui da Área Afetada.

Art. 2º Confirma-se a mobilização do Sistema Nacional de Defesa Civil, no âmbito do Município, sob a coordenação da Comissão Municipal de Defesa Civil – COMPDEC e autoriza-se o desencadeamento do Plano Emergencial de Resposta aos Desastres, após adaptado à situação real desse desastre.

Art. 3º Autoriza-se a convocação de voluntários, para reforçar as ações de resposta aos desastres, e a realização de campanhas de arrecadação de recursos, junto à comunidade, com o objetivo de facilitar as ações de assistência à população afetada pelo desastre.

Parágrafo único. Essas atividades serão coordenadas pela Secretaria Executiva da COMPDEC.

Art. 4º De acordo com o estabelecido nos incisos XI e XXV do artigo 5º da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, autoriza-se as autoridades administrativas e os agentes de defesa civil, diretamente responsáveis pelas ações de resposta aos desastres, em caso de risco iminente:

I - penetrar nas casas, a qualquer hora do dia ou da noite, mesmo sem o consentimento do morador, para prestar socorro ou para determinar a pronta evacuação das mesmas;

II - usar da propriedade, inclusive particular, em circunstâncias que possam provocar danos ou prejuízos ou comprometer a segurança de pessoas, instalações, serviços e outros bens públicos ou particulares, assegurando-se ao proprietário indenização ulterior, caso o uso da propriedade provoque danos à mesma.

Parágrafo único. Será responsabilizado o agente da defesa civil ou a autoridade administrativa que se omitir de suas obrigações, relacionadas com a segurança global da população.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, devendo vigor por um prazo de 90 (noventa) dias.

Parágrafo único. O prazo de vigência deste Decreto pode ser prorrogado até completar um máximo de 180 dias.

Gabinete do Prefeito.
Lebon Régis, 16 de Outubro de 2015
LUDOVINO LABAS
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto na mesma nesta Secretaria

CLEUZA MARIA R. TOMACHEUSKI
Secretária de Administração e Finanças

DECRETO Nº 091/2015

DECRETO Nº 091/2015, de 21 de outubro de 2015.

“Revoga o decreto número 013/2015 de 23 de fevereiro de 2015”.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LEBON RÉGIS, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são atribuídas pelo Artigo 104 da Lei Orgânica Municipal; DECRETA:

Art. 1º. Fica expressamente revogado o decreto número 013/2015 que tratava sobre a alteração da Comissão Municipal de Defesa Civil –COMDEC, do Município de Lebon Régis/SC, em razão desta

Comissão ter sido extinta e substituída pela Coordenadoria Municipal Proteção de Defesa Civil- COMPDEC, do Município de Lebon Régis, criada na estrutura administrativa pela Lei 1.456/2013 cujos membros que atualmente compõe e respondem por esta coordenadoria estão relacionados no decreto número 17/2015.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito.
Lebon Régis, 21 de Outubro de 2015
LUDOVINO LABAS
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto na mesma nesta Secretaria

CLEUZA MARIA R. TOMACHEUSKI
Secretária de Administração e Finanças

DECRETO Nº 092/2015

DECRETO Nº 092/2015, de 21 de outubro de 2015.

Dispõe sobre nomeação de membros para compor a Comissão Central Organizadora – CCO – do aniversário, do Município de Lebon Régis e dá outras providências”.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LEBON REGIS, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais:

DECRETA:

Art. 1º. Ficam nomeados os membros abaixo relacionados para comporem a Comissão Central Organizadora – CCO do aniversário dos 57 anos de emancipação político administrativo do Município de Lebon Régis (SC).

- Adair Mattos
- Adenilton Carlim do Prado
- Alessandro Granemann de Souza
- Eny Tramontina Cofferi
- Francisco Jucelino Riberio
- João Carlos Rizzo Moreira
- Mairon Ribeiro
- Marcos Ferreira
- Maycon Szyndrowski
- Osmar Padilha Puttkamer
- Reginaldo Rosário da Cruz
- Roberto Caetano Moraes
- Rosane Regina de Souza
- Tainá Grazziotin
- Valdemir Pedrozo

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito.
Lebon Régis, 21 de Outubro de 2015
LUDOVINO LABAS
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto na mesma nesta Secretaria

CLEUZA MARIA R. TOMACHEUSKI
Secretária de Administração e Finanças

DECRETO Nº 093/2015

DECRETO Nº 93, de 23 de Outubro de 2015.

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR PELO SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO APURADO ATÉ 31 DE DEZEMBRO DE 2014, NO ORÇAMENTO VINGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE LEBON REGIS.

LUDOVINO LABAS, Prefeito Municipal de Lebon Régis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e conforme Inciso III do art. 11, da Lei Municipal nº 1506/2014 de 18 de Dezembro de 2014;

DECRETA:

Art. 1º - Fica o departamento de contabilidade da Prefeitura Municipal de Lebon Régis, autorizado a proceder à suplementação no Orçamento da Prefeitura Municipal com Iduso, Fonte e detalhamento de recursos no valor de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), na seguinte dotação orçamentária:

Órgão	Unidade	Função	Sub função	Programa	Proj/Atividade	Elemento	Fonte Recurso	Valor R\$.
94	10	10	302	29	2.61	4490	0.3.38	80.000,00

Art. 2º - Para suporte do crédito adicional suplementar de que trata o artigo 1º deste decreto, fica utilizado no mesmo valor recursos do superávit financeiro do exercício de 2014 conforme iduso e fonte recurso conforme tabela abaixo.

IDuso	Grupo	Especificação TCE	Valor R\$.
0	1	38	80.000,00

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 23 de Outubro de 2015.

LUDOVINO LABAS

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no Diário Oficial dos Municípios - DOM-SC.

CLEUZA M. R. TOMACHEUSKI

Secretária de Administração e Finanças

DECRETO Nº 094/2015

DECRETO Nº 94, de 23/10/2015.

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, NO ORÇAMENTO VINGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE LEBON REGIS.

LUDOVINO LABAS, Prefeito Municipal de Lebon Régis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e conforme Inciso II do art. 10, da Lei Municipal nº 1506/2014 de 18 de Dezembro de 2014;

DECRETA:

Art. 1º - Fica o departamento de contabilidade a proceder à suplementação no Orçamento da Prefeitura Municipal com Iduso, Fonte e detalhamento de recursos no valor de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), na seguintes dotações orçamentárias:

Órgão	Unidade	Função	Sub função	Programa	Proj/Atividade	Elemento	Fonte Recurso	Valor R\$.
94	10	10	302	29	2.65	3190	0.1.02	20.000,00
94	10	10	302	29	2.65	3390	0.1.38	30.000,00
94	10	10	302	29	2.65	3390	0.1.02	20.000,00
94	10	10	302	29	2.65	4490	0.1.02	10.000,00

Art. 2º - Para suporte do crédito adicional suplementar de que trata o artigo 1º deste decreto, fica utilizado no mesmo valor recursos da anulação da seguinte dotação orçamentária.

Órgão	Unidade	Função	Sub função	Programa	Proj/Atividade	Elemento	Fonte Recurso	Valor R\$.
94	10	10	302	29	2.65	4490	0.3.38	80.00,00

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 23 de Outubro de 2015.

LUDOVINO LABAS

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no Diário Oficial dos Municípios - DOM-SC.

CLEUZA M. R. TOMACHEUSKI

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 522/2015 - HMMSA

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE LEBON RÉGIS

HOSPITAL E MATERNIDADE MUNICIPAL S. ANTONIO
PORTARIA Nº. 0522/2015 de 01 de Outubro de 2015.

O Presidente do Conselho Superior de Administração do Hospital e Maternidade Municipal Santo Antonio de Lebon Régis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Artigo 4º , Alínea f do Regimento Interno desta Instituição, de 14 de Maio de 1979, e de conformidade com o Art. 96 § 3º da Lei Complementar nº 076 de 12/01/2012.

RESOLVE:

ART. 1º - INDENIZAR INTEGRALMENTE, a Licença Prêmio de 18 dias ao servidor, VOLNEI ALVES WEBBER, ocupante do cargo de TÉCNICO EM ENFERMAGEM , relativo ao período aquisitivo de 11/01/2014 a 12/01/2015.

ART 2º. - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se

Hospital e Maternidade Municipal Santo Antonio, em 01 de Outubro de 2015
MOACIR GALENO VARELA FURTADO
Presidente

PORTARIA Nº 523/2015 - HMMSA

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE LEBON RÉGIS

HOSPITAL E MATERNIDADE MUNICIPAL S. ANTONIO
PORTARIA Nº. 0523/2015 de 01 de Outubro de 2015.

O Presidente do Conselho Superior de Administração do Hospital e Maternidade Municipal Santo Antonio de Lebon Régis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Artigo 4º , Alínea f do Regimento Interno desta Instituição, de 14 de Maio de 1979.

RESOLVE:

ART. 1º - NOMEAR E EMPOSSAR , através de concurso público, a Servidora, LUZIA LUCIMAR LEFFER, para ocupar o cargo de TÉCNICA EM ENFERMAGEM, constante do quadro de pessoal efetivo do Hospital, a partir de 01/10/2015.

ART 2º. - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se

Hospital e Maternidade Municipal Santo Antonio, em 01 de outubro de 2015.
MOACIR GALENO VARELA FURTADO
Presidente

PORTARIA Nº 524/2015 - HMMSA

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE LEBON RÉGIS

HOSPITAL E MATERNIDADE MUNICIPAL S. ANTONIO
PORTARIA Nº. 0524/2015 de 13 de Outubro de 2015.

O Presidente do Conselho Superior de Administração do Hospital e Maternidade Municipal Santo Antonio de Lebon Régis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Artigo 4º , Alínea f do Regimento Interno desta Instituição, de 14 de Maio de 1979. e de conformidade com a lei nº 060/ de 10/12/2009.

RESOLVE:

ART. 1º - EXONERAR A PEDIDO O FUNCIONÁRIA, ODAIR GUEDES DA SILVA, ocupante do cargo de TÉCNICO EM ENFERMAGEM do quadro de pessoal do hospital, a partir de 13/10/2015.

ART 2º. - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se

Hospital e Maternidade Municipal Santo Antonio, em 13 de Outubro de 2015.
MOACIR GALENO VARELA FURTADO
Presidente

PORTARIA Nº 525/2015 - HMMSA

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE LEBON RÉGIS

HOSPITAL E MATERNIDADE MUNICIPAL S. ANTONIO
PORTARIA Nº. 0525/2015 de 13 de Outubro de 2015.

O Presidente do Conselho Superior de Administração do Hospital e Maternidade Municipal Santo Antonio de Lebon Régis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Artigo 4º , Alínea f do Regimento Interno desta Instituição, de 14 de Maio de 1979. e de conformidade com a lei nº 060/ de 10/12/2009.

RESOLVE:

ART. 1º - EXONERAR A PEDIDO O FUNCIONÁRIO, IDINEI JOSÉ GUEDES, ocupante do cargo de TÉCNICO EM ENFERMAGEM do quadro de pessoal do hospital, a partir de 13/10/2015.

ART 2º. - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se

Hospital e Maternidade Municipal Santo Antonio, em 13 de Outubro de 2015.
MOACIR GALENO VARELA FURTADO
Presidente

Leoberto Leal

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 009/2015 - FMS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº009/2015 - FMS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 012/2015, PARA EVENTUAIS AQUISIÇÕES PARCELADAS DE MEDICAMENTOS NÃO SUJEITOS A CONTROLE ESPECIAL E MEDICAMENTOS SUJEITOS A CONTROLE ESPECIAL, DESTINADOS A DISTRIBUIÇÃO NA FARMÁCIA BÁSICA MUNICIPAL PERTENCENTE AO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LEOBERTO LEAL, CONFORME ANEXO I, DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 016/2015.

Aos 18 (dezoito) dias do mês de junho do ano de 2015, nos termos do artigo 15 da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, o Pregoeiro e a Equipe de Apoio, designados através da Portaria nº 054, de 28 de fevereiro de 2011, para recebimento e abertura dos envelopes contendo as Propostas de Preços e os Documentos de Habilitação, visando o REGISTRO DE PREÇOS para eventuais aquisições parceladas de medicamentos não sujeitos a controle especial e medicamentos sujeitos a controle especial, destinados a distribuição na Farmácia Básica Municipal pertencente ao Fundo Municipal de Saúde de Leoberto Leal, conforme Anexo I, que acompanha este edital.

VICTÓRIA COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

CNPJ: 00.088.317/0001-21

RUA SÃO PAULO, Nº 862, SÃO GERALDO, CEP: 90.230-160, PORTO ALEGRE/RS

AGLON COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA

CNPJ: 65.817.900/0001-71

AVENIDA VISCONDE DE NOVA GRANADA, Nº 1105, VILA GROSSKLAUSS, CEP: 13.617-400, LEME/SP

PROSAÚDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA

CNPJ: 85.247.385/0001-49

RUA URUGUAI, Nº 1538E, MARIA GORETTI, CEP: 89.801-447, CHAPECÓ/SC

CONQUISTA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA EPP

CNPJ: 12.418.191/0001-95

RUA PEDRA VERMELHA, Nº 112, TABULEIRO, CEP: 88.340-000, CAMBORIU/SC

INOVAMED COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA

CNPJ: 12.889.035/0001-02

RUA SIDNEY GUERRA, Nº 283, LINHO, CEP: 99.700-000, ERECHIM/RS

AGIL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA ME

CNPJ: 20.590.555/0001-48

AVENIDA PREFEITO GUIOMAR DE JESUS LOPES, Nº 418, CRISTO REI, CEP: 85.602-510, FRANCISCO BELTRÃO/PR

DIMACI/SC MATERIAL CIRURGICO LTDA

CNPJ: 05.531.725/0001-20

AVENIDA ARY MIGUEL DA SILVEIRA, Nº 391, JARDIM ELDORADO, CEP: 88.133-531, PALHOÇA/SC

DIMASTER COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

CNPJ: 02.520.829/0001-40

ROD BR 480, Nº 180, CENTRO, CEP: 99.740-000, BARÃO DE COTEGIPE/RS

COMERCIAL CIRÚRGICA RIOCLARENSE LTDA

CNPJ: 67.729.178/0004-91

RUA DA SAUDADE, Nº 45, CAMPO DA MOGIANA, CEP: 37.701-331, POÇOS DE CALDA/MG

CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

CNPJ: 03.652.030/0001-70

ROD BR 480, Nº 795, CENTRO, CEP: 99.740-000, BARÃO DE COTEGIPE/RS

MAURO MARCIANO COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA

CNPJ: 94.894.169/0001-86

RUA SAMUEL KRUCHIM, Nº 200, PATRONATO, CEP: 97.020-670, SANTA MARIA/RS

ANGEOMED COMÉRCIO DE PRODUTOS MÉDICO HOSPITALAR EIRELI EPP

CNPJ: 02.607.956/0001-81

RUA OCTAVIANO TEIXEIRA DOS SANTOS, Nº 1132, CENTRO, CEP: 85.601-030, FRANCISCO BELTRÃO/PR

ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA

CNPJ: 00.802.002/0001-02

ESTRADA BOA ESPERANÇA, Nº 2320, FUNDO CANOAS, CEP: 89.163-554, RIO DO SUL/SC

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO.

A presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS tem por objeto, eventuais aquisições parceladas de medicamentos não sujeitos a controle especial e medicamentos sujeitos a controle especial, destinados a distribuição na Farmácia Básica Municipal pertencente ao Fundo Municipal de Saúde de Leoberto Leal, conforme Anexo I, que acompanha este edital, a contar da data de assinatura da presente ata.

CLÁUSULA SEGUNDA: DA VIGÊNCIA.

A presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS vigorará pelo período de 12 (doze) meses, a contar de sua assinatura.

CLÁUSULA TERCEIRA: DO PREÇO.

As proponentes registradas para os itens cotados são as seguintes:

GRUPO I – MEDICAMENTOS NÃO SUJEITOS A CONTROLE ESPECIAL

ITEM	MEDICAMENTO	APRESENTAÇÃO	QUANT.	UND.	PREÇO UNIT. MÁXIMO	PREÇO TOTAL MÁXIMO	MARCA	EMPRESA VENDEDORA
1	Aciclovir	Creme dermatológico 50mg/g – tubo 10 gramas	300	TB.	1,75	525,00	PRATI DONADUZZI	CENTERMEDI COM. DE PROD. HOSP. LTDA.
2	Ácido acetilsalicílico	Comprimido 500 mg	1.000	COMP.	0,03	30,00	IMEC	CENTERMEDI COM. DE PROD. HOSP. LTDA.
3	Ácido acetilsalicílico	Comprimido 100 mg	70.000	COMP.	0,0179	1.253,00	SOBRAL	DIMACI/SC MAT. CIRÚRGICO LTDA.
4	Ácido fólico	Comprimido 5 mg	25.000	COMP.	0,037	925,00	NATULAB	DIMASTER COM. DE PROD. HOSP. LTDA.
5	Acido fólico	Solução oral 0,2mg/ml – frasco 30 ml	50	FR.	5,20	260,00	NATULAB	DIMASTER COM. DE PROD. HOSP. LTDA.
7	Albendazol	Suspensão oral 40 mg/mL – frasco 10 ml	500	FR.	0,945	472,50	PRATI	DIMACI/SC MAT. CIRÚRGICO LTDA.
8	Alendronato de sódio	Comprimido 10mg	2.000	COMP.	0,165	330,00	UCI FARMA	CENTERMEDI COM. DE PROD. HOSP. LTDA.
9	Alendronato de sódio	Comprimido 70 mg	2.000	COMP.	0,32	640,00	ELOFAR	CONQUISTA DIST. DE MÉD.E PROD. HOSP. LTDA.
10	Alopurinol	Comprimido 100 mg	10.000	COMP.	0,029	290,00	SANVAL	ANGEOMED COM. DE PROD. MÉD. HOSP. EIRELI EPP.
11	Alopurinol	Comprimido 300 mg	10.000	COMP.	0,11	1.100,00	PRATI DONADUZZI	CENTERMEDI COM. DE PROD. HOSP. LTDA.
12	Ambroxol	Xarope infantil 3mg/ml – frasco 100 ml	500	FR.	0,85	425,00	FARMACE	DIMACI/SC MAT. CIRÚRGICO LTDA.
13	Ambroxol	Xarope adulto 6mg/ml – frasco 100 ml	500	FR.	0,85	425,00	FARMACE	DIMACI/SC MAT. CIRÚRGICO LTDA.
14	Aminofilina	Comprimido 100mg	5.000	COMP.	0,0409	204,50	VITAPAN	PROSAÚDE DIST. DE MED. LTDA.
15	Aminofilina	Solução injetável 24mg/ml IM/IV – ampola 10 ml	20	AMP.	1,12	22,40	TEUTO	ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA.

16	Amiodarona, cloridrato de	Comprimido 200 mg	10.000	COMP.	0,234	2.340,00	GEOLAB	DIMASTER COM. DE PROD. HOSP. LTDA.
17	Amiodarona, cloridrato de	Solução injetável 50mg/ml – ampola 3ml	50	AMP.	2,00	100,00	HIPOLABOR	ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA.
18	Amoxicilina	Cápsula ou comprimido 500 mg	30.000	CP.	0,10	3.000,00	TEUTO	DIMACI/SC MAT. CIRÚRGICO LTDA.
19	Amoxicilina	Pó para suspensão oral 50 mg/mL – frasco 60 ml	1.500	FR.	1,59	2.385,00	PRATI	DIMASTER COM. DE PROD. HOSP. LTDA.
20	Amoxicilina + clavulanato de potássio	Comprimido 500 mg + 125 mg	4.000	COMP.	0,82	3.280,00	SANDOZ	COMERCIAL CIRÚRGICA RIOCLARENSE LTDA.
21	Amoxicilina + clavulanato de potássio	Suspensão oral 50 mg + 12,5 mg/mL Frasco com 100 mL	300	FR.	12,00	3.600,00	SANDOZ	CENTERMEDI COM. DE PROD. HOSP. LTDA.
22	Ampicilina	Comprimido 500mg	2.000	COMP.	0,145	290,00	PRATI DONADUZZI	CENTERMEDI COM. DE PROD. HOSP. LTDA.
23	Anlodipino, besilato de	Comprimido de 5 mg	10.000	COMP.	0,0219	219,00	VITAPAN	PROSAÚDE DIST. DE MED. LTDA.
24	Anlodipino, besilato de	Comprimido de 10 mg	10.000	COMP.	0,0435	435,00	VITAPAN	PROSAÚDE DIST. DE MED. LTDA.
25	Atenolol	Comprimido 50 mg	25.000	COMP.	0,0256	640,00	VITAPAN	PROSAÚDE DIST. DE MED. LTDA.
26	Atenolol	Comprimido 25 mg	5.000	COMP.	0,0218	109,00	VITAPAN	PROSAÚDE DIST. DE MED. LTDA.
27	Atropina sulfato de	Solução injetável 0,25mg/ml – ampola 1 ml	100	AMP.	0,31	31,00	ISOFARMA	MAURO MARCIANO COM. DE MED. LTDA.
28	Azitromicina	Pó para suspensão oral 40 mg/mL	300	FR.	2,16	648,00	PHARLAB	DIMACI/SC MAT. CIRÚRGICO LTDA.
29	Azitromicina	Comprimido 500 mg	3.000	COMP.	0,329	987,00	MEDQUIMICA	CONQUISTA DIST. DE MÉD.E PROD. HOSP. LTDA.
30	Beclometasona, dipropionato de	Spray nasal aquoso, 50 mcg, suspensão tópica, contendo 200 doses	70	FR.	20,00	1.400,00	GLAXO SMITHKLIR	ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA.
31	Beclometasona, dipropionato de	Solução pressurizada para inalação oral (aerossol) 250 µg/dose, 200 doses	150	FR.	46,50	6.975,00	CHIESI	MAURO MARCIANO COM. DE MED. LTDA.
32	Benzilpenicilina benzatina	Pó para suspensão injetável 600.000 UI	200	AMP.	3,98	796,00	TEUTO	DIMASTER COM. DE PROD. HOSP. LTDA.
33	Benzilpenicilina benzatina	Pó para suspensão injetável 1.200.000 UI	400	AMP.	10,04	4.016,00	TEUTO	ANGEOMED COM. DE PROD. MÉD. HOSP. EIRELI EPP.
34	Benzilpenicilina procaína + Benzilpenicilina potássica	Suspensão injetável 300.000 UI + 100.000 UI	50	AMP.	3,15	157,50	ARISTON	ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA.
35	Benzoato de benzila	Loção 25%	300	FR.	1,34	402,00	IFAL	CENTERMEDI COM. DE PROD. HOSP. LTDA.
36	Betaistina dicloridrato	Comprimido 16mg	500	COMP.	0,21	105,00	EUROFARMA	INOVAMED COM. DE MED. LTDA ME.

37	Betametasona (na forma de dipropionato) 5mg/ml Betametasona (na forma de fosfato dissódico) 2mg/ml	Solução injetável – ampola 1 ml	800	AMP.	2,75	2.200,00	PHARLAB	COMERCIAL CIRÚRGICA RIOCLARENSE LTDA.
38	Brometo de N-butilescopolamina + Dipirona sódica	Comprimido 10mg + 250mg	20.000	COMP.	0,22	4.400,00	NEO Q/HYP/BRAIN	COMERCIAL CIRÚRGICA RIOCLARENSE LTDA.
39	Brometo de N-butilescopolamina + Dipirona sódica	Solução injetável 20mg/ml + 2500mg/5ml ampola 5 ml	500	AMP.	1,47	735,00	HIPOLABOR	DIMACI/SC MAT. CIRÚRGICO LTDA.
40	Brometo de N-butilescopolamina	Solução injetável 20mg/ml-ampola 1 ml	100	AMP.	1,05	105,00	TEUTO	MAURO MARCIANO COM. DE MED. LTDA.
41	Brometo de N-butilescopolamina	Comprimido 10mg	2.000	COMP.	0,34	680,00	UNIÃO QUIMICA	MAURO MARCIANO COM. DE MED. LTDA.
43	Brometo de N-butilescopolamina + Dipirona	Solução oral 6,67 mg/ml+ 333,4 mg/ml Frasco com 20 ml	500	FR.	2,23	1.115,00	FARMACE	DIMASTER COM. DE PROD. HOSP. LTDA.
44	Bromoprida	Solução oral 4mg/ml frasco com 20 ml	1.000	FR.	0,852	852,00	MARIOL	ANGEOMED COM. DE PROD. MÉD. HOSP. EIRELI EPP.
45	Bromoprida	Solução injetável 5 mg/ml – ampola 2 ml	500	AMP.	0,88	440,00	WASSER	MAURO MARCIANO COM. DE MED. LTDA.
46	Captopril	Comprimido 25 mg	50.000	COMP.	0,016	800,00	GEOLAB	CENTERMEDI COM. DE PROD. HOSP. LTDA.
47	Carbocisteína	Xarope adulto 50mg/ml frasco 100 ml	1.000	FR.	1,98	1.980,00	PRATI	DIMASTER COM. DE PROD. HOSP. LTDA.
48	Carbocisteína	Xarope infantil 20mg/ml – frasco 100 ml	1.000	FR.	1,61	1.610,00	NATIVITA	CENTERMEDI COM. DE PROD. HOSP. LTDA.
49	Carbonato de cálcio + colecalciferol	Comprimido 600mg + 400 UI	15.000	COMP.	0,279	4.185,00	BIONATUS	ANGEOMED COM. DE PROD. MÉD. HOSP. EIRELI EPP.
50	Carmelose sódica	5mg/ml solução oftálmica, frasco(s) gota(s), com x 5ml	50	FR.	48,20	2.410,00	UNIÃO QUIMICA	ANGEOMED COM. DE PROD. MÉD. HOSP. EIRELI EPP.
51	Carvedilol	Comprimido 3,125 mg	2.000	COMP.	0,07	140,00	TORRENT	ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA.
52	Carvedilol	Comprimido 6,25 mg	10.000	COMP.	0,075	750,00	TORRENT	ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA.
53	Carvedilol	Comprimido 12,5 mg	10.000	COMP.	0,085	850,00	TORRENT	ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA.
54	Carvedilol	Comprimido 25 mg	10.000	COMP.	0,108	1.080,00	TORRENT	ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA.
55	Cefalexina (sódica ou cloridrato)	Cápsula 500 mg	15.000	CP.	0,17	2.550,00	TEUTO	ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA.
56	Cefalexina (sódica ou cloridrato)	Pó para suspensão oral 50 mg/mL – frasco 60ml	250	FR.	2,90	725,00	TEUTO	DIMACI/SC MAT. CIRÚRGICO LTDA.
57	Cefazolina	Injetável 1 grama	50	AMP.	5,21	260,50	AUROBINDO	MAURO MARCIANO COM. DE MED. LTDA.

58	Ceftriaxona	Solução injetável 1g IM / IV	500	AMP.	5,42	2.710,00	AGILA	ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA.
60	Cetoconazol	Xampu 2%	100	FR.	3,179	317,90	NATIVITA	CONQUISTA DIST. DE MÉD.E PROD. HOSP. LTDA.
61	Cetoconazol	Comprimido 200mg	2.000	COMP.	0,088	176,00	GEOLAB	MAURO MARCIANO COM. DE MED. LTDA.
62	Cetoconazol	Creme dermatológico 20mg/g tubo com 30 gramas	500	TB.	1,15	575,00	HIPOLABOR	DIMACI/SC MAT. CIRÚRGICO LTDA.
63	Ciclobenzaprina	Comprimido 10mg	10.000	COMP.	0,166	1.660,00	EMS	ANGEOMED COM. DE PROD. MÉD. HOSP. EIRELI EPP.
64	Ciprofloxacino, cloridrato de	Comprimido 500 mg	5.000	COMP.	0,1365	682,50	PRATI	DIMACI/SC MAT. CIRÚRGICO LTDA.
65	Claritromicina	Cápsula ou comprimido 500 mg	2.000	CP.	0,89	1.780,00	PHARLAB	COMERCIAL CIRÚRGICA RIOCLARENSE LTDA.
67	Clindamicina, cloridrato de	Cápsula 300 mg	2.000	CP.	0,98	1.960,00	TEUTO	COMERCIAL CIRÚRGICA RIOCLARENSE LTDA.
68	Clonidina	Solução injetável 150mcg/ml – ampola 1ml	10	AMP.	8,00	80,00	CRISTALIA	ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA.
69	Clopidogrel bissulfato de	Comprimido 75mg	20.000	COMP.	0,359	7.180,00	ACTAVIS	DIMACI/SC MAT. CIRÚRGICO LTDA.
70	Cloranfenicol+colagenase	Pomada 10mg+0,6u/g tubo com 30 gramas	200	TB.	8,50	1.700,00	IRUXOL-ABBC	AGLON COM. E REPR. LTDA.
71	Cloreto de Potássio	Comprimido ou drágea 600mg	5.000	COMP.	0,48	2.400,00	NOVARTIS	AGIL DISTR. DE MED. LTDA ME.
72	Cloreto de Benzalcônio+cloreto de sódio	Solução nasal 0,01% +0,9% - frasco 30 ml	500	FR.	0,499	249,50	NATIVITA	CONQUISTA DIST. DE MÉD.E PROD. HOSP. LTDA.
73	Cloridrato de ciprofloxacino + dexametasona	Solução oftálmica 3,5mg+1mg – frasco 5 ml	100	FR.	4,88	488,00	GEOLAB	MAURO MARCIANO COM. DE MED. LTDA.
74	Cloridrato de ciprofloxacino	Solução oftálmica 3,5 mg – frasco 5 ml	100	FR.	4,49	449,00	EMS	MAURO MARCIANO COM. DE MED. LTDA.
75	Colchicina	Comprimido 0,5 mg	500	COMP.	0,218	109,00	UCI	MAURO MARCIANO COM. DE MED. LTDA.
76	Colagenase clostrideopeptidase + proteases	Bisnaga 12,2ui/g+0,24ui/g Tubo com 30 gramas	100	BG.	19,00	1.900,00	CRISTALIA	ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA.
77	Complexo B polivitaminas	Comprimido	15.000	COMP.	0,04	600,00	VITAMED	CENTERMEDI COM. DE PROD. HOSP. LTDA.
78	Complexo B polivitaminas	Solução injetável - Ampola 2ml	200	AMP.	0,65	130,00	HYPOFARMA	ANGEOMED COM. DE PROD. MÉD. HOSP. EIRELI EPP.
79	Complexo B	Xarope, frasco 100ml	500	FR.	1,36	680,00	MEDQUIMICA	DIMACI/SC MAT. CIRÚRGICO LTDA.
80	Cromoglicato dissódico	Solução oftálmica 4% - frasco 5 ml	50	FR.	8,67	433,50	ALLERGAN	AGIL DISTR. DE MED. LTDA ME.

81	Cumarina + troxerutina	Cumarina 15 mg+ troxerrutina 90 mg Drágea	10.000	COMP.	0,144	1.440,00	CIFARMA	MAURO MARCIANO COM. DE MED. LTDA.
82	Deltametrina	0,02% xampu – frasco 100 ml	500	FR.	1,70	850,00	SANTA	ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA.
83	Dexametasona	Comprimido 4 mg	500	COMP.	0,15	75,00	TEUTO	PROSAÚDE DIST. DE MED. LTDA.
85	Dexametasona	Elixir 0,1 mg/mL – frasco 100 ml	1.000	FR.	1,1519	1.151,90	SOBRAL	PROSAÚDE DIST. DE MED. LTDA.
86	Dexametasona	Creme dermatológico 1 mg/g – tubo 10 gramas	1.500	TB.	0,5775	866,25	SANVAL	DIMACI/SC MAT. CIRÚRGICO LTDA.
87	Dexametasona	Suspensão oftálmica estéril 1 mg/mL, frasco 5 mL	100	FR.	6,45	645,00	GENON	ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA.
88	Dexametasona	Solução injetável 2mg/ml	100	AMP.	0,97	97,00	FARMACE	ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA.
89	Dexametasona + sulfato de neomicina+ sulfato de polimixina b	Suspensão oftálmica estéril 1mg/ml+5mg/ml+6000UI/ml – frasco 5 ml	50	FR.	8,60	430,00	GEOLAB	MAURO MARCIANO COM. DE MED. LTDA.
90	Dexclorfeniramina, maleato	Comprimido 2 mg	4.000	COMP.	0,0550	220,00	GEOLAB	PROSAÚDE DIST. DE MED. LTDA.
91	Dexclorfeniramina, maleato de	Xarope 2mg/5ml – frasco 120 ml	500	FR.	0,9599	479,95	TEUTO	PROSAÚDE DIST. DE MED. LTDA.
92	Diclofenaco Potássico	Comprimido 50mg	40.000	COMP.	0,037	1.480,00	GEOLAB	INOVAMED COM. DE MED. LTDA ME.
93	Diclofenaco Sódico	Comprimido 50mg	60.000	COMP.	0,018	1.080,00	VITAMED	CONQUISTA DIST. DE MÉD.E PROD. HOSP. LTDA.
94	Diclofenaco resinato	Solução oral 15mg/ml frasco 20 ml	1.000	FR.	1,66	1.660,00	VITAPAN	MAURO MARCIANO COM. DE MED. LTDA.
95	Diclofenaco	Solução injetável 75mg/3ml	500	FR.	0,39	195,00	TEUTO	DIMACI/SC MAT. CIRÚRGICO LTDA.
96	Digoxina	Comprimido 0,25 mg	10.000	COMP.	0,03	300,00	PHARLAB	PROSAÚDE DIST. DE MED. LTDA.
97	Diosmina + flavonoides (expresso em hesperidina)	Comprimido 450mg+50mg	50.000	COMP.	0,22	11.000,00	FLAVONID-NE	AGLON COM. E REPR. LTDA.
98	Dipirona	Solução injetável 500mg/ml – ampola 2 ml	500	AMP.	0,462	231,00	TEUTO	DIMACI/SC MAT. CIRÚRGICO LTDA.
99	Dipirona sódica	Solução oral 500 mg/mL frasco 10 ml	1.000	FR.	0,449	449,00	NATIVITA	CONQUISTA DIST. DE MÉD.E PROD. HOSP. LTDA.
100	Dipirona sódica	Comprimido 500mg	50.000	COMP.	0,06	3.000,00	GREEN	CENTERMEDI COM. DE PROD. HOSP. LTDA.
101	Dimenidrinato, vitamina b6, glicose, d-frutose ampola EV	Solução injetável 30 mg de dimenidrinato; 50 mg de cloridrato de piridoxina; 1.000 mg de glicose e 1.000 mg de D-frutose. – ampola 10 ml	500	AMP.	4,25	2.125,00	TAKEDA	CENTERMEDI COM. DE PROD. HOSP. LTDA.
102	Dopamina	Solução injetável 5mg/ml – ampola 10 ml	20	AMP.	1,30	26,00	TEUTO	ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA.
103	Doxasozina mesilato	Comprimido 2mg	10.000	COMP.	0,08	800,00	EMS	ANGEOMED COM. DE PROD. MÉD. HOSP. EIRELI EPP.

104	Doxasozina mesilato	Comprimido 4mg	10.000	COMP.	0,32	3.200,00	EMS	CENTERMEDI COM. DE PROD. HOSP. LTDA.
105	Enalapril, maleato de	Comprimido 5 mg	5.000	COMP.	0,044	220,00	CIMED	INOVAMED COM. DE MED. LTDA ME.
106	Enalapril, maleato de	Comprimido 10 mg	50.000	COMP.	0,0368	1.840,00	SANVAL	DIMACI/SC MAT. CIRÚRGICO LTDA.
107	Enalapril, maleato de	Comprimido 20 mg	5.000	COMP.	0,043	215,00	CIMED	INOVAMED COM. DE MED. LTDA ME.
108	Epinefrina/adrena- lina	Solução injetável 1mg/ml – ampola 1ml	100	AMP.	1,89	189,00	HIPOLABOR	CONQUISTA DIST. DE MÉD.E PROD. HOSP. LTDA.
109	Espironolactona	Comprimido 25 mg	15.000	COMP.	0,09	1.350,00	ASPEN	DIMACI/SC MAT. CIRÚRGICO LTDA.
110	Espironolactona	Comprimido 50mg	5.000	COMP.	0,105	525,00	HIPOLABOR	DIMACI/SC MAT. CIRÚRGICO LTDA.
111	Estrogênios conju- gados	Comprimido 0,625 mg	10.000	COMP.	0,478	4.780,00	CIFARMA	CENTERMEDI COM. DE PROD. HOSP. LTDA.
112	Estrogênios conju- gados	Crema vaginal 0,625 mg/g	150	TB.	29,80	4.470,00	WYETH	AGIL DISTR. DE MED. LTDA ME
113	Etinilestradiol + levonorgestrel	Comprimido 0,03 mg + 0,15 mg	5.000	COMP.	0,0239	119,50	MABRA	CENTERMEDI COM. DE PROD. HOSP. LTDA.
114	Fenoterol Bromidra- to de	Solução inalatória 5mg/ml – frasco 20 ml	100	FR.	1,4719	147,19	TEUTO	PROSAÚDE DIST. DE MED. LTDA.
115	Fibrinolisisina + deso- xirribonuclease+clo- ranfenicol	Pomada dermatológica 10mg/g Tubo com 30 gramas	100	TB.	23,43	2.343,00	CRISTALIA	ANGEOMED COM. DE PROD. MÉD. HOSP. EIRELI EPP.
116	Finasterida	Comprimido 5mg	10.000	COMP.	0,189	1.890,00	AUROBINDO	ANGEOMED COM. DE PROD. MÉD. HOSP. EIRELI EPP.
117	Fluconazol	Cápsula 150 mg	2.000	CP.	0,189	378,00	MEDQUIMICA	DIMACI/SC MAT. CIRÚRGICO LTDA.
118	Furosemida	Comprimido 40 mg	20.000	COMP.	0,034	680,00	HIPOLABOR	ANGEOMED COM. DE PROD. MÉD. HOSP. EIRELI EPP.
119	Furosemida	Solução injetável 20mg/ml – ampola 2 ml	200	AMP.	0,49	98,00	SANTISA	MAURO MAR- CIANO COM. DE MED. LTDA.
120	Glibenclamida	Comprimido 5 mg	5.000	COMP.	0,0197	98,50	MEDQUIMICA	INOVAMED COM. DE MED. LTDA ME.
121	Gliclazida	Comp. de liberação controla- da de 30 mg	5.000	COMP.	0,249	1.245,00	TORRENT	ALTERMED MAT. MED. HOSPITA- LAR LTDA.
122	Glicose 50%	Solução injetável 10ml	100	AMP.	0,25	25,00	SAMTEC	ALTERMED MAT. MED. HOSPITA- LAR LTDA.
123	Gliclazida	Comprimido de 80 mg	500	COMP.	0,0465	23,25	CIFARMA	CONQUISTA DIST. DE MÉD.E PROD. HOSP. LTDA.
124	Heparina sódica	Solução injetável 5.000ui/0,25ml uso subcutâ- neo	20	AMP.	4,95	99,00	CRISTALIA	ALTERMED MAT. MED. HOSPITA- LAR LTDA.

125	Hidralazina, cloridrato de	Comprimido 25 mg	20.000	COMP.	0,2499	4.998,00	NOVARTIS	ANGEOMED COM. DE PROD. MÉD. HOSP. EIRELI EPP.
126	Hidralazina cloridrato de	Solução injetável 20mg/ml ampola 1ml	50	AMP.	5,10	255,00	CRISTALIA	ANGEOMED COM. DE PROD. MÉD. HOSP. EIRELI EPP.
127	Hidroclorotiazida	Comprimido 25 mg	30.000	COMP.	0,0163	489,00	TEUTO	ANGEOMED COM. DE PROD. MÉD. HOSP. EIRELI EPP.
128	Hidrocortisona, acetato de	Crema dermatológico 10 mg/g – bisnaga 15 gramas	100	BG.	5,19	519,00	TEUTO	MAURO MARCIANO COM. DE MED. LTDA.
129	Hidrocortisona, acetato de	Solução injetável 100mg/ml	100	AMP.	3,35	335,00	BLAU	ANGEOMED COM. DE PROD. MÉD. HOSP. EIRELI EPP.
130	Hidrocortisona, acetato de	Solução injetável 500mg/ml	300	AMP.	6,35	1.905,00	TEUTO	DIMASTER COM. DE PROD. HOSP. LTDA.
131	Hidróxido de alumínio	Suspensão oral 61,5 mg – frasco 100 ml	500	FR.	1,52	760,00	IFAL	CENTERMEDI COM. DE PROD. HOSP. LTDA.
132	Hidróxido de alumínio + magnésio	Comprimido mastigável	5.000	COMP.	0,24	1.200,00	MEDQUIMICA	CONQUISTA DIST. DE MÉD.E PROD. HOSP. LTDA.
133	Hidroxiquinolina borato de + trietanolamina	Solução otológica 8ml	500	FR.	7,71	3.855,00	CERUMIN	AGLON COM. E REPR. LTDA.
134	Fluocinolona acetonida + sulfato de polimixina B + sulfato de neomicina + cloridrato de lidocaína)	Solução otológica	100	FR.	2,40	240,00	ELOFAR	MAURO MARCIANO COM. DE MED. LTDA.
136	Ibuprofeno	Solução oral 100mg/ml – Frasco 20 ml	1.000	FR.	1,94	1.940,00	MEDQUIMICA	MAURO MARCIANO COM. DE MED. LTDA.
137	Ibuprofeno	Comprimido 300 mg	20.000	COMP.	0,042	840,00	TEUTO	DIMACI/SC MAT. CIRÚRGICO LTDA.
138	Ibuprofeno	Comprimido 600 mg	30.000	COMP.	0,063	1.890,00	TEUTO	DIMACI/SC MAT. CIRÚRGICO LTDA.
139	Ipratrópio, brometo de	Aerossol 0,02 mg/dose	10	FR.	22,72	227,20	BOEHRINGER	ANGEOMED COM. DE PROD. MÉD. HOSP. EIRELI EPP.
140	Ipratrópio, brometo de	Solução inalante 0,25 mg/mL – frasco 20 ml	100	FR.	0,62	62,00	TEUTO	CENTERMEDI COM. DE PROD. HOSP. LTDA.
141	Isossorbida dinitrato de	Comprimido sublingual 5mg	149	COMP.	0,178	26,52	EMS	ANGEOMED COM. DE PROD. MÉD. HOSP. EIRELI EPP.
142	Isossorbida dinitrato de	Comprimido sublingual 10mg	500	COMP.	0,10	50,00	EMS	MAURO MARCIANO COM. DE MED. LTDA.
143	Isossorbida mononitrato	Comprimido 20 mg	5.000	COMP.	0,059	295,00	ZYDUS	INOVAMED COM. DE MED. LTDA ME.
144	Itraconazol	Cápsula 100 mg	400	CP.	0,48	192,00	PRATI	MAURO MARCIANO COM. DE MED. LTDA.

145	Ivermectina	Comprimido 6 mg	400	COMP.	0,294	117,60	VITAPAN	CENTERMEDI COM. DE PROD. HOSP. LTDA.
146	Levodopa + benzerazida	Comprimido convencional 100 mg + 25 mg	4.000	COMP.	0,85	3.400,00	PROLOPA BD-RO-CHE	AGLON COM. E REPR. LTDA.
147	Levodopa + benzerazida	Comprimido 200 mg + 50 mg	5.000	COMP.	0,63	3.150,00	PROLOPA-RO	AGLON COM. E REPR. LTDA.
148	Levodopa + carbidopa	Comprimido 250 mg + 25 mg	2.000	COMP.	0,168	336,00	TEUTO	DIMACI/SC MAT. CIRÚRGICO LTDA.
149	Levodropropizina	Xarope 30mg/5ml – frasco 120 ml	200	FR.	22,45	4.490,00	ACHE	AGIL DISTR. DE MED. LTDA ME
150	Levofloxacino	Comprimido 500mg	1.500	COMP.	0,65	975,00	EMS	ANGEOMED COM. DE PROD. MÉD. HOSP. EIRELI EPP.
151	Levotiroxina sódica	Comprimido 25 µg	7.000	COMP.	0,094	658,00	MERCK	INOVAMED COM. DE MED. LTDA ME.
152	Levotiroxina sódica	Comprimido 50 µg	7.000	COMP.	0,105	735,00	MERCK	INOVAMED COM. DE MED. LTDA ME.
153	Levotiroxina sódica	Comprimido 100 µg	7.000	COMP.	0,09	630,00	MERCK	INOVAMED COM. DE MED. LTDA ME.
154	Lidocaína, cloridrato de	Geleia 20 mg/g - tubo 30 gramas	20	TB.	1,43	28,60	PHARLAB	INOVAMED COM. DE MED. LTDA ME.
155	Lidocaína, cloridrato de	Aerossol 100 mg/mL	20	FR.	35,50	710,00	HIPOLABOR	ANGEOMED COM. DE PROD. MÉD. HOSP. EIRELI EPP.
157	Lidocaína, cloridrato de	Solução injetável 2% sem vasoconstritor	200	AMP.	1,79	358,00	HIPOLABOR	DIMACI/SC MAT. CIRÚRGICO LTDA.
158	Loratadina	Comprimido 10 mg	10.000	COMP.	0,04	400,00	GEOLAB	DIMACI/SC MAT. CIRÚRGICO LTDA.
159	Loratadina	Xarope 1 mg/mL- frasco 100 ml	600	FR.	1,47	882,00	MARIOL	DIMACI/SC MAT. CIRÚRGICO LTDA.
160	Losartana potássica	Comprimido 50 mg	30.000	COMP.	0,0315	945,00	TEUTO	DIMACI/SC MAT. CIRÚRGICO LTDA.
161	Maleato de bronfeniramina + cloridrato de fenilefrina	Solução oral 2mg+2,5mg – frasco 20 ml	300	FR.	4,26	1.278,00	ELOFAR	ANGEOMED COM. DE PROD. MÉD. HOSP. EIRELI EPP.
162	Mebendazol	Comprimido 100 mg	2.000	COMP.	0,0338	67,60	SOBRAL	ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA.
163	Mebendazol	Suspensão oral 20 mg/mL – frasco 30 ml	300	FR.	0,78	234,00	SOBRAL	CENTERMEDI COM. DE PROD. HOSP. LTDA.
164	Medroxiprogesterona, acetato de	Solução injetável 150 mg/mL	300	AMP.	9,98	2.994,00	UNIÃO QUIMICA	COMERCIAL CIRÚRGICA RIOCLARENSE LTDA.
165	Medroxiprogesterona acetato de	Comprimidos 10mg	1.000	COMP.	0,767	767,00	EMS	ANGEOMED COM. DE PROD. MÉD. HOSP. EIRELI EPP.
166	Metformina, cloridrato de	Comprimido 500 mg	20.000	COMP.	0,044	880,00	MULTILAB	MAURO MARCIANO COM. DE MED. LTDA.

167	Metformina, cloridrato de	Comprimido 850 mg	15.000	COMP.	0,0525	787,50	GEOLAB	DIMACI/SC MAT. CIRÚRGICO LTDA.
168	Metildopa	Comprimido 250 mg	10.000	COMP.	0,0939	939,00	SANVAL	DIMACI/SC MAT. CIRÚRGICO LTDA.
169	Metildopa	Comprimido 500mg	10.000	COMP.	0,185	1.850,00	TKS/SUN	MAURO MARCIANO COM. DE MED. LTDA.
170	Metoclopramida, cloridrato de	Comprimido 10 mg	7.000	COMP.	0,054	378,00	BELFAR	CONQUISTA DIST. DE MÉD.E PROD. HOSP. LTDA.
171	Metoclopramida, cloridrato de	Solução injetável 5 mg/mL – ampola 2 ml	200	AMP.	0,26	52,00	ISOFARMA	MAURO MARCIANO COM. DE MED. LTDA.
172	Metoclopramida, cloridrato de	Solução oral 4 mg/mL – frasco 10 ml	200	FR.	0,42	84,00	MARIOL	ANGEOMED COM. DE PROD. MÉD. HOSP. EIRELI EPP.
173	Metoprolol, succinato de	Comprimido de liberação controlada 50 mg	10.000	COMP.	1,09	10.900,00	SELOZOK / ASTRA-ZENEC	VICTÓRIA COM. DE PROD. HOSP. LTDA.
174	Metronidazol	Comprimido 250 mg	10.000	COMP.	0,079	790,00	PRATI	ANGEOMED COM. DE PROD. MÉD. HOSP. EIRELI EPP.
175	Metronidazol	Comprimido 400 mg	3.000	COMP.	0,40	1.200,00	EMS	MAURO MARCIANO COM. DE MED. LTDA.
176	Metronidazol	Geleia vaginal 100mg/g tubo 50 gramas	500	TB.	2,16	1.080,00	TEUTO	MAURO MARCIANO COM. DE MED. LTDA.
177	Metronidazol (benzozilmetronidazol)	Suspensão oral 40 mg/mL – frasco 80 ml	50	FR.	1,65	82,50	PRATI DONADUZZI	ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA.
178	Miconazol, nitrato de	Creme dermatológico 20mg/g – tubo 28 gramas	400	TB.	1,40	560,00	HIPOLABOR	COMERCIAL CIRÚRGICA RIOCLARENSE LTDA.
179	Miconazol, nitrato de	Creme vaginal 20mg/g – tubo 80 gramas	400	TB.	4,35	1.740,00	PRATI	DIMASTER COM. DE PROD. HOSP. LTDA.
180	Miconazol, nitrato de	Loção 2%	50	TB.	6,93	346,50	TEUTO	ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA.
181	Sulfato de neomicina + bacitracina zíncica	Pomada 5mg/250UI – tubo 10 gramas	1.000	TB.	0,945	945,00	MULTILAB	DIMACI/SC MAT. CIRÚRGICO LTDA.
182	Nifedipina	Comprimido 20mg	10.000	COMP.	0,028	280,00	HYPERMARCA	MAURO MARCIANO COM. DE MED. LTDA.
183	Nifedipina retard	Comprimido 20mg	10.000	COMP.	0,06	600,00	MEDQUIMICA	DIMACI/SC MAT. CIRÚRGICO LTDA.
184	Nimesulida	Comprimido 100mg	50.000	COMP.	0,0448	2.240,00	VITAPAN	PROSAÚDE DIST. DE MED. LTDA.
185	Nistatina	Suspensão oral 100.000 UI/mL – frasco 30 ml	300	FR.	1,7526	525,78	PRATI DONADUZZI	ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA.
186	Nistatina	Creme vaginal 25.000UI/g – tubo 60 gramas	400	TB.	2,205	882,00	MULTILAB	DIMACI/SC MAT. CIRÚRGICO LTDA.
187	Nitrofurazona	Pomada 0,2% - bisnaga 30 gramas	50	BG.	4,90	245,00	HYPERMARCA	MAURO MARCIANO COM. DE MED. LTDA.

188	Nitrofurantoína	Cápsula 100 mg	3.000	CP.	0,14	420,00	TEUTO	CENTERMEDI COM. DE PROD. HOSP. LTDA.
189	Noretisterona	Comprimido 0,35 mg	1.000	COMP.	0,17	170,00	BIOLAB	CENTERMEDI COM. DE PROD. HOSP. LTDA.
190	Noretisterona, enantato de + estradiol, valerato de	Solução injetável 50 mg + 5 mg	20	AMP.	6,10	122,00	CIFARMA	CONQUISTA DIST. DE MÉD.E PROD. HOSP. LTDA.
191	Norfloxacino	Comprimido 400mg	5.000	COMP.	0,126	630,00	MEDQUIMICA	DIMACI/SC MAT. CIRÚRGICO LTDA.
192	Óleo mineral	Frasco 100 mL	1.000	FR.	1,3999	1.399,90	NATIVITA	CONQUISTA DIST. DE MÉD.E PROD. HOSP. LTDA.
193	Omeprazol	Cápsula 20 mg	150.000	CP.	0,0389	5.835,00	HIPOLABOR	DIMACI/SC MAT. CIRÚRGICO LTDA.
194	Omeprazol	Solução injetável 40mg/ml	200	AMP.	4,725	945,00	BLAU	DIMACI/SC MAT. CIRÚRGICO LTDA.
195	Paracetamol	Comprimido 500 mg	50.000	COMP.	0,0368	1.840,00	HIPOLABOR	DIMACI/SC MAT. CIRÚRGICO LTDA.
196	Paracetamol	Comprimido 750mg	50.000	COMP.	0,042	2.100,00	ZYDUS	MAURO MARCIANO COM. DE MED. LTDA.
197	Paracetamol	Solução oral 200 mg/mL frasco 10 ml	2.000	FR.	0,4725	945,00	FARMACE	DIMACI/SC MAT. CIRÚRGICO LTDA.
198	Pasta d' água Óxido de zinco 25 %	Frasco 100 gramas	30	FR.	2,19	65,70	SANTA TEREZINHA	ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA.
199	Prednisolona, fostato sódico de	Solução oral 1,34 mg/mL (equivalente a 1 mg de prednisolona base) – frasco 100ml	200	FR.	4,99	998,00	PRATI	DIMASTER COM. DE PROD. HOSP. LTDA.
200	Prednisona	Comprimido 5 mg	5.000	COMP.	0,0665	332,50	VITAPAN	PROSAÚDE DIST. DE MED. LTDA.
201	Prednisona	Comprimido 20 mg	10.000	COMP.	0,119	1.190,00	SANVAL	DIMASTER COM. DE PROD. HOSP. LTDA.
202	Prometazina, cloridrato de	Solução injetável 25 mg/mL – ampola 2 ml	100	AMP.	1,68	168,00	SANVAL	ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA.
203	Prometazina cloridrato de	Comprimido 25mg	10.000	COMP.	0,074	740,00	TEUTO	MAURO MARCIANO COM. DE MED. LTDA.
204	Propafenona, cloridrato de	Comprimido 300 mg	5.000	COMP.	1,24	6.200,00	ALTHAIA	MAURO MARCIANO COM. DE MED. LTDA.
205	Propatilnitrato	Comprimido 10mg	10.000	COMP.	0,3399	3.399,00	FARMOQUIMICA	CONQUISTA DIST. DE MÉD.E PROD. HOSP. LTDA.
206	Propranolol, cloridrato de	Comprimido 40 mg	30.000	COMP.	0,013	390,00	OSORIO	MAURO MARCIANO COM. DE MED. LTDA.
207	Ranitidina, cloridrato de	Comprimido 150 mg	20.000	COMP.	0,0578	1.156,00	TEUTO	DIMACI/SC MAT. CIRÚRGICO LTDA.
208	Ranitidina cloridrato de	Solução injetável 25mg/ml, ampola 2ml	200	PCT.	0,62	124,00	HYPOFARMA	MAURO MARCIANO COM. DE MED. LTDA.

210	Sais para reidratação oral com sabor	Pó para solução oral/ pacote	4.000	PCT.	0,42	1.680,00	PRATI	DIMACI/SC MAT. CIRÚRGICO LTDA.
211	Salbutamol, sulfato de	Aerossol 100 µg/dose	300	FR.	4,49	1.347,00	GLENMARK	DIMASTER COM. DE PROD. HOSP. LTDA.
212	Salbutamol sulfato de	Comprimido 2mg	1.000	COMP.	0,16	160,00	GLAXO SMITHKLIR	ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA.
213	Salbutamol sulfato de	Xarope 0,48mg/ml – frasco 120 ml	1.000	FR.	0,92	920,00	PRATI	DIMACI/SC MAT. CIRÚRGICO LTDA.
214	Simeticona	Solução oral 0,75mg/mL, frasco com 10 mL	300	FR.	0,68	204,00	HIPOLABOR	MAURO MARCIANO COM. DE MED. LTDA.
215	Sinvastatina	Comprimido 20 mg	25.000	COMP.	0,0578	1.445,00	SANVAL	DIMACI/SC MAT. CIRÚRGICO LTDA.
216	Sinvastatina	Comprimido 10mg	2.000	COMP.	0,1545	309,00	SANVAL	ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA.
217	Sorbitol + laurilsulfato de sódio	Solução de uso retal 714mg/g + 7,70mg/g – Biscnaga 6,5 gramas	250	BG.	4,24	1.060,00	EURO	ANGEOMED COM. DE PROD. MÉD. HOSP. EIRELI EPP.
218	Sulfadiazina	Comprimido 500 mg	100	COMP.	0,1553	15,53	SOBRAL	ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA.
219	Sulfadiazina de prata	Crema dermatológico 10mg/g tubo de 30 gramas	100	TB.	2,80	280,00	PRATI DONADUZZI	CENTERMEDI COM. DE PROD. HOSP. LTDA.
220	Sulfametoxazol + trimetoprima	Comprimido 400 mg + 80 mg	5.000	COMP.	0,07	350,00	PRATI	MAURO MARCIANO COM. DE MED. LTDA.
221	Sulfametoxazol + trimetoprima	Suspensão oral 40 mg + 8 mg/mL – frasco 50 ml	500	FR.	0,89	445,00	TEUTO	ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA.
222	Sulfato de glicosamina 500mg+condroitina 400mg	Cápsulas	10.000	CP.	2,0999	20.999,00	ACHE	ANGEOMED COM. DE PROD. MÉD. HOSP. EIRELI EPP.
223	Sulfato ferroso	Comprimido 40 mg Fe++	10.000	COMP.	0,0339	339,00	NATULAB	DIMASTER COM. DE PROD. HOSP. LTDA.
224	Sulfato ferroso	Solução oral 125 mg/mL Fe++ - frasco 30 ml	500	FR.	0,71	355,00	HIPOLABOR	ANGEOMED COM. DE PROD. MÉD. HOSP. EIRELI EPP.
225	Tenoxicam	Solução injetável 40mg/ml	500	AMP.	5,70	2.850,00	UNIÃO QUIMICA	COMERCIAL CIRÚRGICA RIOCLARENSE LTDA.
226	Tenoxicam	Solução injetável 20mg/ml	200	AMP.	4,48	896,00	EUROFARMA	CENTERMEDI COM. DE PROD. HOSP. LTDA.
227	Teofilina	Comprimido 100mg	1.000	COMP.	0,44	440,00	ABBOTT	AGIL DISTR. DE MED. LTDA ME.
228	Teofilina	Comprimido 200mg	1.000	COMP.	0,70	700,00	ABBOTT	AGIL DISTR. DE MED. LTDA ME.
229	Terbutalina sulfato	Solução injetável 0,5mg/ml	50	AMP.	2,17	108,50	HIPOLABOR	ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA.
230	Tiabendazol	Comprimido 500 mg	1.000	COMP.	1,97	1.970,00	UCI	MAURO MARCIANO COM. DE MED. LTDA.

231	Tiabendazol	Suspensão oral 50 mg/mL – frasco 40 ml	100	FR.	11,24	1.124,00	UCI	MAURO MAR- CIANO COM. DE MED. LTDA.
232	Tiamazol	Comprimido 5mg	3.000	COMP.	0,20	600,00	BIOLAB	AGIL DISTR. DE MED. LTDA ME.
233	Tiamazol	Comprimido 10mg	3.000	COMP.	0,37	1.110,00	BIOLAB SANUS	COMERCIAL CIRÚRGICA RIOCLARENSE LTDA.
234	Travoprost	Solução Oftálmica 0,004 %	15	FR.	24,59	368,85	EMS	DIMASTER COM. DE PROD. HOSP. LTDA.
235	Varfarina sódica	Comprimido 5 mg	3.000	COMP.	0,0959	287,70	TEUTO	PROSAÚDE DIST. DE MED. LTDA.
236	Verapamil, cloridrato de	Comprimido 80 mg	10.000	COMP.	0,049	490,00	TEUTO	PROSAÚDE DIST. DE MED. LTDA.

GRUPO II – MEDICAMENTOS PSICOTRÓPICOS SUJEITOS A CONTROLE ESPECIAL

ITEM	MEDICAMENTO	APRESENTAÇÃO	QUANT.	UND.	PREÇO UNIT. MÁXIMO	PREÇO TOTAL MÁXIMO	MARCA	EMPRESA VEN- CEDORA
237	Alprazolam	Comprimido 0,5 mg	5.000	COMP.	0,10	500,00	HYPERMARCA	CENTERMEDI COM. DE PROD. HOSP. LTDA.
238	Alprazolam	Comprimido 2,0mg	5.000	COMP.	0,158	790,00	EMS	ANGEOMED COM. DE PROD. MÉD. HOSP. EIRELI EPP.
239	Amitriptilina cloridrato de	Comprimido 25mg	60.000	COMP.	0,0347	2.082,00	TEUTO	DIMACI/SC MAT. CIRÚRGICO LTDA.
240	Amitriptilina cloridrato de	Comprimido 75mg	15.000	COMP.	0,182	2.730,00	EMS	ANGEOMED COM. DE PROD. MÉD. HOSP. EIRELI EPP.
241	Biperideno cloridrato de	Comprimido 2,0mg	10.000	COMP.	0,218	2.180,00	CRISTALIA	DIMASTER COM. DE PROD. HOSP. LTDA.
242	Bromazepam	Comprimido 3mg	15.000	COMP.	0,049	735,00	TEUTO	PROSAÚDE DIST. DE MED. LTDA.
243	Bromazepam	Comprimido 6mg	15.000	COMP.	0,044	660,00	TEUTO	DIMACI/SC MAT. CIRÚRGICO LTDA.
244	Bupropiona	Comprimido 150mg	10.000	COMP.	0,373	3.730,00	EMS	ANGEOMED COM. DE PROD. MÉD. HOSP. EIRELI EPP.
245	Carbamazepina	Comprimido 200mg	30.000	COMP.	0,0714	2.142,00	TEUTO	DIMACI/SC MAT. CIRÚRGICO LTDA.
246	Carbamazepina	Comprimido 400mg	10.000	COMP.	0,105	1.050,00	TEUTO	DIMACI/SC MAT. CIRÚRGICO LTDA.
247	Carbamazepina	Xarope 20mg/ml	20	FR.	4,39	87,80	MEDLEY	ANGEOMED COM. DE PROD. MÉD. HOSP. EIRELI EPP.
248	Citalopram	Comprimido 20mg	10.000	COMP.	0,1269	1.269,00	AUROBINDO	ANGEOMED COM. DE PROD. MÉD. HOSP. EIRELI EPP.
249	Clomipramina	Comprimido 10mg	2.000	COMP.	0,42	840,00	EMS	ANGEOMED COM. DE PROD. MÉD. HOSP. EIRELI EPP.

250	Clomipramina	Comprimido 25mg	2.000	COMP.	0,679	1.358,00	EMS	ANGEOMED COM. DE PROD. MÉD. HOSP. EIRELI EPP.
251	Clonazepam	Comprimido 0,5mg	20.000	COMP.	0,08	1.600,00	MEDLEY	INOVAMED COM. DE MED. LTDA ME.
252	Clonazepam	Comprimido 2,0mg	40.000	COMP.	0,075	3.000,00	EMS	ANGEOMED COM. DE PROD. MÉD. HOSP. EIRELI EPP.
253	Clonazepam	Solução oral 2,5mg/ml	600	FR.	1,58	948,00	HIPOLABOR	COMERCIAL CIRÚRGICA RIOCLARENSE LTDA.
254	Clorpromazina clori- drato de	Comprimido 25mg	8.000	COMP.	0,20	1.600,00	CRISTALIA	ANGEOMED COM. DE PROD. MÉD. HOSP. EIRELI EPP.
255	Clorpromazina clori- drato de	Comprimido 100mg	2.000	COMP.	0,20	400,00	UNIÃO QUIMICA	ANGEOMED COM. DE PROD. MÉD. HOSP. EIRELI EPP.
256	Clorpromazina clori- drato de	Solução oral 40mg/ml	50	FR.	5,67	283,50	CRISTALIA	ANGEOMED COM. DE PROD. MÉD. HOSP. EIRELI EPP.
257	Clordiazepóxido + amitripilina	Comprimido 5,0+12,5mg	5.000	COMP.	0,36	1.800,00	LIMBITROL	AGLON COM. E REPR. LTDA.
258	Codeína + Parace- tamol	Comprimido 30mg	10.000	COMP.	0,3675	3.675,00	ACTAVIS	DIMACI/SC MAT. CIRÚRGICO LTDA.
259	Diazepam	Comprimido 5mg	10.000	COMP.	0,037	370,00	SANTISA	MAURO MAR- CIANO COM. DE MED. LTDA.
260	Diazepam	Comprimido 10mg	10.000	COMP.	0,038	380,00	SANTISA	MAURO MAR- CIANO COM. DE MED. LTDA.
261	Diazepam	Solução injetável 5 mg/ml – ampola 2 ml	70	AMP.	0,60	42,00	SANTISA	INOVAMED COM. DE MED. LTDA ME.
262	Fenitoína sódica	Comprimido 100mg	15.000	COMP.	0,30	4.500,00	TEUTO	CENTERMEDI COM. DE PROD. HOSP. LTDA.
263	Fenitoína sódica	Solução injetável 50mg/ml – ampola 5 ml	20	AMP.	1,39	27,80	SANVAL	ALTERMED MAT. MED. HOSPITA- LAR LTDA.
264	Fenobarbital	Comprimido 100mg	20.000	COMP.	0,088	1.760,00	SANVAL	COMERCIAL CIRÚRGICA RIOCLARENSE LTDA.
265	Fenobarbital	Solução oral 40mg/ml	40	FR.	3,15	126,00	UNIÃO QUIMICA	ALTERMED MAT. MED. HOSPITA- LAR LTDA.
266	Fluoxetina cloridra- to de	Comprimido ou cápsula 20mg	100.000	COMP.	0,0473	4.730,00	BLISFARMA	DIMACI/SC MAT. CIRÚRGICO LTDA.
267	Haloperidol	Comprimido de 1mg	10.000	COMP.	0,114	1.140,00	CRISTALIA	ANGEOMED COM. DE PROD. MÉD. HOSP. EIRELI EPP.
268	Haloperidol	Comprimido de 5mg	5.000	COMP.	0,114	570,00	UNIÃO QUIMICA	ANGEOMED COM. DE PROD. MÉD. HOSP. EIRELI EPP.

269	Haloperidol	Solução oral 2mg/ml – frasco 20 ml	100	FR.	2,64	264,00	PRATI DONADUZZI	CENTERMEDI COM. DE PROD. HOSP. LTDA.
270	Haloperidol deca-noato	Solução injetável IM de 70,52 mg/ml (equivalente a 50mg/ml) – ampola 1ml	50	AMP.	8,79	439,50	UNIÃO QUIMICA	ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA.
271	Haloperidol	Solução injetável 5mg/ml – ampola 1 ml	50	AMP.	0,9886	49,43	TEUTO	ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA.
272	Imipramina	Comprimido de 25mg	10.000	COMP.	0,229	2.290,00	CRISTALIA	ANGEOMED COM. DE PROD. MÉD. HOSP. EIRELI EPP.
273	Levomepromazina	Comprimido 25mg	5.000	COMP.	0,263	1.315,00	CRISTALIA	ANGEOMED COM. DE PROD. MÉD. HOSP. EIRELI EPP.
274	Levomepromazina	Comprimido 100mg	5.000	COMP.	0,66	3.300,00	CRISTALIA	CENTERMEDI COM. DE PROD. HOSP. LTDA.
275	Levomepromazina	Solução oral 4 %, frasco 20mL	50	FR.	6,95	347,50	CRISTALIA	CENTERMEDI COM. DE PROD. HOSP. LTDA.
276	Lítio carbonato	Comprimido 300mg	10.000	COMP.	0,0945	945,00	ACTAVIS	DIMACI/SC MAT. CIRÚRGICO LTDA.
277	Midazolam	Solução injetável 5mg/ml – ampola 3 ml	50	AMP.	1,3981	69,91	SANVAL	ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA.
278	Morfina, sulfato de	Solução injetável 10 mg/ml – ampola 1 ml	50	AMP.	3,19	159,50	CRISTALIA	CENTERMEDI COM. DE PROD. HOSP. LTDA.
279	Paroxetina	Comprimido 20mg	20.000	COMP.	0,138	2.760,00	ZYDUS	MAURO MARCIANO COM. DE MED. LTDA.
280	Risperidona	Comprimido 1mg	5.000	COMP.	0,18	900,00	TORRENT	CENTERMEDI COM. DE PROD. HOSP. LTDA.
281	Risperidona	Comprimido de 2mg	5.000	COMP.	0,238	1.190,00	TORRENT	CENTERMEDI COM. DE PROD. HOSP. LTDA.
282	Sertralina cloridrato de	Comprimido 50mg	40.000	COMP.	0,1119	4.476,00	TORRENT	ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA.
283	Valproato de sódio	Comprimido 576mg (equivalente a 500mg ácido valpróico)	10.000	COMP.	0,51	5.100,00	DEPAKENE	AGLON COM. E REPR. LTDA.
284	Valproato de sódio ou ácido valpróico	Comprimido 288mg(equivalente a 250mg ácido valpróico)	1.000	COMP.	0,23	230,00	BIOLAB	DIMASTER COM. DE PROD. HOSP. LTDA.
285	Valproato de sódio ou ácido valpróico	Solução oral ou xarope 57,624 mg/ml (equivalente a 50mg de ácido valpróico)	100	FR.	2,048	204,80	TEUTO	PROSAÚDE DIST. DE MED. LTDA.
286	Tramadol, cloridrato de	Solução injetável 50 mg/ml – ampola 1 ml	500	AMP.	0,896	448,00	HALEX ISTAR	PROSAÚDE DIST. DE MED. LTDA.
287	Anestésico Tetracaína, cloridrato 1 % e Fenilefrina cloridrato 0,1%	Solução oftálmica estéril – frasco 10 ml	5	FR.	6,48	32,40	ALLERGAN	MAURO MARCIANO COM. DE MED. LTDA.

CLÁUSULA QUARTA: DO PEDIDO DE COMPRAS.

O fornecimento do(s) produto(s), cujos preços ora registramos será solicitado mediante a apresentação do pedido de compras correspondente.

Parágrafo Único: Cada Autorização de Compras conterá sucintamente:

- a) Número da Ata;
- b) Quantidade do Produto;
- c) Descrição do Produto;
- d) Local de Entrega;
- e) Condições de Pagamento;
- f) Valor.

CLÁUSULA QUINTA: DO PAGAMENTO.

Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias, após entrega dos produtos e nota fiscal.

Parágrafo Único: Caso constatado alguma irregularidade nas faturas/notas fiscais, estas serão devolvidas ao Fornecedor, acompanhadas das informações correspondentes às irregularidades verificadas para as necessárias correções.

CLÁUSULA SEXTA: REAJUSTAMENTO DE PREÇOS E EQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO.

6.1 Os contratantes têm direito ao equilíbrio econômico financeiro da Ata de Registro de Preços procedendo-se a revisão do mesmo a qualquer tempo, desde que ocorra variação de preços dos produtos, que seja imprevisível ou previsível, porém com consequências incalculáveis, que onere ou desonere excessivamente as obrigações pactuadas no presente instrumento.

6.1.1 A contratada, quando for o caso, deverá formular a Administração requerimento para revisão do contratado, comprovando a ocorrência de aumento de preços;

6.1.2. A comprovação será feita através de documentos, tais como lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição de matérias-primas, de transporte de mercadorias, alusivas à época da elaboração da proposta e do momento do pedido de revisão da Ata de Registro de Preços;

6.1.3 Junto com o requerimento, a contratada deverá apresentar planilhas de custos comparativa entre a data da formulação da proposta e do momento do pedido de revisão da Ata de Registro de Preços, evidenciando o quanto o aumento de preços ocorrido repercute no valor total pactuado;

6.1.4 A administração, reconhecendo o desequilíbrio econômico financeiro, procederá à revisão da Ata de Registro de Preços de acordo com os parâmetros estabelecidos pela Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

6.2 Independente da solicitação, a Administração poderá convocar a contratada para negociar a redução dos preços, mantendo o mesmo objeto cotado, na qualidade e nas especificações indicadas na proposta, em virtude da redução dos preços no mercado.

6.3 As alterações decorrentes da revisão dos preços serão formalizadas através de Aditivos à Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA SÉTIMA: CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO.

7.1 As aquisições obedecerão à conveniência e as necessidades do Fundo Municipal de Saúde de Leoberto Leal, objetivadas no atendimento do Município.

7.2 Dentro do prazo da vigência da Ata de Registro de Preços, o(s) fornecedor (es) será (ao) OBRIGADO(S) ao fornecimento do(s) produtos, desde que obedecidas as condições do Edital do Pregão, de forma PRESENCIAL, que precedeu a formalização desta Ata.

7.3 O Fundo Municipal de Saúde de Leoberto Leal promoverá ampla pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado, condição indispensável para a solicitação da aquisição.

7.4 O(s) Fornecedor(es) se obriga(m) manter, durante o prazo de vigência do Registro de Preços, todas as condições de habilitação exigidas nesta licitação.

7.5 Como condição de fornecimento das mercadorias, os fornecedor(es) que tiver(em) seu(s) preço(s) registrado(s) se comprometem a apresentar, sempre que solicitado, os documentos que originaram a sua habilitação.

7.6 Serão de responsabilidade dos concorrentes que tiverem seus preços registrados o ônus resultante de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos ocorridos por culpa de qualquer de seus empregados e/ou prepostos, obrigando-se por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais que lhe venham a ser atribuídas por força da Lei, relacionadas com o cumprimento do presente edital e com as obrigações assumidas na ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

7.7 O Inadimplemento de qualquer item do Edital, da Carta-Proposta, da Autorização de Compras e da Presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, ensejará, a critério do Fundo Municipal de Saúde de Leoberto Leal - SC, o cancelamento do REGISTRO DE PREÇOS dos fornecedores inadimplentes, sujeitando-o às penalidades previstas nesta ata.

CLÁUSULA OITAVA: DAS PENALIDADES.

8.1 Em caso do licitante vencedor recusar-se a honrar o compromisso injustificadamente será convocado outro licitante, observada a ordem de classificação, e assim sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, garantido o direito ao contraditório e a ampla

defesa.

8.2 As penalidades referidas no caput do artigo 81, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, não se aplicam às demais licitantes que forem convocadas nos termos do item 9.11 deste Edital, conforme a ordem de classificação das propostas, que não aceitarem a contratação.

8.3 O licitante que, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar documentação exigida para o certame ou apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital e das demais cominações legais.

8.4 A CONTRATADA ficará sujeita às seguintes penalidades, garantidas a prévia defesa, pela inexecução total ou parcial do Edital:

I - advertência;

II – multa(s), que deverá(ao) ser recolhida(s) na tesouraria desta municipalidade:

a) de 1% (um por cento) do valor da Nota de Empenho, por dia de atraso por descumprimento dos prazos das entregas, previstos no edital limitado a 15 (quinze) dias de atraso;

b) de 2% (dois por cento) do valor da Nota de Empenho por infração a qualquer condição estipulada no Edital, não prevista na alínea anterior, aplicada em dobro na reincidência;

c) Pela inexecução total ou parcial do contrato, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar a Contratada as sanções previstas nos incisos I, III e IV do art. 87 da Lei 8.666/93 e 9.648/98, e multa de 15% sobre o valor total do contrato;

d) As multas aplicadas deverão ser recolhidas ao Tesouro Municipal no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data da notificação, podendo a Administração cobrá-las judicialmente;

e) Ficarão ainda sujeito às penalidades previstas nos incisos III e IV do artigo 87, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, os profissionais ou as empresas que praticarem os ilícitos previstos no artigo 88 do mesmo diploma legal;

f) Para as penalidades previstas será garantido o direito ao contraditório e ampla defesa.

CLÁUSULA NONA: DO RECEBIMENTO DO OBJETO.

9.1 As entregas dos materiais fornecidos ocorrerão no endereço e horário das 07:30hs às 11:30hs e das 13:00hs às 17:00hs, estando estes, especificados na "AUTORIZAÇÃO DE COMPRAS".

9.2 Correrão, por conta exclusiva do Fornecedor as despesas com embalagem, seguro e transporte e quaisquer outras despesas, para entrega dos materiais até os locais designados.

CLÁUSULA DÉCIMA: DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

10.1 O Registro de determinado preço poderá ser cancelado, de pleno direito:

a) Se o fornecedor não cumprir as obrigações constantes desta ATA DE REGISTRO DE PREÇOS;

b) O fornecedor não entregar os materiais solicitados na "AUTORIZAÇÃO DE COMPRAS";

c) Desatender qualquer das cláusulas descritas no edital ou na ATA DE REGISTRO DE PREÇOS;

d) Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos previstos nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei 8.666/93 e 9.648/98;

e) Amigável, por acordo das partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a administração;

f) A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão pela Administração, com as consequências previstas no item 8.2;

g) Constituem motivos para a rescisão contratual os previstos no art. 78 da Lei 8.666/93 e 9.648/98;

h) Em caso de rescisão prevista nos incisos XII a XVII do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93 e 9.648/98, sem que haja culpa do contratado, será este ressarcido dos prejuízos regulamentares comprovados, quando os houver sofrido;

i) A rescisão contratual de que trata o inciso I do art. 78 acarretará as consequências previstas no art. 80, incisos I a IV, ambos da Lei Federal nº 8.666/93 e 9.648/98 e 10.520/02.

CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA: DAS DOTAÇÕES.

As despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta da seguinte rubrica orçamentária:

05.01.10.301.0006.2.019.3.3.90.00.00.00.00.00.01.0002 – Assistência Farmacêutica Básica – União Comp. Básica de Assist.

05.01.10.301.0006.2.019.3.3.90.00.00.00.00.00.01.0038 – Assistência Farmacêutica Básica – União Comp. Básica de Assist.

05.01.10.301.0006.2.035.3.3.90.00.00.00.00.00.01.0002 – Cofinanciamento da Assistência Farmacêutica – Estado

05.01.10.301.0006.2.035.3.3.90.00.00.00.00.00.01.0038 – Cofinanciamento da Assistência Farmacêutica – Estado

05.01.10.301.0006.2.036.3.3.90.00.00.00.00.00.01.0067 – Cofinanciamento da Assistência Farmacêutica – Insumo Diabetes - Estado

05.01.10.301.0006.2.015.3.3.90.00.00.00.00.00.01.0002 – Funcionamento e Manutenção do Fundo Municipal de Saúde

CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA: DISPOSIÇÕES FINAIS.

12.1 Fica eleito o foro da Comarca de Ituporanga, para dirimir questões resultantes da ou relativas à aplicação deste Contrato ou execução do ajuste, não resolvidos na esfera administrativa.

12.2 A CONTRATADA obriga-se a manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação que originou o presente ajuste.

12.3 E por estarem justas e concordes, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias, de igual forma e teor, na presença das testemunhas.

CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA – PUBLICAÇÃO. Esta Ata entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal/SC, 22 de junho de 2015.

JAQUELINE ROSÁLIA GUCHERT HOFFMANN
Pregoeira Municipal

ALINE KRAUS	MAYARA CARLA GUCHERT
Membro	Membro

VICTÓRIA COM. DE PROD. HOSP. LTDA
Empresa Vencedora

AGLON COM. E REPR. LTDA
Empresa Vencedora

PROSAÚDE DIST. DE MED. LTDA
Empresa Vencedora

INOVAMED COM. DE MED. LTDA
Empresa Vencedora

AGIL DIST. DE MED. LTDA ME
Empresa Vencedora

DIMACI/SC MATERIAL CIRURGICO LTDA
Empresa Vencedora

DIMASTER COM. DE PROD. HOSP. LTDA
Empresa Vencedora

COMERCIAL CIR. RIOCLARENSE LTDA
Empresa Vencedora

CENTERMEDI COM. DE PROD. HOSP. LTDA
Empresa Vencedora

MAURO MARCIANO COM. DE MED. LTDA
Empresa Vencedora

ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA
Empresa Vencedora

CONQUISTA DIST. DE MED. E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA EPP
Empresa Vencedora

ANGEOMED COM. DE PRODUTOS MÉDICO HOSPITALAR EIRELI EPP
Empresa Vencedora

TESTEMUNHAS:

1- SILVANIA CAPISTRANO LOPES
CPF: 017.410.949-09

2- LIZANDRO KREUSCH
CPF: 023.728.959-82

VISTO:

ASSESSOR JURÍDICO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 023/2015 - PMLL

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 023/2015 – PMLL

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 032/2015, PARA EVENTUAIS AQUISIÇÕES PARCELADAS DE EQUIPAMENTOS ELETROELETRÔNICOS PARA O NÚCLEO ESCOLAR PROFESSOR JOÃO MARIA DE SOUZA JÚNIOR, PERTENCENTE A SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO DE LEOBERTO LEAL, CONFORME RELACIONADO NO ANEXO I, QUE FAZ PARTE INTEGRANTE DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 044/2015.

Aos 02 (dois) dias do mês de julho do ano de 2015, nos termos do artigo 15 da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, a Pregoeira e a Equipe de Apoio, designados através da Portaria nº 054/2011, de 28 de fevereiro de 2011, para recebimento e abertura dos envelopes contendo as Propostas de Preços e os Documentos de Habilitação, visando o REGISTRO DE PREÇOS para eventuais aquisições parceladas de equipamentos eletroeletrônicos para o Núcleo Escolar Professor João Maria de Souza Júnior, pertencente a Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Desporto de Leoberto Leal, conforme relacionado no Anexo I, que faz parte integrante do Edital de Pregão Presencial nº 032/2015.

ALUMÍNIOS VOLTOLINI LTDA ME

CNPJ: 10.227.225/0001-39

ROD SCT 486, Nº 500, KM 106, BAIRRO: CENTRO, CEP: 88.443-000, VIDAL RAMOS/SC

CELIA REGINA WAMBOMMEL SANI ME

CNPJ: 04.195.853/0001-87

AVENIDA BEIRA RIO, Nº 730, BAIRRO: BARREIROS, CEP: 88.450-000, ALFREDO WAGNER/SC

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO.

A presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS tem por objeto, eventuais aquisições parceladas de equipamentos eletroeletrônicos para o Núcleo Escolar Professor João Maria de Souza Júnior, pertencente a Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Desporto de Leoberto Leal, conforme relacionado no Anexo I, que faz parte integrante do Edital de Pregão Presencial nº 032/2015, a contar da assinatura da presente ata.

CLÁUSULA SEGUNDA: DA VIGÊNCIA.

A presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS vigorará pelo período de 12 (doze) meses a contar de sua assinatura.

CLÁUSULA TERCEIRA: DO PREÇO.

As proponentes registradas para os itens cotados são as seguintes:

ITEM	QTD.	UND.	ESPECIFICAÇÃO	MARCA	PREÇO UNT. R\$	PREÇO TOTAL R\$
01	01	UND.	Aparelho de Ar condicionado, tipo split, ciclo reverso, quente e frio, 18000 BTUs, 220W, com função sleep, timer, turbo, desumidificador e ventilação. Selo de eficiência energética A. Controle de ventilação: Alto, Médio e Automático na vertical e horizontal (flaps). Mínimo 24 meses de garantia. Colocado e instalado em local a ser definido pela Secretaria.	KOMECO	2.545,00	2.545,00
02	01	UND.	Portão de alumínio medindo 2,30x2,50, com motor eletrônico. Colocado e instalado em local a ser definido pela Secretaria.	ALUMÍNIOS VOLTOLINI	2.150,00	2.150,00
03	01	UND.	Bebedouro conjugado modelo de coluna em aço Inox conjugado, especialmente desenvolvido para proporcionar fácil acesso de crianças e adultos; possui 2 torneiras de pressão em latão cromado, uma de jato para a boca e outra para copo; capacidade de refrigeração 7,0 litros/hora de acordo com critérios da Norma Americana ari 1010, podendo ser instalado em áreas internas e externas.	LIBELL	955,00	955,00

CLÁUSULA QUARTA: DO PEDIDO DE COMPRAS.

O fornecimento do(s) produtos(s), cujos preços ora registramos será solicitado mediante a apresentação do pedido de serviços correspondente.

Parágrafo Único: Cada Autorização de Fornecimento conterá sucintamente:

- a) Número da Ata;
- b) Quantidade do Produto;
- c) Descrição do Produto;
- d) Local de Entrega;

- e) Condições de Pagamento;
- f) Valor.

CLÁUSULA QUINTA: DO PAGAMENTO.

Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias, após a entrega dos produtos e apresentação de nota fiscal.

Parágrafo Único: Caso constatado alguma irregularidade nas faturas/notas fiscais, estas serão devolvidas ao Fornecedor, acompanhadas das informações correspondentes às irregularidades verificadas para as necessárias correções.

CLÁUSULA SEXTA: REAJUSTAMENTO DE PREÇOS E EQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO.

6.1 Os contratantes têm direito ao equilíbrio econômico financeiro da Ata de Registro de Preços procedendo-se a revisão do mesmo a qualquer tempo, desde que ocorra variação de preços dos produtos, que seja imprevisível ou previsível, porém com consequências incalculáveis, que onere ou desonere excessivamente as obrigações pactuadas no presente instrumento.

6.1.1 A contratada, quando for o caso, deverá formular a Administração requerimento para revisão da Ata de Registro de Preços, comprovando a ocorrência de aumento de preços;

6.1.2. A comprovação será feita através de documentos, tais como lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição de matérias-primas, de transporte de mercadorias, alusivas à época da elaboração da proposta e do momento do pedido de revisão da Ata de Registro de Preços;

6.1.3 Junto com o requerimento, a contratada deverá apresentar planilha de custos comparativa entre a data da formulação da proposta e do momento do pedido de revisão da Ata de Registro de Preços, evidenciando o quanto o aumento de preços ocorrido repercute no valor total pactuado;

6.1.4 A administração, reconhecendo o desequilíbrio econômico financeiro, procederá à revisão da Ata de Registro de Preços de acordo com os parâmetros estabelecidos pela Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

6.2 Independentes da solicitação, a Administração poderá convocar a contratada para negociar a redução dos preços, mantendo o mesmo objeto cotado, na qualidade e nas especificações indicadas na proposta, em virtude da redução dos preços no mercado.

6.3 As alterações decorrentes da revisão dos preços serão formalizadas através de Aditivos à Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA SÉTIMA: CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO.

7.1 As aquisições obedecerão à conveniência e as necessidades da Prefeitura Municipal de Leoberto Leal, objetivadas no atendimento do Município.

7.2 Dentro do prazo da vigência da Ata de Registro de Preços, o(s) fornecedor (es) será (ao) OBRIGADO(S) ao fornecimento do(s) produto(s), desde que obedecidas as condições do Edital do Pregão, de forma PRESENCIAL, que precedeu a formalização desta Ata.

7.3 A Prefeitura Municipal de Leoberto Leal promoverá ampla pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado, condição indispensável para a solicitação da aquisição.

7.4 O(s) Fornecedor(es) se obriga(m) manter, durante o prazo de vigência do Registro de Preços, todas as condições de habilitação exigidas nesta licitação.

7.5 Como condição de fornecimento das mercadorias, os fornecedor(es) que tiver(em) seu(s) preço(s) registrado(s) se comprometem a apresentar, sempre que solicitado, os documentos que originaram a sua habilitação.

7.6 Serão de responsabilidade dos concorrentes que tiverem seus preços registrados o ônus resultante de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos ocorridos por culpa de qualquer de seus empregados e/ou prepostos, obrigando-se por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais que lhe venham a ser atribuídas por força da Lei, relacionadas com o cumprimento do presente edital e com as obrigações assumidas na ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

7.7 O Inadimplemento de qualquer item do Edital, da Carta-Proposta, da Autorização de Compras e da Presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, ensejará, a critério da Prefeitura Municipal de Leoberto Leal - SC, o cancelamento do REGISTRO DE PREÇOS dos fornecedores inadimplentes, sujeitando-o às penalidades previstas nesta ata.

CLÁUSULA OITAVA: DAS PENALIDADES.

8.1 Em caso do licitante vencedor recusar-se a honrar o compromisso injustificadamente será convocado outro licitante, observada a ordem de classificação, e assim sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, garantido o direito ao contraditório e a ampla defesa.

8.2 As penalidades referidas no caput do artigo 81, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, não se aplicam às demais licitantes que forem convocadas nos termos do item 9.11 deste Edital, conforme a ordem de classificação das propostas, que não aceitem a contratação.

8.3 O licitante que, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar documentação exigida para o certame ou apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital e das demais cominações legais.

8.4 A CONTRATADA ficará sujeita às seguintes penalidades, garantidas a prévia defesa, pela inexecução total ou parcial do Edital:

I - advertência;

II – multa(s), que deverá(ao) ser recolhida(s) na tesouraria desta municipalidade:

- a) de 1% (um por cento) do valor da Nota de Empenho, por dia de atraso por descumprimento dos prazos das entregas, previstos no edital limitado a 15 (quinze) dias de atraso;
- b) de 2% (dois por cento) do valor da Nota de Empenho por infração a qualquer condição estipulada no Edital, não prevista na alínea anterior, aplicada em dobro na reincidência;
- c) Pela inexecução total ou parcial do contrato, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar a Contratada as sanções previstas nos incisos I, III e IV do art. 87 da Lei 8.666/93 e 9.648/98, e multa de 15% sobre o valor total do contrato;
- d) As multas aplicadas deverão ser recolhidas ao Tesouro Municipal no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data da notificação, podendo a Administração cobrá-las judicialmente;
- e) Ficarão ainda sujeito às penalidades previstas nos incisos III e IV do artigo 87, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, os profissionais ou as empresas que praticarem os ilícitos previstos no artigo 88 do mesmo diploma legal;
- f) Para as penalidades previstas será garantido o direito ao contraditório e ampla defesa.

CLÁUSULA NONA: DO RECEBIMENTO DO OBJETO.

9.1 As entregas dos materiais fornecidos ocorrerão no endereço e horário das 07:30hs às 11:30hs e das 13:30hs às 17:30hs, estando estes, especificados na "AUTORIZAÇÃO DE SERVIÇOS".

9.2 Correrão, por conta exclusiva do Fornecedor as despesas com embalagem, seguro e transporte e quaisquer outras despesas, para entrega dos materiais até os locais designados.

CLÁUSULA DÉCIMA: DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

10.1 O Registro de determinado preço poderá ser cancelado, de pleno direito:

- a) Se o fornecedor não cumprir as obrigações constantes desta ATA DE REGISTRO DE PREÇOS;
- b) O fornecedor não executar os serviços solicitados na "AUTORIZAÇÃO DE SERVIÇOS";
- c) Desatender qualquer das cláusulas descritas no edital ou na ATA DE REGISTRO DE PREÇOS;
- d) Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos previstos nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei 8.666/93 e 9.648/98;
- e) Amigável, por acordo das partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a administração;
- f) A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão pela Administração, com as conseqüências previstas no item 8.2;
- g) Constituem motivos para a rescisão contratual os previstos no art. 78 da Lei 8.666/93 e 9.648/98;
- h) Em caso de rescisão prevista nos incisos XII a XVII do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93 e 9.648/98, sem que haja culpa do contratado, será este ressarcido dos prejuízos regulamentares comprovados, quando os houver sofrido;
- i) A rescisão contratual de que trata o inciso I do art. 78 acarretará as conseqüências previstas no art. 80, incisos I a IV, ambos da Lei Federal nº 8.666/93 e 9.648/98 e 10.520/02.

CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA: DAS DOTAÇÕES.

As despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta da seguinte rubrica orçamentária:

04.01.12.361.0004.2.004.4.4.90.00.00.00.00.00.01.0058 (150) - Funcionamento e Manutenção da Secretaria da Educação

04.01.12.361.0004.2.005.3.3.90.00.00.00.00.00.01.0058 (151) - Funcionamento e Manutenção da Secretaria da Educação

CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA: DISPOSIÇÕES FINAIS.

12.1 Fica eleito o foro da Comarca de Ituporanga, para dirimir questões resultantes da ou relativas à aplicação deste Contrato ou execução do ajuste, não resolvidos na esfera administrativa.

12.2 A CONTRATADA obriga-se a manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação que originou o presente ajuste.

12.3 E por estarem justas e concordes, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias, de igual forma e teor, na presença das testemunhas.

CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA – PUBLICAÇÃO. Esta Ata entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal/SC, 03 de julho de 2015.
JAQUELINE ROSALIA GUCHERT HOFFMANN
PREGOEIRA MUNICIPAL

ALINE KRAUS	MAYARA CARLA GUCHERT
MEMBRO	MEMBRO

ALUMÍNIOS VOLTOLINI LTDA ME
EMPRESA VENCEDORA

CELIA REGINA WAMBOMMEL SANI ME
EMPRESA VENCEDORA

TESTEMUNHAS:

1- SILVANIA CAPISTRANO LOPES
CPF: 017.410.949-09

2- LIZANDRO KREUSCH
CPF: 023.728.959-82

VISTO:

ASSESSOR JURÍDICO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 026/2015 - PMLL

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 026/2015 - PMLL

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 036/2015, PARA EVENTUAIS PRESTAÇÕES DE SERVIÇO DE RECAUCHUTAGEM E VULCANIZO DE PNEUS PARA A FROTA MUNICIPAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE LEOBERTO LEAL, CONFORME ANEXO I, DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 048/2015.

Aos 29 (vinte e nove) dias do mês de julho do ano de 2015, nos termos do artigo 15 da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, o Pregoeiro e a Equipe de Apoio, designados através da Portaria nº 054/11, de 28 de Fevereiro de 2011, para recebimento e abertura dos envelopes contendo as Propostas de Preços e os Documentos de Habilitação para REGISTRO DE PREÇOS para eventuais prestações de serviço de recauchutagem e vulcanizo de pneus para a frota municipal da Prefeitura Municipal de Leoberto Leal, conforme Anexo I, que acompanha este edital.

GRANDO PNEUS LTDA ME
CNPJ: 03.562.696/0001-38
AVENIDA JUSCELINO K. DE OLIVEIRA, Nº 8860, BAIRRO: SANTA TEREZINHA, CEP: 95.200-000, VACARIA/RS

RB RECAPAGENS BLUMENAU LTDA ME
CNPJ: 07.564.353/0001-63
RUA DR. PEDRO ZIMMERMANN, Nº 2.000, BAIRRO: ITROUPAVA CENTRAL, CEP: 89.066-000, BLUMENAU/SC

FM PNEUS LTDA
CNPJ: 81.374.845/0001-49
AV. MARAVILHA, Nº 833, BAIRRO: CENTRO, CEP: 89.874-000, MARAVILHA/SC

RECAUCHUTADORA DE PNEUS NERI LTDA EPP
CNPJ: 82.989.096/0001-27
RUA DUQUE DE CAXIAS, Nº 314, BAIRRO: CENTRO, CEP: 89.121-000, RIO DOS CEDROS/SC

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO.

A presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS tem por objeto, eventuais prestações de serviço de recauchutagem e vulcanizo de pneus para a frota municipal da Prefeitura Municipal de Leoberto Leal, conforme Anexo I, do Edital de Pregão Presencial nº 036/2015, a contar após a assinatura da presente ata, conforme as especificações e quantidades máximas de cada item, que passa a fazer parte, para todos os efeitos, desta Ata.

CLÁUSULA SEGUNDA: DA VIGÊNCIA.

A presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS vigorará pelo período de 12 (doze) meses.

CLÁUSULA TERCEIRA: DO PREÇO.

As proponentes registradas para os itens cotados são as seguintes:

LOTE I - SERVIÇOS DE RECAPAGEM PNEU 1000X20

TOTAL	EMPRESA VENCEDORA
R\$ 20.500,00	FM PNEUS LTDA

LOTE II – SERVIÇOS DE RECAPAGEM PNEU 275/80 R22.5

TOTAL	EMPRESA VENCEDORA
R\$ 8.066,50	RB RECAPAGENS BLUMENAU LTDA ME

LOTE III – SERVIÇOS DE RECAPAGEM PNEU 215/75 R17.5

TOTAL	EMPRESA VENCEDORA
R\$ 4.450,00	RB RECAPAGENS BLUMENAU LTDA ME

LOTE IV – SERVIÇOS DE RECAPAGEM PNEU 225/75 R16

TOTAL	EMPRESA VENCEDORA
R\$ 6.500,00	RECAUCHUTADORA DE PNEUS NERI LTDA EPP

LOTE V – SERVIÇOS DE RECAPAGEM PNEU 185 R14

TOTAL	EMPRESA VENCEDORA
R\$ 11.100,00	RECAUCHUTADORA DE PNEUS NERI LTDA EPP

LOTE VI – SERVIÇOS DE RECAPAGEM PNEU 175/70 R14

TOTAL	EMPRESA VENCEDORA
R\$ 3.700,00	RECAUCHUTADORA DE PNEUS NERI LTDA EPP

LOTE VII – SERVIÇOS DE RECAUCHUTAGEM PNEU 12X16.5 – 24

TOTAL	EMPRESA VENCEDORA
R\$ 2.000,00	GRANDO PNEUS LTDA EPP

LOTE VIII – SERVIÇOS DE RECAUCHUTAGEM PNEU 14X17.5

TOTAL	EMPRESA VENCEDORA
R\$ 4.800,00	RB RECAPAGENS BLUMENAU LTDA ME

LOTE IX – SERVIÇOS DE RECAUCHUTAGEM PNEU 12.5/80 X 18

TOTAL	EMPRESA VENCEDORA
R\$ 8.800,00	RB RECAPAGENS BLUMENAU LTDA ME

LOTE X – SERVIÇOS DE RECAUCHUTAGEM PNEU 1400 X 24

TOTAL	EMPRESA VENCEDORA
R\$ 9.000,00	RB RECAPAGENS BLUMENAU LTDA ME

LOTE XI – SERVIÇOS DE RECAUCHUTAGEM PNEU 19.5 L 24

TOTAL	EMPRESA VENCEDORA
R\$ 9.500,00	RB RECAPAGENS BLUMENAU LTDA ME

LOTE XII – SERVIÇOS DE RECAUCHUTAGEM PNEU 17.5 X 25

TOTAL	EMPRESA VENCEDORA
-------	-------------------

R\$ 21.800,00	FM PNEUS LTDA
---------------	---------------

LOTE XIII – SERVIÇOS DE RECAUCHUTAGEM PNEU 18.4 X 30

TOTAL	EMPRESA VENCEDORA
R\$ 32.900,00	RECAUCHUTADORA DE PNEUS NERI LTDA EPP

LOTE XIV – SERVIÇOS DE RECAUCHUTAGEM PNEU 12.4 X 24

TOTAL	EMPRESA VENCEDORA
R\$ 18.000,00	GRANDO PNEUS LTDA EPP

LOTE XV – SERVIÇOS DE RECAUCHUTAGEM PNEU 215/75 R16

TOTAL	EMPRESA VENCEDORA
R\$ 9.900,00	RB RECAPAGENS BLUMENAU LTDA ME

CLÁUSULA QUARTA: DO PEDIDO DE COMPRAS.

O fornecimento do(s) produto(s), cujos preços ora registramos será solicitado mediante a apresentação do pedido de compras correspondente.

Parágrafo Único: Cada Autorização de Compras conterá sucintamente:

- a) Número da Ata;
- b) Quantidade do Produto;
- c) Descrição do Produto;
- d) Local de Entrega;
- e) Condições de Pagamento;
- f) Valor.

CLÁUSULA QUINTA: DO PAGAMENTO.

Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias, após entrega dos produtos e nota fiscal.

Parágrafo Único: Caso constatado alguma irregularidade nas faturas/notas fiscais, estas serão devolvidas ao Fornecedor, acompanhadas das informações correspondentes às irregularidades verificadas para as necessárias correções.

CLÁUSULA SEXTA: REAJUSTAMENTO DE PREÇOS E EQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO.

6.1 Os contratantes têm direito ao equilíbrio econômico financeiro da Ata de Registro de Preços procedendo-se a revisão do mesmo a qualquer tempo, desde que ocorra variação de preços dos produtos/serviços, que seja imprevisível ou previsível, porém com consequências incalculáveis, que onere ou desonere excessivamente as obrigações pactuadas no presente instrumento.

6.1.1 A contratada, quando for o caso, deverá formular a Administração requerimento para revisão da Ata de Registro de Preços, comprovando a ocorrência de aumento de preços;

6.1.2. A comprovação será feita através de documentos, tais como lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição de matérias-primas, de transporte de mercadorias, alusivas à época da elaboração da proposta e do momento do pedido de revisão da Ata de Registro de Preços;

6.1.3 Junto com o requerimento, a contratada deverá apresentar planilha de custos comparativa entre a data da formulação da proposta e do momento do pedido de revisão da Ata de Registro de Preços, evidenciando o quanto o aumento de preços ocorrido repercute no valor total pactuado;

6.1.4 A administração, reconhecendo o desequilíbrio econômico financeiro, procederá à revisão da Ata de Registro de Preços de acordo com os parâmetros estabelecidos pela Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

6.2 Independentes da solicitação, a Administração poderá convocar a contratada para negociar a redução dos preços, mantendo o mesmo objeto cotado, na qualidade e nas especificações indicadas na proposta, em virtude da redução dos preços no mercado.

6.3 As alterações decorrentes da revisão dos preços serão formalizadas através de Aditivos à Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA SÉTIMA: CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO.

7.1 As aquisições obedecerão à conveniência e as necessidades da Prefeitura Municipal de Leoberto Leal, objetivadas no atendimento do Município.

7.2 Dentro do prazo da vigência da Ata de Registro de Preços, o(s) fornecedor (es) será (ao) OBRIGADO(S) ao fornecimento do(s) produto(s), desde que obedecidas as condições do Edital do Pregão, de forma PRESENCIAL, que precedeu a formalização desta Ata.

7.3 A Prefeitura Municipal de Leoberto Leal promoverá ampla pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado, condição indispensável para a solicitação da aquisição.

7.4 O(s) Fornecedor(es) se obriga(m) manter, durante o prazo de vigência do Registro de Preços, todas as condições de habilitação exigidas nesta licitação.

7.5 Como condição de fornecimento das mercadorias, os fornecedor(es) que tiver(em) seu(s) preço(s) registrado(s) se comprometem a apresentar, sempre que solicitado, os documentos que originaram a sua habilitação.

7.6 Serão de responsabilidade dos concorrentes que tiverem seus preços registrados o ônus resultante de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos ocorridos por culpa de qualquer de seus empregados e/ou prepostos, obrigando-se por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais que lhe venham a ser atribuídas por força da Lei, relacionadas com o cumprimento do presente edital e com as obrigações assumidas na ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

7.7 O Inadimplemento de qualquer item do Edital, da Carta-Proposta, da Autorização de Compras e da Presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, ensejará, a critério da Prefeitura Municipal de Leoberto Leal - SC, o cancelamento do REGISTRO DE PREÇOS dos fornecedores inadimplentes, sujeitando-o às penalidades previstas nesta ata.

CLÁUSULA OITAVA: DAS PENALIDADES.

8.1 Em caso do licitante vencedor recusar-se a honrar o compromisso injustificadamente será convocado outro licitante, observada a ordem de classificação, e assim sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, garantido o direito ao contraditório e a ampla defesa.

8.2 As penalidades referidas no caput do artigo 81, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, não se aplicam às demais licitantes que forem convocadas nos termos do item 9.11 deste Edital, conforme a ordem de classificação das propostas, que não aceitarem a contratação.

8.3 O licitante que, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar documentação exigida para o certame ou apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital e das demais cominações legais.

8.4 A CONTRATADA ficará sujeita às seguintes penalidades, garantidas a prévia defesa, pela inexecução total ou parcial do Edital:

I - advertência;

II – multa(s), que deverá(ao) ser recolhida(s) na tesouraria desta municipalidade:

a) de 1% (um por cento) do valor da Nota de Empenho, por dia de atraso por descumprimento dos prazos das entregas, previstos no edital limitado a 15 (quinze) dias de atraso;

b) de 2% (dois por cento) do valor da Nota de Empenho por infração a qualquer condição estipulada no Edital, não prevista na alínea anterior, aplicada em dobro na reincidência;

c) Pela inexecução total ou parcial do contrato, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar a Contratada as sanções previstas nos incisos I, III e IV do art. 87 da Lei 8.666/93 e 9.648/98, e multa de 15% sobre o valor total do contrato;

d) As multas aplicadas deverão ser recolhidas ao Tesouro Municipal no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data da notificação, podendo a Administração cobrá-las judicialmente;

e) Ficarão ainda sujeito às penalidades previstas nos incisos III e IV do artigo 87, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, os profissionais ou as empresas que praticarem os ilícitos previstos no artigo 88 do mesmo diploma legal;

f) Para as penalidades previstas será garantido o direito ao contraditório e ampla defesa.

CLÁUSULA NONA: DO RECEBIMENTO DO OBJETO.

9.1 As entregas dos materiais fornecidos ocorrerão no endereço e horário das 07:30hs às 11:30hs e das 13:30hs às 17:30hs, estando estes, especificados na "AUTORIZAÇÃO DE COMPRAS".

9.2 Correrão, por conta exclusiva do Fornecedor as despesas com embalagem, seguro e transporte e quaisquer outras despesas, para entrega dos materiais até os locais designados.

CLÁUSULA DÉCIMA: DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

10.1 O Registro de determinado preço poderá ser cancelado, de pleno direito:

- a) Se o fornecedor não cumprir as obrigações constantes desta ATA DE REGISTRO DE PREÇOS;
- b) O fornecedor não entregar os materiais solicitados na "AUTORIZAÇÃO DE COMPRAS";
- c) Desatender qualquer das cláusulas descritas no edital ou na ATA DE REGISTRO DE PREÇOS;
- d) Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos previstos nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei 8.666/93 e 9.648/98;
- e) Amigável, por acordo das partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a administração;
- f) A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão pela Administração, com as consequências previstas no item 8.2;
- g) Constituem motivos para a rescisão contratual os previstos no art. 78 da Lei 8.666/93 e 9.648/98;
- h) Em caso de rescisão prevista nos incisos XII a XVII do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93 e 9.648/98, sem que haja culpa do contratado, será este ressarcido dos prejuízos regulamentares comprovados, quando os houver sofrido;
- i) A rescisão contratual de que trata o inciso I do art. 78 acarretará as consequências previstas no art. 80, incisos I a IV, ambos da Lei Federal nº 8.666/93 e 9.648/98 e 10.520/02.

CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA: DAS DOTAÇÕES.

As despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta da seguinte rubrica orçamentária:

- 04.01.12.361.0004 2.008.3.3.90.00.00.00.00.00.00 0.1.0001 (40) – Manutenção do Transporte Escolar – Ensino Fundamental
- 04.01.12.361.0004 2.008.3.3.90.00.00.00.00.00.00 0.1.0019 (41) – Manutenção do Transporte Escolar – Ensino Fundamental
- 04.01.12.361.0004 2.008.3.3.90.00.00.00.00.00.00 0.1.0610 (42) – Manutenção do Transporte Escolar – Ensino Fundamental
- 04.01.12.361.0004 2.008.3.3.90.00.00.00.00.00.00 0.1.0061 (43) – Manutenção do Transporte Escolar – Ensino Fundamental
- 04.01.12.365.0004 2.009.3.3.90.00.00.00.00.00.00 0.1.0001 (58) – Manutenção do Transporte Escolar – Ensino Infantil
- 04.01.12.365.0004 2.009.3.3.90.00.00.00.00.00.00 0.1.0019 (59) – Manutenção do Transporte Escolar – Ensino Infantil
- 04.01.12.365.0004 2.009.3.3.90.00.00.00.00.00.00 0.1.0061 (60) – Manutenção do Transporte Escolar – Ensino Infantil
- 04.01.12.362.0004 2.010.3.3.90.00.00.00.00.00.00 0.1.0610 (44) – Manutenção do Transporte Escolar – Ensino Médio
- 04.01.12.362.0004 2.010.3.3.90.00.00.00.00.00.00 0.1.0061 (45) – Manutenção do Transporte Escolar – Ensino Médio
- 04.01.12.364.0004 2.013.3.3.90.00.00.00.00.00.00 0.1.0000 (46) – Apoio ao Transporte de Alunos Universitários
- 06.01.26.782.0009 2.028.3.3.90.00.00.00.00.00.00 0.1.0000 (109) – Funcionamento e Manutenção da Secretaria de Transporte e Obras
- 06.01.26.782.0009 2.028.3.3.90.00.00.00.00.00.00 0.1.0069 (111) – Funcionamento e Manutenção da Secretaria de Transporte e Obras
- 06.01.26.782.0009 2.028.3.3.90.00.00.00.00.00.00 0.1.0044 (112) – Funcionamento e Manutenção da Secretaria de Transporte e Obras
- 07.01.20.606.0011 2.030.3.3.90.00.00.00.00.00.00 0.1.0000 (118) – Funcionamento e Manutenção da Secretaria da Agricultura

CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA: DISPOSIÇÕES FINAIS.

12.1 Fica eleito o foro da Comarca de Ituporanga, para dirimir questões resultantes da ou relativas à aplicação deste Contrato ou execução do ajuste, não resolvidos na esfera administrativa.

12.2 A CONTRATADA obriga-se a manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação que originou o presente ajuste.

12.3 E por estarem justas e concordes, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias, de igual forma e teor, na presença das testemunhas.

CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA – PUBLICAÇÃO: Esta Ata entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal/SC, 30 de julho de 2015.
JAQUELINE ROSÁLIA GUCHERT HOFFMANN
PREGOEIRA MUNICIPAL

ALINE KRAUS	MAYARA CARLA GUCHERT
MEMBRO	MEMBRO

GRANDO PNEUS LTDA ME
EMPRESA VENCEDORA

RB RECAPAGENS BLUMENAU LTDA ME
EMPRESA VENCEDORA

FM PNEUS LTDA
EMPRESA VENCEDORA

RECAUCHUTADORA DE PNEUS NERI LTDA EPP
EMPRESA VENCEDORA

TESTEMUNHAS:

1- SILVANIA CAPISTRANO LOPES
CPF: 017.410.949-09

2- LIZANDRO KREUSCH
CPF: 023.728.959-82

VISTO:

ASSESSOR JURÍDICO

DECRETO N.º 121/2015

DECRETO N.º 121, DE 26 DE OUTUBRO DE 2015.

“CONVOCA OS SERVIDORES DA SECRETARIA DE OBRAS E AGRICULTURA PARA JORNADA NORMAL DE TRABALHO DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA, Prefeita Municipal de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais e da competência que lhe conferem o inciso VII do art. 66, da Lei Orgânica,

Considerando, o Decreto nº 081 de 29 de julho de 2015, o qual dispõe sobre a jornada de trabalho nas repartições e órgão da administração municipal;

Considerando as fortes chuvas ocorridas no município, o qual foi Decretado Situação de Emergência, através do Decreto nº 106 de 19 de setembro de 2015, para prazo de 180 dias;

Considerando, os estragos causados pelas fortes chuvas, as quais ocasionaram danos às estradas do interior do município, queda de barreiras, bueiros entupidos, pontes danificadas, tífis e estradas de agricultores prejudicadas;

Considerando, a continuidade dos serviços da Secretaria Municipal de Agropecuária, Turismo e Meio Ambiente e Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Urbanos, em especial à recuperação das estradas do interior do município para restabelecer o trânsito de pessoas, veículos, máquinas, transporte escolar, etc.;

DECRETA:

Art. 1º Ficam convocados os servidores lotados na Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Urbanos, e Secretaria Municipal de Agropecuária, Turismo e Meio Ambiente, que realizam trabalhos externos, para retornarem à sua jornada normal de trabalho, a partir de 27/10/2015 - terça-feira, no horário matutino das 07:30 às 11:30 e vespertino das 13:30 às 17:30, para trabalharem na recuperação das estradas do interior do município e acesso as propriedades rurais, em razão das fortes e constates chuvas que ocorreram nas últimas semanas.

Art. 2º Este horário será cumprido pelos servidores convocados até 31/12/2015, podendo ser prorrogado caso houver necessidade, justificada por interesse público.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionando a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Registre-se, Publique-se e cumpra-se.

Leoberto Leal, 26 de outubro de 2015.
TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA
Prefeita Municipal

DECRETO N.º 119/2015

DECRETO Nº 119, DE 26 DE OUTUBRO DE 2015.

“Decreta Ponto Facultativo de Trabalho nas Repartições Públicas Municipais e dá outras Providências”.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA, Prefeita Municipal de Leoberto Leal, SC, no uso de suas atribuições legais, e com base no art.66, inciso VII e com o art. 98, I, da Lei Orgânica do Município.

DECRETA:

Art. 1º Fica decretado ponto facultativo de trabalho no âmbito da Administração Pública Municipal, no dia 30 (trinta) de Outubro de 2015, sexta-feira, referente ao Dia do Servidor Público, comemorado no dia 28 (vinte e oito) de Outubro.

Art. 2º O atendimento dos serviços públicos essenciais deverá ser garantido pelos órgãos da Administração, por intermédio de escalas de serviço ou plantão.

Art. 3º Nas escolas e Centro Municipal de Educação Infantil, as aulas, bem como, o transporte escolar e demais atividades, acontecem normalmente, tendo em vista, que os professores, motoristas e demais servidores da Secretaria Municipal da Educação, comemoram a data no dia 15 (quinze) de Outubro, Dia do Professor.

Art. 4º A Secretaria de Saúde e seus estabelecimentos atenderão em regime de sobreaviso ou plantão, por uma equipe designada pela Secretaria, para execução dos procedimentos inerentes à atenção básica.

Art. 5º Caso haja necessidade, justificada por interesse público, calamidade pública, motivo fortuito ou de força maior, os servidores poderão ser convocados para o trabalho.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Leoberto Leal, 26 de outubro de 2015.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA

Prefeita Municipal

- Fábio Kreusch

5 - Representantes do Poder Legislativo Municipal:

- Andréia Aparecida Eger Hamm
- Deivyt Oni Scheidt

6 – Representante dos Servidores Municipais:

- Anderson Hoffmann

7 – Represente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais:

- Ivanor Augustinho Garcia

8 - Representes da CEREJ:

- Thiago Adolfo Scheidt
- Renann Kreusch

9 - Representes dos Conselhos Municipais:

- Maria Albertina Hoffmann
- Francisco Steinbach

10 - Represente da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural – EPAGRI:

- Rodrigo Duriex da Cunha

11 - Represente do Comércio Local:

- Gian Rubick

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Leoberto Leal, 26 de Outubro de 2015.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA

Prefeita Municipal

DECRETO N.º 120/2015

DECRETO Nº 120, DE 26 DE OUTUBRO DE 2015.

“HOMOLOGA MEMBROS DO CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL DO PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO DO MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL”

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA, Prefeita Municipal de Leoberto Leal, SC, no uso de suas atribuições e da competência que lhe confere o art. 66 da Lei Orgânica Municipal.

DECRETA:

Art. 1º Homologa Membros do Conselho de Desenvolvimento Territorial do Plano Diretor Participativo do Município de Leoberto Leal, conforme Art. 243, da Lei nº 615 de 31 de dezembro de 2008 – PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO DE LEOBERTO LEAL.

1 – Representantes da Macrozona Rural Sul:

- Sérgio Clasen
- Elaine Camila Guchert

2 – Representantes da Macrozona Rural Norte:

- Jaime Sezerino
- José Amauri Alves

3 – Representantes da Macrozona Urbana:

- Dauri José Meira
- Paula Braun Guckert

4 – Representantes do Poder Executivo Municipal:

- Débora Venturin
- Renato Otto

Lindóia do Sul

PREFEITURA

DECRETO 2731

DECRETO Nº 2.731/2015, DE 26 DE OUTUBRO DE 2015

DISPÕE SOBRE HORÁRIO DE EXPEDIENTE PONTO FACULTATIVO NAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS MUNICIPAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PEDRO ARI PARIZOTTO, Prefeito Municipal de Lindóia do Sul, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

DECRETA

Art. 1º. Em virtude da comemoração do Dia do Servidor Público, comemorado em 28 de Outubro de 2015, fica decretado Ponto Facultativo em todas as repartições Públicas do Município de Lindóia do Sul, no dia 28 de Outubro de 2015.

Art. 2º. O disposto no art. 1º deste Decreto não se aplica nas Unidades Escolares, os quais são definidos de acordo com o calendário próprio, aprovado pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Lindóia do Sul - SC,
PEDRO ARI PARIZOTTO
Prefeito Municipal

Luzerna

PREFEITURA

DECRETO 2132

DECRETO Nº 2132 de 26 de outubro de 2015.

“ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE PARA O EXERCÍCIO DE 2015”.

MOISES DIERSMANN, Prefeito de Luzerna(SC), no uso de atribuições que lhe são conferidas pelo art. 19 da Lei nº 1.311 de 11 de novembro de 2014,

DECRETA:

Art.1º- Fica aberto CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR no montante de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), em favor do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA, à conta dos recursos do EXCESSO DE ARRECADAÇÃO apurado até esta data, na fonte, detalhamento e rubrica abaixo especificados, já descontados os recursos utilizados pelo Decreto 2.116 de 21 de setembro de 2015, conforme tabela abaixo, na fonte e detalhamento abaixo especificados, na forma do disposto no inciso II, do art. 43 da Lei nº 4.320/64, atribuída à seguinte classificação orçamentária:

Rubrica de arrecadação:

1.3.2.5.01.03.16.00 - Rendimentos PMAQ

1.7.2.1.33.11.30.08 - PMAQ - Programa de Melhoria do Acesso a Qualidade

Detalhamento de Recursos - 208 - PMAQ

Excesso de arrecadação até essa data: R\$ 117.831,02

Valores de Excesso já utilizados:

Decreto 2116 - R\$ 50.000,00

Total já utilizado por decretos anteriores: R\$ 50.000,00

UNIDADE GESTORA: 13.FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA

Atividade - 13.01.10.301.0016.2017 - Funcionamento e Man. do Fundo Municipal de Saúde

Modalidade de Aplicação - 3.3.90 - Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes

Fonte 38 - Transf do Sistema Único de Saúde - SUS/União R\$ 50.000,00

Detalhamento de Recursos: 208 - PMAQ

Art.2º- É parte integrante deste Decreto, o Quadro Demonstrativo do Excesso de Arrecadação deste detalhamento (208 - PMAQ).

Art.3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 26 de outubro de 2015.

MOISES DIERSMAN

Prefeito de Luzerna

PL 090/2015 - PP 059/2015 - MATERIAIS DE ARTESANATO - FMAS

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE LUZERNA

EXTRATO DE EDITAL

Processo Licitatório nº 0090/2015 - FMAS

Pregão Presencial nº 0059/2015 - FMAS

O Gestor do Fundo Municipal de Assistência Social de Luzerna, WALMOR SILVESTRE DRESCH NETO STROHER, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO para Registro de Preço.

OBJETO: A presente licitação tem por objeto o Registro de Preço para aquisição de material de artesanato, de forma parcelada, destinado à manutenção das atividades desenvolvidas com famílias/PAIF/SCFV/IGD-M/PBF e pelo Fundo Municipal de Assistência Social de Luzerna/SC, conforme as especificações em anexo.

REGIMENTO: Lei nº 10.520 de 17/07/2002 e Decreto Municipal nº 708 de 06/01/06, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 de 21/06/1993 e alterações posteriores.

ENTREGA DOS ENVELOPES: até às 14h do dia 09 de novembro de 2015.

ABERTURA DAS PROPOSTAS, CREDECIMENTO E SESSÃO DE LANCES: às 14h10min do dia 09 de novembro de 2015.

OBTENÇÃO DO EDITAL: pelo site www.luzerna.sc.gov.br

MAIORES INFORMAÇÕES: Pelo fone/fax: (049) 3551-4700.

ANEXO AO DECRETO 2132

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL SAUDE LUZERNA
 Comparativo da Receita Orçada Com a Arrecadada
 Administração Direta

Betha Sistemas
 Exercício de 2015
 Período: Outubro
 Página 1

Títulos	Recurso	Orçado	Arrecadada		Diferenças	
			No Período	Até o Período	Para (+)	Para (-)
4.0.0.0.0.00.00.00.00.00.00 RECEITAS		29.400,00	0,00	147.231,02	117.831,02	0,00
4.1.0.0.0.00.00.00.00.00.00 RECEITAS CORRENTES		29.400,00	0,00	147.231,02	117.831,02	0,00
4.1.3.0.0.00.00.00.00.00.00 RECEITA PATRIMONIAL		3.000,00	0,00	10.231,02	7.231,02	0,00
4.1.3.2.0.00.00.00.00.00.00 RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS		3.000,00	0,00	10.231,02	7.231,02	0,00
4.1.3.2.5.00.00.00.00.00.00 Remuneração de Depósitos Bancários		3.000,00	0,00	10.231,02	7.231,02	0,00
4.1.3.2.5.01.00.00.00.00.00 Remuneração de Dep Banc de Rec Vinculados		3.000,00	0,00	10.231,02	7.231,02	0,00
4.1.3.2.5.01.03.00.00.00.00 Rec de Remun de Dep Banc de Rec Vinc - Fundo Saúde		3.000,00	0,00	10.231,02	7.231,02	0,00
4.1.3.2.5.01.03.15.00.00 Rendimentos PMAQ (46122)	00.01.0064	3.000,00	0,00	10.231,02	7.231,02	0,00
4.1.7.0.0.00.00.00.00.00.00 TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		26.400,00	0,00	137.000,00	110.600,00	0,00
4.1.7.2.0.00.00.00.00.00.00 TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS		26.400,00	0,00	137.000,00	110.600,00	0,00
4.1.7.2.1.00.00.00.00.00.00 Transferências da União		26.400,00	0,00	137.000,00	110.600,00	0,00
4.1.7.2.1.33.00.00.00.00.00 Transf. de Recursos do Sistema Único Saúde - SUS		26.400,00	0,00	137.000,00	110.600,00	0,00
4.1.7.2.1.33.11.00.00.00.00 Atenção Básica		26.400,00	0,00	137.000,00	110.600,00	0,00
4.1.7.2.1.33.11.30.00.00.00 Piso de Atenção Básica Variável (PAB Variável)		26.400,00	0,00	137.000,00	110.600,00	0,00
4.1.7.2.1.33.11.30.08.00 PMAQ - Programa de Melhoria do Acesso a Qualidade	00.01.0064	26.400,00	0,00	137.000,00	110.600,00	0,00
Totais Gerais :		29.400,00	0,00	147.231,02	117.831,02	0,00

Luzerna, 26/10/2015

DREONE MENDES
 CONTADOR - CRC/SC 36.461

WALMOR S. DRESCH N. STROHER
 GESTOR DO FUNDO MUN. DE SAUDE

Mafra

PREFEITURA

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL - REGISTRO DE PREÇOS Nº 114/2015

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA
ESTADO DE SANTA CATARINA
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL - REGISTRO DE PREÇOS Nº 114/2015

O MUNICÍPIO DE MAFRA torna público que estará realizando REGISTRO DE PREÇOS para contratação de empresa especializada para realizar serviço de limpeza de fossas e caixas de gordura nas unidades de saúde, através do Fundo Municipal da Saúde, conforme especificações contidas neste edital e seus anexos. Os protocolos dos envelopes poderão ser feitos até as 08h30min do dia 26/11/2015, hora e data da abertura da sessão. Base legal: Lei nº 10.520 de 17 de Julho de 2002, com aplicação subordinada a lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decreto Municipal nº 3.089 de 28 de Janeiro de 2008. O inteiro teor deste Ato Convocatório encontra-se a disposição dos interessados no Departamento de Licitações, na Praça Desembargador Flávio Tavares, nº 12, Centro. O horário de funcionamento da Prefeitura é das 08:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:00 horas pelos Fones (47) 3641-4003 ou 4061.

Mafra (SC), 26 de outubro de 2015.

Wellington Roberto Bielecki
Prefeito Municipal

Fabiano Maurício Kalil
Pregoeiro Municipal

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL - REGISTRO DE PREÇOS Nº 116/2015

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA
ESTADO DE SANTA CATARINA
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL - REGISTRO DE PREÇOS Nº 116/2015

O MUNICÍPIO DE MAFRA torna público que estará realizando REGISTRO DE PREÇOS para locação de brinquedos destinados as campanhas de vacinação realizadas pela Vigilância Epidemiológica, através do Fundo Municipal de Saúde, conforme especificações contidas neste edital e seus anexos. Os protocolos dos envelopes poderão ser feitos até as 14h00min do dia 26/11/2015, hora e data da abertura da sessão. Base legal: Lei nº 10.520 de 17 de Julho de 2002, com aplicação subordinada a lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decreto Municipal nº 3.089 de 28 de Janeiro de 2008. O inteiro teor deste Ato Convocatório encontra-se a disposição dos interessados no Departamento de Licitações, na Praça Desembargador Flávio Tavares, nº 12, Centro. O horário de funcionamento da Prefeitura é das 08:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:00 horas pelos Fones (47) 3641-4003 ou 4061.

Mafra (SC), 26 de outubro de 2015.

Wellington Roberto Bielecki
Prefeito Municipal

Fabiano Maurício Kalil
Pregoeiro Municipal

Maravilha

CÂMARA MUNICIPAL

AVISO DE JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 2/2015 (PROCEDIMENTO LICITATÓRIO 5/2015)

Estado de Santa Catarina
Município de Maravilha
Câmara Municipal de Vereadores de Maravilha
Procedimento Licitatório nº 5/2015
Pregão Presencial nº 2/2015

Aviso de Resultado de Julgamento de Habilitação

O pregoeiro da Câmara Municipal de Vereadores de Maravilha, com auxílio dos membros da comissão de apoio, torna público o julgamento da habilitação do Pregão Presencial nº 2/2015, que teve o seguinte resultado: Habilitados: PARANAS COMERCIO E SERVIÇOS DE INFORMATICA LTDA, ATUAL INFORMATICA E ASSISTENCIA TECNICA LTDA-ME, TELECOPY EQUIPAMENTOS LTDA, MB CATARINENSE LTDA – ME, VOTECH TECNOLOGIA EM VOTAÇÃO LTDA - ME.

Maravilha, 26 de outubro de 2015.
Jean Carlos Ribeiro
Pregoeiro

Marema

PREFEITURA

DECRETO N. 135/2015

Decreto n. 135/2015
de 28/09/2015

“DECRETA ALTERAÇÕES NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE MAREMA DO EXERCÍCIO DE 2015 E DA OUTRAS PROVIDENCIAS”

MARCOS PEDRO BATISTEL, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais e em conformidade com as leis nº 4.320/64 e Lei Municipal 1.059/2014 de 02 de dezembro de 2014.
DECRETA

Art. 1º - A suplementação de dotações orçamentárias no valor de R\$ 13.115,00 (TRZE MIL, CENTO E QUINZE REAIS), nas seguintes programações de despesas:

Reduzido 18

Código	Secretaria/departamento		
05.01	DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO		
funcional	Proj./ativ.	descrição	
12.361.1201	2.035	Manutenção Das Atividades do Ensino Fundamental	
Modalidade	Fonte	Dotação	
3.3.90.00.00	01.01	Det. Esp 00	13.115,00

Art. 2º Para dar cobertura das suplementações conforme artigo 1º, serão anuladas dotações dentro do orçamento vigente nas seguintes programações de despesas:

Reduzido 24

Código	Secretaria/departamento		
05.01	DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO		
funcional	Proj./ativ.	descrição	
12.361.1201	2.035	Manutenção Das Atividades do Ensino Fundamental	
Modalidade	Fonte	Dotação	
4.4.90.00.00	01.01	Det. Esp 00	13.115,00

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 28 de setembro de 2015.

MARCOS PEDRO BATISTEL

Prefeito Municipal

Esta Lei foi registrada e publicada em data supra e local de costume.

SILVANO CIRO PIAESKI

Servidor Designado

DECRETO Nº 134/2015

Decreto nº 134/2015

De 28/09/2015

ABRE CREDITO SUPLEMENTAR, PELO SUPERAVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO DE 2014, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MARCOS PEDRO BATISTEL, Prefeito Municipal de Marema, ESTADO DE Santa Catarina no uso de suas atribuições legais e em conformidade com as leis nº 4.320/64 e Lei Municipal 1.059/2014 DE 02 de dezembro de 2014.

DECRETA

Art. 1º- Fica Decretado a utilização de parte do Superávit Financeiro apresentado no confronto do ativo financeiro (-) passivo financeiro do balanço patrimonial do Exercício de 2014 do MUNICÍPIO DE MAREMA, na ordem de recursos com valor R\$ 37.599,00 (TRINTA E SETE MIL E QUINHENTOS E NOVENTA E NOVE REAIS).

Art. 2º - Com os Recursos Advindos do Art. 1º deste Decreto, fica Suplementada a seguinte dotação orçamentária, dentro do Orçamento Vigente do Município de Marema:

Reduzido 111– RECURSO - SUPERAVIT

Código	Secretaria/departamento	
05.01	DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO	
funcional	Proj./ativ.	descrição
05.112.364	2.037	APOIO AO ENSINO SUPERIOR
Modalidade	Fonte	Dotação
33.90.000	12.01	10.000,00

Reduzido 107– RECURSO - SUPERAVIT

Código	Secretaria/departamento	
03.01	DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO	
funcional	Proj./ativ.	descrição
04.122.402	2.020	MANUTENÇÃO DAS ATIV. ADMINISTRATIVAS
Modalidade	Fonte	Dotação
33.90.000	03.00	20.000,00

Reduzido 112 - SUPERAVIT

Código	Secretaria/departamento	
04.01	Departamento de Administração	
funcional	Proj./ativ.	descrição
04.123.0403	2.021	Manutenção das atividades Administrativas
Modalidade	Fonte	Dotação
3.3.50.00.00	03.00	7.599,00

Art. 3º- Revogadas as disposições em contrário

Art. 4º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, em 28 setembro de 2015.

MARCOS PEDRO BATISTEL

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

Silvano Ciro Piaseski

Func. Designado

DECRETO Nº. 136/2015

DECRETO nº. 136/2015

De 13/10/2015

NOMEIA ADILSON PERUZZO PARA O CARGO EM PROVIMENTO EFETIVO DE VIGIA - CONSTANTE NO ANEXO I – QUADRO DE PESSOAL PERMANENTE - DA LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL 036/2014 DE 19.02.2014 E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

ALGACIR DONZELLI, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 8, I do Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais de Marema c/c o art. 3º, art. 11 inciso II. CONSIDERANDO classificação em concurso publico 2015/01.

DECRETA

Art. 1º - A nomeação de ADILSON PERUZZO na função de VIGIA, Cargo de provimento efetivo – 40 horas, no Departamento Municipal de Administração, constante no Anexo I da Lei Complementar Municipal n. 036/2014 de 19.02.2014, percebendo o vencimento constante do Plano de Cargos e Salários.

Art. 2º - O presente Decreto entrara em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 13 de outubro de 2015.

ALGACIR DONZELLI

Prefeito Municipal em exercício

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

SILVANO CIRO PIAESKI

Funcionário Designado

LEI COMPLEMENTAR N. 043/2015

Lei Complementar n. 043/2015

De 20/10/2015

Modifica dispositivos do Código de Posturas Municipais, Lei Complementar nº 16/1994, para estabelecer as regras de acessibilidade no Município de Marema.

ALGACIR DONZELLI, Prefeito em Exercício do Município de Marema, SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação em vigor, FAZ SABER a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º. O artigo 27 da Lei Complementar nº 16 de 30 de março de 1994 passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 27. Os proprietários de imóveis urbanos são obrigados a manter os passeios públicos desobstruídos, limpos e dentro das regras definidas neste Código de Posturas.

Art. 2º. O artigo 76 da Lei Complementar nº 16 de 30 de março de 1994 passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 76. Os proprietários ou possuidores de imóveis urbanos residenciais ou comerciais, edificadas ou não, situados em logradouros públicos com pavimentação asfáltica ou poliédrica são obrigados a construir e manter o passeio público (calçada) dentro dos parâmetros de acessibilidade, seguindo as regras, tamanho e medidas de construção definidas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, especialmente as indicadas na Norma Técnica 9050:2014 ou nas normas técnicas que venham a substituí-la ou alterá-la.

§1º Os imóveis usados para fins comerciais e que tenham circulação de pessoas devem, ainda, observar as regras de acessibilidade para acesso ao estabelecimento e para circulação interna, nos termos da Norma Técnica 9050:2014 da ABNT ou nas normas técnicas que venham a substituí-la ou alterá-la.

§2º Os proprietários de imóveis localizados em logradouros públicos não pavimentados ficam cientes que, caso feita a pavimentação por asfalto ou pedra poliédrica do logradouro, devem se adequar as regras deste artigo no prazo de cento e vinte dias depois de concluída a pavimentação.

§3º A concessão do habite-se ou licença para construção, reformar ou ampliação de imóveis residenciais e/ou comerciais ficará condicionado ao cumprimento das normas de acessibilidade previstas neste artigo.

Art. 3º. O artigo 79 da Lei Complementar nº 16 de 30 de março de 1994 passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 79. Os proprietários ou possuidores de imóveis e estabelecimentos comerciais que não cumprirem as normas deste Capítulo, especialmente as relacionadas com a acessibilidade, poderão ter imediatamente cassada ou suspensa sua licença de localização ou habite-se, e sofrerão, ainda, as seguintes penalidades:

I – serão autuados para iniciarem a adequação no prazo de trinta dias;

II – se não iniciada a reforma ou construção para correção da infração no prazo do inciso anterior, será aplicada multa de quatrocentas unidades fiscais e concedido novo prazo de trinta dias para início da adequação;

III – não cumprido o novo prazo do inciso anterior, será procedida, caso ainda não tenha sido feita, a cassação do habite-se ou da licença de localização.

§1º Será cassada, de ofício, a licença de localização (alvará de funcionamento) dos estabelecimentos comerciais que, até o dia 31 de março de 2016, não comprovarem o cumprimento das normas do Art. 76 deste Código de Posturas Municipais, procedendo ainda o

Município a notificação dos estabelecimentos nos termos do caput para a regularização e aplicação da multa cabível.

§2º A licença cassada nos termos do parágrafo anterior somente será emitida novamente depois de comprovada a completa regularidade do estabelecimento nas regras deste Código de Posturas.

Art. 4º. Fica incluído no artigo 130 da Lei Complementar nº 16 de 30 de março de 1994 o inciso V, com a seguinte redação:

V – Quando não cumpridas as regras de acessibilidade estabelecidas no art. 76 deste Código de Posturas.

Art. 5º. Os imóveis residenciais com passeio público já construído no ato de aprovação desta Lei, terão até o dia 31 de dezembro de 2017 para se adequarem as regras previstas no Art. 76 do Código de Postura Municipal, quando for o caso.

Art. 6º. Os imóveis comerciais, com ou sem circulação de pessoas, que na data de aprovação desta Lei não possuam passeio público nas condições definidas no Art. 76 do Código de Postura Municipal, terão até o dia 31 de março de 2016 para se adequarem as novas regras.

Art. 7º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 8º. A presente Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, em 20 de outubro de 2015.

ALGACIR DONZELLI

Prefeito Municipal em Exercício

Esta Lei foi registrada e publicada em data supra e local de costume.

SILVANO CIRO PIASESKI

Servidor Designado

LEI N. 1082/2015

Lei n. 1082/2015

de 20/10/2015

AUTORIZA CONCEDER AUXÍLIO FINANCEIRO A ENTIDADE DE CARÁTER CULTURAL, DEDICADA A PROMOÇÃO DE MOVIMENTO TRADICIONALISTA – CENTRO DE TRADIÇÕES GAUCHAS CORAÇÃO DE GAUDÉRIO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ALGACIR DONZELLI, Prefeito em Exercício do Município de Marema, SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação em vigor, FAZ SABER a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º - Fica reconhecido o CENTRO DE TRADIÇÕES GAUCHAS CORAÇÃO DE GAUDÉRIO – CNPJ/MF n. 01.893.713/0001-94, estabelecida na Fazenda Patrícia, Município de Marema, como entidade privada sem fins lucrativos, de caráter cultural, dedicadas à promoção de movimentos tradicionalistas.

Art. 2º- Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal, nos termos desta lei, conceder auxílio financeiro ao CENTRO DE TRADIÇÕES GAUCHAS CORAÇÃO DE GAUDÉRIO – CNPJ/MF n. 01.893.713/0001-94, no valor de até R\$ 5.000,00 (reais), como auxílio financeiro para realização do 18º Rodeio Crioulo Nacional, a ser realizado no Município de Marema, nos dias 05 a 08 de novembro de 2015.

Art. 3º- A entidade beneficiada deverá apresentar declaração de funcionamento regular, bem como o número da conta bancária, condicionamento a isso a liberação dos recursos.

Art. 4º- A entidade beneficiada deverá fazer prestação de contas dos recursos recebidos, no prazo máximo de 60 dias (sessenta dias), a contar da data do recebimento do valor e/ou parcela recebida, contendo entre outros documentos, necessariamente o seguinte:

I - Documento original das despesas efetuadas;

II - Cópia do Estatuto;

III - Ata da última diretoria;

IV - Declaração do Presidente de que os recursos foram aplicados nos fins para os quais se destinam;

V - Conta Bancária;

Art. 5º- A autoridade administrativa considera como não prestadas às contas, entre outras situações possíveis, quando:

I - Não apresentada no prazo regulamentar;

II - Apresentar documentação incompleta;

III - A documentação apresentada não oferecer condições a comprovação da regular aplicação do dinheiro público.

Art. 6º- O destinatário dos recursos repassado, responderá pelos prejuízos que causar a Fazenda Pública Municipal.

Parágrafo Único - O responsável pela entidade recebedora dos recursos, será responsabilizado com a devolução do valor, caso não cumpra com as determinações constantes nesta lei.

Art. 7º- As despesas decorrentes desta Lei, correrão a conta de dotação orçamentária própria.

Art. 8º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 9º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, em 20 de outubro de 2015.

ALGACIR DONZELLI

Prefeito Municipal em Exercício

Esta Lei foi registrada e publicada em data supra e local de costume.

SILVANO CIRO PIASESKI

Servidor Designado

Massaranduba

PREFEITURA

DECRETO Nº3182 DE 23 DE OUTUBRO DE 2015

DECRETO Nº3182 DE 23 DE OUTUBRO DE 2015

Aprova o Regimento Interno do Conselho Municipal de Política Cultural

MARIO FERNANDO REINKE, Prefeito Municipal de Massaranduba, Estado de Santa Catarina no uso das prerrogativas que lhe são conferidas pela legislação em vigor, DECRETA:

Art. 1º Fica aprovado o Regimento Interno do Conselho Municipal de Política Cultural.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Massaranduba, em 23 de Outubro de 2015

MARIO FERNANDO REINKE

Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra.

VIVIANE HAFEMANN GRABOWSKI

Gerente de Gabinete

CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICAS CULTURAIS
REGIMENTO INTERNO

CAPÍTULO I - DA NATUREZA

Art. 1º O Conselho Municipal de Política Cultural de Massaranduba é um instrumento democrático e participativo da comunidade, com atribuições normativas, deliberativas, consultivas e fiscalizadoras das questões relacionadas à cultura.

CAPÍTULO II – DAS COMPETÊNCIAS

Art. 2º Compete ao Conselho Municipal de Política Cultural:

I - Propor e fiscalizar ações e políticas públicas de desenvolvimento da cultura, a partir de indicativos governamentais e/ou em parceria com agentes privados, sempre na preservação do interesse público;

II - Representar a sociedade civil de Massaranduba, junto ao Poder Público Municipal, no âmbito da Conferência Municipal de Cultura, em todos os assuntos que digam respeito à gestão cultural;

III - Promover e incentivar estudos, eventos, atividades permanentes e pesquisas nas áreas da cultura;

IV - Colaborar na formulação das diretrizes da política cultural a ser implementada pela administração municipal, juntamente com os setores organizados;

V - Colaborar na articulação das ações entre os organismos públicos e privados da área cultural;

VI - Emitir e analisar pareceres sobre questão técnico-cultural, além de outros relativos a projetos que digam respeito à produção, ao acesso aos bens culturais e à difusão das manifestações culturais da cidade de Massaranduba;

VII - Acompanhar, avaliar e fiscalizar as ações culturais em desenvolvimento no Município;

VIII- Elaborar e aprovar o seu Regimento Interno, submetendo-o à aprovação e homologação do Chefe do Executivo Municipal;

IX - Fiscalizar a aplicação dos recursos constituídos do Fundo Municipal de Cultura;

X - Discutir e aprovar o Plano Municipal de Cultura, fiscalizando

sua execução e participar da elaboração do Plano Estratégico de Cultura do Município;

XI - Articular com órgãos federais, estaduais, municipais e demais instituições de natureza cultural, visando a realização de parcerias e execução de programas culturais;

XII - Incentivar a participação democrática na gestão das políticas e dos investimentos públicos na área cultural;

XIII – Selecionar os programas e/ou projetos apresentados por instituições culturais para efeito de recebimento de subvenções e auxílios, ou orientá-los como forma de colaboração;

XIV - Sugerir ações que estimulem a produção e a difusão das diversas formas de manifestações culturais do Município;

XV - Decidir sobre o emprego dos recursos solicitados por instituições culturais através do Plano Municipal de Cultura;

XVI Propor ao Chefe do Poder Executivo a abertura de procedimentos investigatórios quando entender conveniente;

XVII – Decidir e apoiar convênios solicitados pelo Chefe do poder Executivo, visando à realização de exposições, festivais, congressos de caráter científico, artístico e literário, ações culturais diversas ou intercâmbio cultural com outras entidades;

XVIII - Participar de eventos e ações que tratem de assuntos de relevância para área cultural;

XIX-Promover a Conferência Municipal de Cultura de Massaranduba, a cada dois anos;

XX- Propor instrumentos que assegurem a cidadania cultural através de acesso às produções culturais e de preservação à memória histórica, social, política e artística.

CAPÍTULO III – DA COMPOSIÇÃO E DOS MANDATOS

Art. 3º Os membros representantes do Poder Público Municipal, serão indicados pelo Chefe do Poder Executivo, levando em conta a seguinte disposição:

I – 01 representante da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Turismo como membro nato;

II – Pessoa que responde pela cultura do município como membro nato;

III – 01(um) membro titular e 01 (um) membro suplente da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente;

IV – 01(um) membro titular e 01 (um) membro suplente da Câmara de Vereadores;

V – 01 (um) membro titular e 01 (um) membro suplente da Secretaria de Assistência Social de Massaranduba

VI – 01 (um) membro titular e 01 (um) membro suplente da Secretaria de Saúde de Massaranduba;

Art. 4º Os 20 (vinte) membros representantes da Sociedade Civil serão indicados e eleitos por seus pares, sendo 10 (dez) titulares e 10 (dez) suplentes, levando em conta a seguinte disposição:

I – 01 (um) membro titular e 01 (um) membro suplente da área do comércio e da indústria;

II – 01 (um) membro e 01 (um) membro suplente Artes Visuais;

III – 01 (um) membro titular e 01 (um) membro suplente área da educação do município de Massaranduba;

IV– 01 (um) membro titular e 01(um) membro suplente da área de Música;

V – 01 (um) membro titular e 01(um) membro suplente da área de literatura;

VI – 01 (um) membro titular e 01 (um) membro suplente da área de Patrimônio e Memória;

VII – 01 (um) membro titular e 01 (um) membro suplente na área de Artesanato;
VIII – 01 (um) membro titular e 01 (um) membro suplente na área das tradições dos clubes de caça e tiro, ou outros clubes;
IX – 01 (um) membro titular e 01 (suplente) dos Grupos de danças;
X – 01 (um) membro titular e 01 (suplente) dos Grupos de Canto Coral.

Art. 5º Os membros titulares e suplentes do Conselho terão mandato de dois anos, podendo ser reconduzidos.

Parágrafo Único Cabe ao responsável pela cultura o encaminhamento da portaria para nomeação dos membros.

Art. 6º Será considerado extinto o mandato de conselheiro em caso de morte, renúncia ou ausência, sem justificativa, em duas reuniões consecutivas, sendo ele membro titular.

§ 1º O mandato extinto será preenchido pelo suplente.

§ 2º Aplica-se o disposto neste artigo também ao conselheiro suplente, quando este por ausência justificada do conselheiro titular tiver a incumbência de substituí-lo.

§ 3º Caberá ao Plenário do Conselho autorizar pedidos de afastamento temporário ou definitivo do conselheiro, por razões relevantes, assumindo em seu lugar o respectivo suplente.

CAPÍTULO IV

DA ORGANIZAÇÃO INTERNA DO CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICAS CULTURAIS DE MASSARANDUBA

Art. 7º A diretoria será composto pelo Presidente, Vice-Presidente, 1º Secretário e 2º Secretário que será escolhido através de eleição entre os seus membros.

§ 1º A eleição se realizará a cada dois anos, na primeira reunião ordinária após a posse dos conselheiros.

§ 2º O mandato será de dois anos.

§ 3º Compete à diretoria tomar as providências necessárias para a convocação, realização e registro das reuniões do Conselho Municipal de Cultura.

§ 4º Os membros da diretoria poderão ser substituídos a qualquer tempo por decisão de maioria absoluta dos conselheiros.

Parágrafo Único Será necessário a apresentação de ata, das deliberações referentes aos assuntos em pauta, e lista de presença.

Art. 8º Para garantir a ampliação da participação e a representatividade das opiniões, os representantes dos segmentos culturais, instituições deverão apresentar previamente os assuntos em pauta no Conselho Municipal.

CAPÍTULO V – DAS ATRIBUIÇÕES DA DIRETORIA

Art. 9º Compete ao Presidente, além de outras atribuições que lhe são conferidas no presente Regimento:

- Presidir os trabalhos do Conselho e organizar a pauta das sessões plenárias e a ordem do dia das mesmas;
- Dirigir as discussões, distribuindo a palavra aos Conselheiros, coordenando os debates e neles intervindo para garantia da ordem e esclarecimentos;
- Convocar reuniões ordinárias e extraordinárias;
- Cobrar as agendas e compromissos assumidos perante o Conselho Municipal de Política Cultural pelos conselheiros

- Cobrar compromissos e agendas assumidos perante o Conselho Municipal de Políticas Culturais por Comissões Especiais de Trabalho por ele criadas;
- Comunicar ao Prefeito e demais autoridades e instituições as Deliberações do Conselho e encaminhando solicitações que reclamem providências;
- Exercer a representação do Conselho;
- Exercer o seu direito de voto e, em casos de empate nas votações, também o voto de qualidade.

Art. 10 Compete ao Vice-presidente:

- Substituir o Presidente em suas faltas e impedimentos;
- Auxiliar o Presidente no cumprimento de suas atribuições.

Art. 11 Compete ao 1º Secretário:

- Divulgar aos Conselheiros as agendas de reuniões e compromissos do Conselho Municipal de Políticas Culturais;
- Secretariar as reuniões do Conselho e redigir as atas;
- Dar publicidade às atividades da instituição;
- Encarregar-se dos serviços de documentação e arquivo, mantendo atualizadas as correspondências e os documentos do Conselho;
- Assinar, junto com o Presidente, as correspondências do Conselho;
- Prestar, de modo geral, sua colaboração ao andamento das diversas atividades do Conselho.

Art. 12 Compete ao 2º Secretário:

- Substituir o 1º Secretário em suas faltas e impedimentos;
- Auxiliar o 1º Secretário no cumprimento de suas atribuições.

CAPÍTULO VI – DAS COMISSÕES TEMÁTICAS

Art. 13 O Conselho, com a finalidade de apreciar os assuntos que lhe são pertinentes, poderá constituir, entre seus membros, comissões temáticas com o mínimo de três componentes, a fim de realizar pesquisas, estudos, levantamentos de dados e fornecer pareceres prévios.

Art. 14 A cada uma das Comissões Temáticas, resguardadas as suas especificidades, cabe:

- pesquisar, relatar e opinar exclusivamente sobre a matéria para o qual foi criada pelo Conselho.
- tomar iniciativa de indicações, pareceres e sugestões, dentro do objetivo para o qual tenha sido criada pelo Conselho.
- ouvir, inquirir, entrevistar, fiscalizar e fazer diligências, dentro dos termos para o qual tenha sido criada pelo Conselho.

Parágrafo Único Os resultados do trabalho das Comissões Temáticas deverão ser apresentados sempre por escrito, sendo submetidos à apreciação do Conselho.

CAPÍTULO VII – DAS REUNIÕES DO CONSELHO

Art. 15 O Conselho Municipal de Política Cultural reunir-se-á ordinariamente uma vez a cada dois meses para deliberar sobre os assuntos em pauta e, quando necessário, extraordinariamente mediante convocação de seu Presidente ou da maioria absoluta de seus componentes.

§ 1º As reuniões do Conselho Municipal de Política Cultural deverão ser convocadas com no mínimo 3 (três) dias de antecedência em relação a data de sua realização, sendo que a pré-pauta de assuntos a discutir deve ser divulgada aos conselheiros com igual antecedência.

§ 2º Impedido de comparecer, o Conselheiro Titular deve comunicar seu suplente para participar da reunião.

Art. 16 As sessões plenárias do Conselho deverão ter quórum de no mínimo 80% de seus membros, com mandato em vigência, e as deliberações serão tomadas por maioria simples de votos, cabendo, ao Presidente, o voto de qualidade.

Parágrafo Único Observado o número legal de presentes e declarada aberta a sessão do Conselho Pleno, proceder-se-á a leitura da ata da sessão anterior, passando-se, em seguida, a pauta do dia.

Art. 17 As matérias a serem deliberadas pelo Conselho que exijam estudo prévio deverão ser apresentadas por escrito, com cópia eletrônica disponíveis para todos os Conselheiros até o início da sessão plenária, salvo as questões de menor relevância ou maior imediatez.

Art. 18 Nas sessões plenárias, todos os Conselheiros Titulares têm igual direito a voz e voto, sendo permitida a participação dos Conselheiros Suplentes apenas com direito a voz, se não estiverem substituindo seus titulares.

Art. 19 Havendo votações nas sessões plenárias, as mesmas deverão obedecer os seguintes procedimentos:

- a) a votação deverá ser aberta e nominal;
- b) qualquer conselheiro terá direito a registrar em ata, expressamente, o seu voto.

Art. 20 As deliberações do Conselho tomarão a forma de resolução ou parecer e deverão ser registradas e assinadas pelo Presidente e pelo 1º Secretário.

CAPÍTULO VIII – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 21 O presente Regimento poderá ser modificado ou acrescido desde que com o voto favorável da maioria absoluta dos membros do Conselho de Política Cultural, sempre em consonância com a LEI Nº 1669/2015.

Art. 22 Os casos omissos no presente Regulamento serão resolvidos pelo Conselho.

Art. 23 O presente Regimento entrará em vigor na data de sua aprovação, por Decreto Municipal.

LICITAÇÃO 13.2015 PP 08.2015 (FASS) - GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA GRUPOS DO CRAS

MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 13/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 08/2015

REGISTRO DE PREÇOS

O Fundo Municipal de Assistência Social de Massaranduba torna público, de acordo com Decreto Municipal 2.051/2010, Lei 10.520/2002, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, que realizará licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL sob o SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, com adjudicação POR ITEM, objetivando a aquisição de diversos gêneros alimentícios para os grupos do SCFV (Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos) do CRAS do município de Massaranduba (SC).

ENTREGA DOS ENVELOPES E CREDENCIAMENTO: até as 08h00min do dia 10/11/2015.

ABERTURA DO PROCESSO: 08h30min do dia 10/11/2015.

INFORMAÇÕES: A íntegra do edital e outras informações poderão ser obtidas na Prefeitura de Massaranduba, situada na Rua 11 de Novembro, 2765 – Centro, das 07h30min às 11h30min e das 13h00min às 17h00min ou no site: www.massaranduba.sc.gov.br.

Massaranduba, 02 de outubro de 2015.

ANNA KARINE REINKE FRANZ – Gestora do Fundo

Meleiro

PREFEITURA

DECRETO Nº 072-2015

DECRETO n.º 072/2015

DECRETA PONTO FACULTATIVO NAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE MELEIRO.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 51, inciso I da lei Orgânica Municipal, resolve:

DECRETAR

Art. 1.º Ponto Facultativo nas Repartições Públicas do Município de Meleiro, no dia 30 de Outubro de 2015, em virtude da transferência da data de 28 de Outubro de 2015, em que se comemora o dia do Servidor Público.

Art. 2.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as demais disposições em contrário.

Meleiro, 26 de Outubro de 2015.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

Modelo

PREFEITURA

DECRETO Nº 0256/2015

Decreto nº 256/2015 de 23/10/15

Dispõe sobre homologação do processo licitatório nº 575/2015, adjudica o objeto da licitação ao proponente vencedor e dá outras providências.

RICARDO LUIS MALDANER, prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais vigente, em especial com os preceitos legais preconizados na Lei Federal nº. 8.666/93, atualizada pela Lei nº. 8.883/94.

Decreta:

ART. 1º.- Fica homologado o resultado do julgamento proferido pela comissão de licitação, no processo Licitatório n.º. 575/2015, Modalidade Tomada de Preços, na sua exata ordem de classificação.

ART. 2º.- Fica adjudicado o objeto A PRESENTE LICITAÇÃO VISA À EXECUÇÃO DE PARTE DA OBRA DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA E DRENAGEM PLUVIAL DAS SEGUINTE RUAS: RUA PRESIDENTE VARGAS, RUA LEOPOLDO M. HERMES, RUA JORGE LACERDA, RUA DUQUE DE CAXIAS, RUA DOM BOSCO, RUA JOSÉ BONIFÁCIO, RUA JOÃO PESSOA E RUA 25 DE JULHO DA CIDADE DE MODELO TOTALIZANDO 18.205,02 M². EMPREITADA POR LOTE DO TIPO MENOR PREÇO. DE CONFORMIDADE COM CONVÊNIO Nº- 2014TR002415 (FUNDAM), PROJETO, MEMORIAL, E ANEXOS DO EDITAL, adjudicado a favor da empresa:

Empresa	Valor Total Homologado
MARTEPLAN TERRAPLANAGENS E SERVIÇOS LTDA - ME	165.865,45

ART. 3º.- Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

ART. 4º.- Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete Do Prefeito Municipal De Modelo, SC, Sexta-Feira, 23 de outubro de 2015.

RICARDO LUIS MALDANER
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra:

ADILSON CESAR BRAUN
Chefe do Depto. De Compras e Licitações

PORTARIA Nº 0159/2015

PORTARIA Nº 0159/2015 DE 23.10.2015

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE GRATIFICAÇÃO POR GRAU DE INSTRUÇÃO À SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais e em especial, as de conformidade com o Art.º 95 da Lei Municipal 1.513/02 e demais normas pertinentes,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedido aos Servidores Públicos Municipais relacionados abaixo, a partir de outubro de 2015, Gratificação por Grau de Instrução que incidirá sobre o vencimento base na seguinte forma:

SERVIDOR	PERCENTUAL	NÍVEL
Marcia Ines Linke Riboli	03% (três por cento)	Conclusão do Nível Escolar de Ensino Médio (Segundo Grau) – Certificado registrado sob o nº 228 do Livro nº 02, Fls. 008-u, emitido em 11.12.1997 – Secretaria de Estado da Educação – Colégio Cenecista José de Alencar – Modelo/SC.
Marizete Maria Floss	05% (cinco por cento)	Especialização – Curso de Pós Graduação – Gestão Social de Políticas Públicas – registrado sob o nº 713 do livro nº 02, folhas nº 157 do Registro de Certificados – Universidade Comunitária Regional de Chapecó – Unochapecó.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo (SC),
aos 23 de outubro de 2015.
RICARDO LUIS MALDANER
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e publicada na data supra:

FRANCIELI PAVALICINI
Assessora de Departamento

Mondaí

PREFEITURA

ATA REGISTRO PREÇOS Nº 055/2015

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 055/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MONDAÍ

EMPRESAS REGISTRADAS: ISMAEL BRUXEL - ME – R\$ 16.266,00.

OBJETO: Registro de preços para eventual aquisição de gás de cozinha destinado para utilização das Secretarias Municipais do Município de Mondaí, Estado de Santa Catarina.

ORIGEM: Pregão Presencial nº 112/2015

VIGÊNCIA: A vigência da presente ATA é a partir de sua assinatura até 21 de outubro de 2016.

Mondaí – SC, 22 de outubro de 2015.

VALMOR CEMIN

Prefeito Municipal em exercício

ATA REGISTRO PREÇOS Nº 056/2015

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 056/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MONDAÍ

EMPRESAS REGISTRADAS: WEBER SEGURANÇA LTDA - ME – R\$ 66.600,00.

OBJETO: Registro de preços para eventual contratação de empresa especializada para prestação de Serviço de vigilância diurna e noturna durante as festividades da 16ª Festa da Fruta e 3ª Expo Mondaí nos dias 29, 30 e 31 de outubro e 1º de Novembro de 2015 no Município de Mondaí, Estado de Santa Catarina.

ORIGEM: Pregão Presencial nº 114/2015

VIGÊNCIA: A vigência da presente ATA é a partir de sua assinatura até 30 de Novembro de 2015.

Mondaí – SC, 22 de outubro de 2015.

VALMOR CEMIN

Prefeito Municipal em exercício

ATA REGISTRO PREÇOS Nº 057/2015

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 057/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MONDAÍ

EMPRESAS REGISTRADAS: VANDERLEI DE MOURA – MEI – R\$ 47.160,00 e MARINES DA SILVA – ME – R\$ 18.720,00.

OBJETO: Registro de preços para eventual contratação de serviços de roçada, poda de árvores, pintura de meio fio e aplicação de produtos químicos em vias e locais públicos, no Município de Mondaí, Estado de Santa Catarina.

ORIGEM: Pregão Presencial nº 117/2015

VIGÊNCIA: A vigência da presente ATA é a partir de sua assinatura até 25 de outubro de 2016.

Mondaí – SC, 26 de outubro de 2015.

LENOIR DA ROCHA

Prefeito Municipal

EXTRATO CONTRATO Nº 075/2015

EXTRATO CONTRATO Nº 075/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MONDAÍ

CONTRATADA: FABIANE WINTER - ME

OBJETO: Outorga de Concessão do direito real de uso, de uma área de terra com 2.393,00 m2, parte integrante do Lote Colonial nº 12-B, com um pavilhão em alvenaria de 195,00 m², com um anexo de 25,25 m2 de construção em alvenaria e um prédio em alvenaria com 76,00 m2, localizado nas proximidades da Linha Fátima, de propriedade do Município de Mondaí, Estado de Santa Catarina, para instalação de empresa do ramo industrial, artesanal ou prestadora de serviços, pelo período mínimo de 05 (cinco) anos, renováveis na forma da lei.

ORIGEM: Concorrência nº. 001/2015

VIGÊNCIA: 5 anos a contar do dia 1º de novembro de 2015, renovável na forma da Lei.

Mondaí – SC, 08 de julho de 2015.

LENOIR DA ROCHA

Prefeito Municipal

RESULTADO HABILITAÇÃO TP 008/2015

MUNICÍPIO DE MONDAÍ/SC

Secretaria Municipal de Administração e Fazenda

Departamento de Compras e Licitações

AVISO DE RESULTADO DE JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO – TOMADA DE PREÇOS N. 008/2015 – A Comissão Permanente de Licitações do Município de Mondaí, designada pela Portaria n. 371/2015 de 1º de setembro de 2015, após análise e julgamento dos recursos, torna público o resultado do julgamento de habilitação da Tomada de Preços n. 008/2015 tendo como objeto a contratação em regime de empreitada global para adequação rede elétrica em vias do perímetro urbano da cidade de Mondaí – SC.

Segue a lista de empresa(s) habilitada(s):

- A.S. Junior Instaladora Elétrica Ltda.

Convoca-se a(s) empresas(s) habilitada(s) para comparecer(em) junto à sala de reuniões da Comissão Permanente de Licitações, para sessão pública de abertura dos envelopes n. 02 (Proposta) no Departamento de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de Mondaí, na Avenida Laju, 420, Centro, Mondaí/SC, às 14 horas do dia 06 de novembro de 2015.

Mondaí – SC, 23 de outubro de 2015.

Ivanir José Führ

Presidente da Comissão Permanente de Licitações

Navegantes

PREFEITURA

ATA REGISTRO DE PREÇOS N° 051/2015.

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS FMS 51/2015.

O MUNICÍPIO DE NAVEGANTES torna pública a Ata de Registro de Preços nº 51/2015 relativa ao Pregão Presencial nº 51/2015 - contendo os preços registrados pela empresa abaixo:

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS DA LISTAGEM ATUALIZADA DO GUIA FARMACÊUTICO DE MEDICAMENTOS BRASINDICE DE A À Z (MEDICAMENTOS GENÊRICOS, SIMILARES E ÉTICOS) PARA ATENDER AOS PACIENTES POR ORDEM JUDICIAL, ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NAVEGANTES/SC.

Fornecedor: SESI SOCIAL INDÚSTRIA.

Valor: R\$ 390.000,00.

Desconto item 01: 16,5%

Vigência: 02/10/2016.

A ata está disponível no Departamento de Licitações.

Informações: tel.: (47) 3342-9500.

Navegantes, 02 de outubro de 2015.

Novo Horizonte

PREFEITURA

AVISO DO RESULTADO DO PL Nº 049/2015-CA Nº 001/2015

RESULTADO DO JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO – PROCESSO LICITATÓRIO Nº 049/2015 – EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 001/2015-MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE

A Comissão Permanente de Licitação torna público que na licitação em epígrafe, cujo objeto do presente certame é a doação com encargos e cláusula de reversão do seguinte imóvel do Condomínio Industrial: LOTE INDUSTRIAL Nº 07, COM ÁREA DE 4.510,20 m2 (quatro mil, quinhentos e dez metros quadrados e vinte centímetros), sem benfeitorias, situado no Condomínio Industrial, a título de incentivo econômico, Matrícula nº 16.105. Que na data de sua realização dia 23/10/2015 às 9:00. QUE houve a participação da empresa SOLANGE FRANZOSI ME a qual pela apresentação regular dos documentos de acordo com o Edital, restou HABILITADA pela Comissão, quando do julgamento da documentação, estando HABILITADA para a fase subsequente, qual seja julgamento das propostas, que se dará nesta mesma data.

Novo Horizonte (SC), em 23 de Outubro de 2015
Comissão Permanente de Licitação

RESULTADO DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS– PROCESSO LICITATÓRIO Nº 049/2015 – EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 001/2015-MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE

A Comissão Permanente de Licitação torna público que na licitação em epígrafe, cujo objeto do presente é a doação com encargos e cláusula de reversão do seguinte imóvel do Condomínio Industrial: LOTE INDUSTRIAL Nº 07, COM ÁREA DE 4.510,20 m2 (quatro mil, quinhentos e dez metros quadrados e vinte centímetros), sem benfeitorias, situado no Condomínio Industrial, a título de incentivo econômico, Matrícula nº 16.105. Que na data de sua realização dia 23/10/2015 às 9:00. QUE quando do julgamento da PROPOSTA DE PREÇO, restou classificada pela Comissão, apresentando a única proposta, sagrando-se VENCEDORA, a empresa SOLANGE FRANZOSI ME, estando de acordo com os critérios estabelecidos no edital. Os autos seguirão para análise, homologação e adjudicação pela autoridade competente.

Novo Horizonte (SC), em 23 de Outubro de 2015
Comissão Permanente de Licitação

EXTRATO TA Nº 005 AO CA 058/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE
EXTRATO TERMO ADITIVO

Termo Aditivo Nº : 005 ao Contrato Administrativo Nº: 058/2014
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE
Contratada...: VISOLI CONSTRUTORA LTDA-EPP
Vigência : Início: 26/10/2015 Término: 24/12/2015
Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 4/2014

Objeto : O objeto do presente Termo Aditivo consiste na alteração da CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO, consistindo na prorrogação para mais 60 (sessenta) dias, ou seja, até 24/12/2015, podendo ser prorrogado por interesse da administração pública.

Fundamento legal: previsão contratual e no art. 57 I, § 1º, Inciso II, da Lei 8.666/93 e alterações

Novo Horizonte/SC, em 26 de Outubro de 2015 – Eli Mariott – Prefeito Municipal

Ouro

PREFEITURA

LDO LOA 2016

EDITAL DE REALIZAÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIA (LDO) E LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL (LOA) PARA O EXERCÍCIO DE 2016

VITOR JOÃO FACCIN, Prefeito do município de Ouro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e atendendo ao artigo 8º da Lei Orgânica do Município, CONVIDA toda população do Município de Ouro a participarem da Audiência Pública com objetivo de discutir as prioridades e metas da Administração Pública Municipal, com relação às Diretrizes para elaboração da lei Orçamentária – LDO e com relação às Lei Orçamentária Anual – LOA para o exercício de 2016 que define as prioridades contidas no PPA e na Lei De Diretrizes Orçamentária, em cumprimento as determinações impostas pela Lei de Responsabilidade Fiscal – Lei Complementar 101 de 04 de maio de 2000, art. 48, parágrafo único, inciso I, a realizar-se no dia 12 de novembro de 2015, (terça-feira) às 19 horas, no auditório da Sulcredi e Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ouro, situado à Rua Felipe Schmidt, 1882, sala 03, Centro, Município de Ouro/SC.

Ouro/SC, 26 de outubro de 2015.

PROCESSO LICITATÓRIO N. 0050/2015 AO CONTRATO N.068/2015

Processo Licitatório n. 0050/2015

Modalidade Pregão Presencial n. 0028/2015

CONTRATO Nº 068/2015

Contratante: Município de Ouro.

Contratado: ALEXANDRE NEWTON MOSLINGER ME

Objeto: Aquisição de Medalhas e Troféus

Vigência: 22.10.2015 até 31.12.2015

Valor total: R\$ 5.157,10 (CINCO MIL CENTO E CINQUENTA E SETE REAIS E DEZ CENTAVOS)

Data de assinatura: 22/10/2015

Palhoça

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº164/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº164/2015

O Município de Palhoça torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº.164/2015, no dia 12 de Novembro de 2015, às 09:00h, na Sala da Comissão Permanente de Licitações, no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal, situado a Av. Hilza Terezi-nha Pagani, 280-Parque Residencial Pagani - Palhoça/SC. O Pregão Presencial nº164/2015 tem como objeto a contratação de empresa para pintura, plotagem e reparos no veículo MaxiCargo Multijet Economy do Fundo Municipal Corpo de Bombeiros, deste Município, com mão de obra e fornecimento de todo o material. O edital que está embasado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no endereço acima citado, das 08:00 às 18:00 horas, ou pelo site: palhoca.atende.net. Palhoça, 26 de Outubro de 2015. Pregoeiro.

PREGÃO PRESENCIAL N. 162/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 162/2015

O Município de Palhoça torna público que fica marcado para o dia 10 de novembro de 2015, às 9:00h, na Sala da Comissão Permanente de Licitações, no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal, situado a Av. Hilza Terezinha Pagani, 280-Parque Residencial Pagani - Palhoça/SC, a abertura do PREGÃO PRESENCIAL, no Sistema Registro de Preços, que consiste na aquisição de materiais elétricos para Instalações de Ar Condicionados, nas Unidades Escolares do Município - Secretaria Municipal de Educação, conforme discriminado nos anexos deste edital. O edital que está embasado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no endereço acima citado, das 08:00 às 18:00 horas, diariamente, ou pelo site: <https://palhoca.atende.net>. Palhoça, 26 de outubro de 2015. PREGOEIRA.

PREGÃO PRESENCIAL 149-2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

RESULTADO DO PROCESSO LICITATÓRIO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 149/2015

A Pregoeira, torna público para fins de intimação e conhecimento dos interessados, que o PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 149/2015, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, tem por objeto aquisição de Cimento, para ser utilizado na manutenção das diversas Unidades do Município, bem como restaurações nas praças e vias públicas, conforme especificação contida nos anexos, partes integrantes do edital convocatório, foi ARQUIVADO. O Arquivamento se deu por não acudir participantes interessados no presente processo.

Palhoça, 26 de outubro de 2015.
SHIRLEY REGINA DE FARIAS
Pregoeira – Portaria 1579/2015

PREGÃO PRESENCIAL 163/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 163/2015

O Município de Palhoça torna público que fica marcado para o dia 11 de novembro de 2015, às 9:00h, na Sala da Comissão Permanente de Licitações, no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal, situado a Av. Hilza Terezinha Pagani, 280-Parque Residencial Pagani - Palhoça/SC, a abertura do PREGÃO PRESENCIAL, no Sistema Registro de Preços, que consiste na aquisição de madeiras diversas para reparo nas Unidades Escolares do Município - Secretaria Municipal de Educação, conforme discriminado nos anexos deste edital. O edital que está embasado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no endereço acima citado, das 08:00 às 18:00 horas, diariamente, ou pelo site: <https://palhoca.atende.net>. Palhoça, 26 de outubro de 2015. PREGOEIRA.

Papanduva

PREFEITURA

DECRETO Nº 2569, DE 15.10.2015 - APROVA SUBDIVISÃO DE IMÓVEL URBANO DE PROPRIEDADE DE LIDIA NOVAK

Decreto nº 2569, de 15.10.2015.

APROVA SUBDIVISÃO DE IMÓVEL URBANO DE PROPRIEDADE DE LIDIA NOVAK.

O Prefeito Municipal de Papanduva, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo Artigo 59, Inciso VI, combinado com o Inciso XX da Lei Orgânica Municipal, e ainda o disposto na Lei Federal nº 6.766 de 19 de dezembro de 1979,

DECRETA

Art. 1º. O imóvel urbano de propriedade de LIDIA NOVACK, com a área total de 642,14m² (seiscentos e quarenta e dois metros e catorze decímetros quadrados), localizado no lado ímpar da Rua Francisco Frederico, distante 24,70m da esquina com o lado par da Rua José Reva, com base no Ponto OPP, neste Município de Papanduva/SC – devidamente registrado sob a matrícula nº 9.226, no Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca de Papanduva/SC, passa a subdividir-se em 02(duas) Áreas, sendo:

Descrição do Lote 2 –A, com 267,38m²

Localização: O imóvel está localizado no lado ímpar da Rua Francisco Frederico, esta distante á 24,70m da Rua José Reva, lado par, esquina com o lado par da Rua Francisco Frederico, com base no Ponto OPP.

Frente:- 10,00 metros com o Município pela Rua Francisco Frederico, lado ímpar;

Fundos:- 10,30 metros com a APAE;

Lado Direito:- 26,40 metros com o Lote “2-B” Desmembrado;

Lado Esquerdo:- 26,40 metros, Igreja Pentecostal e APAE.

Descrição do Lote “2-B”, com 374,76 m²

Localização: O imóvel está localizado no lado ímpar da Rua Francisco Frederico, distante 24,70 metros da esquina com o lado par da Rua José Reva, com base no Ponto OPP.

Frente:- 14,00 metros com o Município pela Rua Francisco Frederico, lado ímpar;

Fundos:- 14,20 metros com a Matrícula nº 2.195-Papanduva/SC de Hercilio Marcos;

Lado Direito:- 26,55 metros com a Matrícula nº 1.154-Papanduva/SC de Odessa Maria Zadorosny;

Lado Esquerdo:- 26,40 metros com o Lote “2-A” Desmembrado.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 2531, de 05.05.2015.

Município de Papanduva, 15 de outubro de 2015.

Dario Schicovski

Prefeito Municipal

De acordo:

Orlando Marcelo Vieira

Procurador Jurídico

Este Decreto foi registrado na Secretaria da Administração e publicado no átrio – mural de publicações desta Prefeitura Municipal, e no site www.diariomunicipal.sc.gov.br, na mesma data supra.

Fábio José Padilha

Secretário da Administração

DECRETO Nº 2571, DE 22.10.2015 - REVOGA PROCESSO LICITATÓRIO 048-2014

Decreto nº 2571, de 22 de outubro de 2015.

Revoga o Processo Licitatório n. 048/2014, modalidade de Dispensa de Licitação nº 048/2014 e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Papanduva, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo Art. 59, inciso VI, da Lei Orgânica Municipal, e com fundamento no artigo 49 da Lei n. 8666, de 21 de junho de 1993, e

CONSIDERANDO que a Comissão permanente de licitação constatou que após o término do referido certame, o contrato relativo ao mesmo não foi executado e nem tampouco assinado pela Senhora Suzana Chislinski em face de o imóvel a ser locado estar em fase de transferência de propriedade, o que ocorreu após a homologação do procedimento licitatório;

CONSIDERANDO que após a transferência da propriedade do imóvel, objeto do certame, ocorreu novo procedimento licitatório na modalidade de Dispensa de Licitação nº 077/2014, desta vez tendo como contratado o atual proprietário Senhor Zegmundo Chislinski, tornando o processo de Dispensa de Licitação n/ 048/2014, bem como o Contrato 048/2014 sem eficácia;

DECRETA:

Art. 1º. Fica revogado, pelas razões acima expostas o Processo Licitatório n. 048/2014, modalidade Dispensa de Licitação nº 048/2014, bem como o Contrato nº 048/2014.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Município de Papanduva, 22 de outubro de 2015.

Dario Schicovski

Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado na Secretaria da Administração e publicado no átrio – mural de publicações desta Prefeitura Municipal, na mesma data supra.

Fábio José Padilha

Secretário da Administração

DECRETO Nº 2572, DE 22.10.2015 - CANCELA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DE Nº 041-2014

Decreto nº 2572, de 22 de outubro de 2015.

CANCELA A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DE Nº041/2014.

O Prefeito Municipal de Papanduva, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo Art. 59, inciso VI, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO que por um lapso administrativo foi pulado o nº 041/2014 da Ata de Registro de Preços nº 041/2014;

CONSIDERANDO que, após este número ocorreram outras Atas com os números subsequentes;

DECRETA

Art. 1º. Fica cancelada a Ata de Registro de Preços de nº 041/2014.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Município de Papanduva, 22 de outubro de 2015.

Dario Schicovski
Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado na Secretaria da Administração e publicado no átrio – mural de publicações desta Prefeitura Municipal, na mesma data supra.

Fábio José Padilha
Secretário da Administração

DECRETO Nº 2573, DE 22.10.2015 - PRORROGA PRAZO PARA CONCLUSÃO DA TOMADA DE CONTAS ESPECIAL

DECRETO Nº 2573, DE 22 DE OUTUBRO DE 2015.

Prorroga prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão Especial de Tomada de Contas nomeada pelo Decreto nº 2547, de 31 de julho de 2015.

Dario Schicovski, Prefeito Municipal de Papanduva, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas no inciso VI do artigo 59 da Lei Orgânica Municipal, e

Considerando pedido da Comissão Especial de Tomada de Contas nomeada pelo Decreto nº 2547, de 31 de julho de 2015,

DECRETA

Art. 1º. Fica prorrogado por mais 90(noventa) dias a contar de 31.10.2015 o prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão Especial de Tomada de Contas, referente à construção da Escola de Educação Infantil Vó Elídia – Tipo B, Convênio 710122-2008, e mais o contido na Diligência nº 186/2015 – CGEST/DIGAP/FNDE, de 03 de junho de 2015.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Município de Papanduva, de 22 de outubro de 2015.

Dario Schicovski
Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado na Secretaria da Administração e

publicado no átrio – mural de publicações desta Prefeitura Municipal, e no site www.diariomunicipal.sc.gov.br, na mesma data supra.

Fábio José Padilha
Secretário da Administração

DECRETO Nº 2574, DE 22.10.2015 - DECLARA SITUAÇÃO ANORMAL CARACTERIZADA COMO SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA

DECRETO Nº 2574, DE 22 DE OUTUBRO DE 2015.

Declara Situação Anormal caracterizada como SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA nas áreas do Município afetadas por CHUVAS INTENSAS COBRADE: (13.214), conforme IN/MI 01/2012.

DARIO SCHICOVSKI, Prefeito do município de PAPANDUVA, no Estado de SANTA CATARINA, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente aquelas do inciso VI do Artigo 59, da Lei Orgânica do Município, combinado com a Lei Municipal nº.1444, e pelo Inciso VI do artigo 8º da Lei Federal no 12.608, de 10 de abril de 2012, e, CONSIDERANDO:

I – Que no dia 13 de Outubro de 2015, por volta das 19 horas e 30 minutos, o Município de Papanduva teve sua área urbana e parte de área rural atingida por Queda de Granizo com duração média de 05 minutos;

II - Que na madrugada do dia 14 de outubro, ocorreram Chuvas Intensas, causando muitas enxurradas, como também outra queda de granizo, porém com menor intensidade;

III - Que em decorrência destes Eventos Climáticos, muitos moradores tiveram avarias nos telhados de suas residências, com significativos danos e prejuízos causados;

IV – Que de acordo com o site da EPAGRI CIRAM, o acumulado de chuvas do dia 14 até a presente data totalizam em 117 mm;

V – Que, no mesmo site, nos últimos 30 dias houve um acumulado de chuvas de 420 mm, prejudicando consideravelmente as condições de trafegabilidade das rodovias municipais, inclusive com a ocorrência de alagamentos, quedas de barreiras e pontes; conforme consta no FIDE (Formulário de Informações de Desastres); VI- Que o parecer da COMPDEC (Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil) relatando a ocorrência deste desastre é favorável à declaração de Situação de Emergência.

DECRETA:

Art. 1º. Fica declarada Situação de Emergência nas áreas do município contidas no Formulário de Informações do Desastre – FIDE e demais documentos anexos a este Decreto, em virtude do desastre classificado e codificado como – CHUVAS INTENSAS – COBRADE (1.3.2.1.4), conforme IN/MI nº 01/2012.

Art. 2º. Autoriza-se a mobilização de todos os órgãos municipais para atuarem sob a coordenação da COMPDEC (Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil), nas ações de resposta ao desastre e reabilitação do cenário e reconstrução.

Art. 3º. Autoriza-se a convocação de voluntários para reforçar as ações de resposta ao desastre e realização de campanhas de arrecadação de recursos junto à comunidade, com o objetivo de facilitar as ações de assistência à população afetada pelo desastre, sob a coordenação da COMPDEC.

Art. 4º. De acordo com o estabelecido nos incisos XI e XXV do artigo 5º da Constituição Federal, autoriza-se as autoridades administrativas e os agentes de defesa civil, diretamente responsáveis pelas ações de resposta aos desastres, em caso de risco iminente, a:

I – Penetrar nas casas, para prestar socorro ou para determinar a pronta evacuação;

II – Usar de propriedade particular, no caso de iminente perigo público, assegurada ao proprietário indenização ulterior, se houver dano.

Parágrafo único: Será responsabilizado o agente da defesa civil ou autoridade administrativa que se omitir de suas obrigações, relacionadas com a segurança global da população.

Art. 5º. De acordo com o estabelecido no Art. 5º do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, autoriza-se o início de processos de desapropriação, por utilidade pública, de propriedades particulares comprovadamente localizadas em áreas de risco intensificado de desastre.

§ 1º. No processo de desapropriação, deverão ser consideradas a depreciação e a desvalorização que ocorrem em propriedades localizadas em áreas inseguras.

§ 2º. Sempre que possível essas propriedades serão trocadas por outras situadas em áreas seguras, e o processo de desmontagem e de reconstrução das edificações, em locais seguros, será apoiado pela comunidade.

Art. 6º. Com base no Inciso IV do artigo 24 da Lei nº 8.666 de 21.06.1993, sem prejuízo das restrições da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/2000), ficam dispensados de licitação os contratos de aquisição de bens necessários às atividades de resposta ao desastre, de prestação de serviços e de obras relacionadas com a reabilitação dos cenários dos desastres, desde que possam ser concluídas no prazo máximo de cento e oitenta dias consecutivos e ininterruptos, contados a partir da caracterização do desastre, vedada a prorrogação dos contratos.

Art. 7º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, devendo vigor pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias.

Art. 8º. Ficam revogadas as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 2568, de 15 de outubro de 2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito, aos 22 dias do mês de outubro de 2015.

DARIO SCHICOVSKI

Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado na Secretaria da Administração e publicado no mural de publicações desta Prefeitura Municipal e no site www.diariomunicipal.sc.gov.br.

Fábio José Padilha

Secretário da Administração

Passos Maia

PREFEITURA

DECRETO N. 376/2015

DECRETO Nº 376, de 23 de Outubro de 2015.

“DISPOE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

IVANDRE BOCALON, Prefeito Municipal de Passos Maia, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com o Artigo 62, Inciso V da Lei Orgânica Municipal, Lei Federal n.º 4.320 de 17 de março de 1964 e Incisos “I e III” do art. 5º, da Lei Municipal nº. 740, de 20 de novembro de 2014,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 123.608,01 (cento e vinte e três mil, seiscentos e oito reais e um centavos), o qual será destinado a suplementar as seguintes dotações orçamentárias:

Código	Secretaria/departamento	
07.01	Secretaria de Agricultura e Desenvolvimento Econômico	
Funcional	Proj./ativ.	Descrição
26.782.2601	1.017	Obras de Infraestrutura Rural
Modalidade	Fonte	Dotação
4.4.90.00.00	03.0100	23.609,01
4.4.90.00.00	01.0164	99.999,00
TOTAL		123.608,01

Art. 2º - Para cobertura da suplementação de que trata o art. 1º serão utilizados recursos no valor de R\$ 23.609,01 (vinte e três mil, seiscentos e nove reais e um centavos), resultante do superávit financeiros do exercício anterior, da fonte de recursos 03.0100 – Recursos Ordinários – Superávit e R\$ 99.999,00 (noventa e nove mil e novecentos e noventa e nove reais), resultante do excesso de arrecadação, da fonte de recursos 01.0164 – Transferência de Convênio – Estado/Outros.

Art. 3º. O presente Decreto terá vigência da data de sua publicação.

Registre-se e publique-se.

Passos Maia – SC, 23 de Outubro de 2015.

IVANDRE BOCALON
PREFEITO MUNICIPAL

Certifico que o presente Decreto foi publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (www.diariomunicipal.sc.gov.br) em observância ao disposto no Art. 91-A da Lei Orgânica Municipal.

DOUGLAS AIGNER

Secretário da Administração, Fazenda e Planejamento.

EDITAL N. 0056/2015

MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA
PROCESSO LICITATÓRIO N. 0056/2015
PREGÃO PRESENCIAL N. 0037/2015
ATA DE REGISTRO DE PREÇO

O MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA, Estado de Santa Catarina, com sede à Avenida Padre João Botero, n. 485, Centro, torna público, nos termos da Lei Federal n. 8.666/93 e suas posteriores alterações, que se encontra aberto o Processo Licitatório n. 0056/2015, Modalidade de Pregão Presencial n. 0037/2015 – Objeto: Contratação de mão de obra elétrica, para a manutenção de prédios e edificações das Secretarias Municipais, conforme Anexo I do Edital. Os envelopes contendo a documentação e propostas serão recebidas até às 14:00 horas do dia 10 de novembro de 2015, iniciando-se a Sessão Pública às 14:15 horas, do mesmo dia e local. Retirada do Edital junto ao Departamento Municipal de Compras e Licitações das 08:00hs às 17:00hs. Maiores Informações pelo telefone (49) 3437-0010.

Passos Maia, 26 de outubro de 2015.

IVANDRE BOCALON
Prefeito Municipal.

EDITAL N. 0057/2015

MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA
PROCESSO LICITATÓRIO N. 0057/2015
PREGÃO PRESENCIAL N. 0038/2015
REGISTRO DE PREÇO

O MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA, Estado de Santa Catarina, com sede à Avenida Padre João Botero, n. 485, Centro, torna público, nos termos da Lei Federal n. 8.666/93 e suas posteriores alterações, que se encontra aberto o Processo Licitatório n. 0057/2015, Modalidade de Pregão Presencial n. 0038/2015 – Objeto: A presente licitação tem como objeto o Registro de Preço para contratação de empresa especializada para fornecimento de materiais e mão de obra, para manutenção da rede de iluminação pública do Município de Passos Maia - SC, conforme Anexo I do Edital. Os envelopes contendo a documentação e propostas serão recebidas até às 14:00 horas do dia 11 de novembro de 2015, iniciando-se a Sessão Pública às 14:15 horas, do mesmo dia e local. Retirada do Edital junto ao Departamento Municipal de Compras e Licitações das 08:00hs às 17:00hs. Maiores Informações pelo telefone (49) 3437-0010.

Passos Maia, 26 de outubro de 2015.

IVANDRE BOCALON
Prefeito Municipal.

Paulo Lopes

PREFEITURA

DECRETO Nº 32/2015

DECRETO Nº 32/2015

Decreta transferência de Ponto

Facultativo no Município.

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso das atribuições legais e constitucionais, e de acordo com o que dispõe a Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º - Fica transferido o "ponto facultativo" nas repartições municipais, do dia 28 de outubro (Quarta- feira), dia do funcionário público, para o dia 30 de outubro (sexta-feira), como medida para gerar economia na despesa pública.

Art. 2º - Ficam os Secretários Municipais, no dia declarado como ponto facultativo, autorizados a determinar expediente normal de trabalho por necessidade de serviço.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário.

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no Diário Oficial dos Municípios, em 27 de outubro de 2015.

ALMERY ALCIDES VIEIRA

Sec. Mun. de Administração

Penha

PREFEITURA

2421/2015

DECRETO Nº. 2421/2015

"DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

Art.1º - Fica o chefe do Poder Executivo Municipal, no uso das atribuições que lhe confere o disposto no art. 167, II, da Constituição Federal; de conformidade com o art. 41, I da Lei nº. 4.320/64 e Lei Municipal nº. 2734 de 10 de dezembro de 2014, autorizado a abrir crédito adicional suplementar no valor de R\$ 2.500,00 (Dois mil e quinhentos reais), na seguinte dotação orçamentária, nos respectivos programas de governo vigente, como segue:

Órgão: 10 – Secretaria da Educação e Cultura

Unidade Orçamentária: 03 – Departamento de Cultura

Programa de Trabalho: 13.392.0010

Atividade: 2.034 – Funcionamento e manutenção do Departamento de Cultura

Recurso: 0.1.0000 – Recursos Ordinários

Elemento: 3.3.50.00.00.00.00.00 (099) – Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos R\$ 2.500,00

Art.2º - A suplementação da dotação decorrente com a execução do presente Decreto correrão por conta da anulação parcial da seguinte dotação orçamentária, como segue:

Órgão: 10 – Secretaria da Educação e Cultura

Unidade Orçamentária: 03 – Departamento de Cultura

Programa de Trabalho: 13.392.0010

Atividade: 2.034 – Funcionamento e manutenção do Departamento de Cultura

Recurso: 0.1.0000 – Recursos Ordinários

Elemento: 4.4.90.00.00.00.00.00 (101) – Aplicações Diretas R\$ 2.500,00

Art.3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Penha/SC, 26 de outubro de 2015.

MARIO GUARACY DE SOUZA

Prefeito Municipal e.e.

Registrado e publicado o presente Decreto na Secretaria da Administração, aos vinte e seis dias do mês de outubro do ano de dois mil e quinze.

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
Secretária da Administração

CONTRATO Nº 104/2015 FMS

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

CONTRATO Nº 104/2015 – RH/FMS

Contratado (A): CAROLINE AMPESSAN BATALHA, na função de Médico Plantonista, início em 26/10/2015 e término em 25/10/2016, para atuar junto a Secretaria da Saúde.

Penha/SC, 26 de outubro de 2015.

Mario Guaracy de Souza - Prefeito Municipal e.e.

CONTRATO Nº 394/2015 PMP

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 03/2015

CONTRATO Nº 394/2015 – RH/PMP

Contratado (A): ALIANE BORDALO DOS SANTOS VOOS, na função de Professor III, Educação Infantil, início em 26/10/2015 e término em 11/12/2015, com carga horária de 40 horas semanais, para atuar junto a Secretaria da Educação e Cultura.

Penha/SC, 26 de outubro de 2015.

Mario Guaracy de Souza - Prefeito Municipal e.e.

CONTRATO Nº 395/2015 PMP

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 03/2015

CONTRATO Nº 395/2015 – RH/PMP

Contratado (A): ALESSANDRA DANIELA KOSTANTIUK, na função de Professor III, Educação Infantil, início em 26/10/2015 e término em 11/12/2015, com carga horária de 40 horas semanais, para atuar junto a Secretaria da Educação e Cultura.

Penha/SC, 26 de outubro de 2015.

Mario Guaracy de Souza - Prefeito Municipal e.e.

CONTRATO Nº 396/2015 PMP

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 03/2015

CONTRATO Nº 396/2015 – RH/PMP

Contratado (A): JENIFFER KRUEGER, na função de Professor I, Educação Física, início em 26/10/2015 e término em 11/12/2015, com carga horária de 30 horas semanais, para atuar junto a Secretaria da Educação e Cultura.

Penha/SC, 26 de outubro de 2015.

Mario Guaracy de Souza - Prefeito Municipal e.e.

CONTRATO Nº 397/2015 PMP

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 03/2015

CONTRATO Nº 397/2015 – RH/PMP

Contratado (A): SABRINA APARECIDA ONEDA, na função de Professor I, Educação Física, início em 26/10/2015 e término em 11/12/2015, com carga horária de 30 horas semanais, para atuar junto a Secretaria da Educação e Cultura.

Penha/SC, 26 de outubro de 2015.

Mario Guaracy de Souza - Prefeito Municipal e.e.

CONTRATO Nº 398/2015 PMP

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 03/2015

CONTRATO Nº 398/2015 – RH/PMP

Contratado (A): DANIELLE ABRAVANEL, na função de Professor I, Anos Iniciais, início em 26/10/2015 e término em 11/12/2015, com carga horária de 20 horas semanais, para atuar junto a Secretaria da Educação e Cultura.

Penha/SC, 26 de outubro de 2015.

Mario Guaracy de Souza - Prefeito Municipal e.e.

CONTRATO Nº 399/2015 PMP

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 03/2015

CONTRATO Nº 399/2015 – RH/PMP

Contratado (A): DIMAS CARLOS PIMENTEL, na função de Professor III, Português, início em 26/10/2015 e término em 11/12/2015, com carga horária de 30 horas semanais, para atuar junto a Secretaria da Educação e Cultura.

Penha/SC, 26 de outubro de 2015.

Mario Guaracy de Souza - Prefeito Municipal e.e.

CONTRATO Nº 400/2015 PMP

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 03/2015

CONTRATO Nº 400/2015 – RH/PMP

Contratado (A): ANDREA ZIEHLSDORFF, na função de Professor III, Anos Iniciais, início em 26/10/2015 e término em 11/12/2015, com carga horária de 20 horas semanais, para atuar junto a Secretaria da Educação e Cultura.

Penha/SC, 26 de outubro de 2015.

Mario Guaracy de Souza - Prefeito Municipal e.e.

CONTRATO Nº 401/2015 PMP

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 03/2015

CONTRATO Nº 401/2015 – RH/PMP

Contratado (A): RAFFAEL OLIVEIRA DO PRADO, na função de Professor I, Português, início em 26/10/2015 e término em 11/12/2015, com carga horária de 20 horas semanais, para atuar junto a Secretaria da Educação e Cultura.

Penha/SC, 26 de outubro de 2015.

Mario Guaracy de Souza - Prefeito Municipal e.e.

CONTRATO Nº 402/2015 PMP

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 03/2015

CONTRATO Nº 402/2015 – RH/PMP

Contratado (A): MAYRA ANNE DUARTE, na função de Professor I, Educação Infantil, início em 26/10/2015 e término em 11/12/2015, com carga horária de 40 horas semanais, para atuar junto a Secretaria da Educação e Cultura.

Penha/SC, 26 de outubro de 2015.

Mario Guaracy de Souza - Prefeito Municipal e.e.

**CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO Nº 03/2015-
PROFESSOR ARTE**

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Penha, vem por meio desta convocar o(a) candidato(a) para se apresentar na Prefeitura Municipal de Penha, ao departamento de Recursos Humanos, endereço Avenida Nereu Ramos, nº 08 - Centro, até o dia 28/10/2015, das 08:00hrs às 12:00hrs ou das 13:30hrs às 16:30hrs, conforme Edital Processo Seletivo nº 03/2015.

Cargo: PROFESSOR ARTE

CLASSIFICAÇÃO NOME

01º. SABRINA LEMOS VIANA

O(a) candidato(a) deverá apresentar os seguintes documentos:

- Fotocópia Cédula de Identidade;
- Fotocópia Certidão de Nascimento ou de Casamento, conforme o caso;
- Fotocópia Cadastro de Pessoa Física na Receita Federal (CPF);
- Fotocópia Cartão do PIS/PASEP, se possuir;
- Fotocópia Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;
- Original Certidão de quitação eleitoral atualizada emitida pela justiça eleitoral que poderá ser retirada pelo site www.tse.gov.br;
- Fotocópia Documento que comprove a escolaridade exigida para assumir o emprego;
- Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação, se for masculino;
- Fotocópia Título de Eleitor e comprovante de votação na última eleição;
- Original Duas fotografias 3x4, recentes, de frente e iguais;
- Original Declaração de que não está impedido para o exercício do cargo a ser ocupado. (Fornecido no RH).
- Fotocópia Comprovante da idade mínima de 18 anos e da nacionalidade brasileira, ou estrangeira na forma da lei, mediante apresentação de fotocópia da Certidão de Nascimento ou da certidão de Casamento;
- Original Atestado de antecedentes criminal Estadual pelo site www.tjsc.jus.br / Federal pelo site www.trf4.jus.br passado pelo Distribuidor Público, do local de residência ou domicílio do candidato;
- Original Carteira de trabalho, junto com uma cópia onde consta o número, a série e a qualificação da mesma;
- Fotocópia do comprovante de registro profissional, quando o emprego exigir;
- Fotocópia do comprovante de endereço atualizado;
- Original Aptidão física e mental para exercício da função mediante apresentação de atestado laboral, emitido pelo médico do trabalho da Prefeitura Municipal de Penha no NASF pelo telefone (47) 3363-7441;
- Fotocópia Cartão da Conta no Banco Bradesco, agência 2835-5.

OBS:

Os documentos previstos nos itens acima deverão ser apresentados na forma de fotocópia autenticada ou mera fotocópia, desde que o candidato apresente o original para conferência no local da entrega.

O não cumprimento dos prazos, a não apresentação da documentação prevista ou a não comprovação do requisito para a nomeação no emprego especificado neste Edital, mesmo para os que vierem a ser criados em legislação superveniente ou forem considerados necessários, impedirá a nomeação do candidato e implicará na eliminação do Processo Seletivo, e na nulidade da classificação e na perda dos efeitos, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis, sendo convocado o candidato seguinte para preencher a vaga, atendendo-se ao estabelecido neste edital.

Penha/SC, 26 de outubro de 2015.
DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
Secretária da Administração

**CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO Nº 03/2015-
PROFESSOR EDUCAÇÃO FÍSICA**
EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Penha, vem por meio desta convocar o(a) candidato(a) para se apresentar na Prefeitura Municipal de Penha, ao departamento de Recursos Humanos, endereço Avenida Nereu Ramos, nº 08 - Centro, até o dia 28/10/2015, das 08:00hrs às 12:00hrs ou das 13:30hrs às 16:30hrs, conforme Edital Processo Seletivo nº 03/2015.

Cargo: PROFESSOR EDUCAÇÃO FÍSICA
CLASSIFICAÇÃO NOME
04º. MARCELO CORREA CATARINA

O(a) candidato(a) deverá apresentar os seguintes documentos:

- a) Fotocópia Cédula de Identidade;
- b) Fotocópia Certidão de Nascimento ou de Casamento, conforme o caso;
- c) Fotocópia Cadastro de Pessoa Física na Receita Federal (CPF);
- d) Fotocópia Cartão do PIS/PASEP, se possuir;
- e) Fotocópia Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;
- f) Original Certidão de quitação eleitoral atualizada emitida pela justiça eleitoral que poderá ser retirada pelo site www.tse.gov.br;
- g) Fotocópia Documento que comprove a escolaridade exigida para assumir o emprego;
- h) Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação, se for masculino;
- i) Fotocópia Título de Eleitor e comprovante de votação na última eleição;
- j) Original Duas fotografias 3x4, recentes, de frente e iguais;
- k) Original Declaração de que não está impedido para o exercício do cargo a ser ocupado. (Fornecido no RH).
- l) Fotocópia Comprovante da idade mínima de 18 anos e da nacionalidade brasileira, ou estrangeira na forma da lei, mediante apresentação de fotocópia da Certidão de Nascimento ou da certidão de Casamento;
- m) Original Atestado de antecedentes criminal Estadual pelo site www.tjsc.jus.br / Federal pelo site www.trf4.jus.br passado pelo Distribuidor Público, do local de residência ou domicílio do candidato;
- n) Original Carteira de trabalho, junto com uma cópia onde consta o número, a série e a qualificação da mesma;
- o) Fotocópia do comprovante de registro profissional, quando o emprego exigir;
- p) Fotocópia do comprovante de endereço atualizado;
- q) Original Aptidão física e mental para exercício da função mediante apresentação de atestado laboral, emitido pelo médico do trabalho da Prefeitura Municipal de Penha no NASF pelo telefone (47) 3363-7441;
- r) Fotocópia Cartão da Conta no Banco Bradesco, agência 2835-5.

OBS:

Os documentos previstos nos itens acima deverão ser apresentados na forma de fotocópia autenticada ou mera fotocópia, desde que o candidato apresente o original para conferência no local da entrega.

O não cumprimento dos prazos, a não apresentação da documentação prevista ou a não comprovação do requisito para a nomeação no emprego especificado neste Edital, mesmo para os que vierem

a ser criados em legislação superveniente ou forem considerados necessários, impedirá a nomeação do candidato e implicará na eliminação do Processo Seletivo, e na nulidade da classificação e na perda dos efeitos, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis, sendo convocado o candidato seguinte para preencher a vaga, atendendo-se ao estabelecido neste edital.

Penha/SC, 26 de outubro de 2015.
DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
Secretária da Administração

**CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO Nº 03/2015-
PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL**
EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Penha, vem por meio desta convocar o(a) candidato(a) para se apresentar na Prefeitura Municipal de Penha, ao departamento de Recursos Humanos, endereço Avenida Nereu Ramos, nº 08 - Centro, até o dia 28/10/2015, das 08:00hrs às 12:00hrs ou das 13:30hrs às 16:30hrs, conforme Edital Processo Seletivo nº 03/2015.

Cargo: PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL
CLASSIFICAÇÃO NOME
06º. MICHELLY CRISTIANE DE SOUZA

O(a) candidato(a) deverá apresentar os seguintes documentos:

- a) Fotocópia Cédula de Identidade;
- b) Fotocópia Certidão de Nascimento ou de Casamento, conforme o caso;
- c) Fotocópia Cadastro de Pessoa Física na Receita Federal (CPF);
- d) Fotocópia Cartão do PIS/PASEP, se possuir;
- e) Fotocópia Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;
- f) Original Certidão de quitação eleitoral atualizada emitida pela justiça eleitoral que poderá ser retirada pelo site www.tse.gov.br;
- g) Fotocópia Documento que comprove a escolaridade exigida para assumir o emprego;
- h) Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação, se for masculino;
- i) Fotocópia Título de Eleitor e comprovante de votação na última eleição;
- j) Original Duas fotografias 3x4, recentes, de frente e iguais;
- k) Original Declaração de que não está impedido para o exercício do cargo a ser ocupado. (Fornecido no RH).
- l) Fotocópia Comprovante da idade mínima de 18 anos e da nacionalidade brasileira, ou estrangeira na forma da lei, mediante apresentação de fotocópia da Certidão de Nascimento ou da certidão de Casamento;
- m) Original Atestado de antecedentes criminal Estadual pelo site www.tjsc.jus.br / Federal pelo site www.trf4.jus.br passado pelo Distribuidor Público, do local de residência ou domicílio do candidato;
- n) Original Carteira de trabalho, junto com uma cópia onde consta o número, a série e a qualificação da mesma;
- o) Fotocópia do comprovante de registro profissional, quando o emprego exigir;
- p) Fotocópia do comprovante de endereço atualizado;
- q) Original Aptidão física e mental para exercício da função mediante apresentação de atestado laboral, emitido pelo médico do trabalho da Prefeitura Municipal de Penha no NASF pelo telefone (47) 3363-7441;
- r) Fotocópia Cartão da Conta no Banco Bradesco, agência 2835-5.

OBS:

Os documentos previstos nos itens acima deverão ser apresentados na forma de fotocópia autenticada ou mera fotocópia, desde que o candidato apresente o original para conferência no local da entrega.

O não cumprimento dos prazos, a não apresentação da documentação prevista ou a não comprovação do requisito para a nomeação no emprego especificado neste Edital, mesmo para os que vierem a ser criados em legislação superveniente ou forem considerados necessários, impedirá a nomeação do candidato e implicará na eliminação do Processo Seletivo, e na nulidade da classificação e na perda dos efeitos, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis, sendo convocado o candidato seguinte para preencher a vaga, atendendo-se ao estabelecido neste edital.

Penha/SC, 26 de outubro de 2015.

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE

Secretária da Administração

**CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO Nº 03/2015-
PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL**
EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Penha, vem por meio desta convocar o(a) candidato(a) para se apresentar na Prefeitura Municipal de Penha, ao departamento de Recursos Humano, endereço Avenida Nereu Ramos, nº 08 - Centro, até o dia 28/10/2015, das 08:00hrs às 12:00hrs ou das 13:30hrs às 16:30hrs, conforme Edital Processo Seletivo nº 03/2015.

Cargo: PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL
CLASSIFICAÇÃO NOME
07º. LEILA MARIA DO NASCIMENTO FERREIRA

O(a) candidato(a) deverá apresentar os seguintes documentos:

- a) Fotocópia Cédula de Identidade;
- b) Fotocópia Certidão de Nascimento ou de Casamento, conforme o caso;
- c) Fotocópia Cadastro de Pessoa Física na Receita Federal (CPF);
- d) Fotocópia Cartão do PIS/PASEP, se possuir;
- e) Fotocópia Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;
- f) Original Certidão de quitação eleitoral atualizada emitida pela justiça eleitoral que poderá ser retirada pelo site www.tse.gov.br;
- g) Fotocópia Documento que comprove a escolaridade exigida para assumir o emprego;
- h) Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação, se for masculino;
- i) Fotocópia Título de Eleitor e comprovante de votação na última eleição;
- j) Original Duas fotografias 3x4, recentes, de frente e iguais;
- k) Original Declaração de que não está impedido para o exercício do cargo a ser ocupado. (Fornecido no RH).
- l) Fotocópia Comprovante da idade mínima de 18 anos e da nacionalidade brasileira, ou estrangeira na forma da lei, mediante apresentação de fotocópia da Certidão de Nascimento ou da certidão de Casamento;
- m) Original Atestado de antecedentes criminal Estadual pelo site www.tjsc.jus.br / Federal pelo site www.trf4.jus.br passado pelo Distribuidor Público, do local de residência ou domicílio do candidato;
- n) Original Carteira de trabalho, junto com uma cópia onde consta o número, a série e a qualificação da mesma;
- o) Fotocópia do comprovante de registro profissional, quando o emprego exigir;
- p) Fotocópia do comprovante de endereço atualizado;

q) Original Aptidão física e mental para exercício da função mediante apresentação de atestado laboral, emitido pelo médico do trabalho da Prefeitura Municipal de Penha no NASF pelo telefone (47) 3363-7441;

r) Fotocópia Cartão da Conta no Banco Bradesco, agência 2835-5.

OBS:

Os documentos previstos nos itens acima deverão ser apresentados na forma de fotocópia autenticada ou mera fotocópia, desde que o candidato apresente o original para conferência no local da entrega.

O não cumprimento dos prazos, a não apresentação da documentação prevista ou a não comprovação do requisito para a nomeação no emprego especificado neste Edital, mesmo para os que vierem a ser criados em legislação superveniente ou forem considerados necessários, impedirá a nomeação do candidato e implicará na eliminação do Processo Seletivo, e na nulidade da classificação e na perda dos efeitos, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis, sendo convocado o candidato seguinte para preencher a vaga, atendendo-se ao estabelecido neste edital.

Penha/SC, 26 de outubro de 2015.

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE

Secretária da Administração

TERMO DE RESCISAO 35/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO Nº35/2015

Fica rescindido o Termo Aditivo nº 392/2015 ao Contrato nº 333/2015 PMP, firmado entre o Sr. RAFFAEL OLIVEIRA DO PRADO e esta PREFEITURA, em 08 de maio de 2015, por interesse próprio, a contar desta data.

Penha/SC, 23 de outubro 2015.

Mario Guaracy de Souza - Prefeito Municipal e.e.

TERMO DE RESCISAO 36/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO Nº36/2015

Fica rescindido somente o Termo Aditivo nº 353/2015 ao Contrato nº 352/2015 PMP, firmado entre a Sra. ANELIZE AGOSTINHO e esta PREFEITURA, em 15 de julho de 2015, por interesse próprio, a contar desta data.

Penha/SC, 26 de outubro 2015.

Mario Guaracy de Souza - Prefeito Municipal e.e.

Pinheiro Preto

PREFEITURA

DECRETO Nº 4.276, DE 16 DE SETEMBRO DE 2015.

DECRETO Nº 4.276, DE 16 DE SETEMBRO DE 2015.

DECLARA SEM EFEITO ATO DE SANÇÃO DE TEXTO DE LEI INEXISTENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e

Considerando que no momento da sanção da Lei 1.849, foi utilizado texto de projeto de lei que sequer fora encaminhado ao Legislativo;

Considerando que este texto foi publicado no DOM que circulou no dia 16/09/2015;

Considerando que se trata de ato inexistente, pois não há como sancionar texto de lei que não tenha sido aprovado pela Casa Legislativa;

Considerando que o erro foi corrigido, tendo sido agora publicada de forma correta, a Lei nº 1.849, de 15 de setembro de 2015, no Diário Oficial dos Municípios do dia 18/09/2015;

Considerando que a nova publicação, de forma correta, é considerada "república por incorreção", vigorando a lei a partir de então,

DECRETA:

Art. 1º Declara sem efeito o ato de publicação no DOM do dia 16/09/2015, da Lei 1.849/2015, haja vista o equívoco praticado pelo setor competente, porquanto o texto da lei equivocadamente utilizado refere à minuta de projeto de lei que não fora encaminhado à Câmara de Vereadores.

Parágrafo único. Publicado o presente Decreto, deverá ser encaminhada cópia do mesmo à Egrégia Casa Legislativa.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto – SC, 16 de setembro de 2015.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 4.290, DE 22 DE OUTUBRO DE 2015.

DECRETO Nº 4.290, DE 22 DE OUTUBRO DE 2015.

DISPÕE SOBRE A SUPLEMENTAÇÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, I, da Lei Orgânica do Município e conforme art. 5º, da Lei Municipal nº 1.798 de 18 de novembro de 2014.

DECRETA:

Art. 1º Fica o Departamento de Contabilidade do Município de Pinheiro Preto, autorizado a proceder suplementação no valor de R\$ 17.000,00 (Dezessete mil reais) na Dotação Orçamentária a seguir discriminada:

Unidade Orçamentária: 2006 – Secretaria de Transportes e Obras

Função: 15- Urbanismo

Subfunção: 452 – Serviços Urbanos

Programa: 16 – Serviços de Utilidade Pública

Atividade: 2.38 – Manutenção dos Serviços de Utilidade Pública

Modalidade de Aplicação: 3390-0000

Fonte: 108 - COSIP

Art. 2º Para suporte dos créditos adicionais, fica utilizado o valor por conta do Provável Excesso de Arrecadação apurado até 30 de setembro de 2015 na fonte de recursos da Receita COSIP.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO-SC, 22 DE OUTUBRO DE 2015.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 336, DE 23 DE OUTUBRO DE 2015.

PORTARIA Nº 336, DE 23 DE OUTUBRO DE 2015.

INSTITUI COMISSÃO DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO REFERENTE EDITAL N. 004/2015.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e

RESOLVE:

Art. 1º Institui comissão de Processo Seletivo Simplificado referente Edital n. 004/2015, para contratação em caráter temporário, para as funções de Operário braçal; Enfermeira –PSF; Técnica de enfermagem –PSF; Servente; Atendente de Creche; Contador, nomeando os seguintes membros para compô-la:

I –Eloiza Felchilcher - Técnica de Recursos Humanos;

II – Silvana Mugnol - Auxiliar de Tesouraria;

III – Rosania Zago – Professor;

IV –Rosana Bogoni - Professor.

Parágrafo único. Incumbirá precipuamente à comissão, a fiscalização de todas as etapas do certame.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO, 23 DE OUTUBRO DE 2015.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

PREFEITO MUNICIPAL

Pomerode

PREFEITURA

2.º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 054/2014 PRAZO

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

2.º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 054/2014
PRAZO

Processo Administrativo n.º 081/2014.

Convite para Compras e Serviços n.º 022/2014.

Contratante: MUNICÍPIO DE POMERODE.

Contratado: EMMEL, ANDREANI, SCHUSTER & MARCHIORI ADVOGADOS ASSOCIADOS.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS DE CONSULTORIA, PARA ELABORAÇÃO/ATUALIZAÇÃO DO CÓDIGO TRIBUTÁRIO MUNICIPAL, VISANDO ATENDER ÀS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE POMERODE/SC, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E DEMAIS ELEMENTOS TÉCNICOS CONSTANTES NO PROJETO BÁSICO, NO CONVITE E SEUS ANEXOS.

Prorrogação contratual de mais 60 (sessenta) dias – prazo final – 02/12/2015.

Justificativa: Prorrogação de execução contratual em conformidade com a Cláusula Quarta do Contrato Administrativo n.º 054/2014, em virtude da impossibilidade de finalização dos trabalhos executados em conjunto com a Comissão fiscalizadora no prazo contratado, no que concerne às oficinas de trabalho (quarta etapa do contrato).

Pomerode/SC, 28 de Setembro de 2015.

ROLF NICLODELLI

Prefeito Municipal de Pomerode

EDITAL DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N.º 047 / 2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL N.º 047 / 2015

Processo Administrativo n.º 090 / 2015.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA ELABORAÇÃO DA NOVA PLANTA DE VALORES GENÉRICOS - PVG DO MUNICÍPIO DE POMERODE/SC, CONFORME DISPOSIÇÕES CONSTANTES NO EDITAL DE LICITAÇÃO E SEUS ANEXOS, ATRAVÉS DE RECURSOS DO BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO - BID, REFERENTE AO CONTRATO N.º 0361.099-09, ENTRE O MUNICÍPIO DE POMERODE E A CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, RELATIVO AO PROGRAMA NACIONAL DE APOIO A GESTÃO E FISCAL DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS - PNAFM.

Entrega dos envelopes: Até as 08:00 horas do dia 11/11/2015.

Local: Setor de protocolos da Prefeitura Municipal de Pomerode/SC.

Abertura das propostas: 08:00 horas do dia 11/11/2015.

Local: Sala de licitações no prédio da Prefeitura Municipal de Pomerode/SC.

O edital e demais esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Diretoria de Licitações e Contratos da Prefeitura Municipal de Pomerode – Rua 15 de Novembro, n.º 525, Centro – Pomerode/SC, nos dias úteis de segunda à sexta-feira, das 07:00 às 13:00, Fone: (47) 3387-7229 ou pelo e-mail: licitacao@pomerode.sc.gov.br.

Pomerode/SC, 26 de Outubro de 2015.

ROLF NICLODELLI

Prefeito Municipal de Pomerode

CÂMARA MUNICIPAL

CONVITE PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA N 0012015-ALTERAÇÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA MUNICIPAL DE POMERODE
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 002/2015

CONVITE PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA Nº 001/2015

ALTERAÇÃO DO CONVITE PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA Nº 001/2015:

objeto: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA A CONSTRUÇÃO DE UM GRADIL COM COMPRIMENTO DE 154,51 METROS E RESPECTIVOS PORTÕES, A SER INSTALADO NO PERÍMETRO DO TERRENO DA CÂMARA MUNICIPAL DE POMERODE, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS, EQUIPAMENTOS E MÃO DE OBRA, EM CONFORMIDADE COM O MEMORIAL DESCRITIVO, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA / QUANTITATIVA E MINUTA DE CONTRATO QUE SÃO INTEGRANTES

DO PRESENTE EDITAL DE LICITAÇÃO.

A Câmara Municipal de Pomerode torna público que efetivou ALTERAÇÕES no convite supramencionado. DISPONDO também de NOVA DATA para recebimento dos envelopes, conforme disposto abaixo:

Entrega dos envelopes: Até as 09:00 horas do dia 10/11/2015

Local: Setor de protocolo da Câmara Municipal de Pomerode

Abertura dos envelopes: 09:00 horas do dia 10/11/2015

O convite e demais esclarecimentos, poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Secretaria da Câmara Municipal de Pomerode – AVENIDA 21 DE JANEIRO, 1777, CENTRO/POMERODE - SC., pelo telefone (47) 3387-2464 nos dias úteis de segunda à sexta-feira, das 08:00 às 11:30 horas e das 13:00 às 17:00 horas ou ainda através do site www.cmpomerode.sc.gov.br.

Pomerode SC, 26 de Outubro de 2015

JOSÉ AMARILDO DA SILVA

Presidente

SAMAE - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE POMERODE**EXTRATO DE CONTRATO 06-2015**

Extrato do Contrato Administrativo N.º 06/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE POMERODE

SAMAE POMERODE (Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto)

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 004/2015

Processo Administrativo n.º 020/2015.

CONVITE Nº 001/2015 – SAMAE

Contratante: SAMAE POMERODE.

Contratada: METALURGICA TS IND. DE ESTRUTURAS METÁLICAS E ARTIGOS DE SERRALHEIRIA LTDA-ME

CNPJ n.º: 03.661.994/0001-85

Objeto: O objeto do presente contrato é a CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA CONSTRUÇÃO DE COBERTURA METALICA NA USINA DE TRIAGEM, LOCALIZADA NA RUA JULIO WOLICK, N.º 680 - BAIRRO RIBEIRÃO CLARA, POMERODE/SC, COM ÁREA DE 146,8 METROS QUADRADOS, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS, EQUIPAMENTOS E MÃO DE OBRA, EM CONFORMIDADE COM O MEMORIAL DESCRITIVO, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA / QUANTITATIVA E MINUTA DE CONTRATO QUE SÃO INTEGRANTES DO PRESENTE EDITAL DE LICITAÇÃO.

Valor Total contratado: R\$ 26.302,63. (vinte seis mil trezentos e dois reais e sessenta e três centavos).

Prazo de vigência: 19/12/2015

Pomerode/SC,

15/10/2015.

MARCIO SCHEIDEMANTEL

Presidente do SAMAE POMERODE

Porto Belo

PREFEITURA

DECRETO Nº 1.380, DE 23 DE OUTUBRO DE 2015

DECRETO Nº 1.380, DE 23 DE OUTUBRO DE 2015.

DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO PARQUE NATURAL MUNICIPAL DA LAGOA DO PEREQUÊ, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO, Prefeito do Município de Porto Belo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso III, do artigo 41, da Lei Orgânica do Município, e;

CONSIDERANDO o disposto na Lei Federal nº 9.985, de 18 de julho de 2000, no Decreto Federal nº 4.340, de 22 de agosto de 2002 e na Lei Municipal 1947, de 17 de outubro de 2011, em especial seus artigos 44, 45 e 46 (SEÇÃO V - DA CRIAÇÃO DE ESPAÇOS TERRITORIAIS ESPECIALMENTE PROTEGIDOS);

CONSIDERANDO Termo de Compromisso firmado nos autos da Ação Civil Pública nº 2006.72.08.003591-4, onde a empresa Empreendimentos Imobiliários Voltolini Ltda doa ao Município de Porto Belo área de 8.000,00 m2 (oito mil metros quadrados) destinada a compor o Parque Municipal Lagoa do Perequê;

CONSIDERANDO que a doação acima referida perfectibilizou-se através da Lei Municipal 1589/2008;

CONSIDERANDO Termo de Ajustamento de Conduta firmado em 22 de setembro de 2008, entre o Ministério Público Federal, o Município de Porto Belo e o Sr. Marden Laus, onde este se compromete a doar ao Município área de 9.000,00 m2 (nove mil metros quadrados) destinada a compor o Parque Municipal Lagoa do Perequê; CONSIDERANDO que a Lei Municipal 1633/2008 perfectibilizou o compromisso acima referido reafirmando em seu § 2º, do Art. 1º, a destinação da área para compor o futuro Parque da Lagoa do Perequê;

CONSIDERANDO que as áreas acima referidas são interligadas através de outras áreas pertencentes à municipalidade, em especial a porção da Área Verde do Loteamento Gian e Giovani;

CONSIDERANDO que, de acordo com o Estudo para Delimitação da Área do Parque Municipal da Lagoa do Perequê, elaborado pelo Técnico em Agrimensura Juvenil Ramos Varella, o entorno da Lagoa do Perequê é constituído por Terrenos de Marinha ou Acrescidos de Marinha, pertencentes, portanto, à União Federal;

CONSIDERANDO informações prestadas pela Superintendência do Patrimônio da União acerca dos detentores de ocupação dos Terrenos de Marinha e Acrescidos de Marinha às margens da Lagoa do Perequê;

CONSIDERANDO a necessidade em preservar a vida silvestre, a fauna e a flora em Porto Belo, para assegurar a qualidade de vida das atuais e futuras gerações;

CONSIDERANDO que a presente questão é pleito de significativa parcela dos cidadãos de Porto Belo, representando por este motivo, ato de vontade da comunidade portobelense;

DECRETA:

Art. 1º Fica criado o Parque Natural Municipal da Lagoa do Perequê com área aproximada de 62.700 m2 (sessenta e dois mil e setecentos metros quadrados), dos quais, aproximadamente 25.000 m2 (vinte e cinco mil metros quadrados) correspondem ao espelho de água da Lagoa do Perequê, localizado no Bairro Perequê, neste Município, conforme figura anexa, com o objetivo de proteger um ambiente natural de grande relevância ecológica e beleza cênica, com potencial para desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza, de turismo ecológico e pesquisas científicas.

Art. 2º O Parque Natural Municipal da Lagoa do Perequê tem seus limites dado pela poligonal formada pelas seguintes coordenadas

geográficas (latitudes/longitude): 48°34'46.26"S/27°9'5.54"O;
48°34'48.59"S/27°9'3.13"O;
48°34'51.09"S/27°9'4.60"O;
48°34'55.53"S/27°9'6.52"O;
48°34'56.11"S/27°9'3.08"O;
48°34'56.14"S/27°9'2.03"O;
48°34'56.63"S/27°9'1.08"O;
48°34'56.11"S/27°8'59.57"O;
48°34'47.85"S/27°9'1.19"O;
48°34'53.35"S/27°8'56.32"O;
48°34'52.30"S/27°8'54.35"O;
48°34'51.91"S/27°8'55.21"O;
48°34'50.35"S/27°8'55.84"O;
48°34'49.02"S/27°8'56.65"O;
48°34'48.13"S/27°8'57.00"O;
48°34'47.22"S/27°8'57.10"O;
48°34'45.14"S/27°8'58.15"O;
48°34'42.25"S/27°8'59.34"O;
48°34'42.15"S/27°9'0.10"O;
48°34'41.93"S/27°9'0.55"O;
48°34'43.16"S/27°9'2.40"O;
48°34'46.26"S/27°9'5.54"O;
48°34'50.83"S/27°9'4.87"O;
48°34'54.68"S/27°9'7.37"O;
48°34'53.84"S/27°9'5.20"O;
48°34'55.80"S/27°9'2.81"O;
48°34'56.20"S/27°9'2.09"O;
48°34'57.07"S/27°9'0.39"O;
48°34'51.44"S/27°9'3.92"O;
48°34'51.11"S/27°8'58.94"O;
48°34'53.91"S/27°8'55.71"O;
48°34'51.96"S/27°8'54.79"O;
48°34'50.71"S/27°8'56.17"O;
48°34'49.09"S/27°8'56.72"O;
48°34'48.27"S/27°8'57.15"O;
48°34'47.51"S/27°8'57.43"O;
48°34'45.30"S/27°8'58.34"O;
48°34'42.63"S/27°8'59.81"O;
48°34'41.78"S/27°8'59.62"O;
48°34'41.76"S/27°9'0.33"O;
48°34'41.80"S/27°9'0.64"O;
48°34'42.73"S/27°9'2.82"O.

Parágrafo Único. O subsolo da área descrita no caput deste artigo integra o limite do Parque Natural Municipal da Lagoa do Perequê.

Art. 3º Caberá à Fundação Municipal do Meio Ambiente - FAMAP administrar o Parque Natural Municipal da Lagoa do Perequê, adotando as medidas necessárias à sua efetiva proteção, implantação e controle, observando às disposições da Lei Municipal 1947, de 17 de outubro de 2011, que "Autoriza o Poder Executivo Municipal a estabelecer a Política Municipal de Meio Ambiente e dá outras providências".

§ 1º As dotações orçamentárias necessárias para o desenvolvimento e administração do referido parque deverão ser originadas através da FAMAP.

§ 2º Os programas, projetos e atividades que se desenvolverem no Parque Natural Municipal da Lagoa do Perequê deverão ser aprovados por seu Conselho Consultivo e pelo Conselho Municipal de Meio Ambiente, em reunião conjunta, mediante prévio parecer do primeiro.

Art. 4º O Parque Natural Municipal da Lagoa do Perequê disporá de um Conselho Consultivo, vinculado e presidido pela FAMAP, constituído por representantes de órgãos públicos e de organizações da sociedade civil, que deverá ser instituído em prazo máximo de noventa (90) dias após a publicação deste decreto.

Parágrafo único. Caberá ao Conselho Consultivo elaborar, nos termos da lei, das resoluções dos Conselhos de Meio Ambiente e das decisões judiciais que estão vinculadas à área, o plano de manejo do Parque Natural Municipal da Lagoa do Perequê.

Art. 5º Esse Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Porto Belo – SC, aos 23 dias do mês de outubro do ano de 2015.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO

Prefeito de Porto Belo

Porto União

PREFEITURA

EXTRATO DE CONTRATO 092/2015 - SAÚDE

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato 092/2015 - SAÚDE
Partes: Município de Porto União e Luiz Kaminski – ME.
Objeto: Aquisição de material de expediente destinado às Unidades Básicas de Saúde de Porto União.
Valor Total: R\$ 7.417,50 (sete mil quatrocentos e dezessete reais e cinquenta centavos).
Vigência: 06 (seis) meses.
Base legal: Pregão Presencial 042/2015 - SAÚDE, Lei 8.666/93.
Porto União SC, 14 de outubro de 2015.
Anízio de Souza.
Prefeito Municipal
Luiz Kaminski – ME.
Contratada

EXTRATO DE CONTRATO 093/2015 - SAÚDE

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato 093/2015 - SAÚDE
Partes: Município de Porto União e VW Comércio Atacadista Ltda.
Objeto: Aquisição de material de expediente destinado às Unidades Básicas de Saúde de Porto União.
Valor Total: R\$ 4.100,00 (quatro mil e cem reais).
Vigência: 06 (seis) meses.
Base legal: Pregão Presencial 042/2015 - SAÚDE, Lei 8.666/93.
Porto União SC, 14 de outubro de 2015.
Anízio de Souza.
Prefeito Municipal
VW Comércio Atacadista Ltda.
Contratada

EXTRATO DE CONTRATO 094/2015 - SAÚDE

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato 094/2015 - SAÚDE
Partes: Município de Porto União e Recier José Gregório – ME.
Objeto: Aquisição de material de expediente destinado às Unidades Básicas de Saúde de Porto União.
Valor Total: R\$ 9.399,79 (nove mil trezentos e noventa e nove reais e setenta e nove centavos).
Vigência: 06 (seis) meses.
Base legal: Pregão Presencial 042/2015 - SAÚDE, Lei 8.666/93.
Porto União SC, 14 de outubro de 2015.
Anízio de Souza.
Prefeito Municipal
Recier José Gregório – ME.
Contratada

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PREGÃO PRESENCIAL 042/2015 - SAÚDE

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Processo Licitatório 066/2015 – SAÚDE
Pregão Presencial 042/2015
Termo de Homologação
Homologo o aludido processo licitatório e adjudico as empresas Luiz Kaminski – ME,
Recier José Gregório – ME e
VW Comércio Atacadista Ltda
Porto União SC, 14 de outubro de 2015.
Anízio de Souza
Prefeito Municipal

TERMO DE REVOGAÇÃO DE CHAMADA PÚBLICA 001/2015 - EDUCAÇÃO

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Processo Licitatório 021/2015 - EDUCAÇÃO
Chamada Pública 001/2015
Termo de Revogação
Revoga-se o aludido processo licitatório com base no artigo 49 da Lei 8.666/93, tendo em vista que deu-se deserta.
Porto União SC, 19 de outubro de 2015.
Anízio de Souza
Prefeito Municipal

TERMO DE REVOGAÇÃO DE PREGÃO PRESENCIAL 017/2015 - FAS

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Processo Licitatório 018/2015 - FAS
Pregão Presencial 017/2015
Termo de Revogação
Revoga-se o aludido processo licitatório com base no artigo 49 da Lei 8.666/93, tendo em vista que se deu deserta.
Porto União SC, 23 de outubro de 2015.
Anízio de Souza
Prefeito Municipal

Pouso Redondo

PREFEITURA

PROCESSO 055 2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO REDONDO

PROCESSO Nº. 50/2015

CONCORRÊNCIA PÚBLICA P/OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA Nº. 07/2015

O Município de Pouso Redondo, SC, torna público para conhecimento dos interessados que, até as 09:00 Horas do dia 27.11.2015, para Contratação de empresa para prestação de serviços na coleta, transporte e destino final do lixo domestico e comercial do Município de Pouso Redondo. Maiores informações e o Edital Completo serão fornecidos pelo setor de Licitação, da Prefeitura Municipal, fone 47 3545-1133, ou pelo e-mail licitações@pousoredondo.sc.gov.br.

Pouso Redondo, em 26 de Outubro de 2015.

Nair Goulart

Prefeita Municipal

Presidente Castello Branco

PREFEITURA

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 137/2015

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 137/2015

CONTRATAN-TE:	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC
CONTRATADO:	CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
OBJETO:	Os itens a serem aditivados, tiveram suas quantidades previamente definidas para atender a demanda da Secretaria Municipal de Saúde durante o ano de 2015, ocorre que a distribuição e utilização desses itens superaram as quantidades previamente licitadas, assim, para que a população continue a ser atendida de forma digna, os medicamentos com as quantidades esgotadas devem ser acrescidas, conforme Lei nº 8.666/93, art. 65, alínea II, "d", § 1º. O presente Termo Aditivo tem o objetivo de aumentar a quantidade dos itens 02, 04, 39 e 52.
VALOR:	Em razão do acréscimo nas quantidades dos medicamentos fixados acima, cláusula terceira, o valor do contrato ora aditivado passa de R\$ 13.390,50 (treze mil, trezentos e noventa reais, com cinquenta centavos) para R\$ 13.930,50 (treze mil, novecentos e trinta reais, com cinquenta centavos) diante das quantidades acrescidas.
VIGÊNCIA:	26/10/2015 a 31/12/2015.

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 49/2015

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 49/2015

CONTRATAN-TE:	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC
CONTRATADO:	DIMASTER COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
OBJETO:	O item a ser aditivado, teve suas quantidades previamente definidas para atender a demanda da Secretaria Municipal de Saúde durante todo o ano de 2015, ocorre que a distribuição e utilização desses itens superaram as quantidades previamente licitadas, assim, para que a população continue a ser atendida de forma digna, o medicamento com as quantidades esgotadas deve ser acrescido, conforme Lei nº 8.666/93, art. 65, alínea II, "d", § 1º. O presente Termo Aditivo tem o objetivo de aumentar as quantidades do medicamento, item 159, "Carbonato de Cálcio + Vitamina D 0600mg/400UI".
VALOR:	Em razão do acréscimo nas quantidades do medicamento fixado acima, cláusula terceira, o valor do contrato ora aditivado passa de R\$ 12.132,70 (doze mil, cento e trinta e dois reais, com setenta centavos) para R\$ 12.386,45 (doze mil, trezentos e oitenta e seis reais, com quarenta e cinco centavos), diante das quantidades acrescidas.
VIGÊNCIA:	26/10/2015 a 31/12/2015.

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 138/2015

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 138/2015

CONTRATAN-TE:	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC
CONTRATADO:	FARMÁCIA CASTELO BRANCO LTDA ME
OBJETO:	O item a ser aditivado, teve suas quantidades previamente definidas para atender a demanda da Secretaria Municipal de Saúde durante o ano de 2015, ocorre que a distribuição e utilização desse item superou as quantidades previamente licitadas, assim, para que a população continue a ser atendida de forma digna, o medicamento com as quantidades esgotadas devem ser acrescidas, conforme Lei nº 8.666/93, art. 65, alínea II, "d", § 1º. O presente Termo Aditivo tem o objetivo de aumentar a quantidade do item 35 "passiflora composto".
VALOR:	Em razão do acréscimo nas quantidades do medicamento fixado acima, cláusula terceira, o valor do contrato ora aditivado passa de R\$ 3.835,50 (três mil, oitocentos e trinta e cinco reais, com cinquenta centavos) para R\$ 3.894,50 (três mil, oitocentos e noventa e quatro reais, com cinquenta centavos) diante das quantidades acrescidas.
VIGÊNCIA:	26/10/2015 a 31/12/2015.

QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 45/2015

EXTRATO DO QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 45/2015

CONTRATAN-TE:	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC
CONTRATADO:	BRUNO M. FAVERO PRODUTOS FARMACÊUTICOS EIRELI EPP
OBJETO:	Os itens a serem aditivados, tiveram suas quantidades previamente definidas para atender a demanda da Secretaria Municipal de Saúde durante todo o ano de 2015, ocorre que a distribuição e utilização desses itens superaram as quantidades previamente licitadas, assim, para que a população continue a ser atendida de forma digna, os medicamentos com as quantidades esgotadas devem ser acrescidas, conforme Lei nº 8.666/93, art. 65, alínea II, "d", § 1º. O presente Termo Aditivo tem o objetivo de aumentar as quantidades dos medicamentos, itens 94, 112, 416, 423, 431 e 514.
VALOR:	Em razão do acréscimo nas quantidades dos medicamentos fixados acima, cláusula terceira e alterações anteriores o valor do contrato ora aditivado passa de R\$ 118.191,30 (cento e dezoito mil, cento e noventa e um reais, com trinta centavos) para R\$ 119.444,22 (cento e dezenove mil, quatrocentos e quarenta e quatro centavos, com vinte e dois centavos), diante das quantidades acrescidas.
VIGÊNCIA:	26/10/2015 a 31/12/2015.

QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 46/2015EXTRATO DO QUARTO TERMO ADITIVO AO
CONTRATO Nº 46/2015

CONTRATAN-TE:	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC
CONTRATADO:	CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS E MATERIAIS HOSPITALARES LTDA
OBJETO:	Os itens a serem aditivados, tiveram suas quantidades previamente definidas para atender a demanda da Secretaria Municipal de Saúde durante todo o ano de 2015, ocorre que a distribuição e utilização desse item superou a quantidade previamente licitada, assim, para que a população continue a ser atendida de forma digna, o medicamento com a quantidade esgotada deve ser acrescida, conforme Lei nº 8.666/93, art. 65, alínea II, "d", § 1º. O presente Termo Aditivo tem o objetivo de aumentar a quantidade dos medicamentos, itens 51 e 148.
VALOR:	Em razão do acréscimo nas quantidades dos medicamentos fixados acima, cláusula terceira, o valor do contrato ora aditivado passa de R\$ 38.754,48 (trinta e oito mil, setecentos e cinquenta e quatro reais, com quarenta e oito centavos) para R\$ 38.876,48 (trinta e oito mil, oitocentos e setenta e seis reais, com quarenta e oito centavos) diante das quantidades acrescidas.
VIGÊNCIA:	26/10/2015 a 31/12/2015.

QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 50/2015EXTRATO DO QUARTO TERMO ADITIVO AO
CONTRATO Nº 50/2015

CONTRATAN-TE:	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC
CONTRATADO:	DIMEVA DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA LTDA EPP
OBJETO:	Os itens a serem aditivados, tiveram suas quantidades previamente definidas para atender a demanda da Secretaria Municipal de Saúde durante todo o ano de 2015, ocorre que a distribuição e utilização desses itens superaram as quantidades previamente licitadas, assim, para que a população continue a ser atendida de forma digna, os medicamentos com as quantidades esgotadas devem ser acrescidos, conforme Lei nº 8.666/93, art. 65, alínea II, "d", § 1º. O presente Termo Aditivo tem o objetivo de aumentar a quantidade dos medicamentos itens 50, 430 e 504.
VALOR:	Em razão do acréscimo nas quantidades dos medicamentos fixados acima, cláusula terceira, o valor do contrato ora aditivado passa de R\$ 99.386,30 (noventa e nove mil, trezentos e oitenta e seis reais, com trinta centavos) para R\$ 100.519,30 (cem mil, quinhentos e dezenove reais, com trinta centavos), diante das quantidades acrescidas.
VIGÊNCIA:	26/10/2015 a 31/12/2015.

QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 43/2015EXTRATO DO QUINTO TERMO ADITIVO AO
CONTRATO Nº 43/2015

CONTRATAN-TE:	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC
CONTRATADO:	ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA
OBJETO:	Os itens a serem aditivados, tiveram suas quantidades previamente definidas para atender a demanda da Secretaria Municipal de Saúde durante todo o ano de 2015, ocorre que a distribuição e utilização desses itens superaram as quantidades previamente licitadas, assim, para que a população continue a ser atendida de forma digna, os medicamentos com as quantidades esgotadas devem ser acrescidas, conforme Lei nº 8.666/93, art. 65, alínea II, "d", § 1º. O presente Termo Aditivo tem o objetivo de aumentar as quantidades dos medicamentos, itens 87, 89, 96, 100, 105 e 511.
VALOR:	Em razão do acréscimo nas quantidades dos medicamentos fixados acima, cláusula terceira, o valor do contrato ora aditivado passa de R\$ 29.149,89 (vinte e nove mil, cento e quarenta e nove reais, com oitenta e nove centavos) para R\$ 29.338,39 (vinte e nove mil, trezentos e trinta e oito reais, com trinta e nove centavos) diante das quantidades acrescidas.
VIGÊNCIA:	26/10/2015 a 31/12/2015.

QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 44/2015EXTRATO DO QUINTO TERMO ADITIVO AO
CONTRATO Nº 44/2015

CONTRATAN-TE:	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC
CONTRATADO:	ANGEOMED COMÉRCIO DE PRODUTOS MÉDICO HOSPITALAR EIRELLI EPP
OBJETO:	Os itens a serem aditivados, tiveram suas quantidades previamente definidas para atender a demanda da Secretaria Municipal de Saúde durante todo o ano de 2015, ocorre que a distribuição e utilização desses itens superaram as quantidades previamente licitadas, assim, para que a população continue a ser atendida de forma digna, os medicamentos com as quantidades esgotadas devem ser acrescidas, conforme Lei nº 8.666/93, art. 65, alínea II, "d", § 1º. O presente Termo Aditivo tem o objetivo de aumentar as quantidades dos medicamentos, itens 42, 132 e 464.
VALOR:	Em razão do acréscimo nas quantidades dos medicamentos fixados acima, cláusula terceira, o valor do contrato ora aditivado passa de R\$ 119.713,37 (cento e dezenove mil, setecentos e treze reais, com trinta e sete centavos) para R\$ 120.244,07 (cento e vinte mil, duzentos e quarenta e quatro reais, com sete centavos), diante das quantidades acrescidas.
VIGÊNCIA:	26/10/2015 a 31/12/2015.

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 136/2015EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO
CONTRATO Nº 136/2015

CONTRATAN-TE:	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC
CONTRATADO:	ANGEOMED COMÉRCIO DE PRODUTOS MÉDICO HOSPITALAR EIRELLI EPP
OBJETO:	Os itens a serem aditivados, tiveram suas quantidades previamente definidas para atender a demanda da Secretaria Municipal de Saúde durante o ano de 2015, ocorre que a distribuição e utilização desses itens superaram as quantidades previamente licitadas, assim, para que a população continue a ser atendida de forma digna, os medicamentos com as quantidades esgotadas devem ser acrescidas, conforme Lei nº 8.666/93, art. 65, alínea II, "d", § 1º. O presente Termo Aditivo tem o objetivo de aumentar a quantidade dos itens 34, 41 e 62.
VALOR:	Em razão do acréscimo nas quantidades dos medicamentos fixados acima, cláusula terceira, o valor do contrato ora aditivado passa de R\$ 9.973,40 (nove mil, novecentos e setenta e três reais, com quarenta centavos) para R\$ 10.043,56 (dez mil, quarenta e três reais, com cinquenta e seis centavos) diante das quantidades acrescidas.
VIGÊNCIA:	26/10/2015 a 31/12/2015.

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 140/2015EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO
CONTRATO Nº 140/2015

CONTRATAN-TE:	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC
CONTRATADO:	SEGANFREDO & SEGANFREDO LTDA EPP
OBJETO:	Os itens a serem aditivados, tiveram suas quantidades previamente definidas para atender a demanda da Secretaria Municipal de Saúde durante o ano de 2015, ocorre que a distribuição e utilização desses itens superaram as quantidades previamente licitadas, assim, para que a população continue a ser atendida de forma digna, os medicamentos com as quantidades esgotadas devem ser acrescidas, conforme Lei nº 8.666/93, art. 65, alínea II, "d", § 1º. O presente Termo Aditivo tem o objetivo de aumentar a quantidade dos itens 31 e 42.
VALOR:	Em razão do acréscimo nas quantidades dos medicamentos fixados acima, cláusula terceira, o valor do contrato ora aditivado passa de R\$ 13.342,70 (treze mil, trezentos e quarenta e dois reais, com setenta centavos) para R\$ 13.917,36 (treze mil, novecentos e dezessete reais, com trinta e seis centavos) diante das quantidades acrescidas.
VIGÊNCIA:	26/10/2015 a 31/12/2015.

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 139/2015EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO
CONTRATO Nº 139/2015

CONTRATAN-TE:	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC
CONTRATADO:	MAURO MARCIANO COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA
OBJETO:	O item a ser aditivado, teve suas quantidades previamente definidas para atender a demanda da Secretaria Municipal de Saúde durante o ano de 2015, ocorre que a distribuição e utilização desse item superou as quantidades previamente licitadas, assim, para que a população continue a ser atendida de forma digna, o medicamento com as quantidades esgotadas devem ser acrescidas, conforme Lei nº 8.666/93, art. 65, alínea II, "d", § 1º. O presente Termo Aditivo tem o objetivo de aumentar a quantidade do item 32, "olmesartana 40,0mg".
VALOR:	Em razão do acréscimo nas quantidades do medicamento fixado acima, cláusula terceira, o valor do contrato ora aditivado passa de R\$ 4.530,20 (quatro mil, quinhentos e trinta reais, com vinte centavos) para R\$ 4.573,60 (quatro mil, quinhentos e setenta e três reais, com sessenta centavos) diante das quantidades acrescidas.
VIGÊNCIA:	26/10/2015 a 31/12/2015.

Presidente Nereu

PREFEITURA

DECRETO 80/2015

DECRETO Nº 80/2015, DE 23 DE OUTUBRO DE 2015.

DECLARA EM SITUAÇÃO ANORMAL, CARACTERIZADA COMO SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA A ÁREA DO MUNICÍPIO AFETADA POR ENXURRADAS.

ANTONIO FRANCISCO COMANDOLI, PREFEITO MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais conferidas pelo Art.65 § 6º da Lei Orgânica do Município, pelo Art. 7 do Decreto Federal Nº 7.257, de 04 de Agosto de 2010, ela Lei Estadual Nº 10.925, de 22 de Setembro de 1998, pelo Decreto Estadual Nº 3.924, de 11 de Janeiro de 2006, pela Instrução Normativa nº 1, de 24 de agosto de 2012 e pela Resolução Nº 3 do Conselho Nacional de Defesa Civil.

CONSIDERANDO:

- A ocorrência de enxurradas provocadas por chuva intensa e concentrada, nos dias 20, 21, 22 e 23 de outubro de 2015, atingindo parte do município, conforme mapa das áreas afetadas anexo deste decreto.

- Como consequências deste desastre resultaram os danos e prejuízos, constante do formulário de avaliação de dano, anexo a este decreto.

- A recomendação da Coordenadoria Municipal de Defesa Civil que avaliou e quantificou os efeitos do desastre, em acordo com a resolução n.º 03 do Conselho Nacional de Defesa Civil – CONDEC;

- Concorrem como critérios agravantes da situação de anormalidade: o grau de vulnerabilidade do cenário, da população e o despreparo da defesa civil frente ao desastre.

DECRETO:

Art. 1º. – Fica declarado a existência de SITUAÇÃO ANORMAL provocada por desastre e caracterizada como Situação de Emergência

Parágrafo Único: esta situação de anormalidade é válida apenas para as áreas deste município, comprovadamente afetadas pelo desastre, conforme prova documental estabelecida pelo Formulário de Avaliação de Danos e pelo Mapa das Áreas Afetadas, anexos a este Decreto.

Art. 2º. – Confirma-se à mobilização do Sistema Nacional de Defesa Civil, no âmbito do Município, sob a coordenação da Comissão Municipal de Defesa Civil – COMDEC e autoriza-se o desencadeamento do Plano Emergencial de Resposta aos Desastres, após adaptado à situação real desse desastre.

Art. 3º. – Autoriza-se a convocação de voluntários, para reforçar as ações de resposta aos desastres e a realização de campanhas de arrecadação de recursos, junto à comunidade, com o objetivo facilitar as ações de assistência à população afetada pelo desastre.

Parágrafo Único. Essas atividades serão coordenadas pela Secretaria do COMDEC.

Art. 4º. – De acordo com o estabelecido nos incisos XI e XXV do artigo 5º da Constituição Federal de 1988, autorizam-se as

autoridades administrativas e os agentes de Defesa Civil, diretamente responsáveis pelas ações de respostas aos desastres, em caso de risco eminente.

I – Adentrar nas casas, a qualquer hora do dia ou da noite, mesmo sem o consentimento do morador, para prestar socorro ou para determinar a pronta evacuação das mesmas.

II - Usar de propriedade, inclusive particular, em circunstâncias que possam provocar danos ou prejuízos ou comprometer a segurança de pessoas, instalações, serviços e outros bens públicos ou particulares, assegurando-se ao proprietário indenização ulterior, caso o uso da propriedade provoque danos à mesma.

Parágrafo Único. Será responsabilizado o agente de Defesa Civil ou a autoridade administrativa que se omitir de suas obrigações, relacionadas com a segurança global da população.

Art. 5º. – De acordo com o estabelecido no artigo 5º do Decreto-Lei Nº 3.365, de 21 de Junho de 1941, autoriza-se, caso necessário for, que se de início a processo de desapropriação, por utilidade pública, de propriedades particulares comprovadamente localizadas em áreas de risco intensificado de desastres.

Art. 6º. – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, devendo vigor por um prazo de 90 (noventa) dias, podendo ser prorrogado por igual prazo, conforme a necessidade.

Presidente Nereu, 23 de outubro de 2015.

ANTONIO FRANCISCO COMANDOLI

Prefeito Municipal

DECRETO 81/2015

DECRETO Nº. 81/2015, DE 23 DE OUTUBRO DE 2015.

SUSPENDE TEMPORARIAMENTE O SERVIÇO MUNICIPAL DE TRANSPORTE ESCOLAR E AS AULAS NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS COMO ESPECIFICA.

ANTONIO FRANCISCO COMANDOLI, Prefeito do Município de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas e,

CONSIDERANDO:

- A situação anormal provocada por desastre e caracterizada como SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA decretada através do Decreto 80/2015, de 23 de outubro de 2015;

- As condições precárias de trafegabilidade nas estradas municipais causadas pelas fortes chuvas dos últimos dias;

- a necessidade de preservar a integridade física de alunos e funcionários municipais;

DECRETA

Art. 1º – Fica temporariamente suspenso o serviço Municipal de Transporte escolar.

Art. 2º - Ficam temporariamente suspensas as aulas na Rede Municipal de Ensino.

Art. 3º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Presidente Nereu, 23 de outubro de 2015.
ANTONIO FRANCISCO COMANDOLI
Prefeito Municipal

DECRETO 82/2015

DECRETO Nº. 082, DE 23 DE OUTUBRO DE 2015.

DECLARA PONTO FACULTATIVO, COMO ESPECIFICA.

ANTONIO FRANCISCO COMANDOLI, Prefeito Municipal de Presidente Nereu – SC, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas, baixa o seguinte:

DECRETO

Art.1º - Fica declarado PONTO FACULTATIVO, em todas as Repartições Públicas Municipais, a data de 30 de outubro de 2015, em virtude da comemoração ao Dia do Funcionário Público Municipal – 28/10.

Art.2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua Publicação.

Presidente Nereu, 23 de Outubro de 2015.
ANTONIO FRANCISCO COMANDOLI
Prefeito Municipal

DECRETO 83/2015

DECRETO Nº. 083, DE 26 DE OUTUBRO DE 2015.

ALETRA DECRETO Nº 132/2014 QUE REDEFINE CRITÉRIOS PARA CONCESSÃO DE GRATIFICAÇÃO ESPECIAL COMO ESPECIFICA.

ANTÔNIO FRANCISCO COMANDOLI, Prefeito Municipal de Presidente Nereu – SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas e de acordo com artigo 108, § 1º, da Lei Complementar 001/2002 de 18/12/2002 e suas alterações posteriores,

DECRETA

Art. 1º - Fica estabelecida Gratificação Especial aos servidores ocupantes dos cargos de Operador de Equipamentos e Motorista.

§ 1º - Para fazer jus a Gratificação Especial especificada no caput deste Decreto os funcionários do cargo de Motorista deverão:

- I – Estarem designados para o Transporte Escolar Municipal;
- II – Estarem alocados na Secretária de Saúde efetuando transporte de pacientes a outros centros hospitalares e prontos socorros diversos;
- III - Estarem designados à dirigirem caminhão basculante com capacidade acima de 12.000 KG;

§ 2º - (Revogado)

Art. 2º - O valor da gratificação de que trata o “caput” deste artigo é relativa ao NÍVEL VI, REFERÊNCIA 1 – Tabela Única de Vencimentos, da Lei Complementar Nº. 11/2011 atualizada anualmente.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua Publicação.

Presidente Nereu, 26 de Outubro de 2015.
ANTÔNIO FRANCISCO COMANDOLI
Prefeito Municipal

DECRETO 77/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU - SC

CNPJ 83.102.699/0001-28
Praça Leão Dehon, 50 - Centro - CEP 89184-000 - PRESIDENTE NEREU - SC
Fone: 0** 47 3362-1108 - Fax: 0** 47 3362-1108

- e-mail: prefeitura@presidentenereu.sc.gov.br
Numero Lei: 1452
Ano lei : 2014

Data Lei: 03/12/2014

DECRETO Nº 77, de 20 de outubro de 2015
Dispõe sobre a abertura de Crédito Suplementar

O PREFEITO MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU , SANTA CATARINA

no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica, e de acordo com a Lei Municipal 1452, de 03 de

dezembro de 2014.

DECRETA:

Art. 1º É aberto, ao orçamento do exercício de 2015, em favor das Unidades Orçamentárias a seguir relacionadas, créditos adicionais Suplementar no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), observadas as

seguintes classificações funcionais programáticas.

Unidade Orçamentária Dotação Valor

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE 10.001.0010.0301.1601.2022.3390
0000000000.01380800 5.000,00

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1º decorrerão de anulação, no mesmo

valor do crédito adicional suplementar, das seguintes dotações orçamentárias. Excesso de Arrecadação :
R\$5.000,00 (cinco mil reais)

Unidade Orçamentária Dotação Valor

Excesso de Arrecadação 00.000.0000.0000.0000.0000000000
00000.01380800 5.000,00

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

PRESIDENTE NEREU - SANTA CATARINA, 20 de outubro de 2015
ANTONIO F. COMANDOLI ALINE L. TILLMANN
Prefeito Municipal Contadora

DECRETO 78/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU - SC

CNPJ 83.102.699/0001-28

Praça Leão Dehon, 50 - Centro - CEP 89184-000 - PRESIDENTE NEREU - SC

Fone: 0** 47 3362-1108 - Fax: 0** 47 3362-1108

- e-mail: prefeitura@presidentenereu.sc.gov.br

Numero Lei: 1452

Ano lei : 2014

Data Lei: 03/12/2014

DECRETO Nº 78, de 20 de outubro de 2015

Dispõe sobre a abertura de Crédito Suplementar

O PREFEITO MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU , SANTA CATARINA

no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica, e de acordo com a Lei Municipal 1452, de 03 de

dezembro de 2014.

DECRETA:

Art. 1º É aberto, ao orçamento do exercício de 2015, em favor das Unidades Orçamentárias a seguir relacionadas, créditos adicionais Suplementar no valor de R\$ 1.000,00 (hum mil reais), observadas as

seguintes classificações funcionais programáticas.

Unidade Orçamentária Dotação Valor

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE 10.001.0010.0301.1601.2022.3390
0000000000.01380700 1.000,00

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1º decorrerão de anulação, no mesmo

valor do crédito adicional suplementar, das seguintes dotações orçamentárias. Excesso de Arrecadação :
R\$1.000,00 (hum mil reais)

Unidade Orçamentária Dotação Valor

Excesso de Arrecadação 00.000.0000.0000.0000.0000.000000000
00000.01380700 1.000,00

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

PRESIDENTE NEREU - SANTA CATARINA, 20 de outubro de 2015

ANTONIO F. COMANDOLI

ALINE L. TILLMANN

Prefeito Municipal

Contadora

DECRETO 79/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU - SC

CNPJ 83.102.699/0001-28

Praça Leão Dehon, 50 - Centro - CEP 89184-000 - PRESIDENTE NEREU - SC

Fone: 0** 47 3362-1108 - Fax: 0** 47 3362-1108

- e-mail: prefeitura@presidentenereu.sc.gov.br

Numero Lei: 1452

Ano lei : 2014

Data Lei: 03/12/2014

DECRETO Nº 79, de 20 de outubro de 2015

Dispõe sobre a abertura de Crédito Suplementar

O PREFEITO MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU , SANTA CATARINA

no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica, e de acordo com a Lei Municipal 1452, de 03 de

dezembro de 2014.

DECRETA:

Art. 1º É aberto, ao orçamento do exercício de 2015, em favor das Unidades Orçamentárias a seguir relacionadas, créditos adicionais Suplementar no valor de R\$ 11.480,00 (onze mil e quatrocentos e oitenta

reais), observadas as seguintes classificações funcionais programáticas.

Unidade Orçamentária Dotação Valor

DEPTO DE GABINETE E SECRETARIA GERA 02.001.0004.0122.120
1.2002.33900000000000.01000000 9.800,00
DEPTO DE ADMINISTRACAO E FINANÇAS 03.001.0004.0122.1301
.2003.33930000000000.01000000 1.680,00

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1º decorrerão de anulação, no mesmo

valor do crédito adicional suplementar, das seguintes dotações orçamentárias. Excesso de Arrecadação :
R\$40.000,00 (quarenta mil reais)

Unidade Orçamentária Dotação Valor

DEPTO DE GABINETE E SECRETARIA GERA 02.001.0004.0122.120
1.2002.44900000000000.01000000 9.800,00
DEPTO DE ADMINISTRACAO E FINANÇAS 03.001.0004.0122.1301
.2003.31900000000000.01000000 1.680,00

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

PRESIDENTE NEREU - SANTA CATARINA, 20 de outubro de 2015

ANTONIO F. COMANDOLI

ALINE L. TILLMANN

Prefeito Municipal

Contadora

Rio do Sul

PREFEITURA

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 354/2015

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 354/2015

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário Municipal de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) TIAGO REIF, portador(a) do CPF nº 063.108.499-13, na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua Rodolfo Reblin, nº 155– Bairro Canoas - Rio do Sul - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso V, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Agente Administrativo, com jornada de 40 horas semanais, a serem desenvolvidas no(a) Centro Educacional Guilherme Butzke, em virtude de vaga não ocupada através de Concurso Público.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 1.607,78 (Mil seiscentos e sete reais e setenta e oito centavos) mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais.

Parágrafo único - De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir (quando for o caso), desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 27/10/2015 e encerrando-se em 26/11/2015, podendo ser aditivado, desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores e desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, supletivamente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 26 de outubro de 2015.

GIVANILDO SILVA	TIAGO REIF
Secretário Municipal de Administração	Contratado (a)

DECRETO Nº 4951, DE 19 DE OUTUBRO DE 2015

DECRETO Nº 4951, de 19 de outubro de 2015.

"SUPLEMENTA E ANULA DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL."

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com o artigo 11, da Lei Orçamentária nº 5.535 de 16/12/2014.

DECRETA

Art. 1º – Ficam suplementadas até o limite de R\$ 138.325,00 (cento e trinta e oito mil, trezentos e vinte e cinco reais), as seguintes dotações do orçamento vigente do Município de Rio do Sul:

03.00	GABINETE DO VICE PREFEITO		
03.01	GABINETE DO VICE PREFEITO		
2.007	Manutenção do Gabinete do Vice Prefeito		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.90.00	Aplicações Diretas		
01000000	Recursos Ordinários	R\$	1.300,00
04.00	PROCURADORIA JURÍDICA		

04.01	PROCURADORIA JURÍDICA		
2.008	Manutenção da Procuradoria Jurídica		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.90.00	Aplicações Diretas		
01000000	Recursos Ordinários	R\$	50.000,00
06.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO		
06.01	GABINETE DO SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO		
2.016	Manutenção do Gabinete do Secretário de Administração		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.90.00	Aplicações Diretas		
01000000	Recursos Ordinários	R\$	30.000,00
07.00	SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA		
07.01	GABINETE DO SECRETÁRIO DA FAZENDA		
2.021	Manutenção do Gabinete do Secretário da Fazenda		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.90.00	Aplicações Diretas		
01000000	Recursos Ordinários	R\$	57.025,00
	TOTAL	R\$	138.325,00

Art. 2º - Em contrapartida as suplementações constantes do artigo primeiro, ficam anuladas na mesma importância parcial de R\$ 138.325,00 (cento e trinta e oito mil, trezentos e vinte e cinco reais), as seguintes dotações do orçamento vigente do Município de Rio do Sul:

03.00	GABINETE DO VICE PREFEITO		
03.01	GABINETE DO VICE PREFEITO		
2.007	Manutenção do Gabinete do Vice Prefeito		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais		
3.1.90.00	Aplicações Diretas		
01000000	Recursos Ordinários	R\$	1.300,00
04.00	PROCURADORIA JURÍDICA		
04.01	PROCURADORIA JURÍDICA		
2.008	Manutenção da Procuradoria Jurídica		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais		
3.1.90.00	Aplicações Diretas		
01000000	Recursos Ordinários	R\$	50.000,00
06.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO		
06.01	GABINETE DO SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO		
2.016	Manutenção do Gabinete do Secretário de Administração		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais		
3.1.90.00	Aplicações Diretas		
01000000	Recursos Ordinários	R\$	30.000,00
07.00	SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA		
07.01	GABINETE DO SECRETÁRIO DA FAZENDA		
2.021	Manutenção do Gabinete do Secretário da Fazenda		
4.0.00.00	Despesas de Capital		
4.4.00.00	Investimentos		
4.4.90.00	Aplicações Diretas		
01000000	Recursos Ordinários	R\$	57.025,00
	TOTAL	R\$	138.325,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

19 de outubro de 2015.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

Prefeito do Município de Rio do Sul

DECRETO Nº 4952, DE 19 DE OUTUBRO DE 2015.

DECRETO Nº 4952, de 19 de outubro de 2015.

“SUPLEMENTA E ANULA DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL.”

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com o artigo 11 da Lei Orçamentária nº 5.535 de 16/12/14.

DECRETA

Art. 1º – Fica suplementada até o limite de R\$ 62.761,90 (sessenta e dois mil, setecentos e sessenta e um reais e noventa centavos), a seguinte dotação do orçamento vigente do Município de Rio do Sul:

08.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
08.02	DEPARTAMENTO PEDAGÓGICO DE ENSINO		
1.113	Construção e Ampliação de Centros de Educação		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.3.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		
3.3.90.00	Aplicações Diretas		
03360000	Sup. Rec. Salario Educação	R\$	62.761,90
	TOTAL	R\$	62.761,90

Art. 2º - Em contrapartida a suplementação constante do artigo primeiro, fica anulada na mesma importância parcial de R\$ 62.761,90 (sessenta e dois mil, setecentos e sessenta e um reais e noventa centavos), a seguinte dotação do orçamento vigente do Município de Rio do Sul:

08.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
08.02	DEPARTAMENTO PEDAGÓGICO DE ENSINO		
1.113	Construção e Ampliação de Centros de Educação		
4.0.00.00	Despesas de Capital		
4.4.00.00	Investimento		
4.4.90.00	Aplicações Diretas		
03360000	Sup. Rec. Salario Educação	R\$	62.761,90
	TOTAL	R\$	62.761,90

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

19 de outubro de 2015.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

DECRETO Nº 4956, DE 20 DE OUTUBRO DE 2015.

DECRETO Nº 4956, de 20 de outubro de 2015.

“ACRESCENTA O § 1º E O § 2º AO ART. 1º DO DECRETO Nº 4.912, DE 24 DE SETEMBRO DE 2015, QUE FIXA PONTO FACULTATIVO NAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS MUNICIPAIS”.

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais previstas na alínea “a”, inciso VIII, artigo 37 da Lei Orgânica do Município de Rio do Sul e no § 2º, artigo 50 da Lei Complementar nº 207, de 28 de setembro de 2010,

DECRETA:

Art. 1º- Acrescenta o § 1º e o § 2º ao art. 1º do Decreto nº 4.912, de 24 de setembro de 2015, com a seguinte redação:

Art 1º – (...)

§ 1º – As Unidades Escolares vinculadas à Secretaria Municipal de Educação funcionarão no horário normal de trabalho, respeitando-se as datas previstas no calendário escolar e os 200 (duzentos) dias letivos

§ 2º – A Secretaria Municipal de Educação atenderá em regime de plantão organizado em escala de serviço dos servidores, de forma que não haja prejuízo ao atendimento e prestação de serviços para atendimento às Unidades Escolares.

Art. 2º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º- Revogam-se as disposições em contrário. GABINETE DO PREFEITO.

20 de outubro de 2015.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

Prefeito do Município de Rio do Sul

DECRETO Nº 4959, DE 26 DE OUTUBRO DE 2015.

DECRETO Nº 4959, de 26 de outubro de 2015.

“REVOGA O DECRETO Nº 4899, DE 09 DE SETEMBRO DE 2015, QUE DISPÕE SOBRE O PONTO FACULTATIVO NAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS MUNICIPAIS”.

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais previstas na alínea “a”, inciso VIII, artigo 37 da Lei Orgânica do Município de Rio do Sul e no § 2º, artigo 50 da Lei Complementar nº 207, de 28 de setembro de 2010,

DECRETA:

Art. 1º-	Fica revogado o Ponto Facultativo dia 30 de outubro de 2015, sexta-feira, referente ao Dia do Servidor Público, comemorado dia 28 de outubro, quarta-feira.
Art. 2º-	Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º-	Revogam-se as disposições em contrário. Em especial o DECRETO Nº 4899, de 09 de setembro de 2015.

GABINETE DO PREFEITO

26 de outubro de 2015.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

EDITAL DE MATRÍCULA 01/15 SME

ORIENTAÇÕES PARA A MATRÍCULA – ANO LETIVO 2016
NAS UNIDADES EDUCACIONAIS DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL

EDITAL DE MATRÍCULA 01/15

Fixa datas e estabelece orientações e critérios para a matrícula e rematrícula da Rede Pública Municipal de Ensino de Rio do Sul, para o ano letivo de 2016.

A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, torna público as normas e os procedimentos destinados à matrícula nos Centros Educacionais, Escolas Modelo em Tempo Integral e Centros de Educação Infantil no município de Rio do Sul, para o ano letivo de 2016, na Rede Pública Municipal de Ensino, considerando:

- a garantia da renovação de matrícula dos alunos que já frequentam os Centros Educacionais, Escolas Modelo em Tempo Integral e Centros de Educação Infantil vinculados à Secretaria Municipal de Educação;

- a efetuação da matrícula de novos alunos não atendidos pelos Centros Educacionais, Escolas Modelo e Centros de Educação Infantil, cumprindo-se o que dispõe este Edital;

- a realização, sempre que houver vaga, de matrícula de alunos transferidos de instituição vinculada à Rede Pública Municipal de Ensino de Rio do Sul;

- a organização, de acordo com a distribuição de vagas disponíveis, de novas matrículas nos Centros Educacionais, Escolas Modelo em Tempo Integral e Centros de Educação Infantil, obedecendo aos critérios deste Edital;

- a legislação e as normas federais, estaduais e municipais da Educação Básica, em especial o inciso I, do art. 1º da Lei nº 12.796, de 4 de abril de 2013 e orientações do Ministério da Educação, que trata da obrigatoriedade da educação básica a todos com idade entre 4 (quatro) e 17 (dezesete) anos, a partir de 2016;

- as diretrizes para a oferta de diferentes currículos na Educação Básica.

1 DAS ORIENTAÇÕES GERAIS

1.1 A renovação de matrícula para os alunos da Rede Pública Municipal de Ensino será validada mediante a presença dos pais e/ou responsáveis, na Unidade Educacional em que o educando já se encontra matriculado, sob orientações dos critérios estabelecidos por este Edital.

1.2 A transição da criança da Educação Infantil para o primeiro ano do Ensino Fundamental será garantida no período de renovação de matrícula.

1.3 As matrículas novas do Ensino Fundamental e da Educação Infantil serão feitas mediante a presença dos pais e/ou responsáveis na Unidade Educacional, sendo preferencialmente próxima da residência do aluno ou do trabalho dos pais.

1.4 A matrícula não poderá ser vinculada à exigência de qualquer tipo de taxa de matrícula e/ou contribuição financeira.

1.5 A divulgação da matrícula será realizada pela Secretaria Municipal de Educação através de mídia local e pelas próprias Unidades Educacionais.

1.6 O horário de atendimento para a realização da matrícula e re-matrícula está diretamente vinculado ao horário de funcionamento e/ou outras formas de organização da Unidade Educacional.

2 DO CRONOGRAMA DE RENOVAÇÃO DE MATRÍCULA DE ALUNOS DAS UNIDADES EDUCACIONAIS

2.1 Período de 02 a 20 de novembro de 2015, para as rematrículas.

2.2 Período de 23 a 27 de novembro de 2015, para organização de alunos nas turmas da Educação Infantil, Escolas Modelo em Tempo Integral e Ensino Fundamental.

3 DO CRONOGRAMA DE MATRÍCULA DE ALUNOS NOVOS

3.1 Primeiro período: de 16 a 27 de novembro de 2015.

3.2 Segundo período: de 05 a 11 de fevereiro de 2016.

4 DA OBRIGATORIEDADE DE INGRESSO AOS ALUNOS DE 4 E 5 ANOS A PARTIR DE 2016

4.1 Nos termos do inciso I, do art. 1º da Lei nº 12.796, de 4 de abril de 2013 e orientações do Ministério da Educação, a educação básica é obrigatória a todos com idade entre 4 (quatro) e 17 (dezesete) anos, a partir de 2016.

4.2 É obrigatória a matrícula na Educação Infantil de crianças que completam 4 (quatro) anos até o dia 31 de março do ano em que ocorrer a matrícula, sendo, assim, pré-requisito para a matrícula no Ensino Fundamental.

4.3 A obrigatoriedade de que trata os dispositivos 4.1 e 4.2 deste Edital, sujeita os estudantes regularmente matriculados a partir dos 4 (quatro) anos de idade a todas as normas e regimentos da instituição de ensino regularmente matriculado, nos termos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

5 DOS REQUISITOS PARA INGRESSO NOS NÍVEIS DE ENSINO

5.1 DA EDUCAÇÃO INFANTIL

5.1.1 As vagas existentes para as novas matrículas na Educação Infantil serão preenchidas prioritariamente considerando a lista de espera de cada Unidade, conforme os itens do dispositivo 6.1 deste Edital.

5.1.2 O atendimento será em período integral e será realizado a partir dos 4 (quatro) ou 6 (seis) meses de vida do bebê, respeitando, assim, o período de licença-maternidade, aleitamento materno e vacinas.

5.1.3 Para efetivação de matrículas novas, são necessários os seguintes documentos:

- Cópia da certidão de nascimento da criança;
- Cópia da carteira de identidade da criança, se houver;
- Cópia do CPF dos pais e/ou responsáveis;
- Cópia da carteira do SUS e do cartão nacional do SUS, se houver;
- Cópia do cartão do Bolsa Família, se for beneficiário;
- Cópia de comprovante de residência;
- Cópia da carteira de vacinação da criança, devidamente atualizada.
- Laudo médico da criança, quando necessário;
- Se trabalhador formal, os três últimos recibos de pagamento, e para trabalhador informal, declaração.

5.1.4 O critério para composição de turma é estabelecido conforme Resolução nº 09/2000 do Conselho Municipal de Educação deste município, sendo o qual:

Creche (Berçário) – Crianças até 2 (dois) anos
Creche (Maternal I) – Crianças de 2 (dois) a 3 (três) anos
Creche (Maternal II) – Crianças acima de 3 (três) anos
Pré-Escola (Jardim) – Crianças de 4 (quatro) a 6 (seis) anos

5.1.5 De acordo com a Resolução nº 07/2010/CNE/CEB, a criança que completar 6 (seis) anos após 31 de março de 2016, permanecerá na Educação Infantil.

5.2 DO ENSINO FUNDAMENTAL

5.2.1 A Rede Pública Municipal de Ensino deverá matricular toda criança a partir de 6 (seis) anos de idade, a completar até a data de 31 de março, nas turmas do primeiro ano do Ensino Fundamental, conforme Resolução nº 01/2010/CNE/CEB.

5.2.2 Os critérios para composição de turmas serão:

- Na distribuição de alunos por turma deve-se seguir o que consta na Lei Complementar nº 170/1998, art. 67, incisos VI e art. 82, inciso VII, alíneas a, b, e c, e o Parecer Técnico nº 27/2013/CIP/GAM, do Ministério Público de Santa Catarina:

1º, 2º e 3º ano: de 25 (vinte e cinco) a 30 (trinta) alunos por turma
4º e 5º ano: de 30 (trinta) a 35 (trinta e cinco) alunos por turma
6º a 9º ano: máximo de 35 (trinta e cinco) alunos por turma

- Considerar o zoneamento, garantindo a Unidade mais próxima

da residência do aluno ou do trabalho dos pais, seja estadual ou municipal, para oferta de matrícula.

c) Quanto à metragem da sala de aula, seguir-se-á o Parecer Técnico nº 27/2013/CIP/GAM, oficializado pelo Ministério Público de Santa Catarina, que está de acordo com a legislação vigente, sendo:

Sala com 48 m²: 30 alunos
Sala com 56 m²: 35 alunos

d) Observar o número máximo de alunos constante na Lei nº 9.394/96, no art. 82.

e) Nos casos em que houver turma única e lista de espera, seguir-se-á o que dispõe o item 6.2 deste Edital.

5.2.3 Para efetivação de matrículas novas serão necessários os seguintes documentos:

- Cópia da certidão de nascimento e/ou carteira de identidade;
- Cópia da carteira de vacinação, devidamente atualizada;
- Cópia do CPF dos pais e/ou responsáveis;
- Cópia do comprovante de residência e/ou local de trabalho dos pais;
- Cópia do cartão do Bolsa Família, se for beneficiário;
- Cópia da carteira do SUS e do cartão nacional do SUS, se a criança possuir;
- Laudo médico do aluno, quando necessário;
- Atestado de vaga e histórico escolar, no caso de aluno transferido.

5.2.4 Nas Escolas Modelo em Tempo Integral, será previsto semanalmente um período de formação para os profissionais da educação, não havendo atividades pedagógicas com os alunos.

5.2.5 É permitido à Secretaria Municipal de Educação, em caso de necessidade, devido à redução de turmas, e desde que previamente justificável pela mesma e comunicada aos pais pela direção, a reenturmação e absorção de turmas no corrente ano letivo de 2016, inclusive com a alteração de turno de atendimento.

5.2.6 Cabe à direção dar ciência da possibilidade de que trata o dispositivo 5.2.5 aos pais no ato da matrícula e através de disposição na ficha de matrícula, ou em documento anexo, contendo a assinatura dos pais e/ou responsáveis.

6 DA LISTA DE ESPERA

6.1 DA EDUCAÇÃO INFANTIL

6.1.1 Esgotando-se o número de vagas por turma em cada Unidade Educacional, os pais ou responsáveis poderão incluir o nome da criança na lista de espera.

6.1.2 Poderão se inscrever na lista de espera, crianças a partir da data de nascimento, mediante comprovação por meio de certidão de nascimento e comprovante de residência, respeitando os itens 5.1.1 e 5.1.2 deste Edital.

6.1.3 Gestantes não poderão deixar previamente o nome na lista de espera.

6.1.4 Somente serão aceitos os nomes de crianças mediante comprovação de que os pais e/ou responsáveis sejam moradores do município de Rio do Sul.

6.1.5 Nos casos de transferência para outra Unidade Educacional,

os pais e/ou responsáveis deverão solicitar o Atestado de Vaga na unidade de seu interesse e, se não houver vaga, a criança permanecerá com o nome em lista de espera.

6.1.6 A transferência, conforme Normativa desta Secretaria, será concedida mediante comprovação de mudança de endereço residencial, condicionada à existência de vaga, sendo que, na ausência de vaga imediata, terá prioridade na lista de espera.

6.1.7 As vagas pleiteadas pelo Conselho Tutelar serão atendidas conforme disponibilidade de oferta na Unidade Educacional mais próxima da residência dos pais e/ou responsáveis da criança. Caso não haja possibilidade de atendimento na Unidade pleiteada ou nas demais, o nome da criança permanecerá em lista de espera.

6.1.8 A lista de espera terá validade anual, sendo de compromisso dos pais e/ou responsáveis a renovação do pedido.

6.1.9 É de exclusiva responsabilidade da família e/ou responsável atualizar os dados cadastrais da criança, sempre que houver necessidade, tais como endereço, telefone, local de trabalho dos responsáveis e demais informações relevantes e por meio das quais seja possível entrar em contato com estes.

6.2 DO ENSINO FUNDAMENTAL

6.2.1 Para a abertura de novas turmas, respeitar-se-á um número mínimo de 15 (quinze) alunos na lista de espera.

6.2.2 Nos casos em que dispõe o item 6.2.1, articular-se-á com escolas públicas próximas, tanto da rede estadual quanto da rede municipal, oferecendo a turma em apenas uma das escolas. Não sendo possível agrupar os alunos de diferentes escolas, solicitar à Secretaria Municipal de Educação, mediante justificativa, a autorização para a implantação de turma.

7 DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

7.1 As matrículas novas da Educação Infantil para crianças até 3 (três) anos de idade serão priorizadas preferencialmente aos pais trabalhadores.

7.2 As crianças com 2 (dois) anos e 6 (seis) meses completos frequentando, em 2015, o CEI Favo de Mel I, terão vagas asseguradas para o ano letivo de 2016, no CEI Favo de Mel II e CE Sebastião Back e as crianças do CEI Adelaide Ledra para o CE Sebastião Back.

7.3 A Secretaria Municipal de Educação prevê o fechamento das Unidades de Educação Infantil no período correspondente ao Natal e Ano Novo, de 23 de dezembro de 2015 a 03 de janeiro de 2015.

7.4 A partir de 04 de janeiro de 2016 a 10 de fevereiro de 2016, o atendimento da Educação Infantil será por meio de demanda reduzida, com a oferta de polos previamente divulgados pela Secretaria Municipal de Educação.

7.5 O atendimento da demanda de que trata o dispositivo 7.4 deste Edital será tão somente às crianças matriculadas no ano letivo de 2015.

7.6 As informações constantes nas declarações das famílias e/ou responsáveis no ato da matrícula serão de inteira responsabilidade dos signatários e, caso sejam inverídicas, os mesmos responderão em conformidade com a legislação vigente.

7.7 Os casos omissos por este Edital serão resolvidos por uma comissão multiprofissional da Secretaria Municipal de Educação.

7.8 Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

7.9 Revogam-se as disposições em contrário.

Rio do Sul, 26 de outubro de 2015.
Regina Garcia Ferreira
Secretária Municipal de Educação

LEI 5.644

LEI Nº 5.644, de 21 de outubro de 2015.

"AUTORIZA A CESSÃO DE VEÍCULO DO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL AO AUTOMÓVEL CLUBE DE LONTRAS, PARA REALIZAÇÃO DA ETAPA DO CAMPEONATO CATARINENSE DE AUTOMOBILISMO".

O Prefeito de Rio do Sul faz saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara de Vereadores decretou e eu sanciono a seguinte Lei;

Art. 1º-	Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a ceder veículo ambulância com motorista e enfermeiro, para oferecer plantão na 10ª Etapa do Campeonato Catarinense de Automobilismo e a 5ª Etapa do Turismo Clássico Catarinense (TCC), a realizar-se nos dias 07 e 08 de novembro do corrente ano, no Autódromo do Paraíso Clube Campestre no município de Lontras/SC.
	Parágrafo único - O veículo mencionado no caput do artigo trata-se de veículo ambulância da marca Fiat Ducato MC TCA AMB, placas MJX 4431, ano 2011/2012, número de frota 362, com motorista e enfermeiro.
Art. 2º-	O empréstimo autorizado pela presente Lei, não gerará nenhum tipo de ônus ao município de Rio do Sul, ficando toda a responsabilidade de pagamento por eventuais danos ao veículo, do combustível utilizado, e as horas de serviço do profissional, a cargo da entidade solicitante.
Art. 3º-	Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 4º-	Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO
21 de outubro de 2015
GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO
Prefeito de Rio do Sul

LEI 5.645

LEI Nº 5.645, de 21 de outubro de 2015.

"AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A PROMOVER CESSÃO DE USO DE BEM MÓVEL AO MUNICÍPIO DE LAURENTINO".

O Prefeito de Rio do Sul faz saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara de Vereadores decretou e eu sanciono a seguinte Lei;

Art. 1º-	Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a promover cessão de uso de bem móvel, ao Município de Laurentino, conforme as seguintes especificações: - 01 (um) caminhão Ford/Cargo 2628 E, placas MHQ 8841, ano 2010/2010, cor branca, com motorista e operador.
	Parágrafo único - A presente cessão de uso tem como objetivo auxiliar o Município de Laurentino, devido as fortes chuvas ocorridas no início do mês de outubro, ocasionando prejuízos ao patrimônio público municipal e aos cidadãos locais.

Art. 2º-	O empréstimo autorizado pela presente Lei, não gerará nenhum tipo de ônus ao Município de Rio do Sul, ficando toda a responsabilidade por eventuais danos ao equipamento, traslado dos servidores, combustível utilizado, e as horas de serviço dos profissionais, por conta do Município tomador do empréstimo, conforme estipulado no Termo de Cessão de Uso, cuja minuta é parte integrante da presente Lei.
Art. 3º-	Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 4º-	Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO

21 de outubro de 2015

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito de Rio do Sul

TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 008/2015.**TERMO DE CESSÃO DE USO QUE CELEBRAM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE RIO DO SUL E O MUNICÍPIO DE LAURENTINO.**

O MUNICÍPIO DE RIO DO SUL, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.574/0001-06, situado na Praça 25 de Julho, nº 01 - Centro, em Rio do Sul - SC., neste ato representado pelo seu Prefeito, Exmo. Sr. GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO, doravante denominado CEDENTE, e de outro lado, o MUNICÍPIO DE LAURENTINO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.657/0001-97, situado na Rua XV de Novembro, nº 408 - Centro, em Laurentino - SC., neste ato representado pelo seu Prefeito, Exmo. Sr. Valdemiro Avi, doravante denominado CESSIONÁRIO, com fulcro na Lei nº X.XXX, de XX de outubro de 2015, e na Lei Orgânica do Município de Rio do Sul, celebram o presente Termo de Convênio, que reger-se-á pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

O objeto do presente Termo de Cessão de Uso é o empréstimo, por 01 (um) dia de serviço, previamente estipulado pela Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, por parte do CEDENTE para o CESSIONÁRIOS, de um caminhão Ford/Cargo 2628 E, placas MHQ 8841, ano 2010/2010, cor branca, com motorista e operador.

CLÁUSULA SEGUNDA: DO FUNDAMENTO LEGAL

O presente Termo de Cessão de Uso, tem como fundamento legal a Lei nº X.XXX, de XX de outubro de 2015, aprovada pela Egrégia Câmara de Vereadores do Município de Rio do Sul.

CLÁUSULA TERCEIRA: DAS RESPONSABILIDADES

O CESSIONÁRIO pelo presente Termo de Cessão de Uso e na conformidade da Lei autorizativa já mencionada assume toda a responsabilidade relativa a eventuais danos ao veículo, quando este estiver a seu serviço, aos operadores bem como a terceiros, isentando o ora CEDENTE de quaisquer ônus.

CLÁUSULA QUARTA: DO CUSTEIO DA CESSÃO

O CESSIONÁRIO compromete-se a custear todos os gastos pela utilização do bem em questão, tais como combustível, manutenção e horas de serviço do profissional.

CLÁUSULA QUINTA - DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul - SC., para dirimir quaisquer controvérsias oriundas do presente Termo de Cessão de

Uso.

E, por estarem justos e acordados, assinam as partes e as testemunhas, o presente Termo de Cessão de Uso.

Rio do Sul (SC), 21 de outubro de 2015.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO Prefeito do Município de Rio do Sul	VALDEMIRO AVI Prefeito do Município de Laurentino
---	--

Testemunhas:

Daniel Juppa da Silva CPF: 054.890.789-79	Frederico Machado Heissler CPF: 035.329.749-67
--	---

LEI 5.646

LEI Nº 5.646, de 21 de outubro de 2015.

"AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A PROMOVER CESSÃO DE USO DE BEM MÓVEL AO MUNICÍPIO DE AGRONÔMICA".

O Prefeito de Rio do Sul faz saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara de Vereadores decretou e eu sanciono a seguinte Lei;

Art. 1º-	Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a promover cessão de uso de bem móvel, ao Município de Agronômica, conforme as seguintes especificações: - 01 (um) caminhão Ford/Cargo 2628 E, placas MHQ 8841, ano 2010/2010, cor branca, com motorista e operador.
	Parágrafo único - A presente cessão de uso tem como objetivo auxiliar o Município de Agronômica, devido as fortes chuvas ocorridas no início do mês de outubro, ocasionando prejuízos ao patrimônio público municipal e aos cidadãos locais.
Art. 2º-	O empréstimo autorizado pela presente Lei, não gerará nenhum tipo de ônus ao Município de Rio do Sul, ficando toda a responsabilidade por eventuais danos ao equipamento, traslado dos servidores, combustível utilizado, e as horas de serviço dos profissionais, por conta do Município tomador do empréstimo, conforme estipulado no Termo de Cessão de Uso, cuja minuta é parte integrante da presente Lei.
Art. 3º-	Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 4º-	Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO

21 de outubro de 2015

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito de Rio do Sul

TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 009/2015.**TERMO DE CESSÃO DE USO QUE CELEBRAM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE RIO DO SUL E O MUNICÍPIO DE AGRONÔMICA.**

O MUNICÍPIO DE RIO DO SUL, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.574/0001-06, situado na Praça 25 de Julho, nº 01 - Centro, em Rio do Sul - SC., neste ato representado pelo seu Prefeito, Exmo. Sr. GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO, doravante denominado CEDENTE, e de outro lado, o MUNICÍPIO DE AGRONÔMICA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.590/0001-90, situado na Rua Sete de Setembro, nº 215 - Centro, em Agronômica - SC., neste ato representado pelo seu Prefeito, Exmo. Sr. José Ercolino Menegatti,

doravante denominado CESSIONÁRIO, com fulcro na Lei nº 5.646, de 21 de outubro de 2015, e na Lei Orgânica do Município de Rio do Sul, celebram o presente Termo de Convênio, que reger-se-á pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

O objeto do presente Termo de Cessão de Uso é o empréstimo, por 01 (um) dia de serviço, previamente estipulado pela Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, por parte do CEDENTE para o CESSIONÁRIOS, de um caminhão Ford/Cargo 2628 E, placas MHQ 8841, ano 2010/2010, cor branca, com motorista e operador.

CLÁUSULA SEGUNDA: DO FUNDAMENTO LEGAL

O presente Termo de Cessão de Uso, tem como fundamento legal a Lei nº 5.646, de 21 de outubro de 2015, aprovada pela Egrégia Câmara de Vereadores do Município de Rio do Sul.

CLÁUSULA TERCEIRA: DAS RESPONSABILIDADES

O CESSIONÁRIO pelo presente Termo de Cessão de Uso e na conformidade da Lei autorizativa já mencionada assume toda a responsabilidade relativa a eventuais danos ao veículo, quando este estiver a seu serviço, aos operadores bem como a terceiros, isentando o ora CEDENTE de quaisquer ônus.

CLÁUSULA QUARTA: DO CUSTEIO DA CESSÃO

O CESSIONÁRIO compromete-se a custear todos os gastos pela utilização do bem em questão, tais como combustível, manutenção e horas de serviço do profissional.

CLÁUSULA QUINTA - DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul - SC., para dirimir quaisquer controvérsias oriundas do presente Termo de Cessão de Uso.

E, por estarem justos e acordados, assinam as partes e as testemunhas, o presente Termo de Cessão de Uso.

Rio do Sul (SC), 21 de outubro de 2015.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO Prefeito do Município de Rio do Sul	JOSÉ ERCOLINO MENEGATTI Prefeito do Município de Agrolândia
---	--

Testemunhas:

Daniel Juppa da Silva CPF: 054.890.789-79	Frederico Machado Heissler CPF: 035.329.749-67
--	---

LEI 5.649

LEI Nº 5.649, de 21 de outubro de 2015.

"INSTITUI O DIA DO LEONISMO MUNICIPAL".

O Prefeito de Rio do Sul faz saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara de Vereadores decretou e eu sanciono a seguinte Lei;

Art. 1º-	Fica instituído o Dia do Leonismo Municipal a ser comemorado no dia 24 de outubro de cada ano.
Art. 2º-	Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º-	Revoga-se a Lei nº 4.011, de 16 de dezembro de 2003.

GABINETE DO PREFEITO

21 de outubro de 2015

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito de Rio do Sul

PORTARIA Nº 0787/RH

PORTARIA N. 0787/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3.085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º Com fundamento ao Art. 48, da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010, conceder a servidora MARIA DE FÁTIMA RIBEIRO DE OLIVEIRA ANDRADE, matrícula n. 185256-3, ocupante do cargo de provimento efetivo Auxiliar de Serviços Gerais Feminino, o primeiro Adicional por Formação Profissional por ter apresentado o Certificado de conclusão do curso de Ensino Médio, no processo n. 155659/2015, e ter obtido homologação do Comitê Permanente de Progressão na Carreira conforme disposto no Art. 50, inciso III, da Lei Complementar citada acima.

Art. 2º O efeito financeiro do adicional será devido a partir de 01 de outubro de 2015, de acordo com o Art. 49 da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 16 de outubro de 2015.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Asfj

PORTARIA Nº 0788/RH

PORTARIA N. 0788/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3.085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º Com fundamento ao Art. 48, da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010, conceder ao servidor LUIZ CARLOS JUNG, matrícula n. 190934-3, ocupante do cargo de provimento efetivo Auxiliar de Serviços Gerais Feminino, o primeiro Adicional por Formação Profissional por ter apresentado o Certificado de conclusão do curso de Ensino Médio, no processo n. 155570/2015, e ter obtido homologação do Comitê Permanente de Progressão na Carreira conforme disposto no Art. 50, inciso III, da Lei Complementar citada acima.

Art. 2º O efeito financeiro do adicional será devido a partir de 01 de outubro de 2015, de acordo com o Art. 49 da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 16 de outubro de 2015.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Asfj

PORTARIA Nº 0789/RH

PORTARIA N. 0789/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3.085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º Com fundamento ao Art. 48, da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010, conceder ao servidor GABRIEL EMERIM ALMEIDA, matrícula n. 255130-1, ocupante do cargo de provimento efetivo Educador Social, o primeiro Adicional por Formação Profissional por ter apresentado o Certificado de conclusão do curso de Direito, no processo n. 155734/2015, e ter obtido homologação do Comitê Permanente de Progressão na Carreira conforme disposto no Art. 50, inciso III, da Lei Complementar citada acima.

Art. 2º O efeito financeiro do adicional será devido a partir de 01 de outubro de 2015, de acordo com o Art. 49 da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 16 de outubro de 2015.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Asfj

PORTARIA Nº 0790/RH

PORTARIA N. 0790/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3.085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º Com fundamento ao Art. 48, da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010, conceder a servidora MAITARA GABRIELA DA LUZ BROERING, matrícula n. 127574-3, ocupante do cargo de provimento efetivo Agente Administrativo, o primeiro Adicional por Formação Profissional por ter apresentado o Certificado de conclusão do curso de Direito, no processo n. 155757/2015, e ter obtido homologação do Comitê Permanente de Progressão na Carreira conforme disposto no Art. 50, inciso III, da Lei Complementar citada acima.

Art. 2º O efeito financeiro do adicional será devido a partir de 01 de outubro de 2015, de acordo com o Art. 49 da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 16 de outubro de 2015.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Asfj

PORTARIA Nº 0791/RH

PORTARIA N. 0791/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3.085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º Com fundamento ao Art. 48, da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010, conceder a servidora SHIRLEY SOARES PETERS, matrícula n. 255424-1, ocupante do cargo de provimento efetivo Enfermeiro, o primeiro Adicional por Formação Profissional por ter apresentado o Certificado de conclusão do curso de Pós Graduação "Lato Sensu" em Terapia Intensiva, no processo n. 155686/2015, e ter obtido homologação do Comitê Permanente de Progressão na Carreira conforme disposto no Art. 50, inciso III, da Lei Complementar citada acima.

Art. 2º O efeito financeiro do adicional será devido a partir de 01 de outubro de 2015, de acordo com o Art. 49 da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 16 de outubro de 2015.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Asfj

PORTARIA Nº 0792/RH

PORTARIA N. 0792/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3.085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º Com fundamento ao Art. 48, da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010, conceder a servidora SHIRLEY SOARES PETERS, matrícula n. 255424-1, ocupante do cargo de provimento efetivo Enfermeiro, o primeiro Adicional por Formação Profissional por ter apresentado o Certificado de conclusão do curso de Pós Graduação "Lato Sensu" em Terapia Intensiva, no processo n. 155686/2015, e ter obtido homologação do Comitê Permanente de Progressão na Carreira conforme disposto no Art. 50, inciso III, da Lei Complementar citada acima.

Art. 2º O efeito financeiro do adicional será devido a partir de 01 de outubro de 2015, de acordo com o Art. 49 da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 16 de outubro de 2015.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Asfj

PORTARIA Nº 0793/RH

PORTARIA N. 0793/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3.085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º Com fundamento ao Art. 48, da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010, conceder a servidora VENERIANA BARDT DE SOUZA, matrícula n. 150266-3, ocupante do cargo de provimento efetivo Assistente Social, o primeiro Adicional por Formação Profissional por ter apresentado o Certificado de conclusão do curso de Pós Graduação "Lato Sensu" em Gestão Social: Políticas Públicas, Redes e Defesa de Direitos, no processo n. 155385/2015,

e ter obtido homologação do Comitê Permanente de Progressão na Carreira conforme disposto no Art. 50, inciso III, da Lei Complementar citada acima.

Art. 2º O efeito financeiro do adicional será devido a partir de 01 de outubro de 2015, de acordo com o Art. 49 da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 16 de outubro de 2015.
GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração
Asfj

PORTARIA Nº 0794/RH

PORTARIA N. 0794/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3.085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º Com fundamento ao Art. 48, da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010, conceder a servidora JANIR SCOTTINI, matrícula n. 196207-2, ocupante do cargo de provimento efetivo Assistente Social, o primeiro Adicional por Formação Profissional por ter apresentado o Certificado de conclusão do curso de Pós Graduação em Gerontologia, no processo n. 155434/2015, e ter obtido homologação do Comitê Permanente de Progressão na Carreira conforme disposto no Art. 50, inciso III, da Lei Complementar citada acima.

Art. 2º O efeito financeiro do adicional será devido a partir de 01 de outubro de 2015, de acordo com o Art. 49 da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 16 de outubro de 2015.
GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração
Asfj

PORTARIA Nº 0795/RH

PORTARIA N. 0795/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3.085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º Com fundamento ao Art. 48, da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010, conceder ao servidor ALEX SANDRO OLIVEIRA DA SILVA, matrícula n. 107506-2, ocupante do cargo de provimento efetivo Enfermeiro, o primeiro Adicional por Formação Profissional por ter apresentado o Certificado de conclusão do curso de Pós Graduação "Lato Sensu" em Gestão dos Serviços na Saúde, no processo n. 155447/2015, e ter obtido homologação do Comitê Permanente de Progressão na Carreira conforme disposto no Art. 50, inciso III, da Lei Complementar citada acima.

Art. 2º O efeito financeiro do adicional será devido a partir de 01 de outubro de 2015, de acordo com o Art. 49 da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 16 de outubro de 2015.
GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração
Asfj

PORTARIA Nº 0797/RH

PORTARIA N. 0797/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3.085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º Com fundamento ao Art. 48, da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010, conceder ao servidor EDEMAR GERMANO DREHER, matrícula n. 260894-1, ocupante do cargo de provimento efetivo Pedreiro, o primeiro Adicional por Formação Profissional por ter apresentado o Certificado de conclusão do curso de Ensino Médio, no processo n. 155827/2015, e ter obtido homologação do Comitê Permanente de Progressão na Carreira conforme disposto no Art. 50, inciso III, da Lei Complementar citada acima.

Art. 2º O efeito financeiro do adicional será devido a partir de 01 de novembro de 2015, de acordo com o Art. 49 da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 19 de outubro de 2015.
GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração
Asfj

PORTARIA Nº 0798/RH

PORTARIA N. 0798/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3.085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art.1º Com fundamento aos Arts. 39 ao 41, da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010, conceder a servidora MARIZE OSSEMER LUNELLI, matrícula n. 105457-1, ocupante do cargo de provimento efetivo Cirurgião Dentista, o segundo Adicional por Capacitação Profissional por ter comprovado no processo n. 154642/2015, a realização de cursos de capacitação/treinamento com carga horária prevista para seu grupo ocupacional e relacionados com a área de atuação e cargo que ocupa, bem como ter obtido homologação do Comitê Permanente de Progressão na Carreira, conforme disposto no Art. 50, inciso III, da Lei Complementar citada acima.

Art. 2º O efeito financeiro do adicional será devido a partir de 01 de agosto de 2015, de acordo com o Art. 46 da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 19 de outubro de 2015.
GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração
Asfj

PORTARIA Nº 0799/RH

PORTARIA N. 0799/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3.085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art.1º Com fundamento aos Arts. 39 ao 41, da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010, conceder ao servidor RUBENS AUGUSTO SCHWARZ MENSILIN, matrícula n. 77194-2, ocupante do cargo de provimento efetivo Fiscal de Tributos, o segundo Adicional por Capacitação Profissional por ter comprovado no processo n. 155142/2015, a realização de cursos de capacitação/treinamento com carga horária prevista para seu grupo ocupacional e relacionados com a área de atuação e cargo que ocupa, bem como ter obtido homologação do Comitê Permanente de Progressão na Carreira, conforme disposto no Art. 50, inciso III, da Lei Complementar citada acima.

Art. 2º O efeito financeiro do adicional será devido a partir de 01 de setembro de 2015, de acordo com o Art. 46 da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 19 de outubro de 2015.
GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração
Asfj

PORTARIA Nº 0801/RH

PORTARIA N. 0801/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3.085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art.1º Com fundamento aos Arts. 39 ao 41, da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010, conceder a servidora EDVIRGES REGINA ROSSET, matrícula n. 101443-1, ocupante do cargo de provimento efetivo Auxiliar Administrativo II, o segundo Adicional por Capacitação Profissional por ter comprovado no processo n. 155220/2015, a realização de cursos de capacitação/treinamento com carga horária prevista para seu grupo ocupacional e relacionados com a área de atuação e cargo que ocupa, bem como ter obtido homologação do Comitê Permanente de Progressão na Carreira, conforme disposto no Art. 50, inciso III, da Lei Complementar citada acima.

Art. 2º O efeito financeiro do adicional será devido a partir de 01 de setembro de 2015, de acordo com o Art. 46 da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 19 de outubro de 2015.
GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração
Asfj

PORTARIA Nº 0802/RH

PORTARIA N. 0802/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3.085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art.1º Com fundamento aos Arts. 39 ao 41, da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010, conceder a servidora LAIANA DA SILVA OSSEMER, matrícula n. 168971-1, ocupante do cargo de provimento efetivo Agente Administrativo, o segundo Adicional por Capacitação Profissional por ter comprovado no processo n. 155328/2015, a realização de cursos de capacitação/treinamento com carga horária prevista para seu grupo ocupacional e relacionados com a área de atuação e cargo que ocupa, bem como ter obtido homologação do Comitê Permanente de Progressão na Carreira, conforme disposto no Art. 50, inciso III, da Lei Complementar citada acima.

Art. 2º O efeito financeiro do adicional será devido a partir de 01 de outubro de 2015, de acordo com o Art. 46 da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 19 de outubro de 2015.
GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração
Asfj

PORTARIA Nº 0803/RH

PORTARIA N. 0803/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3.085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art.1º Com fundamento aos Arts. 39 ao 41, da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010, conceder a servidora MARIA DE FATIMA RIBEIRO DE OLIVEIRA ANDRADE, matrícula n. 185256-3, ocupante do cargo de provimento efetivo Auxiliar de Serviços Gerais Feminino, o primeiro Adicional por Capacitação Profissional por ter comprovado no processo n. 155658/2015, a realização de cursos de capacitação/treinamento com carga horária prevista para seu grupo ocupacional e relacionados com a área de atuação e cargo que ocupa, bem como ter obtido homologação do Comitê Permanente de Progressão na Carreira, conforme disposto no Art. 50, inciso III, da Lei Complementar citada acima.

Art. 2º O efeito financeiro do adicional será devido a partir de 01 de outubro de 2015, de acordo com o Art. 46 da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 19 de outubro de 2015.
GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração
Asfj

PORTARIA Nº 0805/RH

PORTARIA N. 0805/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3.085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art.1º Com fundamento aos Arts. 39 ao 41, da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010, conceder a servidora JULICLEIDE DA SILVA FELETI, matrícula n. 106224-4, ocupante do cargo de provimento efetivo Técnico em Enfermagem, o primeiro Adicional por Capacitação Profissional por ter comprovado no processo n. 155722/2015, a realização de cursos de capacitação/treinamento com carga horária prevista para seu grupo ocupacional e relacionados com a área de atuação e cargo que ocupa, bem como ter obtido homologação do Comitê Permanente de Progressão na Carreira, conforme disposto no Art. 50, inciso III, da Lei Complementar citada acima.

Art. 2º O efeito financeiro do adicional será devido a partir de 01 de outubro de 2015, de acordo com o Art. 46 da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 19 de outubro de 2015.
GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração
Asfj

PORTARIA Nº 0807/RH

PORTARIA N. 0807/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3.085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art.1º Com fundamento aos Arts. 39 ao 41, da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010, conceder a servidora PATRICIA SARDA, matrícula n. 96393-2, ocupante do cargo de provimento efetivo Assistente Social, o terceiro Adicional por Capacitação Profissional por ter comprovado no processo n. 155520/2015, a realização de cursos de capacitação/treinamento com carga horária prevista para seu grupo ocupacional e relacionados com a área de atuação e cargo que ocupa, bem como ter obtido homologação do Comitê Permanente de Progressão na Carreira, conforme disposto no Art. 50, inciso III, da Lei Complementar citada acima.

Art. 2º O efeito financeiro do adicional será devido a partir de 01 de outubro de 2015, de acordo com o Art. 46 da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 19 de outubro de 2015.
GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração
Asfj

PORTARIA Nº 0808/RH

PORTARIA N. 0808/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3.085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art.1º Com fundamento aos Arts. 39 ao 41, da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010, conceder a servidora SHIRLEY SOARES PETERS, matrícula n. 255424-1, ocupante do cargo de provimento efetivo Enfermeiro, o primeiro Adicional por Capacitação Profissional por ter comprovado no processo n. 155685/2015, a realização de cursos de capacitação/treinamento com carga horária prevista para seu grupo ocupacional e relacionados com a área de atuação e cargo que ocupa, bem como ter obtido homologação do Comitê Permanente de Progressão na Carreira, conforme disposto no Art. 50, inciso III, da Lei Complementar citada acima.

Art. 2º O efeito financeiro do adicional será devido a partir de 01 de outubro de 2015, de acordo com o Art. 46 da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 19 de outubro de 2015.
GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração
Asfj

PORTARIA Nº 0809/RH

PORTARIA N. 0809/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3.085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art.1º Com fundamento aos Arts. 39 ao 41, da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010, conceder ao servidor CACILDO JOAO FURLANI, matrícula n. 99392-2, ocupante do cargo de provimento efetivo Motorista de Caminhão, o terceiro Adicional por Capacitação Profissional por ter comprovado no processo n. 155490/2015, a realização de cursos de capacitação/treinamento com carga horária prevista para seu grupo ocupacional e relacionados com a área de atuação e cargo que ocupa, bem como ter obtido homologação do Comitê Permanente de Progressão na Carreira, conforme disposto no Art. 50, inciso III, da Lei Complementar citada acima.

Art. 2º O efeito financeiro do adicional será devido a partir de 01 de outubro de 2015, de acordo com o Art. 46 da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 19 de outubro de 2015.
GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração
Asfj

PORTARIA Nº 0810/RH

PORTARIA N. 0810/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3.085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º Com fundamento aos Arts. 39 ao 41, da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010, conceder a servidora JULITA ANDRADE NEGHERBOM, matrícula n. 100439-1, ocupante do cargo de provimento efetivo Auxiliar de Serviços Gerais Feminino, o segundo Adicional por Capacitação Profissional por ter comprovado no processo n. 155591/2015, a realização de cursos de capacitação/treinamento com carga horária prevista para seu grupo ocupacional e relacionados com a área de atuação e cargo que ocupa, bem como ter obtido homologação do Comitê Permanente de Progressão na Carreira, conforme disposto no Art. 50, inciso III, da Lei Complementar citada acima.

Art. 2º O efeito financeiro do adicional será devido a partir de 01 de outubro de 2015, de acordo com o Art. 46 da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 19 de outubro de 2015.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Asfj

PORTARIA Nº 0811/RH

PORTARIA N. 0811/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3.085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º. Com fundamento aos Arts. 39 ao 41, da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010, conceder aos servidores abaixo relacionados o primeiro Adicional por Capacitação Profissional por terem comprovado a realização de cursos de capacitação/treinamento com carga horária prevista para seu grupo ocupacional e relacionados com a área de atuação e cargo que ocupam, bem como terem obtido homologação do Comitê Permanente de Progressão na Carreira, conforme disposto no Art. 50, inciso III, da Lei Complementar citada acima.

Nome	Matrícula	Cargo	Protocolo
ALEX SANDRO OLIVEIRA DA SILVA	107506-2	ENFERMEIRO	155448/2015
CRISTIANE DIAS DE ALMEIDA	267120-1	TECNICO EM ENFERMAGEM	155449/2015
JANIR SCOTTINI	196207-2	ASSISTENTE SOCIAL	155435/2015
JOAO DA ROCHA	106496-3	PEDREIRO	155771/2015
LUIZ CARLOS JUNG	190934-3	AUX. SERV. GERAIS FEM.	155571/2015
VENERIANA BARDT DE SOUZA	150266-3	ASSISTENTE SOCIAL	155386/2015

Art. 2º. O efeito financeiro do adicional será devido a partir de 01 de outubro de 2015, de acordo com o Art. 46 da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 19 de outubro de 2015.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Asfj

PORTARIA Nº 0812/2015

PORTARIA N. 0812/RH

GARIBALDI ANTONIO AYROSO, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º. Convalidar a Cessão, a partir de 01 de setembro de 2015, do servidor municipal JAILSON LIMA DA SILVA, ocupante do cargo de provimento efetivo de MÉDICO (20h), lotado na Secretaria Municipal de Saúde, para atuar como Diretor Administrativo – Financeiro na Instituição Paraíso Transmissora de Energia S. A., com remuneração a cargo da entidade cessionária, nos termos do Protocolo Nº. 155627/2015 e de acordo com o Art. 148, inciso I, da Lei Complementar Nº. 207 de 28/09/2010.

Art. 2º. A cessão se dará pelo período em que perdurar a designação.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 19 de outubro de 2015.
GARIBALDI ANTONIO AYROSO
Prefeito Municipal

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração
Vf

PORTARIA Nº 0813/RH

PORTARIA N. 0813/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3.085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art.1º Com fundamento aos Arts. 39 ao 41, da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010, conceder ao servidor JOSE MARCONSINI, matrícula n. 100749-1, ocupante do cargo de provimento efetivo Motorista de Veículo Leve, o segundo Adicional por Capacitação Profissional por ter comprovado no processo n. 155387/2015, a realização de cursos de capacitação/treinamento com carga horária prevista para seu grupo ocupacional e relacionados com a área de atuação e cargo que ocupa, bem como ter obtido homologação do Comitê Permanente de Progressão na Carreira, conforme disposto no Art. 50, inciso III, da Lei Complementar citada acima.

Art. 2º O efeito financeiro do adicional será devido a partir de 01 de outubro de 2015, de acordo com o Art. 46 da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 19 de outubro de 2015.
GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração
Asfj

PORTARIA Nº 0814/RH

PORTARIA N. 0814/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3.085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art.1º Com fundamento aos Arts. 39 ao 41, da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010, conceder ao servidor JEAN DE JESUS, matrícula n. 100676-1, ocupante do cargo de provimento efetivo Motorista de Veículo Leve, o segundo Adicional por Capacitação Profissional por ter comprovado no processo n. 155410/2015, a realização de cursos de capacitação/treinamento com carga horária prevista para seu grupo ocupacional e relacionados com a área de atuação e cargo que ocupa, bem como ter obtido homologação do Comitê Permanente de Progressão na Carreira, conforme disposto no Art. 50, inciso III, da Lei Complementar citada acima.

Art. 2º O efeito financeiro do adicional será devido a partir de 01 de outubro de 2015, de acordo com o Art. 46 da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 19 de outubro de 2015.
GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração
Asfj

PORTARIA Nº 0820/RH

PORTARIA N. 0820/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3.085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º. Com fundamento aos Arts. 39 ao 41, da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010, conceder aos servidores abaixo relacionados o primeiro Adicional por Capacitação Profissional por terem comprovado a realização de cursos de capacitação/treinamento com carga horária prevista para seu grupo ocupacional e relacionados com a área de atuação e cargo que ocupam, bem como terem obtido homologação do Comitê Permanente de Progressão na Carreira, conforme disposto no Art. 50, inciso III, da Lei Complementar citada acima.

Nome	Matrícula	Cargo	Protocolo
EVANIR CUNHA	217603-2	AUX. SERV. GERAIS FEM.	155870/2015
JOICE RONCHI	100706-1	AUX. SERV. GERAIS FEM.	155871/2015

Art. 2º. O efeito financeiro do adicional será devido a partir de 01 de novembro de 2015, de acordo com o Art. 46 da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 19 de outubro de 2015.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Asfj

PORTARIA Nº 0821/RH

PORTARIA N. 0821/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3.085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art.1º Com fundamento aos Arts. 39 ao 41, da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010, conceder ao servidor HAROLDO SWAROWSKY, matrícula n. 98329-2, ocupante do cargo de provimento efetivo Motorista de Caminhão, o segundo Adicional por Capacitação Profissional por ter comprovado no processo n. 155708/2015, a realização de cursos de capacitação/treinamento com carga horária prevista para seu grupo ocupacional e relacionados com a área de atuação e cargo que ocupa, bem como ter obtido homologação do Comitê Permanente de Progressão na Carreira, conforme disposto no Art. 50, inciso III, da Lei Complementar citada acima.

Art. 2º O efeito financeiro do adicional será devido a partir de 01 de novembro de 2015, de acordo com o Art. 46 da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 19 de outubro de 2015.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Asfj

PORTARIA Nº 0822/RH

PORTARIA N. 0822/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3.085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Promoção Funcional sem mudança de área, à servidora MARIA SALETE ALEXANDRE ANTUNES, matrícula n. 226041-2, ocupante do cargo de provimento efetivo Professor, Nível II, Classe "A", promovendo-o para o Nível III, Classe "A", mediante apresentação do Diploma de conclusão do curso de Pós-Graduação "Lato-Sensu" em Psicopedagogia, através do protocolo n. 156010/2015, com fundamento no Art. 13 "A", da Lei Complementar n. 159/2006.

Art. 2º Os efeitos financeiros decorrentes da Promoção Funcional serão devidos a partir de 07 de outubro de 2015.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 19 de outubro de 2015.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Asfj

PORTARIA nº 0829/RH

PORTARIA Nº. 0829/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art..1º Conceder auxílio-natalidade, de acordo com o Art. 241, da Lei Complementar n.º 207 de 28/09/2010, a servidora GIBRAN DAMIAO RAMOS, ocupante do cargo de provimento efetivo da função de Farmacêutico (40 h), conforme certidão de nascimento n.º 0045604 04 do cartório de registro civil do município de Rio do Sul, onde encontra-se o assento de VICENTE KLEIN RAMOS.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 26 de outubro de 2015.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

PAPF

PORTARIA nº 827

PORTARIA Nº. 0827/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art..1º Conceder auxílio-natalidade, de acordo com o Art. 241, da Lei Complementar n.º 207 de 28/09/2010, a servidora JULIANA CATAFESTA SCHMIDT, ocupante do cargo de provimento efetivo da função de Auxiliar de Serviços Gerais, conforme certidão de

nascimento n.º 0045272 28 do cartório de registro civil do município de Rio do Sul, onde encontra-se o assento de ARTUR CATAFESTA.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 26 de outubro de 2015.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

PAPF

PORTARIA nº 829/RH

PORTARIA Nº. 0828/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art..1º Conceder auxílio-natalidade, de acordo com o Art. 241, da Lei Complementar n.º 207 de 28/09/2010, a servidora CIMARA BATISTA DA SILVA NOERENBERG, ocupante do cargo de provimento efetivo da função de Professor (40 h), conforme certidão de nascimento n.º 0045542 83 do cartório de registro civil do município de Rio do Sul, onde encontra-se o assento de GABRIELA NOERENBERG.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 26 de outubro de 2015.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

PAPF

CÂMARA MUNICIPAL

EXTRATO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 11/2013

RESUMO DO 2º TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 11/2013

PREGÃO PRESENCIAL Nº 06/2013

Contratante: Câmara de Vereadores de Rio do Sul

Contratada: Empresa Telefônica Brasil S/A - VIVO

Objeto: Fornecimento em comodato de 10 (dez) smartphones, conforme especificações do Item 01 do Anexo I – Termo de Referência do Edital PR nº 6/2013; 04 (quatro) smartphones, conforme especificações do Item 02 do Anexo I – Termo de Referência do Edital PR nº 6/2013; 12 (doze) aparelhos de telefonia móvel, conforme especificações do Item 03 do Anexo I – Termo de Referência do Edital PR nº 6/2013; 26 (vinte e seis) chips para telefone celular, com tecnologia GSM; 01 pacote compartilhado de 5.000 (cinco mil) SMS mensal; 01 pacote de voz compartilhada de 5.000 (cinco mil) minutos mensal, incluindo ligações VC-1, VC-2 e VC-3, podendo estes dois últimos ser subcontratados e portabilidade dos números já utilizados pela Câmara Municipal de Rio do Sul; 11 pacotes de dados de internet móvel 3G, com franquia mensal de 3 Gb cada com micro-chips incluso, para uso dos tablets já existentes na Câmara; 14 pacotes de dados de internet móvel 3G, com franquia mensal de 600 Mb cada, para uso nos 14 smartphones.

Valor: Fica Alterado o item 3.2 da Cláusula Terceira do contrato nº 11/2013, passando-se a vigor com a seguinte redação: para a execução do presente contrato será pago à Contratada o valor total estimado em R\$ 48.099,51. O índice acumulado de setembro de

2014 a agosto de 2015 utilizado para reajustar os valores é o índice de Serviço de Telecomunicações (IST) no percentual de 9,65314%. Vigência: Fica alterada a Cláusula Segunda – VIGÊNCIA do contrato nº 11/2013, passando-se a vigência do contrato a partir de 20 de outubro de 2015 a 19 de outubro de 2016.

Rio do Sul, 23 de setembro de 2015.

JEFERSON ALEXANDRE VIEIRA

Presidente da Câmara Municipal

CLÉBER PINHEIRO LIMA
MARCELO ATAÍDE DE OLIVEIRA
Empresa Telefônica Brasil S/A

LEI COMPLEMENTAR Nº 306, DE 23 DE OUTUBRO DE 2015

LEI COMPLEMENTAR Nº 306, DE 23 DE OUTUBRO DE 2015.

Altera e revoga dispositivos da Lei Complementar nº 163, de 12 de dezembro de 2006, que dispõe sobre o Plano Diretor do município de Rio do Sul.

PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE RIO DO SUL. Faço saber, nos termos do § 7º do artigo 26 da Lei Orgânica do Município, que a Câmara Municipal decreta e eu promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Ficam alterados os incisos IV, V, VI e VIII, do art. 336, da Lei Complementar nº 163, de 12 de dezembro de 2006, que dispõe sobre o Plano Diretor do município de Rio do Sul, que passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 336. ...

[...]

IV - para terrenos de esquina, possuírem no mínimo 40,00m (quarenta metros) de testada, tanto para via principal quanto para a secundária;

V - para terrenos em meio de quadra, possuírem no mínimo 35,00m (trinta e cinco metros) de testada;

VI - área do terreno não inferior a 2.500,00m² (dois mil e quinhentos metros quadrados) para os postos localizados às margens da BR 470 e SC 302;

[...]

VIII - distar no mínimo 200,00m (duzentos metros) de:

- a) escolas;
- b) creches;
- c) asilos;
- d) igrejas;
- e) clubes;
- f) hospitais.

Art. 2º Ficam revogados o inciso IX e o §2º, do art. 336, da Lei Complementar nº 163, de 12 de dezembro de 2006, que dispõe sobre o Plano Diretor do município de Rio do Sul.

Art. 3º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 23 de outubro de 2015.

JEFERSON ALEXANDRE VIEIRA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO DO SUL

DÉCIMO QUINTO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO Nº. 22/2012

DÉCIMO QUINTO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO nº. 22/2012, FIRMADO ENTRE A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE/Fundo Municipal de Saúde DE RIO DO SUL E A FUNDAÇÃO DE SAÚDE DO ALTO VALE DO ITAJAÍ-FUSAVI, CNES 2568713

Pelo presente instrumento, de um lado o Município de Rio do Sul, pela sua Secretaria Municipal de Saúde/Fundo Municipal de Saúde, entidade de direito público, inscrita no CNPJ sob o Nº. 10.469.199/0001-55, situada na Rua Tuiuti – 154, neste ato representado pelo Secretário Municipal da Saúde, Sr. Rodrigo Duarte, brasileiro, portador da carteira de identidade Nº. RG X.638.XXX/SSP-SC, e inscrito no CPF Nº. XXX.358.999-XX doravante denominado simplesmente CONVENIENTE, e de outro, a Fundação de Saúde do Alto Vale do Itajaí, CNPJ nº. 73.433.427/0001-57, neste ato representado pelo seu representante legal, Sr. Osmar Peters, brasileiro, casado, portador da carteira de identidade RG nº. XXX.621, expedida pela SSP/SC, inscrito no CPF/MF sob nº. XXX.906.559-XX, doravante denominado CONVENIADA, com anuência dos médicos que integram o Corpo Clínico que atua na CONVENIADA, representados, neste ato, por seu diretor clínico, Dr. Nilson Carvalho Correa, CRM/SC nº. 11.301, tendo em vista o que dispõe as Portarias GM/MS nºs. 1.034/2010, 3.114/2010, 2.035/2013, 2.833/2013, 3.166/2013, resolvem, de comum acordo, celebrar o presente TERMO ADITIVO, que se regerá pelas normas gerais da Lei Nº. 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, no que couber, amparada pela Constituição Federal de 1988 e legislação do Sistema Único de Saúde – SUS, com ênfase na Lei 8080 de 19 de setembro de 1990 no seu Título III, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA:

Adicionar ao componente PÓS-FIXADO - Alta Complexidade Hospitalar o valor mensal de R\$ 18.000,00 (dezoito mil reais), referente o uso de “stent farmacológico” em procedimentos cardiovasculares, de acordo com as Deliberações 074/CIB/2015 e 178/CIB/2015.

CLÁUSULA SEGUNDA

Ficam alterados os quadros dos recursos financeiros do componente PÓS-FIXADO da CLÁUSULA DÉCIMA do respectivo Convênio, item “Cardiologia Intervencionista”, os quais serão transferidos em parcelas mensais (1/12) e recebem a seguinte descrição respectivamente:

RESUMO Programação Orçamentária	Mensal	Anual
PÓS-FIXADO – Alta Complexidade Hospitalar	578.872,14	6.946.465,68
PRÉ-FIXADO	2.537.140,02	30.445.680,24
PÓS-FIXADO (FAEC-Fundo de Ações Estratégicas e Compensações)	37.073,23	444.879,24
TOTAL	3.153.085,39	37.837.025,16

Componente PÓS-FIXADO - Alta Complexidade Hospitalar	Mensal	Anual
Neurologia/Neurocirurgia	15.815,21	189.782,52
Cirurgia Cardíaca	372.131,01	4.465.572,12
Cardiologia Intervencionista	128.225,44	1.538.705,28
Cardiologia – Implante Marca Passo	46.943,34	563.320,08
Cirurgia Vascular	15.757,14	189.085,68
TOTAL	578.872,14	6.946.465,68

CLÁUSULA TERCEIRA

O presente Termo Aditivo entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros retroativos a competência JULHO de 2015.

CLÁUSULA QUARTA

Ficam ratificadas as demais cláusulas do Convênio que a este deu causa.

E, por estarem às partes justas e CONVENIADAS, firmam o presente CONVÊNIO em 03 (três) vias de igual teor e forma para um único efeito, na presença de 02 (duas) testemunhas abaixo assinadas.

Rio do Sul, 14 de outubro de 2015.

Rodrigo Duarte Secretário Municipal de Saúde CONVENENTE	Osmar Peters Presidente FUSAVI CONVENIADA
---	---

Testemunhas:

1) Siegfried Hildebrand Gerente Geral / FUSAVI CPF XXX.336.209-XX	2) Adalgisa Vendrami da Silva Feijó Depto. de Controle, Avaliação e Auditoria CPF XXX.029.869-XX
---	--

DÉCIMO SEXTO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO Nº. 22/2012

DÉCIMO SEXTO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO nº. 22/2012, FIRMADO ENTRE A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE/Fundo Municipal de Saúde DE RIO DO SUL E A FUSAVI/FUNDAÇÃO DE SAÚDE DO ALTO VALE DO ITAJAÍ – CNES 2568713

Pelo presente instrumento, de um lado o Município de Rio do Sul, pela sua Secretaria Municipal de Saúde/Fundo Municipal de Saúde, entidade de direito público, inscrita no CNPJ sob o Nº. 10.469.199/0001-55, situada na Rua Tuiuti – 154, neste ato representado pelo Secretário Municipal da Saúde, Sr. Rodrigo Duarte, brasileiro, portador da carteira de identidade Nº. RG 3.638.175/SSP-SC, e inscrito no CPF Nº. XXX.358.999-XX, doravante denominado simplesmente CONVENENTE, e de outro, a Fundação de Saúde do Alto Vale do Itajaí, CNPJ nº. 73.433.427/0001-57, neste ato representado pelo seu representante legal, Sr. Osmar Peters, brasileiro, casado, portador da carteira de identidade RG nº. 135.621, expedida pela SSP/SC, inscrito no CPF/MF sob nº. XXX.906.559-XX, doravante denominado CONVENIADA, com anuência dos médicos que integram o Corpo Clínico que atua na CONVENIADA, representados, neste ato, por seu diretor clínico, Dr. Nilson Carvalho Correa, CRM/SC nº. 11.301, tendo em vista o que dispõe as Portarias GM/MS nºs. 1.034/2010, 3.114/2010, 2.035/2013, 2.833/2013, 3.166/2013, resolvem, de comum acordo, celebrar o presente TERMO ADITIVO, que se regerá pelas normas gerais da Lei Nº. 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, no que couber, amparada pela Constituição Federal de 1988 e legislação do Sistema Único de Saúde – SUS, com ênfase na Lei 8080 de 19 de setembro de 1990 no seu Título III, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Adicionar o valor mensal R\$ 12.318,75 (doze mil, trezentos e dezoito reais e setenta e cinco centavos), a título de Incentivo de custeio referente a 3 (três) leitos da Unidade de Cuidados Intermediário Neonatal Canguru-UCINCa, de acordo com as Portarias/GM nº. 1.479, de 18/09/2015, SAS nº. 852, de 11/09/2015 e GM nº. 1.459, de 24/06/2011.

CLÁUSULA SEGUNDA

Ficam alterados os quadros dos recursos financeiros do componente PRÉ-FIXADO da CLÁUSULA DÉCIMA do respectivo Convênio, item Rede Cegonha, os quais serão transferidos em parcelas mensais (1/12) e recebem a seguinte descrição respectivamente:

RESUMO Programação Orçamentária	Mensal	Anual
PÓS-FIXADO (Alta Complexidade Hospitalar)	578.872,14	6.946.465,68
PRÉ-FIXADO	2.549.458,77	30.593.505,24
PÓS-FIXADO (FAEC-Fundo de Ações Estratégicas e Compensações)	37.073,23	444.879,24
TOTAL	3.165.404,14	37.984.849,68

Detalhamento do PRÉ-FIXADO	Mensal	Anual
Média Complexidade - Hospitalar	1.068.970,00	12.827.640,00
Alta complexidade - Ambulatorial	32.980,13	395.761,56
Termos de Compromisso Alta Complexidade Ambulatorial	20.933,45	251.201,40
Média Complexidade - Ambulatorial	124.600,26	1.495.203,12
Incentivo de Integração ao Sistema Único de Saúde – INTEGRASUS	57.453,67	689.444,04
IAC - Programa de Reestruturação dos Hospitais Filantrópicos IAC/MS	592.688,45	7.112.261,40
IAPI - Incentivo Atend. ambulatorial e hospitalar à População Indígena	1.320,00	15.840,00
Incentivo à Contratualização Hospital Filantrópico-IAC/SES	78.699,67	944.396,04
Incentivo Estadual de Ações Relacionadas à Ações Transplantes	3.553,47	42.641,64
Incentivo de Custeio Rede Urgência / Porta Entrada, Tipo II	300.000,00	3.600.000,00
Incentivo de Custeio Rede Urgência / Leitos UTI Qualificados (17)	149.515,68	1.794.188,16
Incentivo de Custeio Rede Cegonha/Leitos qualificados de UTI-Adulto (2), UTI-Neonatal (4), UCINco-convenção (7) e UCINca-Canguru (3)	118.743,99	1.424.927,88
TOTAL	2.549.458,77	30.593.505,24

CLÁUSULA TERCEIRA: o presente Termo Aditivo entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros na competência SETEMBRO/2015.

CLÁUSULA QUARTA: Ficam ratificadas as demais cláusulas do Convênio que a este deu causa.

E, por estarem às partes justas e CONVENIADAS, firmam o presente CONVÊNIO em 03 (três) vias de igual teor e forma para um único efeito, na presença de 02 (duas) testemunhas abaixo assinadas.

Rio do Sul, 14 de outubro de 2015.

Rodrigo Duarte
Secretário Municipal de Saúde
CONVENENTE

Osmar Peters
Presidente FUSAVI
CONVENIADA

Testemunhas:

1) Siegfried Hildebrand
Gerente Geral / FUSAVI
CPF XXX.336.209-XX

2) Adalgisa Vendrami da Silva Feijó
Depto. de Controle, Avaliação e Auditoria
CPF XXX.029.869-XX

TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO Nº. 57/2015

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO

Processo nº: 32/2012

Espécie: Termo Aditivo de Prorrogação nº. 57/2015

Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul

Contratada: Casvig Catarinense de Segurança e Vigilância LTDA

Objeto: Contratação de empresa especializada na execução de serviços de monitoramento e vigilância eletrônica para atender necessidades desta Secretaria.

Amparo Legal: Lei Federal nº. 8.666 , de 21/06/1993

Valor: R\$ 31.099,56 (trinta e um mil zero noventa e nove reais e cinquenta e seis centavos)

Prazo: 12 (doze) meses apartir de 04 de setembro de 2015.

Data da Assinatura: 04 de setembro de 2015

Signatários: Sr. Rodrigo Duarte pela contratante, na qualidade de Gestor Municipal de Saúde e Sra. Cristiane Longhi Torteli pela contratada, na qualidade de Gerente Comercial.

TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO Nº. 62/2015

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO

Processo nº: 32/2012

Espécie: Termo Aditivo de Prorrogação nº. 62/2015

Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul

Contratada: Casvig Catarinense de Segurança e Vigilância LTDA

Objeto: Contratação de empresa especializada na execução de serviços de monitoramento e vigilância eletrônica para atender necessidades desta Secretaria, acrescenta – se na unidade básica de saúde do bairro Taboão 13 (treze) sensores.

Amparo Legal: Lei Federal nº. 8.666 , de 21/06/1993

Valor: R\$ 126,90 cento e vinte seis mil reais e noventa centavos

Data da Assinatura: 30 de setembro de 2015

Signatários: Sr. Rodrigo Duarte pela contratante, na qualidade de Gestor Municipal de Saúde e Sra. Cristiane Longhi Torteli pela contratada, na qualidade de Gerente Comercial.

Salto Veloso

PREFEITURA

DECRETO MUNICIPAL N. 106/2015

DECRETO Nº 106/2015 - DE 20 DE OUTUBRO DE 2015.

ABRE CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CLAUDEMIR CESCA, PREFEITO MUNICIPAL DE SALTO VELOSO, SANTA CATARINA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e de conformidade com a Lei Municipal 01.526/2014 de 19/12/2014;

Decreta:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um crédito suplementar no valor de R\$ 15.000,00 (Quinze Mil Reais), conforme discriminação abaixo:

Órgão: 02 - CHEFIA EXECUTIVO

Projeto/Atividade: 2036 – MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL

Modalidade de Aplicação: 3190.00. – PESSOAL E ENACRGOS SOCIAIS

Valor: R\$ 15.000,00

Fonte: 1101.00000

RED: 33

Art. 2º. Para Suporte de que se trata o Artigo anterior, fica utilizado o mesmo valor na anulação da seguinte Dotação Orçamentaria:

Órgão: 02 - CHEFIA EXECUTIVO

Projeto/Atividade: 2036 – MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL

Modalidade de Aplicação: 3190.00. – PESSOAL E ENACRGOS SOCIAIS

Valor: R\$ 15.000,00

Fonte: 1101.00000

RED: 36

Art. 3º. Este Decreto entre em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito.

Salto Veloso - SC, 20 de Outubro de 2015.

CLAUDEMIR CESCA

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 298/2015

PORTARIA Nº 298/2015

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o artigo 88, inciso IX e artigo 14, inciso II, da Lei Orgânica do Município de Salto Veloso-SC C/C artigos 11 e 13, da Lei Ordinária Municipal 570/91.

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear e dar posse por Concurso Público, com efeitos retrativos a partir de 01 de junho de 1990, o Sr. MIGUEL ANTONIO VIT-TORAZZI, nos termos do artigo 2º, item II, da Lei Municipal nº 490/90, de 29 de Março de 1.990, para o cargo de provimento efetivo de OPERÁRIO BRAÇAL, lotado na Secretaria de Transporte, Obras e Serviços Urbanos, serie de classe 01, anexo 11.

Art. 2º - A concessão do efeito retroativo da nomeação foi fundamentada e motivada pelo Processo Administrativo nº 281/2015.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, observado a retroação a partir de 1º de Junho de 1990, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, 26 de Outubro de 2015.

CLAUDEMIR CESCA

Prefeito Municipal

São Bento do Sul

PREFEITURA

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 285/2015

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 285/2015

DA ESPÉCIE: Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Empresa para Manutenção do Sistema de Iluminação Pública do Município de São Bento do Sul de nº 312/2014, firmado entre o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa ELETRO COMERCIAL ENERGILUZ LTDA, em 14 de OUTUBRO de 2014, conforme Edital de Concorrência Pública nº 230/2014.

Considerando o objeto do Contrato nº 312/2014, que constitui na contratação de empresa para manutenção do Sistema de Iluminação Pública do Município de São Bento do Sul, conforme projeto básico, planilha, quantitativos e anexos ao Edital de Concorrência Pública nº 230/2014.

Considerando o término do Contrato no dia 13 de outubro de 2015 e os serviços prestados são de natureza contínua e passíveis de prorrogação, faz-se necessário prorrogar a vigência contratual, com base na Cláusula Sétima – Da Vigência do referido Contrato, de acordo com o Art. 57, inciso II, da Lei nº 8.666/93, nos seguintes termos:

Fica prorrogada a vigência do Contrato por 12 (doze) meses, a contar de 14 de outubro de 2015 e com término em 13 de outubro de 2016.

Permanece o valor mensal de R\$ 22.583,41 (vinte e dois mil quinhentos e oitenta e três reais e quarenta e um centavos) por mês para o item 1 – Serviços de manutenção mensal do Parque de Iluminação Pública, totalizando o valor de R\$ 271.000,92 (duzentos e setenta e um mil reais e noventa e dois centavos) para o período prorrogado, sendo que os itens 2 e 3 ainda possuem saldo, sendo necessária apenas a prorrogação dos mesmos para solicitação da

Secretaria.

Nada mais havendo, assinam as partes em 02 (duas) vias de igual forma e idêntico teor, na presença das testemunhas.

São Bento do Sul, 08 de outubro de 2015.

Ass: OSMAR TELMA, pela Secretaria de Obras e Serviços Urbanos do Município.

ELETRO COMERCIAL ENERGILUZ LTDA, como Contratada.

RESULTADO PREGÃO Nº 012/2015 FC

FUNDAÇÃO CULTURAL DE SÃO BENTO DO SUL

PROCESSO Nº 12/2015

RESULTADO PREGÃO PRESENCIAL Nº 012/2015

A Fundação Cultural de São Bento do Sul torna público o resultado do Pregão Presencial nº 012/2015, tendo como objeto SERVIÇO DE GRAVAÇÃO DE DEZ MÚSICAS FOLCLÓRICAS INCLUINDO ARRANJOS MUSICAIS, MÚSICOS E MIXAGEM EM ESTÚDIO, REFERENTE CONVÊNIO 789346/2013 FIRMADO COM O IPHAN, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA – ANEXO I, homologado em 22 de outubro de 2015.

Item	Vencedora	Valor R\$
1	Única Áudio Produções e Eventos LTDA	20.900,00

JOCEMARI TELMA TEIXEIRA, Pregoeira Municipal.

ROBSON RODRIGUES DA SILVA, Presidente da Fundação Cultural de São Bento do Sul.

IPRESBS

COMISSÃO ELEITORAL DOS CONSELHEIROS DELIBERATIVO E FISCAL DO IPRESBS/2015

COMISSÃO ELEITORAL DOS CONSELHEIROS DELIBERATIVO E FISCAL DO IPRESBS

A COMISSÃO ELEITORAL PARITÁRIA, infra-assinada, nomeada pelo Decreto Municipal nº 1084/2015, de 28 de setembro de 2015, em cumprimento ao disposto no Art. 17, § 5º, do Regimento para Eleições dos Conselhos Deliberativos e Fiscal do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul – IPRESBS divulga a relação de candidatos ao pleito de 25 e 26 de novembro de 2015, para compor os Conselhos Deliberativo e Fiscal do IPRESBS, estando aberto o prazo para impugnação de candidatura até a data de 29 de outubro de 2015.

CONSELHO FISCAL

ATIVOS

MARCO AURELIO OLINISKY

ACÁCIO ANDERSON DROSCZAKA

ALUISIO OLIVEIRA ANTUNES

LUCINÉIA CHAVES FOSCHERA

MARCO RODRIGO REDLICH

ROGÉRIO ROBERTO ALQUINI

MARCOS ROBERTO GRAZEK

INATIVOS

TEREZINHA MARIA SCHMITT

KARIN MARLY ZSCHROERPER

CONSELHO DELIBERATIVO

ATIVOS

VERA LUCIA KUZAWSKI

AMARILDO CABRAL DA SILVA

MIRIAM REGINA SCHWETLER FILIPP

CARLOS ROBERTO GONÇALVES DOS ANJOS

LUCYANA MEDEIROS SIMÕES DE ALMEIDA

MARCOS GERTLER

JONAS RENATO KIESKI

ADRIANA BOMBASSARO ZANELLA

INATIVOS

CLAUDICENA FRANCISCA GASTALDI

LUCIA MARIA WAISMANN

VALTRUDES MEIER

MARIA ROSELI LINZMEYER

ANA ESILDA DE LIMA

LUCIANO BUENO FRANCO

Presidente da Comissão Eleitoral

ALVARO JUNIOR LINHARES TRENTINI

Membro da Comissão Eleitoral

GERSON PACHECO

Membro da Comissão Eleitoral

MARINA APARECIDA DOS SANTOS

Membro da Comissão Eleitoral

SERGIO PALOMA PINTO

Membro da Comissão Eleitoral

SOELI MARIA ZACALUZNE

Membro da Comissão Eleitoral

PORTARIA IPRESBS Nº 365/2015

PORTARIA IPRESBS Nº 365/2015

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul – IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006. RESOLVE:

Art. 1º. Conceder AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, nos períodos de 13/10/2015 a 11/12/2015, ao servidor AMARILDO CABRAL DA SILVA ocupante do cargo de provimento efetivo de Motorista II, lotado na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. O pagamento dos 15 (quinze) primeiros dias de afastamento, referente ao período 28/09/2015 a 12/10/2015, competem ao Município.

3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 13/10/2015.

São Bento do Sul, 22/10/2015.
PAULO ROBERTO SCHEIDE
Diretor Presidente

PORTARIA IPRESBS Nº 366/2015

PORTARIA IPRESBS Nº 366/2015

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul – IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006. RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar o AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, pelo período de 15/10/2015 a 13/11/2015, concedido a servidora KARINA RUCKL WELDT ocupante do cargo de provimento efetivo de Recepcionista, lotada na Secretaria Municipal de Finanças através da Portaria IPRESBS nº 295/2015, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 15/10/2015.

São Bento do Sul, 22/10/2015.
Paulo Roberto Scheide
Diretor Presidente

PORTARIA IPRESBS Nº 367/2015

PORTARIA IPRESBS Nº 367/2015

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul – IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, em decorrência de acidente de trabalho, no período de 24/10/2015 a 12/11/2015, a servidora ELISABETH SADOWSKY ocupante do cargo de provimento efetivo de Professora Anos Iniciais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. O pagamento dos 15 (quinze) primeiros dias de afastamento, referente ao período 09/10/2015 a 23/10/2015, compete ao Município.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 24/10/2015.

São Bento do Sul, 22/10/2015.
PAULO ROBERTO SCHEIDE
Diretor Presidente

PORTARIA IPRESBS Nº 368/2015

PORTARIA IPRESBS Nº 368/2015

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul – IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006. RESOLVE:

Art. 1º. Conceder AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, nos períodos de 16/10/2015 a 31/10/2015, a servidora CHIARA MARIELE GURGACZ DESTRO ocupante do cargo de provimento efetivo de Arquiteta e Urbanista, lotada na Secretaria Municipal de Planejamento Urbano, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. O pagamento dos 15 (quinze) primeiros dias de afastamento, referente ao período 01/10/2015 a 15/10/2015, competem ao Município.

3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 16/10/2015.

São Bento do Sul, 22/10/2015.
PAULO ROBERTO SCHEIDE
Diretor Presidente

PORTARIA IPRESBS Nº 369/2015

PORTARIA IPRESBS Nº 369/2015

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul – IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006. RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar o AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, pelo período de 10/10/2015 a 17/11/2015, concedido a servidora LUCIANE DUMS MODESKY ocupante do cargo de provimento efetivo de Professora Anos Iniciais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, através da Portaria IPRESBS nº 447/2015, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 10/10/2015.

São Bento do Sul, 22/10/2015.
Paulo Roberto Scheide
Diretor Presidente

PORTARIA IPRESBS Nº 370/2015

PORTARIA IPRESBS Nº 370/2015

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul – IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006. RESOLVE:

Art. 1º. Conceder AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, nos períodos de 07/10/2015 a 29/01/2016, a servidora JANAINA MARTENDAL FRACIONI ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços, lotada na Secretaria Municipal de Educação, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. O pagamento dos 15 (quinze) primeiros dias de afastamento, referente ao período 22/09/2015 a 06/10/2015, competem ao Município.

3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 07/10/2015.

São Bento do Sul, 22/10/2015.

PAULO ROBERTO SCHEIDE

Diretor Presidente

PORTARIA IPRESBS Nº 371/2015

PORTARIA IPRESBS Nº 371/2015

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul – IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006. RESOLVE:

Art. 1º. Conceder AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, nos períodos de 01/11/2015 a 14/01/2016, a servidora CARMELITA MANOEL VARGAS ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços, lotada na Secretaria Municipal de Educação, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. O pagamento dos 15 (quinze) primeiros dias de afastamento, referente ao período 17/10/2015 a 31/10/2015, competem ao Município.

3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 01/11/2015.

São Bento do Sul, 23/10/2015.

PAULO ROBERTO SCHEIDE

Diretor Presidente

PORTARIA IPRESBS Nº 372/2015

PORTARIA IPRESBS Nº 372/2015

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul – IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006. RESOLVE:

Art. 1º. Conceder AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, nos períodos de 20/10/2015 a 01/04/2016, ao servidor CLAUDIO JORGE GIEBEL ocupante do cargo de provimento efetivo de Assistente Administrativo, lotado na Secretaria Municipal de Administração, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. O pagamento dos 15 (quinze) primeiros dias de afastamento, referente ao período 05/10/2015 a 19/10/2015, competem ao Município.

3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 20/10/2015.

São Bento do Sul, 23/10/2015.

PAULO ROBERTO SCHEIDE

Diretor Presidente

São Carlos

PREFEITURA

EXT ATA REG PREÇOS N.56-57-58-59-60-61-2015

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS
EXTRATO TERMO DE COMPROMISSO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
T Compo Nº.:56/2015
Contratante.:MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS
Contratada...:BAVARESCO E CIA LTDA ME
Objeto :AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE
Valor :R\$3362,50(Tres mil trezentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos)
PROCESSO:PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS N. 83/2015
Vigência : 12 meses.
SAO CARLOS,23 de outubro de 2015
CLEOMAR WEBER KUHN
PREFEITO MUNICIPAL

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS
EXTRATO TERMO DE COMPROMISSO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
T Compo Nº.:57/2015
Contratante.:MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS
Contratada...:JP EQUIPAMENTOS LTDA ME
Objeto :AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE
Valor :R\$4468,15(quatro mil quatrocentos e sessenta e oito reais e quinze centavos)
PROCESSO:PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS N. 83/2015
Vigência : 12 meses.
SAO CARLOS,23 de outubro de 2015
CLEOMAR WEBER KUHN
PREFEITO MUNICIPAL

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS
EXTRATO TERMO DE COMPROMISSO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
T Compo Nº.:58/2015
Contratante.:MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS
Contratada...:MERCADO IDEAL LTDA
Objeto :AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE
Valor :R\$110,75(cento e dez reais e setenta e cinco centavos)
PROCESSO:PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS N. 83/2015
Vigência : 12 meses.
SAO CARLOS,23 de outubro de 2015
CLEOMAR WEBER KUHN
PREFEITO MUNICIPAL

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS
EXTRATO TERMO DE COMPROMISSO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
T Compo Nº.:59/2015
Contratante.:MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS
Contratada...:RB PAPELARIA E BAZAR LTDA
Objeto :AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE
Valor :R\$10.637,20(Dez mil seiscentos trinta e sete reais e vinte centavos)

PROCESSO:PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS N. 83/2015
Vigência : 12 meses.
SAO CARLOS,23 de outubro de 2015
CLEOMAR WEBER KUHN
PREFEITO MUNICIPAL

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS
EXTRATO TERMO DE COMPROMISSO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
T Compo Nº.:60/2015
Contratante.:MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS
Contratada...:TELECOPY EQUIPAMENTOS LTDA
Objeto :AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE
Valor :R\$8455,50(oito mil quatrocentos e cinquenta e cinco reais e cinquenta centavos)
PROCESSO:PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS N. 83/2015
Vigência : 12 meses.
SAO CARLOS,23 de outubro de 2015
CLEOMAR WEBER KUHN
PREFEITO MUNICIPAL

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS
EXTRATO TERMO DE COMPROMISSO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
T Compo Nº.:61/2015
Contratante.:MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS
Contratada...:ACLARA COMERCIO DE INFORMATICA LTDA ME
Objeto :AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE
Valor :R\$5.393,50(cinco mil trezentos e noventa e três reais e cinquenta centavos)
PROCESSO:PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS N. 83/2015
Vigência : 12 meses.
SAO CARLOS,23 de outubro de 2015
CLEOMAR WEBER KUHN
PREFEITO MUNICIPAL

TA -BETHA SISTEMAS

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SCARLOS
EXTRATO ADITIVO DE VALOR
Contrato Nº:040/2013- SEXTO TERMO ADITIVO DE VALOR
Contratante:PREFEITURA MUNICIPAL DE SCARLOS
Contratada:BETHA SISTEMAS LTDA
Objeto...: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE USO DE SISTEMAS DE GESTÃO PUBLICA .
Prazo 24 meses
Valor...: R\$7.297,24(sete mil duzentos e noventa e sete reais e vinte e quatro centavos)
Licitação...: PREGÃO PRESENCIAL N.99/2013
SAO CARLOS, 15 de outubro de 2015
CLEOMAR WEBER KUHN
Prefeito Municipal

TA DE AJUSTE -MET CARDOSO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS

EXTRATO DO TERMO DE AJUSTE

Contrato Nº.:34/2014 –PRIMEIRO TERMO DE AJUSTE

Contratante.:PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS

Contratada.:METALURGICA CARDOSO LTDA

Objeto :CONCESSÃO DE USO DE BEM PUBLICO COM ENCARGOS

DE 10 ANOS, E COM OPÇÃO DE COMPRA LOTE URBANO N.04 DA QUADRA N.123.

Licitação :Concorrência n.56/2014

SAO CARLOS, 22 de outubro de 2015

CLEOMAR WEBER KUHN

PREFEITO MUNICIPAL

São Cristóvão do Sul

PREFEITURA

541/2015

PORTARIA 541/2015

NOMEIA LEONARDO ATAIR COELHO, APROVADO NO CONCURSO PÚBLICO 01/2015, PARA O CARGO DE MOTORISTA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

SISI BLIND, Prefeita Municipal de São Cristóvão do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 79, inciso XII, da Lei Orgânica do Município de São Cristóvão do Sul e com fundamento nas Leis Complementares 13/2004 e 33/2007, com suas alterações posteriores, RESOLVE, Nomear LEONARDO ATAIR COELHO, para o Cargo de Motorista – 40 Horas semanais, do quadro de Servidores desta Municipalidade, junto a Secretaria de Saúde em conformidade com o artigo 13 da Lei Complementar 13/2004.

O servidor ora nomeado deverá tomar posse no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da publicação desta portaria, devendo neste prazo apresentar junto ao Departamento de Pessoal do Município a documentação necessária na forma da Lei vigente.

São Cristóvão do Sul, 23 de outubro de 2015.

SISI BLIND

Prefeita Municipal

542/2015

PORTARIA 542/2015

NOMEIA BRUNA PAGLIOSA WINTER, APROVADA NO CONCURSO PÚBLICO 01/2015, PARA O CARGO DE FARMACÊUTICO/BIOQUÍMICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

SISI BLIND, Prefeita Municipal de São Cristóvão do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo Art. 79 inciso XII da Lei Orgânica do Município de São Cristóvão do Sul e com fundamento nas Leis Complementares 13/2004 e 33/2007, com suas alterações posteriores, RESOLVE, Nomear BRUNA PAGLIOSA WINTER, para o Cargo de Farmacêutico/Bioquímico – 20 Horas semanais, do quadro de Servidores desta Municipalidade, junto a Secretaria de Saúde em conformidade com o artigo 13 da Lei Complementar 13/2004.

A servidora ora nomeada deverá tomar posse no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da publicação desta portaria, devendo neste prazo apresentar junto ao Departamento de Pessoal do Município a documentação necessária na forma da Lei vigente.

São Cristóvão do Sul, 23 de outubro de 2015.

SISI BLIND

Prefeita Municipal

543/2015

PORTARIA 543/2015

NOMEIA SAMANTA APARECIDA CORREIA PINHEIRO DE MORAES, APROVADA NO CONCURSO PÚBLICO 01/2015, PARA O CARGO DE ZELADOR ESCOLAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

SISI BLIND, Prefeita Municipal de São Cristóvão do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo Art. 79 inciso XII da Lei Orgânica do Município de São Cristóvão do Sul e com fundamento nas Leis Complementares 13/2004 e 33/2007, com suas alterações posteriores, RESOLVE, Nomear SAMANTA APARECIDA CORREIA PINHEIRO DE MORAES, para o Cargo de Zelador Escolar – 40 Horas semanais, do quadro de Servidores desta Municipalidade, junto a Secretaria de Educação em conformidade com o artigo 13 da Lei Complementar 13/2004.

A servidora ora nomeada deverá tomar posse no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da publicação desta portaria, devendo neste prazo apresentar junto ao Departamento de Pessoal do Município a documentação necessária na forma da Lei vigente.

São Cristóvão do Sul, 23 de outubro de 2015.

SISI BLIND

Prefeita Municipal

544/2015

PORTARIA 544/2015

NOMEIA REINALDO BATISTA DAS NEVES, APROVADO NO CONCURSO PÚBLICO 01/2015, PARA O CARGO DE ZELADOR ESCOLAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

SISI BLIND, Prefeita Municipal de São Cristóvão do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo Art. 79 inciso XII da Lei Orgânica do Município de São Cristóvão do Sul e com fundamento nas Leis Complementares 13/2004 e 33/2007, com suas alterações posteriores, RESOLVE, Nomear REINALDO BATISTA DAS NEVES, para o Cargo de Zelador Escolar – 40 Horas semanais, do quadro de Servidores desta Municipalidade, junto a Secretaria de Educação em conformidade com o artigo 13 da Lei Complementar 13/2004.

O servidor ora nomeado deverá tomar posse no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da publicação desta portaria, devendo neste prazo apresentar junto ao Departamento de Pessoal do Município a documentação necessária na forma da Lei vigente.

São Cristóvão do Sul, 23 de outubro de 2015.

SISI BLIND

Prefeita Municipal

São Domingos

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 030/2015 FM PNEUS

EXTRATO DE REGISTRO DE PREÇOS

Espécie: Ata de Registro de Preços referente ao Processo Licitatório PREFE n. 101/2015, Modalidade Pregão Presencial n. 037/2015. Objeto CONTRATAÇÃO DE EMPRESA(S) PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RECAPAGEM, VULCANIZAÇÃO E CONSERTO DE PNEUS DAS MÁQUINAS E VEÍCULOS DE TODAS AS SECRETARIAS E FUNDOS DO MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS – SC. Fornecedor Registrado: F.M PNEUS LTDA, CNPJ n. 81.374.845/0001-49

QTD ITENS	DESCRIÇÃO	VALOR TOTAL (R\$)
09	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA(S) PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RECAPAGEM, VULCANIZAÇÃO E CONSERTO DE PNEUS DAS MÁQUINAS E VEÍCULOS DE TODAS AS SECRETARIAS E FUNDOS DO MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS – SC	R\$325.940,00

A relação completa dos itens e respectivos valores encontra-se disponível junto ao Setor de Licitações da Prefeitura Municipal.

Vigência da Ata: 26/10/2015 a 26/10/2016

ALCIMAR DE OLIVEIRA – Prefeito Municipal.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 030/2015 MARRECA

EXTRATO DE REGISTRO DE PREÇOS

Espécie: Ata de Registro de Preços referente ao Processo Licitatório PREFE n. 101/2015, Modalidade Pregão Presencial n. 037/2015. Objeto CONTRATAÇÃO DE EMPRESA(S) PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RECAPAGEM, VULCANIZAÇÃO E CONSERTO DE PNEUS DAS MÁQUINAS E VEÍCULOS DE TODAS AS SECRETARIAS E FUNDOS DO MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS – SC. Fornecedor Registrado: RECAPADORA MARRECA LTDA. EPP, CNPJ n. 05.689.415/0001-38

QTD ITENS	DESCRIÇÃO	VALOR TOTAL (R\$)
05	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA(S) PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RECAPAGEM, VULCANIZAÇÃO E CONSERTO DE PNEUS DAS MÁQUINAS E VEÍCULOS DE TODAS AS SECRETARIAS E FUNDOS DO MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS – SC	R\$161.080,00

A relação completa dos itens e respectivos valores encontra-se disponível junto ao Setor de Licitações da Prefeitura Municipal.

Vigência da Ata: 26/10/2015 a 26/10/2016

ALCIMAR DE OLIVEIRA – Prefeito Municipal.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 030/2015 NERI RECAUCHUTADORA

EXTRATO DE REGISTRO DE PREÇOS

Espécie: Ata de Registro de Preços referente ao Processo Licitatório PREFE n. 101/2015, Modalidade Pregão Presencial n. 037/2015. Objeto CONTRATAÇÃO DE EMPRESA(S) PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RECAPAGEM, VULCANIZAÇÃO E CONSERTO DE PNEUS DAS MÁQUINAS E VEÍCULOS DE TODAS AS SECRETARIAS E FUNDOS DO MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS – SC. Fornecedor Registrado: RECAUCHUTADORA DE PNEUS NERI LTDA. EPP, CNPJ n. 82.989.096/0001-27

QTD ITENS	DESCRIÇÃO	VALOR TOTAL (R\$)
09	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA(S) PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RECAPAGEM, VULCANIZAÇÃO E CONSERTO DE PNEUS DAS MÁQUINAS E VEÍCULOS DE TODAS AS SECRETARIAS E FUNDOS DO MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS – SC	R\$315.940,00

A relação completa dos itens e respectivos valores encontra-se disponível junto ao Setor de Licitações da Prefeitura Municipal.

Vigência da Ata: 26/10/2015 a 26/10/2016

ALCIMAR DE OLIVEIRA – Prefeito Municipal.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 030/2015 VACHILESKI

EXTRATO DE REGISTRO DE PREÇOS

Espécie: Ata de Registro de Preços referente ao Processo Licitatório PREFE n. 101/2015, Modalidade Pregão Presencial n. 037/2015. Objeto CONTRATAÇÃO DE EMPRESA(S) PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RECAPAGEM, VULCANIZAÇÃO E CONSERTO DE PNEUS DAS MÁQUINAS E VEÍCULOS DE TODAS AS SECRETARIAS E FUNDOS DO MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS – SC. Fornecedor Registrado: F. VACHILESKI & CIA. LTDA., CNPJ n. 93.388.031/0001-42

QTD ITENS	DESCRIÇÃO	VALOR TOTAL (R\$)
21	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA(S) PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RECAPAGEM, VULCANIZAÇÃO E CONSERTO DE PNEUS DAS MÁQUINAS E VEÍCULOS DE TODAS AS SECRETARIAS E FUNDOS DO MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS – SC	R\$516.000,00

A relação completa dos itens e respectivos valores encontra-se disponível junto ao Setor de Licitações da Prefeitura Municipal.

Vigência da Ata: 26/10/2015 a 26/10/2016

ALCIMAR DE OLIVEIRA – Prefeito Municipal.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 030/2015 VICINI

EXTRATO DE REGISTRO DE PREÇOS

Espécie: Ata de Registro de Preços referente ao Processo Licitatório PREFE n. 101/2015, Modalidade Pregão Presencial n. 037/2015. Objeto CONTRATAÇÃO DE EMPRESA(S) PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RECAPAGEM, VULCANIZAÇÃO E CONserto DE PNEUS DAS MÁQUINAS E VEÍCULOS DE TODAS AS SECRETARIAS E FUNDOS DO MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS – SC. Fornecedor Registrado: VICINI PNEUS LTDA., CNPJ n. 52.854.209/0001-87

QTD ITENS	DESCRIÇÃO	VALOR TOTAL (R\$)
10	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA(S) PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RECAPAGEM, VULCANIZAÇÃO E CONserto DE PNEUS DAS MÁQUINAS E VEÍCULOS DE TODAS AS SECRETARIAS E FUNDOS DO MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS – SC	R\$113.304,00

A relação completa dos itens e respectivos valores encontra-se disponível junto ao Setor de Licitações da Prefeitura Municipal.
Vigência da Ata: 26/10/2015 a 26/10/2016
ALCIMAR DE OLIVEIRA – Prefeito Municipal.

DEC 2090 DE 26 10 15 DESIGNA PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO

DECRETO Nº 2090, DE 26 DE OUTUBRO DE 2015.

Designa Pregoeira e membros da Equipe de Apoio.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas no inciso VI do artigo 100 da Lei Orgânica do Município; na Lei Federal nº 8.666, de 21/06/93, atualizada; na Lei Federal nº 10.520, de 17/07/02, atualizada; e:

- Considerando o pedido de exoneração do servidor Flávio Celeste Lorenzi, ocupante do cargo de Agente de Tributação, protocolado sob o nº 2157/15;
- Considerando que o servidor desempenhava também a função de Pregoeiro Municipal;
- Considerando a demanda de processos licitatórios que devem ter andamento;
- Considerando que a servidora ora designada como pregoeira possui a capacitação técnica necessária para o desempenho da função;
- Considerando o princípio da legalidade e do interesse público;

DECRETA:

Art. 1º Fica designada Pregoeira Municipal a servidora pública municipal Paula Natana Comachio, com a seguinte equipe de apoio:

- Alyne Nayara Lammel – 1º Membro
- Adriana Lúcia Pretto – 2º Membro;
- Ana Claudia Barizon Fontana da Luz – 1º Suplente;
- Odila Giroto Elger – 2º Suplente.

Art. 2º Fica delegada competência à Pregoeira ora designada para assinar e divulgar os editais referentes aos processos licitatórios da modalidade Pregão, na forma do art. 40 da Lei n. 8.666/93.

Art. 3º Fica revogado o Decreto n. 1799, de 23 de janeiro de 2015.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 26 de outubro de 2015.

Alcimar de Oliveira

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Ana Claudia Barizon Fontana da Luz

Secretária Municipal de Administração e Fazenda

LEI COMPLEMENTAR N. 0053 ALTERA ANEXO DA LEI COMPLEMENTAR Nº 003 - CÓDIGO TRIBUTÁRIO

LEI COMPLEMENTAR Nº 0053, DE 26 DE OUTUBRO DE 2015.

ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 003, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2001 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos que a Câmara de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Fica alterada a taxa cobrada para a atividade 10. COMÉRCIO OU SERVIÇO AMBULANTE, constante na Tabela de Taxa de Licença para Localização e Permanência de Estabelecimentos, a que se refere o artigo 166 da Lei Complementar Municipal nº 003 de 21 de dezembro de 2001, que passa a ter o seguinte valor:

10. COMERCIO OU SERVIÇO AMBULANTE	a)...	
	b) Não residente no município Por dia	150,00

Art. 2º Fica extinta a Tabela que dispõe sobre a "Taxa de Fiscalização de Funcionamento de Estabelecimento em Horário Extraordinário", a que se refere o artigo 188 da Lei Complementar Municipal nº 003 de 21 de dezembro de 2001.

Art. 3º Fica alterado o parágrafo único do artigo 188 da Lei Complementar Municipal nº 003, de 21 de dezembro de 2001, que passa a vigorar com a seguinte redação:

" Art. 188. ...

Parágrafo único. A referida taxa será cobrada em consonância com o valor previsto para cobrança da Taxa de Licença para Localização e Permanência de Estabelecimentos, disposta no parágrafo único do artigo 166 desta Lei Complementar."

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário, especialmente as constantes na Lei Complementar nº 003, de 21 de dezembro de 2001.

Art. 5º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos/SC, 26 de outubro de 2015.

Alcimar de Oliveira

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Ana Claudia Barizon Fontana da Luz

Secretária Municipal de Administração e Fazenda

LEI N. 1773 DE 26 10 15 ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS

LEI Nº 1773, DE 26 DE OUTUBRO DE 2015.

AUTORIZA A ALIENAÇÃO DE BENS PATRIMONIAIS DO MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os Habitantes do Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a alienar, através de Processo Licitatório na modalidade de Leilão, os Bens Móveis de sua propriedade, avaliados pela Comissão de Avaliação de Bens Patrimoniais, nomeada através do Decreto nº 1683, de 12 de agosto de 2014, conforme discrimina:

I - Veículo RENAULT LOGAN EXP 1.6, ano/modelo 2010/2011, placa MJQ-4699, Chassi nº 3YLSR7UHB693666, avaliado em R\$ 11.500,00 (onze mil e quinhentos reais);

II - Veículo RENAULT LOGAN AUT 1.0 16V, ano/modelo 2010/2011, placa MHX-2647, Chassi nº 93YLSR6RHB570760, avaliado em R\$ 8.500,00 (oito mil e quinhentos reais);

III - Veículo RENAULT LOGAN AUT 1.0 16V, ano/modelo 2012/2013,

placa MJZ-5166, Chassi nº 93YLSR6RHDJ405506, avaliado em R\$ 12.000,00 (doze mil reais);
 IV - Veículo CHEVROLET CLASSIC LIFE, ano/modelo 2008/2008, placa MEZ-2684, Chassi nº 9BGSA19908B302438, avaliado em R\$ 7.000,00 (sete mil reais);
 V - Veículo CHEVROLET CLASSIC, ano/modelo 2009/2010, placa MFI-0237, Chassi nº 9BGSA1910AB175449, avaliado no valor de R\$ 6.000,00 (seis mil reais);
 VI - Veículo FIAT UNO MILLE WAY ECON, ano/modelo 2009/2010, placa MHJ-5375, Chassi nº 9BD15844AA6345017, avaliado em R\$ 7.250,00 (sete mil duzentos e cinquenta reais);
 VII - Veículo FIAT STRADA FIRE FLEX, ano/modelo 2010/2010, placa MHR-7223, Chassi nº 9BD27803MA7239329, avaliado em R\$ 10.500,00 (dez mil e quinhentos reais);
 VIII - Veículo FIAT STRADA WORKING, ano/modelo 2001/2001, placa MBN-6561, Chassi nº 9BD27801212767663, avaliado em R\$ 6.250,00 (seis mil, duzentos e cinquenta reais);
 IX - Veículo FIAT STRADA FIRE FLEX, ano/modelo 2010/2010, placa MHR-7263, Chassi nº 9BD27803MA7238136, avaliado em R\$ 10.500,00 (dez mil e quinhentos reais);
 X - Veículo KIA BESTA 12P GS, ano/modelo 2002/2002, placa MBZ-0603, Chassi nº KNHTR731227093101, avaliado em R\$ 15.000,00 (quinze mil reais);
 XI - Veículo RENAULT KANGOO EXPRESS 16, ano/modelo 2007/2008, placa MFW-5299, Chassi nº 8A1FC1U158L938042, avaliado em R\$ 6.000,00 (seis mil reais);
 XII - Veículo CHEVROLET CARAVAN, ano/modelo 1987/1987, placa LZY-2655, Chassi nº 9BGVN15DHHB118839, avaliado em R\$ 1.000,00 (um mil reais);
 XIII - Veículo FIAT DOBLO CARGO, ano/modelo 2002/2002, placa MBW-0776, Chassi nº 9BD22315822002480, avaliado em R\$ 8.000,00 (oito mil reais);
 XIV - Veículo VW GOLF GL, ano/modelo 1995/1995, placa GUJ-0553, Chassi nº WVVCG81H0SW475529, avaliado em R\$ 1.000,00 (um mil reais);
 XV - Veículo VW KOMBI, ano/modelo 1996/1997, placa MAT-9100, Chassi nº 9BWZZZ231TP044158, avaliado em R\$ 1.000,00 (um mil reais);
 XVI - Veículo VW KOMBI, ano/modelo 1996/1997, placa MAT-9160, Chassi nº 9BWZZZ231TP045386, avaliado em R\$ 1.000,00 (um mil reais);
 XVII - Veículo VW KOMBI, ano/modelo 2003/2003, placa MCJ-4907, Chassi nº 9BWGB07X93P015013, avaliado em R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais);
 XVIII - Veículo VW PARATI CLI, ano/modelo 1996/1996, placa CFW-2201, Chassi nº 9BWZZZ379TT148383, avaliado em R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais);
 XIX - CAMINHÃO BASCULANTE FORD F14000 HD, ano/modelo 1994/1994, placa LYK-9306, Chassi nº 9BFXTNSM5RDB46914, avaliado em R\$ 18.000,00 (dezoito mil reais);
 XX - CAMINHÃO BASCULANTE FORD F14000 HD, ano/modelo 1994/1994, placa MBG-8760, Chassi nº 9BFXTNSMXRDB46911, avaliado em R\$ 15.000,00 (quinze mil reais);
 XXI - CAMINHÃO BASCULANTE VW 26220, ano/modelo 2002/2002, placa MBL-8023, Chassi nº 9BW4M82U82R209138, avaliado no valor de R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais);
 XXII - CAMINHÃO BASCULANTE VW 12140, ano/modelo 1988/1988, placa LXO-5736, Chassi nº 9BWZZZD2ZHC048147, avaliado em R\$ 7.500,00 (sete mil e quinhentos reais);
 XXIII - TRATOR DE PNEUS JOHN DEERE 5700 4X4, ano 2000, série CQ 5700 A 009685, avaliado em R\$ 18.000,00 (dezoito mil reais);
 XXIV - TRATOR DE PNEUS JOHN DEERE 5700 4X4, ano 2000, série CQ 5700 A 014036, avaliado no valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais);
 XXV - TRATOR DE PNEUS FORD 5030 4X4, ano 1996, série 761, avaliado em R\$ 14.000,00 (quatorze mil reais);

XXVI - TRATOR DE ESTEIRAS FIAT ALLIS 7D , ano 1990, série D229-6 92CV, avaliado em R\$ 32.000,00 (trinta e dois mil reais);
 XXVII - MOTONIVELADORA DRESSER 205 S 6X4, ano 1986, série 205VB10.693, avaliada em R\$ 20.000,00 (vinte mil reais);
 XXVIII - MOTONIVELADORA DRESSER 205 S 6X4, ano 1987, série não visualizada, avaliada em R\$ 20.000,00 (vinte mil reais);
 XXIX - RETROESCAVADEIRA CAT 416 E 4X4, ano 2008, série G4D-26991CAT0416ELCB003330, avaliada em R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais);
 XXX - RETROESCAVADEIRA CAT 416 E 4X4, ano 2008, série G4D-26654CAT0416EVCBD03325, avaliada em R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais);
 XXXI - PÁ CARREGADEIRA MICHIGAN 75 III 4X4, ano 1981, série 4100C456BRC, avaliada em R\$ 22.000,00 (vinte e dois mil reais);
 XXXII - ROLO COMPACTADOR MULLER CH 44, ano e série não visualizados, avaliado em R\$ 500,00 (quinhentos reais);
 XXXIII - PLANTADEIRA VENCE TUDO SA11500, avaliada em R\$ 200,00 (duzentos reais);
 XXXIV - DISTRIBUIDOR DE ADUBO ORGANICO, marca TATU, DCA5500, avaliado em R\$ 200,00 (duzentos reais);
 XXXV - DISTRIBUIDOR DE ADUBOS LIQUIDOS, marca FERRONATO, capacidade 5.000 LITROS, avaliado em R\$ 1.000,00 (um mil reais);
 XXXVI - ENSILADEIRA, marca NOGUEIRA, modelo PECUS 9004 II, avaliada em R\$ 300,00 (trezentos reais);
 XXXVII - ENSILADEIRA, marca NOGUEIRA, modelo PECUS 9004 II, ano 2006, avaliada em R\$ 300,00 (trezentos reais);
 XXXVIII - SUCATA DE ENSILADEIRA, marca NOGUEIRA, modelo PECUS 9004, avaliada em R\$ 100,00 (cem reais);
 XXXIX - 5 PNEUS NOVOS, 225/35 R20, marca HAIDA, avaliados em R\$ 800,00 (oitocentos reais);
 XL - 5 PNEUS NOVOS, 225/35 R20, marca HAIDA, avaliados em de R\$ 800,00 (oitocentos reais);
 XLI - 5 PNEUS NOVOS, 245/35 R19, marca HAIDA, avaliados em R\$ 900,00 (novecentos reais);
 XLII - 6 PNEUS NOVOS, 225/40 R18, marca HAIDA, avaliados em R\$ 800,00 (oitocentos reais);
 XLIII - 4 PNEUS NOVOS, 215/35 R18, marca HAIDA, avaliados em R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais);
 XLIV - 4 PNEUS NOVOS, 205/40 R17, marca HAIDA, avaliados em R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais);
 XLV - 4 PNEUS NOVOS, 205/40 R17, marca HAIDA, avaliados em R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais);
 XLVI - 4 PNEUS NOVOS, 205/40 R17, marca HAIDA, avaliados em R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais);
 XLVII - 4 PNEUS NOVOS, 205/40 R17, marca HAIDA, avaliados em R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais);
 XLVIII - 4 PNEUS NOVOS, 205/40 R17, marca HAIDA, avaliados em R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais);
 XLIX - 4 PNEUS NOVOS, 205/40 R17, marca HAIDA, avaliados em R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais);
 L - 4 PNEUS NOVOS, 205/40 R17, marca HAIDA, avaliados em R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais);
 LI - 4 PNEUS NOVOS, 205/40 R17, marca HAIDA, avaliados em R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais);
 LII - 4 PNEUS NOVOS, 205/40 R17, marca HAIDA, avaliados em R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais);

LIII - 4 PNEUS NOVOS, 205/40 R17, marca HAIDA, avaliados em R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais);

LIV - 4 PNEUS NOVOS, 205/40 R17, marca HAIDA, avaliados em R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais);

LV - 4 PNEUS NOVOS, 205/40 R17, marca HAIDA, avaliados em R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais);

LVI - 4 PNEUS NOVOS, 205/40 R17, marca HAIDA, avaliados em R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais);

LVII - 4 PNEUS NOVOS, 205/40 R17, marca HAIDA, avaliados em R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais);

LVIII - 4 PNEUS NOVOS, 205/40 R17, marca HAIDA, avaliados em R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais);

LIX - 4 PNEUS NOVOS, 205/40 R17, marca HAIDA, avaliados em R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais);

LX - 5 PNEUS NOVOS, 205/40 R17, marca HAIDA, avaliados em R\$ 350,00 (trezentos e cinquenta reais);

LXI - 4 PNEUS NOVOS, 205/40 R17, marca LINGLONG, avaliados em R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais);

LXII - 4 PNEUS NOVOS, 205/40 R17, marca LINGLONG, avaliados em R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais);

LXIII - 4 PNEUS NOVOS, 205/40 R17, marca LINGLONG, avaliados em R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais);

LXIV - 8 PNEUS NOVOS, 175/70 R13, marca TIANFU, avaliados em R\$ 200,00 (duzentos reais);

LXV - 8 PNEUS NOVOS, 175/70 R13, marca TIANFU, avaliados em R\$ 200,00 (duzentos reais);

LXVI - SUCATA DE INFORMÁTICA (itens descritos no relatório anexo), avaliados em R\$ 500,00 (quinhentos reais);

LXVII - SUCATA DE ELETRODOMÉSTICOS/ELETROELETRÔNICOS/DIVERSOS (itens descritos no relatório anexo), avaliados em R\$ 500,00 (quinhentos reais);

LXVIII - SUCATA DE MÓVEIS E EQUIPAMENTOS HOSPITALARES E ODONTOLÓGICOS (itens descritos no relatório anexo), avaliados em R\$ 1.000,00 (um mil reais);

LXIX - SUCATA DE MESAS, ARMÁRIOS E CADEIRAS (itens descritos no relatório anexo), avaliados em R\$ 100,00 (cem reais)

Art. 2º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a proceder a baixa no patrimônio do Município dos bens que, por sua natureza, utilidade e estado de conservação, foram considerados inservíveis, resultante da realização de inventário completo dos bens patrimoniais feito pela Comissão de Avaliação de Bens Patrimoniais.

Art. 3º Caso a totalidade dos bens não seja alienada através do Processo Licitatório na modalidade de Leilão, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a realizar a baixa de tais bens no registro do patrimônio público municipal, à exceção dos veículos, máquinas e equipamentos agrícolas.

Art. 4º As despesas decorrentes da presente lei serão consignadas no orçamento vigente.

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 26 de outubro de 2015.

Alcimar de Oliveira
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Ana Claudia Barizon Fontana da Luz
Secretária Municipal de Administração e Fazenda

São João do Oeste

PREFEITURA

EXTRATO DO TERMO DE APOSTILAMENTO Nº 03/2015 DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 003/2015

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

EXTRATO DO TERMO DE APOSTILAMENTO Nº 03/2015 DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 003/2015

PARTES: Município de São João do Oeste e Comércio de Bebidas Grasel- Ltda

ORIGEM: Ata de Registro de Preço 003/2015

OBJETO: "Reajuste de valor da ata de registro de preços para compra de gás GLP p45 conforme prevê lei 8.666/93".

VALOR ADITIVADO: R\$ 375,00

VIGÊNCIA: 22.10.2015 até 31.12.2015

São João do Oeste – 22 de Outubro de 2015

Sérgio Luís Theisen – Prefeito Municipal.

PP 11/2015 FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 20/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 011/2015 – exclusivo para empresas MPES, conforme Lei Complementar 147/14

O Município de São João do Oeste torna público e para o conhecimento dos interessados, que realizará licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com sistema de registro de preços, conforme descrito a seguir:

OBJETO: Contratação de serviços gráficos para emissão de agendas e blocos para a secretaria da saúde do município de São João do Oeste.

Tipo: menor preço por item.

Entrega dos envelopes até as 10:30 horas do dia 10 de Novembro de 2015 e abertura no mesmo dia e horário, no setor de compras e licitações da Prefeitura Municipal. Maiores informações e cópia do edital junto ao setor de licitações e compras da Prefeitura Municipal sito à Rua Encantado, 66, centro – São João do Oeste, pelo fone (49) 3636.1122 no horário de expediente ou pelo e-mail compras@saojoao.sc.gov.br. São João do Oeste, SC, 26 de outubro de 2.015. SÉRGIO LUIS THEISEN – PREFEITO MUNICIPAL.

PP 12/2015 FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 21/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 012/2015

O Município de São João do Oeste torna público e para o conhecimento dos interessados, que realizará licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com sistema de registro de preços, conforme descrito a seguir:

OBJETO: Aquisição de medicamentos da lista do Município, do Estado e União, não cotados na licitação anterior, para a secretaria da saúde do município de São João do Oeste.

Tipo: menor preço por item.

Entrega dos envelopes até as 14:00 horas do dia 11 de Novembro

de 2015 e abertura no mesmo dia e horário, no setor de compras e licitações da Prefeitura Municipal. Maiores informações e cópia do edital junto ao setor de licitações e compras da Prefeitura Municipal sito à Rua Encantado, 66, centro – São João do Oeste, pelo fone (49) 3636.1122 no horário de expediente ou pelo e-mail compras@saojoao.sc.gov.br. São João do Oeste, SC, 26 de outubro de 2.015. SÉRGIO LUIS THEISEN – PREFEITO MUNICIPAL.

PP 70/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 132/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 070/2015 – exclusivo para empresas MPES, conforme Lei Complementar 147/14

O Município de São João do Oeste torna público e para o conhecimento dos interessados, que realizará licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, conforme descrito a seguir:

OBJETO: Aquisição de equipamentos para estruturação da Delegacia da Polícia Civil de São João do Oeste, através da conta convenio, firmado entre a Polícia Civil e o município de São João do Oeste.

Tipo: menor preço por item.

Entrega dos envelopes até as 08:30 horas do dia 10 de Novembro de 2015 e abertura no mesmo dia e horário, no setor de compras e licitações da Prefeitura Municipal. Maiores informações e cópia do edital junto ao setor de licitações e compras da Prefeitura Municipal sito à Rua Encantado, 66, centro – São João do Oeste, pelo fone (49) 3636.1122 no horário de expediente ou pelo e-mail compras@saojoao.sc.gov.br. São João do Oeste, SC, 26 de outubro de 2.015. SÉRGIO LUIS THEISEN – PREFEITO MUNICIPAL.

São Joaquim

PREFEITURA

RESOLUÇÃO Nº 001/2015 - CMDCA

RESOLUÇÃO Nº 001/2015

QUE DISPÕE SOBRE O RESULTADO FINAL E HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO DE ESCOLHA DOS MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR RESOLUÇÃO Nº 001/2015

Dispõe sobre o resultado final e homologa o processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar do município de São Joaquim, após análise de recursos. O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no uso de suas atribuições legais, conforme Edital de Processo Seletivo Nº 001/2015.

RESOLVE:

I - Informar a todos que, após a divulgação do resultado do pleito, foram interpostos recursos.

II - Tornar público o resultado final após análise dos recursos, nos termos do item 1.6.1. do Edital de Processo Seletivo Nº 001/2015.

III - Homologar o RESULTADO FINAL do processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar do município de para o mandato de 10/01/2016 a 09/01/2020, conforme relação abaixo:

Art. 1º - Fica proclamado o resultado final da eleição realizada no dia 04/10/2015

I - Total de eleitores: 1.586

II - Total de votos válidos: 1.551

III - Total de votos em branco: 11

IV - Total de votos nulos: 24

Art. 2º - Total de votos por candidato:

Nome do Candidato	Nº de votos	classificação
ISABELLA CHIODELLI	188	1º
AMANDA BORGES FERNANDES	181	2º
NELCI DA SILVA TOMAZ	179	3º
DAIANI PADILHA DE SOUZA	134	4º
ROSMARI MARAFIGO DE JESUS	129	5º
SIMONI ALI HUSEN	112	6º
JAISON DA SILVA	101	7º
JADNA PADILHA GUIMARÃES	93	8º
EDJAN MEDEIROS	80	9º
DANIELA MENDES RODRIGUES	69	10
GLECI TERESINHA DOS SANTOS	68	11
DANIELA CRISTINA MEDEIROS	68	12
SIRLENE RODRIGUES DE SOUZA	50	13
ADRIELLEN DA SILVA NUNES	31	14

BEATRIZ CRISTINA G. GOULART/BIA	21	15
IRONI DE OLIVEIRA	20	16
GISELLY CASTELLO DE SOUZA	19	17
SIRLEI RODRIGUES DE SOUZA	3	18
GISELA MENDONÇA GOULART	3	19
MARIÉLA TAINA DE JESUS	2	20

Art. 3º - Ficam os seguintes candidatos eleitos como titulares, por ordem de votação:

I- ISABELLA CHIODELLI

II- AMANDA BORGES FERNANDES

III- NELCI DA SILVA TOMAZ

IV- DAIANI PADILHA DE SOUZA

V- ROSMARI MARAFIGO DE JESUS

Art. 4º - Ficam os demais candidatos como suplentes, por ordem de votação:

I- SIMONE ALI HUSEN

II- JAISON DA SILVA

III- JADNA PADILHA GUIMARÃES

IV- EDJAN MEDEIROS

V- DANIELA MENDES RODRIGUES

Art. 5º - A diplomação e posse dos membros do Conselho Tutelar titulares e suplentes, dar-se-á no dia 10/01/2016, às 19:00 horas, na Casa da Cultura, situada à Praça Cesário Amarante.

Art. 6º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

São Joaquim, 16 de Outubro de 2015.

Ana Marcia de Souza Pereira

Presidente do CMDCA

São José

PREFEITURA

ANÁLISE E RESULTADO DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇO DA TOMADA DE PREÇOS Nº 020/2015

ANÁLISE E RESULTADO DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

REFERÊNCIA: PROCESSO Nº 351/2015 - TOMADA DE PREÇOS Nº 020/2015.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA E MATERIAL PARA REFORMA E REVITALIZAÇÃO DA PRAÇA DE BARREIROS, LOCALIZADA NA RUA LEOBERTO LEAL, ESQUINA COM A RUA ANTÔNIO SCHROEDER, NO BAIRRO BARREIROS, SÃO JOSÉ/SC

A Comissão Permanente de Licitações, designada pelo Decreto nº 4.964/2015, reuniu-se para análise e julgamento das propostas de preços apresentadas pelas empresas abaixo, participantes do processo em epígrafe.

EMPRESAS LICITANTES

- PAM CONSTRUÇÕES LTDA-EPP;
- DE FARIA CONSTRUÇÕES LTDA;
- DJP CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO LTDA-ME;
- EMPREITEIRA PAVICON e
- TRANSPEREIRA CONSTRUÇÕES E TERRAPLANAGEM.

É o relatório.

ANÁLISE DA COMISSÃO

A Comissão Permanente de Licitações analisou atentamente as propostas de preços apresentadas pelas empresas participantes do certame e concluiu que as exigências contidas no edital e nos termos da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, foram plenamente observadas, decidindo assim:

CLASSIFICAR AS PROPOSTAS DAS EMPRESAS:

- PAM CONSTRUÇÕES LTDA-EPP;
- DE FARIA CONSTRUÇÕES LTDA;
- DJP CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO LTDA-ME;
- EMPREITEIRA PAVICON e
- TRANSPEREIRA CONSTRUÇÕES E TERRAPLANAGEM.

Assim sendo, após análise das propostas apresentadas, ficam de tal modo classificadas pelo critério de MENOR PREÇO GLOBAL as empresas:

- 1ª Classificada: DJP CONSTRUÇÕES E COMERCIO LTDA ME: R\$ 247.361,24 (duzentos e quarenta e sete mil, trezentos e sessenta e um reais e vinte e quatro centavos);
- 2ª Classificada: TRANSPEREIRA CONSTRUÇÃO E TERRAPLANAGEM LTDA: R\$ 290.840,51 (duzentos e noventa mil, oitocentos e quarenta reais e cinquenta e um centavos);
- 3ª Classificada: DE FARIA CONSTRUÇÕES LTDA: R\$ 295.854,64 (duzentos e noventa e cinco mil, oitocentos e cinquenta e quatro reais e sessenta e quatro centavos);
- 4ª Classificada: PAM CONSTRUÇÕES LTDA-EPP: R\$ 299.999,99 (duzentos e noventa e nove mil, novecentos e noventa e nove reais e noventa e nove centavos) e
- 5ª Classificada: EMPREITEIRA PAVICON LTDA: R\$ 330.270,07 (trezentos e trinta mil, duzentos e setenta reais e sete centavos).

O resultado deste julgamento será publicado no Diário Oficial do Município (DOM) no dia, contando-se a partir do ato, prazo para eventual recurso.

São José, 20 de outubro de 2015.

Leonardo Wiethorn Rodrigues	Paulo Dutra	
Presidente da CPL	Membro da CPL	
Rejane Magali dos S. Medeiros	Kety Silva Trierveiler	
Membro da CPL	Membro da CPL	
Ramon S. Campos Martins		
Membro da CPL		

PORTARIA Nº 033/2015/SF

PORTARIA Nº 033/2015/SF

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR JUNTO AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, PARA O EXERCÍCIO DE 2015.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE FINANÇAS DE SÃO JOSÉ, em conformidade com o artigo 35, da Lei Municipal nº 5.466/2015 e o Decreto nº 4.006/2015, de 12 de fevereiro de 2015,

RESOLVE:

Art. 1º Abrir Crédito Adicional Suplementar, em conformidade com os artigos 25 e 36, da Lei Municipal nº 5.466/2015, na importância de R\$ 105.000,00 (cento e cinco mil reais), referente as dotações consignadas no Orçamento do Município de São José, a seguir especificadas:

06.00 – SECRETARIA DE RECEITA

06.01 – SECRETARIA DE RECEITA

06.01.04.129.0105.2.064 – Funcionamento e Manutenção da Secretaria de Receita

174 – 3.3.90.30.00.00.0080 – Material de consumo,
Recursos Próprios R\$
5.000,00
Total desta Atividade R\$
5.000,00
Total do Órgão R\$
5.000,00

30.00 – ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO

30.01 – ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO

30.01.04.123.0105.2.268 – Encargos Financeiros, Operacionais e Tributários

2152 – 3.3.90.39.00.00.0026 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica,
Recursos do Convênio com Multas de Trânsito R\$
100.000,00
Total desta Atividade R\$
100.000,00
Total do Órgão R\$
100.000,00
Total do Crédito Adicional Suplementar R\$
105.000,00

Art. 2º - Os recursos necessários para atendimento ao Crédito Adicional Suplementar, aberto na forma disposta no artigo 1º desta Portaria, correrão à conta da anulação da importância de R\$ 105.000,00 (cento e cinco mil reais), nas dotações consignadas no Orçamento do Município de São José, a seguir especificadas:

06.00 – SECRETARIA DE RECEITA

06.01 – SECRETARIA DE RECEITA

06.01.04.129.0105.2.064 – Funcionamento e Manutenção da Secretaria de Receita

175 – 3.3.90.33.00.00.0080 – Passagens e Despesas com Locomoção,
Recursos Próprios R\$
5.000,00
Total desta Atividade R\$
5.000,00
Total do Órgão R\$
5.000,00

30.00 – ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO

30.01 – ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO

30.01.06.123.0110.2.074 – Transferência ao FUNSET

2155 – 3.3.50.41.00.00.0026 – Contribuições,
Recursos do Convênio com Multas de Trânsito R\$
100.000,00
Total desta Atividade R\$
100.000,00
Total do Órgão R\$
100.000,00
Total da Anulação R\$
105.000,00

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 26 de outubro de 2015.

ANTÔNIO CARLOS VIEIRA

Secretário de Finanças

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 120/2015 – PROCESSO Nº 388/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 120/2015 – Processo nº 388/2015. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EVENTUAL FORNECIMENTO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DESTINADOS AO Serviço especializado para pessoas em situação de rua (CENTRO POP) DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ/SC. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: De 27 de outubro de 2015 às 18h00min até dia 11 de novembro de 2015, às 14h00min. ABERTURA DAS PROPOSTAS E INÍCIO DA SESSÃO DA DISPUTA DE PREÇOS: Às 14h00min do dia 11 de novembro de 2015. Retirada do edital no link: <http://wbc.pmsj.sc.gov.br/>. Maiores informações: Setor de Licitações, 3º andar das 13h00min às 18h00min. Fone: (48) 33810002.

CÂMARA MUNICIPAL**RESOLUÇÃO Nº. 446, DE 26 DE OUTUBRO DE 2015**

RESOLUÇÃO Nº. 446, DE 26 DE OUTUBRO DE 2015.

ALTERA A RESOLUÇÃO Nº. 427/2015 QUE ESTABELECE O CALENDÁRIO DOS FERIADOS E PONTOS FACULTATIVOS DO PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE 1º DE JANEIRO À 31 DE DEZEMBRO DE 2015, PARA O PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 74, II, "a", 1, do Regimento Interno instituído pela Resolução nº. 164, de 20 de dezembro de 2005 de acordo com o disposto na Lei Federal nº. 9.093, de 12 de setembro de 1995, na Lei Estadual nº. 12.906, de 22 de 2004 que alterou a Lei Estadual nº. 10.306, de 26 de dezembro de 1996,

RESOLVE:

Art. 1º – Fica alterado o inciso XV, do artigo 1º da Resolução nº. 427 de 11 de fevereiro de 2015, passando a vigorar nos seguintes termos:

" Art. 1º -

XV – 30 de outubro, sexta-feira, em alusão ao dia do servidor público (ponto facultativo);

[...]” (NR)

Art. 2º - No dia 28 de outubro de 2015 (dia do Servidor Público) haverá expediente normal no Poder Legislativo Municipal de São José/SC.

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de São José, 26 de outubro de 2015.

ORVINO COELHO DE ÁVILA

Presidente

São Lourenço do Oeste

PREFEITURA

DECRETO Nº 5.211, DE 26 DE OUTUBRO DE 2015.

DECRETO Nº 5.211, DE 26 DE OUTUBRO DE 2015.

Constitui a Comissão de Avaliação do Processo Seletivo nº 003/2015 e a Comissão de Avaliação da Prova Prática do Processo Seletivo nº 003/2015, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 55, inciso VII, da Lei Orgânica do Município, e de acordo com o Edital de Processo Seletivo nº 003, de 15 de outubro de 2015.

DECRETA:

Art. 1º Fica constituída a Comissão de Avaliação do Processo Seletivo nº 003/2015, responsável pela execução do Processo Seletivo, aberto pelo Edital nº 003/2015, de 15 de outubro de 2015, para seleção, em caráter temporário, de Educadores e Instrutores Sociais para atuarem no Núcleo de Atendimento à Criança e Adolescente - NACA, de Instrutor Social para atuar no Programa Mulher de Valor e de Educador Social para atuar no Programa de Atenção aos Idosos, e a Comissão de Avaliação da Prova Prática para o cargo de Instrutor Social I, do Processo Seletivo nº 003/2015, da seguinte forma:

I - Comissão de Avaliação do Processo Seletivo:

- a) Jakson Alex Kichel, servidor público municipal, ocupante do cargo de Técnico de Apoio Administrativo, matrícula nº 1919/01;
- b) Diane Beatriz Lanzarin, servidora pública municipal, ocupante do cargo de Gerente de Licitações e Compras, matrícula nº 3148/01;
- c) Lilyan Trindade dos Santos, servidora pública municipal, ocupante do cargo de Técnico de Apoio Administrativo, matrícula nº 1751/01;
- d) Nivo Ede Mallmann, servidor público municipal, ocupante do cargo de Assistente Social, matrícula nº 1921/01;
- e) Itamar Fernandes, servidor público municipal, ocupante do cargo de Assistente Social, matrícula nº 847/01.

II - Comissão de Avaliação da Prova Prática:

- a) Cleonice Maria Trevisan Suttilli, inscrita no CPF sob o 422.241.289-91;
- b) Diane Beatriz Lanzarin, servidora pública municipal, ocupante do cargo de Gerente de Licitações e Compras, matrícula nº 3148/01;
- c) Nadia Gava Bolzan, servidora pública municipal, ocupante do cargo de Analista Administrativo, matrícula nº 3113/01.

Art. 2º Os membros das Comissões, relacionados nos incisos I e II do art. 1º, escolherão entre seus representantes um Presidente.

Art. 3º As Comissões somente poderão atuar com a maioria absoluta de seus membros.

Art. 4º As decisões das Comissões constantes no art. 1º deste Decreto, serão tomadas por maioria simples de votos, cabendo ao Presidente o voto de desempate.

Parágrafo único. As Comissões apresentarão o resultado final do processo de classificação dos interessados em até 05 (cinco) dias após a realização do mesmo.

Art. 5º Compete às Comissões emitir julgamentos e resolver os casos omissos sobre o mesmo.

Art. 6º Por se tratar de serviço relevante ao Município, os membros

nomeados pelo art. 1º deste Decreto não receberão qualquer tipo de remuneração pelos serviços prestados em relação do Processo Seletivo nº 003/2015.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 26 de outubro de 2015.

GERALDINO CARDOSO

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 5.212, DE 26 DE OUTUBRO DE 2015.

DECRETO Nº 5.212, DE 26 DE OUTUBRO DE 2015.

Altera o Decreto nº 5.154, de 20 de agosto de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo que lhe confere o art. 55, inciso VII, da Lei Orgânica do Município, e de acordo com o disposto no art. 2º da Lei nº 1.660, de 08 de maio de 2007, com a alteração dada pela Lei nº 1.766, de 15 de outubro de 2008,

DECRETA:

Art. 1º Fica alterada a alínea 'c', do inciso V, do art. 1º, do Decreto nº 5.154, de 20 de agosto de 2015, que "nomeia os membros do Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - Conselho do FUNDEB, e dá outras providências", para que passe a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º
.....

V
.....

c) Maricler Câmara Corrêa - inscrita no CPF sob o nº 025.785.889-02 - titular;

..... " (NR)

Art. 2º As demais disposições do Decreto nº 5.154, de 20 de agosto de 2015, permanecem inalteradas.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 26 de outubro de 2015.

GERALDINO CARDOSO

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 5.213, DE 26 DE OUTUBRO DE 2015.

DECRETO Nº 5.213, DE 26 DE OUTUBRO DE 2015.

Determina Ponto Facultativo no Município no dia 30 de outubro de 2015, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 55, inciso VII, da Lei Orgânica do Município;

CONSIDERANDO as comemorações alusivas ao Dia do Servidor Público, no dia 28 de outubro de 2015;

CONSIDERANDO a conveniência de manter o expediente em todos os órgãos e entidades da Administração Pública Municipal direta e indireta na quarta-feira, dia 28 de outubro de 2015, e de realizar o ponto facultativo na sexta-feira, dia 30 de outubro de 2015, em comemoração ao Dia do Servidor Público;

DECRETA:

Art. 1º Fica determinado Ponto Facultativo em todos os órgãos e entidades da Administração Pública Municipal direta e indireta, no dia 30 de outubro de 2015, sexta-feira, em comemoração ao Dia do Servidor Público.

Parágrafo único. Excetua-se do previsto no caput deste artigo, o Serviço Público Municipal de Saúde 24 horas e o Conselho Tutelar, considerados essenciais para a comunidade.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 26 de outubro de 2015.

GERALDINO CARDOSO

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 5.214, DE 26 DE OUTUBRO DE 2015.

DECRETO Nº 5.214, DE 26 DE OUTUBRO DE 2015.

Abre crédito adicional suplementar, anulação de dotações, no orçamento programa de 2015, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, autorização contida na Lei Municipal nº 2.191, de 18 de dezembro 2014, e de acordo com o inciso III, do §1º, do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício, crédito adicional suplementar, anulação de dotações, adicionando-se pelo crédito orçamentário o valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), na seguinte dotação orçamentária:

09.00	SEC. DE PLANEJAMENTO E DES. URBANO - SDU		
09.01	SEC. DE PLANEJAMENTO E DES. URBANO - SDU		
15.451.4511.2.034 .3.3.90.00.00.00.00.0.1.0000	106	Aplicação Direta	R\$ 30.000,00

Art. 2º Para atendimento da suplementação de que trata o art. 1º, em conformidade com o que estabelece o inciso III, do §1º, do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964 e a Lei Municipal nº 2.191, de 18 de dezembro 2014, serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial da seguinte dotação:

09.00	SEC. DE PLANEJAMENTO E DES. URBANO - SDU		
09.01	SEC. DE PLANEJAMENTO E DES. URBANO - SDU		
15.451.4511.2.034 .3.1.90.00.00.00.00.0.1.0000	101	Aplicação Direta	R\$ 30.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste, SC, 26 de outubro de 2015.

GERALDINO CARDOSO

Prefeito Municipal

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 002.1/2015 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 002.1/2015

RETIFICA ITEM CONSTANTE NO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 002/2015, QUE ABRE INSCRIÇÕES E BAIXA NORMAS PARA SELEÇÃO DE PROFESSORES EM CARÁTER TEMPORÁRIO E EXCEPCIONAL PARA O ANO LETIVO DE 2016, NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, inciso IX da Lei Orgânica do Município e de acordo com o artigo 38, caput da Lei Complementar nº 90 de 2007 e a Lei nº 1.779 de 2008 e suas alterações e da Lei nº 1.742 de 2008 e suas alterações, Decreto Municipal nº 4.357, de 23 de janeiro de 2012 e suas alterações, o art. 24, inciso V, alínea b, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional/LDBEN nº 9394 de 1996, demais disposições legais aplicáveis à espécie, resolve RETIFICAR O Edital nº 002/2015, que "abre inscrições e baixa normas para seleção de professores em caráter temporário e excepcional para o ano letivo de 2016, na rede municipal de ensino", excluindo as alíneas "d" e "e" dos incisos IV e V e as alíneas "c" e "d" do inciso VI, todos do ITEM "4. Da Classificação", para que passe a constar com a seguinte redação:

"

4. DA CLASSIFICAÇÃO

4.1 - A classificação dar-se-á em ordem decrescente, obedecidos os seguintes critérios:

I - Para a classificação dos candidatos inscritos para atuarem na Educação Infantil:

- a) Especialização na Área da Educação Infantil;
- b) Pedagogia ou Normal Superior – habilitação mínima em Educação Infantil;
- c) Conclusão da 5ª fase (semestre) de Pedagogia – habilitação mínima em Educação Infantil;
- d) Habilitação em Pedagogia de Anos Iniciais;
- e) Concluída a 1ª fase (semestre) de Pedagogia em Educação Infantil;
- f) Concluída a 1ª fase (semestre) de Pedagogia em Anos Iniciais do Ensino Fundamental;
- g) Diploma ou certificado de conclusão do Magistério (Ensino Médio);

II - Para a classificação dos candidatos inscritos para atuarem nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental:

- a) Especialização nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental;
- b) Pedagogia ou Normal Superior - habilitação mínima em Anos Iniciais;
- c) Conclusão da 5ª fase (semestre) de Pedagogia em Anos Iniciais do Ensino Fundamental;
- d) Habilitação em Pedagogia de Educação Infantil;
- e) Concluída a 1ª fase (semestre) de Pedagogia em Anos Iniciais do Ensino Fundamental;
- f) Concluída a 1ª fase (semestre) de Pedagogia em Educação Infantil;
- g) Diploma ou certificado de conclusão do Magistério (Ensino Médio);

III - Para a classificação dos candidatos inscritos para atuarem nos Anos Finais do Ensino Fundamental:

- a) Especialização na Área Específica de cada disciplina;
- b) Licenciatura Plena na disciplina específica (Diploma, declaração e/ou Certificado e Histórico de Conclusão de Curso);
- c) Concluída a 1ª fase (semestre) do curso de licenciatura na disciplina específica;
- d) Concluído o Curso de Inglês e Espanhol, de acordo com o previsto na letra "d" do item 3.3;
- e) Licenciatura plena em outra área, desde que conste na matriz curricular 180 (cento e oitenta) horas/aula na disciplina específica.

IV - Para a classificação dos candidatos inscritos para atuarem na Educação Especial:

- a) Especialização na Área da Educação Especial;
- b) Licenciatura Plena em Educação Especial ou Licenciatura Plena em Pedagogia;
- c) Diploma, declaração, certificado ou certidão de conclusão do Curso de Licenciatura Plena, desde que tenha Curso de Aperfeiçoamento em Libras ou Braille.

V - Para a classificação dos candidatos inscritos para atuarem na Correção de Fluxo:

- a) Especialização nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental;
- b) Licenciatura Plena em Pedagogia - Habilitação em Anos Iniciais do Ensino Fundamental;
- c) Tempo de serviço na classe de Correção de Fluxo, com comprovação por meio de portaria.

VI - Para a classificação dos candidatos inscritos para atuarem no Reforço Escolar:

- a) Especialização nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental;
 - b) Licenciatura Plena em Pedagogia - Habilitação em Anos Iniciais do Ensino Fundamental ou Licenciatura em Letras-Português."
- (NR).

São Lourenço do Oeste - SC, 26 de outubro de 2015.

GERALDINO CARDOSO

Prefeito Municipal

LEI Nº 2.246, DE 26 DE OUTUBRO DE 2015.

LEI Nº 2.246, DE 26 DE OUTUBRO DE 2015.

Dispõe sobre desafetação e autoriza a doação de bem imóvel que identifica, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica desafetado parte do lote urbano número 01 (um), com área superficial de 564,18 m² (quinhentos e sessenta e quatro vírgula dezoito metros quadrados), e benfeitoria com área construída de 217,73 m² (duzentos e dezessete vírgula setenta e três metros quadrados), de propriedade do Município de São Lourenço do Oeste/SC, situado na comunidade de Sant'Ana da Bela Vista, no distrito de São Roque, neste Município, matrícula nº 14.297, do Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca, constante do Anexo Único desta Lei.

§ 1º Sobre o imóvel, de que trata o caput deste artigo, encontrava-se sediada a antiga Escola Básica Municipal Sant'Ana da Bela Vista, que atualmente encontra-se desocupada.

§ 2º O imóvel descrito no caput foi avaliado em R\$ 88.000,00 (oitenta e oito mil reais), conforme laudo de avaliação constante do Anexo Único desta Lei.

Art. 2º O imóvel ora desafetado fica automaticamente transpassado para a categoria de bem dominial, integrando o patrimônio disponível do Município.

Art. 3º Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a doar, sem ônus, o bem imóvel descrito no art. 1º desta Lei, ao Clube de Idosos Renascer, entidade de personalidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob o nº 04.192.796/0001-82, com sede na comunidade de Sant'Ana da Bela Vista, no distrito de São Roque, neste Município de São Lourenço do Oeste/SC.

Art. 4º Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar a baixa do bem descrito no art. 1º, após a doação de que trata o art. 3º, do patrimônio do Município.

Art. 5º Para cobrir as despesas decorrentes da execução da presente Lei, serão usados recursos do orçamento municipal em execução.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste, SC, 26 de outubro de 2015.

GERALDINO CARDOSO

Prefeito Municipal

ANEXO ÚNICO

(Lei nº 2.246, de 26 de outubro de 2015)

CERTIDÃO DE MATRÍCULA Nº 14.297, DO CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DE SÃO LOURENÇO DO OESTE E LAUDO DE AVALIAÇÃO

São Lourenço do Oeste, SC, 26 de outubro de 2015.

GERALDINO CARDOSO

Prefeito Municipal

TERMO DE RETOMADA DE OBRA - CONTRATO Nº 089/2015

TERMO DE RETOMADA DE OBRA

Solicito, na presente data, que a empresa PANDINI CONSTRUÇÕES E INCORPORAÇÕES LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 03.210.836/0001-09, vencedora do Processo Licitatório nº 040/2015, Modalidade Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia nº 005/2015, que tem como objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA, BEM COMO O FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO DE OBRA, PARA EXECUÇÃO DE REFORMAS NOS GINÁSIOS MUNICIPAIS; PREFEITO ZENO GERMANO ETGES, BAIRRO SANTA CATARINA, COM ÁREA TOTAL DE 1.204,28 M², E GINÁSIO MUNICIPAL SÃO FRANCISCO NO BAIRRO SÃO FRANCISCO, COM ÁREA TOTAL DE 1.204,35 M², CONFORME PROJETOS ANEXOS E CONTRATO DE REPASSE Nº 1.004.907-47/2013 MINISTÉRIO DOS ESPORTES/CAIXA, CONVÊNIO Nº 784350/2013, em virtude de que, assinou o Contrato nº 089/2015, de 16 de abril de 2015, RETOME DE IMEDIATO a execução do mesmo.

Tal solicitação se faz necessária em razão de que o objeto contratado é proveniente do Contrato de Repasse nº. 1.004.907-47/2013, assinado com o Ministério do Esporte, com intermediação da Caixa Econômica Federal, que emitiu autorização para o início da execução da obra, por meio de Ofício nº. 1444/2015/SR Oeste de SC/GIGOV/CH.

São Lourenço do Oeste, SC, 16 de outubro de 2015.

GERALDINO CARDOSO

Prefeito Municipal

São Miguel do Oeste

PREFEITURA

DECRETO Nº 8.442/2015 FICA APROVADO O DESDOBRAMENTO, DE PARTE DO LOTE URBANO Nº 24 – A, DA QUADRA “C”, COM ÁREA DE 599,95M², DE PROPRIEDADE DE CLAUDIO DERESZ.

DECRETO Nº 8.442/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o inciso VI, do art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990,

DECRETA:

Art. 1º Fica aprovado o DesDobramento, de parte do Lote Urbano nº 24 – A, da quadra “C”, com área de 599,95m², matrícula nº43.544, situado na Rua Marcelino Fortunato Ecker, Bairro São Sebastião, Loteamento Martini, no município de São Miguel do Oeste – SC, de propriedade de Claudio Deresz, passando de ora em diante a terem as seguintes confrontações em duas parcelas:

DESDOBRAMENTO:

Lote Urbano nº 24-A-1 com 299,95m², confronta-se: Ao Norte: com parte dos lotes urbanos nº 20 e 21, medindo 16,15 metros; Ao Leste: com o lote urbano nº 24-A, medindo 10,00 metros; Novamente ao Norte: com o lote urbano nº 24-A, medindo 30,00 metros; Novamente ao Leste com a Rua Marcelino Fortunato Ecker, medindo 3,00 metros; Ao Sul: Com o Lote urbano nº 24, medindo 46,15 metros; Ao Oeste: Com o lote urbano nº 24 – B, medindo 13,00 metros.

Lote Urbano nº 24-A com 300,00m², confronta-se: Ao Norte: com o lote urbano nº 23 e com parte do lote urbano nº 21, medindo 30,00 metros; Ao Leste: com a Rua Marcelino Fortunato Ecker, medindo 10,00 metros; Ao Sul: Com parte do mesmo Lote urbano nº 24-A-1, medindo 30,00 metros; Ao Oeste: Com o lote urbano 24-A-1, medindo 10,00 metros.

Art.2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE– SC.

Em, 20 de outubro de 2015.

JOÃO CARLOS VALAR

Prefeito Municipal

PEDRO JOSÉ DE CONTO

Secretário da Fazenda e Administração

Este Decreto foi publicado no
Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

ELIANE TEIXEIRA DA ROSA

Técnico Administrativo

DECRETO Nº 8.444/2015 - FICA APROVADO O DESDOBRAMENTO, DO LOTE URBANO Nº 12, COM ÁREA DE 1.500,00M², COM UMA CASA RESIDENCIAL DE ALVENARIA MEDINDO 139,07M², MATRICULA Nº 43.892, DE PROPRIEDADE DE EDISSON LUIZ STELLA.

DECRETO Nº 8.444/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o inciso VI, do art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990,

DECRETA:

Art. 1º Fica aprovado o Desdobramento, do Lote Urbano nº 12, com área de 1.500,00m², com uma casa residencial de alvenaria medindo 139,07m², matrícula nº 43.892, sito em Rua Ewaldo Scharzt com a Projetada “A”, Loteamento São Gerônimo, bairro São Sebastião, no município de São Miguel do Oeste – SC, de propriedade de EDISSON LUIZ STELLA, passando de ora em diante a terem as seguintes confrontações:

DESDOBRAMENTO:

Parte do Lote Urbano nº 12, com área de 300,00m², confrontando: Ao Norte: Com parte do Lote nº 13, por linha seca, numa extensão de 15,20m; Ao Leste: Com parte do mesmo Lote Urbano nº 12, por linha seca, numa extensão de 19,74m; Ao Sul: Com parte do Lote B-5, por linha seca, numa extensão de 15,20m; Ao Oeste: Com a Rua Projetada “A”, numa extensão de 19,72m.

Remanescente:

Parte do Lote Urbano nº 12, com área de 1.200,00m², confrontando: Ao Norte: Com o Lote nº 11, com parte do Lote nº 09 e com parte do Lote nº 13, por linha seca, numa extensão de 60,91m; Ao Leste: Com a Rua Ewaldo Scharzt, numa extensão de 19,84m; Ao Sul: Com o Lote B-4 e com parte do Lote B-5, por linha seca, numa extensão de 60,38m; Ao Oeste: Com parte do mesmo Lote Urbano nº 12, por linha seca, numa extensão de 19,74m.

Art. 2º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se em especial o Decreto nº 8.439/2015 de 15 de outubro de 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE– SC.

Em, 22 de outubro de 2015.

JOÃO CARLOS VALAR

Prefeito Municipal

PEDRO JOSÉ DE CONTO

Secretário da Fazenda e Administração

Este Decreto foi publicado no
Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

ELIANE TEIXEIRA DA ROSA

Técnico Administrativo

DECRETO Nº 8.445/2015 - FICA APROVADO O REMEMBRAMENTO, DO LOTE URBANO Nº 01, COM ÁREA DE 399,635M² E LOTE URBANO Nº 02, COM ÁREA DE 360,00M², DE PROPRIEDADE DE BELFIN COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO PARTICIPAÇÕES E INCORPORAÇÕES LTDA.

DECRETO Nº 8.445/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o inciso VI, do art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990,

DECRETA:

Art.1º Fica aprovado o REMEMBRAMENTO, do Lote Urbano nº 01, com área de 399,635m² e Lote Urbano nº 02, com área de 360,00m², totalizando uma área de 759,635 m², localizados na Rua Arno E. Schwambach com a Rua Nadir José Bertuol, quadra "H", no Loteamento Belfin II, na cidade de São Miguel do Oeste – SC, de propriedade de BELFIN COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO PARTICIPAÇÕES E INCORPORAÇÕES LTDA, passando de ora em diante a ter a seguinte confrontação:

REMEMBRAMENTO:

Lotes Urbanos nº 01 e 02, com área respectivas de 399,635 e 360,00m², da quadra H, num total de 759,635 m² confrontando: Ao Norte: Com os lotes urbanos nº 09 e 08, por linha seca de 25,50 m; Ao Leste: Com o Lote Urbano nº 03, por linha seca de 30,00 m; Ao Sul: Com a Rua Arno E. Schwambach, numa extensão de 20,50 m; Ao Sudoeste: Com as Ruas Arno E. Schwambach e Nadir José Bertuol, com raio de 5,00m, Ao Oeste: Com a Rua Nadir José Bertuol, numa extensão de 25,00 m;

Art. 2º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se em especial o Decreto nº 8.425 de 17 de setembro de 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE - SC,

Em 22 de outubro de 2015.

JOÃO CARLOS VALAR

Prefeito Municipal

PEDRO JOSÉ DE CONTO

Secretário da Fazenda e Administração

Este Decreto foi publicado no

Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

ELIANE TEIXEIRA DA ROSA

Técnico Administrativo

DECRETO Nº 8.446/2015 - FICA APROVADO DESMEMBRAMENTO E REMEMBRAMENTO, LOTES RURAIS NºS 41, 05 E 06, COM AS RESPECTIVAS ÁREAS DE 5.640,00M², 8.000,00M² E 5.000,00M², DE PROPRIEDADE DE ANTONIO FERREIRA RODRIGUES,

DECRETO Nº 8.446 /2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o inciso VI, do art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990,

DECRETA:

Art. 1º Fica aprovado DESMEMBRAMENTO e REMEMBRAMENTO, LOTES RURAIS nºs 41, 05 e 06, com as respectivas áreas de 5.640,00m², 8.000,00m² e 5.000,00m², e matrículas nºs 409, 11.335 e 28.034, localizado na Seção Linha Veado - Antas, 1º Distrito, neste município de São Miguel do Oeste-SC, de propriedade

de Antonio Ferreira Rodrigues, que serão desmembrados e remembrados, passando a ter as seguintes confrontações.

DESMEMBRAMENTO:

Parte do Lote Rural nº. 41, com a área de 5.640,00m², denominada Gleba 03, Sendo: área edificável de 3.185,00m², área não edificável de 2.455,00m², perfazendo uma área de 5.640,00 m², confrontando-se: ao Norte: com terras pertencentes à "faixa de domínio do DNIT, BR-282", por linha circular, numa extensão de 174,77 metros, com terras pertencentes ao mesmo lote rural nº. 41, ao Leste: com o Lote Rural nº. 40, por linha seca de 29,80 metros, ao Sul e Sudoeste e Sudeste pela antiga "estrada Geral SMOeste - Barra do Veado," em linha sinuosa, em curva não racional, de formato circular; numa extensão de 189,23metros, pertencentes aos lotes rurais nºs. 05 e 06.

Parte do Lote Rural nº 06, com a área de 5.000,00m², denominada Gleba 02, Confrontando-se: ao Norte: pela antiga "Estrada Geral SMOeste - Barra do Veado" em linha sinuosa, em curva não racional, de formato circular, numa extensão de 100,80 metros, com o lote rural nº. 41, ao Leste: com Lote Rural nº. 06, por linha seca de 54,44 metros, ao Sul: com o Lote Rural nº. 06, por linha seca de 100,00 metros, ao Oeste: com os Lotes Rurais nº 04, e parte do lote rural nº 05, (parte da área nº 01), por linha seca de 54,44 metros.

Parte do Lote Rural nº 05, (parte da área nº 01), com a área de 8.000,00 m², denominada GLEBA 01, Sendo área edificável de 4.477,00 m², e não edificável de 3.523,00 m², Confrontando-se: ao norte: com terras pertencentes ao D. N. I. T. faixa de domínio da BR-282, por linha circular, numa extensão de 118,97 metros, ao Nordeste: pela antiga "estrada Geral SMOeste - Barra do Veado; em linha reta, numa extensão de 45,63 metros, com lote rural nº 41, e ao D. N. I. T.(faixa não edificável), ao Leste: com Lote Rural nº 06, por linha seca de 30,00 metros. ao Sul: com Lote Rural nº 04; por linha seca de 159,00 metros, ao Oeste: com Lote Rural nº. 05, parte da área nº 01, por linha seca de 79,00 metros.

REMEMBRAMENTO:

Lotes Rurais nºs 41, 05 e 06, com as respectivas áreas de 5.640,00m², 8.000,00m² e 5.000,00m², perfazendo uma área total de 18.640,00m², Sendo: área não edificável de 5.978,00 m², edificável de 12.662,00 m², confrontando: ao Norte: pela FAIXA DE DOMÍNIO DO D.N.I.T (35,00 metros do eixo), por uma linha circular, numa extensão de 293,74 metros, ao Leste: com Lote Rural nº. 40, por linha seca de 29,80 metros, ao sudeste: pela antiga "estrada Geral SMOeste - Barra do Veado," em linha sinuosa, em curva não racional, numa extensão de 42,80 metros, novamente ao Leste: com Lote Rural nº 06, por linha seca de 54,44 metros, ao Sul: com Lote Rural nº 06, por linha seca de 100,00metros, ao Oeste: com Lote Rural nº 04, por linha seca de 24,44 metros, novamente ao Sul: com Lote Rural nº 04; por linha seca de 159,00 metros, ao Oeste: com Lote Rural nº 05, parte da área nº 01, por linha seca de 79,00 metros.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE– SC.

Em, 23 de outubro de 2015.

JOÃO CARLOS VALAR

Prefeito Municipal

PEDRO JOSÉ DE CONTO

Secretário da Fazenda e Administração

Este Decreto foi publicado no

Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

ELIANE TEIXEIRA DA ROSA
Técnico Administrativo

PROCESSO LICITATÓRIO N. 14/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 45/2015
PREGÃO PRESENCIAL Nº 29/2015

O Fundo Municipal de Saúde, a partir de seu Gestor, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade de Pregão, Tipo Menor Preço por Item.

OBJETO: Aquisição de material destinado a instalação da rede lógica no térreo, primeiro, segundo e terceiro andar do prédio sito a rua Guilherme José Missen, nº 289, referente aos serviços da Secretaria Municipal da Saúde, de acordo com o anexo I do edital. Entrega dos envelopes: Até às 09h45min do dia 10 de novembro de 2015.

Abertura: às 10h do mesmo dia.

Licitação regida pela Lei Federal nº 10.520 e 8.666/93 e alterações vigentes.

Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Compras desta Municipalidade sito a Rua Marcílio Dias, nº 1199, fone (0xx49) 3631 2000 e o edital na integra no pelo site: www.saomiguel.sc.gov.br

São Miguel do Oeste/SC, 26 de outubro de 2015.

AIRTON JOSÉ MACARINI SEGUNDO
Gestor do Fundo

PROCESSO LICITATÓRIO N. 145/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 145/2015
PREGÃO PRESENCIAL Nº 97/2015

A Prefeitura Municipal, a partir de seu Prefeito, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade de Pregão, Tipo Menor Preço por Item.

OBJETO: Aquisição de multiprocessador, batedeira e aparelhos de som destinados para as creches CEI Jardim Encantado do Bairro Jardim Peperi e CEI Mundo Novo do Bairro Salete, da Rede Municipal de Ensino, de acordo com o anexo I do edital.

Entrega dos envelopes: Até às 08h45min do dia 11 de novembro de 2015.

Abertura: às 09h do mesmo dia.

Licitação regida pela Lei Federal nº 10.520 e 8.666/93 e alterações vigentes.

Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Compras desta Municipalidade sito a Rua Marcílio Dias, nº 1199, fone (0xx49) 3631 2000 e o edital na integra no pelo site: www.saomiguel.sc.gov.br

São Miguel do Oeste/SC, 26 de outubro de 2015.

JOÃO CARLOS VALAR
Prefeito Municipal

PROCESSO LICITATÓRIO N. 146/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 146/2015
PREGÃO PRESENCIAL Nº 98/2015

A Prefeitura Municipal, a partir de seu Prefeito, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade de Pregão, Tipo Menor Preço por Item.

OBJETO: Aquisição de materiais esportivos educativos para utilização nas aulas de educação física e atividades esportivas desenvolvidas pelas Escolas do Ensino Fundamental, da Rede Municipal de Ensino, de acordo com o anexo I do edital.

Entrega dos envelopes: Até às 07h45min do dia 12 de novembro de 2015.

Abertura: às 08h do mesmo dia.

Licitação regida pela Lei Federal nº 10.520 e 8.666/93 e alterações vigentes.

Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Compras desta Municipalidade sito a Rua Marcílio Dias, nº 1199, fone (0xx49) 3631 2000 e o edital na integra no pelo site: www.saomiguel.sc.gov.br

São Miguel do Oeste/SC, 26 de outubro de 2015.

JOÃO CARLOS VALAR
Prefeito Municipal

PROCESSO LICITATÓRIO N. 43/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 43/2015
PREGÃO PRESENCIAL Nº 27/2015

O Fundo Municipal de Saúde, a partir de seu Gestor, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade de Pregão, Tipo Menor Preço por Item.

OBJETO: Aquisição de equipamento medico odontológico destinado ao Centro de Especialidades Odontológicas e para a Unidade de Pronto Atendimento Leonardo Weissheimer – UPA 24 hs, da Secretaria Municipal de Saúde, de acordo com o anexo I do edital. Entrega dos envelopes: Até às 07h45min do dia 10 de novembro de 2015.

Abertura: às 08h do mesmo dia.

Licitação regida pela Lei Federal nº 10.520 e 8.666/93 e alterações vigentes.

Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Compras desta Municipalidade sito a Rua Marcílio Dias, nº 1199, fone (0xx49) 3631 2000 e o edital na integra no pelo site: www.saomiguel.sc.gov.br

São Miguel do Oeste/SC, 26 de outubro de 2015.

AIRTON JOSE MACARINI SEGUNDO
Gestor do Fundo

PROCESSO LICITATÓRIO N. 44/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 44/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 28/2015

O Fundo Municipal de Saúde, a partir de seu Gestor, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade de Pregão, Tipo Menor Preço por Item.

OBJETO: Aquisição de aparelho eletrocardiógrafo destinado a realização de exames para pacientes residentes no município pelo setor de realização de exames na Unidade Sanitária Central e para a Unidade de Pronto Atendimento Leonardo Weissheimer – UPA 24 horas, da Secretaria Municipal de Saúde, de acordo com o anexo I do edital.

Entrega dos envelopes: Até às 08h45min do dia 10 de novembro de 2015.

Abertura: às 09h do mesmo dia.

Licitação regida pela Lei Federal nº 10.520 e 8.666/93 e alterações vigentes.

Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Compras desta Municipalidade sito a Rua Marcilio Dias, nº 1199, fone (0xx49) 3631 2000 e o edital na íntegra no pelo site: www.saomiguel.sc.gov.br

São Miguel do Oeste/SC, 26 de outubro de 2015.

AIRTON JOSE MACARINI SEGUNDO

Gestor do Fundo

PROCESSO LICITATÓRIO N. 46/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 46/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 30/2015

O Fundo Municipal de Saúde, a partir de seu Gestor, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade de Pregão, Tipo Menor Preço por Item.

OBJETO: Contratação de serviços de engenharia e arquitetura para elaboração do Projeto arquitetônicos, elétrico e demais necessários da Unidade Central com área de 773,86m² sito a rua John Kennedy, nº 199, de acordo com o anexo I do edital.

Entrega dos envelopes: Até às 07h45min do dia 11 de novembro de 2015

Abertura: às 08h do mesmo dia.

Licitação regida pela Lei Federal nº 10.520 e 8.666/93 e alterações vigentes.

Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Compras desta Municipalidade sito a Rua Marcilio Dias, nº 1199, fone (0xx49) 3631 2000 e o edital na íntegra no pelo site: www.saomiguel.sc.gov.br

São Miguel do Oeste/SC, 26 de outubro de 2015.

AIRTON JOSÉ MACARINI SEGUNDO

Gestor do Fundo

PROCESSO LICITATÓRIO N. 47/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 47/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 31/2015

O Fundo Municipal de Saúde, a partir de seu Gestor, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade de Pregão, Tipo Menor Preço por Item.

OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios destinados a produção de alimentação para os pacientes atendidos no Centro de Atenção Psicossocial da Secretaria Municipal da Saúde, para o exercício de 2015, de acordo com o anexo I do edital.

Entrega dos envelopes: Até às 07h45min do dia 13 de novembro de 2015

Abertura: às 08h do mesmo dia.

Licitação regida pela Lei Federal nº 10.520 e 8.666/93 e alterações vigentes.

Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Compras desta Municipalidade sito a Rua Marcilio Dias, nº 1199, fone (0xx49) 3631 2000 e o edital na íntegra no pelo site: www.saomiguel.sc.gov.br

São Miguel do Oeste/SC, 26 de outubro de 2015.

AIRTON JOSÉ MACARINI SEGUNDO

Gestor do Fundo

São Pedro de Alcântara

PREFEITURA

PORTARIA N.º 328/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 –
Fone: 48-32770122 – R.222
www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 328/2015

Exonera CLAUDINE CAPISTRANO PEREIRA LIMA DE OLIVEIRA do cargo de Odontologa.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 209, da Lei Complementar 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Exonerar CLAUDINE CAPISTRANO PEREIRA LIMA DE OLIVEIRA do cargo de Odontologa, contrato de trabalho nº. 063/2014.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 26 de outubro de 2015.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2015.

PORTARIA N.º 329/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 –
Fone: 48-32770122 – R.222
www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 329/2015

Exonera DAYANA CRISTINA COSTA do cargo de Assistente Social.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 209, da Lei Complementar 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Exonerar DAYANA CRISTINA COSTA do cargo de Assistente Social, contrato de trabalho nº. 052/2014.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 26 de outubro de 2015.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2015.

PORTARIA N.º 330/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 –
Fone: 48-32770122 – R.222
www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 330/2015

Concede licença para tratamento de saúde a servidora MÁRCIA REGINA MULLER JUNCKES, ocupante do Cargo de Atendente de Saúde Pública.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto no Art. 96, da Lei Complementar nº. 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder licença para tratamento de saúde a servidora MÁRCIA REGINA MULLER JUNCKES, pelo período de 07 (sete) dias, a contar da data de 16/10/2015, conforme atestado médico.

Art. 2.º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 16/10/2015.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 26 de outubro de 2015.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2015.

RESOLUÇÃO Nº 04/2015

RESOLUÇÃO Nº 04/2015

O PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA, no uso de suas atribuições, de acordo com o inciso XI do art. 12, do Regimento Interno deste Conselho, Resolve:

Art. 1º O Ensino Fundamental terá duração de 9 (nove) anos, com matrícula obrigatória a toda criança a partir dos 6 (seis) anos de idade.

§1º Para o ingresso no primeiro ano do Ensino Fundamental, a criança deverá ter 6 (seis) anos completos até 31 de março do ano em curso, como limite para a obrigatoriedade da matrícula (Resolução CNE/CEB nº. 01/2010);

Art. 2º A Pré-escola será organizada, de acordo com as seguintes regras (Lei Federal nº 12.796, de 04 de abril de 2013):

§1º Para ingresso na Pré-escola, a criança deverá ter 4 (quatro) anos de idade completos até 31 de março do ano em curso, como limite para obrigatoriedade da matrícula;

§2º Carga horária mínima anual de 800h, distribuída por um mínimo de 200 dias de trabalho educacional;

§3º O atendimento à criança será de 4 (quatro) horas para o Pré-escolar II, e de 6 (seis) horas para o Pré-escolar I;

§4º Haverá o controle de frequência pela instituição de educação pré-escolar, exigida a frequência mínima de 60% (sessenta por cento) do total de horas;

§5º Expedição de documentação que permita atestar os processos

de desenvolvimento e aprendizagem da criança.

Art. 3º O pai ou responsável pela criança que optou pela antecipação de matrícula, nos anos anteriores, poderá optar pela retenção de seu filho, desde que o mesmo venha a completar a idade de sua turma após 31 de março do ano em curso, mediante autorização de retenção de acordo com o Anexo I.

Art. 4º Revoga-se a Resolução do Conselho Municipal de Educação nº 01/2014.

São Pedro de Alcântara, 21 de outubro de 2015.

PAULO HENRIQUE LOHN

Presidente do Conselho Municipal de Educação

ANEXO I

AUTORIZAÇÃO DE RETENÇÃO DE TURMA

Eu, _____
_____, portador do CPF nº _____ e RG nº _____,
_____, residente em _____,
_____, responsável pela criança _____, nascida em _____, AUTORIZO a RETENÇÃO da criança no (a) _____ no Centro de Educação Infantil _____.

Demonstro ciência, de que meu/minha filho (a) irá cursar, antes de adentrar ao ensino fundamental, o pré-escolar I e II, de acordo com a Lei Federal nº 12.796, de 04 de abril de 2013.

Diante do exposto, declaro minha inteira responsabilidade pela presente autorização.

São Pedro de Alcântara, ____/____/201__.

Assinatura do Responsável.

RESOLUÇÃO Nº03/2015

RESOLUÇÃO Nº03/2015

O PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA, no uso de suas atribuições, de acordo com o inciso XI do art. 12, do Regimento Interno deste Conselho, Resolve:

Art. 1º Aprova o Plano Municipal de Educação, encaminhado a este Conselho.

Art. 2º Solicita o encaminhamento do Plano Municipal de Educação para a Câmara Municipal de Vereadores.

São Pedro de Alcântara, 15 de junho de 2015.

PAULO HENRIQUE LOHN

Presidente do Conselho Municipal de Educação

RESOLUÇÃO Nº05/2015

RESOLUÇÃO Nº05/2015

O PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA, no uso de suas atribuições, de acordo com o inciso XI do art. 12, do Regimento Interno deste Conselho, Resolve:

Art. 1º Fica instituído para o ano de 2016, a Colônia de Férias.

§1º No período de 06 de janeiro a 29 de janeiro de 2016;

§2º Serão atendidas as crianças que estão frequentando os Centros de Educação Infantil no ano de 2015;

Art. 2º Serão atendidas as crianças cujas mães comprovem vínculo empregatício no período.

Parágrafo Único – A mãe deverá entregar uma declaração, da empresa onde possui vínculo empregatício, como estará trabalhando no período em que será ofertada a colônia de férias.

Art. 3º O período das entregas das declarações e solicitação de vaga na colônia de férias será de: 26 de Outubro a 29 de Outubro de 2015.

Art. 4º A criança que estiver matriculada na colônia de férias e não comparecer, não terá direito a vaga na colônia de férias do próximo ano. Conforme termo de compromisso no anexo I.

Art. 5º O atendimento da Colônia de Férias será realizado no Centro de Educação Infantil Frei Ático.

São Pedro de Alcântara, 21 de outubro de 2015.

Paulo Henrique Lohn

Presidente do Conselho Municipal de Educação

ANEXO I

TERMO DE RESPONSABILIDADE

Eu, _____
_____, portador (a) do CPF nº _____ e RG nº _____,
_____, residente em _____,
_____, responsável pela criança _____, nascida em _____, assumo o compromisso com o Art. 4 da Resolução 05/2015 do Conselho Municipal de Educação: "A criança que estiver matriculada na colônia de férias e não comparecer, não terá direito a vaga na colônia de férias do próximo ano".
Diante do exposto, declaro minha inteira responsabilidade pelo presente termo.

São Pedro de Alcântara, ____/____/201__.

Assinatura do responsável.

RESOLUÇÃO Nº06/2015

RESOLUÇÃO Nº06/2015

EDITAL DE MATRÍCULA Nº 01/2015

O Presidente do Conselho Municipal de Educação e o Secretário de Educação Cultura e Desporto DO MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS e com fundamento na Constituição Federal/88, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBEN 9.394/96; nas Leis Federais nº 11.114/05, nº11.274/06 e Normas estabelecidas pelo Conselho Nacional de Educação; Resolução CNE/CEB nº 4 de 13 de julho de 2010; Resolução nº 5 de 17 de dezembro de 2009/Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil; Resolução CNE/CEB nº 1/2010 e na Resolução nº 6/2010; na Lei nº 8069/90 que dispõe sobre o ECA; Lei Federal nº 12796, de 04 de abril de 2013, Regimento Interno do Conselho Municipal de São Pedro de Alcântara, a partir do presente Edital:

REGULAMENTAM O PLANO DE MATRÍCULAS PARA O ANO LETIVO DE 2016 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

1. DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Art. 1º - Fica regulamentado no município de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, para as escolas da Rede Municipal de Ensino, Educação Infantil e Ensino Fundamental, o Plano de Matrículas para o ano letivo de 2016.

2. DA APRESENTAÇÃO

Art. 2º - O Conselho e a Secretaria de Educação Municipal de Educação, como parte integrante das atividades programadas, estabelecem por meio do presente edital as diretrizes gerais para a execução da matrícula para o ano letivo de 2016, conforme Resolução nº 03/2015 do Conselho Municipal de Educação:

I - Com o processo de matrícula para o ano de 2016, espera-se garantir a oferta do Ensino Fundamental, priorizando o acesso à escola para as crianças do município, na faixa etária a partir dos 6 (seis) anos completos ou a completar até o dia 31 de março de 2016. Sendo que os alunos que frequentaram o Pré-Escolar II, no ano de 2015, deverão ser matriculados no 1º ano do ensino.

II - Matrículas nos Centros de Educação Infantil em período integral ou parcial, para crianças de 04 (quatro) meses até as crianças que completarem 05 (cinco) anos de idade;

III - Os pais e/ou responsáveis legais das crianças matriculadas na Educação Infantil, na etapa compreendida creche, deverão comprovar vínculo empregatício;

IV - As matrículas nas turmas dos Centros de Educação Infantil estão destinadas somente para crianças que residam no município;

V - As crianças na faixa etária a partir de 04 (quatro) anos completos ou a completar até o dia 31 de março de 2016 serão matriculadas no Pré-Escolar I, no período de 6 (seis horas). Sendo que os alunos que frequentaram o Maternal II, no ano de 2015, deverão ser matriculadas no Pré-Escolar I.

VI - As crianças na faixa etária a partir de 05 (cinco) anos completos ou a completar até o dia 31 de março de 2016 serão matriculadas no Pré-Escolar II, no período de 4 (quatro horas). Sendo que os alunos que frequentaram o Pré - Escolar I, no ano de 2015, deverão ser matriculadas no Pré-Escolar II.

3. DOS OBJETIVOS

Art. 3º - O Plano de Regulamentação de Matrículas tem por objetivo:

§1º - GERAL

Assegurar o direito a matrícula na Educação Infantil (Creche e Pré-Escola) e Ensino Fundamental a todas as crianças e adolescentes na Rede Municipal de Ensino, para crianças que residam no município.

§2º - ESPECÍFICOS

I - Efetuar a rematrícula automática dos educandos que já frequentam o Ensino Fundamental;

II - Renovar a matrícula das crianças que frequentam a Educação Infantil, nos Centros de Educação Infantil;

III - Classificar por zoneamento e matricular todas as crianças que completam seis anos até o dia 31 de março de 2016 no primeiro ano do ensino fundamental, e matricular todas as crianças que completam quatro anos até o dia 31 de março de 2016 no pré-escolar I;

IV - Efetuar a matrícula de alunos novos, cumprindo os critérios deste Edital;

V - Garantir matrícula à criança/educando que comprove residência próxima ao Centro de Educação Infantil e à Escola de Ensino Fundamental;

VI - Efetuar a matrícula em qualquer época do ano letivo, atendidas as disposições legais;

VII - Reconduzir à Escola o aluno evadido;

VIII - Organizar a distribuição de vagas disponíveis nos Centros de Educação Infantil e nas Escolas, de acordo com o número de crianças/alunos previsto neste Edital.

4. DAS CARACTERÍSTICAS**4.1 ENSINO FUNDAMENTAL**

Art. 4º - A prioridade de matrícula será para os educandos do Ensino Fundamental que residam no município, inclusive aos que não tiveram acesso na idade própria, garantindo a inclusão de todos.

Art. 5º - Para o ingresso no 1º ano do Ensino Fundamental de nove anos, serão realizada as matrículas dos educandos que completem 6 (seis) até o dia 31 de março de 2016, respeitando o critério de classificação pelo zoneamento. Sendo que os alunos que frequentaram o Pré-Escolar II, no ano de 2015, deverão ser matriculados no 1º ano do ensino fundamental.

4.1.1 CRITÉRIOS DE CLASSIFICAÇÃO PELO ZONEAMENTO

I - Para o primeiro ano do Ensino Fundamental, terão preferência pela vaga as crianças que estiverem matriculadas e frequentando o Centro de Educação Infantil Frei Ático, no ano letivo de 2015.

II - Terá preferência o educando que tiver residência mais próxima da Unidade Escolar, e proximidade da escola com o local de trabalho dos pais ou responsáveis.

4.2 EDUCAÇÃO INFANTIL

Art. 6º - O ingresso de crianças, independente das condições físicas, mentais e sensoriais, nas classes de creche e pré-escola, constituir-se-á de:

4.2.1 CRECHES

- a) Berçário – 04 meses a 01 ano
- b) Maternal I – 01 ano a 02 anos
- c) Maternal II – 02 anos a 03 anos

I - Observar-se-ão os seguintes critérios no processo de matrícula das crianças para creches:

- a) Serão oferecidas vagas às crianças que não estiverem matriculadas em outra unidade escolar da rede de ensino pública ou privada;
- b) filhos de famílias hipossuficientes economicamente, ou que estejam recebendo o Bolsa Família, ou que sejam acompanhados e encaminhados por técnicos sociais e educacionais que possuem residência no município (respeitando o zoneamento);
- c) filhos de funcionários que possuem vínculo empregatício na prefeitura municipal de São Pedro de Alcântara, caso haja vaga;
- d) filhos de mães que comprovem vínculo empregatício e que possuem residência no município (respeitando zoneamento).

II - Durante o ano letivo, se houver necessidade, nas turmas da Educação Infantil, (Berçário, Maternal I, Maternal II, Pré-Escolar I e Pré-Escolar II), quando houver vaga, poderá haver o ingresso de crianças, respeitando a idade correspondente da turma.

4.2.2 PRÉ-ESCOLA

a) Pré - Escolar I – 04 (quatro) anos completos ou a completar até o dia 31 de março de 2016. Sendo que os alunos que freqüentaram o Maternal II, no ano de 2015, deverão ser matriculados no Pré-Escolar I.

b) Pré-Escolar II – 05 (cinco) anos completos ou a completar até o dia 31 de março de 2016. Sendo que os alunos que frequentaram o Pré-Escolar I, no ano de 2015, deverão ser matriculados no Pré-Escolar II.

I – As crianças que completarem 04 anos até o dia 31 de março de 2016, serão matriculadas na Pré-Escolar I, e serão atendidas nos Centros de Educação Infantil.

II – As crianças que completarem 05 anos até o dia 31 de março de 2016, serão matriculadas na Pré-Escolar II, e serão atendidas nos Centros de Educação Infantil.

5. DIRETRIZES BÁSICAS PARA EXECUÇÃO DO PLANO DE MATRÍCULAS

Art. 7º - As diretrizes básicas para a execução do plano de matrículas são as seguintes:

5.1 DA MATRÍCULA AUTOMÁTICA DO ENSINO FUNDAMENTAL

a) O sistema de matrícula automática destina-se a garantir vaga ao educando regularmente matriculado no Ensino Fundamental de nove anos, mediante a confirmação dos pais ou responsável pelo educando.

b) Matrículas automáticas para o Ensino Fundamental de nove anos serão efetuadas no ano indicado, conforme o resultado do processo de avaliação em vigor.

c) Cabe a escola efetuar a matrícula automática de todos os seus educandos já matriculados no Ensino Fundamental de nove anos, de acordo com a ficha de confirmação de matrícula para o ano letivo de 2016.

d) Será de compromisso da família, enviar a documentação complementar solicitada pela escola.

5.2 DA MATRÍCULA DE NOVOS ALUNOS NO ENSINO FUNDAMENTAL

a) A matrícula de alunos novos somente será permitida se houver vaga na respectiva turma.

b) A matrícula deverá ser realizada pelos pais ou responsáveis legais do educando, por meio do preenchimento da ficha de matrícula.

c) O educando evadido, que não possuir documentos comprobatórios de seu grau de escolarização, será submetido a teste de verificação de aprendizagem e será matriculado no Ensino Fundamental, de acordo com o seu desempenho na verificação (Lei nº 9.394/96, art. 24, inciso II, alínea C).

d) Em caso de não existência de vaga na unidade escolar, os pais ou responsáveis serão orientados a buscar vaga em outro estabelecimento de ensino mais próximo.

6. DA ORGANIZAÇÃO DAS CLASSES

As classes/turmas ficarão assim constituídas:

A) ENSINO FUNDAMENTAL DE NOVE ANOS

1ºs Ano	20 educandos por turma
2ºs Ano	20 educandos por turma
3ºs Ano	20 educandos por turma
4ºs Ano	25 educandos por turma
5ºs Ano	25 educandos por turma
6ºs Ano	25 educandos por turma
7ºs Ano	25 educandos por turma
8ºs Ano	25 educandos por turma
9ºs Ano	25 educandos por turma

I - Será criada uma nova classe quando o número de educandos matriculados exceder, observando-se os critérios acima estabelecidos, havendo a existência de espaço físico adequado e avaliação da equipe pedagógica da Secretaria Municipal de Educação.

B) ESCOLA MUNICIPAL MULTISERIADA

Turma de 15 educandos por sala.

Sendo que o atendimento será para alunos do 1º ano ao 5º ano do Ensino Fundamental.

C) EDUCAÇÃO INFANTIL**C.1) Centro de Educação Infantil Frei Ático**

Berçário – 14 crianças
Maternal I – 20 crianças
Maternal II – 25 crianças
Pr -Escolar I – 24 educandos
Pré-Escolar II – 20 educandos

C.2) Centro de Educação Infantil Professora Leonida Vieira Francener

Berçário – 14 crianças
Maternal I – 24 crianças
Maternal II – 36 crianças
Pré-Escolar I – 24 educandos
Pré-Escolar II – 20 educandos

7. DA DOCUMENTAÇÃO

Art. 8º - A documentação exigida no ato da matrícula será a seguinte:

7.1 EDUCAÇÃO INFANTIL**7.1.1 CRECHE**

- carteira de vacinação da criança (cópia);
- cartão nacional do SUS;
- cópia da certidão de nascimento da criança;
- comprovante de residência mês de outubro de 2015 (luz, telefone);
- Comprovante de renda dos pais do último mês (outubro/2015) e/ou comprovante de recebimento do Bolsa Família; atestado de trabalho da mãe, e/ou responsável, fornecido pelo empregador, ou declaração acompanhada de alvará, comprovando a atividade como autônomo;

7.1.2 PRÉ-ESCOLAR I e II

- atestado de frequência;
- histórico escolar;
- cópia da certidão de nascimento ou cópia de Identidade (RG), para os que já possuem;
- carteira de vacinação;
- cartão nacional do SUS;
- comprovante de residência (do mês de outubro de 2015).
- cópia do CPF dos responsáveis;
- 2 fotos 3x4.

7.2 ENSINO FUNDAMENTAL

- atestado de frequência;
- histórico escolar;
- cópia da certidão de nascimento ou cópia de Identidade (RG), para os que já possuem;
- carteira de vacinação;
- cartão nacional do SUS;
- comprovante de residência (do mês de outubro de 2015).
- cópia do CPF dos responsáveis;
- 2 fotos 3x4.

§1º - No caso de alunos em transferência durante o ano letivo, o responsável deverá encaminhar à escola toda a documentação acima citada e mais toda documentação complementar, julgada necessária pela Secretária Escolar.

§2º - A Escola deverá manter o registro da vida escolar do educando, porém se, no ato da matrícula, o educando não apresentar a documentação exigida, terá o prazo de 30 (trinta) dias para fazê-lo.

§3º - Se o educando não possuir documentação, a unidade escolar o encaminhará aos órgãos competentes, objetivando auxiliar aos pais ou responsáveis na regularização de sua documentação.

8. DO CRONOGRAMA E DO LOCAL**8.1 EDUCAÇÃO INFANTIL**

Art. 9º - De 26 de Outubro a 29 de Outubro de 2015, será feita a rematrícula de todas as crianças que já frequentam o Centro de Educação Infantil, no horário das 8h às 12h e das 13h às 17h.

Art. 10 - De 03 de Novembro a 06 de Novembro de 2015, serão realizadas as matrículas de crianças que ainda não frequentam a Educação Infantil, para o ano letivo, que inicia em 11 de fevereiro de 2016, no horário das 8h às 12h e das 13h às 17h, e das normas estabelecidas neste Edital.

Art. 11 - De 01 de Fevereiro a 05 de Fevereiro de 2016, serão realizadas as matrículas de crianças que ainda não frequentam a Educação Infantil, para o ano letivo, que inicia em 11 de fevereiro de 2016, no horário das 8h às 12h e das 13h às 17h, e das normas estabelecidas neste Edital.

8.2 ENSINO FUNDAMENTAL

Art. 12 - De 26 de Outubro a 29 de Outubro de 2015, ocorrerá a confirmação de matrículas dos educandos que estão frequentando, para o ano letivo de 2016.

Art. 13 - De 03 de Novembro a 06 de Novembro de 2015, serão realizadas as matrículas de novos alunos, para o ano letivo de 2016, das

8h às 11h e das 13h30min às 16h30min.

Art.14 - De 01 de Fevereiro a 05 de Fevereiro de 2016, serão realizadas as matrículas de novos alunos, para o ano letivo de 2016, das 8h às 11h e das 13h30min às 16h30min.

9. DA DIVULGAÇÃO

Art. 15 - A ampla divulgação do período destinado à realização da matrícula deve ser o suporte para atingir o objetivo proposto pelo Conselho Municipal de Educação e a Secretaria de Educação.

I – O Conselho Municipal de Educação e a Secretaria de Educação e as unidades de ensino serão responsáveis pela divulgação da Campanha de Matrícula.

10. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 16- As unidades de ensino deverão envolver todas as entidades organizadas das comunidades para a divulgação, com o objetivo de maior êxito na efetivação das matrículas.

Art. 17 - Em função da demanda de matrículas o Conselho Municipal de Educação e Secretaria de Educação, reservam-se o direito de aplicar o critério de matrículas pelo zoneamento nas unidades escolares da zona urbana e rural.

Parágrafo único – Para a definição do espaço geográfico para o zoneamento, será observada a orientação do mapa geográfico, priorizando a maior proximidade.

Art. 18- Ficam sujeitas às presentes diretrizes, todos os estabelecimentos de ensino mantidos pelo Município de São Pedro de Alcântara.

Art. 19 - Este Edital entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara, 21 de outubro de 2015.

PAULO HENRIQUE LOHN

Presidente do Conselho Municipal de Educação

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO

Secretário de Educação, Cultura e Desporto

ANEXO I – Educação Infantil

Turmas para 2016, obedecendo a data corte - março de 2016.

Berçário	Maternal I	Maternal II	Pré I	Pré II
10/14 12/13	03/13	03/12	03/11	03/10
09/14 11/13	02/13	02/12	02/11	02/10
08/14 10/13	01/13	01/12	01/11	01/10
07/14 09/13	12/12	12/11	12/10	12/09
06/14 08/13	11/12	11/11	11/10	11/09
05/14 07/13	10/12	10/11	10/10	10/09
04/14 06/13	09/12	09/11	09/10	09/09
03/14 05/13	08/12	08/11	08/10	08/09
02/14 04/13	07/12	07/11	07/10	07/09
01/14	06/12	06/11	06/10	06/09
	05/12	05/11	05/10	05/09
	04/12	04/11	04/10	04/09

Schroeder

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS Nº. 02/2015 – FAS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

AVISO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS Nº. 02/2015 – FAS

PROCESSO LICITATORIO Nº. 25/2015-FAS - TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL

OBJETO: contratação de prestador de serviço com graduação em Direito para atuar junto ao CREAS - Centro de Referência Especializado de Assistência Social, com carga horária de 4 horas semanais, totalizando 200 horas, para o ano de 2016, para atender as necessidades da Secretaria de Assistência Social do Município de Schroeder/SC, conforme ANEXO VII – TERMO REFERÊNCIA, deste instrumento convocatório. Recebimento dos Envelopes e Credenciamento até: 26 de novembro de 2015 às 08h45min

Abertura do Processo: 26 de novembro de 2015 às 09h.

Local: Setor de Licitações da Prefeitura de Schroeder/SC.

A íntegra do Edital, bem como mais informações poderão ser obtidas no site do Município de Schroeder (www.schroeder.sc.gov.br) ou junto ao setor de licitações de segunda a sexta - feira das 07h30min às 12h e das 13h30min às 17h. Fone/fax (0xx47)3374-6500 ou pelo e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br.

Schroeder, 27 de outubro de 2015.

Osvaldo Jurck - Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº. 121/2015 - FMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

CEP: 89275-000 - SCHROEDER – SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato do Contrato nº. 121/2015 - FMS

Processo de licitação nº. 81/2015–FMS - Dispensa de Licitação nº. 43/2015–FMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: GENESIO A. MENDES & CIA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 82.873.068/0001-40, estabelecida na Rua São Luiz, nº. 127, Galpão K, Bairro Aeroporto, na cidade de Tubarão, Estado de Santa Catarina, CEP: 88705-190,.

Objeto: aquisição de medicamentos fornecidos através de Ação Civil Publica de nº 0900062-69.2015.8.24.0026 para atender as necessidades de Secretaria de Saúde de Município de Schroeder/SC, sendo:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
01	NEBLOCK® 5MG (CAIXA COM QUANTIDADE MÁXIMA DE 30 COMPRIMIDOS) – OBS: TRATA-SE DE MARCA COMERCIAL, EM VIRTUDE DE DECISÃO PROFERIDA NA ACIP Nº. 090062-69.2015.8.24.0026 DA 2ª. VARA DA COMARCA DE GUARAMIRIM/SC.	04	Caixa	37,14	148,56
02	ETNA® (CAIXA COM QUANTIDADE MÁXIMA DE 50 COMPRIMIDOS) – OBS: TRATA-SE DE MARCA COMERCIAL, EM VIRTUDE DE DECISÃO PROFERIDA NA ACIP Nº. 090062-69.2015.8.24.0026 DA 2ª. VARA DA COMARCA DE GUARAMIRIM/SC.	05	Caixa	69,24	346,20
VALOR R\$ TOTAL					494,76

Valor do contrato: R\$ 494,76 (quatrocentos e noventa e quatro reais e setenta e seis centavos).

Data da Assinatura: 26/10/2015 – Vigência: 31/12/2015

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº. 318/2015-PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Extrato do Contrato nº. 318/2015-PMS

Modalidade Tomada de Preços nº. 10/2015-PMS - Processo nº. 205/2015-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº. 03.620.927/0001-12, estabelecida a rua Anélio Nicocelli, nº. 1720, Bairro Figueirinha, na cidade de Guaramirim/SC.

Objeto: contratação de empresa especializada para execução (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos), serviços preliminares, drenagem, terraplanagem, serviços complementares e sinalização viária da pavimentação asfáltica da Rua Cristina Bauer, trecho I, Centro Norte, neste Município de Schroeder/SC, compreendendo uma extensão de 342 m e área total de 3.420 m², de acordo com o programa de transferência 2013000640, proposta transparência 12934, FUNDAM –Fundo Estadual de Apoio aos Municípios, projeto, memorial descritivo, planilha de quantitativos e demais anexos em regime de PARCERIA, com fulcro nas Leis Municipais nº. 2.000/2014 e Lei nº 2126/2015.

Valor do contrato: R\$ 408.034,29 (quatrocentos e oito mil, e trinta e quatro reais e vinte e nove centavos).

Data da Assinatura: 26/10/2015 – Vigência: 31/12/2015

Osvaldo Jurck - Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº. 319/2015 - PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

CEP: 89275-000 - SCHROEDER – SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato do Contrato nº. 319/2015 - PMS

Processo de licitação nº. 231/2015 – PMS - Modalidade Pregão Presencial Registro de Preço nº. 105/2015 - PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: ANTONIO CARLOS RIBEIRO PERSIANAS EPP, inscrita no CNPJ sob o nº. 00.991.023/0001-05, estabelecida na Rua Aracy Vaz Callado, nº 1280, Bairro Capoeiras, na cidade de Florianópolis, Estado de Santa Catarina, CEP: 88020.750.

Objeto: Constitui objeto deste contrato visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição e manutenção de persianas em P.V.C. e rolô da Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo; Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer; Secretaria de Obras e Serviços Urbanos; Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças; Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental; Secretaria de Saúde; Secretaria de Assistência Social e Gabinete do Prefeito do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, conforme especificações no ANEXO VIII – Termo de Referência que faz parte integrante do instrumento convocatório, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse.

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
1	Aquisição de persiana vertical em P. V. C., inclui todo o material e mão de obra necessária para instalação da persiana.	150	m²	58,93	8.839,50
2	Manutenção de persiana em P.V.C. inclui todo o material e mão de obra necessária para manutenção da persiana.	70	m²	29,90	2.093,00
3	Aquisição de persiana rolô em tecido blackout (tela de PVC), bloqueiam a passagem de luz por meio de um revestimento especial, acionamento por Corrente, sistema simples e prático, que permite acionar o produto para abrir ou fechar por meio de uma corrente.	50	m²	184,75	9.237,50
TOTAL R\$					20.170,00

Valor do contrato: R\$ 20.170,00 (vinte mil, cento e setenta reais).

Data da Assinatura: 26/10/2015 – Vigência: 26/10/2016

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

LEI Nº 2.130/2015

LEI Nº2.130/2015

DISPÕE SOBRE O CONSELHO MUNICIPAL ANTIDROGAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, faz saber aos habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º Fica reestruturado o Conselho Municipal Antidrogas - COMAD de Schroeder, que, integrando-se ao esforço nacional de combate às drogas, dedicar-se-á ao pleno desenvolvimento das ações referentes à redução da demanda de drogas.

Art. 2º O Conselho Municipal Antidrogas - COMAD de Schroeder está diretamente vinculado as Secretaria de Saúde e de Assistência Social

§ 1º Ao COMAD caberá atuar como coordenador das atividades de todas as instituições e entidades municipais, responsáveis pelo desenvolvimento das ações supramencionadas, assim como dos movimentos comunitários organizados e representações das instituições federais e estaduais existentes no município e dispostas a cooperar com o esforço municipal.

§ 2º O COMAD, como coordenador das atividades mencionadas no parágrafo anterior, deverá integrar-se ao que trata o Sistema Nacional Antidrogas-SISNAD.

Art.3º São objetivos do COMAD:

I - instituir e desenvolver o Programa Municipal Antidrogas - PRO-MAD, destinado ao desenvolvimento das ações de redução da demanda de drogas;

II - coordenar, desenvolver e estimular ações de prevenção da disseminação de tráfico e do uso indevido e abuso de drogas;

III - acompanhar o desenvolvimento das ações de fiscalização e repressão, executadas pelo Estado e pela União; e

IV - avaliar periodicamente a conjuntura municipal, quanto ao resultado de suas ações.

Art. 4º O COMAD de Schroeder será integrado pelos seguintes membros, nomeados pelo Prefeito Municipal, sendo um representante titular e um suplente, dos seguintes órgãos e segmentos:

I - um representante da Secretaria de Saúde;

II - um representante da Secretaria de Assistência Social;

III - um representante da Secretaria da Educação, Cultura, Esporte e Lazer;

IV - um representante da Unidade Educacional do Estado no Município;

V - um representante do Conselho Tutelar;

VI - um representante da Polícia Militar;

VII- um representante das Entidades sem fins lucrativos, legalmente Constituídas.

Parágrafo único. O segmento Entidades sem fins lucrativos, legalmente constituídas terá dois titulares e dois suplentes, cuja escolha

das representações se dará através de Fórum próprio.

Art. 5º Os membros do Conselho terão mandato de 2 (dois) anos, permitida a recondução.

Art. 6º As funções de membro do Conselho não serão remuneradas, porém, consideradas de relevante serviço público.

Art. 7º O Conselho Municipal Antidrogas terá um Presidente e um Vice-Presidente, eleitos dentre seus membros, por maioria qualificada, e um Secretário Executivo escolhido pelo Conselho e designado pelo Prefeito Municipal, conforme estabelecido no Regimento Interno.

Parágrafo único. Para os efeitos desta Lei, considera-se maioria qualificada o voto da metade mais um da totalidade dos membros do Conselho.

Art. 8º No prazo de 30 (trinta) dias após sua instalação o COMAD elaborará e aprovará o seu Regimento Interno, que será homologado por Decreto do Chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 9º Revoga-se a Lei Municipal nº. 1220/2000.

Art. 10. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº1.669/2008, de 17/6/2008.

Schroeder, 7 de outubro de 2015.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY

Assessor Jurídico

PORTARIA Nº 6.229/2015, DE 26 DE OUTUBRO DE 2015.

PORTARIA Nº 6.229/2015, DE 26 DE OUTUBRO DE 2015.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º ACEITAR o pedido de afastamento por Auxílio Doença do servidor, Sr. João Esser, com efeitos retroativos a partir de 24 de outubro de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 26 de outubro de 2015.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

ORLANDO TECILLA

Secretário de Saúde

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY

Assessor Jurídico

PORTARIA Nº 6.230/2015, DE 26 DE OUTUBRO DE 2015.

PORTARIA Nº. 6.230/2015, DE 26 DE OUTUBRO DE 2015.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º EXTINGUIR o contrato de trabalho por prazo determinado da servidora Sra. Edna da Luz Vieira, com efeitos retroativos a partir de 25 de outubro de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 26 de outubro de 2015.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

ELMER SANDRO QUADROS
Secretário de Planejamento, Gestão e Finanças

Publicada por:
TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor Jurídico

RESOLUÇÃO Nº 006/2015 - CMDCA

RESOLUÇÃO Nº 006/2015

Dispõe sobre a adesão ao SIPIA SINASE - Meio aberto (Liberdade Assistida e prestação de Serviço à Comunidade).

CONSIDERANDO:

I – O artigo 227 da Constituição Federal e a Lei Federal nº 12.594/12 que institui o SINASE

II- O Plano Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE 2013;

III- A Resolução nº 005/2014 que aprova o Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo – SINASE de outubro de 2014.

IV – A ata nº 11/2015 da reunião do dia 19 de outubro de 2015.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no uso de suas atribuições legais, conforme Lei Municipal nº 2.097/2015, RESOLVE:

Art. 1º: Aderir ao SIPIA SINASE por meio de Termo de Adesão e implantação do sistema entre o a Secretaria de Estado de Santa Catarina, o Município de Schroeder e o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Schroeder - CMDCA.

Art. 2º O SIPIA SINASE será disponibilizado a Secretaria de Assistência Social e executado pelos profissionais do Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS.

Art. 3º. Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Schroeder, 20 de outubro de 2015.

Teresinha Tomaselli Tecilla
Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

RESOLUÇÃO Nº 007/2015 - CMDCA

RESOLUÇÃO 007/2015 – CMDCA

Estabelece critérios para a análise e aprovação de projetos a serem financiados com recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – FIA.

O Conselho Municipal dos direitos da Criança e do Adolescente do Município de Schroeder -CMDCA, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei 2097 de 1º de abril de 2015, RESOLVE:

Art. 1º - Estabelecer critérios para análise e aprovação de projetos a serem financiados com recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – FIA, conforme lei nº 3725 de 02/07/1998;

Art. 2º - A Comissão de Normas e Entidades analisará os projetos considerando os critérios a seguir:

1. Da Documentação da Entidade e/ou Programa:

- A Entidade/Programa deve estar registrada no Conselho Municipal dos Direitos da
- Criança e do Adolescente - CMDCA, de acordo com os Art.90; Art. 91 do Estatuto da Criança e do Adolescente- ECA Lei 8.069 de 13/7/90 e, a Resolução nº248/06 do CMDCA;
- A documentação da Entidade/Programa junto ao CMDCA deverá estar atualizada;

2. Do Projeto:

- O objeto a ser financiado deve estar descrito de forma clara, coerente, objetiva, e estar em conformidade com o Estatuto da Criança e do Adolescente-ECA Lei 8.069 de 13/7/90, Artigos 87, 88, 90 e 92;
- É vedada a participação de projetos para manutenção de entidade;
- É vedada a apresentação de projetos que visem atender entidades e instituições particulares que não estejam registradas no CMDCA;

3. Da análise dos projetos:

- O número de crianças e adolescentes atendidos direta e indiretamente;
- O objeto;
- Objetivos e aplicabilidade do projeto;
- Oferta de oportunidades de desenvolvimento para crianças e adolescentes;
- Ampliação da capacidade para convivência e participação na vida pública;
- Ampliação do conjunto de aptidões e habilidades;
- Garantia de acesso aos direitos sociais básicos.
- Duração do projeto;
- Resultados esperados: qualitativos e quantitativos;
- Sustentabilidade financeira e técnica do projeto.

4. Da deliberação sobre os projetos:

- A comissão do FIA apresentará aos Conselheiros de Direito, todos os projetos analisados, com seus respectivos pareceres, para que, em reunião ordinária ou extraordinária, seja deliberada a aprovação ou não dos projetos;

5. Da liberação de recursos:

- As Entidades e/ou Programas, que tiverem os seus projetos aprovados pelo Conselho serão informadas por ofício e convocadas para reunião de instrução sobre os procedimentos para a efetivação do Convênio;
- O não comparecimento à reunião e a não apresentação da justificativa da ausência, por escrito ao Presidente do CMDCA, implica na desistência por parte da entidade ou programa em receber recursos para o financiamento do projeto através do FIA;

6. Das disposições gerais:

· O CMDCA poderá estabelecer parcerias e contatos com outras Entidades, Secretarias, Fundações e Institutos a nível Municipal, Estadual e Nacional para garantir a implantação e realização de projetos;

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial a resolução nº 001/2014.

Schroeder, 20 de outubro de 2015.

Teresinha Tomaselli Tecilla

Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

RESOLUÇÃO Nº 008/2015 - CMDCA

RESOLUÇÃO Nº 008/2015

Estabelece o procedimento e os requisitos para registro das Entidades Não-Governamentais de atendimento à Criança e ao Adolescente do Município de Schroeder, e dos Programas de Entidades Governamentais e Não-Governamentais, com base na Lei Federal nº 8.069/90, Lei Federal nº 12.010 de 03 de agosto de 2009 e Lei Municipal nº 2.097 de 1º de abril de 2015.

O Conselho Municipal da Criança e do Adolescente de Schroeder/SC, no exercício de suas atribuições legais que lhe conferem a Lei Federal nº 8.069/90, e o art. 10 da Lei Municipal nº 2.2097/15, de acordo com a Reunião Ordinária Ata nº 11, de 19 de outubro de 2015, resolve:

Art. 1º As entidades não-governamentais que desenvolvam programas e projetos de atendimento à criança e ao adolescente deverão se registrar no CMDCA, a fim de permitir suas atividades e possibilitar habilitações diversas.

§1º Todas as entidades mencionadas no caput e em funcionamento no Município, deverão, no prazo de 120 (cento e vinte) dias a contar da data da publicação desta resolução, regularizar ou providenciar seus registros no CMDCA.

§2º O registro será negado às entidades que não se enquadrem no estabelecido no art. 91, §1º, "a", "b", "c", "d" e "e", da Lei Federal nº 8.069/90.

§3º Depois de decorrido o prazo estabelecido no §1º desse artigo, sem que a entidade tenha providenciado o respectivo registro, seu funcionamento será considerado irregular, nos termos do art. 91, caput, da Lei n. 8.069/90, sendo tal situação informada pelo CMDCA às autoridades competentes, para as medidas legais cabíveis.

Art. 2º Para pleitear o registro no CMDCA deverão as entidades não-governamentais apresentar os seguintes documentos:

- I – Requerimento dirigido à Presidência do CMDCA.
- II – Estatuto registrado em Cartório.
- III – Ata da eleição de sua atual Diretoria.
- IV – Balanço Patrimonial e demonstração do resultado do exercício.
- V – Projeto político-pedagógico e/ou plano de ação da Instituição.
- VI – Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ.
- VII – Relatório das ações realizadas no ano anterior, se a entidade estiver funcionando há mais de 01 (um) ano.
- VIII - Relação de funcionários e pessoas inscritas ou envolvidas nos programas, inclusive voluntárias.

Art. 3º Analisado o pedido, aprovada a documentação e realizada a visita técnica pelo órgão gestor, em parceria com os conselheiros,

quando possível, o CMDCA emitirá Certificado de Inscrição, que terá validade de 4 (quatro) anos.

§1º As entidades não-governamentais deverão apresentar até o mês de março de cada exercício, o Relatório de Ações do exercício anterior, e todos os documentos constantes dos incisos acima, passíveis de renovação.

Art. 4º. O pedido de inscrição terá resposta no prazo de 60 (sessenta) dias a partir da data protocolada ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Art. 5º. As entidades governamentais e não-governamentais que desenvolvem atividades de atendimento à criança e ao adolescente deverão inscrever seus programas no CMDCA, nos termos do art. 90, §1º, da Lei n. 8.069/90, especificando em qual, ou quais, dos seguintes regimes de atendimento, se enquadra:

- I - orientação e apoio sócio-familiar;
- II - apoio sócio-educativo em meio aberto;
- III - colocação familiar;
- IV - acolhimento institucional;
- V - liberdade assistida;
- VI – semi-liberdade;
- VII – internação.

Parágrafo único. Poderão também ser inscritas as entidades governamentais e não-governamentais que desenvolvem serviços ou ações de convivência e fortalecimento de vínculos à criança e adolescente, conforme parâmetros descritos na Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. (Resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009 – CNAS).

Art. 6º. Para inscrição do programa de atendimento, deverá a entidade governamental ou não-governamental providenciar os seguintes documentos:

- I – Requerimento solicitando inscrição;
- II- Proposta pedagógica/sócio-educativa do programa, indicando o Regime de Atendimento;
- III – Comprovante de que o local em que será desenvolvido o programa ofereça instalações físicas em condições adequadas de habitabilidade, higiene, salubridade e segurança;
- IV- Programas em desenvolvimento no ano vigente;
- V- Relação de funcionários e pessoas inscritas ou envolvidas nos programas, inclusive voluntárias.

§1º Na hipótese prevista na alínea III supra, tal comprovação dar-se-á por intermédio de Alvará do Corpo de Bombeiros e da Vigilância Sanitária, ou, alternativamente, declaração emitida por qualquer desses Órgãos relacionando as características do local, cuja avaliação da presença ou não das condições de habitabilidade, higiene, salubridade e segurança será por tais Órgãos realizada, devendo tal comprovação ser apresentada anualmente ao CMDCA, pela entidade.

Art. 7º A entidade deve manter em seus arquivos as fichas de identificação, acompanhamento e registro de saúde das crianças e adolescentes com seus dados pessoais, devidamente atualizados.

Art. 8º O planejamento das atividades da entidade deve ser de conhecimento das crianças, adolescentes e/ou familiares, bem como esta deverá usar de meios que favoreçam a circulação de informações relacionadas aos critérios de participação em seus programas e projetos.

Art. 9º A entidade deve respeitar e promover os direitos das crianças e adolescentes, conforme preconiza o Estatuto da Criança e do Adolescente, considerando os aspectos de desenvolvimento dos

programas de acordo com as faixas etárias, privilegiando as atividades de caráter sócio-educativas e aquelas que visem o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários.

Art. 10. O número de crianças e adolescentes atendidos deve ser dimensionado de acordo com a especificidade de cada programa, observando a legislação vigente.

Art. 11. A entidade agirá conforme os limites de sua responsabilidade e atuará de forma articulada com os órgãos competentes, estando obrigada a comunicar situações que exijam ações que extrapolem os seus limites de atuação.

Art. 12. Os espaços onde serão desenvolvidas as atividades deverão ser projetados de acordo com o projeto político-pedagógico da entidade e proposta pedagógica do programa, a fim de favorecer o desenvolvimento das crianças e/ou adolescentes, respeitando suas individualidades, necessidades, habilidades e capacidades.

Art. 13. Para melhorar a qualidade do atendimento prestado, a entidade deverá empenhar-se no planejamento e execução de obras necessárias e atividades de caráter sócio educativas.

Art. 14. O imóvel deverá apresentar condições adequadas de localização, considerando facilitar o acesso daqueles a que atende, garantindo a segurança, salubridade, saneamento e higiene, com previsibilidade de acessibilidade aos portadores de deficiência.

Art. 15. Os espaços internos deverão atender às diferentes funções da entidade e dos programas ou serviços desenvolvidos, devendo ter uma estrutura física básica de acordo com a especificidade de cada programa, observando a legislação vigente.

Art. 16. A entidade armazenará, com segurança, produtos de limpeza, remédios ou qualquer outro considerado tóxico ou cujo acesso por crianças ou adolescentes não seja indicado.

Art. 17. O cardápio da entidade, nos casos em que seja oferecida alimentação ao seu público, será planejado de acordo com as normas adequadas de nutrição e o desenvolvimento biofísico de cada faixa etária, mantendo os alimentos acondicionados em conformidade com a legislação.

Parágrafo único. As entidades deverão enviar esforços para manter em seus programas o apoio de profissionais, necessários para viabilização das atividades desenvolvidas, tais como: psicólogos, médicos, dentistas, assistentes sociais, advogados, fisioterapeutas, terapeutas ocupacionais, fonoaudiólogos, nutricionistas e outros, mesmo em caráter de voluntariado, ou funcionários da rede pública de saúde, educação ou assistência social.

Art. 18. Não será permitida nenhuma prática violenta por parte dos envolvidos no atendimento direto ou indireto das crianças, adolescentes e suas famílias.

Art. 19. Após o deferimento do registro da entidade, o CMDCA deverá comunicar o registro à autoridade judiciária da Comarca e ao Conselho Tutelar, nos termos do art. 91, caput, da Lei n. 8.069/90.

Art. 20. Os casos omissos serão resolvidos nas Sessões Plenárias do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Art. 21. Esta Resolução entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, revogando-se os procedimentos anteriores referente às inscrições e registros, em especial a resolução 003/2010, bem como todas as disposições em contrário.

Schroeder, 20 de outubro de 2015.

Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

Teresinha Tomaselli Tecilla

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO LICITAÇÃO MODALIDADE TOMADA DE PREÇO Nº. 10/2015-

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO LICITAÇÃO MODALIDADE TOMADA DE PREÇO Nº. 10/2015-PMS

O Prefeito Municipal, Osvaldo Jurck, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, conforme a Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores. Frente ao parecer conclusivo exarado pela comissão de licitações, resolve HOMOLOGAR E ADJUDICAR a Ata de Abertura e Julgamento e seu resultado da TOMADA DE PREÇO Nº. 10/2015-PMS, PROCESSO Nº. 205/2015-PMS, adjudicando em favor da empresa abaixo o objeto da licitação por ter apresentado o menor preço GLOBAL, determinando que seja dada ciência aos participantes:

Objeto: contratação de empresa especializada para execução (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos), serviços preliminares, drenagem, terraplanagem, serviços complementares e sinalização viária da pavimentação asfáltica da Rua Cristina Bauer, trecho I, Centro Norte, neste Município de Schroeder/SC, compreendendo uma extensão de 342 m e área total de 3.420 m², de acordo com o programa de transferência 2013000640, proposta transparência 12934, FUNDAM –Fundo Estadual de Apoio aos Municípios, projeto, memorial descritivo, planilha de quantitativos e demais anexos em regime de PARCERIA, com fulcro nas Leis Municipais nº. 2.000/2014 e Lei nº 2126/2015.

Vencedor: PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº 03.620.927/0001-12, estabelecida a rua Anélio Nicocelli, nº. 1720, Bairro Figueirinha, na cidade de Guaramirim/SC.

Valor da proposta vencedora: R\$ 408.034,29 (quatrocentos e oito mil, e trinta e quatro reais e vinte e nove centavos).

Data da Assinatura: 26/10/2015 – Vigência: 31/12/2015

Osvaldo Jurck - Prefeito Municipal

TERMO DE RESCISÃO CONTRATUAL CONTRATO Nº 261/2015-PMS
TERMO DE RESCISÃO CONTRATUAL

Contrato nº. 261/2015 - PMS

Processo de licitação nº. 147/2015 - PMS

Modalidade Pregão Presencial Registro de Preço nº. 72/2015 – PMS

Pelo presente Termo de Rescisão Contratual de prestação de serviços, sendo de um lado como CONTRATANTE, o MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, Município de Schroeder, Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, o Senhor Osvaldo Jurck, no uso da atribuição que lhe confere poderes, e do outro lado, a empresa BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA EIRELI, inscrita no CNPJ sob o nº 12.667.876/0001-75, estabelecida na Rua Pereira de Oliveira nº 85 galpão 2, Velha, na cidade de Blumenau, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.036-350, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, neste ato representada legalmente pelo Senhor Romeu Seibt, inscrito no CPF sob o nº 506.189.979-20, ficam ajustados à rescisão contratual unilateral de acordo com a Lei Federal nº 8.666/93, artigo 79, II, e conforme a seguir:

CLÁUSULA 1.ª – DA RESCISÃO CONTRATUAL:

Pelo presente Termo de Rescisão Amigável, fica rescindido o Contrato Administrativo nº 261/2015-PMS, celebrado no dia 25 de setembro de 2015, visando o REGISTRO DE PREÇO o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material de limpeza para atender as necessidades das Secretarias de Obras e Serviços Urbanos; Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças; Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer; Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental, Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo, Secretaria de Saúde, Secretaria de Assistência Social e Gabinete do Prefeito do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, conforme Parecer da Procuradoria nº 0126/2015-PROJUR.

CLÁUSULA 2.ª – DO FORO:

Fica eleito de acordo como Cláusula Décima terceira do respectivo Contrato, para dirimir questões e dúvidas provenientes deste termo rescisório o Fórum da comarca de Guaramirim/SC.

Mandou-se lavrar o presente termo de rescisão em duas (02) vias de igual teor, para que se produzam os efeitos que dele decorram.

Schroeder, 26 de outubro de 2015.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

T E S T E M U N H A S:

Daniela Samulescki

CPF Nº. 053.350.739-18

Testemunha 01

Ivandra de Souza

CPF Nº. 047.563.299-00

Testemunha 02

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PREGÃO Nº 105/2015-PMS

Página: 1/3

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 75/2015

Número do Registro de Preços: 75/2015 Data do Registro: 26/10/2015 Válido até: 26/10/2016						
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas o REGISTRO DE PREÇO para aquisição e manutenção de persianas em P.V.C. e rolô da Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo; Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, Secretaria de Obras e Serviços Urbanos; Secretari						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Desccto. (%)	Preço Unitário
1	Aquisição de persiana vertical em P. V. C., inclui todo o material e mão de obra necessária para instalação da persiana.	M²	ANTONIO CARLOS RIBEIRO PERSIANAS - EPP (13031)		0	58,9300
			RENATA ALCOFORADO LAGERDA DA SILVA - ME (12668)		0	58,9600
			PERSIANAS CRISDAN LTDA EPP (10673)		0	59,0000
2	Manutenção de persiana em P.V.C. inclui todo o material e mão de obra necessária para manutenção da persiana.	M²	ANTONIO CARLOS RIBEIRO PERSIANAS - EPP (13031)		0	29,9000
			RENATA ALCOFORADO LAGERDA DA SILVA - ME (12668)		0	29,9600
			PERSIANAS CRISDAN LTDA EPP (10673)		0	30,0000
3	Aquisição de persiana rolô em tecido blackout (tela de PVC), bloqueiam a passagem de luz por meio de um revestimento especial, acionamento por Corrente, sistema simples e prático, que permite acionar o produto para abrir ou fechar por meio de uma corrente.	M²	ANTONIO CARLOS RIBEIRO PERSIANAS - EPP (13031)		0	184,7500
			RENATA ALCOFORADO LAGERDA DA SILVA - ME (12668)		0	184,7900

Página: 2/3

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 75/2015

Número do Registro de Preços: 75/2015		Data do Registro: 26/10/2015		Válido até: 26/10/2016			
Objeto da Compra:		Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas o REGISTRO DE PREÇO para aquisição e manutenção de persianas em P.V.C. e rolô da Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo; Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, Secretaria de Obras e Serviços Urbanos; Secretari					
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			PERSIANAS CRISDAN LTDA EPP (10673)		0	185.0000	3

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 75/2015

Página: 3/3

Número do Registro de Preços: 75/2015		Data do Registro: 26/10/2015		Válido até: 26/10/2016			
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas o REGISTRO DE PREÇO para aquisição e manutenção de persianas em P.V.C. e rolô da Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo; Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, Secretaria de Obras e Serviços Urbanos; Secretari							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 75/2015
PROCESSO Nº 231/2015

- (10673) - PERSIANAS CRISDAN LTDA EPP
- (12668) - RENATA ALCOFORADO LACERDA DA SILVA - ME
- (13031) - ANTONIO CARLOS RIBEIRO PERSIANAS - EPP

Schroeder, 26 de Outubro de 2015.

ATA TOMADA DE PREÇOS 13/2015-PMS (SEQUÊNCIA 02)

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE SCHROEDER	TOMADA DE PREÇO Nr.: 13/2015 - TP
CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	Processo Administrativo: Processo de Licitação: 208/2015 Data do Processo: 24/09/2015
	Folha: 1/1

ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO**Número da ATA: 187/2015 (Sequência: 2)****OBJETO DA LICITAÇÃO:**

Contratação de empresa especializada para execução (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos), serviços preliminares, drenagem, terraplanagem, serviços complementares e sinalização viária da pavimentação asfáltica da Rua Guilherme Zastrow, estaca 0 até estaca 11, Bairro Sossego, neste Município de Schroeder/SC, compreendendo uma extensão de 220 m e área total de 2.260,75m², de acordo com o programa de transferência 2013000640, proposta transparência 12934, FUNDAM -Fundo Estadua

A comissão reuniu-se, para abertura dos envelopes de propostas comerciais das empresas PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA e EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA ADRIMAR LTDA conforme determinado na Ata 180/2015 (Sequência 01) de 16 de outubro de 2015. Sendo aberto o envelope das propostas comerciais das empresas PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA e EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA ADRIMAR LTDA. Será paralisada a sessão, devido a dúvidas com relação às propostas, as mesmas serão encaminhadas para o Setor Jurídico e Setor de Engenharia para análise detalhada. Posteriormente será encaminhada ata com os resultados aferidos pelos setores. Encerra-se a sessão e pede-se para ser enviada cópia da ata e quadro comparativo às empresas participantes.

Schroeder, 26 de Outubro de 2015

COMISSÃO:

Ivandra de Souza	- - Presidente da Comissão de Licitação
Ilmar José Pereira Borges Filho	- - Membro
Andreia Nass Friedemann	- - Membro
Walter Egidio Mukai	- - Membro
Daniela Samulescki	- - Secretária
Valderi Rocha de Camargo	- - Membro Suplente
Cezar Santos de Jesus	- - Membro Suplente

DISPENSA Nº 43/2015-FMS**ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

**DISPENSA DE LICITAÇÃO
Nr.: 43/2015 - DL**

Processo Nr.: 81/2015
Data: 26/10/2015

Folha: 1/2

Fornecedor: GENESIO A MENDES & CIA LTDA

Código: 6426

Endereço: R SAO LUIZ, 127, GALPAO K

Cidade: Tubarão - SC

CNPJ: 82.873.068/0001-40

Inscrição Estadual: 250.064.111

Objeto da Compra: Aquisição de medicamentos fornecidos através de Ação Civil Publica de nº 0900062-69.2015.8.24.0026 para atender as necessidades de Secretaria de Saúde de Município de Schroeder/SC

ITENS

Item	Quantidade	Especificação	Unid.	Valor Unitário	Valor Total
1	4,00	NEBLOCK® 5MG (CAIXA COM QUANTIDADE MÁXIMA DE 30 COMPRIMIDOS) – OBS: TRATA-SE DE MARCA COMERCIAL, EM VIRTUDE DE DECISÃO PROFERIDA NA ACIP Nº. 090062-69.2015.8.24.0026 DA 2ª. VARA DA COMARCA DE GUARAMIRIM/SC.	CX	37,14	148,56
2	5,00	ETNA® (CAIXA COM QUANTIDADE MÁXIMA DE 50 COMPRIMIDOS) – OBS: TRATA-SE DE MARCA COMERCIAL, EM VIRTUDE DE DECISÃO PROFERIDA NA ACIP Nº. 090062-69.2015.8.24.0026 DA 2ª. VARA DA COMARCA DE GUARAMIRIM/SC.	CX	69,24	346,20

FUNDAMENTO LEGAL:**Artigo 24 da Lei 8.666/93 - É dispensável a licitação.**

- II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior, e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

JUSTIFICATIVA

Paciente portadora de Arritmia (CID I48), Aterosclerose (CID I70) e Lombalgia (CID M 54-4), necessitando dos aludidos medicamentos para tratamento das suas enfermidades. Continuidade do fornecimento.

Schroeder, 26 de Outubro de 2015

OSVALDO JURCK
PREFEITO MUNICIPAL

**ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09

RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201

C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

**DISPENSA DE LICITAÇÃO
Nr.: 43/2015 - DL****Processo Nr.: 81/2015
Data: 26/10/2015**

Folha: 2/2

23/10/2015

DESPACHO FINAL:

De acordo com as justificativas e fundamentações apresentadas e, levando-se em consideração os termos do parecer jurídico, expedido pela Assessoria Jurídica, RATIFICO e AUTORIZO a realização da despesa por Dispensa de Licitação em conformidade com o art. 26 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores

Schroeder, 23 de Outubro de 2015

Valor da Despesa:

494,76 (quatrocentos e noventa e quatro reais e setenta e seis centavos)

Pagamento.....:

15 dias após recebimento do documento fiscal

QUADRO COMPARATIVO TOMADA DE PREÇOS 13/2015-PMS

Página: 1/1

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER
Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Processo / Ano: 208/2015		Processo Administrativo:		Total dos Itens Vencedores:		0,00											
Licitação.....: 13/2015 - TP																	
Modalidade.....: Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia																	
Objeto.....: Contratação de empresa especializada para execução (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos), serviços preliminares, drenagem, terraplanagem, serviços complementares e sinalização viária da pavimentação asfáltica da Rua Guilherme Zastrow, estaca 0 até estaca 11, Bairro Sossego, neste Município de Schroeder/SC, compreendendo uma extensão de 220 m e área total de 2.260,75m², de acordo com o programa de transferência 2013000640, proposta transparência 12934, FUNDAM-Fundo Estadual																	
Fornecedor		Nome do Fornecedor		Marca		Quantidade		Desconto		Preço Unitário		Preço Total		Situação		Classificação	
Item.....: 1		-		17287		-		Pavimentação Rua Guilherme Zastrow - Unidade: UN									
12338		EMPREITEIRA DE MAO DE OBRA ADRIMAR LTDA				1,000		0,0000		251.161,0900		251.161,09		Indefinido		0	
9522		PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA				1,000		0,0000		255.130,2800		255.130,28		Indefinido		0	

Schroeder, Em/...../.....
Ivandra de Souza - - Presidente da Comissão
Ilmar José Pereira Borges Filho - - Membro
Andreia Nass Friedemann - - Membro
Walter Egídio Mukai - - Membro
Daniela Samuleski - - Secretária
Valderi Rocha de Camargo - - Membro Suplente
Cezar Santos de Jesus - - Membro Suplente
Eloir José Wendt - - Membro Suplente

Siderópolis

PREFEITURA

PORTARIA Nº 294/2015

PORTARIA Nº 293, DE 20 DE SETEMBRO DE 2015
RESCINDE O CONTRATO DO FUNCIONÁRIO JOSE AIRES MAGGI COELHO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

HÉLIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições de conformidade com o art.51, inciso V da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - Rescindir o contrato do funcionário JOSE AIRES MAGGI COELHO, brasileiro(a), CPF/MF sob nº 433.893.170-15, Médico ESF, na Secretaria de Saúde, a contar de 01/10/2015.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin

Em, 20 de setembro de 2015.

HÉLIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

JOSÉ ANTÔNIO PÉRICO

Secretário de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 20 de setembro de 2015.

PORTARIA Nº 295/2015

PORTARIA Nº 295, DE 20 DE SETEMBRO DE 2015
RESCINDE O CONTRATO DO FUNCIONÁRIO GILSON PEREIRA DA SILVA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

HÉLIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições de conformidade com o art.51, inciso V da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - Rescindir o contrato do funcionário GILSON PEREIRA DA SILVA, brasileiro(a), CPF/MF sob nº 294.266.158-57, Auxiliar de Serviços Gerais, na Secretaria de Saúde, a contar de 01/10/2015.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin

Em, 20 de setembro de 2015.

HÉLIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

JOSÉ ANTÔNIO PÉRICO

Secretário de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 20 de setembro de 2015.

PORTARIA Nº 296/2015

PORTARIA Nº 296, DE 20 DE SETEMBRO DE 2015

Cessa os efeitos da portaria nº238/2015

HELIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições de conformidade com o inciso VII, art.51 da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º - Cessar os efeitos da portaria nº238/2015, considerando o retorno ao trabalho da servidora MARIA NAZARET MORAIS, CPF/MF nº 838.651.019-68, Conselheiro Tutelar, do Quadro Permanente do Município, a contar de 06/10/2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 06/09/2015.

Paço Municipal Antônio Feltrin

Em, 20 de setembro de 2015.

HÉLIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

JOSÉ ANTÔNIO PÉRICO

Secretário de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 20 de setembro de 2015.

PORTARIA Nº 297/2015

PORTARIA Nº 297, 01 DE OUTUBRO DE 2015

CONTRATA DEIVID JESUINA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

HÉLIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 51, X, da Lei Orgânica do Município e de conformidade com a Art. 8º da Lei Municipal Nº1.983/2011;

RESOLVE:

Art. 1º - Admitir temporariamente DEIVID JESUINA, brasileiro, CPF/MF sob nº 045.706.629-60, para ocupar a função de GUARDA MUNICIPAL, na Secretaria de SAÚDE, a contar desta data, até realização de Concurso Público/Processo Seletivo.

.Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin

Em, 01 de Outubro de 2015.

HÉLIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

JOSÉ ANTÔNIO PÉRICO

Secretário de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 01 de outubro de 2015.

PORTARIA Nº 298/2015

PORTARIA Nº 298, 01 DE OUTUBRO DE 2015

CONTRATA JULIO JOSE BARBOSA DE JESUS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

HÉLIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 51, X, da Lei Orgânica do Município e de conformidade com a Art. 8º da Lei Municipal Nº1.983/2011;

RESOLVE:

Art. 1º - Admitir temporariamente JULIO JOSE BARBOSA DE JESUS, brasileiro, CPF/MF sob nº 811.686.759-87, para ocupar a função de Auxiliar Serviços Gerais, na Secretaria de Obras, a contar desta data, até realização de Concurso Público/Processo Seletivo.

.Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin
Em, 01 de Outubro de 2015.
HÉLIO ROBERTO CESA
Prefeito Municipal

JOSÉ ANTÔNIO PÉRICO
Secretário de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 01 de outubro de 2015.

PORTARIA Nº 299/2015

PORTARIA Nº 299, 01 DE OUTUBRO DE 2015
CONTRATA STEFANI ZILLI MAFALDA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

HÉLIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 51, X, da Lei Orgânica do Municipal e de conformidade com a Art. 8º da Lei Municipal Nº1.983/2011;

RESOLVE:

Art. 1º - Admitir temporariamente STEFANI ZILLI MAFALDA, brasileiro, CPF/MF sob nº 073.627.469-38, para ocupar a função de MEDICA - ESF, na Secretaria de Saúde, a contar de 05/10/2015, até realização de Concurso Público/Processo Seletivo.
.Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin
Em, 01 de Outubro de 2015.
HÉLIO ROBERTO CESA
Prefeito Municipal

JOSÉ ANTÔNIO PÉRICO
Secretário de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 01 de outubro de 2015.

PORTARIA Nº 300/2015

PORTARIA Nº 300, 01 DE OUTUBRO DE 2015
CONTRATA DINAMAR FLAUSINO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

HÉLIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 51, X, da Lei Orgânica do Municipal e de conformidade com a Art. 8º da Lei Municipal Nº1.983/2011;

RESOLVE:

Art. 1º - Admitir temporariamente DINAMAR FLAUSINO, brasileiro, CPF/MF sob nº 037.572.889-98, para ocupar a função de Enfermeira Plantonista, na Secretaria de Saúde, a partir de 02/10/2015, até o retorno da funcionária Ilda Salete Sitta Blissari.
.Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin
Em, 01 de Outubro de 2015.
HÉLIO ROBERTO CESA
Prefeito Municipal

JOSÉ ANTÔNIO PÉRICO
Secretário de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 01 de outubro de 2015.

PORTARIA Nº 301/2015

PORTARIA Nº 301, 01 DE OUTUBRO DE 2015
CONTRATA MARCO AURELIO MONTEIRO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

HÉLIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 51, X, da Lei Orgânica do Municipal e de conformidade com a Art. 8º da Lei Municipal Nº1.983/2011;

RESOLVE:

Art. 1º - Admitir temporariamente MARCO AURELIO MONTEIRO, brasileiro, CPF/MF sob nº 739.348.449-87, para ocupar a função de Guarda Municipal no Odonto SESC, na Secretaria de Saúde, a partir de 02/10/2015, até 15/12/2015
.Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin
Em, 01 de Outubro de 2015.
HÉLIO ROBERTO CESA
Prefeito Municipal

JOSÉ ANTÔNIO PÉRICO
Secretário de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 01 de outubro de 2015.

PORTARIA Nº 302/2015

PORTARIA Nº 302, 01 DE OUTUBRO DE 2015
CONTRATA ISAURA ROSSA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

HÉLIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 51, X, da Lei Orgânica do Municipal e de conformidade com a Art. 8º da Lei Municipal Nº1.983/2011;

RESOLVE:

Art. 1º - Admitir temporariamente ISAURA ROSSA, brasileiro, CPF/MF sob nº 094.378.149-37, para ocupar a função de DENTISTA no Odonto SESC, na Secretaria de Saúde, a contar desta data até 15/12/2015
.Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin
Em, 01 de Outubro de 2015.
HÉLIO ROBERTO CESA
Prefeito Municipal

JOSÉ ANTÔNIO PÉRICO
Secretário de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 01 de outubro de 2015.

PORTARIA Nº 303/2015

PORTARIA Nº 303, 01 DE OUTUBRO DE 2015
CONTRATA MARIA THEREZA BURIGO FURLANETO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

HÉLIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 51, X, da Lei Orgânica do Municipal e de conformidade com a Art. 8º da Lei Municipal Nº1.983/2011;

RESOLVE:

Art. 1º - Admitir temporariamente MARIA THEREZA BURIGO FURLANETO, brasileiro, CPF/MF sob nº 090.353.249-27, para ocupar a função de DENTISTA no Odonto SESC, na Secretaria de Saúde, a contar desta data até 15/12/2015

.Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin
Em, 01 de Outubro de 2015.
HÉLIO ROBERTO CESA
Prefeito Municipal

JOSÉ ANTÔNIO PÉRICO
Secretário de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 01 de outubro de 2015.

PORTARIA Nº 304/2015

PORTARIA Nº 304, 01 DE OUTUBRO DE 2015

Cessa os efeitos da portaria nº 269/2015 e exonera a pedido o servidor adão adelar bohn

HELIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições de conformidade com o inciso VII, art.51 da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º - Cessar os efeitos da portaria nº269/2015, a contar de 12/10/2015 e exonera a pedido o servidor adão adelar bohn, CPF/MF nº462.079.299-34, Operário Braçal, do Quadro Permanente do Município, a partir de 13/10/2015.

.Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin
Em, 01 de Outubro de 2015.
HÉLIO ROBERTO CESA
Prefeito Municipal

JOSÉ ANTÔNIO PÉRICO
Secretário de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 01 de outubro de 2015.

PORTARIA Nº 305/2015

PORTARIA Nº 305, DE 01 DE OUTUBRO DE 2015

ALTERA Art.1º da portaria nº 51/2015

HELIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 1.808/2009 combinada com a Lei nº 1.833/2009;

RESOLVE:

Art. 1º - Alterar FG 01 para FG 03 da servidora: Gisele Frassetto, sendo que a responsabilidade continua a mesma da Portaria acima citada, a contar desta data.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin
Em, 01 de outubro de 2015.
HELIO ROBERTO CESA
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 01 de outubro de 2015.

PORTARIA Nº 306/2015

PORTARIA Nº 306, DE 01 DE OUTUBRO DE 2015

ALTERA TEMPORARIAMENTE A CARGA HORÁRIA DA SERVIDORA MARIA LENIR MARANGONI GONÇALVES

HELIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 51, X, da Lei Orgânica do Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º - Alterar temporariamente a carga horária da servidora MARIA LENIR MARANGONI GONÇALVES, CPF Nº 309.841.129-87, Professor MAG LP, de 20 para 40h semanais, na função de Educador Social, na Secretaria de Assistência Social, a contar desta data.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin
Em, 01 de outubro de 2015.
HELIO ROBERTO CESA
Prefeito Municipal

JOSÉ ANTÔNIO PÉRICO
Secretário de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 01 de outubro de 2015.

PORTARIA Nº 307/2015

PORTARIA Nº 307, DE 07 DE OUTUBRO DE 2015

CONCEDE AFASTAMENTO DO SERVIÇO PÚBLICO À FUNCIONÁRIA ROSANE MARTINS PEDRO PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

HÉLIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições e de conformidade com o Artigo 51, inciso XIII, da Lei Orgânica do Município e Lei Municipal nº1.809/2009,

RESOLVE

Art.1º - Conceder afastamento do serviço público para auxílio doença junto ao RGPS – Regime Geral da Previdência Social - INSS, à funcionária ROSANE MARTINS PEDRO, Agente Comunitária de Saúde, CPF Nº 542.825.439-49, a contar desta data.

.Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin
Em, 07 de outubro de 2015.
HÉLIO ROBERTO CESA
Prefeito Municipal

JOSÉ ANTÔNIO PÉRICO
Secretário de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 07 de outubro de 2015.

PORTARIA Nº 308/2015

PORTARIA Nº 308, DE 07 DE OUTUBRO DE 2015

CONCEDE AFASTAMENTO DO SERVIÇO PÚBLICO À FUNCIONÁRIA ROSA DE FATIMA SALVARO LORENZON PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

HÉLIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições e de conformidade com o Artigo 51, inciso XIII, da Lei Orgânica do Município e Lei Municipal nº1.809/2009,

RESOLVE

Art.1º - Conceder afastamento do serviço público para auxílio

doença junto ao RGPS – Regime Geral da Previdência Social - INSS, à funcionária ROSANE ROSA DE FATIMA SALVARO LORENZON, Auxiliar de Serviços Gerais, CPF Nº 518.006.169-53, a contar desta data.

.Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin
Em, 07 de outubro de 2015.
HÉLIO ROBERTO CESA
Prefeito Municipal

JOSÉ ANTÔNIO PÉRICO
Secretário de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 07 de outubro de 2015.

PORTARIA Nº 309/2015

PORTARIA Nº 309, DE 07 DE OUTUBRO DE 2015

Cessa os efeitos da portaria nº104/2013

HELIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 51, X, da Lei Orgânica do Municipal e de conformidade com a Lei Municipal Nº1.983/2011; RESOLVE:

Art. 1º - Cessar os efeitos da portaria nº 104/2013, considerando o encerramento alteração da carga horária de 20 horas da funcionária MARIA SALETE ROSSO, CPF/MF nº 833.383.909-63, Professora MAG-LP, a contar de 01/10/2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin
Em, 07 de outubro de 2015.
HÉLIO ROBERTO CESA
Prefeito Municipal

JOSÉ ANTÔNIO PÉRICO
Secretário de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 07 de outubro de 2015.

PORTARIA Nº 310/2015

PORTARIA Nº 310, DE 07 DE OUTUBRO DE 2015

Concede Renovação de Licença sem vencimentos POR MOTIVOS PARTICULARES AO servidor RAFAEL BERNARDO ROECKER e dá outras providências.

HELIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições de conformidade com o art.51, inciso VII da Lei Orgânica do Município e art. 24 § 3º da Lei Municipal nº1.809/2009; RESOLVE:

Art. 1º - Renovar a licença, por motivos particulares ao servidor RAFAEL BERNARDO ROECKER, CPF/MF 075.625.029-35, Assistente Administrativo II, do Quadro Permanente do Município, pelo período de 03 (três) meses, a contar de 13/10/2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin
Em, 07 de outubro de 2015.
HÉLIO ROBERTO CESA
Prefeito Municipal

JOSÉ ANTÔNIO PÉRICO
Secretário de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 07 de outubro de 2015.

PORTARIA Nº 311/2015

PORTARIA Nº 311, DE 07 DE OUTUBRO DE 2015

NOMEIA OS MEMBROS DA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO PROCESSO DE CONCESSÃO DE ALTERAÇÃO DE CARGA HORÁRIA EM CARÁTER TEMPORÁRIO AO OCUPANTE DO CARGO DE PROFESSOR DO QUADRO DO MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL.

HÉLIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições e Lei Orgânica do Município e em conformidade com o art. 5º do decreto nº 155/2015.

Art. 1º – Nomear sem ônus para os cofres públicos, comissão de avaliação e acompanhamento do processo de concessão de alteração de carga horária em caráter temporário ao ocupante do cargo de professor do quadro do magistério público municipal, com os seguintes membros:

a) Três representantes indicados pelo poder executivo municipal:

ADILES LIMA

DAIANE FERREIRA GOMES

ERICA NUNES ANTONIO DOS SANTOS

b) Três representantes indicados pelas instituições escolares:

MARIA HELENA ZANELATO FORTUNATO

SUSANA RAQUEL DE SOUZA INNOCENTI

ESTELA MARIS BURIGO RONSONI

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin
Em, 07 de outubro de 2015.
HÉLIO ROBERTO CESA
Prefeito Municipal

JOSÉ ANTÔNIO PÉRICO
Secretário de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 07 de outubro de 2015.

PORTARIA Nº 312/2015

PORTARIA Nº 312, DE 14 DE OUTUBRO DE 2015

RESCINDE A PEDIDO O CONTRATO DA FUNCIONÁRIA LUZIETE IZAIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

HÉLIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições de conformidade com o art.51, inciso V da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - Rescindir a pedido o contrato da funcionária LUZIETE IZAIAS, brasileiro(a), CPF/MF sob nº 045.030.619-41, Auxiliar Ensino de Educação Infantil, na Secretaria de Educação, a contar desta data

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin
Em, 14 de outubro de 2015.
HÉLIO ROBERTO CESA
Prefeito Municipal

JOSÉ ANTÔNIO PÉRICO
Secretário de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 14 de outubro de 2015.

PORTARIA Nº 313/2015

PORTARIA Nº 313, DE 15 DE OUTUBRO DE 2015

CESSA OS EFEITOS DA PORTARIA Nº271/2015 E CONCEDE LICENÇA MATERNIDADE A SERVIDORA CLAUDIA TEOTÔNIO RITA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

HELIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições e de conformidade com o Artigo 51, inciso XIII, da Lei Orgânica do Município e Lei Municipal nº1.809/2009,

RESOLVE

Art. 1º - Cessar os efeitos da portaria nº 271/2015 e conceder Licença Maternidade a funcionária CLAUDIA TEOTÔNIO RITA, CPF/MF nº 964.361.909-53, Merendeira, pelo período de 180 (cento e oitenta) dias, a partir de 31/10/2015.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin

Em, 15 de outubro de 2015.

HÉLIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

JOSÉ ANTÔNIO PÉRICO

Secretário de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 15 de outubro de 2015.

PORTARIA Nº 314/2015

PORTARIA Nº 314, DE 15 DE OUTUBRO DE 2015

CONCEDE AFASTAMENTO DO SERVIÇO PÚBLICO À FUNCIONÁRIA JULIA BETTIOL RAMPINELLI PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

HÉLIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições e de conformidade com o Artigo 51, inciso XIII, da Lei Orgânica do Município e Lei Municipal nº1.809/2009,

RESOLVE

Art.1º - Conceder afastamento do serviço público para auxílio doença junto ao RGPS – Regime Geral da Previdência Social - INSS, à funcionária JULIA BETTIOL RAMPINELLI, Chefe de Setor II, CPF Nº 038.920.309-28, a contar de 05/10/2015.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin

Em, 15 de outubro de 2015.

HÉLIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

JOSÉ ANTÔNIO PÉRICO

Secretário de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 15 de outubro de 2015.

PORTARIA Nº 315/2015

PORTARIA Nº 315, DE 15 DE OUTUBRO DE 2015

CONCEDE AFASTAMENTO DO SERVIÇO PÚBLICO À FUNCIONÁRIA ILDA SALETE SITTA BLISSARI PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

HÉLIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições e de conformidade com o Artigo 51, inciso XIII, da Lei Orgânica do Município e Lei Municipal nº1.809/2009,

RESOLVE

Art.1º - Conceder afastamento do serviço público para auxílio doença junto ao RGPS – Regime Geral da Previdência Social - INSS, à

funcionária ILDA SALETE SITTA BLISSARI, Enfermeira Plantonista, CPF Nº 425.774.620-34, a contar de 09/10/2015.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin

Em, 15 de outubro de 2015.

HÉLIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

JOSÉ ANTÔNIO PÉRICO

Secretário de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 15 de outubro de 2015.

PORTARIA Nº 316/2015

PORTARIA Nº 316, DE 16 DE OUTUBRO DE 2015

CONCEDE PROGRESSÃO POR NOVA HABILITAÇÃO AO SERVIDOR LUIZ FERNANDO ROSSO MARTINS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

HÉLIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições e de conformidade com o Artigo 51, inciso XIII, da Lei Orgânica do Município e Lei Municipal 1.479/2003 combinada com a 2.025/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Progressão por Nova Habilitação ao servidor LUIZ FERNANDO ROSSO MARTINS, CPF nº.055.559.189-17, PROFESSOR MAG-LP, do Quadro Permanente do Município, de A1 para A4, a partir de 20/10/2015.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin

Em, 16 de outubro de 2015.

HÉLIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

JOSÉ ANTÔNIO PÉRICO

Secretário de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 16 de outubro de 2015.

PORTARIA Nº 317/2015

PORTARIA Nº 317, DE 21 DE OUTUBRO DE 2015

RESCINDE O CONTRATO DA FUNCIONÁRIA RAFAELLA FERNANDA WAKITA DAL BO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

HÉLIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições de conformidade com o art.51, inciso V da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - Rescindir o contrato da funcionária RAFAELLA FERNANDA WAKITA DAL BO, brasileiro(a), CPF/MF sob nº 053.100.289-60, Professora Mag LP, na Secretaria de Educação, a contar desta data

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin

Em, 21 de outubro de 2015.

HÉLIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

JOSÉ ANTÔNIO PÉRICO

Secretário de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 21 de outubro de 2015.

Sombrio

PREFEITURA

DEC. 191

DECRETO Nº 191, DE 01 DE OUTUBRO DE 2015.
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO FISCAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SOMBRIO – SC.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO, Senhor Zênio Cardoso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Sombrio, de 06 de abril de 1990 e o artigo 6º, da Lei nº 2189 de 04 de Dezembro de 2014, (Lei Orçamentária)

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto ao orçamento fiscal da Prefeitura Municipal de Sombrio, crédito suplementar, no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), na seguinte dotação do orçamento vigente:

02.01 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
2.004 - Gestão da Secretaria de Administração
3.3.90.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas
R\$ 10.000,00

Art. 2º A abertura de Crédito de que trata o art. 1º, correrá a conta do provável excesso de arrecadação da fonte 80 (recursos próprios).

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Município de Sombrio – SC, 01 de outubro de 2015.
Zênio Cardoso
Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta secretaria em data supracitada

José Sidnei Januário
Secretário Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

DEC. 193

DECRETO Nº 193, DE 01 DE OUTUBRO DE 2015.
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO FISCAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SOMBRIO – SC.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO, Senhor Zênio Cardoso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Sombrio, de 06 de abril de 1990 e o artigo 6º, da Lei nº 2189 de 04 de Dezembro de 2014, (Lei Orçamentária)

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto ao orçamento fiscal da Prefeitura Municipal de Sombrio, crédito suplementar, no valor de R\$ 14.652,94 (quatorze mil, seiscentos e cinquenta e dois reais e noventa e quatro centavos), na seguinte dotação do orçamento vigente:

04.03 - DIRETORIA DE SERVIÇOS URBANOS
2.033 - Conservação e Limpeza de Vias e Logradouros Públicos
3.3.90.00.00.00.00.0016 - Aplicações Diretas
R\$ 14.652,94

Art. 2º A abertura de Crédito de que trata o art. 1º, correrá a conta do provável excesso de arrecadação da fonte de recursos 16 (cide).

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Município de Sombrio – SC, 01 de outubro de 2015.
Zênio Cardoso
Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta secretaria em data supracitada

José Sidnei Januário
Secretário Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

POR. 141

PORTARIA Nº 141 DE 19 DE OUTUBRO DE 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO-SC, Senhor Zênio Cardoso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Sombrio, de 06 de abril de 1990, e em conformidade com a Lei nº 1.414 de 20 de Maio de 2003.

RESOLVE:

Exonerar a Pedido o Servidor efetivo Sr. ELIZANDRO HOMEM AMARAL, Auxiliar Administrativo, matrícula nº 2545, com carga horária de 40 horas semanais, nomeado pela Portaria nº 008, de 01 de março de 2002.

Fica revogada a Portaria nº 008, de 01 de março de 2002 e demais disposições em contrário.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Sombrio - SC, 19 de outubro de 2015.
Zênio Cardoso
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta Secretaria em data supracitada.

José Sidnei Januário
Secretário Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

PORT. 138

PORTARIA Nº 138 DE 01 DE OUTUBRO DE 2015

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDOR PÚBLICO QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO – SC, Senhor Zênio Cardoso, usando da competência privativa que lhe concede a Lei Orgânica do Município de Sombrio – SC, e em conformidade com a Lei 1.414 de 20 de maio de 2003, (Estatuto do Servidor Público Municipal).

RESOLVE:

Conceder a 1ª Licença Prêmio ao servidor efetivo, Sr. VALMIR DO AMARAL BOFF, Odontólogo, com Carga Horária de 10 horas semanais, como segue:

MATRICULA	PER. AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO
877	1993 à 1998	01/10/2015 a 30/11/2015

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Sombrio - SC, 01 de outubro de 2015.

Zênio Cardoso

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta Secretaria em data supracitada.

José Sidnei Januário

Secretário Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

PORT. 139

PORTARIA Nº 139 DE 01 DE OUTUBRO DE 2015.

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORES QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO-SC, Senhor Zênio Cardoso, usando da competência privativa que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Sombrio, de 06 de abril de 1990, e em conformidade com a Lei nº 1414, de 20 de maio de 2003.

RESOLVE:

Conceder 30 (trinta) dias de férias aos servidores públicos Municipais, conforme quadro de escala que segue:

CÓD.	NOME	PERÍODO AQUISITIVO			PERÍODO DE GOZO		
6888	Aires Medeiros Godinho	07/05/2014	à	06/05/2015	01/10/2015	à	31/10/2015
6789	Volneci Moraes Baltazar	17/02/2014	à	16/02/2015	16/10/2015	à	15/11/2015

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Sombrio, 01 de outubro de 2015.

Zênio Cardoso

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta Secretaria em data supracitada.

José Sidnei Januário

Secretário Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

PORT. 142

PORTARIA Nº 142 DE 19 DE OUTUBRO DE 2015.

REVOGA EFEITOS DA PORTARIA Nº 127, DE 25 DE AGOSTO DE 2015, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO-SC, Senhor Zênio Cardoso, usando da competência privativa que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Sombrio, de 06 de abril de 1990, e em conformidade com a Lei nº 1414, de 20 de maio de 2003.

RESOLVE:

Art. 1º. Fica revogado na Inteira a contar de 19/10/2015 os efeitos da Portaria nº 127, de 25 de agosto de 2015, que concedeu a pedido, licença sem remuneração para tratar de assuntos de interesse particular pelo período de 02 (dois) anos, a contar 03/08/2015 à 03/08/2017, ao servidor Sra. CLAUDIA SOUZA DE MATOS GARCIA, matrícula nº 3676, ocupante do cargo de Auxiliar Administrativo, conforme previsto no artigo 67, § 1º e § 3º, da Lei nº 1414, de 20 de maio de 2003 (Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Sombrio – SC).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Sombrio - SC, 19 de outubro de 2015.

Zênio Cardoso

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta Secretaria em data supracitada.

José Sidnei Januário

Secretário Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

PORT.140

PORTARIA Nº 140 DE 19 DE OUTUBRO DE 2015

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDOR PÚBLICO QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO – SC, Senhor Zênio Cardoso, usando da competência privativa que lhe concede a Lei Orgânica do Município de Sombrio – SC, e em conformidade com a Lei 1.414 de 20 de maio de 2003, (Estatuto do Servidor Público Municipal).

RESOLVE:

Conceder a 1ª Licença Prêmio ao servidor efetivo, Sr. ANTONIO JOSÉ ALICIO DE ALCÂNTARA, Motorista, com Carga Horária de 40 horas semanais, como segue:

MATRICULA	PER. AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO
3773	2006 à 2011	19/10/2015 a 18/12/2015

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Sombrio - SC, 19 de outubro de 2015.

Zênio Cardoso

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta Secretaria em data supracitada.

José Sidnei Januário

Secretario Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

Sul Brasil

PREFEITURA

DECRETO 205/2015

DECRETO Nº 205, DE 21 DE OUTUBRO DE 2015

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL JANETE RAMOS HAMMERSCHMITT E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EDER IVAN MARMITT, Prefeito Municipal de Sul Brasil, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial ao disposto na Lei Municipal nº 384 de 01.06.2001 – Estatuto dos Servidores Públicos.

DECRETA:

Art. 1º. Fica concedido a Licença para Tratamento de Saúde a Servidora Pública Municipal JANETE RAMOS HAMMERSCHMITT, ocupante do cargo de Professora de Educação Infantil, com lotação Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, por período de 15 (quinze) dias do dia 21.10.2015 a 04.11.2015, conforme atestado médico anexo.

Art. 2º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, Vinculada ao DOM, conforme Lei Municipal nº 1.027 de 06 de abril de 2015, Diário Oficial dos Municípios.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sul Brasil,
aos 21 de outubro de 2015.
EDER IVAN MARMITT
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO NA DATA SUPRA:

VALDECIR TOSETTO
Diretor de Administração

DECRETO 206/2015

DECRETO Nº. 206 DE 22 DE OUTUBRO DE 2015

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL CEILA MARA VALMORBIDA PARA OCUPAR O CARGO TEMPORÁRIO DE PROFESSORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EDER IVAN MARMITT, Prefeito Municipal de Sul Brasil, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial ao disposto no artigo 9º, inciso II, da Lei Municipal nº 384/2001 de 01.06.2001 e artigo 7º da Lei Municipal nº 470 de 01/04/2003.
DECRETA:

Art. 1º. Fica nomeada CEILA MARA VALMORBIDA, portadora do CPF nº 052.122.729-12 e RG 4.970.317,0, Servidora Pública Municipal de Sul Brasil-SC, para ocupar o cargo temporário de Professora de Educação Infantil, no período de quatorze dias a contar de 22.10.2015 a 04.11.2015, com lotação na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte.

Art. 2º. As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta de dotação própria prevista no orçamento.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação e esta vinculada ao DOM, conforme Lei Municipal nº 1.027 de 06 de

abril de 2015, Diário Oficial dos Municípios.
publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sul Brasil,
aos 22 de outubro de 2015.
EDER IVAN MARMITT
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO NA DATA SUPRA:

VALDECIR TOSETTO
Diretor de Administração

DECRETO 207/2015

DECRETO Nº 207, DE 23 DE OUTUBRO DE 2015

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL MARISA REGINA WEBER CAPRINI E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EDER IVAN MARMITT, Prefeito Municipal de Sul Brasil, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial ao disposto na Lei Municipal nº 384 de 01.06.2001 – Estatuto dos Servidores Públicos.

DECRETA:

Art. 1º. Fica concedido a Licença para Tratamento de Saúde a Servidora Pública Municipal MARISA REGINA WEBER CAPRINI, ocupante do cargo de Diretora de Educação, com lotação Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, por período de 15 (quinze) dias do dia 23.10.2015 a 06.11.2015, conforme atestado médico anexo.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, Vinculada ao DOM, conforme Lei Municipal nº 1.027 de 06 de abril de 2015, Diário Oficial dos Municípios.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sul Brasil,
aos 23 de outubro de 2015.
EDER IVAN MARMITT
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO NA DATA SUPRA:

VALDECIR TOSETTO
Diretor de Administração

DECRETO 208/2015

DECRETO nº 208 de 23 de outubro de 2015.

"AUTORIZA VEÍCULO SPIN 1.8L, PLACAS QHN 4722, RENAVAL Nº 1050318754, A DESLOCAR-SE A CAPITAL DO ESTADO PARA TRANSPORTAR A MUNÍCIPE BEATRIZ DA LUZ CISTRAGENM, FAZER PERÍCIA JUNTO AO HOSPITAL DE CUSTÓDIA E TRATAMENTO PSIQUIÁTRICO, CONFORME DETERMINAÇÃO DO PROCESSO Nº 0000062.93.2009.8.24.0256/01, DA COMARCA DE MODELO/SC NOS DIAS 26/27 DE OUTUBRO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SUL BRASIL, ESTADO DE SANTA CATARINA, Éder Ivan Marmitt no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei orgânica municipal,

CONSIDERANDO, que o veículo SPIN lotado na Saúde de Sul Brasil, encontra-se na concessionária para verificar problemas mecânicos, com possibilidade de liberação somente para dia 28 de outubro de 2015.

Considerando que os outros veículos possuem também agendamento diário para transporte de passageiros até as cidades de Modelo, Maravilha e Chapecó.

Considerando que para deslocamento até a Capital do Estado há necessidade de veículo novo.

Considerando que a SPIN Placa QHN 4722, está lotada no Conselho Tutelar, e encontrasse em perfeitas condições para o transporte.

Considerando que o Município deixará a disposição do Conselho Tutelar nos dias 26/27 de outubro o veículo FORD FIESTA, MGN 4049.

CONSIDERANDO, por fim, que a veículo será usado pelo Servidor habilitado Luciano Ferrari.

DECRETO:

Art. 1º. – FICA AUTORIZADA em caráter temporária e excepcional a utilização do veículo SPIN, placas QHN 4722, para deslocamento até a Capital do Estado de Santa Catarina, para levar a munícipe Beatriz da Luz Cistragenm fazer perícia médica dia 27/10/2015, às 9:00 horas, com saída prevista para dia 26 de outubro, pelas 12:00 horas e retorno dia 27 de outubro a noite.

Parágrafo Único – O veículo será dirigido pelo servidor Luciano Ferrari, motorista lotado na secretaria de saúde.

Art. 2º.- Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, vinculada a publicação no DOM, pela Lei Municipal nº 1.027/2015.

Art. 3º. - Ficam revogadas as disposições em contrárias.

Sul Brasil-SC, 26 de outubro de 2015.

EDER IVAN MARMITT

Prefeito de Sul Brasil

Publicado e registrado na data supra.

VALDECIR TOSETTO

Diretor de Administração

PORTARIA 040/2015

PORTARIA Nº 040, DE 20 DE OUTUBRO DE 2015.

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

ÉDER IVAN MARMITT, Prefeito Municipal de Sul Brasil, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial ao disposto no artigo 41, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal e artigo 61 do Estatuto dos Servidores Municipais.

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder férias ao Servidor Público Municipal PAULO CESAR HUBNER ocupante do cargo de Contador Geral, com lotação no Secretaria de Administração e Fazenda de 10 dias de férias, relativas ao período aquisitivo de 14.10.2013 a 13.10.2015, a serem gozadas no período de 20.10.2015 a 29.10.2015.

--	--	--	--	--	--	--	--

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação,

Vinculada ao DOM, conforme Lei Municipal nº 1.027 de 06 de abril de 2015, Diário Oficial dos Municípios.

Art. 3º.Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sul Brasil,

20 de outubro de 2015.

EDER IVAN MARMITT

Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA SUPRA:

VALDECIR TOSETTO

Diretor de Administração

Tigrinhos

PREFEITURA

DECRETO 100/2015

DECRETO Nº. 100/2015, DE 27 DE OUTUBRO DE 2015.

DECRETA PONTO FACULTATIVO NAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS MUNICIPAIS DE TIGRINHOS/SC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RUDIMAR FRANCISCO GUTH, digníssimo Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais de acordo com o Inciso VI do Artigo 68 da Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1º - Fica decretado PONTO FACULTATIVO, em todas as repartições Públicas Municipais do Município de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no dia 28 de Outubro de 2015, quarta-feira (Dia do Funcionário Público).

Art. 2º - A Secretaria Municipal de Educação terá expediente normal.

Art. 3º - Fica assegurado a população os serviços considerados essenciais, especialmente na área de Saúde, em casos de urgência e emergência, com encaminhamento de enfermos a centros especializados para tratamento de saúde, o que fica sob a responsabilidade da Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS,
ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 27 DE OUTUBRO DE 2015.

RUDIMAR FRANCISCO GUTH
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria em vinte e sete de outubro de dois mil e quinze.

Timbó

PREFEITURA

AVISO PREGÃO PRESENCIAL N.º 103 2015 PMT - AQUISIÇÃO DE BIOMBOS ESCOLARES

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ
AVISO DE Pregão PRESENCIAL Nº 103/2015 - PMT

OBJETO: aquisição de biombos escolares, para uso em exposições, feiras de matemática e ciências, eventos realizados em escolas e demais unidades de ensino para atender a necessidade da Secretaria Municipal de Educação. ENTREGA DOS ENVELOPES: contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços até as 08h00min do dia 13 de novembro de 2015. ABERTURA: dia 13 de novembro de 2015 as 08h10min. Os interessados poderão obter a íntegra do edital diariamente no horário de expediente da Central de Licitações localizada na Avenida Getúlio Vargas, 700, Centro – Timbó/SC, ou no site: www.timbo.sc.gov.br.

TIMBO (SC), 26/10/2015
SERGI FREDERICO MENGARDA
Secretário de Educação

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE N.º 110 2015 PMT - PAVIMENTAÇÃO RUA SENEGAL

ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE TIMBÓ
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 110/2015
CONTRATANTE: Município de Timbó.
CONTRATADO: Paviplan Pavimentação Ltda.
OBJETO: Execução de serviços de pavimentação asfáltica de 5.182,35m² (cinco mil e cento e oitenta e dois metros quadrados e trinta e cinco decímetros quadrados) da Rua Senegal, de acordo com a Lei Municipal n.º 1.940/97 e alterações, e Termo de Acordo com Moradores, conforme credenciamento (sistema de mutirão) n.º 23/2015.
VALOR TOTAL DA PAVIMENTAÇÃO: R\$ 361.002,50 (trezentos e sessenta e um mil, dois reais e noventa e cinquenta centavos).
VALOR A SER PAGO MUNICÍPIO DE TIMBÓ/SC REFERENTE À ÁREA DOS MORADORES NÃO ADERENTES, ENTRONCAMENTOS, CRUZAMENTOS, VIRADOUROS E INTERSEÇÕES DAS RUAS: R\$ 58.511,61 (cinquenta e oito mil, quinhentos e onze reais e cinquenta e sessenta e um centavos).
VALOR A SER PAGO PELOS PROPRIETÁRIOS DE IMÓVEIS LINDEIROS REFERENTE À SUA ÁREA DE COMPETÊNCIA: R\$ 302.490,88 (trezentos e dois mil, quatrocentos e noventa reais e oitenta e oito centavos).
PRAZO DE EXECUÇÃO: 90 (noventa) dias após recebimento da ordem de serviço.

Timbó, 26 de outubro de 2015
ORLEI ADAZIR PEDRON
Secretário de Obras e Serviços Urbanos

EXTRATO DE TERMO DE RESCISÃO DO CONTRATO 2015.111

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
EXTRATO DE TERMO DE RESCISÃO

TERMO DE RESCISÃO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 2015/111
AUTORIZANTE: Município de Timbó através Secretaria de Desenvolvimento Econômico AUTORIZADO: Empreiteira de Mão de Obra VB Ltda Epp.
OBJETO: Rescisão do contrato que tem por objeto execução do projeto/obra de reforma do anexo do Pavilhão Henry Paul. Área total 107,65m², localizado na Rua Julius Scheidemantel, Centro, neste Município.
DATA DA RESCISÃO: 21/10/2015.

MÁRCIA DA ROCHA
Secretária Municipal de Desenvolvimento Econômico

EXTRATO PRIMEIRO TERMO ADITIVO A ORDEM DE COMPRAS Nº 181.2015 FUNDEC

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
FUNDO MUNICIPAL DE EMERGÊNCIA DA DEFESA CIVIL DE TIMBÓ
EXTRATO DE TERMO ADITIVO A ORDEM DE COMPRA

PRIMEIRO TERMO ADITIVO A ORDEM DE COMPRA Nº 181/2015 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2015 FUNDEC
CONTRATANTE: Município de Timbó através do Fundo de Emergência da Defesa Civil de Timbó
CONTRATADO: Lynx Elevadores Ltda.
OBJETO: Prorrogação do prazo de entrega/instalação até 30/03/2016 e vencimento até 15/04/2016
DATA DA ASSINATURA: 20/10/2015.

WIEGOLD STARKE
Coordenador da Defesa Civil

EXTRATO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 2015.101 - PMT

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 2015/101
CONTRATANTE: Município de Timbó através da Secretaria Municipal de Educação
CONTRATADO: Empreiteira de Mão de Obra VB Ltda Epp
OBJETO: Prorrogação do prazo de execução até 20/11/2015.
DATA DA ASSINATURA: 19/10/2015

SERGI FREDERICO MENGARDA
Secretário Municipal de Educação

EXTRATO PRIMEIRO TERMO ADITIVO ATA DE REGISTRO - 54.2015 PMT POSTO FRATELLI

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
SECRETARIA DA FAZENDA E DA ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

EXTRATO PRIMEIRO TERMO ADITIVO A ATA REGISTRO DE PREÇOS 157/2014

CONTRATANTE: Município de Timbó.

CONTRATADO: Posto Fratelli Ltda.

OBJETO: Acréscimo proporcional ao aumento ocorrido no valor do litro do óleo diesel S10, que fica passando a ser de R\$ 2,910.

DATA DA ASSINATURA: 13/10/2015.

MARIA ANGELICA FAGGIANI

Secretária Municipal de Fazenda e Administração

EXTRATO TERMO DE ACORDO ORDEM DE COMPRA Nº 314.2015 FMAS

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
EXTRATO DE TERMO DE ACORDO

TERMO DE ACORDO - ORDEM DE COMPRA Nº 314/2015 – PREÇÃO PRESENCIAL Nº 03/2015 FMAS

CONTRATANTE: Município de Timbó através do Fundo Municipal de Assistência Social

CONTRATADO: Gisiane Matilde Vieira Me.

OBJETO: Alteração das cores e prorrogação do prazo de entrega por mais 30 dias do item 23 (puff fofão em couro) da ordem de compra nº 314/2015 FMAS..

DATA DA ASSINATURA: 22/10/2015.

DEISE A.N. MENDES

Secretária Municipal de Assistência Social

CÂMARA MUNICIPAL

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 04/2015

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 04/2015.

CAUSA ENSEJADORA:

Dispensa de licitação, com base no artigo 24, I c/c art. 23, I, "a", da Lei 8.666/93.

JUSTIFICATIVA:

Licitação dispensada em razão do valor da proposta apresentada ser inferior ao limite legal que exige a abertura de procedimento licitatório.

RAZÃO DA ESCOLHA:

Dentre as empresas consultadas para apresentar orçamento foi o menor preço apresentado.

JUSTIFICAÇÃO DO PREÇO:

Compatível com os praticados no mercado.

OBJETO DO CONTRATO:

Aquisição de Apólice de Seguro para garantia do Prédio da nova sede da Câmara Municipal, localizado na Rua Inglaterra, s/n., Bairro das Nações, com coberturas para danos decorrentes de incêndio, raio, explosão, vendaval, furacão, ciclone, tornado, granizo, impacto de veículo e qualquer aeronave, danos elétricos, danos em vidros, espelhos e mármore, responsabilidade civil de operações, roubo e furto qualificado.

CONTRATADO:

Tokio Marine Seguradora S/A, inscrita no CNPJ sob nº 33.164.021/0001-00, com sede na Rua Sampaio Viana, nº 44, 10º andar, Paraíso, São Paulo (SP), CEP: 04.004-000.

VALOR:

O valor do contrato é de R\$ 2.322,21 (dois mil trezentos e vinte e dois reais e vinte e um centavos).

Timbó (SC), 22 de Setembro de 2015.

Marcelo Luiz Ferrari

Presidente

EXTRATO DE APÓLICE DE SEGURO DA SEDE DA CÂMARA Nº 180 0000905741

EXTRATO APÓLICE DE SEGURO

Contratante: Câmara Municipal de Timbó

Proposta: RE 7680039, Cotação 4779169, Renovação de Apólice 180 0000905741

Contratado: TOKIO MARINE SEGURADORA S/A

Objeto: Prestação de Serviços de Seguro Predial e de conteúdo: Incêndios, Raios, Explosões, Implosões e Fumaça; Vendaval, Furacão, Ciclone Tornado, Granizo, Impacto de veículos, Queda de aeronaves, e Danos elétricos; Tumultos, Greves, Lockout e atos dolosos; Roubo e furto mediante arrombamento, quebra de Vidros, espelhos ou mármore; Responsabilidade Civil de operações e Despesas com Instalação em novo local.

Valor: O valor total do seguro é de 2.322,21 (dois mil trezentos e vinte e dois reais e vinte e um centavos).

Vigência: Das 24h00 do dia 30/08/2015 às 24h00 do dia 30/08/2016
Assinado: 10/08/2015 pela Câmara Municipal de Timbó (Marcelo Luiz Ferrari– Presidente) e pela corretora Marconcini Administradora e corretora de seguros Ltda. Tokio Marine Seguradora S/A. Data emissão da Apólice: 21/10/2015.

SAMAE - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE TIMBÓ**PORTARIA NO SAMAE 161, DE 05 DE OUTUBRO DE 2015**

PORTARIA No SAMAE 161, DE 05 DE OUTUBRO DE 2015

Designa a Servidora Vanessa Lucia Bahr Lauriola para exercício de Função Gratificada no Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE

O Diretor Presidente do SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar n. 212, de 21 de Dezembro de 2001, alterada pela Lei Complementar n. 234, de 12 de Dezembro de 2002, e Lei Complementar n. 425, de 20 de Dezembro de 2012,

RESOLVE:

Art.1º DESIGNAR EM FUNÇÃO GRATIFICADA, e com base no Art. 11, § 3º, da Lei Complementar nº 01, de 22/10/93, acrescentado pela Lei Complementar nº 139, de 02/07/98, combinado com o disposto no artigo 13 da Lei Complementar nº 212, de 21/12/01, a servidora abaixo relacionada:

NOME	SÍMBOLO	%	FUNÇÃO GRATIFICADA	A CONTAR
Vanessa Lucia Bahr Lauriola	FG	40	Responsável RH	01/10/2015

Art. 2º REVOGAR a Portaria n. SAMAE n. 147, de 01 de setembro de 2015, que designa servidora para exercer função gratificada, a contar desta data.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 05 de outubro de 2015; 145º ano de Fundação; 81º ano de Emancipação Política.

WALDIR GIRARDI

Diretor Presidente

PORTARIA Nº SAMAE -162, DE 22 DE OUTUBRO DE 2015

PORTARIA Nº SAMAE -162, DE 22 DE OUTUBRO DE 2015

Altera Portaria referente à data do término do período de contratação de Servidores lotados no SAMAE.

O Diretor Presidente do SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar n. 212, de 21 de Dezembro de 2001, alterada pela Lei Complementar n. 234, de 12 de Dezembro de 2002, e Lei Complementar n. 425, de 20 de Dezembro de 2012, bem como amparado pela necessidade temporária de excepcional interesse público previsto no Inciso VIII e IX do art.2º da Lei nº 2.045, de 22/12/98, alterada pela Lei nº 2439, de 02/12/2009 e Decreto nº 3852, 01/06/2015,

RESOLVE:

Art.1º ALTERAR a Portaria referente à data do término do período de contratação de servidores abaixo relacionados:

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE TIMBÓ		
NOME	PORTARIA CONTRAT/ALTERAÇÃO	DATA TÉRMINO
JANETE APARECIDA COLARITES	143, de 28/08/2015	10/11/2015

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 22 de outubro de 2015; 146º ano de Fundação; 81º ano de Emancipação Política.

WALDIR GIRARDI

Diretor Presidente

PORTARIA Nº SAMAE -163, DE 22 DE OUTUBRO DE 2015

PORTARIA Nº SAMAE -163, DE 22 DE OUTUBRO DE 2015

Altera Portaria referente à data do término do período de contratação de Servidores lotados no SAMAE.

O Diretor Presidente do SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar n. 212, de 21 de Dezembro de 2001, alterada pela Lei Complementar n. 234, de 12 de Dezembro de 2002, e Lei Complementar n. 425, de 20 de Dezembro de 2012, bem como amparado pela necessidade temporária de excepcional interesse público previsto no Inciso VIII e IX do art.2º da Lei nº 2.045, de 22/12/98, alterada pela Lei nº 2439, de 02/12/2009 e Decreto nº 3852, 01/06/2015,

RESOLVE:

Art.1º ALTERAR a Portaria referente à data do término do período de contratação de servidores abaixo relacionados:

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE TIMBÓ		
NOME	PORTARIA CONTRAT/ALTERAÇÃO	DATA TÉRMINO
YURI MARCEL ANTONIO	155, de 22/09/2015	30/11/2015
ADRIANA RODRIGUES WESTPHAL	155, de 22/09/2015	30/11/2015
MARCIO CARDOSO	155, de 22/09/2015	30/11/2015
MICHELLE ERDMANN	155, de 22/09/2015	30/11/2015
ROSANGELA CANDIDO DE JESUS	155, de 22/09/2015	30/11/2015
ROSICLÉIA CANDIDO DE JESUS	155, de 22/09/2015	30/11/2015
SUZANA MORAIS	155, de 22/09/2015	30/11/2015
ADRIANO DE OLIVEIRA	155, de 22/09/2015	30/11/2015
DAVI RODRIGUES	155, de 22/09/2015	30/11/2015
FABIANO ALVES DE QUADROS	155, de 22/09/2015	30/11/2015
GILDA ANACLETO	155, de 22/09/2015	30/11/2015
JANETE BILK	155, de 22/09/2015	30/11/2015
MARCOS STEFFEN	155, de 22/09/2015	30/11/2015
NEUSA CASTANHA	155, de 22/09/2015	30/11/2015
PAULO RICARDO DOS SANTOS	155, de 22/09/2015	30/11/2015
SANDRA DOS SANTOS MARTINEZ	155, de 22/09/2015	30/11/2015
VALDECIR ANACLETO CARDOSO	155, de 22/09/2015	30/11/2015
VANDERLEI GESSNER	155, de 22/09/2015	30/11/2015
VERA LUCIA RIBEIRO DOS SANTOS	155, de 22/09/2015	30/11/2015
MATHEUS ALEXANDRE DE BARROS	155, de 22/09/2015	30/11/2015
OSMAIR WAGNER DE LIMA	155, de 22/09/2015	30/11/2015
LEANDRO MARTINEZ DA SILVA	155, de 22/09/2015	30/11/2015
NEVIO DIAS DE ALMEIDA	155, de 22/09/2015	30/11/2015
FRANCIELE DOS SANTOS DE LIMA	155, de 22/09/2015	30/11/2015
CARLOS ALEXANDRE STOLF	155, de 22/09/2015	30/11/2015
LUCAS ANDERSON MARTINEZ DA SILVA	155, de 22/09/2015	30/11/2015
IVONEI OSTI	155, de 22/09/2015	30/11/2015
MAICON STEFFEN	160, de 05/10/2015	30/11/2015

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 22 de outubro de 2015; 146o ano de Fundação; 81o ano de Emancipação Política.

WALDIR GIRARDI

Diretor Presidente

PORTARIA Nº SAMAE -164, DE 22 DE OUTUBRO DE 2015

PORTARIA Nº SAMAE -164, DE 22 DE OUTUBRO DE 2015

Altera Portaria referente à data do término do período de contratação de Servidores lotados no SAMAE.

O Diretor Presidente do SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar n. 212, de 21 de Dezembro de 2001, alterada pela Lei Complementar n. 234, de 12 de Dezembro de 2002, e Lei Complementar n. 425, de 20 de Dezembro de 2012, bem como amparado pela necessidade temporária de excepcional interesse público previsto no Inciso VIII e IX do art.2º da Lei nº 2.045, de 22/12/98, alterada pela Lei nº 2439, de 02/12/2009 e Decreto nº 3852, 01/06/2015,

RESOLVE:

Art.1º ALTERAR a Portaria referente à data do término do período de contratação de servidores abaixo relacionados:

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE TIMBÓ		
NOME	PORTARIA CONTRAT/ALTERAÇÃO	DATA TÉRMINO
CAIO DANIEL KNOOP	155, de 22/09/2015	31/12/2015
JONATHAN WILLIAN DE BORBA ALVES BORGES	150, de 11/09/2015	31/12/2015

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 22 de outubro de 2015; 146º ano de Fundação; 81º ano de Emancipação Política.

WALDIR GIRARDI

Diretor Presidente

Três Barras

PREFEITURA

DECRETO N. 4.492 DE 20 DE MAIO DE 2015.

DECRETO N. 4.492 DE 20 DE MAIO DE 2015.

CONVOCA A CONFERÊNCIA MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras – SC, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 65, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal, e considerando as orientações do CONANDA;

DECRETA:

Art. 1º. Fica convocada a Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, em preparação a X Conferência Nacional dos Direitos da Criança e Adolescente.

Art. 2º. A etapa municipal será realizada no dia 02 de junho de 2015, das 08:00h às 12:00h e das 13:00h às 17:00h, no salão nobre do Clube da Rigesa, Três Barras/SC.

Art. 3º. O tema central da Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente será "Política e Plano Decenal dos Direitos Humanos de Criança e Adolescente – Fortalecendo os Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente."

Art. 4º. A comissão organizadora da Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente será composta pelos seguintes membros:

I – Silvano Silverio da Silva (representando a Assistência Social)

II – Marly Veiga (Presidente do CMDCA)

III- Sumaia El-Kouba Miguel (representando o CMDCA)

IV- Marilze J. Beckert (representando a Educação)

V – Alcione Carlos de Maria (representando a Educação)

Art. 5º. As despesas com a realização da Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente estarão por conta de dotações próprias do orçamento vigente da Secretaria Municipal Assistência Social, Trabalho, Emprego e Renda.

Art. 6º. Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Três Barras – SC, em 20 de Maio de 2015.

ELOI JOSÉ QUEGE

Prefeito Municipal de Três Barras/SC

Marly Veiga

Presidente do CMDCA de Três Barras/SC

DECRETO N. 4.504 DE 11 DE JUNHO DE 2015.

DECRETO N. 4.504 DE 11 DE JUNHO DE 2015.

CONVOCA A CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras – SC, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 65, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal, em conjunto com a Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS;

Considerando a necessidade de avaliar e propor diretrizes para a implementação da Política de Assistência Social no Município;

Considerando as orientações do Conselho Nacional de assistência Social – CNAS;

DECRETA:

Art. 1º. Fica convocada a Conferência Municipal de Assistência Social, em preparação a X Conferência Nacional de Assistência Social.

Art. 2º. A etapa municipal será realizada no dia 05 de agosto de 2015, das 08:00h às 12:00h e das 13:00h às 17:00h, em Três Barras/SC.

Art. 3º. O tema central da Conferência Municipal de Assistência Social será: "Consolidar o SUAS de vez rumo à 2026" e o Lema é: "Pacto Republicano do SUAS rumo a 2026 – O SUAS que temos e o SUAS que queremos."

Art. 4º. A comissão organizadora da Conferência Municipal de Assistência Social será composta pelos seguintes membros:

I – Cléa da Silveira Xavier (Presidente do CMAS);

II – Silvano Silverio da Silva (Representando a Assistência Social);

III- Marina Guimarães Dubiel (Representando a Secretaria de Saúde)

IV- Joelma Ribeiro Veiga (Representando a Intendência)

V – Alcione Carlos de Maria (Representando a Educação)

VI – Adão Sidnei Puchinski (Representando a Habitação)

Art. 5º. As despesas com a realização da Conferência Municipal de Assistência Social estarão por conta de dotações próprias do orçamento vigente da Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho, Emprego e Renda.

Art. 6º. Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Três Barras – SC, em 11 de junho de 2015.

ELOI JOSÉ QUEGE

Prefeito Municipal de Três Barras/SC

Cléa da Silveira Xavier

Presidente do CMAS de Três Barras/SC

DECRETO N. 4.515 DE 14 DE JULHO DE 2015.

DECRETO N. 4.515 DE 14 DE JULHO DE 2015.

CONVOCA A I CONFERÊNCIA REGIONAL DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras – SC, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 65, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal;

Considerando a resolução conjunta nº 007/2015 da Secretaria de Estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação - SST/SC, e o Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência – CONEDE/SC.

CONSIDERANDO a resolução nº 008/2015 do Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência – CONEDE/SC.

CONSIDERANDO as demais orientações elaboradas pelo CONEDE/SC.

DECRETA:

Art. 1º. Fica convocada a I Conferência Regional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, que será realizada no dia 28 de Julho do ano de 2015, das 08:00 às 17:00 horas, no Salão da Sede Social da Empresa MILI, com endereço a Avenida Abraão Mussi, s/n, Bairro São Cristóvão na cidade de Três Barras, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º. A I Conferência Regional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, terá como lema “Os Desafios na Implementação da Política da Pessoa com Deficiência: a transversalidade como radicalidade dos direitos humanos” com os seguintes eixos de trabalho, conforme segue:

I – Eixo 1. Gênero Raça e Etnia, Diversidades Sexual e Geracional;

II - Eixo 2. Órgãos Gestores e Instâncias de Participação Social;

III - Eixo 3. A Interação Entre os Poderes e os Entes Federados.

Art. 3º. Fica estabelecido que a organização da I Conferência Regional dos Direitos da Pessoa com Deficiência da região da AMPLANORTE ficará sob a responsabilidade dos seguintes municípios:

I - Coordenação geral: Município de Irineópolis;

II – Credenciamento: Município de Porto União;

III - Organização do Evento: Município de Três Barras (sede);

IV – Financiamento: Irineópolis; Bela Vista do Toldo; Porto União; Itaiópolis; Três Barras; Monte Castelo; Major Vieira; Mafra e Panduva.

Art. 4º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Três Barras – SC, em 14 de julho de 2015.

ELOI JOSÉ QUEGE

Prefeito Municipal de Três Barras/SC

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Planejamento desta Prefeitura Municipal, na data supra.

WILLIAN GERSON NAYZER

Diretor

DECRETO N. 4.516 DE 14 DE JULHO DE 2015.

DECRETO N. 4.516 DE 14 DE JULHO DE 2015.

ALTERA OS MEMBROS DA COMISSÃO ORGANIZADORA CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras – SC, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 65, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1º. Altera o art. 4º do Decreto Municipal nº 4.504 de 11 de junho de 2015, que designava os membros da Comissão Organizadora da Conferência Municipal de Assistência Social.

Art. 2º. A nova Comissão Organizadora será composta pelos seguintes membros:

I – Representantes governamentais:

a) Cléa da Silveira Xavier;

b) Silvano Silvério da Silva;

c) Marina Guimarães Dubiel;

II – Representantes não governamentais:

a) Lilian Leite C. Celestino;

b) Derli Severo;

c) Juraci Aparecida dos Santos Soares.

Art. 3º. Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Três Barras – SC, em 14 de julho de 2015.

ELOI JOSÉ QUEGE

Prefeito Municipal de Três Barras/SC

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Planejamento desta Prefeitura Municipal, na data supra.

WILLIAN GERSON NAYZER

Diretor

DECRETO N. 4.540 DE 29 DE SETEMBRO DE 2015.

DECRETO N. 4.540 DE 29 DE SETEMBRO DE 2015.

CONVOCAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS E LISTAGEM DOS TRABALHADORES PARA A ELEIÇÃO UNIFICADA DO CONSELHO TUTELAR.

ALINOR LESCOVITZ, Prefeito Municipal de Três Barras – SC em exercício, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 65, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal e Lei Municipal nº 1.608/93;

CONSIDERANDO a realização em todo Território Nacional da Eleição Unificada para o Conselho Tutelar, nos termos da Lei Federal nº 8.069/90 e Resolução nº 170 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA;

DECRETA:

Art. 1º. Determina a Convocação dos Servidores Públicos Municipais abaixo nominados e apresenta a listagem de todos os trabalhadores que auxiliarão no Processo de Escolha Unificado do Conselho Tutelar no dia 04 de outubro de 2015, conforme segue:

I – Escola de Educação Básica Guita Federmann:

- a) Lilian L. C. Celestino (APAE);
- b) Wanda Casemira Beckert (Secretaria de Assistência Social);
- c) Marcia Regina V. Gauloski (APAE);
- d) Marilze J. Beckert (Secretaria de Educação);

II – Escola Básica João Pacheco de Miranda Lima;

- a) Joelma Veiga (Intendência Distrital);
- b) Silvano Silvero da Silva (Secretaria de Assistência Social);
- c) Elaine C. M. Scheuer (Secretaria de Agricultura);
- d) Vicente Celestino Bica (Clube do Bolinha);

III – Escola de Educação Básica Francisco Rocha:

- a) Fernanda Biar (Secretaria de Assistência Social);
- b) Andriezi Jaworski (Secretaria de Assistência Social);
- c) Eliane Hack Basílio (Secretaria de Assistência Social);
- d) Hercilio Figueiredo (Secretaria de Assistência Social);

IV – Delegados da Comissão Eleitoral:

- a) Antonio Augusto Martins Weinfurter (Procuradoria Municipal);
- b) Sumaia El-Louba Miguel (Secretaria de Agricultura);

V – Suporte aos Delegados:

- a) Marly Veiga (Secretaria de Assistência Social);
- b) Ana Claudia da Silveira Quege (Secretaria de Assistência Social);
- c) Rodrigo Suitck Zaleuski (Secretaria de Assistência Social);
- d) Lucimara A. R. P. Cortellini (Secretaria de Assistência Social);
- e) Diego Marques Florindo (Secretaria de Assistência Social);
- f) Aristides Kaczoroswski (Secretaria de Assistência Social);
- g) William de Lima (Secretaria de Assistência Social);
- h) Rildo Voigt (Intendência Distrital);

VI – Câmara de Vereadores (Local da Apuração);

- a) Clailson Trapp (Lar São Francisco);
- b) Lilian L. C. Celestino (APAE);
- c) Mona Uba Denk (Diretora da Escola de Educação Básica General Osório);
- d) Joelma Veiga (Intendência Distrital);
- e) Fernanda Biar (Secretaria de Assistência Social);
- f) Marly Veiga (Secretaria de Assistência Social);

VI - Comissão Eleitoral Especial:

- a) Sumaia El-Kouba Miguel (Presidente da Comissão Eleitoral Especial);
- b) Antonio Augusto Martins Weinfurter (Membro)
- c) Vicente Celestino Bica (Membro)
- d) Mona Uba Dequêch Denk (Membro)

Art. 2º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Três Barras – SC, em 29 de setembro de 2015.

ALINOR LESCOVITZ

Prefeito Municipal de Três Barras/SC

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Planejamento desta prefeitura, na data supra

WILLIAM GERSON NAYZER
Diretor

DECRETO Nº 4.500 DE 27 DE MAIO DE 2015.

DECRETO Nº 4.500 DE 27 DE MAIO DE 2015.

ALTERA A NOMINATA DOS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras – SC, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 65, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal e Lei Municipal nº 1.789/95,

DECRETA:

Art. 1º. Alterar a nominata dos Membros Titulares e Suplentes do Conselho Municipal De Assistência social, designados pelo decreto 4.266/2013, conforme a seguir:

I – representante DE ENTIDADES GOVERNAMENTAIS;**a) Secretaria Municipal de Assistência Social:**

Titular – Wanda Casemira Beckert

Suplente – Ana Claudia da Silveira Quege

b) Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte:

Titular – Marilze R. Jancmionka Beckert

Suplente – Eloá Steklain

c) Secretaria Municipal de Saúde

Titular – Marina Guimarães Dubiel

Suplente – Marcio Adélio Eble

d) Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo:

Titular – Cléa da Silveira Xavier

Suplente – Mauricio de Souza Dobrochinski

e) Secretaria Municipal de Habitação:

Titular – Adão Sidnei Puchinski

Suplente – Daniel da Cruz

f) Intendência Distrital

Titular – Joelma Ribeiro Veiga

Suplente – Rildo Voigt

II – Órgãos e entidades não governamentais:**a) Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Três Barras - APAE**

Titular – Lilian Leite C. Celestino

Suplente – Simone Mireski Pinto da Silva

b) Clube do Bolinha

Titular – Vicente Celestino Bica

Suplente – Marly Veiga

III – Representantes dos trabalhadores do Serviço Único da Assistência Social - SUAS

Titular - Sibeli Canani Budik

Suplente - Ana Rita Muhlmann Mota

Efetivo - Eliane Hack Basilio

Suplente - Sandra do Rocio S. Duarte

IV – Representates dos Usuários do Serviço Único de Assistência

Social – SUAS:

Titular - Derli Severo

Suplente - Marcia Josiane Padilha

Titular - Juraci Aparecida dos Santos Soares

Suplente - Leocilda Gonçalves

Art. 2º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Três Barras – SC, em 27 de maio de 2015.

ELOI JOSÉ QUEGE

Prefeito Municipal de Três Barras/SC

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Planejamento desta prefeitura, na data supra

WILLIAM GERSON NAYZER

Diretor

DECRETO Nº 4.482 DE 16 DE MARÇO DE 2015.

DECRETO Nº 4.482 DE 16 DE MARÇO DE 2015.

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO ÁREA DE 8.524,35 M² NO DISTRITO DE SÃO CRISTÓVÃO.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras-SC., no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 65, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a área 8.525,35 m² (Oito mil trezentos quinhentos e vinte e cinco metros e e trinta e cinco centímetros quadrados), do LOTEAMENTO NOVA ESPERANÇA – área referente aos lotes 05/06/07/08/09/10/11/12/13/20/21/22/23/24, para a execução de plano de urbanização no Distrito de São Cristóvão, município de Três Barras – SC.

Art.2º A declaração de utilidade pública constante do art. 1º, deste Decreto, fundamenta-se no Decreto-lei nº 3.365/41, artigo 5º, alíneas “i” – a abertura, conservação e melhoramento de vias ou logradouros públicos; a execução de planos de urbanização; o parcelamento do solo, com ou sem edificação, para sua melhor utilização econômica, higiênica ou estética; a construção ou ampliação de distritos industriais;

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Três Barras/SC, 16 de Março de 2015.

ELOI JOSÉ QUEGE

Prefeito Municipal de Três Barras.

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data Supra.

WILLIAN GERSON NAYZER

Diretor

DECRETO Nº 4.495 DE 20 DE MAIO DE 2015.

DECRETO Nº 4.495 DE 20 DE MAIO DE 2015.

REVERTE A CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO DE BEM PÚBLICO DO IMÓVEL A EMPRESA DIEGO BONASSOLI – ME.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras – SC, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 65, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal.

Considerando que até a presente data não houve início das atividades da empresa abaixo elencada, requisito indispensável para continuidade no bem concedido, conforme dispõe a Lei 3.004 de 29 de dezembro de 2011.

Considerando que a empresa foi devidamente notificada, e não tomou as providências necessárias, no sentido de instalação e funcionamento em definitivo no referido imóvel.

decreta:

Art. 1º - O Poder Público Municipal, decreta a reversão do direito real de uso de bem público, conforme dispõe os artigos 3º e 4º da Lei 3.004 de 29 de dezembro de 2011, do seguinte imóvel da empresa abaixo elencada:

I - Área de 1.000,00 m² (mil metros quadrados), representada pelo lote identificado com letra “M”, conforme levantamento topográfico, parte da matrícula 19.174 do cartório de Registro de Imóveis de Canoinhas/SC, situada no local de Barra Grande, KM 06, Três Barras/SC, concedida a empresa de DIEGO BONASSOLI – ME, nome fantasia CASA DAS CALHAS TRÊS BARRAS, inscrita no CNPJ sob o n. 14.339.425/0001-34, com sede na Av. Rigesa, n. 280, centro, Três Barras/SC, que tem como ramo de atividade principal a produção de artefatos de metal.

Art. 2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Três Barras/SC, 20 de Maio de 2015.

ELOI JOSÉ QUEGE

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 4.496 DE 20 DE MAIO DE 2015.

DECRETO Nº 4.496 DE 20 DE MAIO DE 2015.

REVERTE A CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO DE BEM PÚBLICO DO IMÓVEL A EMPRESA REBIPAN INDÚSTRIA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras – SC, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 65, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal.

Considerando o desvio de finalidade inerente a atividade proposta pela empresa abaixo elencada, requisito indispensável para continuidade no bem concedido, conforme dispõe a Lei 2.848 de 17 de Setembro de 2009 e Lei 2.888 de 16 de Abril de 2010.

Considerando que a empresa foi devidamente notificada, e não tomou as providências necessárias.

decreta:

Art. 1º - O Poder Público Municipal, decreta a reversão do direito real de uso de bem público, conforme dispõe os artigos 3º e 4º da Lei 2.848 de 17 de Setembro de 2009, do seguinte imóvel da empresa abaixo elencada:

I - Área de 3.000,00 m² (Três mil metros quadrados), representada pelo lote identificado com numero 04, conforme levantamento topográfico, parte da matrícula 19.174 do cartório de Registro de Imóveis de Canoinhas/SC, situada no local de Barra Grande, KM 06, Três Barras/SC, concedida a empresa REBIPAN INDÚSTRIA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o n. 03.856.930/0001-30, com sede na Rua Coronel Izidoro n. 212, fundos, centro, Tijucas - SC.

Art. 2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Três Barras/SC, 20 de Maio de 2015.

ELOI JOSÉ QUEGE

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 4.501 DE 29 DE MAIO DE 2015.

DECRETO Nº 4.501 DE 29 DE MAIO DE 2015.

REVERTE A CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO DE BEM PÚBLICO DO IMÓVEL A EMPRESA AGP COMÉRCIO DE GASES QUÍMICOS E PETROQUÍMICOS LTDA – ME.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras – SC, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 65, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal.

Considerando que até a presente data não houve início das atividades da empresa abaixo elencada, requisito indispensável para continuidade no bem concedido, conforme dispõe a Lei 3.098 de 16 de Dezembro de 2013.

Considerando que a empresa foi devidamente notificada, e não tomou as providências necessárias.

decreta:

Art. 1º - O Poder Público Municipal, decreta a reversão do direito real de uso de bem público, conforme dispõe os artigos 3º e 4º da Lei 3.098 de 16 de Dezembro de 2013, do imóvel à empresa abaixo elencada:

I - Área de 1.158,83 m² (mil cento e cinquenta e oito metros e oitenta e três centímetros quadrados), lote identificado pela sigla "H" parte da matrícula nº 19.174 do Cartório de Registro de Imóveis de Canoinha/SC, situada no lugar denominado Barra Grande – Km 6, Três Barras/SC, para AGP COMÉRCIO DE GASES QUÍMICOS E PETROQUÍMICOS LTDA – ME. Nome fantasia AGP GASES, pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob o nº 11.394.650/0001-85, com sede à Av. Abraão Mussi, n. 1247, Bairro São Cristóvão, Três Barras/SC.

Art. 2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Três Barras/SC, 29 de Maio de 2015.

ELOI JOSÉ QUEGE

Prefeito Municipal

DECRETO Nº. 4.524 DE 18 DE AGOSTO DE 2015.

DECRETO Nº. 4.524 DE 18 DE AGOSTO DE 2015.

FIXA O HORÁRIO DE EXPEDIENTE EM TODAS AS SECRETARIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS – SC.

ALINOR LESCOVITZ, Prefeito Municipal de Três Barras, SC, em exercício no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º.- Fica fixado o horário de expediente de trabalho em todas as Secretarias da Prefeitura Municipal de Três Barras – SC, a contar do dia 21 de Agosto de 2015, conforme abaixo:

Expediente Matutino:

As 6ª. feiras das 08:00 hs às 12:00 hs

Expediente Vespertino:

As 6ª. feiras das 13:00 hs às 16:30 hs.

Art. 2º.- Os demais dias da semana (2ª. à 5ª. feiras) o horário do expediente permanecerá inalterado.

Art. 3º.- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 18 de Agosto de 2015.

ALINOR LESCOVITZ

Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Planejamento desta Prefeitura Municipal, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER

Diretor

DECRETO Nº. 4. 508 DE 25 DE JUNHO DE 2015

DECRETO Nº. 4. 508 DE 25 DE JUNHO DE 2015

FIXA O HORÁRIO DE EXPEDIENTE EM TODAS AS SECRETARIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS – SC.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras, SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º.- Fica fixado o horário de expediente de trabalho em todas as Secretarias da Prefeitura Municipal de Três Barras, a contar do dia 26 de Junho de 2015, conforme abaixo:

Expediente Matutino:

As 6ª. feiras das 08:00hs às 12:00hs

Expediente Vespertino:

As 6ª feiras das 13:30hs às 17:00hs.

Art. 2º.- Os demais dias da semana (2ª. à 5ª feiras) o horário de expediente permanecerá inalterado.

Art. 3º.- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 25 de Junho de 2015.

ELOI JOSÉ QUEGE

Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Planejamento desta Prefeitura Municipal, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER

Diretor

DECRETO Nº. 4.471 DE 26 DE FEVEREIRO DE 2015.

DECRETO Nº. 4.471 DE 26 DE FEVEREIRO DE 2015.

PRORROGA PRAZO PARA O PAGAMENTO DA TAXA DO ALVARÁ DE LICENÇA E LOCALIZAÇÃO PARA O EXERCÍCIO DE 2015.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras, SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º. Fica prorrogado até o dia 31 de Março de 2015, o prazo para o pagamento da Taxa do ALVARÁ DE LICENÇA E LOCALIZAÇÃO – "TLL", sem a cobrança de juros e multa.

Art. 2º. Após o prazo estipulado no artigo 1º. os contribuintes ficarão sujeitos ao pagamento dos acréscimos legais.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 26 de Fevereiro de 2015.

ELOI JOSÉ QUEGE
Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Planejamento desta Prefeitura Municipal, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER
Diretor

DECRETO Nº. 4.487 DE 02 DE ABRIL DE 2015

DECRETO Nº. 4.487 DE 02 DE ABRIL DE 2015

AUTORIZA O REEMPENHO DAS DESPESAS PREVIAMENTE ANULADAS EM 2014.

CONSIDERANDO que no mês de Dezembro de 2014 houve diversas anulações de empenhos cujos objetos não haviam sido entregues pelos fornecedores;

CONSIDERANDO que nesses empenhos anulados, constatou-se que havia mercadorias em trânsito, não recebidas pelo município até a data da anulação;

CONSIDERANDO que houve despesas cujos empenhos foram anulados, entre - tanto, não foram comunicados aos fornecedores sobre a anulação, caracterizam - do-se a mesma no exercício seguinte;

CONSIDERANDO que essas despesas são vinculadas a processos licitatórios, despesas reais e reconhecidas pelo Município.

DECRETA:

Art. 1º.- Fica autorizado o reempenho das despesas previamente anuladas, cujos produtos foram entregues no exercício de 2015.

Art. 2º.- As despesas decorrentes das execuções orçamentárias autorizadas serão lançadas nas dotações do orçamento vigente.

Art. 3º.- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 02 de Abril de 2015.
ELOI JOSÉ QUEGE
Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Planejamento desta Prefeitura Municipal, na data supra.

DECRETO Nº. 4.488 DE 14 DE ABRIL DE 2015

DECRETO Nº. 4.488 DE 14 DE ABRIL DE 2015

ESTABELECE PONTO FACULTATIVO NAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS MUNICIPAIS NO DIA 20/04/2015.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º. – Fica estabelecido “ponto facultativo”, no dia 20/04/2015 (segunda-feira), véspera do feriado de Tiradentes.

Art. 2º.- O atendimento dos serviços públicos essenciais na data acima mencionada no artigo anterior, deverá ser garantido pelos órgãos da Administração Municipal, por intermédio de escalas de serviço ou plantão.

Art. 3º.- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 14 de Abril de 2015.
ELOI JOSÉ QUEGE
Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Planejamento desta Prefeitura Municipal, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER
Diretor

DECRETO Nº. 4.490 DE 11 DE MAIO DE 2015.

DECRETO Nº. 4.490 DE 11 DE MAIO DE 2015.

DECRETA “LUTO OFICIAL” NO MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS – SC.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras, SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO, o falecimento do Ilustre Ex-Governador do Estado, Ex-Deputado Estadual, Ex-Deputado Federal e Senador da República

CONSIDERANDO, os relevantes serviços prestados;

CONSIDERANDO, o inestimável trabalho em ações junto ao Poder Executivo Estadual e ao Senador Federal;

DECRETA:

Art. 1º. Fica declarado, na circunscrição do Município de Três Barras – SC, “Luto Oficial” pelo período de 03 (três) dias, iniciando em 11 de Maio de 2015, pelo falecimento do Sr Luiz Henrique da Silveira - Ex-Governador do Estado, Ex-Deputado Estadual, Ex-Deputado Federal e Senador da República.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 11 de Maio de 2015.
ELOI JOSÉ QUEGE
Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Planejamento desta Prefeitura Municipal, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER
Diretor

DECRETO Nº. 4.491 DE 18 DE MAIO DE 2015.

DECRETO Nº. 4.491 DE 18 DE MAIO DE 2015.

DETERMINA CONDIÇÕES PARA RETIRADA DE MÓVEIS E EQUIPAMENTOS
DE CADA SETOR DOS ÓRGÃOS PÚBLICOS MUNICIPAIS.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras, SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º.- Fica determinado que a retirada de todo e qualquer móvel ou equipamento de cada setor, antes que seja efetuada, deverá primeiramente ser comunicado ao Encarregado do Setor de Patrimônio da Prefeitura Municipal que fará os devidos procedimentos e expedirá a devida autorização.

Art. 2º.- Toda compra de móvel e/ou equipamento deverá o setor de compra encaminhar ao Encarregado do Setor de Patrimônio da Prefeitura Municipal, cópia da ordem de compra, cópia da Nota Fiscal e Nº. do Empenho de Pagamento, para que sejam tomadas todas as providências de junto controle e etiquetagem do mobiliário no setor de patrimônio.

Art. 3º.- Quando houver baixa do móvel e/ou equipamento por motivo de alienação, considerando que este bem não seja mais utilizado pelos setores da Prefeitura Municipal, deverá o Encarregado do Setor de Patrimônio ser informado para que sejam tomadas todas as medidas para baixa do patrimônio de bens móveis.

Art. 4º.- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 18 de Maio de 2015.
ELOI JOSÉ QUEGE
Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Planejamento desta Prefeitura Municipal, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER
Diretor

DECRETO Nº. 4.499 DE 27 DE MAIO DE 2015

DECRETO Nº. 4.499 DE 27 DE MAIO DE 2015

ESTABELECE FERIADO MUNICIPAL E PONTO FACULTATIVO NAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS MUNICIPAIS.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras, SC, no uso de suas atribuições
Legais, conferidas pelo art. 65 inciso VII da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º.- Fica estabelecido feriado municipal no dia 04/06/2015 – "Corpus Christi" – 5ª. feira e ponto facultativo dia 05/06/2015 – 6ª. feira.

Art. 2º.- O atendimento dos serviços públicos essenciais nas datas mencionadas no artigo anterior, deverão ser garantidos pelos órgãos da Administração Municipal, por intermédio de escalas de serviços ou plantão.

Art. 3º.- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 27 de Maio de 2015.
ELOI JOSÉ QUEGE
Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Planejamento desta Prefeitura Municipal, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER
Diretor

DECRETO Nº. 4.503 DE 09 DE JUNHO DE 2015

DECRETO Nº. 4.503 DE 09 DE JUNHO DE 2015

FIXA HORÁRIO DE EXPEDIENTE EM TODAS AS SECRETARIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS – SC.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras, SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º.- Fica fixado o horário de expediente de trabalho em todas as Secretarias da Prefeitura Municipal de Três Barras, a contar do dia 12 de Junho de 2015, conforme abaixo:

Expediente Matutino:

As 6ª. feiras da 07:30 hs às 12:00 hs

Expediente Vespertino:

As 6ª. feiras das 13:15 hs às 16:30 hs.

Art. 2º.- Os demais dias da semana (2ª. à 5ª. feiras) o horário de expediente permanecerá inalterado.

Art. 3º.- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 09 de Junho de 2015.
ELOI JOSÉ QUEGE
Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Planejamento desta Prefeitura Municipal, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER
Diretor

DECRETO Nº. 4.514 DE 13 DE JULHO DE 2015.

DECRETO Nº. 4.514 DE 13 DE JULHO DE 2015.

ESTABELECE VALORES PARA PAGAMENTO DE DIÁRIAS
AOS SERVIDORES PÚBLICOS DO PODER EXECUTIVO
MUNICIPAL.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º.- Ficam estabelecidos novos valores para pagamento de diárias aos Servidores do Poder Executivo Municipal de Três Barras – SC, conforme abaixo:

I - Deslocamento a cidades acima de 250 km de Três Barras.

Diária Completa R\$ 150,00

Meia diária R\$ 75,00

II - Deslocamento a cidades até 250 km de Três Barras.

Diária Completa R\$ 100,00

Meia diária R\$ 50,00

III – Deslocamento a cidades até 150 km de Três Barras.

Diária Completa R\$ 60,00

Meia diária R\$ 30,00

Art. 2º. Adiar completa será devida quando o deslocamento incluir pernoite.

Art. 3º.- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 13 de Julho de 2015.

ELOI JOSÉ QUEGE

Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Planejamento desta Prefeitura Municipal, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER

Diretor

DECRETO Nº. 4.464 DE 03 DE FEVEREIRO DE 2015.

ESTABELECE VALORES PARA PAGAMENTO DE DIÁRIAS
AOS SERVIDORES PÚBLICOS DO PODER EXECUTIVO
MUNICIPAL.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º.- Ficam estabelecidos novos valores para pagamento de diárias aos Servidores do Poder Executivo Municipal de Três Barras – SC, conforme abaixo:

I - Deslocamento para Florianópolis

Diária Completa R\$ 150,00

Meia diária R\$ 75,00

II - Deslocamento aos Municípios: Jaraguá do Sul, Blumenau,

Ibicaré, Joinville, Caçador, Lages, Ponte Serrada, Chapadão Lageado, Timbó, Itajaí, Curitiba, Ponta Grossa, Campo Largo.

Diária Completa R\$ 100,00

Meia diária R\$ 50,00

III – Deslocamento aos Municípios: Mafra/Rio Negro, São Bento do Sul, Porto União/União da Vitória, Irati, Santa Cecília.

Diária Completa R\$ 60,00

Meia diária R\$ 30,00

Art. 2º. Adiar completa será devida quando o deslocamento incluir pernoite.

Art. 3º.- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 03 de Fevereiro de 2015.

ELOI JOSÉ QUEGE

Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Planejamento desta Prefeitura Municipal, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER

Diretor

DECRETO Nº. 4.517 DE 17 DE JULHO DE 2015.

DECRETO Nº. 4.517 DE 17 DE JULHO DE 2015.

APROVA O “PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO INTEGRADO COM O PLANO MUNICIPAL DE GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS DE SÓLIDOS” DO MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS – SC.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras, SC, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º.- Fica aprovada a revisão do “Plano Municipal de Saneamento Básico”, de acordo com o previsto na Lei Federal nº. 11.445 de, 05 de Janeiro de 2007 e artigo 22 da Lei Municipal nº. 2.934 de, 23 de Novembro de 2010, contemplando os itens da Lei Federal nº. 12.305 de, 02 de Agosto de 2010, no que se refere ao “Plano Municipal de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos”, do Município de Três Barras – SC.

Art. 2º.- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 17 de Julho de 2015.

ELOI JOSÉ QUEGE

Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Planejamento desta Prefeitura Municipal, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER

Diretor

DECRETO Nº. 4.519 DE 30 DE JULHO DE 2015.

DECRETO Nº. 4.519 DE 30 DE JULHO DE 2015.

REVOGA O DECRETO Nº. 4.182/2013 – “ESTABELECE CRITÉRIOS PARA PAGAMENTO DE DIÁRIAS DO PRIMEIRO ESCALÃO E SERVIDORES MUNICIPAIS”.

ALINOR LESCOVITZ, Prefeito Municipal de Três Barras – SC, em exercício usando da competência que lhe confere o art. 65, inciso VII da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º.- Fica revogado o Decreto nº. 4.182 de, 04 de Janeiro de 2013 – “Estabelece critério para pagamento de Diárias do Primeiro Escalão e Servidores Municipais”.

Art. 2º.- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 30 de Julho de 2015.
ALINOR LESCOVITZ
Prefeito Municipal
em Exercício.

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Planejamento desta Prefeitura Municipal, na data supra.

William Gerson Nayzer
Diretor

DECRETO Nº. 4.520 DE 30 DE JULHO DE 2015.

DECRETO Nº. 4.520 DE 30 DE JULHO DE 2015.

ESTABELECE VALORES PARA PAGAMENTO DE DIÁRIAS AOS SERVIDORES PÚBLICOS DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL.

ALINOR LESCOVITZ, Prefeito Municipal de Três Barras, Estado de Santa Catarina, em exercício, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º.- Ficam estabelecidos novos valores para pagamento de diárias aos Servidores do Poder Executivo Municipal de Três Barras – SC, conforme abaixo:

I - Deslocamento a cidades acima de 250 km de Três Barras.
Diária Completa R\$ 220,00
Meia diária R\$ 110,00

II - Deslocamento a cidades até 250 km de Três Barras.
Diária Completa R\$ 150,00
Meia diária R\$ 75,00

III – Deslocamento a cidades até 150 km de Três Barras.

Diária Completa R\$ 90,00
Meia diária R\$ 45,00

Art. 2º. Adiaria completa será devida quando o deslocamento incluir pernoite.

Art. 3º.- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 30 de Julho de 2015.

ALINOR LESCOVITZ

Prefeito Municipal em Exercício.

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Planejamento desta Prefeitura Municipal, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER
Diretor

ESTABELECE VALORES PARA PAGAMENTO DE DIÁRIAS AOS SERVIDORES PÚBLICOS DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º.- Ficam estabelecidos novos valores para pagamento de diárias aos Servidores do Poder Executivo Municipal de Três Barras – SC, conforme abaixo:

I - Deslocamento para Florianópolis

Diária Completa R\$ 150,00
Meia diária R\$ 75,00

II - Deslocamento aos Municípios: Jaraguá do Sul, Blumenau, Ibiracaré, Joinville, Caçador, Lages, Ponte Serrada, Chapadão Lageado, Timbó, Itajaí, Curitiba, Ponta Grossa, Campo Largo.

Diária Completa R\$ 100,00
Meia diária R\$ 50,00

III – Deslocamento aos Municípios: Mafra/Rio Negro, São Bento do Sul, Porto União/União da Vitória, Irati, Santa Cecília.

Diária Completa R\$ 60,00
Meia diária R\$ 30,00

Art. 2º. Adiaria completa será devida quando o deslocamento incluir pernoite.

Art. 3º.- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 03 de Fevereiro de 2015.

ELOI JOSÉ QUEGE
Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Planejamento desta Prefeitura Municipal, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER
Diretor

DECRETO Nº. 4.523 DE 06 DE AGOSTO DE 2015.

DECRETO Nº. 4.523 DE 06 DE AGOSTO DE 2015.

ESTABELECE LIMITES PARA PAGAMENTO DE DIÁRIAS AOS SERVIDORES DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL.

ALINOR LESCOVITZ, Prefeito Municipal de Três Barras, SC, em exercício, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 65, inciso

VII da Lei
Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º.- Fica estabelecido o limite para pagamento de diárias ao pessoal do Poder Executivo Municipal em valores percentuais inferior a 50% da remuneração mensal recebida pelo servidor público municipal.

Art. 2º.- Considerando que ao ultrapassar o teto de 50% da remuneração mensal com o pagamento de diárias, estes valores deverão ser tributados para efeito da previdência social.

Art. 3º.- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 06 de Agosto de 2015.
ALINOR LESCOVITZ
Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Planejamento desta Prefeitura Municipal, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER
Diretor

DECRETO Nº. 4.527 DE 24 DE AGOSTO DE 2015.

DECRETO Nº. 4.527 DE 24 DE AGOSTO DE 2015.

SUSPENDE TEMPORÁRIAMENTE AUTORIZAÇÃO PARA SERVIDORES
MUNICIPAIS PARTICIPAREM DE CURSOS.

ALINOR LESCOVITZ, Prefeito Municipal de Três Barras, SC, em exercício, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º.- Fica determinado à todas as Secretarias Municipais, em razão da contenção de despesas, as autorizações para servidores municipais participarem de cursos que apresentem custos ao erário municipal até o final do exercício de 2015.

Art. 2º.- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 24 de Agosto de 2015.
ALINOR LESCOVITZ
Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Planejamento desta Prefeitura Municipal, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER
Diretor

DECRETO Nº. 4.533 DE 15 DE SETEMBRO DE 2015

DECRETO Nº. 4.533 DE 15 DE SETEMBRO DE 2015.

ESTABELECE CRITÉRIOS PARA LIBERAÇÃO DE MÁQUINAS RETOR
ESCAVADEIRAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS À TERCEIROS.

ALINOR LESCOVITZ, Prefeito Municipal de Três Barras, SC, em exercício, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º.- Ficam estabelecidos critérios para utilização de máquinas retro-escavadeiras vinculadas ao patrimônio públicos municipal – para que possam executar serviços à terceiros, deverá primeiramente o cidadão/proprietário proceder um cadastro junto a Secretaria de Viação e Obras e/ou Secretaria da Agricultura e Meio Ambiente, que emitirá documento autorizativo mediante pagamento de taxa/boleto bancário para execução dos serviços pretendidos.

Art. 2º.- Os serviços serão liberados após o pagamento da taxa de utilização da máquina (retro-escavadeira) e seguirá um cronograma de acordo com a disponibilidade do equipamento.

Art. 3º.- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 15 de Setembro de 2015.
ALINOR LESCOVITZ
Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Planejamento desta Prefeitura Municipal, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER
Diretor

DECRETO Nº. 4.526 DE 21 DE AGOSTO DE 2015.

DECRETO Nº. 4.526 DE 21 DE AGOSTO DE 2015.

DETERMINA QUE VEÍCULOS DA FROTA MUNICIPAL PERMANEÇAM
NO PÁTIO DA SECRETARIA DE VIAÇÃO E OBRAS E PÁTIO DO CAIC.

ALINOR LESCOVITZ, Prefeito Municipal de Três Barras – SC, em exercício, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65 inciso VII da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO, a contenção de despesas decorrentes de gastos com a circulação de veículos da frota municipal,

DECRETA:

Art. 1º.- Fica determinado que os veículos (caminhões basculantes e automóveis), da frota municipal ao término do expediente, dias feriados e finais de semana (sábados e domingos), deverão permanecer no pátio da Secretaria de Viação e Obras e/ou pátio do CAIC no Distrito de São Cristóvão.

Art. 2º.- A saída dos veículos nos dias e horário previstos no artigo anterior somente será permitida com a autorização do Secretário Municipal ao qual o veículo esteja vinculado.

Art. 3º. – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 21 de Agosto de 2015.
ALINOR LESCOVITZ
Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Planejamento desta Prefeitura Municipal, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER
Diretor

Treze Tílias

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PP 69-2015 ALTERADO PARA PP 70-2015

ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE TREZE TÍLIAS

ONDE SE LÊ:

Processo Licitatório nº 69/2015 – PREGÃO PRESENCIAL

Objeto: A presente licitação tem por objeto a aquisição de mudas de forma parcelada de flores, arvores e demais itens para ajardinamento da Avenida Afonso Dresch, no município de Treze Tílias, em conformidade com as especificações do Anexo I do presente edital.

LEIA SE:

Processo Licitatório nº 70/2015 – PREGÃO PRESENCIAL

Objeto: A presente licitação tem por objeto a aquisição de forma parcelada de mudas de flores, arvores e demais itens para ajardinamento da Avenida Afonso Dresch, no município de Treze Tílias, em conformidade com as especificações do Anexo I do presente edital.

O recebimento dos envelopes contendo a “proposta” e “documentação” será até as 09h00 min do dia 09/11/2015, sendo que a abertura e o julgamento do processo licitatório serão no mesmo dia e horário, na Sala de Reuniões da Prefeitura de Treze Tílias, situada na Praça Ministro Andreas Thaler, 25, Centro, Treze Tílias, CEP 89650-000. Mesmo local onde pode ser obtido o edital na íntegra. Maiores informações no telefone (49) 35370166.

MAURO DRESCH

Prefeito

AVISO DE LICITAÇÃO PP 70-2015 ALTERADO PARA 71-2015

ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE TREZE TÍLIAS

ONDE SE LE;

Processo Licitatório nº 70/2015 – PREGÃO PRESENCIAL

Objeto: A presente licitação tem por objeto a aquisição de forma parcelada de pisos intervalados, tipo Paver para construção de 04 faixas elevadas na Avenida Afonso Dresch, em conformidade com as especificações do Anexo I do presente edital.

LEIA SE:

Processo Licitatório nº 71/2015 – PREGÃO PRESENCIAL

Objeto: A presente licitação tem por objeto a aquisição de forma parcelada de pisos intertravados, tipo Paver para construção de 04 faixas elevadas na Avenida Afonso Dresch, em conformidade com as especificações do Anexo I do presente edital.

O recebimento dos envelopes contendo a “proposta” e “documentação” será até as 09h00 min do dia 06/11/2015, sendo que a abertura e o julgamento do processo licitatório serão no mesmo dia e horário, na Sala de Reuniões da Prefeitura de Treze Tílias, situada na Praça Ministro Andreas Thaler, 25, Centro, Treze Tílias, CEP 89650-000. Mesmo local onde pode ser obtido o edital na íntegra. Maiores informações no telefone (49) 35370166.

MAURO DRESCH

Prefeito

DECRETO 2079

DECRETO N.º 2.079/2015

“NOMEIA OS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE TRÂNSITO DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

MAURO DRESCH, Prefeito Municipal de Treze Tílias, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e na conformidade da Lei Municipal n.º 1.872/2015.

DECRETA:

Art. 1º - Ficam nomeadas para constituir o CONSELHO MUNICIPAL DE TRÂNSITO (CMT), para o exercício 2015/2016, do Município de Treze Tílias, as seguintes pessoas:

I – ÓRGÃOS GOVERNAMENTAIS:

a) 01 Representante da Polícia Militar local:

Titular: Hilário Appel

Suplente: Iran Junior Camara

b) 01 Representante da Polícia Civil local:

Titular: Evandro Henn da Silva

Suplente: Giovana Zanatto Miterer

c) 01 Representante do Órgão de Trânsito de Treze Tílias – ORTTRE:

Titular: Karina Boesing Kucera

Suplente: Gabriela Rugere de Oliveira Jorge

d) 01 Representante da Secretaria de Transportes e Obras do Município:

Titular: Marcelo Endler

Suplente: Ismael Brandalise

II – ÓRGÃOS NÃO GOVERNAMENTAIS:

a) 01 Representante dos Bombeiros Voluntários de Treze Tílias:

Titular: Jorge Kandler

Suplente: Sandro Eduardo Hartmann

b) 01 Representante da ASSETT – Associação Empresarial Treze Tílias:

Titular: João Airton de Andrade

Suplente: Kleber Fernando Fleck

c) 01 Representante da Câmara de Diretores Lojistas – CDL de Treze Tílias:

Titular: Wilson Thölken

Suplente: Osmar Sebastião Dalla Costa

d) 01 Representante de profissionais registrados no CREA residente em Treze Tílias:

Titular: Leandra Thaler

Suplente: José Carlos Concatto

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando.

Gabinete do Prefeito Municipal de Treze Tílias,

08 de outubro de 2015

MAURO DRESCH

Prefeito Municipal

Publicado o presente decreto no Diário Oficial dos Municípios

WERYDIANA FALCHETTI

Secretária de Administração e Fazenda

DECRETO 2085

DECRETO Nº 2.085/2015, de 23/10/2015

ALTERA REDAÇÃO ARTIGO 9º DO DECRETO 2.061/2015 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TREZE TÍLIAS/SC, no uso das atribuições legais, de acordo com a Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º. O Art. 9º. Do Decreto 2.061/2015 passa a vigorar com a seguinte redação:

O pagamento dos serviços prestados no artigo anterior poderá ser da seguinte forma:

a) Até R\$250,00 (duzentos e cinquenta reais) – boleto, com vencimento para 30 dias;

b) De R\$251,00 (duzentos e cinquenta e um reais) – boleto, em duas vezes, com vencimento para 30 e 60 dias;

c) Acima de R\$500,00 (quinhentos reais) – boleto, em três vezes, com vencimento para 30, 60 e 90 dias.

Art. 2º - Os demais artigos permanecem inalterados.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação revogada as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Treze Tílias aos 23 dias do mês de outubro e 2015.

MAURO DRESCH

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no Diário oficial dos Municípios.

WERYDIANA FALCHETTI
Secretaria de Administração e Fazenda

DECRETO 2086

DECRETO Nº 2.086/2015

ALTERA ARTIGO 1º DO DECRETO 2.078 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MAURO DRESCH, Prefeito Municipal de Treze Tílias, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais:
DECRETA:

Art. 1º - O artigo 1º do Decreto 2.078, passa a vigorar com a seguinte redação:

Fica Decretado PONTO FACULTATIVO, no dia 30 de outubro de 2015 em todas as Repartições Públicas do Município de Treze Tílias, em virtude da comemoração do dia do SERVIDOR PÚBLICO.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Treze Tílias em 23 de outubro de 2015.

MAURO DRESCH
Prefeito Municipal

Registrado na Secretaria de Administração e Publicado o presente Decreto no Diário Oficial dos Municípios

WERYDIANA FALCHETTI
Secretária Municipal de Administração e Fazenda

Tunápolis

PREFEITURA

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.04/2015 QUE ENTRE SI CELEBRAM A FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE DE TUNÁPOLIS E A EMPRESA SOLIS CLÍNICA MÉDICA LTDA.

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.04/2015

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.04/2015 QUE ENTRE SI CELEBRAM A FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE DE TUNÁPOLIS E A EMPRESA SOLIS CLÍNICA MÉDICA LTDA.

Pelo presente Termo, de um lado o Fundo Municipal da Saúde, inscrita no CNPJ sob o nº 12.273.240/0001-49, neste ato representado pelo gestor do Fundo Municipal da Saúde, o Sr. BRUNO JOSÉ HEBERLE, portador do RG nº 2.201.747 e CPF nº 626.965.569-20, residente e domiciliado na Linha São Pedro, interior neste Município doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, resolvem aditar o contrato administrativo n.04/2015.

Considerando o contrato administrativo n. 04/2015 celebrado em 20 de fevereiro de 2015, em que consta como objeto a para a realização de consultas psiquiátricas, através da Secretaria Municipal de Saúde, com recursos do MAC e PRÓPRIOS.

Justificava

"Considerando a necessidade da continuidade ininterrupta na realização dessas consultas com a empresa SOLIS CLÍNICA MÉDICA LTDA, empresa esta denominada como CONTRATADA, uma vez que o Município tem grande demanda e a quantidade inicialmente contratada foi insuficiente para atender a população do Município de Tunápolis, sendo que estes pacientes contem encaminhamentos dos médicos, sendo assim necessário a realização das consultas com médico Psiquiatra"

Bruno José Heberle
Gestor do Fundo

Cláusula Primeira- DO VALOR

Ao presente contrato ficam acrescidos 125 consultas com médico Psiquiatra, no valor inicial de R\$ 100,00(cem reais), totalizando R\$ 12.500,00(doze mil e quinhentos reais).

Descrição valor R\$
Atual Valor R\$

Especificação do objeto	Valor R\$	Valor Total R\$
consultas com médico Psiquiatra	100,00	12.500,00

Cláusula Segunda - As demais condições outrora pactuadas permanecem inalteradas.

E por estarem de acordo com o presente instrumento de termo Aditivo, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas e assinatura dos responsáveis abaixo para que produza os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir o presente contrato por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

Tunápolis/SC, 13 de outubro de 2015

BRUNO JOSÉ HEBERLE
GESTOR DO FUNDO

SOLIS CLÍNICA MÉDICA LTDA
CONTRATADO

Testemunhas:

Karine Epping
CPF: 009.815.549-03

Sheila Inês Bieger
CPF: 020.226.259-60

3º TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇO ATRAVÉS DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 95/2014 QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS E A EMPRESA ABASTECEDORA DE COMBUSTÍVEIS TUNÁPOLIS LTDA –ME.

TERCEIRO TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇO ATRAVÉS DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 95/2014.

3º TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇO ATRAVÉS DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 95/2014 QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS E A EMPRESA ABASTECEDORA DE COMBUSTÍVEIS TUNÁPOLIS LTDA –ME.

Pelo presente Termo, de um lado a Prefeitura Municipal de Tunápolis, inscrita no CNPJ sob o nº 78.486.198.0001-52, neste ato representado pelo Prefeito Sr. Enói Scherer, portador do CPF nº 656/321/769-91, e de outro lado a empresa Abastecedora de Combustíveis Tunápolis Ltda ME, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ sob o nº 08.473.148/0001-55, estabelecida na Rua Santa Maria, 157 – Bairro Progresso, no Município de Tunápolis - SC, resolvem entre si e na melhor forma de direito, aditar a ata de registro de preço através do Pregão presencial 95/2014.

Considerando a ata de registro de preço através do Pregão presencial 95/2014-Prefeitura Municipal de Tunápolis, celebrada em 02 de janeiro 2015, proveniente do Processo Licitatório nº 131/2014 e Pregão Presencial nº 95/2015, em que consta como objeto contratação de empresa para o fornecimento de combustíveis, destinados à manutenção dos veículos, máquinas e equipamentos de propriedade do Município de Tunápolis (exceto os pertencentes ao Fundo Municipal da Saúde).

Considerando que o valor do preço unitário do óleo diesel sofrerá reajuste pelo mesmo índice de majoração aplicado pelos Distribuidores ao fornecedor, conforme edital do processo de licitação nº 131/2014.

Considerando que o fornecedor apresentou as notas fiscais da compra dos combustíveis comprovando desta forma alteração nos preços dos combustíveis.

Considerando a necessidade da continuidade ininterrupta da aquisição dos combustíveis fornecidos pela ata de registro de preços celebrado com a ABASTECEDORA DE COMBUSTÍVEIS TUNÁPOLIS LTDA-ME, empresa esta denominada como CONTRATADA, têm as partes entre si justo e acordado os termos seguintes:

Cláusula Primeira- DO VALOR

A presente ata de registro de preços fica acrescido o valor de R\$

0,03 (três centavos) no litro da gasolina comum considerando que houve aumento conforme documentos fiscais anexos comprovando o aumento.

Descrição valor R\$

Atual Valor R\$

Especificação do objeto	Valor Atual R\$	Valor Reajustado R\$
Gasolina comum	3,65	3,68

Cláusula Segunda - As demais condições outrora pactuadas permanecem inalteradas.

E por estarem de acordo com o presente instrumento de termo Aditivo, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas e assinatura dos responsáveis abaixo para que produza os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir o presente contrato por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

Tunápolis/SC, 22 de outubro de 2015.

Enoi Scherer Abastec. de Combust. Tunápolis Ltda ME
Prefeito Municipal Contratada

Testemunhas:

Karine Epping
CPF: 009.815.549-03

Sheila Inês Bieger
CPF: 020.226.259-60

5º TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PREGÃO PRESENCIAL N. 95/2014, QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS E A EMPRESA AUTO POSTO CANARINHO LTDA

QUINTO TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇO DO PREGÃO PRESENCIAL N. 95/2014

5º TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PREGÃO PRESENCIAL N. 95/2014, QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS E A EMPRESA AUTO POSTO CANARINHO LTDA.

Pelo presente Termo, de um lado a Prefeitura Municipal de Tunápolis, inscrita no CNPJ sob o nº 78.486.198.0001-52, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede a Rua João Castilho, 111, Centro, na cidade de Tunápolis - SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Exmo. Sr. ENOÍ SCHERER, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua Santa Maria, 429, bairro Progresso, neste Município de Tunápolis, SC, portador do CPF nº 656.321.769-91, e de outro lado a empresa Auto Posto Canarinho Ltda, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ sob o nº 83.523.407/0001-20, estabelecida na Rua Caaro, 110 - Centro, no Município de Tunápolis - SC, resolvem entre si e na melhor forma de direito, aditar a ata de registro de preços do pregão presencial 95/2014.

Considerando a ata de registro de preços do Pregão Presencial nº 94/2014 da PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS, celebrado em 02 de janeiro 2015, proveniente do Processo Licitatório nº 131/2014, em que consta como objeto a contratação de empresa para o fornecimento de combustíveis, destinados à manutenção dos veículos, máquinas e equipamentos de propriedade do Município de Tunápolis (exceto os pertencentes ao Fundo Municipal da Saúde).

Considerando que o valor do preço unitário do óleo diesel comum sofreu reajuste pelo mesmo índice de majoração aplicado pelos Distribuidores ao fornecedor, conforme edital do processo de licitação nº 131/2014.

Considerando que o fornecedor apresentou as notas fiscais da compra do óleo diesel comprovando desta forma alteração no preço do mesmo.

Considerando a necessidade da continuidade ininterrupta da aquisição do óleo diesel fornecido pela ata de registro de preços celebrado com a empresa AUTO POSTO CANARINHO LTDA, empresa esta denominada como CONTRATADA, têm as partes entre si justo e acordado os termos seguintes:

Cláusula Primeira- DO VALOR

A presente ata de registro de preços fica acrescido o valor de R\$ 0,02(dois centavos) no óleo diesel S-500, considerando que houve aumento conforme documentos fiscais anexos comprovando o aumento.

Descrição valor R\$

Atual Valor R\$

Especificação do objeto	Valor Atual R\$	Valor Reajustado R\$
Óleo diesel S500	2,85	2,82

Cláusula Segunda - As demais condições outrora pactuadas permanecem inalteradas.

E por estarem de acordo com o presente instrumento de termo Aditivo, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas e assinatura dos responsáveis abaixo para que produza os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir o presente contrato por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

Tunápolis/SC, 26 de outubro de 2015

Enoi Scherer
Prefeito Municipal.

Auto Posto Canarinho Ltda
Contratada

Testemunhas:

Karine Epping
CPF: 009.815.549-03

Sheila Inês Bieger
CPF: 020.226.259-60

Turvo

PREFEITURA

DECRETO 51/2015

DECRETO Nº 051/15, de 22 de Outubro de 2015.

SUPLEMENTA DOTAÇÕES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONALDO CARLESSI, Prefeito Municipal de Turvo/SC, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o disposto no art. 5º da Lei nº 2.222/14 (Lei Orçamentária Anual), de 12/12/2014. DECRETA

Art. 1º. Fica suplementado o crédito orçamentário no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Turvo no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) assim classificados:

04.01 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

04.122.0028.2.005 – MANUTEN. DA SECRETARIA DE ADMIN. E FINANÇAS

3.3.90.00.00.00.00.00.0080.0 (011) – Aplicações Diretas
..... R\$ 100.000,00

Art. 2º. A execução do disposto no art. 1º correrá à conta do excesso de arrecadação da Fonte 0080 no valor de R\$ 100.000,00.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo - SC, 22 de outubro de 2015.

RONALDO CARLESSI

Prefeito Municipal

Pub. e registrado o presente Decreto nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel – Secretário de Adm. e Finanças.

LEI 2554/2015

LEI Nº 2.254/15, de 22 de Outubro de 2015.

DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA DE 2016 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Turvo, Estado de Santa Catarina. Faço saber a todos os habitantes que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º. O orçamento do Município de Turvo, para o exercício financeiro de 2016, será elaborado e executado de acordo com as diretrizes estabelecidas nesta lei, compreendendo:

I – as metas fiscais;

II – as prioridades e metas da administração municipal extraídas do Plano Plurianual 2014/2017;

III – a estrutura dos orçamentos;

IV – as diretrizes para a elaboração e a execução dos orçamentos do Município e suas alterações;

V – as disposições sobre dívida pública municipal;

VI – as disposições sobre despesas com pessoal e seus encargos;

VII – as disposições sobre alterações na legislação tributária; e

VIII – as disposições gerais.

I – DAS METAS FISCAIS

Art. 2º. As metas fiscais de receitas, despesas, resultado primário, nominal e montante da dívida pública para os exercícios de

2016, 2017 e 2018, de que trata o art. 4º da Lei Complementar nº 101/2000, são as identificadas no Anexo I desta Lei.

II – DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO

Art. 3º. As prioridades e metas da Administração Municipal para o exercício financeiro de 2016 são aquelas definidas nos anexos II-A desta Lei.

Parágrafo Único. Os recursos estimados na lei orçamentária para 2016 definidos no anexo III-A serão destinados, preferencialmente, para as prioridades estabelecidas no anexo II-A desta Lei, não se constituindo, todavia, em limite à programação das despesas.

Art. 4º. Na elaboração da proposta orçamentária para 2016, o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas físicas estabelecidas nesta Lei e identificadas no Anexo I, a fim de compatibilizar a despesa orçada com a receita prevista, de forma a preservar a suficiência de caixa.

III – DA ESTRUTURA DOS ORÇAMENTOS

Art. 5º. O orçamento para o exercício financeiro de 2016 abrangerá o Poder Legislativo, o Poder Executivo e seus Fundos e será elaborado levando-se em conta a Estrutura Organizacional da Prefeitura.

Art. 6º. A Lei de Orçamento evidenciará as Receitas e Despesas de cada Unidade Gestora, identificadas por código da destinação de recursos, desdobradas as despesas por função, sub-função, programa, projeto, atividade ou operações especiais e, quanto a sua natureza, por categoria econômica, grupo de natureza e modalidade de aplicação.

Art. 7º. A mensagem que encaminhar o projeto de lei orçamentária conterá quadro demonstrativo da evolução da Receita (anexo III-B) dos exercícios de 2012, 2013 e 2014, previsão para 2015 e 2016 e projeção para 2017 e 2018, com justificativa da estimativa para 2016, acompanhado de metodologia e memória de cálculo.

IV – DAS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E A EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS DO MUNICÍPIO

Art. 8º. O orçamento e a sua execução obedecerão, entre outros, ao princípio da transparência e do equilíbrio entre receitas e despesas em cada destinação, abrangendo os Poderes Legislativo, Executivo e seus fundos.

Art. 9º. Os estudos para definição do Orçamento da Receita, excluídas as previsões de convênios e operações de crédito, deverá observar as alterações da legislação tributária, incentivos fiscais autorizados, a inflação do período, o crescimento econômico, a valorização imobiliária e a evolução da receita nos últimos três exercícios.

Parágrafo único. Se a receita estimada, comprovadamente não atender ao disposto neste artigo, o Legislativo, quando da análise da Proposta Orçamentária, poderá reestimá-la, ou solicitar do Executivo Municipal a sua alteração e a conseqüente adequação do orçamento da despesa.

Art. 10. Na execução do orçamento, verificado que o comportamento da receita poderá afetar o cumprimento das metas de resultado primário e nominal, os Poderes Legislativo e Executivo, de forma proporcional as suas dotações, adotarão o mecanismo da limitação de empenhos e movimentação financeira no montante necessário, observado a destinação de recursos, ressalvadas as decorrentes de obrigações constitucionais e legais, inclusive aquelas destinadas ao pagamento da dívida.

Art. 11. O orçamento de cada uma das unidades gestoras

contemplará recursos para a Reserva de Contingência, limitados entre 0,001% (um milésimo) e 3% (três por cento) da Receita Corrente Líquida prevista, destinada a atender os passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, conforme Anexo VII (LRF).

§ 1º. Constitui outros riscos e eventos fiscais imprevistos, capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas do município, aqueles que não estão apurados até a elaboração da lei orçamentária, aqueles oriundos de desapropriações de relevante interesse público, aqueles oriundos de situações de emergência e calamidade pública, e aqueles oriundos de despesas não orçadas ou orçadas a menor (abertura de créditos adicionais – art. 8º da Portaria Interministerial nº. 163, de 04/05/2001).

§ 2º. O valor orçado na Reserva de Contingência, se até o dia 10 de dezembro, não ocorrer passivos contingentes, poderá ser remanejado por ato do poder executivo para reforço de dotações insuficientes, desde que não comprometa o equilíbrio orçamentário do exercício em curso, exceto os valores destinados a atender despesas não orçadas ou orçadas a menor, que poderão ser remanejados a qualquer momento, nos termos deste parágrafo.

Art. 12. Os investimentos com duração superior a 12 (doze) meses só constarão da Lei Orçamentária Anual se contemplados no Plano Plurianual.

Art. 13. Os projetos e atividades priorizados na Lei Orçamentária Anual com dotações vinculadas a destinação de recursos oriundos de transferências voluntárias, operações de crédito, alienação de bens e outros, só serão executados e utilizados a qualquer título, se ocorrer ou estiver garantido o seu ingresso no fluxo de caixa, respeitado ainda o montante ingressado ou garantido.

§ 1º. A apuração do excesso de arrecadação de que trata o artigo 43, § 3º da Lei 4.320/64 será realizado por fonte de recursos para fins de abertura de créditos adicionais suplementares e especiais, por ato do poder executivo conforme exigência contida nos artigos 8º, parágrafo único e 50, I da Lei de Responsabilidade Fiscal, LC nº 101/2000.

§ 2º. Na Lei Orçamentária Anual os Orçamentos da Receita e da Despesa identificarão com codificação adequada cada uma das destinações e fontes de recursos, de forma que o controle da execução observe o disposto no caput deste artigo.

Art. 14. As renúncias de receita estimadas para o exercício financeiro de 2015 (anexo VII-A) serão consideradas para efeito de cálculo do orçamento da receita.

Art. 15. A transferência de recursos do Tesouro Municipal a entidades, beneficiará somente aquelas de caráter educativo, assistencial, recreativo, esportivo, cultural, saúde, de cooperação técnicas e voltadas para o fortalecimento do associativismo municipal.

Art. 16. Para efeito do disposto no Art. 16, § 3º da Lei de Responsabilidade Fiscal, são consideradas despesas irrelevantes, aquelas decorrentes da criação, expansão ou aperfeiçoamento da ação governamental que acarrete aumento da despesa, cujo montante num exercício, em cada evento, não exceda o valor para dispensa de licitação fixado no item I do Art. 24 da Lei 8.666/93, devidamente atualizado.

Art. 17. Nenhum projeto novo poderá ser incluído no orçamento, sem antes ter assegurado recursos suficientes para obras ou etapa de obras em andamento e para conservação do patrimônio público, salvo projetos programados com recursos de convênios e operações de crédito.

Art. 18. O Município poderá contribuir para o custeio de despesas de competência de outros entes da Federação, mediante celebração de convênio, acordo, ajuste ou congêneres e previsto os recursos na lei orçamentária anual.

Art. 19. A previsão das receitas e a fixação das despesas serão orçadas para 2016 a preços correntes.

Art. 20. A execução do orçamento da Despesa obedecerá, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operações Especiais, a dotação fixada para cada Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação, com apropriação dos gastos nos respectivos elementos de que trata a Portaria STN nº 163/2001.

Art. 21. Durante a execução orçamentária, o Executivo Municipal, autorizado por lei, poderá incluir novos projetos, atividades ou operações especiais no orçamento das unidades gestoras na forma de crédito especial, desde que se enquadre nas prioridades para o exercício e constantes desta lei, conforme art. 167, I da CF.

Art. 22. Para fins do disposto no artigo 165, § 8º da Constituição Federal, considera-se crédito suplementar a criação de Grupo de Natureza de Despesa em categoria de programação ou a elevação do crédito orçamentário fixado na Lei Orçamentária para cada Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação, excluído deste último o remanejamento realizado dentro da mesma categoria de programação.

V – DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 23. Obedecidos aos limites estabelecidos em Lei Complementar Federal, o Município poderá realizar operações de crédito ao longo do exercício, para atendimento a Despesas de Capital, respeitado o limite de endividamento, na conformidade com a Lei Complementar nº 101/2000.

VI – DAS DISPOSIÇÕES SOBRE DESPESAS COM PESSOAL

Art. 24. O Município, mediante lei autorizativa, observada a iniciativa privativa de cada Poder, poderá criar cargos e funções, alterar a estrutura de carreiras, corrigir ou aumentar a remuneração dos servidores, conceder vantagens e, por ato administrativo, admitir pessoal a qualquer título, observados os limites e as regras da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Parágrafo único. Os recursos para as despesas decorrentes destes atos deverão estar previstos no orçamento ou em créditos adicionais.

Art. 25. Nos casos de necessidade temporária, de excepcional interesse público, devidamente justificado pela autoridade competente, a Administração Municipal poderá autorizar a realização de horas extras pelos servidores, quando as despesas com pessoal excederem a 95% do limite estabelecido no art. 20, III da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 26. Para efeito desta lei e registros contábeis, entende-se como terceirização de mão-de-obra referente substituição de servidores de que trata o artigo 18, § 1º da LRF, a contratação de mão-de-obra cujas atividades ou funções guardem relação com atividades ou funções previstas no Plano de Cargos da Administração Municipal, ou ainda, atividades próprias da Administração Pública Municipal, desde que, em ambos os casos, não haja utilização de materiais ou equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros.

Art. 27. A verificação dos limites das despesas com pessoal serão feitas ao final de cada semestre na forma estabelecida na Lei de Responsabilidade Fiscal.

VII – DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 28. O Poder Executivo Municipal, autorizado em lei, poderá conceder ou ampliar benefícios fiscais aos contribuintes, devendo, nestes casos, serem considerados nos cálculos do orçamento da receita, apresentando estudos do seu impacto e atender ao disposto no Art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 29. Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em Dívida Ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em lei, não se constituindo como renúncia de receita para efeito do disposto no Art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 30. O ato que conceder ou ampliar incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária ou financeira constante do Orçamento da Receita, somente entrará em vigor após adoção de medidas de compensação, seja por aumento da receita ou mediante cancelamento, pelo mesmo período, de despesas em valor equivalente.

VIII – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 31. Se o Projeto de Lei Orçamentária anual não for encaminhado à sanção até o início do exercício financeiro de 2016, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a executar a proposta orçamentária na forma original, até a sanção da respectiva Lei Orçamentária Anual.

Parágrafo único. Os eventuais saldos negativos apurados em decorrência do disposto no caput deste artigo serão ajustados após a sanção da Lei Orçamentária Anual, mediante a abertura de créditos adicionais suplementares, através de decreto do Poder Executivo, usando como fontes de recursos o Superávit Financeiro do Exercício anterior, o Excesso ou provável excesso de arrecadação, a anulação de saldos de dotações não comprometidas e a Reserva de Contingência, sem comprometer, neste caso, os recursos para atender os riscos fiscais previstos.

Art. 32. Serão consideradas legais as despesas com multas e juros pelo eventual atraso no pagamento de compromissos decorrentes de insuficiência de disponibilidade de caixa, conforme disposto no artigo 117 da Constituição do Estado de Santa Catarina.

Art. 33. A Administração Municipal, tanto quanto possível, até a criação de estrutura adequada, deverá apropriar as despesas de forma a demonstrar o custo de cada ação.

Art. 34. Os créditos especiais e extraordinários, abertos nos últimos quatro meses do exercício, poderão ser reabertos no exercício subsequente, por ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 35. O Poder executivo Municipal está autorizado a assinar convênios com o Governo Federal e Estadual através de seus órgãos da administração direta ou indireta para realização de obras ou serviços de competência do Município ou não.

Art. 36. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2016.

Turvo, 22 de Outubro de 2015.

RONALDO CARLESSI

Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Lei nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel – Secretário de Adm. e Finanças.

LEI 2555/2015

Lei nº. 2.255/15, de 22 de Outubro de 2015.

DISPÕE SOBRE A DENOMINAÇÃO DE RUA NO MUNICÍPIO DE TURVO.

O Prefeito Municipal de Turvo, Estado de Santa Catarina. Faço saber a todos os habitantes que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º. Fica denominada de "Rua ANITA FORMENTIN BAESSO", a Rua nº. 57, localizada ao lado do Salão da Igreja, no Centro do Distrito de Morro Chato.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Turvo (SC), 22 de Outubro de 2015.

RONALDO CARLESSI

Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Lei nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel – Secretário de Adm. e Finanças.

LEI 2556/2015

Lei nº. 2.256/15, de 22 de Outubro de 2015.

DISPÕE SOBRE A DENOMINAÇÃO DE RUA NO MUNICÍPIO DE TURVO.

O Prefeito Municipal de Turvo, Estado de Santa Catarina. Faço saber a todos os habitantes que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º. Fica denominada de "Rua TEODORA MAGAGNIN MACALLOSSI", a Rua nº. 56, que dá acesso ao Loteamento Macalossi, no Centro do Distrito de Morro Chato.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Turvo (SC), 22 de Outubro de 2015.

RONALDO CARLESSI

Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Lei nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel – Secretário de Adm. e Finanças.

PORTARIA 340/2015

PORTARIA Nº 340/15, de 21 de Outubro de 2015.

DEMITE A PEDIDO AGENTE ADMINISTRATIVO ESCOLAR, NOMEADA EM CARÁTER TEMPORÁRIO, NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de acordo com o que estabelece os incisos, "IX" e "XII" do artigo 52 da Lei Orgânica do Município de Turvo,

RESOLVE

Art. 1º - Demitir a pedido, a Servidora abaixo relacionada, ocupante da função pública de Agente Administrativo Escolar, nomeada temporariamente através do Processo Seletivo nº 001/14 - SME, do Plano de Cargos, Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal.

NOME CPF MATRICULA

Rita de Cássia Ferreira Bezerra 042.935.559-94 3276

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 21 de outubro de 2015.

RONALDO CARLESSI

Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel – Secretário de Adm. e Finanças.

PORTARIA 341/2015

PORTARIA Nº 341/15, de 21 de Outubro de 2015.

ADMITE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS I, EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o estabelecido na Lei nº 1.001/1993, combinado com a Lei Complementar nº 09/11, de 24 de Agosto de 2011,

RESOLVE

Art. 1º - Admitir a Servidora abaixo relacionada, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para exercer a função pública de Auxiliar de Serviços Gerais I, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Turvo, com os vencimentos estabelecidos em Lei, em substituição a servidora ANGELA ANACLETO DA SILVA por estar em Auxílio Doença.

SERVIDOR (A) CPF LOCAL TRABALHO

Fabiane Moro da Silva 668.067.390-91 Creche Maria M. Marcon

Art. 2º - O prazo de contratação em caráter temporário, relacionado no art. 1º desta Portaria, iniciará em 21 de Outubro de 2015 e encerrará em 18 de Dezembro de 2015.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 21 de outubro de 2015.

RONALDO CARLESSI

Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel – Secretário de Adm. e Finanças.

PORTARIA 342/2015

PORTARIA Nº 342/15, de 22 de Outubro de 2015.

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o artigo 6º da Lei nº. 1.001/93, de 03 de Maio de 1993, combinado com o artigo 98 e seguintes da Lei nº 1.154/95, de 11 de Dezembro de 1995 (Estatuto dos Servidores Públicos),

RESOLVE

Art. 1º - Conceder Licença Prêmio a Servidora MONICA DORDETE DE FREITAS CPF nº. 056.736.549-28, matrícula nº. 1892, exercendo o cargo de provimento em caráter efetivo de Auxiliar de Enfermagem, no período de 26.10.2015 a 23.12.2015, referente ao período aquisitivo de 12.05.2008 a 30.08.2011.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 22 de outubro de 2015

RONALDO CARLESSI

Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel – Secretário de Adm. e Finanças.

PORTARIA 343/2015

PORTARIA Nº 343/15, de 23 de Outubro de 2015.

PRORROGA A CONTRATAÇÃO DE OPERADOR DE EQUIPAMENTOS I, ADMITIDO EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o estabelecido na Lei nº 1.001/1993, combinado com a Lei Complementar nº 09/11, de 24 de Agosto de 2011,

RESOLVE

Art. 1º - Prorrogar até 20 de Novembro de 2015 a contratação dos servidores abaixo relacionados, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, exercendo a função pública de Operador de Equipamentos I, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Turvo, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

SERVIDOR	CPF	MATRICULA
Jeferson Cordeiro Fregulia	048.481.189-48	3380
Juliandro Machado Leandro	091.152.489-41	3421
Lucas Pereira Fava-ro 033.623.509-76	3252	
Moacir Maragno	552.336.009-00	3246

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 23 de outubro de 2015.

RONALDO CARLESSI

Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel – Secretário de Adm. e Finanças.

PORTARIA 344/2015

PORTARIA Nº 344/15, de 23 de Outubro de 2015.

PRORROGA A CONTRATAÇÃO DE MOTORISTA II, ADMITIDO EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o estabelecido na Lei nº 1.001/1993, combinado com a Lei Complementar nº 09/11, de 24 de Agosto de 2011,

Considerando que o servidor se encontra em auxílio doença,

RESOLVE

Art. 1º - Prorrogar até 06 de Novembro de 2015 a contratação do servidor abaixo relacionado, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, exercendo a função pública de Motorista II, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Turvo, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

SERVIDOR	CPF	MATRICULA
Antomar Alexandre Dal Pont	378.291.149-00	3247

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 23 de outubro de 2015.

RONALDO CARLESSI

Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel – Secretário de Adm. e Finanças.

PORTARIA 345/2015

PORTARIA Nº 345/15, de 23 de Outubro de 2015.

PRORROGA A CONTRATAÇÃO DE MOTORISTA II, ADMITIDO EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o estabelecido na Lei nº 1.001/1993, combinado com a Lei Complementar nº 09/11, de 24 de Agosto de 2011,

RESOLVE

Art. 1º - Prorrogar até 20 de Novembro de 2015 a contratação dos servidores abaixo relacionados, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, exercendo a função pública de Motorista II, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Turvo, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

SERVIDOR	CPF	MATRICULA
Angelo Santos Evangelista	376.946.349-87	3333
Antonio Bortot	613.356.309-53	3251
Elisandro Alano Pereira	023.988.499-02	3401
Eugenio Manenti	579.757.019-04	3250
Sandro Barbosa Velho	031.719.089-05	3334
Valmir Severino	305.731.819-34	3332
Volnei Anastácio	579.760.749-20	3248

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 23 de outubro de 2015.

RONALDO CARLESSI

Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel – Secretário de Adm. e Finanças.

União do Oeste

PREFEITURA

1 TERMO ADITIVO A ATA DE RP N. 03/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO OESTE
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

1º TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 03/2015.

As partes firmam o presente Termo Aditivo à Ata de Registro de Preços n.º 03/2015, referente ao Edital de Pregão Presencial para Registro de Preços n.º 03/2015, que registrou os preços apresentados pela empresa AQUILINO LUIZ ZUCCO - ME, com fundamento no item 3. da Ata de Registro de Preços N.º 03/2015, documentos em anexo e com base no parecer jurídico, firma-se o presente termo aditivo conforme segue:

Cláusula Primeira. Fica alterado, por acordo entre as partes e a partir da data deste aditivo, o valor unitário do item 17, registrado na Ata de Registro de Preços n.º 03/2015, resultante do Processo Licitatório na modalidade de Pregão para Registro de Preços n.º 03/2015, passando a valer o seguinte valor:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UN.	MARCA	PREÇO UNIT. R\$
17	GAS DE COZINHA 13 QUILOS, RECARGA	CARGA	SUPERGASBRAS	59,49

Cláusula Segunda. A alteração objetiva manter o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, como permitido pelo artigo 65, inciso II, letra 'd', da Lei 8.666/93.

Cláusula Terceira. As demais cláusulas da ata permanecem inalteradas e válidas.

União do Oeste, 26 de Outubro de 2015.

VITORIO GUBERT
Gestor do Fundo Munic. De Saúde

AQUILINO LUIZ ZUCCO
AQUILINO LUIZ ZUCCO - ME
CONTRATADA

Testemunhas:

01. _____
Nome: Marília Miorelli
CPF: 057.672.509-95

02. _____
Nome: José Tessaro
CPF: 460.292.909-59

CÂMARA MUNICIPAL**PORTARIA N 012/2015**

PORTARIA Nº 012/2015 DE 22 DE OUTUBRO DE 2015

ALGEMIRO ALVES MACIEL, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de União do Oeste – SC, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinado com a Lei Complementar nº 066/2011 e Lei Complementar nº 88/2015;

Considerando as recomendações da Promotoria de Justiça que atua junto à Comarca de Coronel Freitas - SC e as tratativas com aquela unidade do Ministério Público, no sentido da necessidade de promover a adequação na legislação que institui o cargo de Controlador Interno, contemplado no Edital de Concurso Público nº 001/2015.

Considerando a necessidade de elaboração, discussão e tramitação regimental de Projeto de Lei para promover adequações na Lei Complementar nº 66/2011 e na Lei Complementar nº 88/2015, que tratam da reestruturação dos cargos e remunerações dos servidores públicos municipais da Câmara Municipal de União do Oeste - SC, notadamente em relação ao cargo de Controlador Interno;

Considerando que o Edital disciplinador do Concurso Público deve assentar-se nas normas e princípios constitucionais que lhe são precípuos, além da obediência às disposições legais inerentes;

RESOLVE:

Art. 1º. Suspender o Edital de Concurso Público Nº 001/2015, destinado à seleção de candidatos ao provimento de vagas em cargos do quadro permanente de pessoal do Poder Legislativo Municipal.

Art. 2º. Resguardar o ressarcimento dos valores às pessoas inscritas para o para o Concurso Público, sob a vigência do Edital de Concurso Público Nº 001/2015.

§1º - os interessados no ressarcimento deverão apresentar junto à secretaria da Câmara Municipal de União do Oeste, o comprovante de pagamento de inscrição e o número da conta corrente/poupança em que será depositado o valor correspondente.

§2º - No caso de não ser a pessoa inscrita o titular da conta corrente/poupança em que será depositado o valor correspondente, este deverá apresentar termo de declaração e autorização para o depósito.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação revogando-se as disposições legais em contrário.

União do Oeste- SC, em 22 de outubro de 2015.

ALGEMIRO ALVES MACIEL

Presidente da Câmara de Vereadores de União do Oeste SC

Videira

PREFEITURA

ATA Nº 0204/15 - CMDCA

ATA – 204 – Aos nove dias do mês de outubro de dois mil e quinze, às treze horas e trinta minutos, nas dependências do Departamento de Ação Social, situado na Rua Lauro Muller 288 (duzentos e oitenta e oito), bairro Alvorada, cidade de Videira, Santa Catarina, reuniram-se os membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, em reunião extraordinária para deliberarem sobre os seguintes assuntos de pauta.1)Avaliação do Processo Eleitoral Unificado para escolha de Conselheiro Tutelar, 2) Resposta da Conselheira Tutelar- Juliana Weber, 3)Posse da nova Conselheira Tutelar, 4) Assuntos Gerais. O Presidente do CMDCA, Sr. Alvaír Lirio Barzotto deu início aos trabalhos da tarde saudando todos os presentes e prosseguiu realizando a leitura da ata do mês anterior, a qual foi apreciada e aprovada por unanimidade pelos membros do Conselho Municipal de Direitos da Criança e Adolescente. No segundo momento o Sr. Alvaír juntamente com os demais membros do CMDCA, avaliaram o processo eleitoral unificado para escolha de conselheiro tutelar como um marco democrático, o processo ocorreu dentro da normalidade com um mil oitocentos e cinquenta e dois votantes, totalizando 5,6% da população de eleitores do município, observou-se que a grande maioria de votantes foi entre a população adulta e idosa, foi relatado também o pouco interesse e o descomprometimento do público jovem no processo eleitoral. Comentou-se sobre algumas melhorias para as próximas edições do processo eleitoral como, por exemplo, melhor localização para a apuração, nos agrupamentos com maior número de votantes disponibilizarem duas urnas receptoras dos votos para agilizar o fluxo de eleitores. Quanto ao segundo item de pauta a Sra. Juliana Weber apresentou sua justificativa ao CMDCA, sobre a denúncia apresentada em reunião anterior, após apreciação dos documentos, os membros do CMDCA resolveram arquivar o processo, segundo relatos da própria conselheira tutelar Sra. Juliana Weber foi realizado o encaminhamento ao CREAS, e este através de sua equipe de profissionais estão realizando o atendimento dos menores mencionados em denúncia anterior. O Presidente do CMDCA Sr. Alvaír apresentou aos membros do Conselho de Direitos a nova Conselheira Tutelar, Sra. Juliana Rostirola classificada em 4º lugar no processo suplementar, a mesma tomou posse no ato e inicia seus trabalhos no dia treze de outubro de 2015 às oito horas, permanecendo como conselheira tutelar até o término deste mandato. Nada mais havendo a tratar, o Presidente, Senhor Alvaír Lirio Barzotto, agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a reunião, da qual eu, Sônia, lavrei a presente ata que será assinada por mim e pelos demais presentes, conforme o livro de assinaturas.

DECRETO Nº 12.488/15

DECRETO Nº 12.488/15, DE 22 DE OUTUBRO DE 2015.

Exonera, a pedido, Servidora Pública.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, XIII, da Lei Orgânica do Município e, à vista do que consta do Processo Administrativo nº 18485/2015.

RESOLVE

Art. 1º Exonerar, a pedido, EDNA CARLA BIRNFELD, do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, nomeada pelo Decreto nº 12.186/15.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos

da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 22 de outubro de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 22 dias do mês de outubro de 2015.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS

Secretária de Administração

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N. 086/2015

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 086/15

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, torna público que ficam convocados os candidatos abaixo relacionados para, no prazo de 30 (trinta) dias contados do recebimento da convocação, comparecer no Departamento de Pessoal, no Paço Municipal, à Avenida Manoel Roque, nº 188, no Município de Videira/SC, a fim de assumir o cargo para o qual foram nomeados, em razão de aprovação no Concurso Público- Edital nº 002/2014:

CONVOCADO	CARGO	DECRETO NOMEAÇÃO
1. ELIANE GENELICE RIBEIRO	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	12.476/15, DE 16/10/2015
2. IVENIR MUNZLINGER	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	12.477/15, DE 16/10/2015
3. MARCIA APARECIDA DOS SANTOS	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	12.478/15, DE 16/10/2015

Os convocados deverão apresentar no Departamento de Pessoal na Prefeitura Municipal de Videira, dentro do prazo supramencionado, os seguintes documentos:

- Carteira de Trabalho;
- PIS/PASEP;
- 1 (uma) foto 3x4;
- Comprovante de Residência;
- Declaração de dependentes para Imposto de Renda;
- Cópias: Carteira de Identidade, CPF, Título de Eleitor, Certificado de Reservista, Grupo Sanguíneo, Certidão de Casamento ou Nascimento, Certidão de Nascimento de filhos menores de 14 (quatorze) anos;
- Certidão Negativa de Antecedentes Criminais (Fórum);
- Comprovante de Escolaridade e requisitos (conforme exigido no Edital de Concurso);
- Comprovante de inscrição no órgão de classe (quando exigido no Edital de Concurso).

Apresentar os seguintes exames, para inspeção médica oficial.

- Avaliação Cardiológica;
- Avaliação Neurológica;
- RX Tórax;
- RX coluna lombo sacra ap.p. oblíquas;
- Hemograma;
- VDRL;
- ABO RH;
- Glicemia;

- i) Ex. Quant. Urina;
- j) EPF;
- k) Avaliação Audiométrica;
- l) Apresentar comprovante de vacina antitetânica;
- m) Exame Anti-HBS.

Os exames médicos e laboratoriais deverão ser providenciados com a necessária antecedência para possibilitar a realização da perícia médica dentro do prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da convocação.

O não atendimento a presente convocação importará na perda do direito à nomeação e no desfazimento do respectivo ato.

Videira, 22 de Outubro de 2015.
WILMAR CARELLI
PrefeitoMunicipal

PORTARIA Nº 0748/15

PORTARIA Nº 0748/15

Autoriza a averbação de Certidão de Tempo de Contribuição expedida pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS sob o nº 20022080.1.00082/14-9, nos assentos funcionais do servidor MANOEL CONSTANTINO, detentor da matrícula funcional nº 5511, e do cargo de provimento efetivo de Trabalhador Braçal, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e, à vista do que consta do Processo Administrativo nº 18.251/2015,

RESOLVE

Art.1º Autorizar a averbação, nos assentamentos funcionais do servidor MANOEL CONSTANTINO, detentor da matrícula funcional nº 5511, e do cargo de provimento efetivo de Trabalhador Braçal, da Certidão de Tempo de Contribuição expedida pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS sob o nº 20022080.1.00082/14-9, para fins de concessão de aposentadoria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 22 de outubro de 2015.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 22 dias do mês de outubro de 2015.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS
Secretária de Administração

PORTARIA Nº 0749/15

PORTARIA nº 0749/15

Interrompe gozo de férias de servidor que especifica

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 173 da Lei Complementar nº 129/12, e à vista do que consta na Comunicação Interna da Secretaria de Finanças, datada de 20 de outubro de 2015;

RESOLVE

Interromper, para fins de interesse público, pelo período de 03 de novembro de 2015 até 02 de dezembro de 2015, o gozo de férias da servidora MARIA ANGÉLICA VANZ, ocupante do cargo efetivo de Contadora, referente ao período aquisitivo de 1º de dezembro de 2013 até 30 de novembro de 2014.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seu efeitos a partir de 03 de novembro de 2015.

Videira, 22 de outubro de 2015.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 22 dias do mês de outubro de 2015.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS
Secretária de Administração

PORTARIA Nº 0750/15

PORTARIA nº 0750/15

Designa Servidora para substituir Presidente da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar nomeada pela Portaria nº 0551/15, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o Despacho da Secretaria Municipal de Administração, constante do Processo Administrativo nº 8392/2015;

RESOLVE

Art. 1º Designar a servidora MIRIAM PASTORE VIECELLI para exercer as funções de Presidente da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, nomeada pela Portaria nº 0551/15, em substituição a servidora KAROLINA BORSATTI.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 22 de outubro de 2015.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 22 dias do mês de outubro de 2015.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS
Secretária de Administração

PORTARIA Nº 0753/15

PORTARIA nº 0753/15

Autoriza o Uso do Largo da Estação Ferroviária

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 125, parágrafo 4º, da Lei Orgânica do Município, e a vista do que consta no Processo Administrativo nº 17.488/2015;

RESOLVE

Art. 1º Autorizar o uso do espaço do Largo da Estação Ferroviária, pelo Centro Educacional Passos Firmes, no dia 14 de novembro de 2015, período manhã e tarde, para a realização de um evento recreativo e promocional de divulgação do Centro Educacional Passos Firmes, onde haverá colocação de uma cama elástica e um tobogã inflável bem como uma tenda onde estarão dispostos materiais promocionais e utilização de som ambiente.

§1º Os responsáveis pela organização do evento se comprometem a garantir as condições abaixo especificadas:

- a. Serviço de segurança no local do evento;
- b. Fica vedado a instalação de objetos e/ou equipamentos ou similares que possam danificar a o local;
- c. Responsabilizar-se pelo uso e conservação dos bens pertencentes ao patrimônio público;
- d. Não ceder o uso da área a terceiros, nem utilizá-la para fim diverso do ora estipulado;
- e. Ao pagamento da taxa referente ao ECAD – Escritório Central de Arrecadação de Direitos Autorais, no prazo de 72 (setenta e duas) horas antes da realização do evento, nos casos de utilização de músicas de artistas que estão em atividade ou, que faleceram há menos de 70 (setenta) anos;
- f. Será de responsabilidade exclusiva da entidade, o pagamento de quaisquer despesas, tributos, tarifas, emolumentos, ou contribuições, federais, estaduais ou municipais, que decorram da presente autorização, bem como da atividade para a qual a presente autorização lhe é concedida, cabendo-lhe providenciar, especialmente os alvarás e seguros obrigatórios legalmente exigíveis e quaisquer outras exigências legais;
- g. Recolher imediatamente, ao término do evento, o material utilizado e deixar o local nas mesmas condições que foi encontrado;
- h. Acondicionar o lixo acumulado durante o evento em sacos plásticos e colocá-lo em local apropriado;
- i. Em caso de extravio e/ou dano, total ou parcial, dos bens utilizados, obrigar-se-ão ao ressarcimento dos prejuízos decorrentes.

§2º A Prefeitura Municipal de Videira fica isenta de qualquer casuística sobre o referido evento, ficando o Centro Educacional Passos Firmes inteiramente responsável pelos mesmos.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 22 de outubro de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 22 dias do mês de outubro de 2015.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS

Secretária de Administração

PREGÃO PRESENCIAL Nº 170/2015 - PMV

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 170/2015 - PMV

O Prefeito Municipal de Videira torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº 170/2015 - PMV. 1. OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO FUTURA, COM PEDIDOS PARCELADAS, PARA PRESTAR SERVIÇO DE ESCAVADEIRA COM ROMPEDOR HIDRÁULICO A SER UTILIZADO NO BRITADOR MUNICIPAL, PELA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA. 2. TIPO: MENOR PREÇO UNITÁRIO. 3. ENTREGA/PROTOCOLO DOS ENVELOPES E CREDENCIAMENTO: até as 13:00 horas do dia 11/11/2015. Abertura da sessão no mesmo dia às 13:00 horas. 4. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados no site: www.videira.sc.gov.br. 5. INFORMAÇÕES: Através dos telefones (49) 3566-9026/3566-9034.

Videira/SC, 26 de Outubro 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

PREGÃO PRESENCIAL Nº 172/2015 - PMV

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 172/2015 - PMV

O Prefeito Municipal de Videira torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº 172/2015 - PMV. 1. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE PEÇAS E MÃO DE OBRA PARA CONserto DO CAMINHÃO BASCULANTE TRUCK, VW CONSTELATION MFK 4268, FROTA 145, ANO 2007/2008, DE USO DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA. 2. TIPO: MENOR PREÇO POR LOTE. 3. ENTREGA/PROTOCOLO DOS ENVELOPES E CREDENCIAMENTO: até as 15:00 horas do dia 11/11/2015. Abertura da sessão no mesmo dia às 15:00 horas. 4. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados no site: www.videira.sc.gov.br. 5. INFORMAÇÕES: Através dos telefones (49) 3566-9026/3566-9034.

Videira/SC, 26 de Outubro 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

PROCESSO SELETIVO Nº 004/2015 EDITAL DE GABARITO DEFINITIVO

PROCESSO SELETIVO Nº 004/2015

EDITAL DE GABARITO DEFINITIVO

O Prefeito Municipal, Wilmar Carelli, da Prefeitura Municipal de Videira, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, torna público para todos os interessados o Gabarito Definitivo do Processo Seletivo 004/2015.

Art. 1º Consta no Anexo I deste edital, o Gabarito Definitivo.

Art. 2º Consta no Anexo II deste edital, os pareceres dos recursos deferidos.

Art. 3º Os candidatos que impetraram recursos, poderão acessar o site www.globalconcursos.com, ÁREA RESTRITA DO CANDIDATO, e verificar suas respostas individuais.

Art. 4º Este Edital entra em vigor na data de publicação.

Videira, 27 de outubro de 2015

Wilmar Carelli

Prefeito Municipal

ANEXO I

AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS			
1	D	16	B
2	B	17	Anulada
3	Alterado C	18	B
4	D	19	D
5	C	20	B
6	A	21	A
7	D	22	B
8	C	23	A
9	A	24	D
10	A	25	A
11	C	26	D
12	B	27	B
13	B	28	A
14	A	29	B
15	B	30	B
FONOAUDIÓLOGO			
1	C	21	C
2	B	22	D
3	B	23	D
4	D	24	A
5	A	25	B
6	C	26	D
7	B	27	D
8	A	28	C
9	D	29	B
10	A	30	C
11	C	31	B
12	D	32	B
13	Anulada	33	A
14	C	34	D
15	A	35	C
16	A	36	A
17	B	37	C
18	B	38	C
19	D	39	D
20	B	40	B
ESPECIALISTA EDUCACIONAL			
1	C	21	C
2	B	22	D

3	B	23	D
4	D	24	A
5	A	25	B
6	C	26	B
7	B	27	B
8	A	28	D
9	D	29	C
10	A	30	A
11	C	31	D
12	D	32	B
13	Anulada	33	D
14	C	34	C
15	A	35	D
16	A	36	A
17	B	37	B
18	B	38	B
19	D	39	C
20	B	40	A

PROFESSOR - EDUCAÇÃO INFANTIL (HABILITADO E NÃO HABILITADO)

1	C	21	C
2	B	22	D
3	B	23	D
4	D	24	A
5	A	25	B
6	C	26	C
7	B	27	B
8	A	28	D
9	D	29	A
10	A	30	B
11	C	31	D
12	D	32	A
13	Anulada	33	C
14	C	34	D
15	A	35	D
16	A	36	C
17	B	37	B
18	B	38	C
19	D	39	C
20	B	40	B

PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL SÉRIES INICIAIS 1º AO 5º ANO - (HABILITADO E NÃO HABILITADO)

1	C	21	C
2	B	22	D
3	B	23	D
4	D	24	A
5	A	25	B
6	C	26	D
7	B	27	A
8	A	28	B
9	D	29	D
10	A	30	C
11	C	31	C
12	D	32	A
13	Anulada	33	C
14	C	34	B
15	A	35	D
16	A	36	C
17	B	37	A
18	B	38	C
19	D	39	B
20	B	40	D

PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL SÉRIES FINAIS 6º AO 9º ANO - LÍNGUA PORTUGUESA (HABILITADO E NÃO HABILITADO)

1	C	21	C
2	B	22	D
3	B	23	D
4	D	24	A
5	A	25	B
6	C	26	D
7	B	27	C
8	A	28	A
9	D	29	B
10	A	30	C
11	C	31	D
12	D	32	B
13	Anulada	33	C
14	C	34	B
15	A	35	A
16	A	36	C
17	B	37	D
18	B	38	B
19	D	39	D
20	B	40	A

PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL SÉRIES FINAIS 6º AO 9º ANO - LÍNGUA INGLESA (HABILITADO E NÃO HABILITADO)

1	C	21	C
2	B	22	D
3	B	23	D
4	D	24	A
5	A	25	B
6	C	26	A
7	B	27	C
8	A	28	C
9	D	29	B
10	A	30	D
11	C	31	A
12	D	32	C
13	Anulada	33	B
14	C	34	A
15	A	35	A
16	A	36	C
17	B	37	D
18	B	38	D
19	D	39	A
20	B	40	B

PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL SÉRIES FINAIS 6º AO 9º ANO - CIÊNCIAS (HABILITADO E NÃO HABILITADO)

1	C	21	C
2	B	22	D
3	B	23	D
4	D	24	A
5	A	25	B
6	C	26	C
7	B	27	D
8	A	28	D
9	D	29	A
10	A	30	B
11	C	31	B
12	D	32	D
13	Anulada	33	A
14	C	34	B
15	A	35	C
16	A	36	A
17	B	37	D
18	B	38	C
19	D	39	B
20	B	40	C

PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL SÉRIES FINAIS 6º AO 9º ANO - HISTÓRIA (HABILITADO E NÃO HABILITADO)			
1	C	21	C
2	B	22	D
3	B	23	D
4	D	24	A
5	A	25	B
6	C	26	B
7	B	27	A
8	A	28	C
9	D	29	D
10	A	30	C
11	C	31	A
12	D	32	B
13	Anulada	33	C
14	C	34	A
15	A	35	D
16	A	36	D
17	B	37	A
18	B	38	B
19	D	39	C
20	B	40	B
PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL SÉRIES FINAIS 6º AO 9º ANO - GEOGRAFIA (HABILITADO E NÃO HABILITADO)			
1	C	21	C
2	B	22	D
3	B	23	D
4	D	24	A
5	A	25	B
6	C	26	B
7	B	27	A
8	A	28	D
9	D	29	B
10	A	30	D
11	C	31	B
12	D	32	D
13	Anulada	33	A
14	C	34	A
15	A	35	C
16	A	36	B
17	B	37	B
18	B	38	A
19	D	39	D
20	B	40	D
PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL SÉRIES FINAIS 6º AO 9º ANO - ARTES (HABILITADO E NÃO HABILITADO)			
1	C	21	C
2	B	22	D
3	B	23	D
4	D	24	A
5	A	25	B
6	C	26	A
7	B	27	C
8	A	28	B
9	D	29	D
10	A	30	C
11	C	31	C
12	D	32	B
13	Anulada	33	A
14	C	34	A
15	A	35	B
16	A	36	D
17	B	37	B
18	B	38	A

19	D	39	C
20	B	40	B
PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL SÉRIES FINAIS 6º AO 9º ANO - MATEMÁTICA (HABILITADO E NÃO HABILITADO)			
1	C	21	C
2	B	22	D
3	B	23	D
4	D	24	A
5	A	25	B
6	C	26	B
7	B	27	A
8	A	28	D
9	D	29	D
10	A	30	C
11	C	31	A
12	D	32	D
13	Anulada	33	A
14	C	34	A
15	A	35	A
16	A	36	C
17	B	37	B
18	B	38	A
19	D	39	D
20	B	40	A
PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL SÉRIES FINAIS 6º AO 9º ANO - EDUCAÇÃO FÍSICA (HABILITADO E NÃO HABILITADO)			
1	C	21	C
2	B	22	D
3	B	23	D
4	D	24	A
5	A	25	B
6	C	26	A
7	B	27	D
8	A	28	A
9	D	29	B
10	A	30	A
11	C	31	C
12	D	32	A
13	Anulada	33	B
14	C	34	C
15	A	35	C
16	A	36	D
17	B	37	A
18	B	38	D
19	D	39	B
20	B	40	B
PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL SÉRIES FINAIS 6º AO 9º ANO - ENSINO RELIGIOSO (HABILITADO E NÃO HABILITADO)			
1	C	21	C
2	B	22	D
3	B	23	D
4	D	24	A
5	A	25	B
6	C	26	A
7	B	27	D
8	A	28	C
9	D	29	B
10	A	30	A
11	C	31	B
12	D	32	D
13	Anulada	33	B
14	C	34	A
15	A	35	C
16	A	36	A

17	B	37	D
18	B	38	B
19	D	39	D
20	B	40	C

ANEXO II

CARGO: Auxiliar de Serviços Gerais

QUESTÃO Nº: 03

ANÁLISE: Alterar para alternativa C

JUSTIFICATIVA: Em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a alternativa correta é a letra C, visto que, como está na canção e também por "mais" ser um advérbio de intensidade e "mas" é uma conjunção adversativa que indica contrariedade. Sendo assim o Gabarito Preliminar deve ser alterado.

CARGO: Auxiliar de Serviços Gerais

QUESTÃO Nº: 17

ANÁLISE: Anular

JUSTIFICATIVA: Em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que, devido a um erro de digitação a questão não apresenta como opção a alternativa correta, 3,3 m. Sendo assim a questão será anulada.

CARGO: Todos de Nível Superior

QUESTÃO Nº: 13

ANÁLISE: Anular

JUSTIFICATIVA: Em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que, ocorreu um erro de digitação, e de fato apresentada duas alternativas incorretas. O correto seria que a alternativa (c) O ponto (1,2) pertence a circunferência); deveria ser escrita como (O ponto (2,1) pertence a circunferência, o que está correto. Sendo assim a questão será anulada.

RESULTADO DO JULGAMENTO DA TP Nº 21/2015-PMV

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

RESULTADO DO JULGAMENTO DO EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 21/2015 - PMV

A Comissão Permanente de Licitações, em cumprimento ao disposto no art. 109, §1º da Lei nº 8.666/93, torna público o resultado do julgamento do processo licitatório em epígrafe, cujo objeto é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A INSTALAÇÃO DO SISTEMA DE SINALIZAÇÃO NOTURNA DA PISTA DO AEROPORTO MUNICIPAL ÂNGELO PONZONI, CONFORME NORMA DA AVIAÇÃO CIVIL VIGENTE, INCLUINDO MATERIAIS E MÃO DE OBRA CONFORME PROJETOS BÁSICOS, EXECUTIVOS E DESCRITIVOS, restando vencedora a empresa Smarc Engenharia Ltda com o valor de R\$ 1.098.067,00 (um milhão noventa e oito mil e sessenta e sete reais). Os representantes legais das empresas participantes declararam a desistência do prazo recursal.

Videira, 26 de Outubro de 2015.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Xanxerê

PREFEITURA

DECRETO Nº AJG 213/2015

DECRETO Nº AJG 213/2015

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI, Prefeito do Município de Xanxerê, SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelos incisos III e VII do Artigo 69 da Lei Orgânica Municipal e Lei Municipal nº AJG 3.783/2015, de 23.10.2015.

DECRETA:

Art. 1º. Fica pelo presente decreto aberto crédito adicional suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de R\$ 1.443.000,00 (um milhão quatrocentos e quarenta e três mil reais), na seguinte programação de despesa:

01 – CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

01.0101.01.031.0101.2019 – Infraestrutura legislativa

01.0101.01.031.0101.1017.44900000.0100 – Aplicações Diretas R\$ 550.000,00

07 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

07.0701.12.361.1201.2038 – Manutenção do ensino fundamental

07.0701.12.361.1201.2038 31900000.0101 – Aplicações Diretas R\$ 803.000,00

15 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

15.1501.10.301.1001.2028 – Manutenção das atividades da saúde

15.1501.10.301.1001.2028. 33500000.0102 – Trans. a inst. privadas R\$ 90.000,00

Art. 2º. Para satisfazer a abertura do crédito adicional suplementar de que trata o artigo anterior será anulado parcialmente a seguinte programação de despesa:

01 – CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

01.0101.01.031.0101.1017 – Infraestrutura legislativa

01.0101.01.031.0101.1017.44900000.0100 – Aplicações Diretas R\$ 550.000,00

04 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

04.0401.04.122.0401.2022 – Manutenção das atividades administrativas

04.0401.04.122.0401.2022.44900000.0100 – Aplicações Diretas R\$ 40.000,00

05 – SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

05.0501.22.661.2201.1012 – Investimentos de Promoção da Indústria e Comércio

05.0501.22.661.2201.1012.44000000.0100 – Aplicações Diretas R\$ 53.000,00

07 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

07.0701.10.306.1002.2036 – Programa Suplementar de Alimentação Escolar

07.0701.10.306.1002.2036.33900000.0100 – Aplicações Diretas R\$ 100.000,00

12 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

12.1201.08.241.0801.2026 – Manutenção do Fundo Munic. Assist. Social

12.1201.08.241.0801.2026.33900000.0100 – Aplicações Diretas R\$ 200.000,00

14 – FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO
14.1401.20.606.2001.2051 – Atividades de Apoio ao Homem do Campo

14.1401.20.606.2001.2051.33900000.0100 – Aplicações Diretas R\$ 200.000,00

15 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

15.1501.10.301.1001.1003 – Aquisição de veículos saúde

15.1501.10.301.1001.1003.317100000.0102–Trans. a consórcios públicos R\$ 80.000,00

17 – FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO

17.1701.16.481.1601.2059 – Manutenção do Fundo de Habitação

17.1701.16.481.1601.2059.33900000.0100 – Aplicações Diretas R\$ 220.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Xanxerê/SC, 26 de outubro de 2015.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI

Prefeito Municipal

EXTRATO CONTRATO 0079/2015

Extrato de Contrato nº 0079/2015

Contratante: Município de Xanxerê.

Contratado: AGM MAQUINAS LTDA

Objeto: Aquisição de um filtro de terra para produção de vinho Artesanal destinado aos produtores de vinho do município de Xanxerê- SC.

Valor: R\$ 18.500,00

Prazo: 30 dias após Ordem de Serviço.

Xanxerê-SC, 22 de outubro de 2015. Ademir J. Gasparini - Pref. Municipal.

LEI COMPLEMENTAR Nº AJG 3781/2015

LEI COMPLEMENTAR Nº AJG 3781/2015

(Origem Projeto de Lei Complementar Nº AJG 008/2015.

ALTERA A REDAÇÃO DA ALÍNEA “G”, INCISO I, DO ARTIGO 49 DA LEI COMPLEMENTAR Nº 2.917/2006 – CÓDIGO DO PARCELAMENTO DO SOLO URBANO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI, Prefeito Municipal de Xanxerê/SC, no uso das atribuições de seu cargo, FAZ SABER a todos os habitantes do município que a Câmara Municipal de Vereadores votou, aprovou e ele sanciona a seguinte

LEI COMPLEMENTAR

Art. 1º. Fica alterada a alínea “g”, do inciso I, do artigo 49 da Lei Complementar nº 2.917/2006, modificada pela Lei Complementar nº 3.432/2012, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 49 – ...

I - ...

a) ...

b) ...

c) ...

d) ...

e) ...

f) ...

g) Pavimentação das vias e logradouros exclusivamente com asfalto com resistência mínima de acordo com as normas da ABNT;

h) ...

i) ...

j) ...

l) ...

II - ...

III - ...

IV - ..."

Art. 2º. Esta Lei complementar entre em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

23 de Outubro de 2015

ADEMIR JOSÉ GASPARINI

Prefeito Municipal

LEI Nº AJG 3780/2015

LEI Nº AJG 3780/2015

(Origem Projeto de Lei Nº AJG 047/2015)

AUTORIZA CESSÃO DE USO NÃO ONEROSA DE IMÓVEL URBANO QUE ESPECIFICA, E dá outras providências.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI, Prefeito Municipal de Xanxerê/SC, no uso das atribuições de seu cargo, FAZ SABER a todos os habitantes do município que a Câmara Municipal de Vereadores votou, aprovou e ele sanciona a seguinte

LEI

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a ceder para a Associação dos Moradores do Bairro Leandro – AMBLE, entidade sem fins lucrativos, com sede na Rua Principal, S/N, Bairro Leandro, neste Município de Xanxerê, inscrita no CNPJ sob nº 01.198.939/0001-75, uma barracão com 80,00m², registrado na matrícula nº 16.760, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Xanxerê.

Art. 2º - A Cessão de Uso de que trata a presente lei será formalizada por instrumento próprio - Termo de Cessão de Uso, a título não oneroso, pelo prazo de 10 (dez) anos, com possibilidade de renovação através de termos aditivos.

Art. 3º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

23 de Outubro de 2015

ADEMIR JOSÉ GASPARINI

Prefeito Municipal

LEI Nº AJG 3782/2015

LEI Nº AJG 3782/2015

(Origem Projeto de Lei Nº AJG 049/2015)

AUTORIZA CESSÃO DE USO, NÃO ONEROSA, DE BEM IMÓVEL QUE ESPECIFICA, E dá outras providências.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI, Prefeito Municipal de Xanxerê/SC, no uso das atribuições de seu cargo, FAZ SABER a todos os habitantes do município que a Câmara Municipal de Vereadores votou, aprovou e ele sanciona a seguinte

LEI

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a ceder para a Associação Vêneta de Xanxerê, entidade sem fins lucrativos, com sede na Rua José de Miranda Ramos, s/n, Casa da Cultura Maria Rosa, Centro, no Município de Xanxerê, inscrita no CNPJ sob nº 02.632.729/0001-06, parte do antigo pavilhão do CTG, com área de 335,44m², de propriedade do Município de Xanxerê, localizado na área do Parque de Exposições Rovilho Bortoluzzi, conforme croqui anexo, parte integrante desta Lei.

Parágrafo único – A entidade beneficiada deverá utilizar o imóvel para o desenvolvimento de suas atividades, atendendo ao objeto social estabelecido em seu estatuto.

Art. 2º. Fica autorizada a entidade a promover benfeitorias necessárias, bem como úteis e voluptuárias.

Parágrafo primeiro – Eventuais benfeitorias deverão ser previamente aprovadas pelo setor de engenharia da Prefeitura.

Parágrafo segundo – A entidade não terá direito ao recebimento de indenizações decorrentes das eventuais benfeitorias ou construções realizadas no período do contrato.

Parágrafo terceiro - As benfeitorias eventualmente realizadas incorporarão ao patrimônio do Município.

Art. 3º. A Cessão de Uso de que trata a presente lei será formalizada em instrumento próprio - Termo de Cessão de Uso, a título não oneroso, pelo prazo de 10 (dez) anos, com possibilidade de renovação através de termos aditivos, enquanto a entidade beneficiada estiver em funcionamento.

Art. 4º. Nos eventos promovidos pelo Município no Parque de Exposições Rovilho Bortoluzzi, o Poder Executivo Municipal poderá requerer o uso do imóvel objeto da presente cessão, pelo período da realização do evento, comunicando a entidade beneficiada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

Art. 5º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

23 de Outubro de 2015

ADEMIR JOSÉ GASPARINI

Prefeito Municipal

LEI Nº AJG 3783/2015

LEI Nº AJG 3783/2015

(Origem Projeto de Lei Nº AJG 052/2015)

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO geral do município de xanxerê, E dá outras providências.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI, Prefeito Municipal de Xanxerê/SC, no uso das atribuições de seu cargo, FAZ SABER a todos os habitantes do município que a Câmara Municipal de Vereadores votou, aprovou e ele sanciona a seguinte

LEI

Art. 1º Fica o poder executivo autorizado a abrir no Orçamento Geral do Município, crédito adicional suplementar, no valor de R\$ 1.443.000,00 (um milhão quatrocentos e quarenta e três mil reais), na seguinte programação de despesa:

01 – CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

01.0101.01.031.0101.2019 – Infraestrutura legislativa

01.0101.01.031.0101.1017.44900000.0100 – Aplicações Diretas R\$ 550.000,00

07 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

07.0701.12.361.1201.2038 – Manutenção do ensino fundamental

07.0701.12.361.1201.2038 31900000.0101 – Aplicações Diretas R\$ 803.000,00

15 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

15.1501.10.301.1001.2028 – Manutenção das atividades da saúde

15.1501.10.301.1001.2028. 33500000.0102 – Trans. a inst. privadas R\$ 90.000,00

Art. 2º Para satisfazer a abertura do crédito adicional suplementar de que trata o artigo anterior será anulado parcialmente a seguinte programação de despesa:

01 – CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

01.0101.01.031.0101.1017 – Infraestrutura legislativa

01.0101.01.031.0101.1017.44900000.0100 – Aplicações Diretas R\$ 550.000,00

04 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

04.0401.04.122.0401.2022 – Manutenção das atividades administrativas

04.0401.04.122.0401.2022.44900000.0100 – Aplicações Diretas R\$ 40.000,00

05 – SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

05.0501.22.661.2201.1012 – Investimentos de Promoção da Indústria e Comércio

05.0501.22.661.2201.1012.44000000.0100 – Aplicações Diretas R\$ 53.000,00

07 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

07.0701.10.306.1002.2036 – Programa Suplementar de Alimentação Escolar

07.0701.10.306.1002.2036.33900000.0100 – Aplicações Diretas R\$ 100.000,00

12 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

12.1201.08.241.0801.2026 – Manutenção do Fundo Munic. Assist. Social

12.1201.08.241.0801.2026.33900000.0100 – Aplicações Diretas R\$ 200.000,00

14 – FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO

14.1401.20.606.2001.2051 – Atividades de Apoio ao Homem do Campo

14.1401.20.606.2001.2051.33900000.0100 – Aplicações Diretas R\$ 200.000,00

15 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

15.1501.10.301.1001.1003 – Aquisição de veículos saúde

15.1501.10.301.1001.1003.317100000.0102–Trans. a consórcios públicos R\$ 80.000,00

17 – FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO

17.1701.16.481.1601.2059 – Manutenção do Fundo de Habitação

17.1701.16.481.1601.2059.33900000.0100 – Aplicações Diretas R\$ 220.000,00

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

23 de Outubro de 2015

ADEMIR JOSÉ GASPARINI

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº AJG 042/2015

PORTARIA Nº AJG 042/2015

NOMEIA AUTORIDADE DE TRÂNSITO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI, Prefeito do Município de Xanxerê, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e com fundamento no artigo 69, incisos III e VIII, da Lei Orgânica Municipal, e

Considerando o disposto na Lei Federal nº 9.503/97, que institui o Código de Trânsito Brasileiro;

Considerando a competência atribuída aos órgãos e entidades executivos de trânsito e executivos rodoviários municipais para executar a fiscalização de trânsito, autuar e aplicar as medidas administrativas cabíveis;

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear a Senhora CLARICE BEATRIZ SERENA, inscrita no CPF/MF sob nº 949.163.819-04, responsável pela Coordenadoria de Trânsito e Engenharia de Tráfego, como autoridade municipal de trânsito.

Art. 2º. As despesas decorrentes da execução desta Portaria, correrão por conta das dotações próprias da Prefeitura Municipal.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Xanxerê/SC, 19 de outubro de 2015.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI

Prefeito Municipal

Xavantina

PREFEITURA

ATA TP 03-2015 PMXV - 04

ATA DA SESSÃO PÚBLICA DE LICITAÇÃO MODALIDADE TOMADA DE PREÇOS Nº 03/2015 PMXV. OBJETO: CONTRATAÇÃO EXCLUSIVA DE ESCRITÓRIO DE ADVOCACIA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS PARA RECUPERAÇÃO DE CRÉDITOS, ATRAVÉS DO LEVANTAMENTO DE DADOS, REALIZANDO ENCAMINHAMENTO E ACOMPANHAMENTO ADMINISTRATIVO E/OU JUDICIAL DA RECUPERAÇÃO FINANCEIRA, EM FAVOR DO MUNICÍPIO DE XAVANTINA/SC.

Aos vinte e seis dias do mês de outubro do ano de dois mil e quinze, às oito horas, na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Xavantina, reuniu-se a Comissão Permanente de Licitações, designada pelo Decreto nº 002/2015, sob a presidência da Sra. Izilde Jandira Pawiokiewicz Fasolo e membros a Sra. Taciane Caon, a Sra. Maira Lucia Altenhofen e o Sr. Joselino Luiz Naissinger, com a finalidade de efetuar o recebimento das contrarrazões referente à licitação em epígrafe. Após percorrido o prazo de 05 (cinco) dias úteis (que era até as 17:00 horas do dia 23/10/2015), a seguinte Licitante apresentou contrarrazão: GROSSI & PILATI BOITA ADVOGADOS ASSOCIADOS. Assim a Presidente e a Comissão Permanente de Licitações encaminham os Recursos, bem como a Contrarrazão, para a Assessoria Jurídica do Município para análise e emissão de Parecer para Habilitar ou não as Licitantes. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão, com a presente Ata aprovada e assinada pela Presidente e pelos Membros da Comissão Permanente de Licitações.

Izilde Jandira Pawiokiewicz Fasolo Presidente da Comissão Permanente de Licitações	Taciane Caon Membro da Equipe de Apoio
Maira Lucia Altenhofen Membro da Equipe de Apoio	Joselino Luiz Naissinger Membro da Equipe de Apoio

Xaxim

PREFEITURA

ADENDO EDITAL 002/2015

PRIMEIRO ADENDO AO EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 2/2015,
DE 13 DE OUTUBRO DE 2015

O MUNICÍPIO DE XAXIM, SC, inscrito no CNPJ sob nº 82.854.670/0001-300, neste ato representado por seu Prefeito, senhor IDACIR ANTONIO ORSO, torna público o Primeiro Adendo ao Edital de Concurso Público nº 2/2015.

1. A expressão "Anexo VII" constante no subitem 3.6.2 do Edital de Concurso Público nº 2/2015, fica alterada para "Anexo VIII".

2. O subitem 10.9.1 do Edital de Concurso Público nº 2/2015 passa a vigorar com a seguinte redação:

"10.9.1. A convocação dos candidatos será feita somente através do site www.xaxim.sc.gov.br e do mural público. É responsabilidade exclusiva do candidato acompanhar o andamento das convocações." (NR)

3. O item 3 do Anexo III do Edital de Concurso Público nº 2/2015 passa a vigorar com a seguinte redação:

"3. A prova será composta por questões de múltipla escolha com 4 (quatro) alternativas de resposta cada, sendo que apenas 1 (uma) alternativa estará correta, na forma abaixo:

CONTEÚDO	Nº de Questões	Peso	Pontos	" (NR)
Conhecimentos gerais e atualidades	10	0,22	2,20	
Língua Portuguesa	5	0,22	1,10	
Matemática e Raciocínio Lógico	5	0,22	1,10	
Conhecimentos Específicos	20	0,23	4,60	
Total:	40	-	9,00	

4. Fica acrescido subitem 11.8.8 ao item 11.8 do Edital de Concurso Público nº 2/2015, conforme abaixo:

"11.8.8. Anexo VIII – Modelo de requerimento de isenção de pagamento da taxa de inscrição para doadores de sangue." (AC)

5. Fica acrescido VIII – Modelo de requerimento de isenção de pagamento da taxa de inscrição para doadores de sangue ao Edital de Concurso Público nº 2/2015, na forma do Anexo Único deste Adendo.

6. Ficam ratificadas as demais cláusulas do Edital.

Xaxim, SC, 26 de outubro de 2015.

IDACIR ANTONIO ORSO

Prefeito de Xaxim, SC

ANEXO ÚNICO

ANEXO VIII

MODELO DE REQUERIMENTO DE ISENÇÃO DE PAGAMENTO DA TAXA DE INSCRIÇÃO PARA DOADORES DE SANGUE

Eu, _____,
inscrito(a) no CPF sob nº _____, Cédula de Identidade nº _____, residente na Rua _____,
nº _____, Bairro _____, Município de _____,
Estado _____, telefones _____,
venho requerer isenção do pagamento da taxa de inscrição ao cargo de _____,
do Edital de Concurso Público nº 2/2015, de Xaxim, SC, na condição de doador de sangue pois preencho os requisitos da Lei Estadual nº 10.567, de 7 de novembro de 1997, do Estado de Santa Catarina.

Data: ____/____/2015.

ASSINATURA DO CANDIDATO

AVISO DE PREGÃO 096/2015**AVISO DE LICITAÇÃO**

MUNICIPIO DE XAXIM – SC ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

PROCESSO LICITATÓRIO N. 187/2015

PREGÃO PRESENCIAL N. 096/2015

LICITAÇÃO COM TRATAMENTO DIFERENCIADO ÀS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE NOS TERMOS DA LC 123/2006 e 147/2014.

O Município de Xaxim – SC comunica que se encontra aberto o processo licitatório acima especificado objetivando a contratação de Pessoa Jurídica, para prestação de serviços (relacionados às atividades rotineiras do atual quadro de pessoal) contínuos de serviços na área do Direito, junto ao CREAS - Centro de Referência Especializado de Assistência Social, através do Fundo Municipal de Assistência Social. Os envelopes da documentação e da proposta deverão ser entregues até às 13h: 30min do dia 10 de novembro de 2015, procedendo à abertura às 14h: 00min do mesmo dia. O Edital e seus anexos poderão ser retirados pelo site www.xaxim.sc.gov.br maiores informações poderão ser obtidos junto à sede do Município de Xaxim - SC, sito à Rua Rui Barbosa nº 347, com o Setor de Licitações, em horário de expediente de segunda a sexta feira.

Xaxim - SC, 26 de outubro de 2015.

Idacir Antônio Orso

Prefeito

Decreto 323

DECRETO Nº. 323/2015.

Exonera servidor municipal por aposentadoria e dá outras providências

O Prefeito Municipal de Xaxim – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Inciso VI do Artigo 66 da Lei Orgânica Municipal, Lei Nº. 1729, de 26 de dezembro de 1994 e suas alterações e Leis Complementares Nº. 037 e 038, de 01 de junho de 2007 e posteriores alterações e conforme o Benefício do INSS Nº. 160.707.899-3.

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada, por aposentadoria, a partir de 30 de outubro de 2015, a servidora municipal NELCITA SALETE FOLLE, ocupante do cargo de provimento efetivo de AUXILIAR DE ENFERMAGEM, portadora da matrícula 1998, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde, desta Prefeitura Municipal de Xaxim – SC.

Art. 2º Ficam revogadas disposições em contrário.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 21 de outubro de 2015.

Idacir Antonio Orso

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra

Leonardo Scherer de Oliveira

Diretor Geral de Administração e RH

Consórcios

ARIS

TERMO DE RETIFICAÇÃO AO EDITAL DE PREGÃO Nº 05/2015

TERMO DE RETIFICAÇÃO AO EDITAL DE PREGÃO Nº 05/2015

Processo Licitatório nº 50/2015

O Diretor-Geral da Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento - ARIS, RETIFICA o Edital nos seguintes termos:

Onde se lê:

ANEXO I – ESPECIFICAÇÕES DOS EQUIPAMENTOS:

Item 01) Computador servidor tipo rack

...

5) Disco Rígido: 2x discos SAS de 4TB, 10krpm, hot pluggable, compatível com a controladora RAIS descrita no item 4.

...

Item 05) Software e Licença do Sistema Operacional Microsoft® Windows® Server 2012 R2

Lê-se:

ANEXO I – ESPECIFICAÇÕES DOS EQUIPAMENTOS:

Item 01) Computador servidor tipo rack

...

5) Disco Rígido: 2x discos SAS de 4TB, 7.2krpm, hot pluggable, compatível com a controladora RAIS descrita no item 4.

...

Item 05) Software e Licença do Sistema Operacional Microsoft® Windows® Server Standard 2012 R2

Destaca-se, outrossim, em decorrência das alterações supramencionadas, que as datas da sessão pública e da entrega dos envelopes serão alteradas, nos termos da legislação.

Florianópolis, 26 de outubro de 2015

Adir Faccio

Diretor-geral

CIGA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 07/2015/CIGA - PREGÃO ELETRÔNICO N.º 03/2015/CIGA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 07/2015/CIGA

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 03/2015/CIGA

PROCESSO N.º 18/2015/CIGA

Por este instrumento, de um lado o Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal – CIGA, com sede na Rua Santos Saraiva, n.º 1.546, Bairro Estreito, CEP 88.070-101, Florianópolis/SC, CNPJ 09.427.503/0001-12, neste ato representado pelo Presidente do CIGA, Senhor Charles Rafael Schwambach, brasileiro, casado, médico, Prefeito de Braço do Trombudo, Presidente do CIGA, portador da Cédula de Identidade RG n.º 3.211.708/SSP/SC e do CPF/MF n.º 891.667.959-15, e de outro lado a Dorisete Premoler Splitt 00305957031, com sede na Rua Prefeito José Kehrig, n.º 5578 – Apto. 02, Bairro Centro, CEP 88140-000, Santo Amaro da Imperatriz/SC e CNPJ 11.892.449/0001-28, neste ato representado pelo Senhor Dorisete Premoler Splitt, brasileiro, Casado, Diretor – de Vendas, portador da Cédula de Identidade RG n.º 7.103.313/SSP/SC e do CPF/MF n.º 003.059.570-31, acordam proceder, nos termos do Processo n.º 18/2015, referente ao Pregão Eletrônico n.º 03/2015, aberto em 09/10/2015 e homologado em 19/10/2015, mediante sujeição ao que dispõe as Leis n.º 10.520/2002, n.º 8.666/1993, Lei Complementar n.º 123/2006 e demais legislação pertinente, ao Registro de Preços referente aos itens abaixo discriminados, com seu respectivo preço unitário:

CLÁUSULA I - DO OBJETO

Item	Especificação	Unidade	Quantidade Estimada	Preço Unitário (R\$)	Preço Total (R\$)
03	Fragmentadora de Papel, CDs, Grampos e Cartões Cesto com capacidade maior que 10L Capacidade de fragmentar pelo menos 5folhas, padrão A4, simultaneamente. Corte Cruzado (nível DIN 3) Trava de segurança Garantia de 6 meses 220V Fragmentação automática	und	01	350,00	350,00
Valor Total					R\$ 350,00

Fica consignado que o preço registrado nesta ata é válido pelo prazo de 12 (doze) meses contados do dia 22/10/2015 até o dia 22/10/2016. Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrada esta Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelas partes.

Obs.: O responsável pela assinatura da Ata deverá ter poderes para exercer tal ato, constado no Contrato Social da empresa ou mediante Procuração.

Florianópolis, 22 de outubro de 2015.

CHARLES RAFAEL SCHWAMBACH

DORISETE PREMOLER SPLITT

PRESIDENTE DO CIGA	DORISETE PREMOLER SPLITT 00305957031
--------------------	--------------------------------------

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 08/2015/CIGA - PREGÃO ELETRÔNICO N.º 03/2015/CIGA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 08/2015/CIGA

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 03/2015/CIGA

PROCESSO N.º 18/2015/CIGA

Por este instrumento, de um lado o Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal – CIGA, com sede na Rua Santos Saraiva, n.º 1.546, Bairro Estreito, CEP 88.070-101, Florianópolis/SC, CNPJ 09.427.503/0001-12, neste ato representado pelo Presidente do CIGA, Senhor Charles Rafael Schwambach, brasileiro, casado, médico, Prefeito de Braço do Trombudo, Presidente do CIGA, portador da Cédula de Identidade RG n.º 3.211.708/SSP/SC e do CPF/MF nº. 891.667.959-15, e de outro lado a Palermo & Palermo Ltda. ME, com sede na Rua XV de Novembro, n.º 5930, sala 01, Bairro Alto da XV, CEP 85065-000, Guarapuava/PR e CNPJ 13.748.902/001-52, neste ato representado pelo Senhor Matheus Palermo Futsuki, brasileiro, solteiro, Sócio/Administrador, portador da Cédula de Identidade RG n.º 1.288.890-19/PR e do CPF/MF nº. 090.223.889-21, acordam proceder, nos termos do Processo n.º 18/2015, referente ao Pregão Eletrônico n.º 03/2015, aberto em 09/10/2015 e homologado em 19/10/2015, mediante sujeição ao que dispõe as Leis n.º 10.520/2002, n.º 8.666/1993, Lei Complementar n.º 123/2006 e demais legislação pertinente, ao Registro de Preços referente aos itens abaixo discriminados, com seu respectivo preço unitário:

CLÁUSULA I - DO OBJETO

Item	Especificação	Unidade	Quantidade Estimada	Preço Unitário (R\$)	Preço Total (R\$)
12	INTELBRAS – TIP 200 Lite Telefone VoIP com visor LCD Codecs G726, G729AB,GSM e iLBC Display em LCD Bivolt Sinalização: SIP v1 (RFC2543), v2 (RFC3261) Interface LAN : 10/100BASE-T - 1 x RJ45 Interface WAN: 10/100BASE-T - 1 x RJ45 Garantia 1 ano Teclas programáveis Viva voz, mudo, rediscar Entrada para headset Registro de chamadas originadas, atendidas, não atendidas e desviadas Agenda para contatos	UN	04	R\$ 440,00	R\$ 1.760,00
13	INTELBRAS – TIP 100 Telefone VoIP Codecs G726-32, G729 e iLBC Configuração de Rede: Estática, DHCP ou PPPoE (ADSL) Bivolt Sinalização: SIP v1 (RFC2543), v2 (RFC3261) Interface LAN : 10/100BASE-T - 1 x RJ45 Interface WAN: 10/100BASE-T - 1 x RJ45 Função Discagem rápida, desvio de chamada, flash Garantia 1 ano	UN	08	R\$ 284,00	R\$ 2.272,00
Valor Total					R\$ 4.032,00

Fica consignado que o preço registrado nesta ata é válido pelo prazo de 12 (doze) meses contados do dia 22/10/2015 até o dia 22/10/2016. Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrada esta Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelas partes.

Obs.: O responsável pela assinatura da Ata deverá ter poderes para exercer tal ato, constado no Contrato Social da empresa ou mediante Procuração.

Florianópolis, 22 de outubro de 2015.

CHARLES RAFAEL SCHWAMBACH

MATHEUS PALERMO FUTSUKI

PRESIDENTE DO CIGA

PALERMO & PALERMO LTDA - ME

EXTRATO CONTRATO 457 - PGO - SÃO CRISTÓVÃO DO SUL

Extrato de Contrato nº 457/2015

Contrato de Prestação de Serviços – Programa de Gestão de Obras – São Cristóvão do Sul

CONTRATANTE: Município de São Cristóvão do Sul

CNPJ: 95.991.261/0001-27

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: 003/2015

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: Celebração de Contrato de Prestação de Serviço entre o Município de São Cristóvão do Sul e o Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA) relativo à contratação dos serviços de tecnologia da informação, no âmbito do Programa de Gestão de Obras mediante disponibilização de programa desenvolvido em arquitetura web direcionado aos setores de planejamento e obras para o controle de convênios federais, contratos de empreitada, termos aditivos e andamento de obras de forma integrada com uma ferramenta de confecção de orçamentos, sendo estes nos padrões da Caixa Econômica Federal (DTB), e com disponibilidade de todas as tabelas SINAPI, SEOP, DER, DNIT, DEINFRA e outras que podem ser integradas sob solicitação.

PREVISÃO LEGAL: Artigo 2º, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 11.107/05.

JUSTIFICATIVA: Conforme previsto no art. 8º da Lei nº 11.107/05, a definição de valores transferidos pelo Município ao CIGA devem ser definidos em Contrato .

VALOR: R\$ 510,00 (Quinhentos e dez reais) por mês, totalizando o valor de R\$ 2.040,00.

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2015.

Florianópolis, 22 de setembro de 2015.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

PORTARIA Nº 12/2015, DE 23 DE OUTUBRO DE 2015

Portaria nº 12/2015, de 23 de outubro de 2015

Concede triênio ao empregado público do CIGA, Marcello André Previdi, Analista de Sistemas.

O Diretor Executivo do Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA) no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista a previsão no § 4º, art. 73 do Regimento Interno do CIGA,

Resolve:

Art. 1º Conceder ao Sr. Marcello André Previdi, CPF nº 047.953.439-00, a progressão vertical por tempo de serviço, designada de triênio, pelos 3 (três) anos de serviços prestados ao CIGA completados em 17 de outubro de 2015;

Art. 2º A partir do dia 17 de outubro de 2015, a referência salarial do Sr. Marcello André Previdi será a 56;

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor nesta data, retroagindo seus efeitos a 17 de outubro de 2015, devendo ser publicada no órgão oficial como condição de validade do ato.

Florianópolis, 23 de outubro de 2015.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

CIS/AMOSC**EXTRATO CREDENCIAMENTO**

OUTUBRO

TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº: 28/2015

PRESTADOR: EQUILIBRIO FISIOTERAPIA ESPECIALIZADA

OBJETO: Prestação de serviço em atendimento de Sessões de Fisioterapia

VIGÊNCIA: A partir de outubro de 2015

TERMO ADITIVO Nº: 18/2015

PRESTADOR: CLINICA MÉDICA LONGEVITTA

OBJETO: Mudança de Razão Social e CNPJ

VIGÊNCIA: A partir de outubro de 2015

TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº: 29/2015

PRESTADOR: MICHELLI CASAGRANDA

OBJETO: Prestação de serviço em atendimento de Terapia Psicológica.

VIGÊNCIA: A partir de outubro de 2015

TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº: 02/2015

PRESTADOR: BENEFICENCIA CAMILIANA DO SUL – HOSPITAL SÃO BERNARDO

OBJETO: Prestação de serviço em Consulta pré-cirúrgica e Cirurgias Vasculares.

VIGÊNCIA: A partir de agosto de 2015

EXTRATO TERMO ADITIVO

EXTRATO TERMO ADITIVO 68/2015 - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº03/2014.

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 0001/2014.

TIPO: Menor preço.

OBJETO: Aquisição de medicamentos conforme descrição e especificações e demais condições constantes no ANEXO I do EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0001/2014.

FORNECEDOR: INOVAMED COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA – EPP

CNPJ: 12.889.035-0001.02

VIGÊNCIA: De outubro a dezembro de 2015.

O Termo Aditivo completo encontra-se disponível no site amosc.org.br Link: <http://amosc.org.br/cms/pagina/ver/codMapaItem/49824>, nesta encontram-se os preços unitários registrados. Assinam o Termo o Consorcio Intermunicipal de Saúde do Oeste de SC - CISAMOSC, neste ato representado por seu Presidente DANILO DAGA, doravante denominado ORGÃO GERENCIADOR e JHONATAN BONI, doravante denominado FORNECEDOR.

EXTRATO TERMO ADITIVO 69/2015 - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº11/2014.

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 0001/2014.

TIPO: Menor preço.

OBJETO: Aquisição de medicamentos conforme descrição e especificações e demais condições constantes no ANEXO I do EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0001/2014.

FORNECEDOR: COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA

CNPJ: 67.729.178-0004.91

VIGÊNCIA: De outubro a dezembro de 2015.

O Termo Aditivo completo encontra-se disponível no site amosc.org.br Link: <http://amosc.org.br/cms/pagina/ver/codMapaItem/49824>, nesta encontram-se os preços unitários registrados. Assinam o Termo o Consorcio Intermunicipal de Saúde do Oeste de SC - CISAMOSC, neste ato representado por seu Presidente DANILO DAGA, doravante denominado ORGÃO GERENCIADOR e ALESSANDRA FERNANDA RIGO, doravante denominado FORNECEDOR.

EXTRATO TERMO ADITIVO 70/2015 - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº14/2014.

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 0001/2014.

TIPO: Menor preço.

OBJETO: Aquisição de medicamentos conforme descrição e especificações e demais condições constantes no ANEXO I do EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0001/2014.

FORNECEDOR: NUNESFARMA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACEUTICOS

CNPJ: 75.014.167-0001.00

VIGÊNCIA: De outubro a dezembro de 2015.

O Termo Aditivo completo encontra-se disponível no site amosc.org.br Link: <http://amosc.org.br/cms/pagina/ver/codMapaItem/49824>, nesta encontram-se os preços unitários registrados. Assinam o Termo o Consorcio Intermunicipal de Saúde do Oeste de SC - CISAMOSC, neste ato representado por seu Presidente DANILO DAGA, doravante denominado ORGÃO GERENCIADOR e FERNANDO CESAR DA SILVA, doravante denominado FORNECEDOR.

CISAM

RESOLUÇÃO CISAM MEIO OESTE Nº 13/2015

RESOLUÇÃO Nº 13/2015

“Estabelece ponto facultativo no Consórcio Intermunicipal de Saneamento Ambiental – CISAM Meio Oeste, na forma que especifica”

O Presidente do CISAM Meio Oeste, no uso de suas atribuições legais, em observância ao que dispõe o Estatuto Social e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Fica estabelecido ponto facultativo no Consórcio Intermunicipal de Saneamento Ambiental – CISAM Meio Oeste no dia 30 de outubro de 2015, em comemoração alusiva ao Dia do Servidor Público (28 de outubro de 2015).

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal/SC, 26 de outubro de 2015.

Andevir Isganzella

Presidente CISAM Meio Oeste

RESOLUÇÃO CISAM MEIO OESTE Nº 14/2015

RESOLUÇÃO Nº 14/2015

“Nomeia Empregado Público para o quadro funcional do Consórcio Intermunicipal de Saneamento Ambiental – CISAM Meio Oeste, na forma que especifica”

O Presidente do CISAM Meio Oeste, no uso de suas atribuições legais, considerando o Processo Administrativo nº 056/2015 e as deliberações da Assembleia Geral do Consórcio Intermunicipal de Saneamento Ambiental – CISAM Meio Oeste,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear o Sr. Leomar Eggers, nascido em 16/05/1981, para exercer o emprego público de Contador, Nível 137, do quadro de pessoal do CISAM Meio Oeste, conforme Estatuto Social do Consórcio Intermunicipal de Saneamento Ambiental e suas alterações, com vencimentos a partir da data de posse, devendo esta se realizar no prazo máximo de 15 (quinze) dias, contados da publicação da presente Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal/SC, 27 de outubro de 2015.

Andevir Isganzella

Presidente CISAM Meio Oeste

CPIMMOC

CONVOCAÇÃO REUNIÃO PREFEITOS 03/2015

CONSORCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO
MEIO OESTE CONTESTADO - CPIMMOC

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 03/2015

O Sr. Vitor João Faccin, Prefeito do município de Ouro e Presidente da CPIMMOC – Consórcio Público Intermunicipal Multifinalitário Meio Oeste Contestado, no uso de suas atribuições conferidas pelo Capítulo VII, inciso 1º do Estatuto da entidade.

CONVOCA:

Os(as) Senhores(as) Prefeitos(as) dos municípios consorciados à CPIMMOC para a Assembleia Geral Ordinária a realizar-se conforme segue:

DATA: 05 de novembro de 2015

HORA: 14:00 horas

LOCAL: Auditório da AMMOC

Rua Roberto Trompowski, 68 – Centro – Joaçaba - SC

ORDEM DO DIA

- Entrega do Plano Diretor pela Empresa Espaço Urbano;
- Aprovação do Orçamento/2016 do Consórcio CPIMMOC;
- Apresentação do Quadro de Cargos e Salários CPIMMOC
- Apresentação e Aprovação da Tabela de Gastos para Estruturação do Licenciamento Ambiental Local;
- Valor do Rateio para Licenciamento Ambiental; e
- Aprovação da Primeira Alteração do Estatuto.

VITOR JOÃO FACCIN

Presidente do CPIMMOC

CIS/AMERIOS**EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº. 06/2015 – CIS/AMERIOS**

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº. 06/2015

DISPÕE SOBRE A CONVOCAÇÃO DOS PREFEITOS DA AMERIOS PARA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA.

Art. 1º - O Presidente da Associação dos Municípios do Entre Rios - AMERIOS, Sr. Dilair Menin, Prefeito de Caibi, no uso de suas atribuições legais, CONVOCA os Senhores PREFEITOS e a Senhora PREFEITA, para participarem da 163ª Assembleia Geral Ordinária que se realizará no próximo dia 5 de novembro, quinta-feira, com início às 14h, no auditório da AMERIOS, em Maravilha/SC, para tratar dos seguintes assuntos:

- I- 14h- Abertura da Assembleia e Leitura da Ata da Assembleia anterior;
- II- 14h15min - Projetos e Ações da ARIS – Sr. Adir Faccio – Diretor Geral da ARIS;
- III- 15h- CIS/AMERIOS - Sr. Alexandre Fagundes – Coordenador do Colegiado de Saúde;
- IV- 15h10min- Apresentação do Estatuto do CIS/AMERIOS - Dr. Arnildo Kollet- Assessor Jurídico;
- V- 15h20min - Definição da Nova Diretoria Executiva para 2016- Presidente Dilair;
- VI- 15h30min - Apresentação e aprovação do Orçamento da AMERIOS e do CIS/AMERIOS para 2016;
- VII- 15h40min – Prestação de contas referente os meses de setembro e outubro de 2015;
- VIII- 15h45min - Assuntos diversos;
- IX- 15h50min - Palavra livre;
- X- 16h- Encerramento.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Maravilha- SC, 21 de outubro de 2015.

DILAIR MENIN

Presidente da AMERIOS

Prefeito de Caibi